SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 26 de Março de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3758

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - I. N° 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 042/2026

INEXIGIBILIDADE N° 001/2026

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA, COM SEDE NA TOMAZ SILVEIRA, 459, CENTRO – LAGOA NOVA/RN - CEP: 59.390-000 **- CNPJ/MF**: **08.313.923/0001-05**.

CONTRATADO: CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA | CNPJ: 27.073.834/0001-83, COM SEDE NA PÇ LUIZ CARLOS, 78 – CENTRO – CARAÚBAS/RN – CEP: 59.780-000.

OBJETO: PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES PARA SERVIDORES PARTICIPAREM DO V - SEMINÁRIO SERRANO DE LICITAÇÕES & CONTRATOS, CONFORME NECESSIDADE DO CONISA.

VALOR GLOBAL: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço.

ATIVIDADE: 0101.041220001.2.001 – Manutenção do Consórcio; **ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.39 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica; **FONTE**: 15000000 – Recurso Livre de Consórcio.

BASE LEGAL: ART. 74, "f" da Lei Federal nº 14.133/21.

LAGOA NOVA/RN, 25 de março de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Jose Flavio Cardoso da Silva
Código Identificador:E5E7B48B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ RN (CIM SERIDO)

PRESIDÊNCIA
PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO – LRO

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO – LRO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE (CIM-SERIDÓ)** com CNPJ: **15.605.955/0001-40**, torna público que está requerendo ao IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, a **Licença de Regularização de Operação - LRO** para uma Usina de Asfalto, localizada na Rodovia RN - 088, S/N, Zona de Expansão Urbana, Cruzeta/RN.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:4B9B7558

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025

REF. PROC. ADMINIST. N° 0075/2026

AVISO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2025 - Processo Adm. n.° 0266/2025

Partes: ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó.

FORNECEDOR REGISTRADO: DROGARIA MAIS SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 27.796.696/0001-60.

O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 28, inciso I, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, bem como demais normas aplicáveis à matéria, torna público o cancelamento do registro do fornecedor na Ata de Registro de Preços Nº 021/2025, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, conforme apurado no âmbito do processo administrativo 0075/2026 e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços. **DATA DO CANCELAMENTO:** 25 de março de 2026

Caicó/RN, 25 de março de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó

Publicado por:
Ruan Breno Araújo
Código Identificador:A278FD3B

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 007/2025

Ref. Processo Administrativo CIS nº 0266/2025

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 007/2025

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ**, através do Agente de Contratação/Pregoeiro da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Presidente do Consórcio, através da Portaria nº 001/2025, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a REABERTURA da Sessão do **Processo Administrativo CIS nº 0266/2025** na modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 007/2025,** tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR,** visando atender as necessidades da Policlínica Regional do Seridó. Motivo da reabertura é a desclassificação da empresa**DROGARIA MAIS SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA - LTDA,**inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 27.796.696/0001-60, e convocação dos próximos classificados, tendo em cancelamento do registro da referida empresa na Ata de Registro de Preços nº 021/2025, nos termos do art. 28, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, em razão do descumprimento das condições estabelecidas no instrumento. Data da Reabertura da sessão pública: 27/03/2026 às 14h00. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/RN, 25 de março de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação do CIS-Seridó

Publicado por:
Ruan Breno Araújo
Código Identificador:E60106AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2025
PROCESSO: 364/2025
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
CONTRATADA: INSTITUTO DE ENDOSCOPIA DE MOSSORO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a inclusão de novas especialidades médicas referentes aos serviços realizados do presente contrato firmado entre as partes, mediante a inserção na Cláusula Primeira do seguinte procedimento que se expõe a seguir:
Descrições de exames laboratoriais:
02.11.08.005-5 ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNCAO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR R$ 109,20
ASSINATURAS: Antonio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Thiago Abrantes Barbosa - sócio da empresa **INSTITUTO DE ENDOSCOPIA DE MOSSORO LTDA**
DATA DO TERMO ADITIVO: 24 de março de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:385EA962

DIRETORIA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0110/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0110/2025
PROCESSO: 549/2025
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
CONTRATADA: DH&C CLíNICA MÉDICA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a inclusão de novas especialidades médicas referentes aos serviços realizados do presente contrato firmado entre as partes, mediante a inserção na Cláusula Primeira do seguinte procedimento que se expõe a seguir:
Descrições de exames laboratoriais:
03.01.01.007-2 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – GASTROENTEROLOGIA R$ 110,00
ASSINATURAS: Antonio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Felipe Gondim Rodrigues De Carvalho Dias - sócio da empresa **DH&C CLíNICA MÉDICA LTDA**
DATA DO TERMO ADITIVO: 23 de março de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:7555941D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ary de Pinho, inscrito no CNPJ nº **08.097.008/0001-20**, através de seu Agente de Contratação, designado pela **Portaria nº 205/2025**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na modalidade de **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR O PROJETO DE REFORMA DA FACHADA DA ESCOLA MUNICIPAL CANTÍDIA AUDA PIRES – ACARI/RN.** A realização do certame está prevista para o dia **13 de abril de 2026**, às **10:31 horas** (horário de Brasília/DF). O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 07:00 às 13:00 horas e nos seguintes sites:

www.acari.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.
Acari/RN, 25 de março de 2026.

JACKSON SOARES -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:28F9E461

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de mobiliário e outros materiais permanentes, equipamentos de informática e demais itens necessários a estruturação e aofuncionamento da Biblioteca Pública Municipal Maria de Jesus no Município de Acari, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Acari/RN.

Considerando a necessidade de alteração do Termo de Referência, anexo ao Edital, com a inclusão de informações relevantes sobre os itens, tornando o Termo de Referência com descrição mais clara, precisa e suficiente do objeto. **O presente certame licitatório, fica suspenso até nova publicação**. A suspensão de uma licitação antes da fase de lances, sob a Lei nº 14.133/2021, pode ocorrer por diversas razões, como a necessidade de reavaliar documentos, aguardar pareceres técnicos ou jurídicos, ou resolver questões que impeçam o andamento do processo. Nesse contexto, viu-se a necessidade de inclusão de especificações técnicas para a adequada compreensão do objeto licitado, o que permite a administração suspender o presente certame para uma nova análise e posterior emissão de parecer jurídico sobre o assunto.

Acari/RN, 25 de março de 2026

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:2754C44E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2022,

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.097.008/0001-20CONTRATADA e a empresa **LP COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ nº 18.800.902/0001-78,
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o REAJUSTE DOS VALORES CONTRATUAIS, visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 020/2022, que trata da prestação dos serviços de transporte escolar da rede municipal de ensino de Acari/RN.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO VALOR CONTRATUAL
3.1 - Fica reajustado o valor global do contrato, passando de **R$ 881.168,00 (oitocentos e oitenta e um mil cento e sessenta e oito reais), sexto termo aditivo p**ara **R$ 944.312,00 (novecentos e quarenta e quatro mil trezentos e doze reais), c**onforme descrita a seguir, com base na aplicação do índice INPC, nos últimos dois anos.
CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, consignadas no orçamento vigente, conforme segue: Unidade Orçamentária Secretaria De Educação, Cultura E Esportes Programa 0015 Expansão E Melhoria Da Infraestrutura Da Educação Elemento De Despesa . 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte De Recurso 1.540.0000.

Acari/RN, 10 de março de 2026.

Secretária Municipal de Educação
Contratante

LP COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES EIRELI – ME
CNPJ nº 18.800.902/0001-78
Contratada

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:E5034FEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 58/2026 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 72, VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal MARCONE MAX DE ARAÚJO RODRIGUES, matrícula nº. 10.***, do cargo efetivo de Odontólogo-Cirurgião Dentista, tendo sido nomeado através da Portaria nº. 37, de 02 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 23 de março de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:DD1EA954

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 020/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 411/2026

EXTRATO DE CONTRATO 020/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 411/2026
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ:08.294.688/0001-71,**CONTRATADA**: P P M PRODUÇÕES ARTISTICASE LOCAÇÃO DE SOM - CNPJ 31.318.311/0001-27
OBJETO: Contratação de atração artística/musical (PEDRO MATIAS) para apresentações no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV). em atenção a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SMASTH de Afonso Bezerra/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 12 (doze) meses.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO:04-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO:08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
PROGRAMA:0009-MAIS ASSISTENCIA

PROJ./ATIV.:2083-MANUT DO PSB-PROT SOCIAL BASICA-SCFV
ELEMENTODED3.90.39-OutrosServiços.deTerceiros-PessoaJuridica
FONTE: 1.660.0000- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS
ÓRGÃO:04-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:04.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO:08 -ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:244-ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA:0009-MAIS ASSISTENCIA
PROJ./ATIV.:2036 MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica
FONTE:1.5000000- Recursosnão Vinculados de lmpostos
Assinaturasem 20/03/2025,**Pela Contratante:**Haroldo José Bezerra da Paz,CPF nº 049.***.***-00 e**Pela Contratada**: Pedro Paulo Matias Fernandes, CPF: 011.***.***-65.

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:7208809D

LICITAÇÃO
RESULTADO DISPENSA 01-2026

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA ELETRONICA Nº 01/2026
Processo nº 238/2026
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

O Agente de Contratação do Município de Afonso Bezerra, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso VI do Art. 72 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, TORNAR PUBLICO o resultado da Contratação Direta nas conformidades do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização da jornada pedagógica 2026.

PROPOSTAS APRESENTADAS (RANKING POR PREÇO):
1º - EMPRESA RAZÃO SOCIAL: JJ ASSESSORIA CNPJ: 43.485.894/0001-60 ENDEREÇO: Rua Moacyr da Cunha Melo, Ponta Negra, Natal/RN, 59090-110, Cep: 59064-390 Natal/RN TELEFONE / CELULAR: (84) 994780467 EMAIL: jjassessoriaeducacional@gmail. Com valor global R$ 50.090,00 (cinquenta mil e noventa reais).
2º - EMPRESA: 46.679.708 JOSE FABIO BEZERRA DA SILVA-CNPJ: 466.797.08.0001/11, Rua: Leandro Pinto, nº 31 - Centro / São Bento – PB Telefone: (83) 9.9939-7974 E-mail: atendimento@contemporaneiaassessoria.com – valor global R$ 63.835,20 (sessenta e três mil, oiticentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
3º - EMPRESA: NDS – Núcleo de Desenvolvimento Social CNPJ: 04.656.212/0001-82 ENDEREÇO: Rua José Farache, 1420, Lagoa Seca – NATAL/RN Telefone: (84) 3613-1754 E-MAIL: nucon@uol.com.br – valor global R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais). Classificada, Habilitada e Vencedora.
Razão da escolha da proposta e escolha da licitante: justificativa do menor preço ecomprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme preceitua o art. 72, Incisos V, VI e VII da NLL.

Fundamentação: Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021.

Registre-se.
Publique-se.

Afonso Bezerra-RN, 16 de março de 2026.

FÁBIO F. VIANA
Agente de Contratação
Port. 110/2025

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:7AB0FD9A

LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LCITAÇÃO Nº 1/2026

DISPENSA DE LCITAÇÃO Nº 1/2026
Processo nº 238/2026
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

Em conformidade com o inciso VIII do artigo 72, da Lei Federal n° 14.133/2021, ***AUTORIZO*** a Contratação por Dispensa de licitação, com base no resultado proferido pelo Agente de Contratação, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 238/2026, Dispensa de Licitação em razão do valor n° 1/2026, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, referente a contratação da proposta mais vantajosa para a organização e realização da Jornada Pedagógica 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Afonso Bezerra/RN, e ***HOMOLOGO*** o resultado do procedimento a empresa:

EMPRESA: NDS – Núcleo de Desenvolvimento Social CNPJ: 04.656.212/0001-82 ENDEREÇO: Rua José Farache, 1420, Lagoa Seca – NATAL/RN, E-MAIL: nucon@uol.com.br
Com valor global R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Razão da escolha da contratada e da proposta: Tecnicamente justifica-se pela Expertise Específica: A empresa/profissional deve possuir um histórico comprovado na área de consultoria educacional justifica-se a escolha da empresa contratada fundamenta-se em sua comprovada expertise e experiência na prestação de serviços especializados, possuindo histórico comprovado na área supracitada, demonstrada por atestado semelhante de objeto de mesma natureza no âmbito de jornada pedagógica. Com relação aos preços justifica-se pela comprovação do menor preço ofertado pela licitante, este abaixo da média de mercado para eventos deste porte, a vantagem econômica está demonstrada. Por fim, com comprovação de atendimento aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme preceitua o art. 72, Incisos V, VI e VII da NLL.
Fundamentação: Dispensa de licitação em razão do valor, Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021.

Cumpra-se.
Publique-se.

Afonso Bezerra-RN, 25 de março de 2026.

HOROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:0FB4D174

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 202, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao senhor **JOSÉ DANTAS JÚNIOR,** portador do CPF nº 037.659.664-36, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante da função de Assessor, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a

importância de **R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 30.850-1, referente à diárias no período dos dias **26 e 27 de março de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta edilidade – Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA, ficando-lhe atribuído 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 25 de março de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:48AC154A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 203, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a senhora **FRANCISCA MONICA PAZ DE SOUSA DANTAS,** portadora do CPF nº 090.815.324-48, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante da função de Coordenadora, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 20.944-9, referente à diárias no período dos dias **26 e 27 de março de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta edilidade – Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA, ficando-lhe atribuído 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 25 de março de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:2EE3E83D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 013/2026

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao **Sr. DIEGO VICTOR DOS SANTOS PEREIRA**, Mat. 10898, ocupante do cargo Comissionado de SUBCOORDENADOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com transporte e alimentação, com objetivo de participar da Oficina do Programa VIGIAGUA de 2026, no dia 26 de março de 2026, em Mossoró/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 07:30h no dia 26 de março de 2026 e retorno previsto para 14hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para dentro do estado é de **R$ 200,00** (Duzentos reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **100,00** (cem reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração.

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:FA64B2F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 014/2026

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao **Sr. WAGNER DE ARAÚJO VERDE**, Mat. 3319, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com transporte e alimentação, com objetivo de participar da Oficina do Programa VIGIAGUA DE 2026, no dia 26 de março de 2026, em Mossoró/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 07:30h no dia 26 de março de 2026 e retorno previsto para 14hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para dentro do estado é de **R$ 160,00** (Cento e sessenta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **80,00** (oitenta reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração.

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:56A6A638

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 023/2026

TERMO DE ADESÃO Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 223017/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS - CNPJ Nº 08.085.409/0001-60
CONTRATADO: FRIOVIX COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA. - AM - ME - CNPJ Nº 09.316.105/0018-77

OBJETO: Aquisição de Ar-condicionado de 18.000 BTUS, destinados à climatização de 12 salas de aulas nas escolas: Escola Municipal Professora Maria Odila, CMEI Júlia Amélia Cruz e Escola Municipal Espedito Alves, no município de Angicos/RN.

VALOR GLOBAL: O valor total do Presente contrato é de R$ 32.292,00 (trinta e dois mil duzentos e noventa e dois reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 – Educação
Sub Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0001 GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENCIA E TRANSPARENCIA.
Projeto/Atividade: 2045 Manutenção do Ensino Infantil
Elementos de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT
Fonte: 25420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - (Recursos de Exercícios Anteriores)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 86, §2º, Incisos I, II e III c/c §3º, Incisos I e II da Lei Nº. 14.133/2021.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 17 de março de 2026.

SIGNATÁRIOS: Miguel Pinheiro Neto – pela contratante e Daniel Mariani Magalhães Prado– pela contratada.

Angicos/RN, em 17 de março de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leslie Rayssa Pinheiro de Melo
Código Identificador:DB9873D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00014/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTÔNIO MARTINS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00014/2026
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00014/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Locação, montagem, manutenção e desmontagem de estrutura completa de som, palco e gerador de energia, destinada à realização das festividades alusivas aos 63 anos de emancipação política do município de Antônio Martins/RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: LUCIMAR ALVES MEDEIROS - CPF: ***.360.564-** - R$ 22.500,00.

Antonio Martins - RN, 24 de Março de 2026

FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES REINALDO
Secretario de Cultura

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:98733229

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE CONTRATO - DV00014/2026 - CT Nº 00067/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTÔNIO MARTINS

EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: Locação, montagem, manutenção e desmontagem de estrutura completa de som, palco e gerador de energia, destinada à realização das festividades alusivas aos 63 anos de emancipação política do município de Antônio Martins/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00014/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: PODER 02 PODER EXECUTIVO ORGÃO 10 – SEC. MUNICIPAL DE CULTURA FESTIVIDADES E COMEMORACOES – 13.392.0004.2006.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – 3.3.90.36.00. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026.PARTES CONTRATANTES: Secretaria Municipal de Cultura de Antônio Martins e: CT Nº 00067/2026 - 25.03.26 - LUCIMAR ALVES MEDEIROS - CPF ***.360.564-** - R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:7EEB8484

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1140/2026 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com as seguintes representações.

Instituições Governamentais

Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social – SEMDAS
Titular: Antônia Veronica Pinheiro de Assis
Suplente: Maria Clara Maia Lima

Secretaria Municipal de Educação - SEME
Titular: Suerlange Soares
Suplente: Cristiania Viana de Moraes

Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Murilo César de Morais Marinho
Suplente: IItomar Luiz Leite de França

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN– Campos Apodi
Titular: Gigliola Janaina de Freitas Silva
Suplente: Izabel Cristina Leite de Lima

Hospital Regional Hélio Morais Marinho
Titular: Maria Gilvaneide da Costa Alves
Suplente: Maria Marluce Lopes Marinho

Instituições /representantes da Sociedade Civil

AFATA – Associação da Família Atípicas de Apodi
Titular: Leonice Leitão Fernandes da Costas
Suplente: Nádia Rayane Ribeiro Linhares

APDA – Associação de Pessoas com Deficiência

Titular: Raimunda Ferreira Freire
Suplente: Maria Valdineide de Souza

Representante de usuário: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (centro do idoso)
Titular: Francisco de Paula de Freitas
Suplente: Maria de Fátima Gama

Representante de Trabalhadora do SUAS
Titular: Noelice Dias Silva
Suplente: Ana Renata Albuquerque Praxedes

COOPAPI – Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
Titular: Ana Lúcia Gomes de Oliveira
Suplente: Isaac Wallacy de Souza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 25 de março de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:09F76C30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 811/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Arez, o imóvel que menciona; localizado no Centro de Arez , para realização de obra de pavimentação e melhorias urbanísticas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da atribuição que lhe confere A Lei Orgânica do Município, artigo 57, IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, XXIV, Da Constituição Federal e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 341/2026.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do imóvel localizado na Rua Ímola, Centro, área localizada por coordenadas geográficas, seguida por seus confinates de lados e fundo, coordenadas em graus decimais: Lat. 6°11’33.55”, Long. 35°10’03.69” com uma área total de 153m² (cento e cinquenta e três metros quadrado).
§ 1º Notifique-se o proprietário ou quem de direito da desapropriação que neste decreto que menciona para que ciente(s) apresente(m) suas alegações nos autos do Processo administrativo n° 341/2024, concordando ou não o proprietário ou quem de direito dê-se andamento ao processo de desapropriação na forma do Decreto-Lei 3.363/1941.
§ 2º Havendo pelo proprietário ou quem de direito aceitação da desapropriação que trata este decreto proceda a Procuradoria Geral com o acordo previsto nos artigos 10, caput e 10-A, § 1º e incisos do Decreto-Lei 3.365/1941.
Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, concluído o processo de desapropriação, será destinado ao uso para pavimentação de Rua Ímola para melhorias urbanísticas.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Tesouro Municipal.
Art. 4º A Procuradoria Geral do Município de Arez/RN fica autorizada a promover, na forma prevista em legislação, a desapropriação do imóvel a que se refere o art. 1º, e pode, para efeito de emissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 25 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:112C71F2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 812/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Arez, o imóvel que menciona; localizado no Centro de Arez , para realização de obra de pavimentação e melhorias urbanísticas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da atribuição que lhe confere A Lei Orgânica do Município, artigo 57, IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, XXIV, Da Constituição Federal e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 342/2026.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do imóvel localizado na Rua Ímola, Centro, área localizada por coordenadas geográficas, seguida por seus confinates de lados e fundo, coordenadas em graus decimais: Lat. 6°11’38.36”, Long. 35°10’02.85” com uma área total de 103,99m² (cento e três vírgula noventa e nove metros quadrado).
§ 1º Notifique-se o proprietário ou quem de direito da desapropriação que neste decreto que menciona para que ciente(s) apresente(m) suas alegações nos autos do Processo administrativo n° 342/2024, concordando ou não o proprietário ou quem de direito dê-se andamento ao processo de desapropriação na forma do Decreto-Lei 3.363/1941.
§ 2º Havendo pelo proprietário ou quem de direito aceitação da desapropriação que trata este decreto proceda a Procuradoria Geral com o acordo previsto nos artigos 10, caput e 10-A, § 1º e incisos do Decreto-Lei 3.365/1941.
Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, concluído o processo de desapropriação, será destinado ao uso para pavimentação de Rua Ímola para melhorias urbanísticas.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Tesouro Municipal.
Art. 4º A Procuradoria Geral do Município de Arez/RN fica autorizada a promover, na forma prevista em legislação, a desapropriação do imóvel a que se refere o art. 1º, e pode, para efeito de emissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 25 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:7CE016BC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 813/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Arez, o imóvel que menciona; localizado no Centro de Arez , para realização de obra de pavimentação e melhorias urbanísticas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da atribuição que lhe confere A Lei Orgânica do Município, artigo 57, IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, XXIV, Da Constituição Federal e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 343/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do imóvel localizado na Rua Ímola, Centro, área localizada por coordenadas geográficas, seguida por seus confinates de lados e fundo, coordenadas em graus decimais: Lat. 6°11'37.92", Long. 35°10'02.90" com uma área total de 53m² (cinquenta e três metros quadrado).

§ 1º Notifique-se o proprietário ou quem de direito da desapropriação que neste decreto que menciona para que ciente(s) apresente(m) suas alegações nos autos do Processo administrativo n° 343/2026, concordando ou não o proprietário ou quem de direito dê-se andamento ao processo de desapropriação na forma do Decreto-Lei 3.363/1941.

§ 2º Havendo pelo proprietário ou quem de direito aceitação da desapropriação que trata este decreto proceda a Procuradoria Geral com o acordo previsto nos artigos 10, caput e 10-A, § 1º e incisos do Decreto-Lei 3.365/1941.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, concluído o processo de desapropriação, será destinado ao uso para pavimentação de Rua Ímola para melhorias urbanísticas.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Tesouro Municipal.

Art. 4º A Procuradoria Geral do Município de Arez/RN fica autorizada a promover, na forma prevista em legislação, a desapropriação do imóvel a que se refere o art. 1º, e pode, para efeito de emissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 25 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:DF417473

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 814/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Arez, o imóvel que menciona; localizado no Portal da Cidade, Centro de Arez, para realização de obra de pavimentação e melhorias urbanísticas e drenagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da atribuição que lhe confere A Lei Orgânica do Município, artigo 57, IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, XXIV, Da Constituição Federal e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 344/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do imóvel localizado na Rua Ímola, Centro, área localizada por coordenadas geográficas, seguida por seus confinates de lados e fundo, coordenadas em graus decimais: Lat. 6°11'3.0", Long. 35°10'39.0" com uma área total de 440m² (quatrocentos e quarenta metros quadrado).

§ 1º Notifique-se o proprietário ou quem de direito da desapropriação que neste decreto que menciona para que ciente(s) apresente(m) suas alegações nos autos do Processo administrativo n° 344/2026, concordando ou não o proprietário ou quem de direito dê-se andamento ao processo de desapropriação na forma do Decreto-Lei 3.363/1941.

§ 2º Havendo pelo proprietário ou quem de direito aceitação da desapropriação que trata este decreto proceda a Procuradoria Geral com o acordo previsto nos artigos 10, caput e 10-A, § 1º e incisos do Decreto-Lei 3.365/1941.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, concluído o processo de desapropriação, será destinado ao uso para pavimentação, melhorias urbanísticas e drenagem.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Tesouro Municipal.

Art. 4º A Procuradoria Geral do Município de Arez/RN fica autorizada a promover, na forma prevista em legislação, a desapropriação do imóvel a que se refere o art. 1º, e pode, para efeito de emissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 25 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:F71D65B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 068/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Senhor Kleyton Basílio Chacon, RG 1.999.634, para o cargo de Secretário Municipal da Tributação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 01 de janeiro de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:A74072E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 180301/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020401/2026 - PROCESSO N° 141998/2026

Espécie: Contrato nº 180301/2026, firmado em 18/03/2026; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura, CNPJ/MF sob o nº. 08.161.234/0001-22, **Contratado**: CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA - CNPJ nº 26.768.764/0001-15; **Objeto**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil, tipo e-CPF e e-CNPJ modelo A1 e A3; **Amparo**: Dispensa de Licitação nº 020401/2026; **Processo**: 141998/2026; **Vigência**: de 18/03/2026 a 31/12/2026; **Cobertura Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei nº. 676 de 18 de dezembro de 2025**; **Valor total**: R$ 5.823,00 (cinco mil e oitocentos e vinte e três reais); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado**, Priscila Consani das Merces Oliveira.

Arez/RN, 18 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:4C815B32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020401/2026 - PROCESSO Nº 141998/2026

OPrefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

CONTRATADA: **CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.768.764/0001-15;
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil, tipo e-CPF e e-CNPJ modelo A1 e A3.
VIGÊNCIA: Até o final de exercício financeiro em vigência.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 5.823,00 (cinco mil e oitocentos e vinte e três reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município, Lei Municipal nº. 676/2025, de 18 de dezembro de 2025**.
BASE LEGAL: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Arez/RN, 18 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:CCBAF94E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020401/2026 - PROCESSO Nº 141998/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas atualizações posteriores, para a contratação do proponente: **CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.768.764/0001-15, com o valor total de **R$5.823,00** (cinco mil e oitocentos e vinte e três reais), referente à **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil, tipo e-CPF e e-CNPJ modelo A1 e A3.**
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, determinando que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Arez/RN, 18 de março de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:6661A272

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao servidor municipal abaixo relacionado, depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Santa Cruz/RN, para transporte de pacientes regulados pelo Estado, no dia 13 de março de 2026.
01. LEONALDO PEREIRA DO NASCIMENTO, Motorista, Matrícula - 0514, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 12 de março de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:7A411F6C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 042/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar à concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de São José de Mipibu/RN, para realização de diligência de Urgência da Criança e do Adolescente - Conselho Tutelar, no dia 25 de março de 2026.
01. GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA – Conselheiro Tutelar, matrícula 12912, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
02. ELIZANGELA NASCIMENTO DE OLIVEIRA – Conselheiro Tutelar, Matrícula 00837, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
03. MARIA JOELMA DA SILVA HELENO – Conselheira Tutelar, Matrícula 00658, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
04. FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA – Motorista, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 25 de março de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:A8CF2969

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 043/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar do 6° Encontro das IGR'S – Degustação de Produtos Regionais e Artesanato, no dia 26 de março de 2026.

01. MARIA BERNADETE DE SOUSA LEITE COSTA – Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente, matrícula 11584, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais);
02. KÁTIA ANDRADE DA SILVA – Agente Administrativo, Matrícula 00161, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
03. IRAMAR PAIVA DE SOUZA – Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 00227, R$ R$62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 25 de março de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:A414D37E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 044/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da Palestra - Planejamento Estratégico para a Quadra Chuvosa 2026, no dia 26 de março de 2026.
01. JOSE ANDREILTON SILVA DE LIMA – Assessor Executivo, matrícula 14338, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 25 de março de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:1F84A702

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 098/2025 DA ADESÃO N° 003/2025 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120300001/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A PESSOA JURÍDICA PESCADOS FISH LTDA – CNPJ: 03.097.776/0001-60.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF: 672.435.924-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **PESCADOS FISH LTDA – CNPJ: 03.097.776/0001-60**, com sede na Rua Ponte Nova, 413, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, CEP: 59114-070, REPRESENTADO PELO **SR. GILVAN DANTAS GALVÃO**, inscrita no CPF sob o n.º 365.864.714-00; doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 12030001/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1. O presente Termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 098/2025, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, referente aquisição de peixes corvina inteiro congelado, para distribuição gratuita junto à população carente do Município de Baraúna/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia 24/03/2026 a 24/03/2027 e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE:
3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta.
3.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 098/2026 da Adesão n° 003/2025 ao Processo Administrativo n° 120300001/2025 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 18 de março de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna	Pescados Fish LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***GILVAN DANTAS GALVÃO***
Prefeita Municipal	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:21248FC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA NO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A EMPRESA DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.XXX.XXX-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26**, com sede na CH 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD - CEP: 85933000 - Ouro Verde do Oeste/PR, representada pelo Sr. **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS,** brasileiro, solteiro, Gerente de Faturamento e Contrato, com endereço profissional na Rua Barão de Bonito, 408, Bairro Várzea, Recife/PE, portador da Cédula de Identidade nº 7.427.695 SDS/PE e do CPF/MF nº **072.180.034-35**, denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO JUSTIFICATIVA
2.1 Em atenção ao pedido protocolado pela empresa **DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26,** a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Geral do Município opinou pelo pedido de aditivo para substituição de marca Termo de contrato do Pregão 017/2024, conforme o contido nos autos do processo físico, Processo Administrativo nº 23900001/2024.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO
3.1. Fica substituída a marca do produto, conforme especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA CONTRATADA	MARCA ACEITA PARA ALTERAÇÃO
	COMPLEXO B 2ML	HYPOFARMA	SANTISA
	METOCLOPRAMIDA 10/ML 2ML	FARMACE	HALEX ISTAR
	OLEO MINERAL 100ML	IMEC	CRISTALIA
	OMEPRAZOL 40MG	UNIÃO QUIMICA	CRISTALIA
	FUROSEMIDA 20MG/ML 2ML	HYPOFARMA	SANTISA
	CLOR. DE POTASSIO 19,1% 10ML	10ML SAMTEC	HALEX ISTAR

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
4.1. O prazo de vigência deste Termo Aditivo é o mesmo do contrato original, iniciando-se na data de sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
5.1. Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

5.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 13 de março de 2026

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Drogafonte LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:60CBD5AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO O Município de BARCELONA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.002.180/0001-52, representado por Fabiano Lopes Pereira, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e JOSE JANUARIO DE SOUZA NETO, inscrito(a) no CPF 077.341.944-60, com sede na Rua São João Batista, 110, Centro, Rui Barbosa/RN, 59420-000, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 25 de Março de 2027, nos termo do art. 107, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21. CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO Visando manter o equilíbrio financeiro do contrato, fica acrescido ao valor inicialmente pactuado o montante de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) a serem liberados em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 3.500,00 (tres il e quinhentos reais). CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta do Orçamento de 2026 e no de 2027. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação. CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

BARCELONA - RN, 24 de março de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
CNPJ08.002.180/0001-52
Contratante

JOSÉ JANUÁRIO DE SOUZA NETO
CPF 077.341.944-60
Contratado

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:1FED96B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN.
CONTRATADO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN, inscrita no CNPJ sob o nº **08.334.385/0001-35**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, Natal/RN, CEP 59.015-000.

Objeto: Fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário para o Centro Administrativo e anexos da Prefeitura de Bento Fernandes/RN.
Valor Global Estimado: O valor da presente contratação será definido conforme o consumo efetivo medido mensalmente, observadas as tarifas vigentes homologadas pelo órgão regulador competente.
Recursos Orçamentários:
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 02001 – SEC.MUN.ADMIN.PLANEJ.E FINANÇAS
Função:..... 04 – Administração
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0003 – MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO
Ação:.....2005 – Otimização das Atividades da Secretaria,
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 03001 – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo
Função:..... 04 – Administração
Subfunção:..... 695 – TURISMO
Programa:.....0013 – DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
Ação:.....2069 – Manut Secret Mun de Esportes, Lazer e Turismo
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária:..... 04.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função:..... 08 – Assistência Social
Subfunção:..... 244 – Assistência Comunitária
Programa:.....0009 – BENTO FERNANDES CIDADÃ – ACOLHEDORA, JUSTA E IGUALITÁRIA
Ação:.....2020 – MANUT DAS ATIVID DE APOIO A ORG A GESTÃO DO SUAS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de impostos

---

Órgão:..... 03 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:..... 05001 – Fundo Municipal de Saúde
Função:..... 10 – Saúde
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0002 – GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2037 – MANUT DAS ATIV DO FUNDO MUN DE SAÚDE- FMS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

Fonte de Recurso:..... 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade Orçamentária:..... 06001 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Função:..... 12 EDUCAÇÃO
Subfunção:..... 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:..... 0008 ACESSO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Ação:.....2040 MANUT DAS ATIV DA SECRET MUN DE EDUCAÇÃO
Ação:.....2046 MANUT DAS ATIV DO SALÁRIO EDUCAÇÃO-QSE
CONSUMO
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:.....15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte de Recurso:.....15500000 – Transferência do Salário-Educação
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
Função:..... 15 URBANISMO
Subfunção:..... 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:.....0002 GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:..... 2062 MANUT DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 08001 – SEC MUN DE DESENV AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
Função:.....18 – GESTÃO AMBIENTAL
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2063 – MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE DESEN AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---

Órgão:.....02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:.....09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
Função:.....13 CULTURA
Subfunção:.....122 Administração Geral
Programa:..... 0002 GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2058 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Base Legal: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 , com fulcro nas justificativas técnicas e jurídicas constantes nos autos do processo de inexigibilidade.
Vigência contratual: O contrato terá vigência a partir de **01 de março de 2026 até 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado nos termos da lei, observada a eficácia da contratação após a devida publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Bento Fernandes/RN, 25 de março de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:220F54E8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN.
CONTRATADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.324.196/0001-81, com sede na Rua Ludwig Ernst, 444, Praia do Meio, Natal/RN, CEP 59.010-127.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento contínuo de energia elétrica, sob o regime de concessão, para atender às necessidades operacionais e de funcionamento das diversas unidades consumidoras vinculadas às Secretarias Municipais da Prefeitura de Bento Fernandes/RN.
Valor Global Estimado: O valor da presente contratação será definido conforme o consumo efetivo medido mensalmente, observadas as tarifas vigentes homologadas pelo órgão regulador competente.
Recursos Orçamentários:
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 02001 – SEC.MUN.ADMIN.PLANEJ.E FINANÇAS
Função:..... 04 – Administração
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0003 – MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO
Ação:.....2005 – Otimização das Atividades da Secretaria,
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 03001 – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo
Função:..... 04 – Administração
Subfunção:..... 695 – TURISMO
Programa:.....0013 – DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
Ação:.....2069 – Manut Secret Mun de Esportes, Lazer e Turismo
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária:..... 04.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função:..... 08 – Assistência Social
Subfunção:..... 244 – Assistência Comunitária
Programa:.....0009 – BENTO FERNANDES CIDADÃ – ACOLHEDORA, JUSTA E IGUALITÁRIA
Ação:.....2020 – MANUT DAS ATIVID DE APOIO A ORG A GESTÃO DO SUAS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de impostos

---

Órgão:..... 03 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:..... 05001 – Fundo Municipal de Saúde
Função:..... 10 – Saúde
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0002 – GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2037 – MANUT DAS ATIV DO FUNDO MUN DE SAÚDE- FMS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

Fonte de Recurso:..... 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade Orçamentária:..... 06001 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Função:..... 12 EDUCAÇÃO
Subfunção:..... 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:..... 0008 ACESSO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Ação:.....2040 MANUT DAS ATIV DA SECRET MUN DE EDUCAÇÃO
Ação:.....2046 MANUT DAS ATIV DO SALÁRIO EDUCAÇÃO-QSE CONSUMO
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:.....15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte de Recurso:.....15500000 – Transferência do Salário-Educação
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
Função:..... 15 URBANISMO
Subfunção:..... 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:.....0002 GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:..... 2062 MANUT DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---
Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 08001 – SEC MUN DE DESENV AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
Função:.....18 – GESTÃO AMBIENTAL
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2063 – MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE DESEN AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
---

Órgão:.....02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:.....09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
Função:.....13 CULTURA
Subfunção:.....122 Administração Geral
Programa:..... 0002 GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2058 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV DE TERCEIROS – PJ

Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Base Legal: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 , com fulcro nas justificativas técnicas e jurídicas constantes nos autos do processo de inexigibilidade.
Vigência contratual: O contrato terá vigência a partir de **01 de março de 2026 até 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado nos termos da lei, observada a eficácia da contratação após a devida publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Bento Fernandes/RN, 25 de março de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:0EC14AC3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 068/2026

PORTARIA Nº 068/2026
Bento Fernandes/RN, em 25 de março de 2026.

Designa Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação do Município de Bento Fernandes -RN.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BENTO FERNANDES, no uso da competência legal que lhe foi atribuída pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 8º, da Lei n° 14.133/2021, observadas as demais normas que regem a matéria, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, nas devidas funções, no âmbito da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN:

§1° TIAGO VARELA DA CÂMARA, CPF nº 084.083.664-32 - O servidor fica designado para presidir a Comissão de Contratação, bem como Agente de Contratação estritamente nos certames licitatórios, cabendo-lhe a função de Pregoeiro na modalidade Pregão, ficando isento das atribuições e condução referentes às Contratações Diretas.

§2° LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, CPF nº 107.275.374-07 - O servidor fica designado para atuar como Agente de Contratação com competência exclusiva para os processos de Contratação Direta.

§3° JOSE TIAGO INACIO DE OLIVEIRA, CPF nº 700.641.224-25 – O servidor fica designado para integrar a Equipe de Apoio no âmbito do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN.

§4° HELLEN SAFIRA FRANÇA DA SILVA, CPF nº 080.043.924-40 – A servidora fica designado para integrar a Equipe de Apoio no âmbito do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:E44BFB65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 001/2026 – SME

PORTARIA Nº 001/2026 – SME

Dispõe sobre a homologação do Parecer CME nº 001/2026, que aprova a Adesão as Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte, no âmbito da rede municipal de ensino.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENTO FERNANDES/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de atualização curricular em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, bem como a integração das competências gerais e específicas da área de Computação, este Conselho passou a analisar a matéria.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estabelecendo que "a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio";
CONSIDERANDO o Parecer CNE/CB nº 01/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que instituíram a BNCC Computação – Complemento à BNCC, definindo competências e habilidades relativas à cultura digital, ao mundo digital e ao pensamento computacional em todas as etapas da Educação Básica.
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui a Computação como área do conhecimento da Educação Básica;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 220/2025, de 31 de outubro de 2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fica normais para a cooperação entre

União, Estados, o Distrito federal e os municípios para elaboração e implementação de políticas, programas e de ações educacionais em regime de colaboração;
CONSIDERANDO a Resolução CIF nº 15/2025, que condiciona o recebimento da complementação da União ao FUNDEB, no exercício de 2026, à adequação dos referenciais curriculares das redes de ensino à BNCC Computação.
CONSIDERANDO a Portaria-sei nº 11.123, de 12 de dezembro de 2025, que homologou o Parecer nº 160/2025 - CEB/CEE-RN, aprovação das Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte (DCEC).
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 321/2002, 30 de dezembro de 2002, que institui o Sistema Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a decisão do Conselho Estadual de Educação (CEE), reunido em Sessão Plena, em 03 de dezembro de 2025, que acolheu o Parecer nº 160/2025 - originário da Câmara de Educação Básica, deliberou por unanimidade, aprovar a conclusão apresentada e tomada nos termos dos votos dos Conselheiros.
CONSIDERANDO a necessidade de atualização curricular da rede municipal de ensino, em consonância com as diretrizes nacionais e com as demandas contemporâneas da educação digital;
CONSIDERANDO a autonomia pedagógica das unidades escolares e o respeito às especificidades do contexto local;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Parecer CME nº 001/2026, que aprova Adesão as Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte como documento de referência para a organização curricular da área de Computação no âmbito da rede municipal de ensino de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º Estabelecer que a implementação do currículo homologado ocorrerá de forma gradual e preferencialmente transversal às áreas do conhecimento, respeitadas as etapas e modalidades da Educação Básica, conforme planejamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º Determinar que a Secretaria Municipal de Educação promova ações de formação continuada dos profissionais da educação, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação do currículo, em articulação com o Conselho Municipal de Educação.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Bento Fernandes/RN, 25 de março de 2026.

KATIONY SOARES DE LIMA
Secretaria Municipal de Educação de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:20D3D926

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
ATO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°203/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 007/2026

O Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado do **Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a formação **de FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEIXE TIPO CORVINA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E SACOLAS PLÁSTICAS RESISTENTES, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE KITS ALIMENTARES A SEREM DISTRIBUÍDOS DURANTE O PERÍODO DA SEMANA SANTA, ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, TRABALHO E RENDA NO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN.**

O certame foi realizado no dia 24 de março de 2026, às 09h00min, sagrando-se vencedoras as seguintes empresas:

C J DE ARAUJO PESSOA – ME inscrita no CNPJ nº 29.303.584/0001-56, vencedora do lote 01 no valor total de R$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais**).**

SUPRINOR SUPRIMENTOS DO NORDESTE LTDA inscrita no CNPJ nº 07.209.477/0001-20, vencedora do lote 02 no valor total de R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil, cem reais**).**

G F DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOSinscrita no CNPJ nº 08.236.940/0001-96, vencedora do lote 03 no valor total de R$ 1.950,90 (mil novecentos e cinquenta reais e noventa centavos**).**

CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preço e/ou recebimento da ordem de compras.
Publique-se.
Cumpra-se.

Boa Saúde/RN, 25 de março de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:31673E1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 044, 04 DE MARÇO DE 2026 - *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**
Onde se lê: **Art. 1º -** para exercer a função de Coordenador Administrativo, na Escola Municipal Eufrázia de Medeiros Paiva
Leia-se: Art. 1º - para exercer a função de Coordenador Administrativo, na Escola Municipal Sebastião Cleodon de Medeiros.
Portaria nº 044, 04 de março de 2026.
Dispõe sobre a Readaptação de Servidor Efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica Municipal, com previsão legal prevista no art. 24 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico único dos Servidores Municipais.

R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER Readaptação de função ao Servidor **PEDRO RAFAEL NETO**, matrícula nº **120160-3**, ocupante do Cargo Efetivo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Coordenador Administrativo, na Escola Municipal Sebastião Cleodon de Medeiros, pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir de **22 de janeiro de 2026 a 20 de julho de 2026**, conforme Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município, (SESI /AMLAP), datado de 06 de fevereiro de 2026.
Art. 2º - Após o Término do período descrito no artigo anterior, o Servidor deverá apresentar novo Laudo Médico, e será submetido a uma nova avaliação.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2026.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN ,04 de janeiro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:6F831AF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 140 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para cidades com distância de até 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) ARIANE CAROLINE DA SILVA, CPF: 016.###.###-86, na função de Conselheira Tutelar, para participar de Capacitação da Rede de Atendimento, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Currais Novos/RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Currais Novos/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:D3E230A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para cidades com distância de até 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 50,00

(cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) CLEIDE MARIA DE MACEDO SILVA, CPF: 023.###.###-26, na função de Conselheira Tutelar, para participar de Capacitação da Rede de Atendimento, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Currais Novos/RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Currais Novos/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:B3C6151A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 142 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para cidades com distância de até 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) FRANCISCA JOSIENI DE MEDEIROS, CPF: 049.###.###-73, na função de Conselheira Tutelar, para participar de Capacitação da Rede de Atendimento, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Currais Novos/RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Currais Novos/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:
Cumpra-se:

Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:BFE76E58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para cidades com distância de até 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) ROBERTO PEREIRA GALVÃO, CPF: 036.###.###-10, na função de Conselheiro Tutelar, para participar de Capacitação da Rede de Atendimento, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Currais Novos/RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Currais Novos/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:B8EFB9FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para cidades com distância de até 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) STELA MONIK DE CARVALHO, CPF: 701.###.###-07, na função de Conselheira Tutelar, para participar de Capacitação da Rede de Atendimento, junto à 2ª Promotoria de Justiça de Currais Novos/RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Currais Novos/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:C8FEA951

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 145 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Secretário de Governo de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a capital do estado e cidades com distância superior a 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) JHONATA WILLYAN DE FIGUEIREDO SANTOS, CPF: 136.###.###-39, na função Coordenador do Turismo, para participar do 6º Encontro das Instâncias de Governança Regional (IGR"s) do RN, no dia 26 de março de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:
Cumpra-se:

Bodó RN, 25 de março de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:24B30792

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO (RETIFICAÇÃO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 992/2026

O Município de Bom Jesus/RN, por intermédio do(a) Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a **REPUBLICAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 002/2026, do tipo **menor preço**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de roupas hospitalares, compreendendo coleta, transporte, lavagem, desinfecção, secagem, passagem e devolução de enxoval de propriedade da Administração, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

A republicação decorre da necessidade de retificação do edital e do Termo de Referência, em razão da análise de impugnação e/ou pedidos de esclarecimento, com vistas à adequação do instrumento convocatório e à garantia da ampla competitividade do certame.

A sessão pública será realizada no dia **10 de abril de 2026, às 08h00min**, por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas.

O edital retificado poderá ser adquirido na sede da Prefeitura ou através dos sites: https://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao setor de licitações, por meio do e-mail: licitacao@bomjesus.rn.gov.br ,segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00.

Bom Jesus/RN, 25 de março de 2026

FRANCISCO CLAÚDIO GOMES DE SOUZA
Agente de Contratação
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:03E21ECB

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 992/2026

O Município de Bom Jesus/RN, por intermédio do Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que **fica SUSPENSA** a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 002/2026, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de roupa hospitalar, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

A presente suspensão decorre da necessidade de análise e resposta a recurso administrativo e/ou pedido de esclarecimento apresentado por licitante, não apreciado dentro do prazo legal.

Tal medida visa assegurar a observância dos princípios da legalidade, isonomia, transparência, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, bem como garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º da Constituição Federal e do art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

Destaca-se, ainda, que, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, os pedidos de esclarecimento e impugnações devem ser previamente analisados antes da realização da sessão pública, sob pena de comprometimento da lisura, da competitividade e da validade do certame.

A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada, após a devida apreciação das manifestações apresentadas, com a reabertura dos prazos legais e ampla publicidade.

Bom Jesus/RN, 25 de março de 2026

FRANCISCO CLAÚDIO GOMES DE SOUZA
Agente de Contratação
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:5C3021A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 093/2026 - SMG NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DO BJPREV

PORTARIA Nº 093/2026 - SMG

Nomeia membro do Conselho Fiscal do BJPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município, e, art. 1º da Lei nº 455/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora TEREZINHA SILVA DE OLIVEIRA (Certificação Profissional n.º 277732534683003), para compor o Conselho Fiscal do Fundo de Previdência de Bom Jesus/RN, representante dos servidores ativos, no cargo de secretária.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 25 de março de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:55631CE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 041/2026-GP

PORTARIA Nº. 041/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **JANAINA VITOR DA SILVA**, Mat. 572-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com o período de gozo de 04 de março de 2026 a 04 de junho de 2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2026.

Publique-se,
Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 25 de março de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:B692647E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 042/2026-GP

PORTARIA Nº. 042/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares servidores relacionados no quadro abaixo:

NOME	MAT.	FUNÇÃO	SETOR DE LOTAÇÃO	PERÍODO
Miriam Cavalcante Rodrigues	3514-6	Assistente Social	SMAS	01 a 30/04/2026
Aleksandra de Assis da Silva	2878-9	Conselheira Tutelar	SMAS	01 a 30/04/2026
Carlos Eduardo da Silva Cortez	3124-1	Tec. Enfermagem	SMS	01 a 30/04/2026
João Lúcio da Silva	136-2	Ag. Comunitário de Saúde	SMS	01 a 30/04/2026
João Batista Alves de Souza	234-8	Agente de Endemias	SMS	01 a 30/04/2026
Gideonia Matias Alves Costa	139-2	Ag. Comunitário de Saúde	SMS	01 a 30/04/2026
Romildo do Gregório de Oliveira	367-1	Vigia	SMS	01 a 30/04/2026
Tenusia Francisco da Silva Costa	418-9	Cozinheira	SMS	01 a 30/04/2026
Maristela Marques de Oliveira	321-2	Téc. Enfermagem	SMS	01 a 30/04/2026
Maria de Oliveira Gonçalves	231-3	Telefonista	SMS	01 a 30/04/2026
João de Deus de Araújo Filho	2762-6	Enfermeiro	SMS	01 a 30/04/2026
Anelita José Bezerra	2114-8	Ag. Comunitário de Saúde	SMS	06/04 a 05/05/26
Irani Dantas do N. Santana	183-1	Ag. Comunitário de Saúde	SMS	15/04 a 15/05/26
Francisco Antevaldo da Silva	108-2	Tratorista	SMI	01 a 30/04/2026

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 25 de março de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:AE4A1AC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 043/2026-GP

PORTARIA Nº. 043/2026-GP

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos dos Art. 128 e seus itens, da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, licença sem vencimentos para interesse particular por um período de 02(dois) anos, a servidora **SIMONE REGINA DE CARAVALHO**, Mat. 2709-1, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o período de gozo a partir de 05 de março de 2026.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/03/2026.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Brejinho -RN em, 25 de março de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:9E036C5E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 044/2026-GP

PORTARIA Nº. 044/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor **JOÃO ALVES DO NASCIMENTO**, Mat. 229-1, ocupante do cargo efetivo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o período de gozo a partir de 06 de março de 2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2026.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 25 de março de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:00F0963B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 045/2026-GP

PORTARIA Nº. 045/2026-GP

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos dos Art. 128 e seus itens, da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, licença sem vencimentos para interesse particular, por um período de 01(um) ano, a servidora **EDILENE COSTA PESSOA**, Mat. 76-1, ocupante do cargo efetivo de Atendente**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o período de gozo a partir de 08 de fevereiro de 2026.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/02/2026.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Brejinho -RN em, 25 de março de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:273CC917

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

O Pregoeiro do Município de Caiçara do Norte/RN – Prefeitura Municipal, torna público a quem interessar que fica reaprazada para o dia 08 de abril de 2026, às 11:00 horas (horário de Brasília), a Licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço por lote da proposta mais vantajosa, cujo objeto é o para registro de preços destinado à futura e eventual aquisição de Veículo tipo ambulância tipo A, para simples remoção, tipo furgoneta, conforme especificações no termo de referência em anexo, para atender as necessidades do Município de Caiçara do Norte/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou na sede da Prefeitura, no horário das 08:00h às 13:00h.

Caiçara do Norte/RN, 25 de março de 2026.

Pregoeiro

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:8126F74B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O Município de Caiçara do Norte/RN, torna público o Edital da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, do tipo menor preço por empreitada global, cujo objeto é Contratação de empresa para Execução de 3 contenções (espigões) contra avanço do mar na Zona Urbana de Caiçara do Norte/RN, conforme projetos executivos, planilhas orçamentárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. A ser realizada na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, às 10h01min do dia 10/04/2026. O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico acima mencionado e no portal www.caiçaradonorte.rn.gov.br.

Caiçara do Norte-RN, 25 de março de 2026

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:E715BF12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

O Município de Caiçara do Norte/RN, torna público o Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, do tipo menor preço por empreitada global, cujo objeto é Contratação de empresa para Construção de 03 centrais de abastecimento de água, na Zona Rural deste Município de Caiçara do Norte/RN, conforme projetos executivos, planilhas orçamentárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. A ser realizada na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, às 11h01min do dia 13/04/2026. O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico acima mencionado e no portal www.caiçaradonorte.rn.gov.br.

Caiçara do Norte-RN, 25 de março de 2026

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:D3AFE5DF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO DO CMS/CN: Nº 01/2026

Dispõe sobre apreciação, avaliação e APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DETALHADO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Caiçara do Norte/RN no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pela lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 e Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, legislação municipal e deliberação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, em sua 39ª Reunião Ordinária de 25 Fevereiro de 2026.

Resolve:

Art.1º - APROVAR O RELATÓRIO DETALHADO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

Art. 2º- A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Caiçara do Norte/RN, 25 de Fevereiro de 2026.

ERKILIANE DE ALMEIDA MIRANDA ARAUJO
Presidente do CMS

Homologo a Resolução CMS nº 01, 25 de Fevereiro de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 243 de 03 de novembro de 2023

JOÃO PAULO BEZERRA DA SILVA
SecretárioMunicipal de Saúde
Portaria GP-PMCN nº 002/2026

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:39D4025C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO DO CMS/CN: Nº 02/2026

Dispõe sobre apreciação, avaliação e APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Caiçara do Norte/RN no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pela lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 e Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, legislação municipal e deliberação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, em sua 40ª Reunião Ordinária de 25Marçode 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVAR O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

Art. 2º- A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Caiçara do Norte/RN, 25 de Março de 2026.

ERKILIANE DE ALMEIDA MIRANDA ARAÚJO
Presidente do CMS

Homologo a Resolução CMS nº 02, 25de Março de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 243 de 03 de novembro de 2023

JOÃO PAULO DA SILVA BEZERRA
SecretárioMunicipal de Saúde
Portaria GP-PMCN nº 002/2026

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:D46323CA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO DO CMS/CN: Nº 03/2026

Dispõe sobre apreciação, avaliação e APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Caiçara do Norte/RN no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pela lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 e Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, legislação municipal e deliberação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, em sua 40ª Reunião Ordinária de 25 Março de 2026.

Resolve:

Art.1º - APROVAR A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

Art. 2º- A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Caiçara do Norte/RN, 25 de Março de 2026.

ERKILIANE DE ALMEIDA MIRANDA ARAÚJO
Presidente do CMS

Homologo a Resolução CMS nº 03, 25de Março de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 243 de 03 de novembro de 2023

JOÃO PAULO DA SILVA BEZERRA
SecretárioMunicipal de Saúde
Portaria GP-PMCN nº 002/2026

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:19551292

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 008/2025 celebrado com a empresa DOIS IRMÃOS VIAGENS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 23.233.421/0001-68. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços nº 008/2025 por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 10/03/2026 a 09/03/2027, referente ao registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, com o objetivo de atender as demandas de transporte dos alunos do município de Caiçara do Rio do Vento/RN. Data da Assinatura: 06/03/2026. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Daniel Graciano de Oliveira - Representante Legal da empresa Dois Irmãos Viagens Ltda. Processo n° 9/2025.

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:E67AE15F

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 17, DE 25 DE MARÇO DE 2026

A Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, em especial as que constam na Lei Orgânica do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN e Lei Municipal n.º 503/2023 que institui o Programa Bolsa Emprego.

RESOLVE:

Art. 1º Publicar lista de beneficiários do Programa Bolsa Emprego, em atendimento ao que preceitua a Lei Ordinária Municipal n.º 503/2023, observando os critérios legais.

SEBASTIANA LUCIA DE LIMA FERNANDES
CPF ***.450.154-**
Lotação: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

ESTELA LORENA CAMARA CORREIA
CPF ***.070.434-**
Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

GERMANO LUIZ BATISTA DA SILVA
CPF ***.401.244-**
Lotação: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo

MARIZA DE OLIVEIRA DE LIMA
CPF ***.743.374-**
Lotação: Secretaria Municipal de Educação

MARIA MILENI DA SILVA SOARES
CPF ***.134.694-**
Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º A realização das despesas e acompanhamento do atendimento dos requisitos da Lei Municipal n.º 503/2023 que institui o Programa Bolsa Emprego serão realizadas através de processo administrativo correspondente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de março de 2026.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 25 de março de 2026

MARIA APARECIDA COSTA DOS SANTOS
Secretária Municipal Interina do Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:911B9D94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 - INEX. 021/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 2026.01.30.0015
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **LOPES & LIMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 37.581.142/0001-08**; OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS (EMPRESAS E MICROEMPRESAS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, NA ÁREA DE ANESTESIOLOGIA; **VIGÊNCIA: termo inicial em 25 de março de 2026 e termo final em 25 de fevereiro de 2027**; SUBSCRITORES: Judas Tadeu Alves dos Santos - pelo Credenciante e **FRANCISCA MARTINS SOBRINHA LOPES–** pela Credenciada.

Caicó/ RN, 25 de março de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:B44B49A6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2026 - INEX.008/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 2025.12.24.0076
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **CLÍNICA DE PSIQUIATRIA EVERSON DAMASCENO LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n° 55.288/983/0001-03**; OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (EMPRESAS E MICROEMPRESAS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, NA ÁREA DE PSIQUIATRIA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CER (CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO); **VIGÊNCIA: termo inicial em 25 de março de 2026 e termo final em 03 de fevereiro de 2027**; SUBSCRITORES: Judas Tadeu Alves dos Santos - pelo Credenciante e **ÉVERSON DE BRITO DAMASCENO –** pela Credenciada.

Caicó/ RN, 25 de março de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:1945606D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 138 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 81/2026-GP/SNN;

R E S O L V E:

Art. 1° - **LOTAR** na Secretaria Municipal de Educação, as funcionárias **MARIA FLÓRIDA DE OLIVEIRA MEDEIROS**, Professora Nível III, matrícula nº 1075, inscrita no CPF nº XXX.888.044-XX e **MARIA APARECIDA DE FARIAS**, Professora Nível III, matrícula nº 0742, inscrita no CPF nº XXX.592.814-XX, cedidas a este Município, conforme Cessão entre os Municípios de Serra Negra do Norte/RN e Caicó/RN, com ônus para o órgão cessionário.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a contar de 17 de março de 2026 a 17 de março de 2027, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 25 de março de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:E38F1723

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 045/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 25 de março de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SERGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312 lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 60,00 (sessenta reais), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, no dia 25/03/2026 a fim de atender demandas do Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:5D7DE4BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 306/2026 - GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio a Servidores Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carnaúba dos Dantas/RN,
CONSIDERANDO a Art. 108 e Art. 109 do Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas.
CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 13/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a Servidora **WALCIDA DE CARVALHO ROCHA BRANDÃO**, matrícula nº 1175, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, uma Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – no período de 01/04/2026 a 29/06/2026, referente ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:407783C4

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 53/2025
TERMO ADITIVO N° 001

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E UNIPLAN SANTO ANTONIO SERVICOS E COMERCIO LTDA NA FORMA QUE SEGUE.

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor o senhor
KLEYTONMEDEIROSDANTAS,inscritonoCPF:091.640.884-13,brasileiro,casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, carnaúba dos Dantas/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresaUNIPLAN SANTO ANTONIO SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.538.203/0001-12, estabelecida a Rua Ana De Pontes, n.º 69, Centro, cidade de Santo Antônio, Rio Grande Do Norte , neste ato representado pelo Sr. Marlon Jose Benevides Pessoa, portador do CPF n.º 716.899.234-15, doravante denominada CONTRATADA, doravante denominada CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM AS PARTES CONTRATANTES celebrar o Termo Aditivo n° 001, ao Contrato Administrativo nº 53/2025, celebrado em 26/03/2025, referente ao aditivo de prazo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o aditivo de prazo do contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCESSÃO DE BENEFICIO EVENTUAL-AUXILIO FUNERAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, contratado através da Dispensa de licitação 19/2025, na forma da Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO
2.1. Por força do presente instrumento, fica o contrato em epígrafe prorrogado e vigente pelo período de 12 de março de 2026 a 12 de março de 2027, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista para o ano de 2026 discriminados no Contrato Administrativo n° 41/2025.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Administrativo nº 41/2025, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
4.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

MARLON JOSE BENEVIDES PESSOA
Uniplan Santo Antonio Servicos e Comercio LTDA
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:94B23E78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 305/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 12/02/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **MARIA BRENDA DANTAS** matrícula nº 18385, ocupante do cargo efetivo de Encarregado de Cozinha, da Secretaria Municipal de Assistência Social, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 01/04/2026 a 15/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 14/02/2025 a 13/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:07F706CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 307/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 04/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **MARIA DE FÁTIMA SOARES SILVA** matrícula nº 041, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Finanças, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 01/04/2026 a 15/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2024 a 31/03/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:4C706DB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 308/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 18/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **RONIÉLIO DA SILVA BERTO** matrícula nº 1100, ocupante do cargo efetivo de Gari, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:3BDC8458

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 309/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 18/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **JUARÊZ DANTAS** matrícula nº 80, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2025 a 31/03/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:5EAADBD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 310/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 16/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **JOÃO BATISTA DE ARAÚJO** matrícula nº 1143, ocupante do cargo efetivo de Agente de Endemias, da Vigilância em Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:7E563EF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 311/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 09/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **MARIA DAS VITÓRIAS DANTAS** matrícula nº 45, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG, do Setor de Endemias, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2025 a 31/03/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:3FE90C52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 312/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 09/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **INÊS MARIA DE ARRUDA DANTAS** matrícula nº 94, ocupante do cargo efetivo de Gari, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2025 a 31/03/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:CF36EF74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 313/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 09/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **SEBASTIÃO MOISÉS DE AZEVEDO FILHO** matrícula nº 153, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2025 a 31/03/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:C59B3B52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 314/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **HELENA ROCHA** matrícula nº 1126, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 28/02/2025 a 27/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:A3E8E38E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 315/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **PLÍNIA ROGERIA SANTOS DANTAS DA SILVA** matrícula nº 1233, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 16/01/2025 a 15/01/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:E7858A0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 316/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **CARLOS EDUARDO SANTOS** matrícula nº 18207, ocupante do cargo efetivo de Motorista, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2024 a 04/07/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:8090F246

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 317/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **MARCOSUEL TEIXEIRA DA SILVA** matrícula nº 1167, ocupante do cargo efetivo de Vigilante, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:4EC1C738

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 318/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **JAQUELINE BARBOSA DOS SANTOS** matrícula nº 18172, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2024 a 04/07/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:15A10868

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 319/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **ADNA KEREN DE ALMEIDA NASCIMENTO** matrícula nº 18160, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 01/04/2026 a 15/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2024 a 04/07/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:99CAFB3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 320/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 16/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **INÁCIA IOLANDA DANTAS SILVA** matrícula nº 1452, ocupante do cargo efetivo de Encarregado de Cozinha, do Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 01/04/2026 a 15/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/07/2024 a 30/06/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:7A1115BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 321/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **ERIVANILDO FELIPE JUNIOR** matrícula nº 1446, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 25 de março de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:74918FAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
***REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO* - PORT. DE DIÁRIA Nº 207/2026**

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. FRANCIWYLAME SALES, matrícula: 1483, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de técnico de enfermagem no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Caicó/RN, realizando a remoção de paciente para o Hospital Estadual Telecila Freitas Fontes, no dia 12/02/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:E79C318E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1438 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA N.º 1438 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/ ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art.1º Ceder a Prefeitura Municipal de São Rafael, Rio Grande do Norte, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 06 de março de 2026, o servidor VINÍCIUS RAPHAEL DE MORAIS PINHEIRO, matrícula n.º 0949523-1, pertencente ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com ônus para o órgão cessionário.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 25 de março de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5FECDE2D

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - DECRETO MUNICIPAL N° 4.842 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - DECRETO MUNICIPAL N° 4.842 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA A LEI Nº 2369/2025, DISCIPLINA A DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM — RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica deste Município e no art. 15 da Lei nº 2.369/2025, DECRETA:

D E C R E T A:
DO OBJETO

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Cultura e Eventos, Secretaria Municipal de Defesa Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, passam a exercer suas atividades de forma desconcentrada, na forma da Lei Municipal n° 2.369 de 23 de dezembro de 2025, a partir da publicação do presente Decreto.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação Básica e a Secretaria Municipal de Assistência Social continuarão a exercer suas atividades de forma desconcentrada, nos termos das respectivas regulamentações e atribuições vigentes.

Parágrafo Segundo - Os Gestores das Unidades Autônomas serão Ordenadores de despesas, responsáveis pela autorização do procedimento administrativo das despesas, não podendo delegar essa função a outro servidor, respondendo, em todo caso, administrativamente, civil e penalmente, pela eventual mal versação do erário.

Parágrafo Terceiro - Entende-se como ordenador de despesa toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem autorização de despesa, reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento, concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município.

DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS E SUAS LIMITAÇOES

Art. 2º - As Unidades Administrativas Autônomas, de que trata o presente Decreto, deverão observar, para a realização de suas despesas, as normas técnicas próprias editadas na Lei 4.320/64, na Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei n° 14.133/21, Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Instruções Normativas editadas pelo Poder Executivo de Ceará-Mirim e demais instrumentos normativos aplicáveis às respectivas áreas de atuação.

Art. 3° - As despesas de diárias nas Unidades Administrativas Autônomas, obedecerão critérios e limites de valores estabelecidos em ato próprio do Executivo Municipal e serão autorizadas pelo gestor de cada Unidade Gestora em favor dos seus subordinados, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo Único - Nos casos em que o ordenador da despesa for o beneficiário da diária, esta será autorizada por seu substituto imediato, integrante da gestão do mesmo órgão.

Art. 4°- Os processos das despesas realizadas pelas Unidades Gestoras Autônomas do Poder Executivo de Ceará-Mirim, deverão ter sua conformidade analisada, de forma centralizada e autônoma, por amostragem ou na totalidade, pela Controladoria Geral do Município, que emitirá pareceres opinativos acerca da regularidade de cada feito.

Art. 5°- Os registros patrimoniais dos bens duráveis adquiridos pelas Unidades Administrativas, inclusive as autônomas, serão efetivados, centralizadamente, pelo setor próprio da Secretaria Municipal de Administração, cuja emissão da Guia de Tombamento é condição indispensável para viabilizar o pagamento da referida aquisição.

DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 6º Os processos licitatórios de todas as Unidades Administrativas serão realizados pela Secretaria Municipal de Administração, mas autorizadas isoladamente pelos respectivos ordenadores de despesas, nos termos de Instrução Normativa específica, a ser expedida pela Controladoria Geral do Município.

Parágrafo Único – Ato específico do Chefe do Poder Executivo poderá dotar cada Unidade Gestora Autônoma de estrutura própria para realização de processos licitatórios, a seu critério exclusivo.

Art. 7º Nos casos em que os objetos do certame licitatório forem destinados a mais de uma unidade, a homologação e adjudicação serão igualmente separadas, conforme os atos autorizativos dos objetos.

Art. 8º Os contratos, inclusive os oriundos dos processos licitatórios, serão celebrados pelos gestores da Unidades Gestoras Autônomas, autorizadores do certame ou outra modalidade de processo, na forma da legislação própria.

DAS CONTAS BANCÁRIAS E SUAS MOVIMENTAÇÓES

Art. 9º As contas bancárias das Unidades Gestoras Autônomas, deverão possuir nomenclatura e o número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ próprios.

Parágrafo Primeiro — A movimentação financeira da(s) conta(s) bancária(s) indicada(s) para cada Unidade Gestora, será realizada, até

que os novos gestores estejam homologados pela instituição bancária correspondente, mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, pela Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Segundo A movimentação financeira de recursos próprios assim como as de origem de outros entes públicos, deverá ser feita obrigatoriamente através de transferência eletrônica.

Parágrafo Terceiro É Vedada a movimentação de recursos financeiros em espécie nas Unidades Gestoras de que trata este Decreto, salvo em casos especiais devidamente justificados.

§ 3º - Os saldos bancários das contas de cada unidade deverão atender as normas estabelecidas pelos órgãos concedentes, em especial, os de origem do Governo Federal, que deverão ser aplicados no mercado financeiro, nos prazos e condições especificadas pelo citado ente.

DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Art. 10 - A nomeação e exoneração dos servidores públicos municipais, a qualquer título, salvo disposição legal própria, são da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 - Os atos de concessão de licenças, autorização para treinamentos ou cursos funcionais, concessão de benefícios, suspensão das funções, prorrogação e alteração de carga horária, remanejamentos internos nas unidades, substituições funcionais, controle de pontos, controle de licenças, abono e controle de faltas, aplicação de advertências e penalidades, suspensão das atividades, avaliação de desempenho, assiduidade, suficiência e aptidão, entre outros assemelhados e de mesmo nível, são da competência dos Secretários Municipais.

Art. 12 - Os gestores deverão, obrigatoriamente, submeter os atos de administração de pessoal de que trata o artigo anterior, à análise da Procuradoria Jurídica Municipal e da Controladoria Geral do Município.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Os Ordenadores de Despesas responderão, administrativa, civil e penalmente, pelos seus atos, nos termos da legislação vigente, garantidos o contraditório e ampla defesa, no caso de inobservância a legislação vigente e aos princípios da administração pública.

Parágrafo Primeiro — Os Ordenadores de Despesas deverão comunicar supostas e eventuais infrações ou irregularidades de atos de servidores a eles subordinados à Corregedoria Geral do Município, para apuração e abertura, quando for o caso, de respectivo Processo Administrativo Disciplinar, de ofício ou quando demandados pela Controladoria Geral do Município, garantindo total transparência e colaboração com todos os atos necessários à instrução processual.

Art. 14 - Anualmente, nas datas a serem divulgadas, os gestores e seus auxiliares deverão promover, quando for o caso, audiências públicas, para elaboração da Lei Orçamentária Anual — LOA de sua Unidade, bem como contribuir para a elaboração das peças do planejamento municipal, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e Plano Plurianual — PPA.

Art. 15 - Os gestores deverão administrar os recursos financeiros oriundos de transferências do Governo Federal e Estadual, observando, onde aplicável, os ditames da Lei n° 9.452 de 20 de março de 1997, da Instrução Normativa - TCU Nº 93, de 17 de janeiro de 2024 e da Resolução nº 34/2025 do TCE/RN.

Art. 16 - Ficam os gestores municipais autorizados a remanejarem, dentro da mesma categoria econômica do orçamento de suas unidades, valores de suas dotações orçamentárias visando adequação de ações administrativas próprias, em sintonia com a Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Gestão Orçamentária.

Art. 17 - Os compromissos assumidos pelo Poder Executivo em nome das Secretarias Municipais, ora desconcentradas, serão assumidos pelas, agora, Unidades Gestoras Autônomas, sem solução de continuidade, inclusive nos atos que façam referências a gestores anteriores, contratos em execução, número de inscrição no CNPJ da Prefeitura, processos licitatórios globais e ou documentos fiscais emitidos em favor do órgão gestor anterior.

Art. 18 - A liberação das cotas financeiras de que trata o art. 9º da Lei que rege o presente Decreto, poderá ser realizada, em cada mês, na forma que melhor atender as necessidades das unidades administrativas e a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal.

Art. 19 - Os gestores das Unidades Administrativas Autônomas farão a publicação dos seus atos administrativos no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte-FEMURN, em especial os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal — LC 101/2000, observados os prazos estipulados pela mesma, e ou, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 20 - Os gestores das Unidades Administrativas Autônomas serão cadastrados, quando for o caso, no Portal do Gestor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, tornando-se responsáveis pelo fornecimento e envio de todas as informações pertinentes a cada área específica.

Art. 21 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 22 — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, 23 de dezembro de 2025

ANTÔNIO HENRIQUECÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:AF77A456

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - LEI MUNICIPAL Nº 2.368 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - LEI MUNICIPAL Nº 2.368 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo do município de Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, cria as atividades de Ouvidoria e Corregedoria, no âmbito da Controladoria-Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no que lhe confere o art. 5º, inciso I, §1º da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo do município de Ceará-Mirim, estado do Rio Grande do Norte, instituído pela Lei Municipal nº 1.639, de 31 de julho de 2013, passa a reger-se por esta Lei Municipal.

Art. 2º O Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo é o conjunto de órgãos, funções e atividades previstas nesta Lei Municipal, sendo composto pela Controladoria-Geral do Município (CONTROL), como Órgão Central, e pelas Unidades de Controle Interno (UCI), de caráter permanente e abrange toda a Administração Pública Direta e Indireta do município de Ceará-Mirim, estado do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Art. 3º O Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo tem
por finalidade:

- Avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Município;
- Exercer o controle de legalidade, da legitimidade e da economicidade quanto à qualidade, eficácia, eficiência e efetividade dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Executivo, bem como a regularidade da aplicação de recursos públicos municipais por qualquer ente público ou privado;
Promover a ética, a transparência e o controle social; e

Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 4º No cumprimento das finalidades institucionais, o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo abrangerá as seguintes funções:

Controle: subsidia a tomada de decisão governamental, proporcionando a melhoria contínua da eficácia, da governança, da efetividade e da qualidade do gasto público;

Correição: apura irregularidades praticadas por servidores, agentes públicos, e nessa condição equiparados por lei, e entes privados;

Auditoria: avalia uma determinada matéria ou unidade, com o fim de expressar opinião a respeito da situação encontrada e recomendações para melhoria;

Ouvidoria: fomenta a participação popular por meio de recebimento, tratamento e resposta a manifestações do cidadão; e

Prevenção da corrupção: busca a criação de um ambiente hostil à corrupção, atuando junto à sociedade, às empresas e aos entes públicos, promovendo a transparência, a ética e o controle social.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Seção I
Competências do Órgão Central

Art. 5º A Controladoria-Geral do Município é o Órgão Central do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, a quem compete, sem prejuízo de outras atribuições:

- Articular as atividades relacionadas com o sistema de controle interno, promover a integração operacional e elaborar atos normativos sobre procedimentos de controle;

- Supervisionar e orientar as Unidades de Controle Interno nas ações de apoio ao Controle Externo;

Promover encontros, cursos e outros eventos que visem a capacitação técnica continuada dos servidores que compõem o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, para o fiel desempenho de suas atribuições;

Assessorar e orientar a Administração Municipal nos aspectos relacionados com os controles interno e externo;

Pronunciar-se sobre a aplicação da legislação concernente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, dentro das atribuições do controle interno;

Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade do controle interno dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo;

Estabelecer mecanismos destinados a verificar e comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os seus resultados;
Propor, executar e acompanhar a implementação de políticas e procedimentos de transparência e de prevenção e de combate à corrupção;

Manifestar-se sobre os aspectos técnicos, econômicos, financeiros orçamentários nas contratações da Administração Pública;
Instituir, manter e propor sistemas informatizados que melhorem a transparência e a eficiência da gestão pública;

Manifestar-se por meio de relatórios, pareceres, notas técnicas e outros instrumentos, com o objetivo de identificar e sanar irregularidades e suas respectivas causas;

Propor, regulamentar e instaurar, de ofício ou por provocação, Tomada de Contas Especial, para casos de indícios de dano ao Erário ou na falta de prestação de contas;

Representar ao Tribunal de Contas sobre as irregularidades ou ilegalidades identificadas por meio de ações de controle que evidenciarem danos ou prejuízos ao Erário;

Emitir parecer conclusivo e certificação de auditoria sobre as contas anuais prestadas pelos titulares dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo;

Coletar, buscar e tratar de informações de natureza estratégica, com emprego intensivo de recursos de tecnologia da informação e de atividades de investigação e inteligência;

Requisitar dados e informações a agentes, órgãos e entidades públicas e privadas que gerenciem recursos públicos;

Orientar e realizar ações relativas à ouvidoria e prevenção da corrupção; e

Normatizar e realizar ações correcionais no âmbito de suas competências.

Art. 6º O Titular da Controladoria-Geral do Município, denominado Controlador-Geral do Município, cargo de provimento em comissão, com nível e status de Secretário Municipal, de livre escolha e nomeação do Prefeito e a ele diretamente subordinado, deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser portador de diploma de curso superior;

- Ter idoneidade moral e reputação ilibada; e
- Ter notório conhecimento nas áreas de controle interno e externo e Administração Pública.

Art. 7º Ao Controlador-Geral do Município, no exercício de suas atribuições, compete:
- Decidir, preliminarmente, sobre as representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;

- Instaurar os procedimentos e processos administrativos a seu cargo, constituindo comissões;

- Acompanhar procedimentos e processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da administração pública municipal;

IV- Realizar inspeções e avocar processos administrativos disciplinares e Tomadas de Contas Especiais em curso nos órgãos e entidades da Administração, caso haja indícios de irregularidade ou conflito de interesse, ou demora excessiva;

V - Requisitar a órgão ou entidade da administração pública municipal as informações, os dados e os documentos necessários à realização dos trabalhos da Controladoria-Geral do Município;

Requisitar aos órgãos e às entidades municipais, servidores e empregados necessários à constituição das comissões referidas no inciso II, e de outras análogas, bem como qualquer servidor ou empregado indispensável à instrução do processo;

Propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações que visem a evitar a repetição de irregularidades constatadas;

Propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações que visem a melhorar a transparência e o controle social;

Indicar, entre os membros designados das Unidades de Controle Interno, o presidente, bem como autorizar formalmente a sua substituição ou desligamento; e

Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º O Controlador-Geral do Município será substituído em suas ausências e impedimentos pelo Controlador-Geral do Município Adjunto, cargo de provimento em comissão com nível de Secretário Municipal Adjunto, a quem compete, ainda:
- gerenciar as áreas administrativa e financeira, ordenar despesas, examinar e executar os atos referentes à administração e finanças do órgão, compreendendo os atos de constituição de despesa, autorizar e aprovar compras e licitações, celebrar contratos e instrumentos congêneres, controlar as atividades administrativas;

- conhecer e acompanhar os custos, a execução orçamentária e todos os atos de gestão administrativa e financeira; e
III- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Controlador- Geral do Município.

Art. 9º A Controladoria-Geral do Município regulamentará procedimentos, orientações e serviços mediante os seguintes instrumentos:

I - Instruções Normativas: destinadas a disciplinar e regulamentar procedimentos relacionados à execução da despesa pública, que serão publicadas no Diário Oficial do Município;

Orientações Circulares: destinadas a orientar os dirigentes dos Órgãos e Entidades sobre assuntos que reclamem a ação imediata e o atendimento de prazos e compromissos;
Ordens de Serviço: têm natureza administrativa interna e são destinadas a regulamentar procedimentos a serem adotados por servidores do controle interno no âmbito do Poder Executivo; e

Portarias: destinadas a regulamentar matéria de natureza administrativa destinada ao cumprimento no âmbito da Controladoria-Geral do Município.

Seção II
Estrutura do Órgão Central
Art. 10. Integram a estrutura organizacional da Controladoria-Geral do Município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte:

- Gabinete;

- Assessoria Jurídica;

Auditoria-Geral;
Ouvidoria-Geral;

Corregedoria-Geral;

Núcleo de Prevenção da Corrupção;

Unidade Instrumental Administração Geral, Finanças e Planejamento.

Subseção I
Gabinete do Controlador-Geral do Município

Art. 11. Ao Gabinete do Controlador-Geral do Município compete:

- Assessorar e assistir ao Controlador-Geral do Município no estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de suas relações internas e externas, zelando pelo cumprimento de todas as suas determinações;
- Desempenhar as atividades de relações públicas e coordenar, junto aos órgãos de imprensa, a divulgação de informações do interesse da Controladoria-Geral do Município, bem como providenciar a publicação oficial de matérias relacionadas com a sua área de atuação;
Organizar a agenda do Controlador-Geral do Município;
Instruir processos e outros expedientes a serem submetidos ao Controlador-Geral do Município;

Manter arquivo de correspondências, relatórios, atos normativos, publicações, protocolos, termos, compromissos e de outros documentos de interesse do Controlador-Geral do Município;

Supervisionar o funcionamento de toda a atividade administrativa dos diversos setores que compõem a Controladoria-Geral do Município, de maneira a preservar a ordem e a eficiência no recinto de trabalho e nas diversas atividades de sua missão institucional; e

- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Subseção II Assessoria Jurídica
Art. 12. À Assessoria Jurídica compete:

I - Emitir pareceres em processos de interesse da Controladoria-Geral do Município e elaborar estudos sobre assuntos que envolvam matéria

jurídica pertinente às atividades do órgão;

Opinar previamente sobre a concessão de direitos e vantagens aos servidores com exercício na Controladoria-Geral do Município;
Elaborar, conferir ou rever anteprojetos de leis, decretos e demais atos normativos, bem assim convênios, contratos e acordos de cooperação técnica de interesse da Controladoria-Geral do Município;

Articular-se com os órgãos jurídicos do Município, de forma a uniformizar os procedimentos, orientações e interpretações de natureza jurídica; e

Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Parágrafo único. A Assessoria Jurídica será exercida com observância aos preceitos do Art. 24 da Lei Municipal nº 1.639, de 31 de julho de 2013.

Subseção III Auditoria-Geral

Art. 13. À Auditoria-Geral compete:
Auxiliar o Controlador-Geral do Município na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelas Unidades de Controle Interno;

Exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Município;

Fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Tesouro;

Planejar, realizar e monitorar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicas e privadas e sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

Realizar atividades de auditoria interna e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, de recursos externos e demais sistemas administrativos e operacionais de órgãos e entidades sob sua jurisdição e propor melhorias e aprimoramentos na gestão de riscos e nos controles internos da gestão;

Planejar, coordenar, supervisionar, realizar auditorias e fiscalizações e atuar em conjunto com outros órgãos na defesa do patrimônio público;

Promover a apuração de denúncias formais relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas em qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, expedindo relatório conclusivo, para ciência imediata ao Controlador-Geral do Município;

Manter com o Tribunal de Contas do Estado colaboração técnica relativamente à troca de informações e de dados sobre fiscalização e inspeções, auditorias e tomadas de contas realizadas, objetivando uma maior integração dos controles interno e externo;
Emitir pareceres sobre os assuntos da sua competência; e

Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Subseção IV Ouvidoria-Geral
Art. 14. À Ouvidoria-Geral compete:

Receber e dar o devido tratamento a denúncias, reclamações, elogios, solicitações diversas e sugestões;

Coordenar, orientar e exercer a supervisão técnica das atividades de ouvidoria do Poder Executivo;

Receber e analisar as manifestações e denúncias referentes a serviços públicos prestados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;

Promover a mediação de conflitos entre cidadãos e órgãos ou entidades do Poder Executivo;

Promover, junto ao Núcleo de Prevenção da Corrupção, ações que garantam à sociedade o acesso às informações públicas;
Requisitar informações e documentos, quando necessários a seus trabalhos ou atividades, a órgão ou entidade do Poder Executivo;

Monitorar e propor melhorias no sistema de ouvidoria do Poder Executivo; e
Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Subseção V
Corregedoria-Geral
Art. 15. À Corregedoria-Geral compete:

I - Fiscalizar a aplicação das leis de responsabilização administrativa de agentes públicos;

Desenvolver e regulamentar a atividade correcional no âmbito do Poder
Executivo;
Analisar as denúncias contra agentes públicos;
Instruir procedimentos disciplinares e de responsabilização administrativa de entes privados, com recomendação de adoção das medidas ou sanções;
Instaurar ou avocar procedimentos administrativos disciplinares relativos a agentes públicos dos órgãos e entidades de toda a Administração Direta e Indireta, quando julgar necessário para seu bom andamento;
Realizar inspeções correcionais e visitas técnicas nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo, tendo acesso irrestrito às informações e documentos necessários à instrução em curso; e

Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Subseção VI
Núcleo de Prevenção da Corrupção

Art. 16. Ao Núcleo de Prevenção da Corrupção compete:

I - Manter com o Tribunal de Contas do Estado e com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas colaboração técnica relativa à troca de informações e de dados sobre normatização e informática, objetivando uma maior integração dos controles interno e externo, com vistas à uniformização de entendimentos e rotinas administrativas;
Manter intercâmbio com órgãos e entidades do Poder Público e com instituições privadas, inclusive em âmbito internacional, que realizem atividades de investigação e inteligência, a fim de compartilhar técnicas e melhores práticas e de cruzamento de dados e informações;
Planejar e coordenar a implementação de ações voltadas à prevenção da corrupção, à transparência, ao acesso à informação, à promoção da conduta ética e da integridade, ao controle social e ao conflito de interesses;
Propor e supervisionar estudos e pesquisas sobre temas relacionados ao patrimônio público, qualidade do gasto público, gestão de riscos e prevenção de fraude e corrupção;

Promover a articulação com entes públicos e privados nacionais e internacionais para a promoção da ética, da transparência e do controle social;

Promover capacitação e treinamento nas áreas de controle interno, sob a orientação do Controlador-Geral do Município;

Fomentar o controle social dos recursos públicos; e

Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Subseção VII
Unidade Instrumental Administração Geral, Finanças e Planejamento.
Art. 17. À Unidade Instrumental de Administração Geral, Finanças e Planejamento compete:

I - Alocar recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento regular dos diferentes setores e atividades da Controladoria-Geral do Município, executando o seu orçamento e zelando pela otimização dos recursos nele previstos;

Especificamente, na área de pessoal:

implantar, organizar e manter permanentemente atualizados todos os cadastros, assentamentos individuais, registros e demais anotações referentes aos atos praticados e direitos adquiridos pelos servidores da Controladoria-Geral do Município;

Coletar dados e informações para análise e controle de custos com pessoal;

Expedir certidões e prestar informações funcionais em todos os processos referentes a pessoal, para o fim de orientar sua tramitação e respaldar a sua instrução; e

Aplicar normas e procedimentos de caráter geral, referentes à administração de recursos humanos;

- Na área de material, patrimônio e serviços:

Adquirir, receber, guardar, distribuir e controlar o material destinado à Controladoria-Geral do Município;
Adquirir, guardar e manter os veículos da Controladoria-Geral do Município, bem como propor, quando necessário, a sua alienação;

Tombar, registrar, conservar e reparar os bens móveis e imóveis da Controladoria-Geral do Município, bem como propor a sua alienação, quando considerados inservíveis para o uso;

Prestar serviços de apoio necessários ao funcionamento da Controladoria- Geral do Município;

Supervisionar e/ou executar as atividades de portaria, limpeza, conservação, vigilância, administração física do prédio e serviços de copa-cozinha da Controladoria-Geral do Município;

Organizar e manter os arquivos gerais, documentos, pastas, biblioteca, serviços de microfilmagem e microfichagem, publicações, reproduções, encadernações de atos oficiais, livros de termos de compromisso e outros haveres da Controladoria-Geral do Município; e

Executar as atividades de protocolo e telefonia, procedendo o recolhimento, registro, distribuição, numeração e expedição da

correspondência oficial, processos e demais documentos referentes às atividades da Controladoria-Geral do Município;

- Cuidar das licitações e coletas de preços necessários à aquisição de material e contratação de serviços necessários à manutenção e funcionamento da Controladoria-Geral do Município; e

- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.
VI – Especificamente, aa área de Finanças e Planejamento:

Elaba) Elaborar a programação específica e formular os planos de atividades da ontroladoria-Geral do Município, de acordo com as

diretrizes do Governo e as prioridades estabelecidas pelo Controlador-Geral do Município;

Aplicar processos de coleta e divulgação sistemática de informações técnicas, em apoio às atividades setoriais de finanças e planejamento;

Realizar o planejamento das necessidades financeiras do órgão, para efeito de elaboração da proposta orçamentária da Controladoria- Geral do Município;

Acompanhar, controlar e executar a execução orçamentária, cuidando da preparação, instrução, tramitação, liquidação e pagamento de todos os processos da economia interna da Controladoria-Geral do Município, quanto aos seus efeitos financeiros;

Acompanhar e controlar a movimentação de contas bancárias; e

Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município ou pelo Controlador-Geral do Município.

Seção III Vedações
Art. 18. É vedada a nomeação, para o exercício de função gratificada ou cargo em comissão relacionado com o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:
I- Responsáveis por atos ou contas julgadas irregulares em decisão definitiva de qualquer Tribunal de Contas;

II - Sancionadas em processo administrativo disciplinar, na condição de responsáveis, por ato lesivo ao patrimônio público, desde que não caiba recurso administrativo da decisão; e

Condenadas, em processo judicial transitado em julgado, por:

Prática de crimes contra a Administração; e

V - Atos de improbidade administrativa, tipificados em lei.

CAPÍTULO IV

DAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO
DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO
Art. 19. Unidades de Controle Interno (UCI), vinculadas e subordinadas tecnicamente à Controladoria-Geral do Município, são as diversas unidades da estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo que exercem atividades de controle interno inerentes às suas funções de controle interno.

Art. 20. Compete às Unidades de Controle Interno, no âmbito dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo:

Exercer os controles no que tange a atividades institucionais ou administrativas, objetivando a observância a legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

Exercer o controle interno sobre o uso e guarda de bens públicos;

Exercer o controle sobre a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, bem como realizar Tomada de Contas Especial, quando determinado pela Controladoria-Geral do Município;

Comunicar à Controladoria-Geral do Município sobre irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento;

Contribuir com as funções de auditoria, corregedoria, ouvidoria e prevenção da corrupção, sempre que solicitado pela Controladoria-Geral do Município;
Acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo;

Requerer as informações, processos e documentos necessários às ações
de controle; e

Exercer as demais ações demandadas pela Controladoria-Geral do Município, no âmbito de suas competências.
Art. 21. As Unidades de Controle Interno serão compostas por servidores públicos indicados pelo dirigente do Órgão ou Entidade e designados após aprovados pela Controladoria-Geral do Município.

§ 1º Excepcionalmente, a Controladoria-Geral do Município poderá autorizar a participação de servidores inativos para a composição da Unidade de Controle Interno.

§ 2º Os membros integrantes das Unidades de Controle Interno serão remunerados nos termos do Cap. II do Decreto Municipal nº 3.418 de 08 de outubro de 2021.

CAPÍTULO V

DOS CARGOS NO ÂMBITO DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Art. 22. As atividades da área fim do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo serão exercidas, preferencialmente, por servidores efetivos organizados em carreira específica, criada na forma da lei, cujo ingresso dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º Ao ocupante de cargo da carreira referida no caput deste artigo será exigida, preferencialmente, graduação de nível superior em qualquer área de formação e conhecimento em matéria orçamentária, financeira, contábil, jurídica, de administração pública, de controle interno, de controle social e das atividades da auditoria.
§ 2º São obrigações dos servidores mencionados no **caput**:

Manter, no desempenho de suas funções, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

Guardar sigilo sobre dados e informações obtidas no exercício de suas atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal; e

Seguir rigorosamente os dispositivos do Código de Ética e demais normas da Controladoria-Geral do Município.

Art. 23. São prerrogativas e garantias dos servidores que desempenham as atividades finalísticas do Órgão Central de Controle Interno, quando no exercício de suas funções:

Livre ingresso em todos os órgãos, entidades, repartições e unidades em sua área de atuação administrativa ou órgão a que esteja subordinado; e
Acesso a todos os documentos, informações e dados existentes ou sob a guarda de órgãos, entidades e unidades, ainda que o acesso a esses locais, documentos e informações estejam sujeitos a restrições.

§ 1º Quando demandados, os Órgãos e Entidades do Poder Executivo devem providenciar as condições e estrutura necessários à realização de ações de controle em suas repartições, bem como disponibilizar prontamente as informações e documentos requisitados.

§ 2º O agente público que causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Art. 24. Fica mantido o quadro de cargos da Controladoria-Geral do Município de que trata a Lei Municipal nº 2.302, de 19 de fevereiro de 2025, descrito no Anexo Único desta Lei Municipal, com as seguintes alterações:
§ 1º A nomenclatura do cargo "Diretor Geral da Controladoria" passa a ser designada por "Ouvidor Geral do Município";

§ 2º A nomenclatura do cargo "Diretor Jurídico da Controladoria" passa a ser designada por "Corregedor Geral do Município";
§ 3º Permanecem inalterados os padrões remuneratórios, carga horária e demais requisitos concernentes aos cargos anteriores, para exercício dos cargos com nova nomenclatura;
§ 4º O Regulamento Interno da Controladoria Geral do Município disciplinará obrigações e atribuições para as funções criadas através do presente artigo.

Art. 25. Ao servidor integrante do Órgão Central do Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo não poderá ser atribuída função estranha às suas atividades típicas, no âmbito do Poder Executivo.

Art. 26. Os cargos de provimento em comissão da Controladoria-Geral do Município passam a ser representados conforme quadro do Anexo Único desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 27. A Controladoria-Geral do Município elaborará seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal.

Art. 28. As despesas decorrentes da execução desta Lei Municipal correrão à conta de dotação própria do Orçamento Geral do Município.

Art. 29. O Prefeito Municipal fica autorizado a remanejar as dotações orçamentárias necessárias para a execução desta Lei Municipal.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário."

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de dezembro de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

ANEXO ÚNICO
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	SIMB	QUANTIDADE
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO	SG	01
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO ADJUNTO	SA	01
SUBCONTROLADOR DO MUNICÍPIO	SA	01
OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO	DG	01
CORREGEDOR GERAL DO MUNICÍPIO	DG	01
COORDENADOR DA CONTROLADORIA	CE	01
COORDENADOR ADMINISTRATIVO DA CONTROLADORIA	CD	01
GESTOR DO DEPARTAMENTO DE NÚCLEO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	GD	01
GESTOR DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	GD	01
ENCARREGADO DO SETOR DA SECRETARIA EXECUTIVA (CONTROLADORIA)	ES	01
ENCARREGADO DO SETOR DE CONTROLE E CONFORMIDADE PROCESSUAL	ES	01
ENCARREGADO DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO	ES	01
ENCARREGADO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO	ES	01
ENCARREGADO DO SETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE	ES	01

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B574B052

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN.

CONTRATADA: START CONSULTORIA TECNICA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEO URBANO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE CEARÁMIRIM/RN. A PRESENTE EXECUÇÃO SE DARÁ COM RECURSOS PROVENIENTES DE PROPOSTA SELECIONADA PELO GOVERNO FEDERAL, NO PROGRAMA DE ACELERÇÃO DE CRESCIMENTO – PAC.

VALOR TOTAL DO ITEM: R$ 608.000,00 (SEISCENTOS E OITO MIL REAIS)

VALIDADE DA ATA: A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 12 MESES, A PARTIR DA SUA ASSINATURA 25/03/2026, PODENDO SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO, NOS MOLDES DO ART. 84 DA LEI 14.133/21.

P/CONTRATADA: ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA – PREFEITO MUNICIPAL.

P/CONTRATANTE: KEILA BRANDÃO CAVALCANTI - REPRESENTANTE LEGAL.

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:445BFD85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 019/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEARÁ – MIRIM.

CONTRATADA: R D CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA – EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMELÓDROMO NO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN.

VALOR TOTAL DO ITEM: R$ 29.355,12 (VINTE E NOVE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E DOZE CENTAVOS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE ADITIVO TEM SUA FUNDAMENTAÇÃO AMPARADA LEGALMENTE NO ART. 65, § 1º, LEI Nº 8.666/93.

ASSINATURAS:

P/CONTRATANTE - ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA- PREFEITO MUNICIPAL.

P/CONTRATADA - RODRIGO GASPAR DIAS– REPRESENTANTE LEGAL.

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:A903FA9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO-003/2025

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Ceará-Mirim/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a regularidade de

todos os atos procedimentais, conforme consta nos autos do processo licitatório,
RESOLVE:
ADJUDICAR E HOMOLOGARo resultado do Credenciamento-003/2025, cujo objeto é credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços oftalmológicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Ceará-Mirim/RN, em favor da empresa vencedora do certame, conforme condições, quantidades e exigências constantes do edital e de seus anexos.
A presenteadjudicaçãoe homologação decorrem da análise e aprovação do procedimento pela autoridade competente, atestando-se sua legalidade, legitimidade e conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
Publique-se, cumpra-se e dê-se prosseguimento aos atos necessários à contratação.

Ceará-Mirim/RN, 25/03/2026.

Atenciosamente,

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:1DE0267D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO-004/2025

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Ceará-Mirim/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a regularidade de todos os atos procedimentais, conforme consta nos autos do processo licitatório,
RESOLVE:
ADJUDICAR E HOMOLOGARo resultado do Credenciamento-004/2025, cujo objeto é credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços laboratoriais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Ceará-Mirim/RN, em favor da empresa vencedora do certame, conforme condições, quantidades e exigências constantes do edital e de seus anexos.
A presenteadjudicaçãoe homologação decorrem da análise e aprovação do procedimento pela autoridade competente, atestando-se sua legalidade, legitimidade e conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
Publique-se, cumpra-se e dê-se prosseguimento aos atos necessários à contratação.

Ceará-Mirim/RN, 25/03/2026.

Atenciosamente,

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:8C840A74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 176/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 2**0 de março de 2026**, na edição nº. **3754** e código identificador: **77B62458.**

1 – ONDE SE LÊ:
Art. 1 – Valor R$ 50,00 (Cinquenta reais).

2 – LEIA-SE:
Art. 1 – Valor R$ 35,00 (Trinta e cinco reais).

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:5A56D5F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção, hidrossanitário, pintura, esquadria, madeira e ferragem em geral, constantes no sistema nacional de custos e índices de construção civil – sinapi, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN.

Contratante: Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração. Demais secretarias.

Contratados: JSI EMPREENDIMENTOS LTDA - Tipo: ME - CNPJ: 46.482.029/0001-58, LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA - Tipo: Ltda/Eireli - CNPJ: 40.351.078/0001-75.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

JSI EMPREENDIMENTOS LTDA - Tipo: ME - CNPJ: 46.482.029/0001-58, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05: com valor total de R$ 1.732.000,00 (Um milhão setecentos e trinta e dois mil reais).

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA - Tipo: Ltda/Eireli - CNPJ: 40.351.078/0001-75, saiu vencedor no lote: 06: com valor total de R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Vigência das Atas de Registro de Preços: 25 de março de 2026 a 24 de março de 2027.

Cerro Corá/RN, 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:C36F9A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 191/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisco Canário Filho** – Conselheiro (a) tutelar, matricula nº. 0013978 – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.613.504-XX, a concessão de **01 (uma)** diária com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no dia **19 de março de 2026,** objetivo - Acompanhando a criança (04 anos) para registro de Boletim de Ocorrência na sede regional da Policia Civil de Caicó/RN em seguida realizar exames de Sexologia Forense e Corpo de Delito no IML - Instituto Médico Legal - Rua Severiano Alves da Costa, s/n - Samanaú - CEP 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais),** correspondente a **01 (uma)**, diária com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:20B05650

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 192/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Rita de Cássia da Silva** – Conselheiro (a) tutelar, matricula nº. 0018171 – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.312.104-XX, a concessão de **01 (uma)** diária com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no dia **19 de março de 2026,** objetivo - Acompanhando a criança (04 anos) para registro de Boletim de Ocorrência na sede regional da Policia Civil de Caicó/RN em seguida realizar exames de Sexologia Forense e Corpo de Delito no IML - Instituto Médico Legal - Rua Severiano Alves da Costa, s/n - Samanaú – Caicó/RN - CEP 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais),** correspondente a **01 (uma)**, diária com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:D2A3433E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 193/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Marques Gutemberg Dantas** – Assessor Técnico – SAMAT**,** matricula nº. 001945-3– Conforme Portaria nº. 018/2025-GP - CPF: XXX.673.154-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diárias sem pernoite, para a cidade de Carnaúba dos Dantas/RN, no dia **31 de março de 2026 -** Participar da **Assembleia de Criação da Cooperativa do Algodão Agroecológico** (Secretária de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca – Rua José Victor 85 - Centro), na cidade de Carnaúba dos Dantas/RN.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 45,00 (Quarenta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:64FC6525

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 194/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Genilson de Carvalho** – Coordenador Turismo**,** matricula nº. 0019313 – Coordenador Turismo – Conforme Portaria nº. 020/2025-GP - CPF: 036.317.044-88, a concessão de **1+1/2 (Uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a capital do estado, durante o período, **26 e 27 de março de 2025 -** Participar do **VI Encontro das IGR'S – Instâncias de Governança Regionais,** local do evento – Auditório Celina Guimarães – Centro de Convenções (26/03): Participar do **17º Fórum de Turismo do RN –** SERHS Natal Grand Hotel & Resort - local Via Costeira Senador Dinarte Mariz 6045 – Parque das Dunas.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 210,00 (Duzentos e dez reais)**, correspondente a **1+1/2 (meia)**, diárias com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,

Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C2AD08DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 195/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Clodoaldo Candido da Silva,** matricula nº. 10014 – Agente Administrativo – SEFIT - CPF: 027.677.254-78, a concessão de **1/2 (meia)** diárias sem pernoite, para se deslocar a capital do estado,dia **27 de março de 2026 Objetivo** – Participar do Fórum Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. **Local:** SERHS Natal Grand Hotel & Resort. **Endereço:** Av. Senador Dinarte Medeiros Mariz, 6045, Natal, 59090-002.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 57,50 (Cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:1FA1C069

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ADJUDICO, o(s) vencedor(es) do Pregão Eletrônico nº 004/2026 SRP, realizado em 12/03/2026, a saber:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção, hidrossanitário, pintura, esquadria, madeira e ferragem em geral, constantes no sistema nacional de custos e índices de construção civil – sinapi, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN.

JSI EMPREENDIMENTOS LTDA - Tipo: ME - CNPJ: 46.482.029/0001-58, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05: com valor total de R$ 1.732.000,00 (Um milhão setecentos e trinta e dois mil reais).

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA - Tipo: Ltda/Eireli - CNPJ: 40.351.078/0001-75, saiu vencedor no lote: 06: com valor total de R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Cerro Corá/RN, 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:7ADA7403

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção, hidrossanitário, pintura, esquadria, madeira e ferragem em geral, constantes no sistema nacional de custos e índices de construção civil – sinapi, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN.

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação do PE 004/2026 SRP**,**com início em26 de fevereiro de 2026, com sessão realizada em12 de março de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:

JSI EMPREENDIMENTOS LTDA - Tipo: ME - CNPJ: 46.482.029/0001-58, saiu vencedor nos lotes: 01, 02, 03, 04 e 05: com valor total de R$ 1.732.000,00 (Um milhão setecentos e trinta e dois mil reais).

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA - Tipo: Ltda/Eireli - CNPJ: 40.351.078/0001-75, saiu vencedor no lote: 06: com valor total de R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Cerro Corá/RN, 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:6E3BE9C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-006/2026

O **MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, torna pública a realização de procedimento licitatório, em sessão pública, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para a MERENDA ESCOLAR, conforme descrições e quantitativos. As propostas e documentos serão recebidos virtualmente no site https://bbmnet.com.br/ até o dia 09/04/2026 às 08h00min, quando iniciará a fase de lances às 08h30min, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no endereço eletrônico acima ou no site www.coronelljoaopessoa.rn.gov.br.

Coronel João Pessoa/RN, 25 de março de 2026.

MIGUEL FERREIRA DE AQUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Miguel Ferreira de Aquino
Código Identificador:D0E8ECC8

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00257/2026;
DISPENDA DE LICITAÇÃO N.º 023-0182023 - PA 0573/2023;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE
CONTRATADA: R R LOPES ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA – CNPJ N.º 11.801.158/0001-87;
VALOR MENSAL: R$ 1.266,36 (MIL DUZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 024/2023 POR MAIS 12 (DOSE) MESES, A PARTIR DE 27/4/2026 ATÉ 26/4/2027, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21;
OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E ULTIMAÇÃO DOS ATOS NECESSÁRIOS A LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA CAPITAL DO ESTADO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: • UNIDADE GESTORA: 1 – MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN; • ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 2000 – PODER EXECUTIVO; • UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2003 – SEC. MUN. DA ADMNISTRAÇÃO, PLANJ. CONTROLE INTERNO; FUNÇÃO: 4 – ADMINISTRAÇÃO; •SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; •PROGRAMA: 8 – PROGRAMA DE CONTROLE DEPT PESSOAL/PANENEJ/ADMIN/FINANCEIRO; •AÇÃO: 2.4 – MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJ. CONTROLE INTERNO; •DESPESA: 37 – 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.
VIGÊNCIA: 27/4/2026 ATÉ 26/4/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA: 25/03/2026

SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, E A SRA. ALANA DE CASSIA FIGUEIREDO LIMA RÊGO, SECRETÁRIA MUNICIPAL; ATUANDO COMO FISCAL DO CONTRATO O SR. JOÃO BOSCO LOPES DE CARVALHO. PELO CONTRATADO, A EMPRESA R R LOPES ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA – CNPJ N.º 11.801.158/0001-87– ROSA MARIA LOPES, TITULAR DO CPF N.º 106.622.194-49.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:8B811DC0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 006/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 006/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Cruzeta/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços, ações, procedimentos e atividades na Política Municipal de Assistência Social/SUAS, através de pessoal técnico e administrativo; **DATA DA ASSINATURA:** 23 de março 2026; **VIGÊNCIA**: 12 meses, a partir da sua assinatura; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **PROMITENTE CONTRATADA:** COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS E SERVICOS DA ASSISTENCIA S., **CNPJ:** 42.717.812/0001-00; **VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 643.437,00 (seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais).

Cruzeta/RN, 24 de março 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Cruzeta

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:0271541D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2026

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 006/2026, Processo Licitatório nº. 027/2026, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da RP PRODUÇÃO E EDIÇÃO MUSICAL LTDA**,** inscrita no CNPJ: **25.290.532/0001-31,** representante legal e exclusivo da dupla, no valor de **R$ 200.000,00 (**Duzentos mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – RAFA E PIPO MARQUES**, para apresentação no dia 11 de outubro de 2026.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 18 de março de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:9B267143

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026-PMC, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Convocar candidatos aprovados em processo seletivo simplificado de edital nº 001/2025-PMC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a publicação do Edital nº 001/2025-PMC que visa à contratação de pessoal com fundamento no artigo 37, IX, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o resultado final do processo Seletivo Simplificado de edital nº 001/2025-PMC, homologado através do edital nº 004/2025-PMC;

CONSIDERANDO ser de necessidade imediata contratar servidores para compor o quadro de funcionários do município, em virtude dos serviços demandados,

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de executar serviços de interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- Convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme resultado homologado no Edital nº 004/2025-PMC, e listados na tabela abaixo, para comparecerem à Secretaria Municipal de Administração e de Tributação – SMAT, localizada na Praça Celso Azevedo, nº 86, Centro, impreterivelmente entre os **dias 26 e 27 de março de 2026** das 8h00min às 13h00min, para apresentar os originais e as cópias dos documentos exigidos, no Item 08, do Edital n.º 001/2025-PMC, para o ingresso no cargo indicado nas tabelas abaixo:

DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (MATEMÁTICA)		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**
2º	PEDRO CARVALHO DOS SANTOS	90

DOCENTE PARA ATENDIMENTO EDUCIONAL ESPECIALIZADO - AEE		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**
5º	ANA PAULA DE OLIVEIRA	65

PROFESSOR DE MÚSICA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**
2º	VALTER CARLOS DE MEDEIROS	60

DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENS. FUND. EDUCAÇÃO FISICA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOTA FINAL**
1º	JOSÉ IRANILSON DE ARAÚJO DA SILVA	95

Art. 2º- O candidato que, por qualquer motivo, não apresentar no prazo determinado a documentação constante no Item 08 do edital nº 001/2025-PMC, será desclassificado em definitivo e perderá o direito a ser contratado ao cargo.

Art. 3º. Este EDITAL entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cruzeta-RN, 25 de março de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:3B43CBE9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 90007/2026

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de sua Agente de Contratação/Pregoeira instituída pela Portaria nº. 317, de 12 de março de 2026, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por ITEM, que tem como objeto o **Registro de preço para contratação de empresa para recarga de gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 kg,** conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará às 9:00 horas (horário local) do dia 14 de abril de 2026, através do site local: **www.gov.br/compras,** conforme Lei nº 14.133/21 e decreto federal n° 11.462/23.

Currais Novos/RN, 25 de março de 2026.

VÂNGELA MARIA DA SILVA SOUZA
Agente de Contratação – Pregoeira
Port. nº 317/2026 – PMCN

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F7BC1FC8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90009/2025.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação asfáltica do tipo CBUQ em diversas ruas do Município de Currais Novos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: TCPAV TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA - CNPJ nº 12.924.624/0001-84, vencedora dos itens:

LOTE 1

Item 01: pelo valor unitário de R$ 1,95 (Um real e noventa e cinco centavos) e a quantidade de 35.000 metros quadrados;
Item 02: pelo valor unitário de R$ 9.475,00 (Nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais) e a quantidade de 10 unidades;
Item 03: pelo valor unitário de R$ 0,24 (Vinte e quatro centavos) e a quantidade de 35.000 metros quadrados;
Item 04: pelo valor unitário de R$ 127,50 (Cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 1.050 metros cúbicos.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP.

Currais Novos/RN, 25 de março de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:B978119E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026.

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da ComissãoPermanente de Licitação - CPL, referente àConcorrência Eletrônica nº 90001/2026, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1099949-62/2024,** realizado em 25 de fevereiro de 2026, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021.
INOVAÇÃO EMPREENDIMENTO LTDA - CNPJ: 21.268.253/0001-10, saiu vencedora no item:

Item 01 - Prestação de Serviços de Obras de Engenharia, no valor total de R$ 2.701.743,96 (dois milhões, setecentos e um, setecentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos).

Currais Novos/RN, 25 de março de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:62F54244

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TRIGÉSIMO OITAVO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 04/2024

CREDENCIAMENTO Nº 04/2024
Assunto: **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR.**

A Comissão Permanente de Licitação do Munícipio de Currais Novos/RN, Equipe I, formalmente designada pela Portaria nº 317 de 12 de março de 2026, dá publicidade ao resultado do trigésimo oitavo julgamento da habilitação do Credenciamento nº 04/2024, visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR**.

I – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação torna pública a todos os interessados o julgamento do **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR,** onde foi recebido os envelopes contendo as documentações de habilitação, conforme Cláusula 08 do Edital. Após análise detalhada da documentação de habilitação, as empresas participantes encontram-se de acordo com o Edital, **CREDENCIADAS** conforme a ordem classificatória definida no Termo de Referência nos quadros de serviços abaixo:

SERVENTE

ORDEM	EMPRESAS	CNPJ
53°	**65.553.644 PEDRO HENRIQUE SANTOS DE MORAIS**	65.553.644/0001-52
54°	**65.366.280 JOSE BRUNO FERREIRA**	65.366.280/0001-00

A ordem classificatória fundamenta-se na cláusula 5.1 do Termo de Referência, Anexo I, ao Edital deste Credenciamento, em consonância ao inciso 1º, do art. 8º, do Decreto Municipal nº 5.371, de 13 de março de 2024.

Currais Novos/RN, 25 de março de 2026.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES –
Agente de Contratação

ALANA DANTAS ANDRÉ –
Membro

DOLORES BEATRIZ ROMEU DO NASCIMENTO –
Membro

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS –
Membro

JUDSON MARCELINO SANTOS DE OLIVEIRA –
Membro

ANDREA TITO DA SILVA –
Membro

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:9951022D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN.

Nessa terça-feira, dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte seis, as 13 horas, no Palácio Raul Macedo, Gabinete do Prefeito, localizado na Praça Desembargador Tomaz Salustino, número 90, na presença de servidores do Gabinete, tomou posse no cargo de Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. Milena Galvão Ferreira de Souza, Vice-Prefeita deste município. A referida transição deu-se devido o Prefeito Municipal, Sr. Lucas Galvão da Cruz afastar-se a fim de participar do Congresso de Inovação da Indústria e tratar sobre assuntos de interesse do município, no período de 25 a 26 de março do presente ano, em São Paulo/SP. Sendo assim, eu, Dolores Beatriz Romeu do Nascimento, Assessora Especial, lavrei o presente termo para efeito e fins legais.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ

MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA

JOSEFA DANIELA B. DOMINGOS

KARLOS EDUARDO DA S. MOURA

SUELEN CARLA ARAÚJO DE MARIA

DOLORES BEATRIZ ROMEU DO NASCIMENTO

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:C83A4063

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0035 DE 13 DE JANEIRO DE 2026.

O Coordenador Geral de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 1.507/2026			
SERVIDOR: Ingred Adely de Araújo Souza	MATRÍCULA: 32956		
CARGO: Secretária Municipal de Administração	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração			
DESTINO: Natal/RN			
DATA DE SAÍDA: 13/01/2026	HORA: 07h30min	DATA DE RETORNO: 13/01/2026	HORA: 20h15min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 200,00 (Duzentos reais)	VALOR TOTAL: R$ 100,00 (Cem reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Reunião no SAMU, reunião na SESAP/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 13 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

*Republicar por incorreção.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:278BC68A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0084, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 2.388/2026			
SERVIDOR: José Lucileno Ferreira Gomes		MATRÍCULA: 2571-1	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 22/01/2026	HORA: 11h10min	PREVISÃO DE RETORNO: 22/01/2026	HORA: 17h30min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar procedimento na Liga na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 22 de janeiro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

*Republicar por incorreção.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:42DC2870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0185, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 4.560/2026			
SERVIDOR: Robson de Souza Tomaz		MATRÍCULA: 43.192	
CARGO: Assessor de Informática		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 11/02/2026	HORA: 08h	PREVISÃO DE RETORNO: 11/02/2026	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN transportando documentos técnicos de interesse dessa municipalidade na empresa RJ – Assessoria a Municípios Ltda.			
Obs: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1731, de 01 de setembro de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

*Republicar por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3C58112D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 4.294/2026			
SERVIDOR: José Gildson Medeiros da Silva		MATRÍCULA: 42.714	
CARGO: Assessor de controle de atividade		LOTAÇÃO: Gabinete Municipal	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: São Gonçalo do Amarante/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 09/02/2026	HORA: 12h	PREVISÃO DE RETORNO: 09/02/2026	HORA: 20h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem para ir deixar no Aeroporto Internacional de Natal/RN, o prefeito Lucas Galvão da Cruz, para participar de agendas institucionais em Brasília/DF.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 0622, de 11 de março de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 09 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

*Republicar por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F44A8759

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 258, DE 02 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 5.903/2026			
SERVIDOR: Ana Cláudia Lima Garcia		MATRÍCULA: 33545	
CARGO: Conselheira Tutelar		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 02/03/2026	HORA: 6h35min	PREVISÃO DE RETORNO: 02/03/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN para participar na Escola dos Conselhos sobre Fundo da Infância e Adolescencia (FIA) em Caicó.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 02 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FC9AD4DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 259, DE 02 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 5.919/2026			
SERVIDOR: Kátia Cristina da Silva Macêdo Medeiros	MATRÍCULA: 40037		
CARGO: Conselheira Tutelar	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 02/03/2026	HORA: 6h36min	PREVISÃO DE RETORNO: 02/03/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN para participar na Escola dos Conselhos sobre Fundo da Infância e Adolescencia (FIA) em Caicó.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 02 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E90B14DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 328, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 7.655/2026			
SERVIDOR: Kátia Cristina da Silva Macêdo Medeiros		MATRÍCULA: 40037	
CARGO: Conselheira Tutelar		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 16/03/2026	HORA: 6h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 16/03/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN para participação da Escola dos Conselhos em Caicó no auditório do MP.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 16 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FD10BE16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 339, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/31/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 7.902/2026			
SERVIDOR: Ruth Carolline Silva Xavier	MATRÍCULA: 43753		
CARGO: Coordenadora Administrativa	LOTAÇÃO: Gabinete do Perfeito		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete do Perfeito			
DESTINO: Natal/RN			
DATA DE SAÍDA: 17/03/2026	HORA: 9h30min	DATA DE RETORNO: 17/03/2026	HORA: 23h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN, acompanhando o Prefeito Lucas Galvão da Cruz para participar de agenda na Secretaria Extraordinária de Governo e Relações Institucionais (SEGRI), na Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 17 de maçro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B30E00A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 354, DE 18 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 7.986/2026			
SERVIDOR: Robson de Souza Tomaz	MATRÍCULA: 43.192		
CARGO: Assessor de Informática	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 18/03/2026	HORA: 11h	PREVISÃO DE RETORNO: 18/03/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Conduzir servidores da SEMAD para a cidade de Currais Novos, retornando de curso de capacitação realizado na Escola do Governo.			
Obs: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1731, de 01 de setembro de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 18 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:16C9754C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 207/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 2161/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa ARGUS ASSESSORIA A EVENTOS DE TURISMO LTDA, CNPJ sob o n° 13.505.964/0001-33, para prestação de serviço de locação de 1 estande visando à participação do município de Currais Novos/RN na 12ª FEMPTUR (Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN), que ocorrerá nos dias 10 e 11 de abril de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN, com valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) a locação de estande de 8 m² (4,00m x 2,00m), incluindo estrutura em alumínio em cor natural, divisórias em tipo painéis TS, testeira, balcão, banqueta, duas tomadas de 220V e iluminação com três spots, obedecendo ao limite máximo de 1 unidade, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 7734/2026.

Currais Novos, 16 de março de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:869950F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 231/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): MISTENIO BERTULEZA DE ARAUJO, CNPJ: 14.951.368/0001-40.
OBJETO: execução de atividade formativa no dia 02 de fevereiro de 2026 durante a abertura da Jornada Pedagógica 2026 do Município de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 22.910,00 (vinte e dois mil novecentos e dez reais).
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2026 a 31 de março de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS -
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:60EB6DDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ELIANE AUREA DE JESUS, CPF/MF: 009.215.094-21.
OBJETO: prestação de serviço como Professora de Língua Inglesa na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2026 a 30 de junho de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:7459A326

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): MARIA DO SOCORRO DANTAS, CPF/MF: 023.054.734-60.
OBJETO: prestação de serviços de Auxiliar de Cozinha na rede municipal de ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2026 a 30 de junho de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:F1096E41

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): MARIA JOSIENE DA SILVA, CPF/MF: 011.679.814-99.
OBJETO: prestação de serviço como Professora Pedagoga na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2026 a 30 de junho de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:610D7C55

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 192/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 1.024/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, a contratação do(a) senhor(a) MILLER DONIZETE CAVALCANTE SILVEIRA, CPF/MF: 072.182.894-95, para prestação de serviço como Professor de Educação Física na Rede Municipal de Ensino, no período de 02 de fevereiro de 2026 a 30 de junho de 2026, com valor mensal de R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 3.210/2026.

Currais Novos, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F8279423

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 253/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): NEWTEC COMERCIO LTDA, CNPJ 19.881.198/0001-98
OBJETO: Realização de serviços e aquisição de peças a serem utilizadas na primeira revisão do veículo VW/SAVEIRO CS RB MF, de placa: RQH-1J95, pertencentes à frota da Secretaria Municipal Infraestrutura e Serviços Urbanos.
VALOR: Serviço de manutenção de veículos em garantia pelo valor unitário de R$ 964,00 (novecentos e sessenta e quatro reais) na quantidade de 01 serviço; Aquisição de peças, produtos e assessórios para realização da manutenção de veículos em garantia pelo valor unitário de R$ 1.152,35 (mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: 21 de janeiro de 2026 a 30 de abril de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso I e IV, "a", da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 21 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CAIO PEDRO DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:315767E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 254/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): NEWTEC COMERCIO LTDA, CNPJ 19.881.198/0001-98
OBJETO: Realização de serviços e aquisição de peças a serem utilizadas na primeira revisão do veículo VW/SAVEIRO CS RB MF,

de placa: RQH-1J86, pertencentes à frota da Secretaria Municipal Infraestrutura e Serviços Urbanos.
VALOR: Serviço de manutenção de veículos em garantia pelo valor unitário de R$ 764,00 (setecentos e sessenta e quatro reais) na quantidade de 01 serviço; Aquisição de peças, produtos e assessórios para realização da manutenção de veículos em garantia pelo valor unitário de R$ 883,19 (oitocentos e oitenta e três reais e dezenove centavos).

VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2026 a 30 de abril de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso I e IV, "a", da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 19 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CAIO PEDRO DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:53E6499E

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 206/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 2026/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 62.647.143 JOSE ADRIANO DANTAS BAZILIO, CNPJ: 62.647.143/0001-47, para prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, no período de 09 de março de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 260 diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 6900/2026.

Currais Novos, 09 de março de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:BC3E4D4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): FRANCISCO JOSE DE AZEVEDO, CPF/MF n° 051.265.404-24.
OBJETO: a prestação de serviços como Zelador Rural (Distrito da Cruz) para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).

VIGÊNCIA: 02 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO -
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:3A219273

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): GILBERTO PAULINO DA SILVA, CPF/MF: 057.428.174-60.
OBJETO: prestação de serviços de Operador de Veículos Pesados (Retroescavadeira), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio
Ambiente, Agricultura e Abastecimento.
VALOR MENSAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
VIGÊNCIA: 02 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO –
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:E30F7EEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ANA CARLA OLIVEIRA SILVA, CPF/MF: 096.205.344-92.
OBJETO: prestação de serviço de Visitadora Social no Programa Criança Feliz.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:FB3A3229

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ROSALIA MARIA DA SILVA, CPF/MF: 702.778.654-09.
OBJETO: prestação de serviço de Visitadora Social no Programa Criança Feliz.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:DEE1F8A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): MARIANA TEREZA DE SOUZA LIMA, CPF/MF: 016.992.444-05.
OBJETO: prestação de serviço de Orientadora Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:6452071F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ESTELITA MARIA DE LIMA CABRAL, CPF/MF: 010.723.564-14.
OBJETO: prestação de serviço de Assistente Social para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:9A6A3D89

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): JESSICA ELLEN LUCIANO BRAGA, CPF/MF n° 017.703.584-63.
OBJETO: prestação de serviço como Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Tetê Salustino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA -
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:CC27BA27

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): BIANCA BEATRIZ DE MEDEIROS, CPF/MF: 096.404.784-58.
OBJETO: prestação de serviço de psicóloga no CRAS Tetê Salustino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA -
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:EC518F85

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JAILSON BARBOSA DE MELO, CPF/MF: 067.207.414-11
OBJETO: prestação de serviço de Orientador Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 05 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:9C0252FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): LUIS EDUARDO GALVÃO DA SILVA, CPF/MF 079.891.734-25.
OBJETO: prestação de serviço como motorista.

VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2026 a 31 de maio de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 19 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:701C8DF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ALBERTO JOSE DA SILVA, CNPJ: 35.962.636/0001-07.
OBJETO: prestação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado pertencentes a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.
VALOR: R$ 466,67 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) a instalação de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 9 mil a 18 mil BTUs, na quantidade de 7 serviços; R$ 600,00 (seiscentos reais) a instalação de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 24 mil a 32 mil BTUs, na quantidade de 3 serviços; R$ 200,00 (duzentos reais) a manutenção e limpeza de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 9 mil a 18 mil BTUs, na quantidade de 35 serviços; R$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) a manutenção e limpeza de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 24 mil a 32 mil BTUs, na quantidade de 3 serviços.
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2026 a 15 de julho de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 22 de janeiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA -
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assitencia Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:F3B5B497

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 202603170001

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05020002/2025- CONTRATO Nº 202603170001- ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO - CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO, SERVICOS E CONSERVACAO - COOPLIMPE, OBJETO: CONTRATAÇÃO FUTURA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNÍCIPIO DE ENCANTO/RN, VALOR TOTAL: R$ 610.763,93 (SEISCENTOS E DEZ MIL E SETECENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS)-VIGÊNCIA: DE 12 MESES - DATA DA ASSINATURA: 17 DE MARÇO DE 2026

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:E7FDF408

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 202603170002

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05020002/2025- CONTRATO Nº 202603170002 - ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO - CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO, SERVICOS E CONSERVACAO - COOPLIMPE, OBJETO: CONTRATAÇÃO FUTURA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNÍCIPIO DE ENCANTO/RN, VALOR TOTAL: R$ 361.765,94 (TREZENTOS E SESSENTA E UM MIL E SETECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)-VIGÊNCIA: DE 12 MESES - DATA DA ASSINATURA: 17 DE MARÇO DE 2026

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:24FCE128

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000005/2024 -PMES EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 017/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000005/2024 -PMES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 017/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.358.723/0001-79. CONTRATADA: A. O. S. SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.385.898/0001-80. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 017/2024. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 17/03/2026 a 16/03/2027. DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2026.

Município de Espírito Santo/RN –
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal /

A. O. S. Software LTDA -
RAPHAEL DE ARAUJO SILVA -
Representante Legal.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:B93948F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 095/2026 – GP EM, 25/03/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 02 (duas) diárias, ao Senhor Vice-Prefeito, FRANCISCO UBIRACY FEITOSA PASCOAL, CPF: XXX.122.504-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, nos dias 25 e 26 de Março de 2026, na oportunidade em que irá participar da Eleição dos Conselheiros do Conselho Estadual de Turismo-CONETUR e do 6ª Encontro das Instâncias de Governança Regionais do Rio Grande do Norte.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 800,00 **(oitocentos reais)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 25/03/2026

GILVANDRO FERNANDES JÁCOME
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:B10E19AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 096/2026 – GP EM, 25/03/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Turismo e Eventos, CPF: XXX.738.984-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, no dia 26 de Março de 2026, na oportunidade em que irá participar da 6ª Encontro das Instâncias de Governança Regionais do Rio Grande do Norte.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 400,00 **(quatrocentos reais)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 25/03/2026

GILVANDRO FERNANDES JÁCOME
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:B2D1B781

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097/2026 – GP EM, 25/03/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, JOSAIAS DE OLIVEIRA SOUZA, CPF: XXX.739.294-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, no dia 26 de Março de 2026, na oportunidade em que irá participar da 6ª Encontro das Instâncias de Governança Regionais do Rio Grande do Norte.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 200,00 **(duzentos reais)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 25/03/2026

GILVANDRO FERNANDES JÁCOME
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:7A730E11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2026 – GP EM, 25/03/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, EMERSON SOUZA PINHEIRO, CPF: XXX.193.204-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, no dia 26 de Março de 2026, na oportunidade em que irá participar da 6ª Encontro das Instâncias de Governança Regionais do Rio Grande do Norte.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 200,00 **(duzentos reais)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias,

deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 25/03/2026

GILVANDRO FERNANDES JÁCOME
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:BF22FFD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 310079/2026
Torna-se público que o Município de Felipe Guerra/RN, em Obediência a Lei Federal nº 14.133/21 – e Decreto Municipal nº 471/2023 – Contratação de empresa, cooperativas, associações ou fornecedores individuais habilitados para o fornecimento de peixe in natura, destinado à distribuição gratuita às famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias do Programa Bolsa Família e devidamente inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Felipe Guerra/RN, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
Contratada: ASSOCIACAO DOS AQUICULTORES DO APODI – CNPJ: 08.325.925/0001-14. Valor: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: **Órgão Orçamentário:** 14 - Fundo Municipal de Assistência Social. Programa: 0073 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS). Ação Orçamentária: **2068 Gestão de Benefícios Eventuais (Promover Benefícios Eventuais (Atendimento de Necessidade Pessoas Carentes)** - Elemento de Despesa: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - **BASE LEGAL:** Art. 75,inciso II, da Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 471/2023. Termo de Ratificação (25/03/2026). Felipe Guerra/RN, 25 de março de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:E0885464

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 21-2026

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a dispensa de licitação n° 21-2026, e autorizo a Contratação de empresa para Aquisição de peixe para distribuição as pessoas carentes na semana santa, para atender as necessidades da secretaria de assistência social do município, que tem como escolhida a empresa ERIVELTO GELO & PESCADOS LTDA**, inscrita no CNPJ n°** 37.019.323/0001-37**, com sede no município de** CAIÇARA DO NORTE/RN**, com o valor total de** R$ 26.010,00 (vinte e seis mil e dez reais), com base no Art. 75, II da Lei n° 14.133/2021.

Galinhos/RN, 25 de março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:A3916EFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 301/2026/PMG-GP

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO.

O Prefeito do Município de Galinhos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDOque cabe ao Poder Executivo Municipal designar o fiscal e gestor de contrato conforme o Decreto Nº 32/2023 que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDOque os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade

R E S O L V E:

Art. 1º - DesignarMARÍLIA ISABEL TEIXEIRA DA SILVA, Coordenadora Geral de Compras e Contratos, CPF nº 105.***.***.98, para exercer a função de Fiscal dos Contratos administrativos celebrado pela Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos;

Art. 2º - A função do fiscal de contrato na administração pública é responsável por acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, convênios e outros instrumentos congêneres.

Art. 3º - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada; e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.
X - Instauração de Processo AdministrativoSancionador.

Art. 4°– A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Galinhos/RN, 25 de março de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:8138BD44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 160/2026 - GP

Goianinha/RN, 25 de março de 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Nomear o Sr. ITAMAR BARBOSA DA SILVA, sob a portaria nº 160/2026, para o cargo de Diretor(a) II, da Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2026.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goianinha/RN, em 25 de março de 2026.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Tavares Silva
Código Identificador:ADA3CFDE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2026 AO TERMO DE CONTRATO N° 177/2023 À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias, 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN resolve celebrar o presente apostilamento com integral observância ao art. 136 da da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade o reajustamento/repactuação de valores contratuais em conformidade com o Decreto Federal n° 12.797, de 23 de dezembro de 2025, Presidente da República junto ao Termo de Contrato n° 177/2023 oriundo da adesão à Ata de registro de Preços nº 002/2023 ao Pregão Eletrônico nº 002/2023, de acordo com a solicitação e justificativa e anexos constantes do Memorando n° 065/2026-GAB, de 4 de fevereiro de 2026, do Gabinete do Prefeito e consubstanciado pelo parecer jurídico da Procuradoria-Geral Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:
2.1. Conforme expresso na cláusula ficam reajustados/repactuados os serviços terceirizados de mão-de-obra, conforme valores consolidados abaixos:

	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS POSTOS	UND	VALOR POR POSTO (R$)
LOTE ÚNICO	1	Auxiliar administrativo.	Posto	R$ 2.161,33
	2	Recepcionista.	Posto	R$ 2.161,33
	3	ASG.	Posto	R$ 2.161,33
	4	Motorista I.	Posto	R$ 2.161,33
	5	Motorista II.	Posto	R$ 2.862,24
	7	Digitador.	Posto	R$ 2.161,33
	8	Facilitador de oficinas.	Posto	R$ 2.161,33
	9	Visitador.	Posto	R$ 2.161,33
	10	Supervisor.	Posto	R$ 2.364,55
	11	Operador de máquinas.	Posto	R$ 2.249,96
	12	Auxiliar de mecânico.	Posto	R$ 2.161,33
	13	Pedreiro.	Posto	R$ 2.161,33
	14	Servente de pedreiro.	Posto	R$ 2.161,33
	15	Auxiliar de eletricista.	Posto	R$ 2.161,33
	16	Eletricista.	Posto	R$ 2.560,00
	17	Merendeira.	Posto	R$ 2.161,33
	18	Operador de máquinas pesadas.	Posto	R$ 2.406,63

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS INFORMAÇÕES:
3.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 177/2023 oriundo da adesão à Ata de registro de Preços nº 002/2023 ao Pregão Eletrônico nº 002/2023 não alcançadas pelo presente apostilamento, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 6 de março de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:4F0B6433

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 006/2026—GP

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado-PSS — Edital n° 001/2025 da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso XXVI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a divulgação e homologação do resultado do Processo Seletivo, bem como o item 8.1 do Edital n° 001/2025,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, além dos princípios da economicidade e eficiência,

CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública, explicitado através de justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado 001/2025, homologado e publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital n° 001/2025.

Art.3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, retroagindo os seus efeitos a 15 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado/RN, em 25 de março de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:07ED8AC0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 028/2026-GP

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN

O Prefeito Municipal de Governador Dix-Sept Rosado-RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 310/2003 que institui o Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros governamentais e divulgar os membros não-governamentais indicados para compor o Conselho Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado no biênio 2026-2028.

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Isabela Carla Vale Rodrigues
Suplente: Adrielly Benigno de Moura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: Suzianne Soares de Morais Dantas
Suplente: Fabiana Kelly de Freitas

DIRIGENTES DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Titular: Vicente Carlos de Meneses Neto
Suplente: Maria Ivaneide da Costa Silveira

SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Titular: Maria de Fátima Lacerda de Freitas Oliveira
Suplente: Flavia Lacerda de Freitas

PROCURADORIA MUNICIPAL
Titular: Thiciannedy Alice Veríssimo de Brito

II - REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS (SOCIEDADE CIVIL)

IGREJAS
Titular: MariaVerônicaSouzade Brito
Suplente: Euzelita Maria da Silva Costa

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO
Titular: Everaldo Alves de Morais
Suplente: Maria Dalvirene da Costa Freitas

REDE PRIVADA DE ENSINO
Titular: Micaela Emanuela Silva Oliveira
Suplente: Maria de Lourdes do Vale Rodrigues

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Titular: Misma Maria Alves
Suplente: Luzia Maria Tavares de Aquino

PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Titular: Maria da Saúde Tavares Firmino
Suplente: Patrícia Evangelista da Costa

PAIS E ALUNOS
Titular: Sebastiana Naiara Alves de Lima
Suplente: Edivaneide Lima Silva

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO FUNDEB E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (CACS/FUNDEB)
Titular: Francineide Silva Saraiva Paulino
Suplente: Cayro Sales de Morais Costa

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA
Titular: Pollyana Mirtis Alves de Oliveira
Suplente: Edna Karidja de Freitas Sousa

Art. 2º - As competências do Conselho Municipal de Educação são as constantes na Lei Municipal nº 310/2003, de 31 de outubro de 2003.

Art. 3º - O serviço prestado pelos membros ora nomeados será considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º - O mandato dos membros nomeados no Art. 1º desta Portaria será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art.5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado-RN,em 25 de março de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:1A9EFDEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 039/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **ANA JUCIELE DA COSTA** CPF: 052.667.284-69, professora, o valor de **R$ 400,00** (quatrocentos reais), referente à 02 (duas) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do II Encontro de Formação Presencial de formadores Municipais do ProLEEI – RN, na cidade de Natal – RN, nos dias 26 e 27 de março de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:49812FB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 040/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **MARIA SUELDA DE SOUZA OLIVEIRA** CPF: 538.508.744-00, Professora, o valor de **R$ 400,00** (quatrocentos reais), referente à duas diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do II Encontro de Formação Presencial de formadores Municipais do ProLEEI – RN, na cidade de Natal – RN, nos dias 26 e 27 de março de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:D32A4CD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **CHIRLEY GENIFFA ALVES DE ALBUQUERQUE** CPF: 060.893.374-04, Secretária Municipal de Turismo e Evento , o valor de **R$ 300,00** (trezentos reais), referente à uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do 6º Encontro das IGR's , um momento de integração, troca de experiencias e fortalecimento da gestão turística regional, no centro de convenções na cidade de Natal – RN, no dia 26 de março de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:9F0C3A4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 042/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **ANA KEZIA LIMA DE SÁ** CPF: 096.319.404-62, Servidora , o valor de **R$ 200,00** (duzentos reais), referente à uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do 6º Encontro das IGR's , um momento de integração, troca de experiencias e fortalecimento da gestão turística regional, no centro de convenções na cidade de Natal – RN, no dia 26 de março de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:2A9BA89E

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO Nº 7/2025 - CARONA

TERMO DE ADESÃO nº 7/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1015139/2025
Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços nº 057/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025, do Município de Pedro Velho/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: Município de Pedro Velho/RN.

ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE/CARONA: Município de Grossos/RN.

EMPRESA CONTRATADA: X1 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 36.556.414/0001-49.

DO OBJETO: Aquisição de pneus e câmaras de ar pela Prefeitura Municipal de Grossos/RN.

DA JUSTIFICATIVA: Inicialmente cumpre sinalar que a realização de licitação é regra para a Administração Pública. O ordenamento jurídico, contudo, lista exceções à regra geral, permitindo a contração através de adesão a ata de registro de preços.

É dever de ofício primordial a consideração acerca da cautela a ser adotada com relação à possibilidade de optar pela contratação por adesão a ata de registro de preços, pois a Lei de Licitações aponta como **ilícito penal** dispensar licitação fora das hipóteses autorizadas legalmente ou não observar as formalidades prescritas na norma jurídica aplicável à espécie.

A Prefeitura Municipal de Grossos no intuito de atender a população do Município, possui necessidade da aquisição de pneus e câmaras de ar pela Prefeitura Municipal de Grossos/RN.

No intuito de acelerar a aquisição em questão, foram realizadas consultas a atas de registro de preços vigentes na região, onde foi identificado o Pregão Eletrônico nº **030/2025 do Município de Pedro Velho/RN,** no qual a empresa **X1 COMERCIO E SERVIÇOS**

LTDA, vencedora do certame cuja as especificações atendem as necessidades da Prefeitura Municipal de Grossos/RN.

Foram efetuadas pesquisas de preços através do sistema Banco de Preços e, conforme pode-se verificar nos orçamentos anexos, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstra-se que a prestação do serviço através da adesão a Ata de Registro de Preços nº **057/2025,** originaria do Pregão Eletrônico nº **030/2025**, do Município de Pedro Velho/RN, é vantajosa para a Administração, tendo em vista que na proposta registrada constam preços abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, diante disto justifica-se a adesão ao registo de Preços do citado órgão.

Justificamos ainda que a adesão a Ata de registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que com este procedimento a prefeitura aderente, contrata uma aquisição já aceita pelo órgão, fator que propicia segurança de que os serviços adquirido atenderá a demanda da Prefeitura Municipal de Grossos/RN, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre os preços registrados e os preços orçados no mercado, conforme orçamentos anexos.

Verifica-se ainda a vantajosidade pelo princípio da economicidade, eficácia e eficiência, proporcionando a presteza, celeridade, segurança e pronto atendimento a demanda desta Instituição, em conformidade com o rendimento esperado pelo Gestor Público.

A anuência do Órgão Gerenciador e a concordância do fornecedor se encontram juntados aos autos, assim como os demais requisitos. No tocante aos quantitativos, os mesmos estão der acordo com o previsto no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, não excedendo os 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados nas Atas de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Estando ainda, o processo em epígrafe instruído em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e fundamentado no art. 86, parágrafo 3º, II, e o Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Grossos/RN.

Igualmente, declaramos que a presente despesa é compatível com LOA, LDO e PPA.

Diante disso, o modo escolhido para prestação dos serviços em epigrafe, foi adesão a Ata de Registro de Preços nº **057/2025**, originaria do Pregão Eletrônico nº **030/2025**, **do Município de Pedro Velho/RN**, uma vez que este procedimento gerará economicidade e celeridade processual para a Prefeitura Municipal de Grossos/RN.

Anexamos a presente justificativa, Orçamentos, Cópia do edital, Cópia da publicação do edital, Cópia do recibo de envio do edital para o TCE/RN, Documentação de habilitação da empresa, Cópia da ata de reunião do pregão, Cópia do termo de adjudicação do pregão, Cópia do termo de homologação do pregão, Cópia da ata de registro de preços, Cópia da publicação da ata de registro de preços, Oficio de consulta feita ao fornecedor registrado sobre a possibilidade de atendimento da demanda, Documento do fornecedor aceitando a contratação pretendida, Ato autorizativo da adesão, emanado da unidade gerenciadora da Ata.

Assim, ao lado dos inúmeros dados positivos, em respeito aos princípios da economicidade e da isonomia, em razão de uma melhor organização e otimização dos processos demandados, e a devida comprovação da vantajosidade como órgão em "carona" na ata de registro de preços, condição indispensável para a legalidade da adesão, somos favoráveis à adesão e submetemos à sua apreciação e deliberação.

DO VALOR TOTAL DA ATA Nº 057/2025: O valor registrado para os itens é de R$ 1.147.440,98(um milhão cento e quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta reais e noventa e oito centavos);

TIPO DA ADESÃO: Trata-se de uma adesão a ARP correspondente a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da ata totalizando R$ 573.720,49 (quinhentos e setenta e três mil setecentos e vinte reais e quarenta e nove centavos).

DA AUTORIZAÇÃO: Autorizo a presente ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS resultado do Pregão Eletrônico nº 030/2025 - SRP (Município de Pedro Velho/RN).

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 19/09/2025 A 19/09/2026.

VIGÊNCIA DA ADESÃO: 06/03/2026 A 05/03/2027 tendo esse período para realizar a prestação dos serviços.

Grossos/RN, 06 de março de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Republicado por incorreção na edição de nº 3753 do dia 19/03/2026, do Diário Oficial dos Municípios do RN (FEMURN)
Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:B4FC6254

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90007/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90007/2026, Processo Administrativo nº 001255/000152/2025 (antigo 3.695/2024) - Secretaria Municipal de Saúde que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamento e Material Permanente para atender as necessidades da Atenção Especializada em Saúde do Município de Guamaré do Município de Guamaré/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Sessão Inicial dia 09/04/2026, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 25 de março de 2026

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:D8A0C06F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO INICIAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.002/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, por meio de seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que a sessão inicial da Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026, Processo Administrativo nº 000896/000054/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de obras de engenharia destinadas à construção de unidades habitacionais de interesse social, voltadas à população de baixa renda, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub-50, anteriormente marcada para o dia 02/04/2026, às 08h30min (horário de Brasília/DF), encontra-se **SUSPENSA**.

A suspensão decorre da necessidade de aguardar a habilitação final e o envio da versão definitiva do Termo de Compromisso entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades, referente à construção das 20 (vinte) Unidades Habitacionais do Conjunto Paulo Bento, conforme orientação da assessoria técnica constante nos autos do processo.

Informa-se, ainda, que os autos foram devolvidos à Secretaria de origem para as providências cabíveis.

A nova data para realização da sessão será oportunamente divulgada pelos mesmos meios de publicação.

GUAMARE / RN, 25 de março de 2026.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:3CAA6811

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2026 * REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Instauração de sindicância – CONDUTA DE SERVIDORA.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a apuração de possível conduta inadequada de servidora pública municipal lotada na Secretaria Municipal de Saúde considerando a **Lei 501/2011** e comportamentos citados no **Memorando**. **001163/2026**

Art. 2º - Fica nomeado o servidor Alcimar Alves de Morais – Matrícula nº **0002822**, lotado na Secretaria Municipal de Segurança para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 11 de março de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:5D8F8FA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2026

Dispões sobre a concessão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o dispositivo no Artigo 79 da Lei Municipal de nº 501/2011, podem ser concedidas ao servidor as seguintes licenças: **Doença em pessoa da família, conforme o Artigo 184.**

CONSIDERANDO, o teor do protocolo sob o n° 000283/2025 de 13 de novembro de 2025, que tem por objeto a licença para tratamento de saúde em pessoa da família.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER**, licença para tratamento em pessoa da família, com remuneração, por período de 02 (dois) anos, considerando o período de 23/03/2026 à 24/03/2028, a Sra. **ELIANE DE SIQUEIRA SALES GASPAR,** servidora ocupante de cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (A.S.G),** matricula 2078, lotado (a) na Secretaria Municipal de Tributação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 26 de março de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:9C6C165B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2026

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) DALVANETE QUEIROZ SILVA**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio por assiduidade, no período de 26/03/2026 a 23/06/2026, sendo o período de aquisição de 26/03/2016 a 26/03/2021, o (a) servidor (a) **DALVANETE QUEIROZ SILVA**, funcionário (a) no cargo efetivo de SECRETÁRIA ESCOLAR, matricula 1046, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, conforme processo administrativo nº 000794/000163/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 26 de março de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:8830D797

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 134/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar

02/2026–Adson Amarante de Lima. O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 06 (Processo de Sindicância Processo Administrativo 000503/000002/2026) datado em 26/02/2026, advindo do Processo nº 02/2026- CPS fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida.

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 16 de Março de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:8FE80397

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 135/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 07/2026

Adson Amarante de Lima. O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 07 (Processo de Sindicância Processo Administrativo 000525/000005/2026) datado em 26/02/2026, advindo do Processo nº 05/2026- CPS fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida.

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 16 de Março de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:E3A72ADC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 018/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026.

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica 54.589.524 FERNANDA MARIA CARDOSO DE LIMA - CNPJ n° 54.589.521/0001-55 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 40/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: 54.589.524 FERNANDA MARIA CARDOSO DE LIMA, inscrita no CNPJ nº 54.589.521/0001-55, estabelecida a Rua Vereador José Florencio de Carvalho, nº 2, Conjunto Arnor Coelho, Varzea/RN, CEP: 59185-000, sendo representada pela sua administradora a senhora Fernanda Maria Cardoso de Lima, portadora do CPF nº XXX.197.XXX-56.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL OBJETIVANDO ATENDER AOS PACIENTES ACAMADOS E EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ASSISTIDOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

MODALIDADE: **DISPENSA Nº 007/2026.**

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Valor R$ 30.558,00 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2043	Manutenção Fundo Municipal de Saúde
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2048	Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte	16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2050	Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos - MAC
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte	16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Região	001	Ielmo Marinho/RN

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste contrato é de 19 de março de 2026 à 19 de março de 2027, ou 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos em sua totalidade, a critério da Administração, na forma dos artigos 105 e 107, da Lei n.º 14.133/21.

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 19 de março de 2026

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CNPJ – 08.004.525/0001-07
Contratante

54.589.524 Fernanda Maria Cardoso De Lima
CNPJ/MF nº 54.589.521/0001-55
FERNANDA MARIA CARDOSO DE LIMA
CPF nº XXX.197.XXX-56
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:2D5A4626

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 019/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO. Nº 26/2026

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa física o senhor FRANCISCO CANINDÉ DE LIMA, CPF SOB Nº 453.146.404/49, e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 026/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: Francisco Canindé de Lima, inscrita no CPF sob nº XXX.146.XXX/49, estabelecido em Rua do Grupo, 14, Canto de Moça, Ielmo Marinho/RN, CEP: 59490-000.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SÃO RAIMUNDO, Nº 5327, NA COMUNIDADE DE CANTO DE MOÇA DISTRITO DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL (ALUGUEL SOCIAL) PARA O USUÁRIO O SR. JOSÉ CÍCERO TORRES, CONFORME PARECER SOCIAL.

MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026.**

VALOR DA CONTRATAÇÃO: o valor da contratação é de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, perfazendo o valor global de R$ 3.000,00 (três mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL		
Und. Orçamentária	02.008	SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Ação	2055	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Subelemento	3.3.90.36:015	LOCAÇAO DE IMOVEIS
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos em sua totalidade, a critério da Administração, na forma dos artigos 105 e 107, da Lei n.º 14.133/21.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 24 de março de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CNPJ – 08.004.525/0001-07
Contratante

FRANCISCO CANINDÉ DE LIMA
CPF sob nº XXX.146.XXX/49
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:90293D72

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 020/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica REDE DE INCENTIVO NS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL - CNPJ n° 27.565.087/0001-09 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 41/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: REDE DE INCENTIVO NS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ nº 27.565.087/0001-09, estabelecida a Rua Gonçalo Pinheiro, 752, Centro, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP 59291-652, sendo representada pela sua administradora a senhora Ana Paula Gabriel Pereira, portadora do CPF nº XXX.478.XXX-40.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ESPORTES, COM FOCO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS E NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Ao presente instrumento é atribuído o valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais durante 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER		
Und. Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Ação	2118	Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Natureza	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento	3.3.90.39:099	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER		
Und. Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Ação	2092	Promoção de Eventos Esportivos
Natureza	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento	3.3.90.39:099	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste contrato é de 16 de março de 2026 à 16 de março de 2027, ou 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos em sua totalidade, a critério da Administração, na forma dos artigos 105 e 107, da Lei n.º 14.133/21.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 16 de março de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CNPJ – 08.004.525/0001-07
Contratante

Rede De Incentivo Ns Consultoria Em Gestao Empresarial
CNPJ/MF nº 27.565.087/0001-09
ANA PAULA GABRIEL PEREIRA
CPF nº XXX.478.XXX-40
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:497FEB87

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 021/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa jurídica EMPRESA MDS GAS E AGUA LTDA - CNPJ n° 18.842.143/0001-06 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 18/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: MDS GAS E AGUA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.842.143/0001-06, estabelecida a Rua Projetada, 50, Umari, Ielmo Marinho/RN, CEP 59490-000, sendo representada pela sua administradora a senhora Maria Dilma da Silva, portadora do CPF nº XXX.616.XXX-00.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO (GÁS DE COZINHA) E VASILHAMES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DOS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN.

MODALIDADE: DISPENSA Nº 009/2026.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Ao presente instrumento é atribuído o valor total de R$ de R$ 64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Und. Orçamentária	02.003	SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS
Ação	2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE ADMINISTRACAO E FINANCAS
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E
Ação	2021	Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação	2022	Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação	2173	Manutenção das Ações de Educação Integral - FUNDAMENTAL
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação	2027	Manutenção das Atividades do Salário Educação
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15500000	Transferência do Salário-Educação
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação	2020	Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E
Ação	2096	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL		
Und. Orçamentária	02.008	SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Ação	2055	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL		
Und. Orçamentária	02.008	SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Ação	2058	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL		
Und. Orçamentária	02.008	SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Ação	2157	Manutenção do programa Bolsa Família e Cadastro Único -IGDPBF
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2043	Manutenção Fundo Municipal de Saúde
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2048	Manutenção das Ações Estratégia Saúde da Família - ESF
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte	16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Und. Orçamentária	02.007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação	2050	Manutenção das Atividades do MAC
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Fonte	16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER		
Und. Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER
Ação	2092	Promoção de Eventos Esportivos
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER		
Und. Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER
Ação	2037	Manutenção das Atividades Turísticas
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE		
Und. Orçamentária	02.015	SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE
Ação	2181	Manutenção das Ações do Setor de Cultura
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE		
Und. Orçamentária	02.015	SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE
Ação	2182	Promoção de Eventos Culturais
Natureza	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	3.3.90.30:099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste contrato é de 24 de março de 2026 à 24 de março de 2027, ou 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos em sua totalidade, a critério da Administração, na forma dos artigos 105 e 107, da Lei n.º 14.133/21.

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 24 de março de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CNPJ – 08.004.525/0001-07
Contratante

MDS Gas E Agua LTDA
CNPJ/MF nº 18.842.143/0001-06
MARIA DILMA DA SILVA
CPF nº XXX.616.XXX-00
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:F041853A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 022/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026.
Contrato firmado, que entre se celebram a empresa OZANI PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF n° 027.240.284-22**,** e o Município de Ielmo Marinho/RN.
Processo Administrativo nº 046/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.
CONTRATADA: OZANI PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, agricultora, solteira, inscrita no CPF sob nº XXX.240.XXX-22, estabelecido na Av. São João, 1086, Apt 1007, República – São Paulo/SP.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO DISTRITO DE QUERMISSOL, Nº 60, ZONA RURAL DE IELMO MARINHO/RN, PARA SERVIR COMO ANEXO DE APOIO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE DURANTE O ANO LETIVO DE 2026.

MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026.**

VALOR DA CONTRATAÇÃO: ao presente instrumento é atribuído o valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais durante 12 (doze) meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Und. Orçamentária	02.004	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação	2022	Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Natureza	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Subelemento	3.3.90.36:015	LOCAÇAO DE IMOVEIS
Fonte	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte	17200000	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região	001	Ielmo Marinho/RN

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos em sua totalidade, a critério da Administração, na forma dos artigos 105 e 107, da Lei n.º 14.133/21.

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 19 de março de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CNPJ – 08.004.525/0001-07
Contratante

OZANI PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF sob nº XXX.240.XXX-22
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:79C6A9CD

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN**, através do Gabinete do Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e **CONSIDERANDO** o arrazoado contido no parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto do Inciso II artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 12.343/2024 e Decreto Municipal n° 001 de 02 de janeiro de 2025, verbi:

"Art. 75 – É dispensável a Licitação:
[...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE

DISPENSAR a licitação, com fundamento no **Artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/21,** DISPENSAR, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, **o** seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ESPORTES, COM FOCO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS E NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**,** em favor da Empresa: **REDE DE INCENTIVO NS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ nº 27.565.087/0001-09, estabelecida a Rua Gonçalo Pinheiro, 752, Centro, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP 59291-652**, sendo representada pela sua administradora a senhora **Ana Paula Gabriel Pereira, portadora do CPF nº XXX.478.XXX-40**, **sendo R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais perfazendo o valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 041/2026, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026,** para que este produza seus legais efeitos.
Publique-se.

Ielmo Marinho/RN, em 16 de março de 2026

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:E26D6725

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN**, através do Gabinete do Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e **CONSIDERANDO** o arrazoado contido no parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto do Inciso II artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 12.343/2024 e Decreto Municipal n° 001 de 02 de janeiro de 2025, verbi:

"Art. 75 – É dispensável a Licitação:
[...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE

DISPENSAR a licitação, com fundamento no **Artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/21,** DISPENSAR, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, **o** seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO (GÁS DE COZINHA) E VASILHAMES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DOS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**,** em favor da Empresa: **MDS GAS E AGUA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.842.143/0001-06, estabelecida a Rua Projetada, 50, Umari, Ielmo Marinho/RN, CEP 59490-000**, sendo representada pela sua administradora a senhora **Maria Dilma da Silva, portadora do CPF nº XXX.616.XXX-00**, valor global de R$ 64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 018/2026, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Ielmo Marinho/RN, em 24 de março de 2026

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:6333009D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto do Inciso V, artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e Decreto n° 11.317, de 29 de dezembro de 2022, Decreto Municipal nº 001/2025, verbi:

"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

CONSIDERANDO que, para o objeto em tela é de exclusividade, não havendo qualquer outra empresa que possa lhe fazer frente, inviabilizando, com isso, qualquer competição.

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026, bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE

Com fundamento no **Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21, CONTRATAR**, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO o seguinte objeto: **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO DISTRITO DE QUERMISSOL, Nº 60, ZONA RURAL DE IELMO MARINHO/RN, PARA SERVIR COMO ANEXO DE APOIO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE DURANTE O ANO LETIVO DE 2026,** em favor pessoa física, a senhora OZANI PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, agricultora, solteira, inscrita no CPF sob nº XXX.240.XXX-22, estabelecido na Av. São João, 1086, Apt 1007, República – São Paulo/SP, ao presente instrumento é atribuído o valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais durante 12 (doze) meses**.**

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 46/2026, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Ielmo Marinho/RN, em 19 de março de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:C3D68606

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 160/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 072, de 05 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, no dia 06/05/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, uma Função Gratificada FG-II, criado pela Lei Complementar Municipal nº 072/2025, que dispõe sobre a nova Estrutura Organizacional da Administração Municipal, a servidor (a) **MAGNE DJANE PEREIRA LUIZ,** matrícula: 246011, para exercer a função de chefe de Almoxarifado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 25 de março de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:BE250E98

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 161/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADODO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 003, de 30 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, no dia 31/03/2020.
RESOLVE:
Art. 1º - **CONCEDER** – 3 (três) meses de Licença Prêmio por assiduidade, ao servidor (a) **MARIA VIRGINIO DE SIQUEIRA** CPF: ***. 548.314-15, matrícula: 108981, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, solicitado no protocolo eletrônico 721/2026, referente ao período aquisitivo de 07/02/2000 a 06/02/2005.
Art. 2º - O período da licença será de 03(três) mêses, a partir do dia 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.
Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal do Gabinete Civil - **SEMGAC**,
Ipanguaçu/RN, 25 de março de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:F99BD10D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 162/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor municipal **JOSE PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 116061, CPF nº ***522.484-04 ocupante do cargo Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social correspondendo ao período aquisitivo 07/02/2024 a 06/02/2025 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:BAED3015

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 163/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor (a) municipal **FABIO JUNIOR AUGUSTO**, matrícula nº 189371, CPF nº ***. 042.944-90 ocupante do cargo Agente de Comunitário de Saúde, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo ao período aquisitivo 01/07/2024 a 30/06/2025 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:83555ED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 164/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor municipal, **EDNA FRANCISCA DA COSTA FRANÇA,**matrícula nº 9021, CPF nº ***914.448.58 ocupantes do cargo Agente de Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo ao período aquisitivo 01/07/2023 a 30/06/2024 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:38167E6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 165/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor (a) efetivo (a) municipal,**FRANCISCO DAS CHAGAS SIQUEIRA,** matrícula nº188721, CPF nº ***. 496.324-20 ocupante, do cargo Agente de Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo ao período aquisitivo 01/07/2022 a 30/06/2023 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:AF961638

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 166/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor (a) municipal **MARIA SULINETE DA SILVA SILVANO**, matrícula nº 10881, CPF nº ***. 727.664-49 ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo ao período aquisitivo 07/02/2024 a 06/02/2025 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:17629D51

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 167/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor municipal,**MARCIA PATRICIA PEIXOTO E ARAUJO,** matrícula nº 244491, CPF nº ***. 600.554-83 Ocupante, do cargo Auxiliar Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo ao período aquisitivo 01/03/2024 a 29/02/2025 serem gozadas a partir 01/04/2026 à 30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:C6445B45

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 168/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias à servidora municipal, **MARIA DE FATIMA DA SILVA FONSECA,**matrícula nº 12823, CPF nº ***269.404-49 ocupante do Cargo ASD (Auxiliar de serviços diversos), lotada na Secretaria Municipal Planejamento, Administração e Transporte, correspondente ao período aquisitivo de07/02/2024a06/02/2025**,**serem gozadas a partir01/04/2026à30/04/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 26 de março de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:D58D9BCA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0055/2025
FIRMADO COM A EMPRESA AGE CONTABILIDADE E TRANSPARENCIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1722/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN E A EMPRESA AGE CONTABILIDADE E TRANSPARENCIA LTDA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o O Município de Ipueira/RN, Prefeitura Municipal, Pessoa Jurídica de direito público, instalada na Avenida Fundador Francisco Quinino, n° 148 - Centro - CEP - 59.315-000, Ipueira/RN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda n° 08.094.708/0001-60, por intermédio de seu Prefeito Constitucional, Sr. ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1867762, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 038.973.444-67, e, de outro lado doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa AGE CONTABILIDADE E TRANSPARENCIA LTDA, CNPJ: 51.063.818/0001-94, com endereço à Rua Adailton Cavalcanti, 161, Comissão, Jardim do Seridó/RN, 59.343-000, neste ato representada por GILIANNE REGIA DA SILVA SANTOS, CPF nº 049.375.484-92, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com autorização constante no contrato administrativo decorrente do processo licitatório em epígrafe, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.° 14.133/21 e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo

Aditivo, que reciprocamente outorgam, e que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a fazer parte integrante do processo original:

Cláusula 1.ª	DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – O presente aditamento tem por objetivo proceder à dilatação da vigência contratual.

Cláusula 2.ª	DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Parágrafo Primeiro – O presente instrumento tem por objetivo a dilatação do prazo vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar da data de encerramento do contrato atual, com fulcro no Art. 107, da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e alterações subseqüentes, para que não haja prejuízo com a descontinuidade contratual.

Cláusula 3.ª	DA RATIFICAÇÃO

Parágrafo único – Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições anteriores ajustadas, e não expressamente modificadas por este TERMO ADITIVO.

Cláusula 4.ª	DO FORO

Parágrafo único – Para dirimir todas as questões decorrentes deste TERMO ADITIVO ao Contrato original, que não possam ser resolvidas pela mediação deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Caicó/RN, da qual o Município de Ipueira/RN é Termo.

E, por estarem assim concordes, os contratantes assinam este instrumento em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, para que produza efeitos jurídicos e legais, na forma da Lei.

Ipueira/RN, 25 de março de 2026.

Município De Ipueira/RN
ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Contratante

Age Contabilidade E Transparencia LTDA
GILIANNE REGIA DA SILVA SANTOS
Contratada

TESTEMUNHAS

1.ª _____
CPF n.°

2.ª _____
CPF n.°

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:49404FCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LEI N° 615/2026

Altera o art. 8º da Lei Municipal nº 351/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei Municipal nº 351/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 8º** As contratações decorrentes desta Lei serão precedidas de processo seletivo simplificado, mediante ampla divulgação das vagas existentes em veículo de grande circulação, oportunizando a participação de todos os candidatos inscritos segundo critérios pré-estabelecidos em edital.*

§1º Excepcionalmente, poderá ser realizada contratação direta, devidamente justificada em processo administrativo próprio, quando houver situação de extrema urgência, devidamente caracterizada, cuja demora na realização do processo seletivo possa comprometer a continuidade ou a regular prestação de serviço público essencial.

§2º A contratação direta prevista no §1º deste artigo terá caráter temporário e emergencial, devendo a Administração Pública adotar imediatamente as providências necessárias para a realização do respectivo processo seletivo simplificado.

§3º A contratação direta emergencial deverá ser devidamente motivada, com a demonstração da necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como da impossibilidade de aguardar a conclusão do processo seletivo sem prejuízo à prestação do serviço público."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Ipueira/RN, 25 de Março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:7A231016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LEI Nº 612/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

LEI Nº 612/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 565/2025 para redefinir o Piso Salarial do Magistério Público Municipal e dá outras Profissionais providências.

O Povo do Município de Ipueira, Estado do Rio Grande do Norte, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os valores referentes à remuneração dos profissionais do Magistério Municipal de Ipueira/RN, instituídos pela Lei Municipal nº 565/2025, ficam redefinidos nos termos do Anexo I, da presente lei.

Parágrafo Único – Os valores definidos no Anexo I retroagem na forma escalonada seguinte:

Os valores retroativos referentes a janeiro/2025 serão pagos em março;
Os valores retroativos referentes a fevereiro/2025 serão pagos em abril.

Art. 2º - O percentual de reajuste será levado em consideração o equivalente a 5,40%.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipueira/RN, 25 de março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:E3E25B75

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LEI Nº 613/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais de Ipueira/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso das atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados em 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento) os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos cujo vencimento básico é superior ao salário mínimo nacional.
Art. 2º O reajuste acima corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado no período discriminado em tabela anexa, na qual também se apresentam os cargos e valores, com o respectivo ajuste.

Art. 3º Excetua-se deste reajuste as categorias descritas abaixo:

I – Servidores regidos pelo estatuto do magistério público;
II – Servidores ocupantes dos cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias;

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente do Município de Ipueira/RN para o exercício de 2026.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipueira, Estado do Rio Grande do Norte, aos 25 dias do mês de março do ano de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:0E0521DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LEI Nº 614/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL N° 451, DE 10 DE JULHO DE 2017, QUE DISPÕE ACERCA DO PROCEDIMENTO PARA O PAGAMENTO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV) DEVIDAS PELO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA ESTABELECER, COMO DE PEQUENO VALOR, AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO CUJO VALOR, ATUALIZADO, NÃO EXCEDA O VALOR DO MAIOR BENEFÍCIO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS).

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Lei Municipal n° 451, de 10 de junho de 2017, que dispõe acerca do procedimento para o pagamento das requisições de pequeno valor (RPV) devidas pelo Município de Ipueira/RN e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1o Serão consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto nos § 3° e 4° do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 62, de 09 de dezembro de 2009, as obrigações que o Município de Ipueira/RN deva quitar em decorrência de decisão judicial transitada em julgado cujo valor, devidamente atualizado, não exceda o valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)." (NR)

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 25 de março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:79D2DA8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 055/2026 – DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS***, ocupante do cargo de motorista, 1 diária (uma diária), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de transportar servidores integrados ao programa ProLEEI, que irão participar da primeira formação de 2026 do referido programa, no dia 26/03/2026, em Natal/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 25 de Março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:52FDD4C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº CP-003/2026.

O Município de ITAÚ, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que entre às 08h00min do dia 26/03/2026 e às 17h00min do dia 26/03/2027, estará recebendo os documentos referentes à **CHAMADA PÚBLICA Nº CP-003/2026**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **CREDENCIAMENTO**; para eventual CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE IMAGEM, QUE TERÁ COMO OBJETIVO GARANTIR AO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, COM VISTAS A AMPLIAÇÃO DO ACESSO DOS USUÁRIOS AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, BEM COMO REDUÇÃO DE FILAS PROVENIENTE DE DEMANDA REPRIMIDA. SALIENTAMOS QUE OS VALORES UNITÁRIOS DE TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS CONTRATADOS TERÃO COMO REFERENCIAL OBRIGATÓRIO A TABELA DE PROCEDIMENTOS OFICIALMENTE INSTITUÍDA E VIGENTE NO SUS.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA CLEOFAS NUNES, 74, CENTRO, ITAU/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, por e-mail: pmitaulicitacao@gmail.com, no site no https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Hora e Data de Início de Recebimentos das Propostas: 08h00min do dia 26/03/2026
Hora e Data de Término de Recebimentos das Propostas: 17h00min do dia 26/03/2027
Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

ITAÚ/RN, 25/03/2026

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:8A1A48F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 058/2026

"CONCEDER DIÁRIA A SERVIDORA MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, o Senhor Francisco de Assis Fernandes de Melo, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal 582/22, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;
CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº. 028/2020 – TCE;
CONSIDERANDO, a necessidade de deslocamento da servidora para participação do II Encontro de formação presencial de formadoras (es) Municipais do ProLEEI-RN na cidade de Natal/RN.

R E S O L V E:

Art.1° – **AUTORIZAR** em favor do (a) Servidor (a), **Maria da Conceição Fernandes de Lima,** a diária a seguir mencionada a fim tratar de assuntos acima mencionado, a viagem de interesse do Município.
Período: 26 e 27 de março de 2026;
Saída às: 17:00 do dia 25/03.
Total das Diárias: 2 (duas) diárias;
Valor Unitário das Diárias: R$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º –**AUTORIZAR** a Tesouraria a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria.
Art. 3º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado à prestação de Contas nos termos do art. 16, III da Resolução n 028/2022 – TCE.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Itaú/RN, em 25 de março de 2026.

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES DE MELO
Prefeito Interino

Publicado por:
Gabriela Kainara Ferreira Fernandes Souza
Código Identificador:E075414D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026, junto a ETECONP ESCRITORIO TECNICO DE CONTABILIDADE PUBLICA S/S LTDA - EPP CNPJ 24.371.015/0001-24 para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, COMPREENDENDO TODAS AS ROTINAS INERENTES A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO, INCLUINDO AS PRESTAÇÕES DE CONTAS AO TCE/RN. No período de 12 (DOZE) meses, com valor global de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais)**,** ancorado no Art. 74 Inciso III, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 25 de Março de 2026.

ITALO ISAAC BORGES ROCHA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:132112E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 481, DE 25 MARÇO DE 2026

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado-PSS da Secretaria Municipal de Assistência Social, regido pelo Edital nº 001/2026 – SMAS.

A **PREFEITA DE JAÇANÃ/RN**, utilizando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 314/2020, alterada pela Lei Municipal nº 358/2022;
CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026-SMAS da Secretaria Municipal de Assistência Social; e
CONSIDERANDO a publicação do Resultado Final do referido Processo Seletivo Simplificado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado-PSS regido pelo Edital nº 001/2026-SMAS da Secretaria Municipal de Assistência Social para o recrutamento de bolsistas para atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, no Município de Jaçanã/RN.
Art. 2º Nos termos constantes do Edital da Seleção, as vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, respeitada a ordem de classificação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 25 de março de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:CA2E0311

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL Nº 001/2026 – SMAS RESULTADO FINAL

FUNÇÃO/BOLSISTA: FACILITADOR DE OFICINA DE MÚSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	ARIEL RAVEL DA CONCEIÇÃO DE LIMA	00

FUNÇÃO/BOLSISTA: FACILITADOR DE OFICINA DE ARTES

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	WELDES BANDEIRA SILVA	50

FUNÇÃO/BOLSISTA: FACILITADOR DE OFICINA DE ESPORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	JAIME VICTOR DE ANDRADE SANTOS	30

Jaçanã/RN, 25 de março de 2026.

Equipe Técnica de Gestão do SUAS

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:C2888AB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000006/2026 – PMJ/RN

AVISO RESUMIDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50, em conformidade com art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **AQUISIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE AO LEITE PARA DISTIRUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃOÀ PÁSCOA**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, conforme segue abaixo:
Endereço Eletrônico para Envio da Documentação e Proposta: licitacao@jandaira.rn.gov.br
Endereço Físico para Protocolo da Documentação e Proposta: Prédio Sede da Prefeitura (Avenida Aristófanes Fernandes, nº. 242, Centro, Jandaíra/RN CEP: 59.594-000)
Prazo para Envio das Propostas e da Documentação de Habilitação: 26 de março de 2026 a 30 de março de 2026, no horário das 08:00h até as 12:00h no formato presencial e até as 23:59h no formato digital por meio eletrônico.

Jandaíra/RN, 25 de março de 2026.

MARINA NAYARA SILVA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:8967A937

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000008/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZO**a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa**AGIR SOLUCOES EDUCACIONAIS E COMUNICACAO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº. 45.945.910/0001-85, no valor de**R$ 55.000,02(Cinquenta e Cinco Mil Reais e Dois Centavos)**, para contratação deserviços para realização de palestras e oficinas de formação direcionadas aos professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, técnicos e gestores escolares, durante a jornada pedagógica do ano letivo de 2026. (...)

Jandaíra/RN, 24 de março de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:AF8D3B71

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000008/2026 – PMJ/RN

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 017/2026 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: AGIR SOLUCOES EDUCACIONAIS E COMUNICACAO LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº. 45.945.910/0001-85.
OBJETO: Contratação deserviços para realização de palestras e oficinas de formação direcionadas aos professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, técnicos e gestores escolares, durante a jornada pedagógica do ano letivo de 2026.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24 de março de 2026 a 30 de abril de 2026.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 55.000,02 (Cinquenta e Cinco Mil Reais e Dois Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2026.

Jandaíra/RN, 24 de março de 2026.

Município de Jandaíra/RN
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

Agir Solucoes Educacionais e Comunicacao LTDA.
CNPJ/MF nº. 45.945.910/0001-85
KEYSON CARLOS FREIRE DA CUNHA
Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:FB58A97E

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000009/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZO**a Inexigibilidade de licitação em favor da**Federação Norte-Rio-Grandense de Futebol de Salão (FNFS)**, inscrita no CNPJ/MF nº. 24. XXX.XXX/0001-30, no valor de R$ 600,00 (Seiscentos reais), para pagamento de Taxa de Inscrição do Campeonato Estadual de Base Sub-19 - 2026, organizado pela Federação Norte-Rio-Grandense de Futebol de Salão (FNFS). (...)

Jandaíra/RN, 25 de março de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:6CCC5795

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000010/2026 – PMJ/RN

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(...) 4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de licitação em favor da **Federação Norte-Rio-Grandense de Futebol de Salão (FNFS)**, inscrita no CNPJ/MF nº. 24. XXX.XXX/0001-30, no valor de R$ 600,00 (Seiscentos reais), para pagamento de Taxa de Inscrição do Campeonato Estadual de Base Sub-18 - 2026, organizado pela Federação Norte-Rio-Grandense de Futebol de Salão (FNFS). (...)

Jandaíra/RN, 25 de março de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:7BCE0162

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000066/2023 – PMJ/RN

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 111/2023 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: AUTO POSTO DOIS IRMÃOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº. 07.XXX.XXX/0001-05.
OBJETO: Promover o Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº. 111/2023 – PMJ/RN.
VALOR DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Gasolina comum: de R$ 5,99 para R$ 7,49; Diesel comum: de R$ 6,19 para R$ 7,49; e Diesel S10: de R$ 6,39 para R$ 7,30.
DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2026.

Jandaíra/RN, 25 de março de 2026.

Município de Jandaíra/RN
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

Auto Posto Dois Irmãos LTDA.
CNPJ/MF: 07.XXX.XXX/0001-05
KLEIBER FLÁVIO SILVA COSTA
Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:224E5D31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 247 DE 17 DE MARÇO DE 2003.

Dispõe sobre a habitação de interesse social, cria o Fundo Municipal de Habitação - FMH, o Conselho Municipal de Habitação do Município de Janduís, e da outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte aprovou e eu, Prefeito Constitucional deste Município, com fulcro nas permissibilidades Constitucionais SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO
Do Fundo Municipal de Habitação
Art. lº Fica criado o Fundo Municipal de Habitação do Município de Janduís - FMH, com o objetivo de viabilizar recursos financeiros para implementação da política municipal de habiiaçào.
Art. 2‘ Constituirão recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH:
1. Dotações do Orçamento do Município, classificadas na função habitação e/ou infra-estrutura urbana, inclusive aquelas provenientes de convênios de repasses de recursos Federais ou Estaduais e de contratos de empréstimos ou financiamentos, quando previamente autorizados por lei específica:
II. (0,3%) Ponto três por cento do orçamento anual do município;
III. Resultados das aplicações financeiras realizadas com recursos do FMH;
IV. Recursos provenientes do pagamento de prestações decorrentes de empréstimos, arrendamentos e locações por parte dos beneficiados pelos programas e projetos desenvolvidos com recursos do FMH, inclusive multas, juros e acréscimos legais, quando devidos nas respectivas operações;
V. Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, bem como de organismos nacionais ou internacionais;
VI. Receitas advindas da alienação de todo e qualquer bem móvel ou imóvel que tenha sido destinado ao FMH;
VII. Outros que lhe vierem ser destinados.

CAPÍTULO II
Das Aplicações dos Recursos do FMH
Art. 3’ As aplicações dos recursos do FMH serão destinadas a ações que conlemplem:

I. Aquisição, construção, conclusão e melhoria de imidades habitacionais em úreas urbanas e rurals;
II. Produção de lotes urbanizados para kms habitacionais:
III. Urbanização, regularização fundiária e urbanística de áreas ocupadas por população caracterizada como de interesse social:
IV. Implantação de saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos urbanos complementares aos programas e projetos habitacionais:
V. Aquisição de materiais para construção e reforma de moradi*
VI. Interv enção em áreas encortiçadas e outras äreas deterioradas, reruperando ou produzindo irnóveis para tins habitarionais de interesse social: e
VII. Outras ações que venham ser aprovadas pelo CMH.
Art.4’ 0s bens produzidos com os recursos do FMH serão repassados às famílias beneficiärias mediante financiamenło, locação social, arrendamento residencial com ou sem opção de compra e direito de uso.
§ 1’ As dœisões do Conselho Municipal, relativas ă dislribuição e alocação de recursos do FMH deverão observar condições que garantam o retomo dos recursos.
§ 2ᵉ CMH estabelecerá o índice de correção monetária segundo o qual os contratos serão firmados com os beneficiários.
ț 3º A aplicação de recursos, quando provenientes de Convênios de repasses de recursos e/ou de linanciamentos de outras instituições, observarão as respectivas condições de repasses às famílias beneficiadas.
Art. S As disponibilidades financeiras que não estiverem sendo utilizadas nas finalidadespróprias, poderão ser aplicadas no mercado de capital, objetivando o aumento das receitas do FMH, cujos resultados a ele reverterão.
Art. 6ᵉ Além dos recursos só poderem ser destinados ás finalidades do FMH, delìnidos nos artigos 3ᵉ, 4ᵉ, e 5º desta Lei, poderão ser utilizados para despesas administrativas necessárias ao desenvolvimento dos programas, como equipamentos, materiais permanentes, insumos e despesas necessários à celebração de contratos, à cobrança de prestações, à manutenção de cadastro e controle muluános, e sistema de cobrança e controle de receitas e despesas.

CAPÍTULO III
Das Condições de Acesso à **Moradia**
Art. 7’ O acesso à moradia devera ser assegurado aos beneficiários do FMH, garantindo o atendimento prioritário ás famílias de mais baixa renda e adotando políticas de subsídios implementadas com recursos do FMH, por meio da concessão de financiamento habitacional, de arrendamento residencial e de outras formas de acesso que não envolvam a transferência de propñedade.
Parágrafo Único. No atendimento habitacional das famílias de mars baixa renda deverão ser
priorizadas as rnodalidades de acesso à moradia que não erivolvam a transferência imediata de propriedade, tars como o direito de uso, a locação social, o arrendamento residencial, com on sem opção de compra.

Arł. 8’ O Conselho Municipal de Habitação — CMH definirá os parâmetros para a concessão dos subsidios, observada a capacidade de pagamento familiar.

Art. 9 O CMH, na defmição das normas básicas para a concessão de subsídios. deverá levar em consideração as seguintes diretrizes:

I. 0s valores dos subsídios. quando possíveis, devem guardar **relação** inversa com a capacidade de pagamento das familiar beneficiárias;
II. Identificaçao dos beneficiários das políticas de siibsídios, em cadastro municipal, de modo a controlar a concessão dos beneficios;
IU. Concessão do subsidio como beneficio pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de adequar a capacidade de pagamento do(s) beneficiário(s) para o acesso à moradia, ajustando-a ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento, financiamento ou oulra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;
IV, Suspensão on revisão do beneficio, no caso de alterações nas condições que lhe deram causa ou inadimplemento contratual voluntáno.

Art. 10 Nos fmanciamentos à pessoa fisica, o subsídio poderá ser concedido no ato ds contrataçño ou no encargo mensal.

§ lº O subsidio concedido no ato da contratação tern como objetivo assegurar a compatibilidade entre o valor do imóvel. on seu custo de produção e a capacidade financeira do beneficlário;

§ 2º O subsidio no encargo mensal poderá compreender a equalização da taxa de juros do financiamento.

Art. 11 O CMH poderá face às particularîdades das intervenções, estabelecer subsídios especificos para cada projeto podendo alcançar até o i alor total dos custos dos investimentos.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Municipal de Habitação

Art. 12 Fica criado o Conselho Municipal Habitação — CMH, como órgão de planeJamento da política habitacional do Município, em caráter permanente e deliberativo.

Parágrafo Único - O CMH compõe a estrutura regimental do Município de Janduís, que proverá meios técnicos e administrativos para o seu funcionamento.

Art. 13 O CMH terá as seguintes atribuições.

I. Deliberar sobre a alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH, dispondo sobre a aplicação de suas disponibilidades, aprovar os planos anuais e plurianuais de ink estimento:
II. Aprovar parámetros e critenos de aplicação dos rœursos, observado o princípio da sustentabilidade econômico-Financeira dos recursos do FMH;
III, Baíxar normas regulamentares relativas ao FMH e dirimir dúvidas quanto à sua aplicação;
IV. Definir as condições básicas de empréstimos e fmanciamentos com recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH:

V. Estabelecer as normas básicas para a concessao de subsídios, de arrendamento, locação e cessão de uso de imóveis;
VI. Acompanhar e avaliar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anual e plurianual dos recursos do FMI-L bem como o desempenho e resultados das metas conseqüentes dos int estimentos realizados;
VII. Adotar as providências cabí›'eis para correção de atos e fatos que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FMH:
VIII. Fixar normas. condições e critérios para seleção de famílias a serem atendidas com os programas, projetos e ações implementadas com recursos do FMH;
IX. Promover ampla publicidade ás formas de acesso aos programas. ás modalidades de acesso moradia aos critérios para inscrição no cadastro de demanda e de subsídios, ãs metas anuais de atendimento habitacional, aos recursos aplicados e prex istos identificados pelas fontes de origem, às âreas objeto de intervenção, aos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização da sociedade das ações do FMH:
X. Instituir um cndastro municipal de beneficiários das políticas de subsídios, zelando pela sua manutenção;
Xl. Avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do FMH; e
XII. Elaborar seu regimento interno.

Art. 14 O Conselho Municipal de Habitação serà constituído por 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito, compreendendo:
I. O Secretário Municipal de Obras, na qualidade de Presidente; Il. O Secretário Municipal de Ação social:
III. O Secretário Municipal de Finanças:
Um representante da Câmara Municipal de Vereadores; Um representante do Conselho Comunitário;
Um representante dos Trabalhadores na Construção Civil atuantes no Município; Um representante do Comércio local.

1° Na indicação dos membros do CM H deverá ser observado princípio democrático de escolha dos representantes e respectivos suplentes das instituições ou segmentos que terão assento no Conselho.

2" O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, vedado qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, considerando-se sem iço público relevante.

Art. 15 Na composição e funcionamento do CMH será observado o seguinte:
I. O mandato dos membros representantes será de 2 (dois) anos, podendo ser renoi ado;
Il. O Presidente do Conselho será o Secretário de Obras, que terá assegurado o exercício do voto de qualidade;
III. As sessões do Conselho serão ordinárias, a cada 60 (sessenta) dias, e extraordinárias, quando necessárias, convocadas pelo Presidente, ou por 4 (quatro) de seus membros, na forma que dispuser o Regimento interno;
IV. As sessões serão realizadas na sede da Prefeitura que propiciará apoio técnico e administrativo ao Conselho, ou em local previamente designado pelo presidente;
V. O Conselho se reunirá com a presença. no mínimo, de 05 (cinco) de seus membros.

deliberará pela maioria simples.
VI. O Conselho contará com um Regimento Interno próprio que orientarú o seu úincionamento. o qual será apreciado em sua primeira reunião ordinária a ser conxocada pelo Presidente num prazo rriáximo de ó0 (sessenta) dias. a partir da publicação da presente Lei. e, após homologado por Decreto do Executivo Municipal:

Art. 16 O Conselho fica investido de plenos poderes de direção e de representação ativa e passiva judicial e extrajudicial do FMH.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Fundo

Art. 17 O Fundo ficará vinculado operacionalmente à Secretaria Municipal de Finanças a quai será a responsável pela gestão dos recursos financeiros, com as seguintes atribuições:
1. Apresentar ao CMH o Plano de Aplicação de Recursos do FMH para aprovação;
II. Apresentar ao CMH, demonstração mensal da receita e da despesa executada com recursos do FMH;
III. Emilir a assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas do fundo:
IV. Manter o controle dos contratos e/ou convênios firmados com instituições got emamentais e não governamentais;
V. Manter os controles necessários à execus das receitas e das despesas do FMH; Vl. Manter o controle dos bens patrimoniais com carga ao fundo;
VII. Encaminhar à contabilidade do Município.
a) Mensalmente, demonstração da receita e da despesa;
b) Os demonstrativos pertinentes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, para fins de consolidação pelo Poder Executivo Municipal; e
c) Anualmente, inventário de bens mõveis e imói'eis e balanço geral do FMH. constituído pelo balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações dos recursos.
VIII. Praticar todos os atos inerentes à administração e execução orçamentária, financeira e contábil relativa aos recursos do FMH. obedecido o procedimento legal e vigente na administração Municipal:
IX. Executar lodas as atividades necessárias ao retorno dos recursos do FMH, sendo a Secretaria responsável pela cobrança das prestações de empréstimos ou financiamentos e toda e qualquer taxa, aluguel, ou arrendamento conseqüentes das ações implementadas com recursos do FMH.

Art. 18 A Secretaria de Obras será a responsável pela implementação dos atos emanados do CMH relaõvos à aplicação dos recursos do FMH.
Parágrafo Único - A Secretaria de Obras serú a responsável pela elaboração ou contratação dos projetos que atendam aos objetivos do FMH, e execução das obras e/ou sen'iços correspondentes por administração direta ou por empreitada.
Art. 19 A Secretaria de Ação Social será a responsável pela seleção das famílias beneficiárias do FMH bem como pela elaboração dos projetos e execução dos trabalhos sociais necessários

Art. 20 O fundo Municipal será fiscalizaõo pelo Conselho Municipal de Habitação que apreciará em suas reuniões ordinárias os balancetes e relatórios bimensais a serem elaborados pela Secretaria Municipal de Finanças. relatório financeiro: pela Secretaria de Obras; relatório físico das obras executadas. e pela Secretaria de Açào Social. relatório sócio-econômico das famílias beneficiadas.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 21 Fica isento do Imposto sobre Transrrássão Intervivos a Qualquer Título, de bens imóveis ITBI, o ato lransinssivo relativo à primeira aquisição de unidades habitacionais produzidas com recursos do FMH.
Art. 22 Em caso de extinção do FMH seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio do Município.
Art. 23 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís Em, 17 de Março de 2003.

CÁSSIO TARGINO DE MEDEIROS
Prefetio Constitucional

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:A5B7588E

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°376/2010.

ALTERA O INCISO V DO ART. 14 DA LEI N°. 247/2003, QUE FOi ALTERADO PELA LEIN°. 360/2009 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Janduis/RN, no uso das atribuii;:oes que lhe sao conferidas pela Lei Organica do Municipio, fai;:o saber que a Camara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1°. Fica alterado o incise V do art. 14 da Lei Municipal, n°. 247/2003, passando ter a seguinte redai;:ao:
*"**Art.14** (...)*
(...)
V- Representante do Centro Padre Pedro Neef's;
(.. .)"

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicai;:ao, revogadas as disposii;:oes em contrario.

Janduís, 18 de junho de 2010.

SALOMÃO GURGEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:DE6C300A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°106/2026-GP.

CONCEDE: 01 (uma) diária à servidora abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear as despesas com a servidora Paula Bianca Dantas Matias, ocupante do cargo público em comissão de Secretária Municipal de Governo, inscrita no CPF nº 106.964.284-31, matrícula nº 1395, em viagem à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participação na Cerimônia de Entrega dos Veículos da Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social – MOBSUAS, a ser realizada no dia 23 de março de 2026, às 08h, no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 20 de março de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:63915AFA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°107/2026-GP.

CONCEDE: 01 (uma) diária ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear as despesas com o servidor Carlindo da Silva Lima, portador do CPF nº 056.611.514-03, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Comunicação Digital e Novas Mídias, em viagem à cidade de Natal/RN, com a finalidade de realizar a cobertura institucional da Cerimônia de Entrega dos Veículos da Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social – MOBSUAS, a ser realizada no dia 23 de março de 2026, às 08h, no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 20 de março de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:817453FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026-GP.

CONCEDE: 01 (uma) diária à Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS, abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear despesas com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS, a Senhora **MÁRCIA TECIANA DE BRITO ALVES**, CPF nº 036.079.734-23**,** em viagem a cidade de Natal/RN, para participar do Encontro Estadual do RN: Etapa Preparatória para a 18ª Conferência Nacional de Saúde**.** O evento será realizado no dia 23 de março de 2026, das 08h às 18h, no Praiamar Arena Hotel – Av. Sen. Salgado Filho, 1906, Lagoa Nova - Natal/RN.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Janduís/RN, 20 DE MARÇO DE 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
CPF nº 262.026.974-15

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:B2527B8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.
A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de Contratação, declara vencedor do Pregão Eletrônico nº 001/2026:

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 89: totalizando o valor de **R$ 835.953,32. (oitocentos e trinta e cinco mil novecentos cinquenta e três reais e trinta e dois centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

GILBERTO FERNANDES DE LIMA
Pregoeiro Municipal
JAPI/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:E50FF58E

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTR1TIVO N° 020/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.

A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de Contratação, declara vencedor do Pregão Eletrônico nº 001/2026:

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 150: totalizando o valor de **R$ 1.582.647,60 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

GILBERTO FERNANDES DE LIMA
Pregoeiro Municipal
JAPI/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:EDC7FA27

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0012/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL LIMPEZA para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 012/2026.

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 89: totalizando o valor de **R$ 835.953,32. (oitocentos e trinta e cinco mil novecentos cinquenta e três reais e trinta e dois centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:1ADA9908

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0020/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 020/2026.

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 150: totalizando o valor de **R$ 1.582.647,60 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:292FDB64

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0012/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 012/2026.

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 89: totalizando o valor de **R$ 835.953,32. (oitocentos e trinta e cinco mil novecentos cinquenta e três reais e trinta e dois centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:37A5EF4A

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0020/2026

Objeto: O objeto deste estudo é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as demandas das diversas secretarias municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Japi/RN.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 020/2026.

COMERCIAL T&T EIRELLI - CNPJ: 05.009.904/0001-00, saiu vencedor dos itens 1 à 150: totalizando o valor de **R$ 1.582.647,60 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)**.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:28FC94EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 01/2026- CMAS

Reprograma os Saldos Financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, reunido no dia 16 de março de 2026 no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 500/2021.

Considerando que no exercício 2025, os serviços e programas socioassistenciais foram executados de forma correta e continuada,
Considerando a necessidade de reprogramar os sados financeiros existentes em 31 de dezembro de cada ano, nas contas ligadas ao Fundo Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reprogramados os saldos financeiros existentes nas contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, apurados em 31 de dezembro de 2025 na forma que segue.
§ 1º Os valores apurados na conta BL GBF, vinculada ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, serão reprogramados para implementar as ações de controle social e de gestão do Programa Bolsa Família;
§ 2º Os valores apurados na conta BL GSUAS, vinculada ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, serão reprogramados para implementar despesas ordinárias da Gestão Municipal de Assistência Social;
§ 3º. Os valores apurados na conta BL PSB, vinculada ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, serão reprogramados para despesas ordinárias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
§ 4º. Os valores apurados na conta BPC na Escola, vinculada ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, serão reprogramados para aquisição de material de expediente para ações da Gestão Municipal de Assistência Social e CRAS.
§ 5º Os valores repassados através do TransfereGov no valor de R$150.000,00, serão reprogramados para custeio da Proteção Social Básica.
§ 6º Os Valores apurados na conta Procad-SUAS repassados, serão reprogramados para aprimoramento da gestão do Cadastro Único.
§ 7º Os valores repassados através do TransfereGov no valor de R$50.000,00, serão reprogramados para custeio da Proteção Social Básica.
§ 8º Os valores repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, serão reprogramados para despesas ordinárias.
Art. 2º O Município deverá priorizar a destinação regulamentar do percentual de recursos do BL GSUAS FNAS e BL GBF FNAS, nas ações de controle social, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 3º Dos valores disponíveis em 31 de dezembro de 2025, poderão ser deduzidas as despesas pactuadas em 2025, à pagar no exercício de 2025.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 25 de março 2026.

HORTÊNCIA HERCULANO TEIXEIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Hortência Herculano Teixeira
Código Identificador:A7030CB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2026- CMAS

Dispõe sobre a Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social de Jardim de Angicos/RN – Quadriênio 2026-2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, reunido no dia 16 março 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 500/2021.
Considerando, o Art.30, inciso III, da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
Considerando, a reunião do CMAS realizada no dia 16 março de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar, por Unanimidade, o Plano Municipal de Assistência Social de Jardim de Angicos/RN, referente ao quadriênio 2026-2029.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 25 março de 2026.

HORTÊNCIA HERCULANO TEIXEIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Hortência Herculano Teixeira
Código Identificador:3F4A6600

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 176/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º -CONCEDER, na forma da Legislação vigente ao servidor**NOREMBERG MAIA GADELHA,** Assessor Especial, inscrito no CPF sob nº 829.032.714-53, lotado no Gabinete do Prefeito deste município, 01 (uma) diária para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, para acompanhar a senhora Josenilda Lopes de Medeiros, onde a mesmo irá realizar uma perícia médica na Agência da Previdência Social de Natal/RN, que se realizará no dia 25 de março de 2026, às 07:00hs.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 25 de março de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:2FBA4403

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 177/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER, na forma da Legislação vigente a servidora**FRANCISCA SOARES DE BRITO,** Secretária Municipal de Cultura e Turismo, inscrita no CPF sob nº 009.170.724-21, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo deste município, 01 (uma) diária para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para participar do 6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN, o evento se realizará no dia 26 de março de 2026, a partir das 08hs, no Centro de Convenções de Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 25 de março de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:9BC184E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 178/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN,no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER,na forma da Legislação vigente ao servidor**LUCAS RODRIGUES DA SILVA**,Coordenador de Educação Ambiental, inscrito no CPF sob nº 702.691.704-80, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente deste município, 01 (uma) diária para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Cultura, para transportara senhora **FRANCISCA SOARES DE BRITO**,Secretária Municipal de Cultura, onde a mesma irá participar do 6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN, o evento se realizará no dia 26 de março de 2026, a partir das 08hs, no Centro de Convenções de Natal/RN.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 25 de março de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:75A84E04

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 179/2025 – GP/PMJP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, na forma da Legislação vigente a senhora **MARIA LIVANETE SOARES**, inscrita no CPF sob nº 051.006.964/94, Professora do município de Jardim de Piranhas/RN, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 02 (duas) diárias para custear despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, para participar do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras(es) Municipais que integra o Programa Leitura e escrita na Educação Infantil no Rio Grande do Norte, que acontecerá nos dias 26 e 27 de março de 2026, de 08 às 17hs, no Hotel Praiamar.

.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 25 de março de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:F51A2C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 PARA SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, VISANDO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL DE FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS
A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024; a Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, RETIFICA, este Edital de Chamamento Público, o regulamento para a seleção de projetos culturais desenvolvidos por agentes culturais e grupos de cultura popular do município de Jardim de Piranhas para celebração de termos de execução cultural com recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399, de 6 de julho de 2022).
ONDE SE LÊ:
DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação do Edital	04/03/2026 a 06/03/2026
Período de Inscrições	09/03/2026 a 20/03/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Etapa de Seleção	24/03/2026
Período para Recurso	24/03/2026 a 26/03/2026
Divulgação do Resultado Final da Etapa de Seleção	30/03/2026
Período para Envio da Documentação para Habilitação	31/03/2026 a 10/04/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Habilitação	13/04/2026
Período para Recurso contra a Habilitação	13/04/2026 a 15/04/2026
Divulgação do Resultado Final da Habilitação	17/04/2026
Período para Assinatura do Termo de Execução Cultural	17/04/2026 a 22/04/2026
Data Final para Execução de Todos os Projetos	28/02/2027

LEIA -SE:
DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação do Edital	04/03/2026 a 06/03/2026
Período de Inscrições	09/03/2026 a 20/03/2026
Divulgação do Resultado Final da Etapa de Seleção	24/03/2026
Período para Envio da Documentação para Habilitação	24/03/2026 a 26/03/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Habilitação	27/03/2026
Período para Recurso contra a Habilitação	27/03/2026 a 31/03/2026
Divulgação do Resultado Final da Habilitação	01/04/2026
Período para Assinatura do Termo de Execução Cultural	01/04/2026 a 07/04/2026
Data Final para Execução de Todos os Projetos	28/02/2027

Jardim de Piranhas-RN, 25 de março de 2026.

FRANCISCA SOARES DE BRITO
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Hercules Carlos de Almeida
Código Identificador:2B1C0AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA PREMIAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 PARA CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO CULTURAL A ARTISTAS, GRUPOS, COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023 e da Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, RETIFICA o Edital de Chamamento Público, o regulamento para a concessão de premiação cultural a artistas, grupos, coletivos e organizações culturais.
ONDE SE LÊ:
- DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação	04/03/2026 a 06/03/2026
Período de inscrições	09/03/2026 a 20/03/2026
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Seleção	24/03/2026
Período para interposição de recurso	24/03/2026 a 26/03/2026
Divulgação do resultado final da Etapa de Seleção	30/03/2026
Periodo para envio da documentação para etapa de Habilitação	31/03/2026 a 10/04/2026
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação	13/04/2026
Período para interposição de recurso	13/04/2026 a 15/04/2026
Divulgação do resultado final	17/04/2026
Período de assinatura dos Recibos e pagamentos	17/04/2026 a 22/04/2026

LEIA -SE:

- DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação	04/03/2026 a 06/03/2026
Período de inscrições	09/03/2026 a 20/03/2026
Divulgação do resultado final da Etapa de Seleção	24/03/2026
Periodo para envio da documentação para etapa de Habilitação	24/03/2026 a 26/03/2026
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação	27/03/2026
Período para interposição de recurso	27/03/2026 a 31/03/2026
Divulgação do resultado final	01/04/2026
Período de assinatura dos Recibos e pagamentos	01/04/2026 a 07/04/2026

Jardim de Piranhas-RN, 24 de março de 2026.

FRANCISCA SOARES DE BRITO
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Hercules Carlos de Almeida
Código Identificador:A27EF5C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da demais legislação aplicável, a Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, o **Pregão Eletrônico nº 015/2026- SRP**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PREPARO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS) DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com, pelo e-mail cplmjs2021@gmail.com, no PNCP (www.pncp.gov.br) ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 08h às 13h, de segunda a sexta-feira. A sessão eletrônica será aberta às 08h01min (horário de Brasília) do dia **16 de abril de 2026**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:6F868C8A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 085/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 219.036/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **M DIONISIO DE MEDEIROS FILHO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.033.221/0001-54; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 25 de março de 2026; **VIGÊNCIA**: 25 de março de 2026 e termo final em 25 de março de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 13.891.909,55 (Treze milhões oitocentos e noventa e um mil novecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos.) **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 pelo Contratante e Manoel Dionísio de Medeiros Filho, inscrito no CPF/MF sob o nº 521.***.***-04 pela Contratada.
Jardim do Seridó/RN, em 25 de março de 2026.

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:DF59CFF4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 106.033/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **FABIANA DA COSTA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 081.***.***-33; **OBJETO:** CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE TRÊS QUIOSQUES, DESTINADOS À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E DERIVADOS NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 25 de março de 2026; **VIGÊNCIA**: 25 de março de 2026 e termo final em 25 de março de 2031; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 12.060,00 (Doze mil e sessenta reais) **SUBSCRITORES:** Silvia Azevedo da Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 007. ***. ***-82 pelo Contratante e Fabiana da Costa Silva inscrito no CPF/MF sob o nº 081.***.***-33 pela Contratada.
Jardim do Seridó/RN, em 25 de março de 2026.

SILVIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Municipal do Gabinete

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:692DDF59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 025/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 106.033/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **ADILSON RAMOS DE AZEVEDO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 812.***.***-72; **OBJETO:** CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE TRÊS QUIOSQUES, DESTINADOS À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E DERIVADOS NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 25 de março de 2026; **VIGÊNCIA**: 25 de março de 2026 e termo final em 25 de março de 2031; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) **SUBSCRITORES:** Silvia Azevedo da Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 007. ***. ***-82 pelo Contratante e Adilson Ramos de Azevedo inscrito no CPF/MF sob o nº 812.***.***-72 pela Contratada.
Jardim do Seridó/RN, em 25 de março de 2026.

SILVIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Municipal do Gabinete

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:4E46785C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 026/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 106.033/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **GABRIEL ANTHONY DO NASCIMENTO SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 706.***.***-01; **OBJETO:** CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE TRÊS QUIOSQUES, DESTINADOS À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E DERIVADOS NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 25 de março de 2026; **VIGÊNCIA**: 25 de março de 2026 e termo final em 25 de março de 2031; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 30.300,00 (Trinta mil e trezentos reais) **SUBSCRITORES:** Silvia Azevedo da Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 007. ***. ***-82 pelo Contratante e Gabriel Anthony do Nascimento Silva inscrito no CPF/MF sob o nº 706.***.***-01 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 25 de março de 2026.

SILVIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Municipal do Gabinete

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:46A13B9C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

Processo Administrativo Nº 226.007/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de agenciamento de viagem com emissão de passagem aérea nacional, para atender as necessidades do Município de Jardim do Seridó/RN.

VALOR TOTAL:R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

BASE LEGAL: Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO o vencedor da Dispensa Eletrônica nº 007/2026, realizada em 20 de março de 2026, a saber: **V8 SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE TURISMO LTDA** - CNPJ: 36.957.287/0001-90, consagrando-se vencedora no processo, totalizando o desconto de 161,99% (cento e sessenta e um e noventa e nove por cento) sobre a RAV- Remuneração do Agente de Viagem, em cada compra,

considerando o valor total orçado de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGO pelo presente Termo, a Dispensa de Licitação em razão do valor, com base legal no art. 72, VIII da Lei 14.133/2023; ficando convocada a empresa acima citada, para formalizar a assinatura do respectivo Contrato, sob pena de decadência do seu direito.

Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

SILVIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Chefe do Gabinete da Prefeita

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:9A8C9158

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026

Processo Administrativo Nº 305.048/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN.

VALOR TOTAL:R$ 33.679,00 (trinta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais).

BASE LEGAL: Art. 75, III da Lei nº 14.133/2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO os vencedores da Dispensa Eletrônica nº 008/2026, realizada em 20 de março de 2026, a saber: **IMPERIUM SANTOS DISTRIBUIDOR LTDA** - CNPJ: 52.890.773/0001-94, saiu vencedora no processo, totalizando o valor de**:R$ 33.679,00 (trinta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais).**

HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGO pelo presente Termo, a Dispensa de Licitação em razão do valor, com base legal no art. 72, VIII da Lei 14.133/2021; ficando convocada a empresa acima citada, para formalizar a assinatura do respectivo contrato, sob pena de decadência do seu direito.

Jardim do Seridó/RN, 24 de março de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:7D8F5016

GABINETE DA PREFEITA
DESPACHO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: Cumprimento de Ordem Judicial (Processo nº 0800622-52.2024.8.20.5117) e Providências para Ressarcimento ao Erário.

CONSIDERANDO a intimação judicial expedida pela Vara Única da Comarca de Jardim do Seridó, referente à decisão com trânsito em julgado proferida na Ação Penal nº 0800622-52.2024.8.20.5117;

CONSIDERANDO a determinação contida no referido ofício para que o Município de Jardim do Seridó promova a imediata exoneração do servidor GABRIEL PATRÍCIO JOAQUIM DIAS ARAÚJO P. F. S. DE MEDEIROS, em virtude da decretação da perda do cargo público;

CONSIDERANDO a informação de que o referido servidor se encontra afastado do serviço, respondendo a outros processos administrativos no âmbito deste Município, que visam o ressarcimento de valores ao erário;

CONSIDERANDO o princípio da independência das instâncias, segundo o qual a extinção do vínculo funcional pela exoneração não anula nem suspende a obrigação do ex-servidor de reparar os danos financeiros causados à Administração Pública;

CONSIDERANDO, por fim, o dever-poder da Administração de promover a cobrança de seus créditos, bem como a necessidade de observar os prazos prescricionais para evitar a perda do direito de ressarcimento,

DETERMINO:

I – À Secretaria do Gabinete:

a) Adotar, com **máxima urgência**, todas as providências administrativas necessárias para efetivar a **exoneração** do servidor GABRIEL PATRÍCIO JOAQUIM DIAS ARAÚJO P. F. S. DE MEDEIROS, em estrito cumprimento à ordem judicial;

b) Promover a publicação do respectivo ato de exoneração no Diário Oficial do Município, com efeitos retroativos ao dia **01 de março do ano de 2026**;

c) Comunicar formalmente à Secretaria de Administração do Município, e ao Juízo da Vara Única da Comarca de Jardim do Seridó, através do e-mail jserido@tjrn.jus.br, o fiel cumprimento da decisão, anexando cópia do ato de exoneração, com menção expressa ao número do processo no assunto da mensagem;

d) Eventual saldo de salário ou pagamento de remuneração devido ao servidor deve ficar suspenso até a conclusão dos processos administrativos disciplinares de ressarcimento ao erário.

Este despacho entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se. Cumpra-se.

Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Isidro de Medeiros”, em Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:D3881789

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 166, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base no art. art. 6º, V, “e”, da Lei Municipal nº 742/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhora **MAISA DE LIMA CIRNE**, inscrita no CPF/MF sob o n. º 0**.273.***-*6, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço – CC4 da Secretaria Municipal de Educação do Município de Jardim do Seridó/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos válidos a partir de 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 24 de março de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:A8231C17

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 167, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 039/2026 , Parecer da Junta Médica Pericial deste município emitido em 27 de Fevereiro de 2026, e o parecer Jurídico emitido dia 19 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária ao Senhor **DEOCLIDES JOSÉ DE MEDEIROS**, matrícula nº 1086, ocupante do cargo efetivo de PEDREIRO, pelo período 90 (noventa) dias, do dia 18 de fevereiro de 2026 a 18 de maio de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:26664FEB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 168, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCICIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e,

CONSIDERANDO, a intimação judicial expedida pela Vara Única de Comarca de Jardim do Seridó, referente à decisão com trânsito em julgado proferida na Ação Penal nº 0800622-52.2024.8.20.5117;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, em estrito cumprimento à determinação judicial supracitada, o Senhor **GABRIEL PATRICIO JOAQUIM DIAS ARAUJO PEREIRA F S DE MEDEIROS,** inscrito no CPF/MF nº 0**.758.***-*6, do cargo efetivo de Motorista, sob matrícula nº 1727, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Jardim do Seridó-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

JOAQUIM ALBETO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:F0B5E60D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 169, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA,** matrícula nº 2162, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e a servidora, **JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA**, matrícula nº 4033, para exercer a função de Gestor de Contrato, no acompanhamento referente ao Processo Administrativo 123.002/2025 - Pregão eletrônico de nº 13/2025, que tem como objeto: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes para atender a frota do município de Jardim do Seridó/RN".

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

JOAQUIM ALBETO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:5324350D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA DA PORTARIA Nº 23, DE 23 DE MARÇO DE 2026.

ERRATA DA PORTARIA Nº 23, DE 23 DE MARÇO DE 2026.
Na portaria nº 014, de 17 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 18/03/2026, Código Identificador: 115CB9BC no Site Eletrônico oficial do município:
Onde se lê:
Art. 1º Conceder a Sra. **MILIANE DE SOUZA MEDEIROS**,matrícula n° 2115, servidora ocupante do cargo de Secretária Adjunta de Saúde (Membro do Conselho de Saúde), ½ (meia) diária, de valor unitário de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), totalizando a importância de R$ 110,00 (cento e dez reais), com objetivo da participação do servidor na Oficina Regional de Plenárias dos Conselhos de Saúde, acontecerá no auditório do Hospital Estadual Telecina Freitas Fontes – Caicó/RN, no dia 26/03/2026.
Lê-se:
Art. 1º Conceder a Sra. **MILIANE DE SOUZA MEDEIROS**,matrícula n° 2115, servidora ocupante do cargo de Secretária Adjunta de Saúde (Membro do Conselho de Saúde), ½ (meia) diária, de valor unitário de R$ 290,00 (duzentos e noventa

reais), totalizando a importância de R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), com objetivo da participação do servidor na Oficina Regional de Plenárias dos Conselhos de Saúde, acontecerá no auditório do Hospital Estadual Telecina Freitas Fontes – Caicó/RN, no dia 26/03/2026.
Jardim do Seridó-RN, 25 de março de 2026

_____
José Anchieta Rodrigues de Moura Júnior
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula n° 2097

PORTARIA Nº 23, DE 23 DE MARÇO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.

CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. **MILIANE DE SOUZA MEDEIROS**,matrícula n° 2115, servidora ocupante do cargo de Secretária Adjunta de Saúde (Membro do Conselho de Saúde), ½ (meia) diária, de valor unitário de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais), totalizando a importância de R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), com objetivo da participação do servidor na Oficina Regional de Plenárias dos Conselhos de Saúde, acontecerá no auditório do Hospital Estadual Telecina Freitas Fontes – Caicó/RN, no dia 26/03/2026.
Art. 2ºA constante melhoria dos serviços prestados à sociedade é uma das prerrogativas da gestão pública, desta forma, o envolvimento em iniciativas que visem a busca de benefícios para a cidade é uma das formas de efetivar a qualidade da Administração Pública municipal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula n° 2097

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:CF01183D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 17, DE 18 DE MARÇO DE 2026*.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.

CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. **MILIANE DE SOUZA MEDEIROS**,matrícula n° 2115, servidora ocupante do cargo de Secretária Adjunta de Saúde (Membro do Conselho de Saúde), ½ (meia) diária, de valor unitário de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais), totalizando a importância de R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Natal/RN, no dia 23 de março de 2026, para Participar do Encontro Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – Etapa Preparatório para a 18ª Nacional de Saúde. Tema central: "SUS, Democracia e Soberania: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil".

Art. 2ºA constante melhoria dos serviços prestados à sociedade é uma das prerrogativas da gestão pública, desta forma, o envolvimento em iniciativas que visem a busca de benefícios para a cidade é uma das formas de efetivar a qualidade da Administração Pública municipal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula n° 2097

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:56F27163

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 030 DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA N° 030 DE 25 DE MARÇO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA NOMEIA A SRA. LILIANE FEITOSA MAIA NA FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,
CONSIDERANDO, AS DETERMINAÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES N° 14.133/2021, E OBSERVADO DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2023;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a Sra. **LILIANE FEITOSA MAIA** na função de **Fiscal de Contratos** que estejam diretamente ligados ao fundo municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, durante o exercício de 2026.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D3C78275

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 031 DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA N° 031 DE 25 DE MARÇO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA NOMEIA O SR. JOSÉ ERONILDES PINTO NA FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS NA PREFEITURA MUNICIPAL

DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,
CONSIDERANDO, AS DETERMINAÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES N° 14.133/2021, E OBSERVADO DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2023;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o Sr. **JOSÉ ERONILDES PINTO** na função de **Fiscal de Contratos** que estejam diretamente ligados ao fundo municipal de Educação da Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, durante o exercício de 2026.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:49FE6B99

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): EMANUELA CATARINA FERNANDES
CPF/CNPJ: 072.744.934-69
MATRÍCULA: 137898-8
CARGO: NUTRICIONISTA
REQUERIMENTO: AFASTAMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, CONFORME ART. 105 DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.
OBJETO: Licença para tratar de interesses particulares sem remuneração.
DATA DO REQUERIMENTO: 23/03/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 23/03/2026 a 21/03/2028

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1C3EF469

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04040001/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04040001/2025

CONTRATO Nº: 04040001/2025
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA MARTINS
CPF/CNPJ CONTRATADO: xxx.112.964-xx
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: 009/2025 Inexigibilidade
OBJETO: Contratação de pessoa física para Locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de José da Penha - RN.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Renovação do Contrato nº. 04040001/2025
VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais) passa a ter o valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo que o aditamento contratual que perfazem o total de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE GESTORA:**.....***2 – Município de José da Penha***
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:**.....** 9000 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**.....** 9101 – *Secretaria Municipal de Cultura e Turismo*
FUNÇÃO:**.....** 4 – Administração
SUBFUNÇÃO:**.....** 122 – Administração Geral
PROGRAMA:**.....** 1 – Apoio Administrativo
AÇÃO:**.....** 2.35 – Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos.
DESPESA:**.....***173*. 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
FONTE DE RECURSOS:**.....**15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 05/04/2026 à 04/04/2027
DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C4E65A23

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 063/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 063/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 29 de Janeiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Cajazeiras/PB, a fim de transportar a paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 29 de Janeiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BB0733C6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 115/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 115/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 23 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PEREIRA DE OLIVEIRA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar o paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 23 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:24A9B856

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 119/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 119/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PEREIRA DE OLIVEIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 19 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FA16EB6B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 136/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 136/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 03 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar o paciente José Antenor De Almeida para realizar exame na Liga em Mossoró/RN, no dia 03 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:92DB5647

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 137/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 137/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 05 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:219A6DF7

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 138/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 138/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 13 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal /RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 13 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B8AC0FBC

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 139/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 139/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B2D5B63F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 141/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 141/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar a acompanhante da paciente que se encontra internada no Hospital liga em Natal/RN, no dia 27 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:602A5524

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 142/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 142/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 26 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 26 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:CEB88AE2

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 143/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 143/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 25 de Fevereiro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 25 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:740462F9

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 144/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 144/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 03 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 03 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:545A2A19

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 177/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 177/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 11 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 11 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6A0D8D8A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 178/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 178/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 12 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 12 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F6C5D0B7

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 179/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 179/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 06 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal /RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 06 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:60308480

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 180/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 180/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 09 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 09 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:70846604

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 181/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 181/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 10 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:208A1A4F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 182/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 182/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 11 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde., no dia 11 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5B8AAFFF

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 184/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 184/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 13 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 13 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6074C995

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 185/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 185/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde., no dia 10 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B0799ABD

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 186/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 186/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 11 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde., no dia 11 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5879BF35

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 187/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 187/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 12 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde., no dia 12 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:48E296CC

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 188/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 188/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 13 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 13 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BFDCC02A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 189/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 189/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 12 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 12 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:921DD0B5

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 190/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 190/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:860D75C0

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 192/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 192/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Santa Cruz/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 18 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F566B7C3

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 193/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 193/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9469B429

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 194/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 194/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2D1DF793

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 195/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 195/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar a paciente que se encontra em tratamento de saúde., no dia 19 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:93435E79

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 196/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 196/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente em tratamento de saúde, no dia 18 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F44E56EB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 197/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 197/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar a paciente Maria Gracilda Cavalcante para realiazr radioterapia n aliga contra o câncer em Natal/RN, no dia 19 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:58B17386

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 198/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 198/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9D155DEB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 199/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 199/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 06 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 06 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:64BFDE9D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 200/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 200/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Março de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 10 de Março de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9D8E2B0A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO 11030001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL 06030001/2026

TERMO DE CONTRATO 11030001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL 06030001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 960/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11030001/2026 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA/RN, E a empresa LIMA & ARARUNA ORTOPEDIA LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito sob o CNPJ de nº 08.357.642/0001-54, sediado na Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José da Penha/RN, neste ato representado pelo Sr. JAIRO DE SOUZA MAFALDO, portador do CPF sob nº 023.719.154-75, Prefeito Municipal de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ***LIMA & ARARUNA ORTOPEDIA LTDA****, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* ***22.071.130/0001-58****, sediado(a) na Rua Delfino Freire, 108, Boa Vista, SALA: A;, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por FÁBIO ROBERTO ALVES DE LIMA, CPF N° 074.434.274-09, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 960/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa de n° 06030001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação de serviços médicos especializados de ortopedista traumatologista, destinado a realização de cirurgia de pseudo-artrose de fratura de fêmur distal direito em regime de urgência para o paciente do município de José da Penha/RN., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16944 - serviços médicos especializados de ortopedista traumatologista serviços médicos especializados de ortopedista traumatologista	SRV	01	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
Total Geral					**R$15.000,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 03 meses, contados da assinatura das partes, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor Total da contratação é de R$ R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Munícipio, exercício:
803 - 3 . 13101 . 10 . 302 . 6 . 2.192 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente.
O pagamento da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, fica condicionado ao cumprimento dos critérios da Ordem cronológica, conforme determina a resolução n° 011/2024 – TCE, DE 16 DE MAIO DE 2024.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá

ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme art. 143 da Lei n° 14.133, de 2021.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que não seja referente a parte incontroversa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
A antecipação do pagamento somente poderá ocorrer se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, devendo estar expressamente previsto no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta
Será exigido a prestação de garantia como condição para o pagamento antecipado de 5% do valor contratado
Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo****, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*
Caso a administração decida pelo não reajustamento de oficio, fica o reajuste condicionado a apresentação de requerimento pelo(a) ***CONTRATADO(A)****.*
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento, conforme estabelece o inc. I, do art. 136, da Lei 14.133/2021
CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
A gestão do Serviço a ser executado pela ***CONTRATADA****, caberá à Prefeitura Municipal de José da Penha/RN, mediante indicação do(a) Gestor(a) e do Fiscal, a quem competirá fiscalizar se a empresa está executando corretamente o objeto contratado, obedecendo a este Termo de Contrato.*
O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA***
CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, para que, no prazo estabelecido no Termo de Referência, seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
As disposições referentes as sanções administrativas estão estabelecidas no Termo de Referência.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
***12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).*
12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
***12.8.1**. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e*
***12.8.1.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.*
12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme PARECER n. 00061/2024/DECOR/CGU/AGU.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
*Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527.*
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Luis Gomes/RN, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de quaisquer outros para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

José da Penha/RN, 11 de março de 2026.

Município De José Da Penha/RN
CNPJ 08.357.642/0001-54
Contratante
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Lima & Araruna Ortopedia LTDA
CNPJ/MF sob o nº: 22.071.130/0001-58
FÁBIO ROBERTO ALVES DE LIMA
CPF N° 074.434.274-09
Representante
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
1-
CPF:

_____
2-
CPF:

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0BF42BF6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - ADIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 07110003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: dez (10) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço
ADJUDICAÇÃO: por lote
MODO DE DISPUTA:aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que a sessão anteriormente marcada para o dia **03 de abril de 2026** foi **ADIADA** para o dia **06 de abril de 2026, às 14h30min (horário de Brasília),** no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br, **em razão do feriado ocorrido na data inicialmente prevista**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 25 de março de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:A69D9809

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 ATA DA SESSÃO

Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 08:30hs, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pelos profissionais: **64.248.521 ADENILSON CARLOS DA SILVA – CNPJ/MF nº 64.248.521/0001-45**, situado na Rua Professor Francisco Justino nº 245, Jucurutu/RN**, 65.724.588 LEONARDO ANDRE DA SILVA – CNPJ/MF nº 65.724.588/0001-71,** situado na Rua Ary Lopes nº 95, Jucurutu/RN e **65.697.268 JOAO PAULO CAMPELO GONZAGA – CNPJ/MF nº 65.697.268/0001-70,** situado na Rua Vicente Dutra de Souza, nº 445, Jucurutu/RN, visando o credenciamento para **prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**
Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se a análise das documentações apresentada pelos profissionais que apresentaram a documentação exigida em edital, estando as propostas enviadas **CLASSIFICADAS**.

Passando a análise dos documentos de habilitação, identificamos que os profissionais: **64.248.521 ADENILSON CARLOS DA SILVA – CNPJ: 64.248.521/0001-45, 65.724.588 LEONARDO ANDRE DA SILVA – CNPJ/MF nº 65.724.588/0001-71** e **65.697.268 JOAO PAULO CAMPELO GONZAGA – CNPJ/MF nº 65.697.268/0001-70**, apresentaram toda documentação referente à Habilitação Jurídica, estando **HABILITADAS.**

Jucurutu/RN, 25 de março de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:F8C5C990

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, conforme quadro abaixo:
Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
64.248.521 ADENILSON CARLOS DA SILVA – CNPJ/MF nº 64.248.521/0001-45	Item 06
65.724.588 LEONARDO ANDRE DA SILVA – CNPJ/MF nº 65.724.588/0001-71	Item 07
65.697.268 JOAO PAULO CAMPELO GONZAGA – CNPJ/MF nº 65.697.268/0001-70	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: NÃO HOUVE.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com) e serão dirigidos ao **Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN** que, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 25 de março de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.
_____, _____ de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:7E36B9EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 020/2026
CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; **CONTRATADA**: **64.944.361 SEVERINO PEREIRA DE SOUZA FREITAS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 64.944.361/0001-79; **OBJETO**: Contratação de pessoas jurídicas visando a prestação de serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu; **VIGÊNCIA**: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contado do(a) data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.10 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. **VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA):** Pedreiro R$ 125,84 (cento e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **SUBSCRITORES**: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Severino Pereira de Souza Freitas – Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 18 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:51A58D3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 021/2026
CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; **CONTRATADA**: **22.645.224 JOSÉ BEZERRA FILHO**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.645.224/0001-93; **OBJETO**: Contratação de pessoas jurídicas visando a prestação de serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu; **VIGÊNCIA**: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contado do(a) data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.10 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. **VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA):** Servente, R$ 97,28 (noventa e sete reais e vinte e oito centavos); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **SUBSCRITORES**: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e José Bezerra Filho – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 18 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:926077CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 023/2026
CREDENCIAMENTO 001/2024 – PROCESSO Nº 22040001-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; **CONTRATADA**: **65.255.138 DAVID DENISON CONSTANTINO PEREIRA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.255.138/0001-87; **OBJETO**: Contratação de pessoas jurídicas visando a prestação de serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu; **VIGÊNCIA**: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contado do(a) data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: Gestão/Unidade: 03.003 – Secretaria Municipal de Administração; 06.006 - Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos; 07.007 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 09.009 – Secretaria Municipal de Saúde; 10.10 – Fundo Municipal de Assistência Social; 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 08.08 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem; 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social. Programa de Trabalho: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR, 0003 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA, 0012 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, 0015 - DESENVOLVIMENTO INFRA-ESTRUTURA URBANA, 0010 - SAUDE PARA TODOS, 0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS, 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, 0020 - PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL. Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Plano Interno: 2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS; 2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO - FUNDEB 30; 2202 MANUT. DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM REC. SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR -FUNDEB 30; 2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ - ESCOLAR 10; 2218 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE - FUNDEB 30; 2220 MANUTENÇÃO DO ENSINO CRECHE 25%; 2219 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA -FUNDEB 30; 2223 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA; 2097 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2034 MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR; 2102 CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2015 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. **VALOR UNITÁRIO (DIÁRIA):** Servente, R$ 97,28 (noventa e sete reais e vinte e oito centavos); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **SUBSCRITORES**: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e David Denison Constantino Pereira – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 18 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:0C5D8BE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2026
PROC ADMINIST. Nº 29010002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: FORTE BOI COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.078.894/0001-97; OBJETO: Contratação de empresa especializada em assessoria e gestão de abatedouro, com métodos de abate humanizado, destinação comercial de carnes e gestão de resíduos, incluindo locação de equipamentos e treinamento da equipe. VALOR GLOBAL: R$ 485.900,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, e novecentos reais); VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contados do(a) data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10

anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 11.011 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; II - Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997. III - Programa de Trabalho: 0018 - RESPEITO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno: 2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Jean Fabrício dos Santos – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 23 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:3FEAB868

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 027/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 119/2025 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 17070001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA - CNPJ: 23.146.943/0001-22; OBJETO: Execução dos serviços de aerolevantamento, cartografia e atualização cadastral para modernização do cadastro técnico multifinalitário municipal. VALOR GLOBAL: R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais); VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de UM (01) ano contados da data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 04.004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA. IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. V – Projeto/Atividade: 2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Robson Ricardo Resende – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 25 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:51A73965

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025 PROC ADMINIST MJ/RN Nº 23010001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Jucurutu/RN; DETENTOR DA ATA: JUCAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 00.524.514/0001-46; OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços destinada à aquisição gradativa e eventual de materiais e equipamentos de proteção individual (EPI), por mais doze (12) meses, com a renovação dos quantitativos de seus itens; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 23 de março de 2026 e termo final em 23 de março de 2027; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e Luciana Clédina Bezerra Lopes – pela DETENTOR DA ATA .

Jucurutu/RN, 23 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:32F0FD65

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 075/2022 PROCESSO ADMIN. MJ/RN N° 15030001/2022 - INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: EUFRÁSIO MEDEIROS JUNIOR ME, inscrita no CNPJ nº 26.353.031/0001-10; OBJETO: prorrogação do período vigencial do Termo de Credenciamento para execução dos serviços de confecção de prótese dentária; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo tem por termo inicial o dia 28 de março de 2026 e termo final em 27 de março de 2027; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Eufrásio Medeiros – Contratado.

Jucurutu/ RN, 26 de março de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:0E515E82

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 068 DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 068 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma diária e meia ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Igor Raphael Benedito Silva
CARGO/FUNÇÃO: *coordenador Municipal de Cultura*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*
MATRÍCULA: 5077
CPF: 110.***.544-**
RG: 3.***.025

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar do 6° Encontro das IGR'S do RN que será realizado no dia 26 de março de 2026 e participar do Fórum de Turismo do RN: 17 anos, que será realizado no dia 27 de

março de 2026, ambos os eventos serão realizados na cidade de Natal/RN.

TIPO DE VEÍCULO: Particular

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *26 e 27 de março de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: uma diária e meia.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: *R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: *R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 25 de março de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:AEED5C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069 DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma diária e meia a servidora a seguir discriminada:

NOME: Ana Maria Rodrigues da Silva Medeiros
CARGO/FUNÇÃO: *coordenadora do Ensino Fundamental*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*
MATRÍCULA: 253
CPF: 969.***.044-**
RG: 1.***.031

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar nos dias 26 e 27 de março de 2026, do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras(es) Municipais do ProLEEI-RN, que acontecera das 8h ás 17h no hotel Praiamar, Rua Francisco Gurgel, 33 Ponta Negra Natal-RN.

TIPO DE VEÍCULO: Particular

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *26 e 27 de março de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: uma diária e meia.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: *R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: *R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 25 de março de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:2D211D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070 DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma diária e meia a servidora a seguir discriminada:

NOME: Luciclelia Tomaz de Aquino
CARGO/FUNÇÃO: *coordenadora do Ensino Infantil*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*
MATRÍCULA: 5287
CPF: 028.***.344-**
RG: 1.***.205

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar nos dias 26 e 27 de março de 2026, do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras(es) Municipais do ProLEEI-RN, que acontecera das 8h às 17h no hotel Praiamar, Rua Francisco Gurgel, 33 Ponta Negra Natal-RN.

TIPO DE VEÍCULO: Particular

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *26 e 27 de março de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: uma diária e meia.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: *R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: *R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 25 de março de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:58CA8E66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - LP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, inscrita no CNPJ:04.214.217/0001-55, torna público solicitação de LICENÇA PRÉVIA - LP, ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, para o empreendimento Construção de uma UBS Porte 01 (Padrão Novo Pac), localizada à Rua Anita Alves Barros, s/n, Distrito de Santa Fé, Jundiá/RN.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jundiá/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:A9DB40BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20250242

O Município de Lagoa de Pedras/RN, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.143.026/0001-09, com sede na Rua Cel. Francisco Tomaz – N° 99 – Centro – Lagoa de Pedras/RN, representada por **JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**, autoridade competente, portadora do CPF nº 061.241.314-47, Prefeita Municipal, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e **CONECTA TELECOM LTDA**, inscrito(a) no CNPJº 02.398.628/0001-12, representada pelo Sr. LAEDSON THIAGO ARAÚJO DE MORAIS, portadora do CPF nº 701.791.774-00, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva o acréscimo de quantidade do item contratado em 9% da quantidade inicial, num total de R$ 5.400,00, nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da Dotação Orçamentária já publicada em Extrato de Contrato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 08/08/2025. Edição 3598.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir de 26 de março de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Lagoa de Pedras – RN, 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras
CNPJ: 08.143.026/0001-09
JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
CPF nº 061.241.314-47
Contratante

Conecta Telecom LTDA
CNPJ: 31.016.359/0001-80
LAEDSON THIAGO ARAÚJO DE MORAIS
CPF: 701.791.774-00
Contratado(a)

Testemunhas:

1._____

2._____

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:C89F96F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2026 - COMISSÃO - EDITAL 001/2026, DO PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - PNAB - LAGOA DE PEDRAS/RN.

PORTARIA Nº 169, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

INSTITUI A COMISSÃO DE SELEÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO EDITAL 001/2026, DO PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - PNAB - LAGOA DE PEDRAS/RN.

A Prefeita Municipal de Lagoa de Pedras, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural, como membros titulares e suplentes do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 do PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB, no Município de Lagoa de Pedras/RN, com a seguinte composição:
I - Membros Titulares:
PRESIDENTE: GERALDO VITO DOS SANTOS TRINDADE – CPF: 107.843.334-83;
MEMBRO TITULAR: JOSEMARIA TWANNY BEZERRA DOS SANTOS – CPF: 076.971.944-90;
MEMBRO TITULAR: FRANCISCO MARCELO DE SOUZA – CPF: 043.015.754-13.
II - Membros Suplentes:
MEMBRO SUPLENTE: MARIA JOSE LIMA DA SILVA – CPF: 021.687.364-99;
MEMBRO SUPLENTE: JOSE RYAN DA SILVA – CPF: 131.227.424-70;
MEMBRO SUPLENTE: AJANIELY PINHEIRO NUNES – CPF: 080.539.314-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa de Pedras/RN, 25 de março de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:863347BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Licitatório Nº 26/2026** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MAIOR DESCONTO POR ITEM"**, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis, destinados a suprir as necessidades de abastecimento dos veículos da frota oficial do Município de Lagoa de Velhos/RN e da frota terceirizada (locada), conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital. O início da sessão está previsto para o **dia 08 de abril de 2026, às 08h01min**. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, à Praça Fabião das Queimadas, nº 700, centro, Lagoa de Velhos/RN, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min, em dias úteis, bem como através do fone/fax (84) 3695-0091, e-mail: cpl@lagoadevelhos.rn.gov.br e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Lagoa de Velhos/RN, 25 de março de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMLV/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:CBCA99E1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

A Presidente da Comissão, conforme Portaria nº 020/2026, torna público o resultado da Chamada Pública em tela.

OBJETO: Seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC para celebração de parceria para operacionalização e a execução das ações e serviços de Educação e Cultura no município de Lagoa de Velhos/RN.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES:

INSTITUTO TRANSFORMAR RN - ITRN - CNPJ Nº 09.279.625/0001-09
INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVICOS - IPAS - CNPJ Nº 55.170.976/0001-02

Sendo assim, o vencedor da Chamada Pública foi o **INSTITUTO TRANSFORMAR RN - ITRN** - CNPJ Nº 09.279.625/0001-09.

Encontra-se aberto o prazo recursal conforme edital, as atas das sessões e demais documentos estão à disposição dos interessados nos autos do processo.

Lagoa de Velhos/RN, 25 de março de 2026.

FRANCISCA JOELMA VITÓRIA DE MOURA
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:82CEFCB2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato nº 001/2024, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo especializado em assessoria e consultoria nos setores financeiro, planejamento e controladoria.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ:08.159.162/0001-89
CONTRATADO:MICHEL RALAN B BARROS LTDA
CNPJ:46.934.075/0001-40
ORIGEM: Inexigibilidade nº 004/2024
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 31 de dezembro de 2025 à 31 de janeiro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 23 de dezembro de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **José Nildo Galdino**
P/ CONTRATADA: **Michel Ralan Bezerra Barros**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:1E04EB40

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

PROCESSO Nº 022/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa para aquisição de guloseimas tipo (doces e pipocas) destinados a atender as necessidades dos eventos e datas comemorativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. E ovos da páscoa destinados ás crianças que fazem parte da rede Municipal de ensino, dos anos iniciais, que compreendem o infantil ao

fundamental I, das escolas João Paulo II, São Sebastião e Abel Aquino de Souza e as crianças que fazem parte dos programas sociais do CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, para Contratação de empresa para aquisição de guloseimas tipo (doces e pipocas) destinados a atender as necessidades dos eventos e datas comemorativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. E ovos da páscoa destinados ás crianças que fazem parte da rede Municipal de ensino, dos anos iniciais, que compreendem o infantil ao fundamental I, das escolas João Paulo II, São Sebastião e Abel Aquino de Souza e as crianças que fazem parte dos programas sociais do CRAS.
RESOLVE:
1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto à empresa **MOTA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob n° – **11.360.910/0001-00**, para procedermos com a Contratação de empresa para aquisição de guloseimas tipo (doces e pipocas) destinados a atender as necessidades dos eventos e datas comemorativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. E ovos da páscoa destinados ás crianças que fazem parte da rede Municipal de ensino, dos anos iniciais, que compreendem o infantil ao fundamental I, das escolas João Paulo II, São Sebastião e Abel Aquino de Souza e as crianças que fazem parte dos programas sociais do CRAS, perfazendo a quantia total de **R$ 65.015,50 (sessenta e cinco mil, quinze reais e cinquenta centavos)**, a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;

3 – O Gestor Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Lagoa de Velhos/RN, 25 de março de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:D3893474

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos		
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos		
Registro de Preços Eletrônico - 001/2026		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 0001 - LOTE ÚNICO - Valor Referência: R$ 1.293.968,85		
Fornecedor	Situação	Valor Total
JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP (18.334.420/0001-70)	Adjudicado em: 25/03/2026 - 08:16:37 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	1.169.925,39
JOSÉ NILDO GALDINO		
Autoridade Competente		

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:D52AAAEC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

PROCESSO Nº 022/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa para aquisição de guloseimas tipo (doces e pipocas) destinados a atender as necessidades dos eventos e datas comemorativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. E ovos da páscoa destinados ás crianças que fazem parte da rede Municipal de ensino, dos anos iniciais, que compreendem o infantil ao fundamental I, das escolas João Paulo II, São Sebastião e Abel Aquino de Souza e as crianças que fazem parte dos programas sociais do CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade de Contratação de empresa para aquisição de guloseimas tipo (doces e pipocas) destinados a atender as necessidades dos eventos e datas comemorativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde. E ovos da páscoa destinados ás crianças que fazem parte da rede Municipal de ensino, dos anos iniciais, que compreendem o infantil ao fundamental I, das escolas João Paulo II, São Sebastião e Abel Aquino de Souza e as crianças que fazem parte dos programas sociais do CRAS.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;
CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:
I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **MOTA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° – 11.360.910/0001-00**, pelo valor estimado de **R$ 65.015,50 (sessenta e cinco mil, quinze reais e cinquenta centavos),** a ser pago de acordo com os serviços prestados.

II – Determino ao setor competente a publicação da presente dispensa de licitação.

Lagoa de Velhos/RN, 25 de março de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:5D07BF7B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Registro de Preços Eletrônico - 001/2026
Resultado da Homologação

0001 - LOTE ÚNICO - Valor Referência: 1.293.968,85			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	1.169.925,39	1.169.925,39	Homologado em 25/03/2026 08:17:04 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
JOSÉ NILDO GALDINO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:1A7F01BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

O Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público a quem interessar que a Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025 foi ANULADA pela

Administração Municipal conforme justificativas exaradas no referido processo. Os documentos que ensejaram nessa decisão estão com vistas franqueadas aos interessados – www.portaldecompraspublicas.com.br.
Lagoa Nova/RN, em 25 de março de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:2C030811

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para Sistema de Registro de Preços a se processar de **FORMA ELETRÔNICA** (**MENOR PREÇO POR ITEM)**, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento, confecção, entrega, instalação e manutenção de equipamentos em aço inoxidável e aço carbono galvanizado, bem como serviços técnicos de instalação e manutenção de serras, sistemas pneumáticos e mecanismos de movimentação de carcaças para o processamento de bovinos, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços públicos de abate, assegurando condições adequadas de higiene, segurança operacional, eficiência produtiva e conformidade com as normas sanitárias vigentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes a licitação. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 11h00min do dia 26 de março de 2026. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 09 de abril de 2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h10min do dia 09 de abril de 2026. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 09 de abril de 2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada: dia 26 de março de 2026, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal (8h00min às 13h00min, em dias úteis) ou no site www.lagoanova.rn.gov.br (Portal da Transparência) e e-mail cpl@lagoanova.rn.gov.br . Os Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos ocorrerão diretamente no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br. **Pregoeira:** Renata Sabrina Silva de Menezes. Lagoa Nova/RN, em 25 de março de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:4B272F74

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 19/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.335/0001-35. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta e transportes de resíduos sólidos, para o município de Lagoa Nova/RN, abrangendo a sede do município e zona rurais nos serviços de: coleta, transporte de resíduos sólidos domiciliares e volumosos. VALOR: Pela execução dos serviços do presente contrato será paga a importância mensal de R$ 431.746,17 (Quatrocentos e trinta e um mil setecentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), totalizando um valor global de R$ 5.180.954,04 (Cinco milhões cento e oitenta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos) para 12 (doze) meses de execução, a serem pagos de acordo com os serviços efetivamente prestados. PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços iniciarão em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviços, executado no período de 12 (doze) meses. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM – Orçamento Geral do Município para o presente exercício e exercícios subsequentes, conforme o caso, segundo abaixo especificado: Órgão: Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana de Lagoa Nova/RN. Unidade Orçamentária: 11.001 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana. Programa: 0012 – Desenvolvimento e Infraestrutura: Ação: 2039 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 28, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 24 de março de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva/Prefeito/Pela Contratante e Caio Magno Alves de Souza/Titular/Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:E11D808A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0150/2026 – GP

Portaria nº 0150/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária com valor a ser pago de R$ 40,00 (quarenta reais) conforme valor unitário para Natal/RN de R$ 40,00 (quarenta reais) para custear despesas do servidor **JOSÉ RODRIGUES DA SILVA,** matricula **nº 184** Cargo de **Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em viagem a Natal no dia 31 de março de 2026, com a finalidade detransportar servidores para participarem do Seminário Estadual de Apropriação dos Resultados do SIMAIS Alfa 2025. O evento será realizado no Praiamar Arena Hotel (Antigo Holiday Inn), Avenida Senador Salgado Filho - 1906, Bairro: Lagoa Nova, CEP: 59.075-000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:00F6D6F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0151/2026 – GP

Portaria nº 0151/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 25 de março de 2026.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TÍTULOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE LAGOA NOVA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas na Lei Municipal nº 409/2009, de 29 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1° - A presente Portaria dispõe acerca da implantação/alteração das gratificações aos profissionais do Magistério Público do

Município de Lagoa Nova/RN, mediante lista em anexo, conforme previsão estabelecida no artigo 39 da Lei Municipal nº 409/2009 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Lagoa Nova/RN).

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO PORTARIA Nº 0151/2026 – GP, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TÍTULOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE LAGOA NOVA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ORDEM	NOME	CARGO	MAT	PORCENTAGEM
01	LOURIVAL FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR	Nº 407	05%

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C8F082BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0152/2026 – GP

Portaria nº 0152/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 25 de março de 2026.

"EXONERA A PEDIDO O SENHOR MARCELO GOMES DANTAS DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE LIMPEZA HOSPITALAR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:
Art. 1º Exonerar a pedido o senhor **MARCELO GOMES DANTAS**, do Cargo Comissionado de **CHEFE DE LIMPEZA HOSPITALAR**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de março de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:1525FB96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0154/2026 – GP

Portaria nº 0154/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

"TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 0127/2026 QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 0127/2026 - GP, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia **16/03/2026. Edição 3750.** Motivo: **DIÁRIA CANCELADA:** onde o servidor **JOSÉ RODRIGUES DA SILVA,** matricula **nº 184** Cargo de **Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, iria em viagem a Natal, no dia 27 de março de 2026, com a finalidade transportar servidores para participar da Formação do Programa Escola das Adolescências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:2BC25F1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0155/2026 – GP

Portaria nº 0155/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

"TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 0125/2026 QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 0125/2026 - GP, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia **16/03/2026. Edição 3750.** Motivo: **DIÁRIA CANCELADA:** onde a servidora **EDNAJA FAUSTINO SILVA DE MOURA**, matricula nº **1589**, Cargo de Diretora de Supervisão Pedagógica e Inspeção Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, iria em viagem a Natal, no dia 27 de março de 2026, com a finalidade de participar da Formação do Programa Escola das Adolescências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:303B957E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0153/2026 – GP

Portaria nº 0153/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

"TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 0126/2026 QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 0126/2026 - GP, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia **16/03/2026. Edição 3750.** Motivo: **DIÁRIA CANCELADA:** onde a servidora **MARISONIA RIBEIRO DA CRUZ,** matricula **nº 104,** Cargo de **Coordenadora Pedagógica**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, iria em viagem a Natal, no dia 27 de março de 2026, com a finalidade de participar da Formação do Programa Escola das Adolescências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:7D08A5D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2026 – GP

PORTARIA Nº 063/2026 – GP

Lagoa Salgada/RN, 24 de março de 2026.

DISPÕE SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES APÓS LINCENÇA PARA TRATO DO INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º RETORNAR o servidor **THIAGO PAULINO DE OLIVEIRA**, matrícula nº ***1-3, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE BIBLIOTECA**, para desempenhar suas atividades, após retorno da licença para trato de interesse particular, a partir de 02 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de março de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:59C49332

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
PORTARIA Nº 006/2026-SMA.

Portaria nº 006/2026-SMA.

Em, 25 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Lagoa Salgada/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 002/2021, de 11.01.2021.

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder três diárias, ao Sr. Franksley dos Santos Freire, Procurador Geral do Município, no valor unitário de R$ 1.000,00 (hum mil reais) cada diária, totalizando a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), para custear despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem no período de 31/03 à 02/04/2026, durante viagem a Brasília/DF, acompanhado do Prefeito Municipal, a viagem tem como finalidade a realização de tratativas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando à resolução de pendências relacionadas à creche municipal, bem como a discussão de projetos no âmbito do Ministério das Cidades, referentes ao município de Lagoa Salgada/RN.

Publique-se e Cumpra-se.

WALLYSON ALVES MOREIRA
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:E7B40A32

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 9/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15/11-2026
Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR**, em conformidade com o disposto do § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto a **Aquisição de bombas submersas, periféricas, centrífugas e acessórios, destinados à manutenção e ao funcionamento de poços artesianos, bem como às necessidades de uso nas repartições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do município de Lajes/RN para exercício 2026,** nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 75, II, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos, objetivando obter a melhor proposta, conforme Aviso detalhado, Termo de Referência e Anexos, disponíveis no site: https://lajes.rn.gov.br/, PNCP, ou solicitado pelo e-mail mencionado abaixo.

DADOS DO AVISO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15/11-2025	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II; Decreto Municipal 11/2023-GP.	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	**Até o dia 30/03/2026, às 17:00h.**
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	**Horário de Brasília - DF**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	**licitacao@lajes.rn.gov.br**

Lajes/RN, 25 de março de 2026

RAFAEL ANDERSON DE ARAÚJO SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:62FC5B5C

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 034/2025. Processo Administrativo nº 1617/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE

FROTA, POR MEIO DE DISPOSITIVOS DENOMINADOS TAG'S (ETIQUETA) COM TECNOLOGIA RFID, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A FROTA AUTOMOTIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN. TRATA-SE OBJETO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID, DE GERENCIAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E OUTROS SERVIÇOS EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS.

O Prefeito do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30,** para assinar a Ata de Registros de Preços, na sala de Reunião da Prefeitura Municipal de Lajes/RN ou por e-mail de forma eletrônica. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s) caso haja, conforme a ordem de classificação.

Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:8DC8F42F

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 002/2026. Processo Administrativo nº 62/02-2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS DESTE MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DA SEMANA SANTA.

O Prefeito do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas: **C J DE ARAUJO PESSOA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.303.584/0001-56,** para assinar a Ata de Registros de Preços, na sala de Reunião da Prefeitura Municipal de Lajes/RN ou por e-mail de forma eletrônica. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s) caso haja, conforme a ordem de classificação.

Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:CDC6F497

GABINETE DO PREFEITO
JULGAMENTO DA PROPOSTA - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2026

Em atendimento ao disposto no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e às regras estabelecidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, procedeu-se ao julgamento das propostas apresentadas, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Consideradas as propostas apresentadas pelas empresas participantes do certame, foi estabelecida a seguinte ordem de classificação, conforme os valores ofertados:

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	VALOR ESTIMADO	VALOR DA PROPOSTA	SITUAÇÃO
01	ODIARIO DE PUBLICIDADE LEGAL LTDA	R$ 65.076,00	R$ 50.460,00	DESCLASSIFICADA
02	SEC PUBLICIDADE LTDA-EPP	R$ 65.076,00	R$ 62.930,00	CLASSIFICADA
03	MIZAEL XAVIER DOS SANTOS AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA	R$ 65.076,00	R$ 63.220,00	CLASSIFICADA

Na sequência, passou-se à análise da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com os parâmetros fixados para a contratação.

Da análise da proposta apresentada pela empresa **ODIARIO DE PUBLICIDADE LEGAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.872.975/0001-01, verificou-se a necessidade de instauração de diligência para que a licitante apresentasse planilha de composição de custos, com o objetivo de demonstrar a exequibilidade dos valores ofertados, especialmente em razão da reduzida margem de resultado apurada nos itens relativos às publicações no Diário Oficial da União - DOU e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - DOE/RN.

Regularmente intimada, a empresa encaminhou documentação em resposta à diligência. Contudo, após exame do material apresentado, constatou-se que as informações contidas na planilha não atenderam ao que foi solicitado pela Administração, uma vez que não permitiram identificar, de forma clara, objetiva e suficiente, a composição dos custos, a incidência dos encargos e a efetiva viabilidade econômica da proposta. Diante disso, e por não ter sido comprovada satisfatoriamente a exequibilidade dos valores ofertados, a proposta da empresa **ODIARIO DE PUBLICIDADE LEGAL LTDA** é **JULGADA DESCLASSIFICADA**.

Em observância à ordem de classificação, procedeu-se à análise da proposta subsequente, apresentada pela empresa **SEC PUBLICIDADE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 08.381.234/0001-38, a qual se encontra em conformidade com as especificações do objeto e com o valor máximo admitido para a contratação, razão pela qual é **JULGADA CLASSIFICADA**, devendo o processo seguir para a fase de habilitação, na forma prevista no Aviso de Dispensa de Licitação.

Lajes/RN, em 25 de março de 2026.

RAFAEL ANDERSON DE ARAÚJO SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:0419E534

GABINETE DO PREFEITO
JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RN, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU E NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO – DOE/RN, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS**.

Após análise da documentação encaminhada e das condições exigidas no Aviso de Dispensa de Licitação nº 7/2026, bem como em observância ao disposto no art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas participantes do certame, com vistas à verificação da regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e demais requisitos indispensáveis à contratação.

No curso da análise, constatou-se que a empresa **SEC PUBLICIDADE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 08.381.234/0001-38, apresentou a documentação de habilitação em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do instrumento convocatório, atendendo, de forma satisfatória, aos requisitos legais e editalícias exigidos para a presente contratação.

Dessa forma, a empresa **SEC PUBLICIDADE LTDA - EPP** é declarada **HABILITADA**, por ter demonstrado o atendimento às condições de habilitação exigidas para o procedimento, estando apta ao prosseguimento da contratação, nos termos do Aviso de Dispensa de Licitação e da legislação aplicável.

O presente julgamento fundamenta-se na verificação da regularidade da documentação apresentada, especialmente no que se refere à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com as exigências definidas pela Administração para a execução do objeto.

Lajes/RN, em 25 de março de 2026.

RAFAEL ANDERSON DE ARAÚJO SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:CF1E72CA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.056 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de recomposição do pavimento e das calçadas por concessionárias de serviços públicos e empresas privadas que realizam intervenções em vias e logradouros públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas concessionárias de serviços de água, esgoto, gás, energia elétrica e telecomunicações ficam obrigadas a restaurar a pavimentação de vias e o calçamento de passeios públicos, sempre que realizarem reparos, manutenção ou novas instalações que impliquem na ruptura dessas malhas asfálticas e calçamentos.

Art. 2º A restauração deve garantir que a superfície retorne ao seu estado original ou superior, observando:
I – a continuidade estética e a qualidade adequada do material empregado;
II – o nivelamento preciso, sem ressaltos ou depressões.

Art. 3º Concluído o serviço técnico no subsolo, a empresa terá o prazo máximo de:
I – 48 (quarenta e oito) horas para a recomposição provisória;
II – 5 (cinco) dias úteis, para a recomposição definitiva do pavimento ou calçamento.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa ou concessionária infratora às seguintes sanções:
I – notificação para correção em 24 horas;
II – multa diária a ser definido por decreto municipal;
II – suspensão do alvará para novos cortes em vias públicas, até quitação das pendências.

Art. 5º Caso a restauração apresente vícios ou irregularidades em até 12 meses após a execução, a empresa ou concessionária será obrigada a refazer o serviço sem custos para o município.

Art. 6º A restauração deve seguir as normas da ABNT e plano diretor local.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:C3965C33

GABINETE DO PREFEITO
TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 24/2026 – PML

O Prefeito do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que decidiu **TORNAR SEM EFEITO** a **PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 24/2026 – PML,** devidamente circulada no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN no dia 06 de março de 2026, na edição 3744 com código identificador nº 814EFBB0, conforme publicação que se trata do termo de contrato objetivando o PAGAMENTO DE TAXAS OBRIGATÓRIAS JUNTO À FEDERAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE FUTEBOL DE SALÃO – FNFS, COMPREENDENDO TAXA DE FILIAÇÃO, TAXAS DE INSCRIÇÃO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS, TAXAS DE ARBITRAGEM POR JOGOS REALIZADOS E TAXAS DE TRANSFERÊNCIA E REGULARIZAÇÃO DE ATLETAS, VISANDO ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO REGULAR DA EQUIPE DE FUTEBOL DE SALÃO QUE REPRESENTA A SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO E O MUNICÍPIO DE LAJES/RN EM COMPETIÇÕES OFICIAIS PROMOVIDAS PELA REFERIDA FEDERAÇÃO**.**

Lajes/RN, em 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:DA2D04CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PARECER DE PROGRESSÃO - MARIA APARECIDA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 039/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Maria Aparecida dos Santos
• Matrícula: 193
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS

• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:ACFE6A6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - ANA DARK PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 043/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Ana Dark Pereira da Silva
• Matrícula: 200
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:46D0A4D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - ANA LÚCIA DA SILVA

PORTARIA Nº 042/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Ana Lúcia da Silva
• Matrícula:180
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:EB4786B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - CELY CRISTIANE PRAXEDES FERREIRA DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 049/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Cely Cristiane Praxedes Ferreira de Queiroz
• Matrícula: 420
• Cargo: Professor(a): PNE III - 40
• Classe/Nível Atual: C
• Classe/Nível Após Progressão: D
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:87DE7647

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - DEUZINETE PEREIRA BARROS

PORTARIA Nº 056/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Deuzinete Pereira Barros
• Matrícula: 181
• Cargo: Professor(a): PNS II - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:331CDE18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - FRANCIMAR DE OLIVEIRA ARAÚJO

PORTARIA Nº 051/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Francimar de Oliveira Araújo
• Matrícula: 182
• Cargo: Professor(a): PNM IV - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:1A4CEA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - FRANCISCA JULIANA PEREIRA

PORTARIA Nº 055/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:
• Nome: Francisca Juliana Pereira
• Matrícula: 183
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:E6567091

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JESSILENE LOPES DA COSTA

PORTARIA Nº 059/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Jessilene Lopes da Costa
• Matrícula: 185
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:63E7F8B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JOALISSE LOPES DE LIMA

PORTARIA Nº 048/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Joalisse Lopes de Lima
• Matrícula: 186
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:80329F85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JOÃO CEMÁRIO PRAXEDES

PORTARIA Nº 050/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: João Cemário Praxedes
• Matrícula: 199
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:A46D7604

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JOÃO VASCO CAMPELO

PORTARIA Nº 040/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: João Vasco Campelo
• Matrícula:187
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:551ED81F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JOSÉ JORGE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 060/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: José Jorge de Oliveira
• Matrícula: 188
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:2624C9E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - JOSÉ WASHINGTON DOS SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 041/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: José Washington dos Santos Silva
• Matrícula:190
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:225B68D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - LUCINEIDE IVO DANTAS

PORTARIA Nº 052/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Lucineide Ivo Dantas
• Matrícula: 191
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:5425E868

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - LUSINETE PEREIRA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 053/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:
• Nome: Lusinete Pereira do Nascimento
• Matrícula: 192
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.
Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:2B72C7CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - MARIA DAS VITÓRIAS DA SILVA ESTEVÃO LIMA

PORTARIA Nº 046/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Maria Das Vitórias da Silva Estevão Lima
• Matrícula: 207
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:BF841CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - MARIA IZABEL RIBEIROS DE AGUIAR

PORTARIA Nº 038/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Maria Izabel Ribeiros de Aguiar
• Matrícula: 205
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:C0550C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - MARIA REGINEIDE DE LIMA MACEDO FREITAS

PORTARIA Nº 045/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Maria Regineide de Lima Macedo Freitas
• Matrícula: 194
• Cargo: Professor(a): PNM IV - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:6E2D6350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - MARIA SUETANIA DA SILVA ARAÚJO

PORTARIA Nº 047/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Maria Suetania da Silva Araújo
• Matrícula: 195
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:F5F87DB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - MICHELINE NOGUEIRA SOUZA COSTA

PORTARIA Nº 044/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Micheline Nogueira Souza Costa
• Matrícula: 196
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:B9199C16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - RAKEL VITÓRIA DA SILVA

PORTARIA Nº 058/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Rakel Vitória da Silva
• Matrícula: 197
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:8619768A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE PROGRESSÃO - ZENEIDE DE LIMA COSTA

PORTARIA Nº 057/2026

Dispõe sobre Progressão Horizontal de Professor(a) da Rede Municipal de Ensino de Lajes Pintadas/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o que dispõe o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos legais para progressão horizontal por tempo de serviço e avaliação de desempenho;
CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Progressão Horizontal ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), integrante do quadro efetivo do Magistério Público Municipal:

• Nome: Zeneide de Lima Costa
• Matrícula: 4189
• Cargo: Professor(a): PNE III - 30 HORAS
• Classe/Nível Atual: E
• Classe/Nível Após Progressão: F
• Secretaria: Secretaria Municipal de Educação
• Fundamentação Legal: Lei Municipal Complementar nº 210/2010.

Art. 2º A progressão horizontal concedida implicará na atualização do vencimento básico do(a) servidor(a), conforme tabela vigente do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério.
Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a ***01/03/2026***.
Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:E9CDA1D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE REVOGAÇÃO DE CESSÃO - ABIMAEL ESDRAS CARVALHO

PORTARIA Nº 040/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
Art. 1º Revogar a cessão do(a) servidor(a) **ABIMAEL ESDRAS CARVALHO DE MOURA LIRA** ocupante do cargo de Professor PNM IV – 30h, matrícula 4170, que se encontrava à disposição do Prefeitura Municipal de São Tomé/RN
Art. 2º Determinar o retorno do(a) referido(a) servidor(a) às suas funções na Escola Municipal São José.
Art. 3º O(A) servidor(a) deverá se apresentar na unidade de lotação de origem no prazo de 05 (cinco) dias contar da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes Pintadas/RN, em 25 de março de 2026

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:CAAA6EFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - C. E. 01-2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - C. E. 01-2026
O Gestor Municipal da Prefeitura de Marcelino Vieira-RN, em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021 art. 28, inciso II, torna público a Homologação do Objeto e Adjudicação ao vencedor da Concorrência Eletrônica nº 01-CE/2026. Objeto: contratação de empresa para os serviços da primeira etapa da reforma e ampliação da Praça Calazans Fernandes em Marcelino Vieira-RN. Homologa-se o processo e adjudica-se o seu objeto a empresa MHF DE FREITAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.148.901/0001-30, vencedora com o valor total de R$ 446.268,10 (Quatrocentos e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e oito reais e dez centavos). Fundamentação legal:

lei 14.133/21. Convoca-se as empresas para assinatura do Contrato no prazo de cinco dias úteis.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:3E17EEBB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE. 06-2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Gestor Municipal da Prefeitura de Marcelino Vieira-RN, em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021 art. 28, inciso I, torna público a Homologação do Objeto e Adjudicação ao vencedor do Pregão Eletrônico nº 06-PE/2026. Objeto: Registro de preços para pretensa e futura aquisição de livros didáticos destinados a rede de educação infantil (infantil II, III, IV e V) com formação dos professores, gestores e técnicos, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Marcelino Vieira/RN. Homologa-se o processo e adjudica-se o seu objeto à Editora e Gráfica Naescola Ltda, EPP, inscrita n CNPJ nº 15.773.966/0001-39, vencedora com o valor total de R$ 158.526,00 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis reais). Fundamentação legal: lei 14.133/21. Convoca-se a empresa para assinatura da ARP e/o contrato no prazo de cinco dias.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:20D8753E

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

Assunto: *Solicitação de Licença Prêmio*
Requerente: *Maria Odete Costa Oliveira*

Versa o presente acerca da solicitação de gozo de Licença Prêmio intentada pela servidora **Maria Odete Costa Oliveira**;

Indefiro o presente requerimento, o que faço com fundamento no Parecer da lavra da Procuradoria Geral do município;

Marcelino Vieira-RN, em 24/03/2026;

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:B41FD478

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO(AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DAVID RAFAEL DE SOUZA)

Processo: Credenciamento nº 01/2026
Número de Contrato: 2026.03.23.0005
Objeto: O presente termo tem como objeto a Contratação de empresa para Aquisição de peças automotivas novas e de primeira linha, por porcentagem de desconto sobre os valores constantes da tabela do fabricante para manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes a frota do município de Marcelino Vieira-RN.
Fundamentação: artigos 196 e seguintes, a Lei Federal nº. 14.133/2021.
Contratado/CNPJ: DAVID RAFAEL DE SOUZA, 31.275.740/0001-64
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor Total: R$ 1.429.500,0000 (Hum milhão, quatrocentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).
Data da Assinatura do contrato: 24/03/2026.
Vigência: 24/03/2026 a 24/03/2027.

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:4FCA53C6

GABINETE DO PREFEITO
PARECER

PARECER

Assunto: *Requerimento de Licença Prêmio*
Requerente: *Maria Odete Costa De Oliveira*

Trata-se de Requerimento de Licença Prêmio apresentado pelo servidor **Maria Odete Costa De Oliveira.**

A cerca do direito pleiteado, reza o Art. 102 da Lei Municipal nº 36-A/1996(Regime Jurídico Único dos Servidores) transcrito abaixo:

Art. 102. Após cada qüinqüênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 3(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade.

No entanto, apesar de assistir direito ao requerente no tocante ao gozo de sua licença especial, este município não tem como lhe conceder, neste momento, pelas razões que seguem abaixo:

Primeiro, a requerente ocupa o cargo de Professora, que pela sua essencialidade, não pode ser interrompido, de modo que a concessão da licença requerida implica necessariamente em uma nova contratação;

Ocorre que o município se encontra no limite prudencial e por vias de consequências, legalmente impedido de contratar pessoal para qualquer serviço e a qualquer título;

Além da vedação legal acima, o município se encontra sem condições financeiras para contrair novas contratações, sob pena de comprometimento do pagamento em dia da atual folha de seus servidores, caso se conceda uma licença aqui outra acolá;

Registre-se que o servidor em análise terá o direito a férias anuais sem qualquer restrição,

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, opino no sentido do gestor negar o pedido de Licença Prêmio neste momento, para concedê-lo somente a partir do próximo ano, pois além das razões acima elencadas, tal pedido também implica em substituição.

É o parecer;

Marcelino Vieira-RN, em 24/03/2026;

KARLA JOELMA DA SILVA
Coordenadora da Procuradoria Geral do Município
OAB/RN nº 14.769

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:70190587

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 073/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre o cancelamento de diária e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Fica cancelada a Portaria nº 068/2026 de 24 de março de 2026, que concedeu ½ (meia) diária ao servidor Gilderlândio Johnny de Oliveira, por motivo não ter viajado para participar do referido evento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 25 de março de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:810303E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 857 -2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais do Magistério Público Municipal de Martins/RN, fixa a carga horária semanal de 30 (trinta) horas e assegura a destinação de 1/3 (um terço) da jornada para atividades de planejamento (hora-atividade), nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARTINS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Da Jornada de Trabalho
A jornada de trabalho dos profissionais do Magistério Público Municipal de Martins será de 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal.

Parágrafo único. A jornada de que trata o caput observará as disposições desta Lei, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas correlatas.

Art. 2º – Da Distribuição da Jornada
Nos termos do §4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008, fica assegurado que 1/3 (um terço) da jornada semanal será destinado às atividades extraclasse (hora-atividade).

§1º A jornada de 30 (trinta) horas semanais será distribuída da seguinte forma:
I – 20 (vinte) horas semanais destinadas às atividades de interação com os educandos;
II – 10 (dez) horas semanais destinadas às atividades extraclasse.

§2º Em nenhuma hipótese a carga horária destinada à interação com estudantes poderá ultrapassar 2/3 (dois terços) da jornada semanal.

§3º Nos casos de acúmulo legal de cargos públicos, a jornada será considerada individualmente para cada vínculo, vedada a sobreposição de horários.

Art. 3º – Das Atividades Extraclasse (Hora-Atividade)
As 10 (dez) horas semanais destinadas à hora-atividade compreenderão:
I – Planejamento individual e coletivo;
II – Elaboração e correção de atividades e avaliações;
III – Registros pedagógicos e preenchimento de instrumentos oficiais;
IV – Participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe e atendimento às famílias;
V – Estudos, formação continuada e aperfeiçoamento profissional.

§1º A Secretaria Municipal de Educação organizará a distribuição da hora-atividade, garantindo momentos de planejamento coletivo por unidade escolar, etapa ou área de conhecimento.

§2º A hora-atividade deverá ser cumprida numa proporção de 50% na unidade escolar e 50% extraescolar, asseguradas condições adequadas de trabalho e mediante diretrizes que garantam o controle da produção pedagógica.

§3º O cumprimento da hora-atividade estará sujeito a mecanismos formais de planejamento, registro e acompanhamento definidos pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive mediante apresentação de plano de trabalho e relatórios periódicos.

§4º A organização da jornada prevista nesta Lei não implica criação de nova vantagem remuneratória, mantendo-se inalterada a estrutura remuneratória prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal.

Art. 4º – Da Regulamentação Complementar
A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares para organização, controle, acompanhamento e fiscalização do cumprimento da jornada de trabalho e da hora-atividade, observadas as diretrizes desta Lei.

Art. 5º – Da Implementação
A implementação desta Lei observará:
I – A compatibilidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, nos termos da legislação vigente;
II – Planejamento administrativo e pedagógico a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º – Da Avaliação e Revisão
A Secretaria Municipal de Educação promoverá avaliação periódica da execução desta Lei, podendo propor ajustes normativos que assegurem sua eficiência administrativa e sustentabilidade financeira.

Art. 7º – Das Disposições Finais
Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Martins/RN, 25 de março de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:9C8113F7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 858 -2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a regulamentação local da Lei Federal nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026, no âmbito do Município de Martins/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica regulamentada, no âmbito do Município de Martins/RN, a Lei Federal nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026, que reconhece os professores da educação infantil como profissionais do magistério público da educação básica.

Art. 2º - Serão considerados professores da educação infantil, com direito a enquadramento na carreira do magistério municipal, os servidores que cumulativamente:
I – Tenham sido aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos;
II – Atuem de forma contínua e direta com crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade em unidades de Educação Infantil da rede municipal;
III – Exerçam função eminentemente docente, com atribuições pedagógicas, tais como: planejamento de atividades, mediação de aprendizagens, desenvolvimento de projetos educacionais e avaliação do processo de ensino e aprendizagem;
IV – Desempenhem tais atribuições em ambiente de sala de aula, com presença direta junto às crianças e sob supervisão pedagógica da unidade;
V – Possuam formação mínima exigida pela legislação federal, sendo:
a) Nível médio na modalidade normal (Magistério); ou
b) Curso de nível superior em Pedagogia (completo ou em andamento, nos termos do art. 5º desta Lei).

Parágrafo único. Para fins dessa lei, não se equipara o exercício de cargos de coordenação com o exercício em sala de aula.

Art. 3º - A designação formal do cargo ocupado não impedirá o enquadramento funcional previsto nesta Lei, desde que comprovado o exercício real da função docente, nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. A comprovação do exercício da docência será realizada por avaliação técnica da Secretaria Municipal de Educação, com base em documentos funcionais, plano de aula, relatórios de frequência, registros pedagógicos e demais instrumentos que demonstrem a atuação do servidor em sala de aula.

Art. 4º - Os servidores que preencherem os requisitos desta Lei serão:
I – Enquadrados funcionalmente na carreira do magistério municipal, com todos os direitos legais, inclusive piso salarial, jornada extraclasse e progressões previstas no plano de carreira;
II – Lotados formalmente nas unidades escolares da rede municipal de Educação Infantil, em função docente.

Art. 5º Fica autorizada a concessão de gratificação transitória de função docente no percentual de 30 % sobre o salário base, aos servidores que:
I – Atuem na Educação Infantil em sala de aula, desenvolvendo atividades pedagógicas diretas com crianças;
II – Sejam efetivos, aprovados em concurso público;
III – Estejam cursando Licenciatura Plena em Pedagogia, com comprovação de matrícula e frequência regular
.
§ 1º A gratificação terá natureza provisória e transitória, e cessará:
I – Com a conclusão do curso e o consequente reenquadramento funcional;
II – Com o trancamento, evasão ou abandono do curso;
III – Após 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze), mediante justificativa técnica da Secretaria de Educação.

§ 2º A gratificação somente será devida enquanto o servidor estiver efetivamente alocado em sala de aula, exercendo função pedagógica. O afastamento ou a designação para funções de apoio, administrativas ou extracurriculares, suspenderá automaticamente o benefício.

Art. 6º - Os servidores que, na data de entrada em vigor desta Lei, ocuparem cargos administrativos, técnicos ou de apoio, mas desejarem o enquadramento na carreira do magistério, deverão ser remanejados formalmente para atuação em sala de aula, conforme a necessidade pedagógica e disponibilidade da rede.

Parágrafo único. A recusa imotivada do servidor em assumir as funções docentes em sala de aula implicará o indeferimento do pedido de reenquadramento ou da concessão da gratificação.

Art. 7º - O enquadramento funcional de que trata esta Lei não implicará criação de cargos, sendo realizado mediante reclassificação funcional dentro da estrutura já existente, sem prejuízo à legalidade do ingresso por concurso público.

Art. 8º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, adotar as providências necessárias para:
I – Avaliação técnica individualizada dos servidores elegíveis;
II – Atualização de lotação e registros funcionais;
III – Planejamento orçamentário e previsão de impacto fiscal;
IV – Elaboração de normas complementares para fiel execução desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação do decreto regulamentador.

Gabinete do Prefeito Municipal de Martins/RN, 25 de março de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:C2126042

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 017, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO N.º 017, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Torna sem efeito nomeações para provimento efetivo de cargos de aprovados no Concurso Público n.º 001/2022 do Município de Maxaranguape – RN, realizadas por meio da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 021/2026, de 23 de fevereiro de 2026 de servidores que não compareceram no prazo legal, pediram desistência, reclassificação ou foram desclassificados.

A Senhora **MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA**, Prefeita do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 69 da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Tornam-se sem efeito as nomeações dos servidores convocados mediante a Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 021/2026, de 23 de fevereiro de 2026, que não compareceram para tomar posse até o dia 24 de março de 2026, especificados no Anexo I, assim como os que não apresentaram a documentação necessária para satisfação das condições legalmente estabelecidas para tomar posse, indicados no Anexo I.

Art. 2º Ficam aprovadas as reclassificações dos convocados pela Portaria referida no artigo anterior que pediram reposicionamento na ordem de chamada para provimento, conforme requerimentos apresentados nos respectivos autos dos processos, os quais passarão a figurar nas novas posições indicadas no Anexo II, restando sem efeito às nomeações efetuadas pela citada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita de Maxaranguape/RN

ANEXO I

CONSIDERANDO o decurso do prazo legal de 30 (trinta) dias da publicação da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de

n.º 021/2026, de 23 de fevereiro de 2026, sem que tenham comparecido para tomar posse ou apresentado solicitação por escrita e documentação comprobatória, conforme art. 68, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997, além da necessidade de prover os cargos segundo o decidido no referido Processo pelo TCE-RN, os seguintes candidatos:

Nome	Classificação	Cargo
Raiane Camila Da Silva	5º Pcd	Técnico de Enfermagem
Sibely Karla Souza da Silveira	48º	Professor de Educação Infantil
Isadora Nadja Alves De Freitas	11º	Fisioterapeuta

CONSIDERANDO o pedido de Reclassificação dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO o pedido de Desistência dos seguintes candidatos:

Nome	Classificação	Cargo
Adriano Marques Da Silva	4º	Professor Fundamental II – Língua Portuguesa
Iara Beatriz Silva Ferré	21º	Professor Fundamental II – Ciências

CONSIDERANDO a Desclassificação dos seguintes candidatos:

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:9E40CBB1

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 050/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 050/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Nomear interinamente a primeira suplente a Sra. **VANESSA DA SILVA DIAS**, CPF nº. 078.xxx.xxx-09, para o cargo de Conselheira Tutelar, na Prefeitura Municipal de Maxaranguape, em substituição legal devido ao gozo de férias da conselheira tutelar **ANAKEILA OLEGARIA BENTO DE OLIVEIRA.**

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2026.

Maxaranguape/RN, 25 de março de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:5066130A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 051/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 051/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a pedido o servidor de provimento efetivo **JEZIEL MARTINS PEREIRA**, CPF nº. 012.xxx.xxx-08, do cargo de Coveiro, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2026.

Maxaranguape/RN, 25 de março de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:768872B7

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 052/2026

Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do Município, como também a informação da Secretaria Municipal de Finanças, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada ao **Grupo teatral - Evento temático, com apresentação alusiva a Paixão de Cristo Espetáculo envolvendo, teatro, dança e programação de 02 horas de duração. Figurinos, adereços e cenários fornecidos pela empresa contratada, sendo que estes dentro do tema "A Paixão de Cristo ". Ao longo do espetáculo deverão ser realizados coreografias, encenação da vida de Jesus Cristo. O evento será realizado no dia 29/03/2026. AUTORIZO e RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de: **44.298.452 MONICA EMANUELA DE LIMA FERREIRA,** inscrita no **CNPJ nº 44.298.452/0001-77,** no valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo como Diploma Legal o Art. 74, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores e Decreto Municipal n° 009 de 29 de março de 2023, mediante contratação direta.

Maxaranguape/RN, em 25 de março de 2026

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:D6EB1460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 052, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 052, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,
CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de

Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.
Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 26 de março de 2026 a 02 de abril de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na Secretaria de Saúde e na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR FUNDAMENTAL II – LÍNGUA PORTUGUESA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
JEFFERSON EDUARDO DA PAZ BARBOSA	070.930.234-79	9º

CARGO: PROFESSOR FUNDAMENTAL I – ANOS INICIAIS
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior de Licenciatura em Pedagogia**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
DIAMANTINA FONTOURA DE ANDRADE	663.663.644-00	3º Pcd

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior de Licenciatura em Pedagogia**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
KAINARA FRANCLEIDE MENDES SILVA	084.803.874-67	49º

CARGO: FISIOTERAPEUTA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior em Fisioterapia com registro no respectivo conselho**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
JOELTON IGOR OLIVEIRA DA CRUZ	068.775.124-13	12º

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;

3) Cópia do Diploma de Nível Médio com Curso Técnico de Auxiliar de Enfermagem**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
JOSÉ WENDSON GABRIEL DA SILVA	115.420.144-92	6º Pcd
CLEYTON CARLOS ARAÚJO BARBOSA	087.015.064-20	8º

CARGO: COVEIRO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Fundamental Completo**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
PEDRO IVO BARBOSA NETO	702.941.894-83	11º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:1AAB62E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 186/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - TRANSFERIR a servidora municipal, **IBANEUZA BERNARDES DA SILVA RIBEIRO**, funcionária do quadro efetivo do Município de Montanhas/RN, sob a matrícula 0001006, ocupante do cargo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Lazer, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Os vencimentos da servidora serão pagos com recursos do orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3° - Revogam-se às disposições em contrário.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 25 de março de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:97E0291B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 187/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o que determina a Lei Municipal 365/2010, de 25 de maio de 2010, em seu Art. 41;

R E S O L V E:

ART. 1º. – Promover a mudança de classe da servidora pública municipal, **KATIANE MOREIRA DA SILVA CARNEIRO,** ocupante do Cargo de **PROFESSORA**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sob a matrícula 0011015, da classe **E** para **F**, a partir do dia 02 de março de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de março de 2026.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 25 de março de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:61783968

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 188/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o que determina a Lei Municipal 365/2010, de 25 de maio de 2010, em seu Art. 41;

R E S O L V E:

ART. 1º. – Promover a mudança de classe da servidora pública municipal, **ELIZABETE LOPES DO NASCIMENTO,** ocupante do Cargo de **PROFESSORA**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sob a matrícula 0011005, da classe **E** para **F**, a partir do dia 02 de março de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de março de 2026.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 25 de março de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:0C4AF1F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2026.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Concorrência Eletrônica nº 2/2026, realizado em 16/03/2026, a saber:
Objeto:**Contratação de empresa especializada na construção civil para execução dos serviços de reforma e ampliação da Escola Municipal Teodósio Paiva, situada no Bairro Centro, no Município de Monte Alegre/RN, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Básico e seus anexos.**
RBS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ: 10.458.681/0001-90 , saiu vencedor no item: 1 ; totalizando o valor de **R$ 913.600,00 (novecentos e treze mil, seiscentos reais)**.

Monte Alegre/RN, em 25 de março de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:83394E80

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2026.

HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Concorrência Eletrônica nº 2/2026 com início 02 de março de 2026, realizada em 16 de março de 2026 (segunda-feira), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir:

RBS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ: 10.458.681/0001-90, saiu vencedor no item: 1 ; totalizando o valor de **R$ 913.600,00 (novecentos e treze mil, seiscentos reais)**.

Monte Alegre/RN, 25 de março de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:AE9B0B72

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

INSTRUMENTO ESPECÍFICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE - SEBRAE/RN E O MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA.

PARTÍCIPES:

I – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade civil sem fins lucrativos, instituída por escritura pública, sob a forma de Serviço Social Autônomo, com sede na Av. Lima e Silva, nº 76, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.075-710, inscrito no CNPJ nº 08.060.774/0001-10, doravante denominado SEBRAE/RN, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, pelo Diretor Superintendente **JOSÉ FERREIRA DE MELO NETO** e pelo Diretor Técnico, **JOÃO HÉLIO COSTA DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR**.

II – MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, inscrito sob o CNPJ nº 08.167.306/0001-49, com endereço na Rua Principal Prefeito Americo de Oliveira, nº 23 - Centro, Nisia Floresta - RN, 59.164-000, neste ato representado por seu prefeito **GUSTAVO DA SILVA SANTOS**.

As Partes, considerando o interesse mútuo, decidem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA**, doravante denominado **ACORDO**, sujeitando o mesmo e a sua execução aos ditames do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN n.º 493/2024 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objetivo a conjugação de esforços, no sentido de estabelecer ações conjuntas visando a prestação de serviços de consultorias para produtores aquícolas do município de Nísia Floresta/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTRUTURAÇÃO

Fase I – Diagnóstico - Serviços a serem realizados junto aos produtores:

a) Visitar e localizar todos os empreendimentos (uso de GPS) com metodologia utilizada de mapeamento local dos empreendimentos e mapa interpretação visual com as informações imagens de satélite;
Verificar a situação regularização legal e ambiental;
b) Coleta das informações das principais práticas produtivas, dados produtivos atualizados, prestadores de serviços e insumos, principais custos, investimentos e taxa de sucesso nos cultivos, etc;
c) Definir as necessidades do produtor;
d) Obter e quantificar os gargalos e dificuldades da produção;

Fase II: Produtos a serem entregues:

a) Relatório do diagnóstico contendo todas as informações coletadas com os principais dados apresentados em tabelas e gráficos, contendo:

- Análise das informações e do desempenho da aquicultura no município;
- Indicadores de custos e de preços dos produtos aquícolas praticados no município;
- Implicações e impactos (negativos e positivos) da regularização da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraíras na atividade produtiva aquícola do município.

b) Mapa interativo digital e impresso da localização dos empreendimentos produtivos e desativados do município com classificados por porte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira, as partes se comprometem a:

I - SEBRAE/RN:

a) Subsidiar o valor de até **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** relativo ao custeio das consultorias para produtores aquícolas do município de Nísia Floresta/RN;
b) Contratar empresas e consultores que detenham expertise para executar os serviços objeto deste ACORDO;
c) Monitorar a realização das consultorias.

II – MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA:

a) Aportar o valor de até **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** relativo ao pagamento das consultorias para produtores aquícolas do município de Nísia Floresta/RN;
b) Auxiliar na mobilização dos produtores aquícolas para as consultorias;
c) Monitorar a realização das consultorias.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

A execução do objeto previsto neste instrumento dar-se-á em conjunto pelas Partes, as quais farão uso de suas respectivas competências e capacidades, conforme previsto neste ACORDO.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo de prazo, se houver manifesto interesse das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias do término deste ACORDO.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A execução do objeto do presente ACORDO compreenderá o valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, do qual caberá ao MUNICÍPIO a responsabilidade pelo pagamento de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, o que se dará por transferência bancária ao SEBRAE/RN. Por sua vez, caberá ao SEBRAE/RN subsidiar o valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor da transferência pelo Município para o SEBRAE/RN, se dará em **02 (duas) parcelas de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada,** sendo a primeira na data de assinatura e a segunda com 30 dias, devendo ser efetivadas na Agência nº 4361-3, Conta Corrente nº 10.810-3, Banco do Brasil, de titularidade do SEBRAE/RN, mediante o Código Identificador a ser oportunamente informado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PESSOAL

O pessoal que a qualquer título for utilizado na execução deste ACORDO, na condição de empregado, autônomo ou a qualquer outro título, não terá nenhuma vinculação ou direito em relação a outra parte, ficando a cargo exclusivo de cada instituição a integral responsabilidade no que se refere a todos os seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade entre as partes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, o empregador/contratante adotará as providências necessárias no sentido de preservar o outro partícipe e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, ressarcirá o partícipe não-empregador/contratante das importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA NÃO EXCLUSIVIDADE

O presente ACORDO tem aplicação restrita e não importa a diminuição do direito dos partícipes firmarem avenças similares com outras entidades.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO

A execução dos serviços objeto deste ACORDO será acompanhada por representantes indicados pelas Partes, quais sejam:

SEBRAE/RN	Marcelo de Oliveira Medeiros - ANALISTA
MUNICÍPIO	Gustavo da Silva Santos - PREFEITO

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO

As partes se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como os demais resultados provenientes deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o objeto do presente ACORDO, deverá constar referência expressa às Partes, de caráter meramente informativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser rescindido ou denunciado, a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou se houver descumprimento, ainda que parcial, de quaisquer das Cláusulas deste ACORDO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente ACORDO poderá também ser rescindido pela superveniência de norma legal que torne sem efeito o objeto a que se propõe ou que o torne material ou formalmente inexequível.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A denúncia do ACORDO não desobriga os partícipes dos compromissos assumidos durante a vigência do mesmo, sendo resguardados todos os direitos e obrigações avocados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os termos deste ACORDO, inclusive o prazo de vigência, poderão, a qualquer momento, ser revistos e, se for o caso, renegociados por solicitação formal de um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO

As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste ACORDO de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema SEBRAE previstos no artigo 2º do seu Regulamento de Licitações e Contratos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes assumem que são expressamente contrárias à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem da Entidade Parceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objetivo deste ACORDO, ou de outra forma que não relacionada a este ACORDO, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O uso compartilhado de dados e informações pessoais pelas partes no âmbito desse instrumento, devem observar os requisitos para o tratamento desses dados, atender a finalidade de cadastro e legítimo interesse, com o objetivo de executar as competências legais e respeitar as suas vedações, nos termos da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), observado o prazo da entrada em vigor da referida Lei. Ademais, as partes se comprometem em não repassar os dados pessoais para terceiros em respeito à referida LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste ACORDO fica eleito o foro da Justiça Estadual de Natal/RN.

E por estarem de acordo entre si, as partes assinam este ACORDO, lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Natal/RN, 16 de junho de 2025.

Pelo SEBRAE/RN:

JOSÉ FERREIRA DE MELO NETO
Diretor Superintendente

JOÃO HÉLIO COSTA DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor Técnico

Pelo Município De Nísia Floresta:

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:EA585DE4

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 07/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA AGRÍCOLA TIPO TRATOR COM GRADE ARADORA PARA USO NO CORTE DE TERRA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA., CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 10 de abril de 2026, às 08h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br, Nísia Floresta/RN, 25 de março de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:FB788714

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 08/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 15 de abril de 2026, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br, Nísia Floresta/RN, 25 de março de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:28A1C8F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – SRP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – SRP
Processo Administrativo nº 0313003/2026

O Município de Olho D'água do Borges/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento, da Administração e das Finanças, da Secretaria Municipal de Saúde e do Saneamento e da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às08:30horas do dia09 de abril de 2026, fará realizar licitação na modalidadePREGÃO ELETRÔNICO, tipoMENOR PREÇO POR ITEM, destinado a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN – Centro, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo ser solicitado através do e-mail: licitacao@olhodaguadoborges.rn.gov.br , a partir da publicação deste Aviso, nos dias uteis no horário das 08:00 às 12:00 e das 14 às 18:00horas.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D'água do Borges - RN, 25 de março de 2026.

WALMIR ARAUJO NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Walmir Araujo Neto
Código Identificador:9292F6F6

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 2026032402 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0311006/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA N° 031302

EXTRATO DO CONTRATO N. 2026032402

PROCESSO: 0311006/2026 – 031302 – DI

Partes: MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN e pessoa jurídica **G FONSECA DA SILVA** inscrita no CNPJ sob o n.º **26.690.106/0001-58**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PEIXES IN NATURA DA ESPÉCIE TILÁPIA, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO, DURANTE AS AÇÕES ALUSIVAS À SEMANA SANTA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO GARANTIR APOIO ALIMENTAR E A PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS DA POPULAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	**PEIXE IN NATURA** Peixe *in natura* da espécie tilápia, inteiro, fresco ou resfriado, limpo, eviscerado, próprio para consumo humano, em condições adequadas de conservação e higiene, livre de sinais de deterioração ou contaminação, devendo atender às normas sanitárias vigentes, com adequado acondicionamento, transporte em temperatura controlada e, quando aplicável, inspeção por órgão competente (SIM, SIE ou SIF)	1.400 KG	R$ 19,84	R$ 27.776,00

2- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN
2066 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVETUAIS
33903000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO; **16610000** – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor total: R$ 27.776,00 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e seis reais)

Amparo Legal: Art. 75, II, Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores alterações

Vigência: da data de assinatura á 24 de junho de 2026

Data da Assinatura: 25 de março de 2026

Assinam: ANTONIMAR AMORIM CARLOS, Prefeito Municipal e **G FONSECA DA SILVA** inscrita no CNPJ sob o n.º **26.690.106/0001-58**

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:E4F8A8CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 029, DE 25 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais estabelecidas no inciso VI do art. 57 da Lei Orgânica do Município e com base no que dispõe a Lei Municipal n° 837, de 05 de janeiro de 2015;

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **AYLANNA KADJA DOS SANTOS OLIVEIRA** para assumir o cargo de Conselheiro(a) Tutelar, pelo período de 19 de março de 2026 à 19 de setembro de 2026, em virtude de Licença Maternidade de Conselheira, conforme as disposições funcionais vigentes, para cumprir carga horária de 40 horas semanais, com lotação no Conselho Tutelar de Ouro Branco/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 25 de março de 2026.

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA
Prefeito Interino

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:D7E49698

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 30, DE 25 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais estabelecidas no inciso VI do art. 57 da Lei Orgânica do Município e com base no que dispõe a Lei Municipal n° 837, de 05 de janeiro de 2015;

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **KEZIA KATIA DE SOUTO NASCIMENTO** para assumir o cargo de Conselheiro(a) Tutelar, pelo período de 26 de março de 2026 à 26 de setembro de 2026, em virtude de Licença Maternidade de Conselheira, conforme as disposições funcionais vigentes, para cumprir carga horária de 40 horas semanais, com lotação no Conselho Tutelar de Ouro Branco/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 25 de março de 2026.

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA
Prefeito Interino

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:30F140E4

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA DE JETON Nº 005/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE JETON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE OURO BRANCO-RN, no uso de suas atribuições legais, Conforme estabelecido no artigo 47-C da Lei Complementar Municipal 001/2024, publicada em 14 de maio de 2024, é prevista a concessão de uma gratificação a título de JETON para os membros do Conselho Deliberativo, fiscal e comitê de investimentos do OUROBRANCOPREV,

RESOLVE:

Conceder aos servidores abaixo designados, membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Ouro Branco/RN, gratificação no valor de R$ 100,00 (cem reais), a título de Jeton, conforme disposto na Lei Complementar Municipal 001/2024 c/c Lei 997/2022, pela participação em Reunião ordinária conjunta dos Órgãos Colegiados realizada em 19 de março de 2026, com o Conselho deliberativo, para prestação de contas e as análises necessárias.

Conselho deliberativo:
Jaci da Nóbrega Batista R$ 100,00
José Magno de Medeiros R$ 100,00
Kyara Maysa dos Santos Silva R$ 100,00
Dóris Vânia Silva de Azevedo R$ 100,00
Phierce Muller Januário dos Santos Costa R$ 100,00

Que sejam adotadas as providências necessárias para garantir o cumprimento desta concessão.

Dê Ciência e Cumpra-se.
Ouro Branco/RN, 25 de março de 2026.

LUANNA ELIZIA DANTAS DOS SANTOS SILVA
Presidente do Ouro Branco-PREV
Portaria n.º 058/2021

Publicado por:
Luanna Elizia Dantas Dos Santos Silva de Azevedo
Código Identificador:30C8CB9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2026
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Nova, 41 - Centro - Paraná - RN, por meio do site www.novobbmnetlicitacoes.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Fornecimento de implementos agrícolas destinados a Secretaria Municipal de Agricultura deste Município de Paraná–RN. Abertura da

sessão pública: 08:00 horas do dia 10 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (84) 33890031.E-mail: PMPARANARN@GMAIL.COM.
Edital: PARANA.RN.GOV.BR; www.novobbmnetlicitacoes.com.br; www.gov.br/pncp.
Paraná - RN, 25 de Março de 2026

CID LEITE VIEIRA -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:6F861C18

GABINETE DA PREFEITA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00020/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00020/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Fornecimento de refeições prontas destinadas a manutenção das Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: 65.609.749 MANOEL JOSE SARMENTO - R$ 31.200,00; L E DUARTE - R$ 32.300,00.
Paraná - RN, 25 de Março de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE -
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:2E237953

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 213, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Estabelece Ponto Facultativo no dia 27 de março de 2026 (sexta-feira) e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que neste dia 26 de março de 2026, o município comemorará os 63 (sessenta e três) anos de emancipação política, cuja data recai em uma quinta-feira.

CONSIDERANDO a salutar conveniência e oportunidade de proporcionar aos Servidores Públicos Municipais a possibilidade de neste dia 26 de março, destes puderem participar dos eventos promovidos pela administração municipal para celebrar a referida data.

CONSIDERANDO também o fato de que o dia 26 de março é feriado municipal e que o dia 27 de março de 2026 recai numa sexta-feira.

CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o art. 39, inciso XXII da Lei Orgânica do Município, que prevê a possibilidade do(a) prefeito(a) decretar anualmente, até no máximo 05 (cinco) feriados municipais, aqui aplicado subsidiariamente, já que a citada Lei Orgânica não dispõe sobre a decretação de pontos facultativos e como até esta data, o município decretou apenas um ponto facultativo neste ano.

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica declarado ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, o expediente do dia 27 de março de 2026 (sexta-feira).

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto neste Decreto, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal que desempenhem as atividades consideradas essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN, 25 de março de 2026.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:E73DCB2E

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00020/2026. OBJETO: Fornecimento de refeições prontas destinadas a manutenção das Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 25/03/2026

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:52D90DB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 016/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 016/2026/PMP/ADM
25 DE MARÇO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **MARIA RANETE DE ALMEIDA PEIXOTO VIEIRA,** Coordenadora Pedagógica, 02 (Duas) diárias no valor total de R$ 300,00 (Trezentos Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, com o seguinte objetivo: De participar do **II Encontro Formação Presencial de Formadores Municipais do Pro LEEI-RN**, que acontecerá no dia 26 e 27 de março de 2026, no Praiamar Hotel, na Rua: Francisco Gurgel, 33, Bairro Ponta Negra, Natal -RN.
Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 25 de março de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:D607649E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1999/2026
A Prefeitura Municipal de Parelhas/RN, CNPJ: 08.087.561/0001-81, por meio do Setor de Contratação Direta, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM ÚNICO,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 038, de 07 de MARÇO de 2023.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta **Dispensa Eletrônica** será realizado **exclusivamente** pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublica.com.br. As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados a seguir:

INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 25 de março, às 10:30h.
TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 30 de março, às 10:30h.
DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES: 30 de março, das 10:31 às 12:32.
LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br

O Aviso do presente Dispensa Eletrônica estará disponível para consulta e retirada de cópia, nos seguintes endereços eletrônicos: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e **https://app.topsolutionsrn.com.br//Transparencia/pmparelhas/licitacoes.aspx**; ou na sede da Prefeitura Municipal de Parelhas, situada na Av. Mauro Medeiros, 97, centro, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 48h antes do início da sessão pública para lances.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHA) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS**.

Parelhas, 25 de março de 2026.

HENRIQUETA MONALISA FARIAS
Agente Licitante.

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:1D07E6BF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DE AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1515/2026 CREDENCIAMENTO 03/2026

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DE AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 1515/2026
CREDENCIAMENTO 03/2026

O Município de Parelhas/RN através de sua Agente de contratação, designada pela Portaria 363/2025, torna público que às 08:00h do dia **25/03/2026**, estará recebendo envelopes através do portal www.portalcompraspublicas.com.br, referente ao **CREDENCIAMENTO 03/2026**, tendo como objeto **IMPLANTAÇÃO DA OFERTA DE CUIDADO INTEGRADO (OCI) NAS ESPECIALIDADES DE CARDIOLOGIA E ORTOPEDIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS ACESSO A ESPECIALISTAS (PMAE), A SEREM EXECUTADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN.**
Seguindo as normativas do **DECRETO Nº 11.878, DE 9 DE JANEIRO DE 2024**. As especificações estão estabelecidas no edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.** As especificações estão estabelecidas no edital e seus Anexos. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites www.portalcompraspublicas.com.br, www.parelhas.rn.gov.br. E-mail: pmolicitacoes@gmail.com.

Parelhas/ RN, 25 de março de 2026.

HENRIQUETA MONALISA FARIAS
Agente Licitante

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:0FE68E8A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 11/2026

TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 11/2026

Processo Administrativo Nº 2043/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO os vencedores da Dispensa nº 11/2026, realizada em 25 de março de 2026, em favor da (s) empresa (s) relacionadas a seguir:
Emigê Materiais Odontológicos Ltda inscrita com o CNPJ 71.505.564/0001-24, saiu vencedor (a) no (s) item (ns) 1 ao 24 totalizando o valor de R$36.134,42.
HOMOLOGAÇÃO:
HOMOLOGOpelo presente Termo, a Dispensa de Licitação em razão do valor, com base legal no art. 72, VIII da Lei 14.133/2021; ficando convocada as empresas acima citadas, para formalizar a assinatura da respectiva ata, sob pena de decadência do seu direito.

Parelhas/RN, 25 de março de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:4F31DF0C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026

REF. PROCESSO LICITATÓRIO PMP/RN N° 2097/2026

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NA FORMA DE PLANTÕES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 36/2026

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município;

Considerando, que CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.134.677/0001-22 é empresa credenciada para o objeto no CRED-02-2026.

DETERMINO, que se proceda com a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** decorrente de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NA FORMA DE PLANTÕES**,** junto a interessada: CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.134.677/0001-22.

Em respeito ao disposto no art. 72, Inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021, **RATIFICO e AUTORIZO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no Artigo 74, Inciso IV da Lei nº 14.133 e, em consequência, determino a Contratação dos credenciados acima, de acordo com o que consta nos autos.

Parelhas/RN, 25 de março de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:17C5D241

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026

REF. PROCESSO LICITATÓRIO PMP/RN N° 2052/2026

INTERESSADO: Sec. Municipal da Educação e Cultura

ASSUNTO: PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO XI FÓRUM EXTRAORDINÁRIO: GOVERNANÇA E APRENDIZAGEM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município;

DETERMINO, que se proceda com a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** decorrente de PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO XI FÓRUM EXTRAORDINÁRIO: GOVERNANÇA E APRENDIZAGEM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL**,** junto a interessada: UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO DO RN, inscrita no CNPJ nº 00.596.662/0001-76.

Em respeito ao disposto no art. 72, Inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021, **RATIFICO e AUTORIZO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no Artigo 74, Inciso III da Lei nº 14.133 e, em consequência, determino a Contratação dos credenciados acima, de acordo com o que consta nos autos.

Parelhas/RN, 25 de março de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:3D4ADD61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 126/2024 INEXIGIBILIDADE 67/2024

EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 126/2024 INEXIGIBILIDADE 67/2024

CONTRATADA: AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA**.**
CNPJ: 51.063.818/0001-94**.**
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão da prorrogação do prazo do contrato 126/2024, proveniente da inexigibilidade 67/2024, em 180 (cento e oitenta) dias, cujo objeto se refere **a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ATRAVÉS DO ACOMPANHAMENTO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN"**, nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.
ASSINATURA: 19/03/2026;
VIGÊNCIA: 26/03/2025 até 25/09/2026;
JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de continuidade dos serviços de assessoria técnica voltados ao acompanhamento e à evolução do Sistema de Transparência Pública do Município de Parelhas/RN, e diante da importância de assegurar a manutenção da qualidade e efetividade das ações desenvolvidas, justifica-se a prorrogação do prazo contratual. A medida visa garantir a plena execução das atividades previstas, bem como o atendimento aos princípios da transparência, eficiência e publicidade da administração pública.

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:5820FECF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO 2.100/2026 CREDENCIAMENTO 02/2026 INEXIGIBILIDADE 35/2026

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO 2.100/2026
CREDENCIAMENTO 02/2026
INEXIGIBILIDADE 35/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NA FORMA DE PLANTÕES

Data da Assinatura: 24/03/2026.

Vigência: 24/03/2026 até 24/03/2027.

Contratante:

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Contratada:

SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 26.777.742/0001-11, com endereço na Rua República do Perú, 18, Nova Betânia, Mossoró/RN, neste ato representada pelo(a) senhor(a) Alana Rodrigues do Vale Costa, inscrito no CPF 010.***.***-07.

ITENS	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	VALOR DO UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviços médicos em regime de plantões de 24 horas aos sábados, domingos ou feriados	92	UND	R$ 2.955,42	R$ 271.898,64

02	Serviços médicos em regime de plantões de 24 horas (dias úteis)	370	UND	R$ 2.955,42	R$1.093.505,40
03	Serviços médicos em regime de plantões de 12 horas	150	UND	R$1.550,62	R$232.593,00
04	Direção clínica e complemento de plantão de 24 horas	12	UND	R$5.625,00	R$67.500,00
VALOR TOTAL: R$ 1.665.497,04 (Um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quatro centavos).					

Gestão/Unidade: 06.001 – Fundo Municipal de Saúde
Ação:2005/1214
Fonte: 12110000

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:59125DED

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 119/2026-GAB/PREFEITO.

PORTARIA DE Nº 119/2026-GAB/PREFEITO.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o Tema de Repercussão Geral n°782 que é vedada qualquer distinção entre licença maternidade e licença adotante, sendo inconstitucional a fixação de prazos diferenciados ou condicionados à idade da criança ou do adolescente adotado.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora **JOANELE KENNDE DE LIMA SILVA**, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura do Município de Parelhas.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 10 de março de 2026 com data fim 04 de dezembro de 2026.

Parelhas, 25 de março de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:B12132C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 042/2026 – GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N. º 042/2026 – Gabinete da Prefeita

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 040/2026, circulada no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN no dia 20/03/2026, na Edição 3756, com Código Verificador: B13836F0. que exonerou a Senhora ELMA LUIZ CÂNDIDO, portador(a) do documento de Identidade n.º XXX.344.XXX ITEP/RN e CPF/MF sob nº XXX.026.384-XX do cargo de provimento em comissão de COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Scial.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a 02 (DOIS) de março de 2026

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2025.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:9BC1A6A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 043/2026 – GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N. º 043/2026 – Gabinete da Prefeita

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 041/2026, circulada no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN no dia 23/03/2026, na Edição 3756, com Código Verificador: 2563D66D que nomeou a Senhora ELIANE CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO, portador(a) do documento REGISTRO GERAL n.º XXX.451.334-XX ITEP/RN, para ocupar o cargo de provimento em comissão de COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Scial.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a 03 (TRÊS) de março de 2026

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2025.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:7307DF0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 057/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas nos artigos 49, e 76, inciso II, alínea "a", todos da nova Lei Orgânica do Município de Patu,
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor em 11 de março de 2026;

CONSIDERANDO os termos do artigo 102, da Lei nº 111/2002;

R E S O L V E:

Artigo 1º Conceder a servidora **MARIA DAS DORES FERNANDES BATISTA**, brasileira, matrícula nº 901636 portador da CTPS n° 6738916, Série 0060-PB, Licença Prêmio correspondente ao período aquisitivo de 17/07/2018 a 16/07/2023, a ser gozada no período de 17/03/2026 a 14/06/2026, sem perda de seus vencimentos.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2026.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 25 de março de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:86629EF0

PREVIPATU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

O Agente de Contratação do Fundo de Previdência Social do Município de PATU-RN, através do Fundo de Previdência de Patu, considerando tudo o que consta no **Processo Administrativo Nº 002/2026** de **Dispensa de Licitação nº 002/2026**, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, com base no Decreto Federal nº 12.807/2025 e amparada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, visando à **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxilio no envio das obrigações acessórias relativas ao E-social e EFD – Reinf, incluindo apoio as rotinas do Recurso Humano do Fundo de Previdência social do município de Patu/RN**, no valor de **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais) anual, sendo em 12 parcelas mensal de **R$ 800,00** (oitocentos reais) cada.

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **PETRONILO NAURI LIMA DE SOUZA**, Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Patu, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Patu – RN, 20 de março de 2026

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:E71C630D

PREVIPATU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

CONTRATO Nº 002/2026

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 002/2026**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PATU/RN**

CONTRATADO: **65.060.826 ELOISA NASCIMENTO DA COSTA**

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxilio no envio das obrigações acessórias relativas ao E-social e EFD – Reinf, incluindo apoio as rotinas do Recurso Humano do Fundo de Previdência social do município de Patu/RN.**

VALOR TOTAL: **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais) anual, sendo em 12 parcelas mensal de **R$ 800,00** (oitocentos reais) cada.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo - 02.130 – Fundo de Previdência Social do Município de Patu - 28.272.0002.0008 - Manutenção das Atividades do Fundo de Previdência Social do Município de Patu- 3.000.00 - Despesas Correntes 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 20 de março a 31 de março de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2026.

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6D2AC49F

PREVIPATU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

O Agente de Contratação do Fundo de Previdência Social do Município de PATU-RN, através do Fundo de Previdência de Patu, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **PETRONILO NAURI LIMA DE SOUZA**, Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Patu, faz publicar o extrato resumido do processo de **Dispensa de Licitação nº 002/2026** a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxilio no envio das obrigações acessórias relativas ao E-social e EFD – Reinf, incluindo apoio as rotinas do Recurso Humano do Fundo de Previdência social do município de Patu/RN.**

CONTRATADO: **65.060.826 ELOISA NASCIMENTO DA COSTA**

VALOR TOTAL: **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais) anual, sendo em 12 parcelas mensal de **R$ 800,00** (oitocentos reais) cada.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Federal nº 12.807/2025 e Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **PETRONILO NAURI LIMA DE SOUZA**, Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Patu.

Patu – RN, 20 de março de 2026.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:B943BF78

PREVIPATU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

RECONHEÇO: a **Dispensa de Licitação nº 002/2026** com base no Decreto Federal nº 12.807/2025 e fundamentada no art. 75, inciso II, da lei nº 14.133 de 01.04.21, e suas atualizações posteriores, para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxilio no envio das obrigações acessórias relativas ao E-social e EFD – Reinf, incluindo apoio as rotinas do Recurso Humano do Fundo de Previdência social do município de Patu/RN.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. **LUAN MARCOS LEITE BEZERRA**, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato

Patu – RN, 20 de março de 2026.

PETRONILO NAURI LIMA DE SOUZA
Presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Patu

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:46909A6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU-RN
CONTRATADA: LEMOS E MARQUES LTDA, CNPJ: 01.243.220/0001-09.
Processo Administrativo nº 003/2026 - Dispensa nº 001/2026
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para cessão de direito de uso de Sistemas Informatizados Integrados de Orçamento, Finanças e Contabilidade Pública, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Patrimônio e Almoxarifado, voltados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN.
VALOR: R$ 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais) global, pelo período de 12 (doze) meses.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
02.040 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
04 123 2002 2009 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3390.40 99 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
15001000 Recursos Livres (Ordinário)
VIGENCIA: De 28/01/2026 à 28/01/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU -
Assinado Pelo Contratante

LEMOS E MARQUES LTDA,
CNPJ: 01.243.220/0001-09 - Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:BD407AA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de pessoa jurídica para cessão de direito de uso de Sistemas Informatizados Integrados de Orçamento, Finanças e Contabilidade Pública, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Patrimônio e Almoxarifado, voltados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Patu/RN.

CREDOR: LEMOS E MARQUES LTDA - CNPJ nº 01.243.220/0001-09.

VALOR: R$ R$ 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e Seiscentos reais) global, pelo período de 12 (doze) meses.

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Patu/RN, 27 de Janeiro de 2026.

EDNARDO BENÍGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:937BED98

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

TERMO DE ADITIVO CONTRATO FIRMADO EM 26.03.2024 DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2024, COM O SEGUINTE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), E DE OUTRO, FELINTO EMPREENDIMENTOS LTDA.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), inscrita no CNPJ/MF n.º 08.113.995/0001-09, com sede nesta cidade de Pedra Preta/RN, na Rua Coronel José da Costa Alecrim nº 164 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Luiz Antonio Bandeira de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 1.685.332, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 008.213.744-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FELINTO EMPREENDIMENTOS LTDA**.**, CNPJ: 34.408.338/0001-07, situada na Rua Terezinha Wanderley de Sá Leitão, 75 – sala 01, Quinta do farol – ASSU/RN, neste ato representada pelo Senhor Eudes Felinto da Silva Neto, Identidade n° 2.765.121 ITEP/RN CPF n° 017.517.184-09, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm justa e contratada a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico Nº 001/2024**,** e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame o presente termo aditivo contratual, com fundamento legal na Lei Federal nº. 14.133/21 (com suas alterações), resolvem ante as seguintes cláusulas e condições aditarem o termo contratual firmado entre ambos em 26.03.2024:

CLÁUSULA 1a. – PRAZO DE VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência será prorrogado por igual período em 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – Da fundamentação legal:
O presente termo aditivo arrima-se no que estatui do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 e das condições previstas no contrato celebrado.

CLÁUSULA 2a. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Ficam mantidas todas as demais cláusulas constantes do instrumento original, ora referendadas pelas partes pactuantes para que produzam todos os efeitos legais.

Pedra Preta/RN, 25 de março de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA	***EUDES FELINTO DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal	Representante Legal
Testemunha	Testemunha
CPF:	CPF:

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:3E649177

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de contratação de empresa para os serviços diversos de borracharia para a frota municipal, para atender a demanda das secretarias municipais do município de Pedra Preta/RN.

CONSIDERANDO à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DIVERSOS DE BORRACHARIA PARA A FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN,em favor da empresa**: REGYVANDSON ELIAS DA SILVA SOARES, inscrita no CNPJ sob nº 50.741.703/0001-49**, estabelecida a Faz São Pedro, nº 23, Zona Rural, Pedra Preta/RN – CEP: 59.547-000, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 25 de março de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 008.213.744-78

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:08F542DD

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de aquisição futura de Peixe e Arroz Parboilizado, para distribuição gratuita a população carente do município no período que antecede a Semana Santa, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Pedra Preta-RN.

CONSIDERANDO que esta aquisição se justifica em face ao interesse público de proceder-se a distribuição gratuita desses alimentos às pessoas / famílias de baixa renda, com intuito de atender as famílias que estão em estado de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE PEIXE E ARROZ PARBOILIZADO, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO QUE ANTECEDE A SEMANA SANTA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-RN,em favor da empresa**: G F QUEIROZ OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 15.052.431/0001-79,** estabelecida a Av. Moema Tinoco da Cunha Lima, n° 3025, Pajuçara, Natal/RN – CEP: 59.133-090, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 53.580,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta reais).

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 499/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 25 de março de 2026.

RENATA CÂMARA BARRETO
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação E Assistencia Social
CPF:101.420.564-64

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:168AB085

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.016/2026 - "INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA AOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN

LEI Nº 1.016/2026 - GP

"Institui o auxílio-alimentação de natureza indenizatória aos Vereadores da Câmara Municipal de Pedro Avelino/RN, estabelece critérios para sua concessão e dá outras providências."

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º Fica instituído o auxílio-alimentação, de natureza jurídica indenizatória, destinado exclusivamente aos Vereadores da Câmara Municipal de Pedro Avelino/RN, no efetivo exercício do mandato eletivo.
§1º O auxílio-alimentação não possui natureza remuneratória.
§2º O benefício não se incorpora ao subsídio parlamentar para qualquer efeito legal.
§3º Não constitui base de cálculo para contribuição previdenciária, imposto de renda ou quaisquer outras incidências tributárias.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE E CONCESSÃO

Art. 2º O auxílio-alimentação destina-se a custear despesas com alimentação relacionadas ao desempenho das atividades parlamentares, inclusive:
I – participação em sessões ordinárias e extraordinárias;
II – reuniões de comissões permanentes ou temporárias;
III – atos institucionais e representações oficiais;
IV – atividades externas vinculadas ao mandato.
Art. 3º O benefício será concedido mensalmente, desde que o Vereador:
I – esteja em efetivo exercício do mandato;
II – não esteja afastado sem remuneração;
III – não perceba benefício idêntico ou equivalente custeado por outro ente público;
IV – apresente declaração formal anual de elegibilidade.
§1º A ausência injustificada às sessões poderá ensejar desconto proporcional, nos termos de regulamentação interna.
§2º O controle de frequência será certificado pela Secretaria Legislativa.

CAPÍTULO III
DO VALOR E DO PAGAMENTO

Art. 4º O valor mensal do auxílio-alimentação será fixado em R$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais), observados:
I – a disponibilidade orçamentária;
II – os limites constitucionais de despesa com o Poder Legislativo;
III – os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.
§1º O reajuste dependerá de lei específica.
§2º É vedada a concessão retroativa.
Art. 5º O pagamento será realizado até o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante crédito em conta bancária de titularidade do parlamentar.

CAPÍTULO IV
DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO
Art. 6º O auxílio-alimentação será suspenso automaticamente nas seguintes hipóteses:
I – Licença para tratar de interesse particular;
II – afastamento não remunerado;
III – posse em cargo público inacumulável;
IV – perda, extinção ou suspensão do mandato;
V – recebimento indevido ou acumulação irregular.
Parágrafo único. Constatada irregularidade, os valores recebidos indevidamente deverão ser restituídos ao erário, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO V
DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal para o exercício financeiro de 2026 e subsequentes.
§1º A concessão do benefício observará os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.
§2º A implementação está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
§3º Fica declarada a adequação orçamentária e financeira nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI
DA TRANSPARÊNCIA
Art. 8º A relação dos beneficiários e os valores pagos deverão constar no Portal da Transparência da Câmara Municipal, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2026.
Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Pedro Avelino, 26 de fevereiro de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Constitucional de Pedro Avelino

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:89761368

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 139/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 139/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		**RAFAELLA SILVA CÂMARA**		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		COORDENADORA DA EQUIPE MULTIDISCPLINAR		
CPF: 056.615.024-78		MATRÍCULA: 6882		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	JOÃO CÂMARA/RN.	26 DE MARÇO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 125,00
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE (x) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do encontro com referências técnicas municipais de saúde dos trabalhadores e digitadores do SINAN, da III região de saúde, no dia 26 de março. Local: João Câmara/RN. Data: 26 de MARÇO de 2026.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:6E7A1370

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 140/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 140/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		**MARIA DO SOCORRO CÂMARA ARAÚJO**		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE		
CPF: 838.509.024-04		MATRÍCULA: 1247		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	NATAL/RN.	26 DE MARÇO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 125,00
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE (x) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação da 1° reunião do Fórum Estadual de Gestores Municipais do Meio Ambiente do RN. Local: Natal/RN. Data: 26 de MARÇO de 2026.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:8483537E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 141/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 141/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		**GILMAR RODRIGUES DE FRANÇA**		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
CPF: 790.475.054-68		MATRÍCULA: 492		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	NATAL/RN.	26 DE MARÇO DE 2026.	R$ 300,00	R$ 150,00
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE (x) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$ 150,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação da 1° reunião do Fórum Estadual de Gestores Municipais do Meio Ambiente do RN. Local: Natal/RN. Data: 26 de MARÇO de 2026.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:3AD66555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 142/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 142/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		**ANA PRISCILA BEZERRA ALMEIDA**		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		COORDENADORA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
CPF: 056.172.704-00		MATRÍCULA: 5940		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	JOÃO CÂMARA/RN.	26 DE MARÇO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 125,00
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE (x) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do encontro com referências técnicas municipais de saúde dos trabalhadores e digitadores do SINAN, da III região de saúde, no dia 26 de março. Local: João Câmara/RN. Data: 26 de MARÇO de 2026.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:36839F78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 143/2026 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

PORTARIA Nº 143/2026, DE 25 MARÇO DE 2026.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 800/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os seguintes membros do Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio 2025/2027.

PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Francisca Andiara de Oliveira
Suplente: Wilmara Laline Nunes de Brito

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Gabriela Queiros
Suplente: Ramyres Stephane Costa Silva

Secretaria Municipal de assistência Social:
Titular: Dayse Roberta Câmara Oliveira
Suplente: Liane Catarino

Outra Secretaria:
Titular: Sandro Ferreira da Fonseca
Suplente: Luiz Cassimiro Júnior

SOCIEDADE CIVIL
Representantes dos Trabalhadores do SUAS:
Titular: Maria Goret da Silva
Suplente: Ana Cristina de França

Titular: Felipe da Silva Fernandes
Suplente: Francisca das Chagas da Silva

Representantes do Usuários do SUAS:
Titular: Maria das Neves Pereira de Souza
Suplente: Maria Hosana Matias Câmara

Titular: Ana Lucia da Cruz
Suplente: Maria da Conceição de França

Art. 2º - O serviço prestado pelos membros ora nomeado, será considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º - O mandato dos membros nomeados no art. 1º desta portaria, será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita de Pedro Avelino/RN

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:E02E2AFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE DECRETO 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Decreto nº **01/2026**, publicado em 11/02/2026, no qual Regulamenta a Lei Municipal de nº 1.012/2026 que institui o Programa Municipal "Mulheres Mil", e dá outras providências, onde se lê:
"Decreto nº 01/2026",
leia-se:
"Decreto nº 09/2026".

A presente retificação se dá em razão de erro material na numeração do ato, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.
Pedro Avelino/RN,25 de março de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:5BBB5C4F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20250128002 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES/RN
CONTRATADA: SUPERMERCADO FREITAS LTDA
CNPJ: 02.070.623/0001-66

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250128002
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250128002

OBJETO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN.

OBJETO DE ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº **20250128002**, nos termos previstos em sua cláusula terceira, mantendo-se inalteradas as demais disposições pactuadas.

VIGÊNCIA: 27 de fevereiro de 2026 a 26 de fevereiro de 2027.

DOTAÇÃO: 250- 2 . 2009 . 12 . 122. 14 . 2.41 . 0 . 339030 - Material de Consumo.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 84 da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021, bem como art. 29 do Decreto Municipal nº 002/2023, que regulamenta a referida lei no âmbito do Município de Pilões/RN.

DATA DA ASSINATURA: 27/02/2026

Pilões/RN, em 27 de fevereiro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:9F28A596

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 222, DE 20 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB - RETIFICAÇÃO

PORTARIA N° 222, DE 20DE MARÇO DE 2026-SEMSAB-RETIFICAÇÃO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a Portaria n° 222, de 20 de Março de 2026-SEMSAB, que concedeu diária ao servidor(a) Francisco Cleudes Cardoso;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir erro material identificado na referida portaria;
RESOLVE
Art. 1º Retificar a Portaria n° 222, de 20de Marçode 2026-SEMSAB,nos seguintes termos:

Onde se lê:
Art. 1°- Conceder ao servidor **Francisco Cleudes Cardoso**, inscrito no CPF sob o nº 053.XXX.XXX-79, matrícula funcional nº 703,, ocupante do cargo de Motorista, **1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Leia-se:
Art. 1°- Conceder ao servidor **Francisco Cleudes Cardoso**, inscrito no CPF sob o nº 053.XXX.XXX-79, matrícula funcional nº 703,, ocupante do cargo de Motorista, **1,5**(uma e meia)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando R$ 240,00 (duzentos e quarenta Reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos da Portaria n° 222, de 20de Marçode 2026-SEMSAB.
Publique-se, cumpra-se.
Portalegre/RN, em 25de Marçode 2026

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:7D01CECF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 234, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 234, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a)**Elianna Luiza de Souza Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 057.XXX.XXX-06, matrícula funcional nº 944, ocupante do cargo de **Médica**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, no período de 18de Março do corrente ano, para participar do Curso de Capacitação Teórico-Prático em Direitos Humanos da Pessoa Idosa para Trabalhadores do SUS e do SUAS, a ser realizado no Polo Alto Oeste (Pau dos Ferros) Aula Presencial: 18/03/2026 - 7h às 13h - IFRN**Pau dos Ferros/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4369A980

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 235, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 235, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **23 de Março**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem**Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:D2026D75

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 236, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 236, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA CONCEDIDA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso II, e §1º, do Decreto Municipal nº 1086/2026, que prevê a concessão de meia diária quando houver deslocamento com pernoite com fornecimento de hospedagem;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**,1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **23 a 24 de Março**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde em **Natal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:A7992769

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 237, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 237, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto Municipal nº 1086/2026, que prevê a concessão de diáriaintegralquando houver deslocamento sem pernoite com permanência superior a 12(doze) horas;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinteReais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **20 de Março**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde em **Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:75C2E35C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 238, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 238, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o Art. 12 A concessão de diárias às cidades de Pau dos Ferros, Viçosa, Francisco Dantas e Riacho da Cruz, bem como àquelas localizadas no raio de até 40 km de Portalegre/RN, será excepcional, e somente será autorizada quando o servidor estiver designado para participar de capacitação, treinamento, curso ou reunião que ultrapasse 6 (seis) horas de duração, e desde que o evento não forneça alimentação.

RESOLVE:
Art. 1°- Conceder ao servidor **Israel do Nascimento Fialho**, inscrito no CPF sob o nº 064.XXX.XXX-39, matrícula funcional nº 167, ocupante do cargo de **Visitador Sanitário**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Portalegre/RN, para a concessão de **1/2**(meia) diária(s), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte Reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais)., conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, no período de **27 de Março**do corrente ano, com a finalidade de participar do **Curso Oficina do programa Vigiágua 2026**, a ser realizado no VI Região de Saúde (Pau dos Ferros), conforme documentos em anexo.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4C287787

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 239, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 239, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a) **Laurilleyde Rêgo Rocha Diógenes**, inscrito no CPF sob o nº 094.XXX.XXX-70, matrícula funcional nº 615, ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Umarizal/RN**, no período de 26 de Marçodo corrente ano, paraparticipar da Ataulização em Imunização para Profissionais de Sala de Vacina, na 14ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura)em **Umarizal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:87DB2B2B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 240, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 240, DE 25DE MARÇODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a) **Francisca Maria do Socorro Pereira de Holanda**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 356, ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Umarizal/RN**, no período de 26 de Marçodo corrente ano, paraparticipar da Ataulização em Imunização para Profissionais de Sala de Vacina, na 14ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura)em **Umarizal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:21430376

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 242, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 242, DE 25DE MARÇODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a)**Katia de Melo**, inscrito no CPF sob o nº 076.XXX.XXX-58, matrícula funcional nº 733, ocupante do cargo de **Enfermeira**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao

deslocamento para a cidade de **Umarizal/RN**, no período de 26de Marçodo corrente ano, paraparticipar da Ataulização em Imunização para Profissionais de Sala de Vacina, na 14ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura)em **Umarizal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:A2894F74

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 243, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 243, DE 25DE MARÇODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a)**Ivonete Calixto da Silva Rocha**, inscrito(a)no CPF sob o nº 078.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº 444, ocupante do cargo de **Técnico de Enfermagem ESF**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Portalegre/RN, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Umarizal/RN**, no período de 26de Marçodo corrente ano, paraparticipar da Ataulização em Imunização para Profissionais de Sala de Vacina, na 14ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura)em **Umarizal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F4F13B2B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 244, DE 25 DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 244, DE 25DE MARÇO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor(a)**Janailson Ferreira Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 041.XXX.XXX-69, matrícula funcional nº 170, ocupante do cargo de **Técnico de Enfermagem**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Umarizal/RN**, no período de 26de Marçodo corrente ano, paraparticipar da Ataulização em Imunização para Profissionais de Sala de Vacina, na 14ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura)em **Umarizal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:3CF34540

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 196, DE 24 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 196, DE 24 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA PORTARIA Nº 166/2026 – GP/PMP, PARA FINS DE COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA CONCEDIDA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal, especialmente o art. 8º, inciso II, que prevê o pagamento de diária integral nos casos de

deslocamento sem pernoite, com permanência superior a 12 (doze) horas, bem como o art. 10, §1º, que assegura ao beneficiário as diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada sua prorrogação;
CONSIDERANDO a Portaria nº 166, de 16 de março de 2026 – GP/PMP, que concedeu ao servidor Tony Marcio de Fernandes Magalhães, matrícula funcional nº 250, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para deslocamento ao Município de Mossoró/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
CONSIDERANDO a justificativa apresentada nos autos do Processo Administrativo nº 053/2026, da qual se extrai que o servidor permaneceu em deslocamento por período superior a 12 (doze) horas, fazendo jus, portanto, à percepção de diária integral, na forma da regulamentação vigente;

RESOLVE:
Art.1º Fica prorrogada/complementada a Portaria nº 166, de 16 de março de 2026 – GP/PMP, para fins de conversão da 1/2 (meia) diária anteriormente concedida ao servidor Tony Marcio de Fernandes Magalhães, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, ocupante do cargo de Motorista, em 01 (uma) diária integral, em razão da permanência superior a 12 (doze) horas no deslocamento realizado ao Município de Mossoró/RN.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica autorizada a complementação do valor de R$ 100,00 (cem reais), correspondente à diferença entre a meia diária já concedida e a diária integral de R$ 200,00 (duzentos reais) prevista no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026, para deslocamentos de motorista a outras cidades do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º A complementação de que trata esta Portaria decorre da necessidade de adequação do pagamento ao tempo efetivamente despendido no deslocamento, conforme justificativa constante do Processo Administrativo nº 053/2026, mantidos os demais termos e fundamentos da Portaria nº 166/2026 – GP/PMP.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:98E06650

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 197, DE 24 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 197, DE 24 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA PORTARIA Nº 187/2026 – GP/PMP, PARA FINS DE COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA CONCEDIDA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal, especialmente o art. 8º, inciso II, que prevê o pagamento de diária integral nos casos de deslocamento sem pernoite, com permanência superior a 12 (doze) horas, bem como o art. 10, §1º, que assegura ao beneficiário as diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que devidamente autorizada;
CONSIDERANDO a Portaria nº 187, de 19 de março de 2026 – GP/PMP, que concedeu ao servidor Tony Marcio de Fernandes Magalhães, matrícula funcional nº 250, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para deslocamento ao Município de Mossoró/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMTHAS, com a finalidade de realizar o transporte do veículo Van ano 2025/2025, placa SS02F49, para revisão em concessionária;
CONSIDERANDO a solicitação de prorrogação e a justificativa apresentada nos autos do Processo Administrativo nº 143/2026, da qual se verifica que o servidor permaneceu em deslocamento por período superior a 12 (doze) horas, fazendo jus, portanto, à percepção de diária integral, nos termos da regulamentação vigente;

RESOLVE:
Art.1º Fica prorrogada/complementada a Portaria nº 187, de 19 de março de 2026 – GP/PMP, para fins de conversão da 1/2 (meia) diária anteriormente concedida ao servidor Tony Marcio de Fernandes Magalhães, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, ocupante do cargo de Motorista, em 01 (uma) diária integral, em razão da permanência superior a 12 (doze) horas no deslocamento realizado ao Município de Mossoró/RN.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica autorizada a complementação do valor de R$ 100,00 (cem reais), correspondente à diferença entre a meia diária já concedida e a diária integral de R$ 200,00 (duzentos reais) prevista no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026 para deslocamentos dessa natureza.

Art. 3º A complementação de que trata esta Portaria decorre da necessidade de adequação do pagamento ao tempo efetivamente despendido no deslocamento, conforme solicitação e justificativa constantes do Processo Administrativo nº 143/2026, permanecendo inalterados os demais termos da Portaria nº 187/2026 – GP/PMP.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:5341BD0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 198, DE 25 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 198, DE 25 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jefferson Luz Leite Silva**, inscrito no CPF sob o nº 095.XXX.XXX-96, matrícula funcional nº847, ocupante do cargo de Motorista**, 01** (uma) diária, no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativas ao deslocamento para o Município de Natal/RN, no dia 24 de março do corrente ano, para atender à Secretária Municipal de Educação que viajou a capital para cumprir agenda administrativa em Natal e em Brasília/DF.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:4DAA8B8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 199, DE 25 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 199, DE 25 DE MARÇO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jefferson Luz Leite Silva**, inscrito no CPF sob o nº 095.XXX.XXX-96, matrícula funcional nº847, ocupante do cargo de Motorista**, 01** (uma) diária, no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativas ao deslocamento para o Município de Natal/RN, no dia 25 de março do corrente ano, com a finalidade de transportar a servidora**Maria Aparecida Costa**,para participar do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras Municipais do ProLEEI- RN, que acontecerá nos dias 26 e 27 de março em Natal-RN.
Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B9F1253F

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO – CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 001/2026 – CP/PMP

AVISO – CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 001/2026 – CP/PMP

Objeto: Chamada Pública para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Portalegre/RN, no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Educação Escolar Quilombola, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). A presente demanda está em conformidade com o disposto no art. 14 da Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelecendo o percentual mínimo de 45% para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito do PNAE, bem como com as Resoluções CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, nº 20, de 2 de dezembro de 2020, nº 03, de 4 de fevereiro de 2025, e demais normativos aplicáveis ao programa.

O Município de Portalegre/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Desporto e do Lazer – SEMECEL, e por intermédio do Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 004/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará aberto o processo para apresentação de documentação para Habilitação e Projeto de Venda a partir do dia **26 de março de 2026 e se estenderá até o dia 14 de abril de 2026**.

Sessão Pública da Abertura dos Envelopes: 14 de abril de 2026 às 08h30min (Horário de Brasília/DF).
Local: Centro Administrativo Albaniza de Albuquerque Freitas, Sala 18, situada à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP: 59.810-000.

A presente Documentação referente a Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais:
a) Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, sediada na Rua José Vieira Mafaldo, 122, Centro – Portalegre/RN;
b) Portal Nacional de Contratações Públicas (www.gov.br/pncp/pt-br);
c) Site Oficial da Prefeitura Municipal (www.portalegre.rn.gov.br);
c) Disponibilizado via e-mail, mediante solicitação enviada previamente ao e-mail: licitportalegre@gmail.com.

Portalegre/RN, 25 de março de 2026.

EUFRÁSIO DANTAS ROCHA JÚNIOR
Agente de Contratações
Portaria nº 004/2024 – GP/PMP

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:0BFEC90A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 04/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, no uso de suas atribuições legais e o que determina Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores torna pública para o

conhecimento dos interessados que realizará, credenciamento nº 04/2026, objetivando credenciamento de pessoas física ou jurídica para o fornecimento de peixe, tipo tilápia, in natura, destinados a distribuição gratuita às famílias em situação de vulnerabilidade social do município, em virtude das ações sociais realizadas durante a Semana Santa, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município de Rafael Fernandes/RN.

Início das Propostas: 26/03/2026 as 9h00min.
Término das Propostas: 30/04/2026 as 09h00min.
Plataforma: www.novabbmnet.com.br

O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da PMRF, sito à **Rua Jose Martins de oliveira, 178 – Centro – Rafael Fernandes-RN, no horário de 8:00 h às 17:00 hs** e na internet nos endereços:

www.novabbmnet.com.br

Rafael Fernandes-RN, 25/03/2026.

JOAO VICTOR NEGREIROS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:E3FCCB02

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº00001/2026
OBJETO:contratação de empresa especializada em prestação de serviços de diagnóstico: radiologia, ultrassonografia, tomografia, ressonância, endoscopia e mamografia aos usuários de saúde do município de Rafael Fernandes. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: TAMBRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA;DR CARLOS TOSCANO ULTRASSONOGRAFIA LTDAeJTR MEDICAL LTDA.
Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço: Rua José Martins de Oliveira, 178 - Centro - Rafael Fernandes - RN.Telefone: (..) ... E-mail: cplrafaelfernandes@hotmail.com.

Rafael Fernandes-RN,25 de Março de 2026

-Presidente da Comissão

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:AF9FEDBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 021 - 2026 - NOMEAÇÃO DO NOVA COMPOSIÇÃO DO CMAS

PORTARIA Nº. 021/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 25 de março de 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNÍCIPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN E REVOGA A PORTARIA Nº 003/2026.

A Prefeita Municipal de Rafael Godeiro - RN, no uso de suas atribuições legais e notadamente no que se refere a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 230/1997 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR os novos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deste município, de acordo com a Ata nº 06 de 20 de março de 2026, para o mandato de 20 de março de 2026 a 20 de março de 2028, e revogar a Portaria nº 003/2026 de 14 de janeiro de 2026.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

• Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: RITA MARIA PEREIRA DA SILVA (Presidente)
Suplente: Margarida Maria Neta

• Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: ANA CRISTINA MAIA DE MEDEIROS (Membro)
Suplente: Rayne Luise de Oliveira Farias Jales

• Representante da Secretaria Municipal da Educação

Titular: JEDSON CORTEZ DE PAIVA (Membro)
Suplente: Antônio Iran Maia

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

• Representante dos TRABALHADORES do SUAS

Titular: MARIA NAZARÉ DE PAIVA M. CARLOS (Vice Presidente)
Suplente: Maria Fábia Paiva da Silva Oliveira

• Representante dos USUÁRIOS do SUAS

Titular: TELUBIA TARGINO CORTEZ (Membro)
Suplente: Jaqueline Cortez da Silva- Suplente

• Representante da ENTIDADE Fundação Brasilina Paula de Oliveira (Irmã Dorinha)

Titular: ADRIANA AGLAINE DE SOUZA CORTEZ (Membro)
Suplente: Jobismar Cortez de Oliveira - Suplente
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A0CA331B

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
RESOLUÇÃO Nº 033 - APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024

RESOLUÇÃO Nº 033 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a Prestação de Contas referente ao exercício 2024 do município de Rafael Godeiro - RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhes conferem as Leis Federais nº 8.742/93 e Lei 12.435/11 e a Lei Municipal nº 230/1997 de 27 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO

A deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho descrita na Ata de nº 05 de 13 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a Prestação de Contas referente ao exercício de 2024 sobre as ações, os serviços e os programas desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com recursos

do IGD-PBF, SIGTV e IGD-SUAS do município de Rafael Godeiro/RN.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.
Rafael Godeiro/RN, 13 de março de 2026.

RITA MARIA PEREIRA DA SILVA
CPF: 704.894.184-73
Presidente do CMAS

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:437E92F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 008/2026 – PMRC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ), Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ / MF) sob nº 08.153.454/0001-04, com sede na Avenida Camila de Léllis, 285, Centro, Riacho da Cruz/RN –CEP: 59820.000.

CONTRATADA: ALINE DE PAIVA PEREIRA, brasileira, solteira, auxiliar de apoio ao ensino, inscrita no CPF sob o nº **6.**8.6**-*3, residente e domiciliada na Rua Delfino Francisco de Oliveira, nº 17, Centro, Riacho da Cruz/RN

DO OBJETO: O objeto do presente instrumento se trata da contratação temporária do servidor, para atuar na função de Auxiliar de Apoio ao Ensino-Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, com carga horária de 40(quarenta) horas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: da Lei Municipal nº. 413/2018, cumulado com o art. 37, IX da Constituição Federal.

VALOR: R$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 02 de março de 2026 a 02 de junho de 2026.

Riacho da Cruz/RN, 02 de março de 2026.

MARCOS AURÉLIO PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Retificando a publicação do **EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 008/2026 –PMRC**, por lapso de digitação, publicado no dia 19 de março de 2026 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Código Identificador:FAE4CB20.

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:0313A436

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 090/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. **Francisco Cosmo Leite, CPF nº 023.***.***-27,** motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (uma) diária e meia, referente ao deslocamento do mesmo até a cidade de Natal/RN, nos dias 25 e 26 de março de 2026, transportando pacientes carentes para consultas médicas especializadas, em veículo do município.

Cumpra-se

Riacho da Cruz/RN, 25 de março de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:2CC69DD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 091/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder a Sra. **Bruna Gabriela Silva – Matrícula: 13000019-0,** Coordenadora Pedagógica, lotada na secretaria municipal de educação, cultura, desporto e juventude, 02 (duas) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 25 a 27 de março de 2026, para participar do **Seminário de acesso ao ensino Técnico Integral ao Ensino Médio do IFRN e II Encontro de Formação Presencial do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil** no Rio Grande do Norte, a serem realizados na capital potiguar, Natal/RN, torna-se oportuna com vistas na garantia do acesso a formação continuada destes profissionais e dos demais profissionais que integram a Rede Municipal de Ensino de Riacho da Cruz/RN.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 25 de Março de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:CE9AA7A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00028/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00028/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa para Prestação de Serviços, com fornecimento de materiais, para ornamentação de eventos a serem realizados pelas Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana–RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: 65.010.410 GEAN CARLOS PEREIRA DA SILVA - R$ 59.485,00.
Riacho de Santana - RN, 25 de Março de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:8A5CECF8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, por meio do site https://bbmnetlicitacoes.com.br, contratação direta por Dispensa de Licitação na forma eletrônica, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Fornecimento de ar condicionados destinados a Secretaria Municipal de Educação deste Município de Riacho de Santana–RN. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 1º de Abril de 2026. Período para envio de lances: das 08:00 às 14:00, nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 67 SEGES/ME/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (84) 33870055.E-mail: cplriacho2021@gmail.com.Aviso de Dispensa: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/; https://bbmnetlicitacoes.com.br; www.gov.br/pncp.
Riacho de Santana - RN, 25 de Março de 2026

SAMUEL FERREIRA FERNANDES -
Agente de Contratação

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:06899619

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00028/2026. OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços, com fornecimento de materiais, para ornamentação de eventos a serem realizados pelas Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 25/03/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:1037357F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 133/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 133/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **FRANCICLAUDIO DE LIMA SILVA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 25 de março de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:0BEE8AF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 134/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 134/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a serviço da Secretaria de Educação do município, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 25 de março de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:E8600DBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 135/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 135/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY E SOUSA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 25 de março de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:23DF8FB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 136/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 136/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente para perícia medica, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 25 de março de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:FA7AF65D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

Termo de adesão a Ata de Registro de Preços nº 012/2025, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2025, gerenciada pelo Município de Bom Jesus/RN.

O Prefeito do Município de Riachuelo/RN no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público à adesão, em 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos da Ata de Registro de Preços nº 012/2025, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2025, gerenciada pelo Município de Bom Jesus/RN, em que foram registrados os preços da empresa: **ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.003.806/0001-00, com sede na Rua Teófilo Barbosa De Lima, 96 - Centro, Tangara/RN – CEP: 59240-000**, cujo objeto é a: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas e equipamentos para eventos realizados pela Prefeitura Municipal.

Riachuelo/RN, 25 de março de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:43D583FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº056/2026 – GPMRF

Conceder diária ao Assessor Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, ao senhor **IVANIELITON DOS SANTOS,** CPF:***.986.114-**, Assessor Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura (SEDETUR), com fulcro na participação no 6º Encontro das IGrs dos Municípios que acontecerá no dia 26 de março de 2026 no centro de convenções em Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 25 de março de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:3818BC4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº057/2026 – GPMRF

Conceder diária ao Assessor Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, ao senhor **IVANIELITON DOS SANTOS,** CPF:***.986.114-**, Assessor Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura (SEDETUR), com fulcro na participação no 6º Encontro das IGrs dos Municípios que acontecerá no dia 26 de março de 2026 no centro de convenções em Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 25 de março de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:6AE814E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº058/2026 – GPMRF

Conceder diária ao servidor municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, ao senhor **ERICARLOS FERREIRA ALVES,** CPF:***.379.334-**, ao servidor municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura (SEDETUR), com fulcro na participação no 6º Encontro das IGrs dos Municípios que acontecerá no dia 26 de março de 2026 no centro de convenções em Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 25 de março de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:4424D2F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15010001/2026)

A **Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes e seus Fundos Municipais** com sede na(o) Rua Manoel Nobre nº 49, Bairro Centro, na cidade de Rodolfo Fernandes/Estado do Rio Grande do Norte, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.153.819/0001-09, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenadora de Despesas, Senhora Ana Claudia Almeida Cavalcante, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 91002/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 15010001/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de próteses dentárias, confeccionadas sob medida, incluindo avaliação odontológica, moldagem, confecção, ajustes e instalação, destinadas a atender os usuários assistidos pela rede pública de saúde do Município, visando à reabilitação oral, melhoria da mastigação, da estética e da qualidade de vida dos pacientes, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão nº 91002/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor: ORAL CLIN SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 40.189.398/0001-70, Rua Djalma Maranhão, 306, Nova Descoberta, Natal/RN, CEP: 59075-290, Email: fenelonfreitas7@gmail.com - Telefone: 84 998966457, representada por Sr Fenelon de Freitas Cavalcante Neto.				
	Especificação	Un.	Qde.	Valor Un.	
01	Prótese Dentaria Parcial Removível Superior (PPRS) ou inferior (PPRI). compreendendo: cera utilidade; dentes nacionais com dupla prensagem (cumpre rigorosamente as especificações das normas ADA e ISSO 22112:2005; gengiva normal ou caracterizada, rosa ou incolor.	Und	1000	187,00	
02	Prótese Dentária total superior (PTS) ou inferior (PPI), compreendendo: Placa Acrílica para registro de mordida em cera; cera utilidade; dentes nacionais com dupla prensagem (cumpre rigorosamente as especificações das normas ADA e ISSO 22112:2005; gengiva normal ou caracterizada, rosa ou incolor.	Und	1000	187,00	

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
As condições de entrega e demais omissas nesta Ata, estarão descritas no ETP, Termo de Referência, Edital minuta de contrato e Lei nº 14.133/2021.
ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o Município de Rodolfo Fernandes e Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 001/2024.
A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma doart. 23 desta Lei nº. 14.133, de 2021.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
Tratando-se de item exclusivopara microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para oórgão gerenciador e participantes ou já destinadas àaderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
DA VALIDADE DA ATA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contato a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS
A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme oart. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REVISÃO E CANCELAMENTO
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo

do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Os preços registrados poderão ser alteradosem decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado,nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021.
Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.
No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, e 7.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
Por razão de interesse público;
Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O(s) órgão(s) participante(s) deverá(ão) comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
DO REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/01/2026.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
CONDIÇÕES GERAIS
As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.
Rodolfo Fernandes/RN, 17 de março de 2026.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita
Município De Rodolfo Fernandes
CNPJ: 08.153.819/0001-09
[Assinatura Representante do Órgão Gerenciador]

FRANCISCO GOMES SOBRINHO
Secretário de Saúde e Saneamento
Fundo Municipal Saúde De Rodolfo Fernandes
CNPJ: 70.031.323/0001-28
[Assinatura Representante do Órgão Gerenciador]

FENELON DE FREITAS CAVALCANTE NETO
Representante Legal
Oral Clin Serviços Odontologicos LTDA
CNPJ: 40.189.398/0001-70
[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:8F4D051A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - N° 91002/2026

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório
Município de Rodolfo Fernandes
Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 91002/2026 – Processo N° 15010001/2026 Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)

O(A) Município de Rodolfo Fernandes, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 15010001/2026, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 91002/2026, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**Protese Dentaria Parcial Removivel Superior (PPRS) ou inferior (PPRI).**
Quantidade:	**1.000 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 187,00**
Valor Total:	**R$ 187.000,00**
Participante Vencedor:	**ORAL CLIN SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**40.189.398/0001-70**
Cidade UF:	**Natal - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 187.000,00**

Número do Lote: 2	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 2	
Objeto da Licitação:	**Prótese Dentária total superior (PTS) ou inferior (PPI)**
Quantidade:	**1.000 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 187,00**
Valor Total:	**R$ 187.000,00**
Participante Vencedor:	**ORAL CLIN SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**40.189.398/0001-70**
Cidade UF:	**Natal - RN**

Valor total Contratado:	**R$ 187.000,00**

Rodolfo Fernandes - RN, 17 de Março de 2026 as 9 horas e 55 minutos Promotor: Município de Rodolfo Fernandes,
Unidade de Compra: Município de Rodolfo Fernandes

Assinatura

Autoridade Competente: Ana Claudia Almeida Cavalcante

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:09DCE26E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - N° 91002/2026

Termo de Homologação de Processo Licitatório
Município de Rodolfo Fernandes
Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 91002/2026 – Processo N° 15010001/2026

A Autoridade Competente da(o) Município de Rodolfo Fernandes, Sr.(a) Ana Claudia Almeida Cavalcante, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)), após exame e deliberação do processo administrativo N° 15010001/2026, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 91002/2026, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**Protese Dentaria Parcial Removivel Superior (PPRS) ou inferior (PPRI).**
Quantidade:	**1.000 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 187,00**
Valor Total:	**R$ 187.000,00**
Participante Vencedor:	**ORAL CLIN SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**40.189.398/0001-70**
Cidade UF:	**Natal - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 187.000,00**

Número do Lote: 2	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 2	
Objeto da Licitação:	**Prótese Dentária total superior (PTS) ou inferior (PPI)**
Quantidade:	**1.000 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 187,00**
Valor Total:	**R$ 187.000,00**
Participante Vencedor:	**ORAL CLIN SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA**
Apelido:	**Participante 3**

Documento do Licitante:	**40.189.398/0001-70**
Cidade UF:	**Natal - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 187.000,00**

Rodolfo Fernandes - RN, 17 de Março de 2026 as 9 horas e 56 minutos Assinatura
Autoridade Competente: Ana Claudia Almeida Cavalcante, Promotor: Município de Rodolfo Fernandes,
Unidade de Compra: Município de Rodolfo Fernandes

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:4ED994C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 987/2026

Dispõe sobre a doação de terreno a ANTONIA MARIA LOPES OLIVEIRA e dá outras providencias

A CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, aprova e eu, **ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica doada a pessoa abaixo qualificada, a seguinte área de terra pública devidamente dimensionada:

ANTONIA MARIA LOPES OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade X.599.XXX – SSP/RN, inscrita no CPF sob nº XXX.792.494-XX, um terreno localizado na Rua Elizeu Dantas, nº. 54, centro, nesta Cidade de Rodolfo Fernandes/RN, medindo com 157,70m² (cento e cinquenta e sete virgula setenta metros quadrados) de área, medindo 9,50 metros de frente por 16,60 metros de fundos, dentro do qual se encontra uma "Casa Residencial" construída de alvenaria e coberta com telhas medindo 81,00m² (oitenta e um metros quadrados), com os seguintes limites: **NASCENTE**: com a Rua Elizeu Dantas; **POENTE**: com a Rua Martiniano Melo: **NORTE**: com Maria Minervina Teodosio: e ao **SUL:** com Régia Lúcia Batista de Almeida.

Art.2º - A presente doação será devidamente averbada no registro imobiliário, surtindo seus jurídicos e legais efeitos a partir daí.
Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, em 25 de março de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:24AA9748

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 988/2026

Institui o Programa Municipal de Vacinação Domiciliar para Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, aprova e eu, **ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Rodolfo Fernandes-RN, o **Programa Municipal de Vacinação Domiciliar**, destinado a garantir a aplicação de vacinas em crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seus respectivos domicílios.

Art. 2º - O programa será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, que designará profissionais para realizar a vacinação na residência da criança, seguindo o Calendário Nacional de Vacinação e as campanhas de imunização vigentes.

§ 1º - Para ter acesso ao programa, o pai, a mãe ou o responsável legal pela criança deverá realizar um cadastro prévio junto à Secretaria Municipal de Saúde, apresentando:

I - Documento de identificação da criança e do responsável;
II - Comprovante de residência no município;
III - Laudo médico que ateste o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

§ 2º O agendamento da vacinação domiciliar será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde em comum acordo com a família, buscando a data e o horário que melhor se adequem à rotina da criança.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, em 25 de março de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:1BCBFF72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 989/2026

Institui o Programa Municipal "Amigo Doador", de incentivo à doação voluntária de sangue, cria o Cadastro Municipal de Doadores Voluntários de Sangue no Município de Rodolfo Fernandes/RN e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, aprova e eu, **ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Rodolfo Fernandes/RN, o **Programa Municipal "Amigo Doador"**, com o objetivo de incentivar a doação voluntária de sangue e promover ações de conscientização junto à população.

Art. 2º - O Programa "Amigo Doador" tem como objetivos:

I – Incentivar a prática da doação voluntária e regular de sangue;
II – Promover campanhas educativas e de conscientização sobre a importância da doação de sangue;
III – Colaborar com instituições de saúde na manutenção de estoques adequados de sangue;
IV – Estimular a solidariedade e a participação da comunidade em ações de apoio à saúde pública.

Art. 3º - Fica autorizada a criação do **Cadastro Municipal de Doadores Voluntários de Sangue**, com as seguintes finalidades:

I – Registrar cidadãos do município interessados em participar voluntariamente como doadores;
II – Facilitar o contato com doadores em casos de necessidade ou campanhas de doação; **III** – Auxiliar as ações da Secretaria Municipal de Saúde em situações emergenciais.

Parágrafo único. O cadastro terá caráter voluntário e deverá respeitar a legislação vigente referente à proteção de dados pessoais.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, poderá desenvolver ações relacionadas ao Programa "Amigo Doador", tais como:

I – Realização de campanhas educativas e informativas;
II – Estabelecimento de parcerias com hemocentros e unidades de saúde da região;
III – Organização de eventos e mobilizações voltadas à doação de sangue;
IV – Incentivo à participação de escolas, associações comunitárias e demais entidades da sociedade civil.

Art. 5º - O Município poderá conceder certificados, homenagens ou reconhecimentos simbólicos aos cidadãos participantes do Programa "Amigo Doador", como forma de valorização do gesto solidário.

Art. 6º - Aos cidadãos participantes do Programa Municipal "Amigo Doador" poderão ser assegurados, na forma da legislação vigente:

I – Atendimento prioritário em repartições públicas municipais, conforme previsto na Lei Federal nº 14.626, de 19 de julho de 2023;
II – Dispensa do ponto no dia da doação de sangue aos servidores públicos municipais, mediante apresentação de comprovante expedido por hemocentro ou instituição de saúde autorizada;
III – Reconhecimento institucional por meio de certificados, campanhas públicas e ações de valorização dos doadores regulares;
IV – Possibilidade de previsão, em editais de concursos públicos municipais, de critérios de incentivo ou benefícios aos candidatos que comprovarem ser doadores regulares de sangue, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Para fins de comprovação da doação de sangue, deverá ser apresentado documento expedido por hemocentro ou unidade de saúde responsável pela coleta.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, em 25 de março de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:04DDBFC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ruy Barbosa/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO**, até ulterior deliberação, do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2026.

O certame tem como objeto a **aquisição de medicamentos da Farmácia Básica destinados a suprir as necessidades da rede municipal de saúde do município de Ruy Barbosa/RN**, e teria sua sessão pública de abertura de propostas e início da disputa de preços às **14:31** horas do dia **30/03/2026**.

A referida suspensão faz-se necessária para a devida revisão e adequação das especificações técnicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, visando garantir a lisura, a ampla competitividade e o atendimento ao interesse público.

Oportunamente, após as devidas retificações, um novo aviso será publicado informando a nova data para a realização da sessão pública, pelos mesmos meios oficiais de divulgação utilizados originalmente.

Ruy Barbosa/RN, 24 de março de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:BC0439B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 03.1181/2026 - GC/PMSC

Cessão de servidor efetivo a outro Município, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o **Ofício nº *036/2026,*** datado de 10 de março de 2026, por meio do qual, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal da Prefeitura de Campo Redondo/RN, solicita a cedência do servidor **MARCUS WELBY MARTINS FERREIRA** ao Órgão Cessionário.

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder e Colocar a disposição da Prefeitura Municipal de Campo Redondo/RN, o Sr. **MARCUS WELBY MARTINS FERREIRA**, matrícula nº **002058-3, Agente Administrativo** do quadro de pessoal efetivo deste Município**,** com ônus para o Órgão Cessionário, pelo prazo de dois (02) anos, a partir de 1º de abril de 2026 a 1º de abril de 2028, onde continuará exercendo suas atividades junto aquela Municipalidade.

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor e encaminhe cópia para a Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas em sua ficha funciona.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de **1º de abril de 2025**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 25 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:2B27963C

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 03.1182/2026 - GC/PMSC

A Prefeita de Santa Cruz-RN, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, 3 (três) DIÁRIA no valor de R$1.800,00 (mil e oitocentos reais), a servidora **DANIEL DA SILVA LIMA**, matrícula nº 1522710, ocupante do cargo de Coordenadora em Saúde Mental, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação e/ou hospedagem, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Fortaleza/CE, nos dias 26 e 27 de março de 2026, que irá participar de um Fórum de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes – Região Nordeste. Conforme consta na estimativa de custo da concessão, anexa.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santa Cruz-RN, 25 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:EC94B195

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 03.1183/2026 - GC/PMSC

Designação de Responsável Técnico da Agência Transfusional do Hospital Municipal Aluízio Bezerra, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSEIDERANDO o Ofício nº 0164/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MADSON FONSECA MARTINS**, CPF: 068.951.484-00, como responsável Técnico da Agência Transfusional do Hospital Municipal Aluízio Bezerra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **1º de março de 2025**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 25 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:AE406566

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. EMPRESA REGISTRADA: **PWR SOLUCOES EM TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **25.027.373/0001-87**. OBJETO: Cancelamento unilateral e motivado, com efeitos a partir da assinatura deste instrumento, da Ata de Registro de Preços nº. 010/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 062/2025 (Processo Administrativo nº. 423143/2025), que tem por objeto a registro de preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de locação de veículos, (Ônibus, Micro-ônibus, Van Veículos tipo passeio, Picap e caminhão tipo baú), para atender as Secretarias Municipais do Município de Santa Cruz/RN. DATA DA ASSINATURA: 27 de janeiro de 2026.
Santa Cruz/RN, em 25 de março de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:EB364CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. EMPRESA REGISTRADA: **PWR SOLUCOES EM TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **25.027.373/0001-87**. OBJETO: Cancelamento unilateral e motivado, com efeitos a partir da assinatura deste instrumento, da Ata de Registro de Preços nº. 012/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 062/2025 (Processo Administrativo nº. 423143/2025), que tem por objeto a registro de preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de locação de veículos, (Ônibus, Micro-ônibus, Van Veículos tipo passeio, Picap e caminhão tipo baú), para atender as Secretarias Municipais do Município de Santa Cruz/RN. DATA DA ASSINATURA: 23 de fevereiro de 2026.
Santa Cruz/RN, em 25 de março de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:47CCF924

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE

O Município de Santa Cruz/RN, por intermédio da Pregoeira Municipal, torna público que, em decorrência do **cancelamento das Atas de Registro de Preços nº 010/2026 e nº 012/2026**, anteriormente firmadas com a empresa **PWR SOLUÇÕES EM TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.027.373/0001-87, motivado por pedido formal de cancelamento por parte da contratada, ficam convocados os **licitantes remanescentes**, a Empresa **SANTOS & FERNANDES LTDA e G FIGUEREDO DA SILVA LTDA,** obedecida a ordem de classificação, referente ao **Pregão Eletrônico nº 062/2026**, cujo objeto é a **contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de locação de veículos (ônibus, micro-ônibus, vans, veículos tipo passeio, veículos tipo pick-up e caminhão tipo baú), para atender às Secretarias Municipais do Município de Santa Cruz/RN**. As empresas deveram **manifestar-se no prazo de 24 horas**, bem como **apresentar a documentação de habilitação e Proposta Readequada**, se necessário, por meio do sistema eletrônico. http://www.portaldecompraspublicas.com.br. O não atendimento à presente convocação no prazo estabelecido será interpretado como **desinteresse**, autorizando esta Administração a convocar o próximo licitante classificado, conforme previsto na legislação vigente
Santa Cruz/RN, em 25 de março de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:8D187958

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. EMPRESA REGISTRADA: B L C DOS SANTOS SERVIÇOS E EVENTOS LTDA CNPJ: 46.168.376/0001-00. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 059/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 19/06/2026 até 19/06/2027. DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Pelo Órgão Gerenciador /

BRENDO LEYVISON CALIXTO DOS SANTOS -
Pela Empresa Registrada

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:93A56995

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 207/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 207/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADO(A): NUNES CONSTRUCOES, inscrita no CNPJ/MF n. 32.357.458/0001-99. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo no Contrato nº 207/2025, o que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial dos itens 2, 4, 5, 7 e 8 do contrato, com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/2021. DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato nº 207/2025, oriundo do Processo nº 423060/2025, inclusive no que se refere às condições de pagamento. DATA: 23 de março de 2026. ASSINATURAS: Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza/Prefeita / Pela Contratante e Francisco de Assis Nunes Junior / Pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:056E20AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADO(A): PRIME CARNES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.541.660/0001-61. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo nos itens do Contrato nº 217/2025, o que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial dos itens 6 e 7 do contrato, com fundamento no art. 125 da Lei nº

14.133/2021. DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato nº 217/2025, oriundo do Processo nº 423057/2025, inclusive no que se refere às condições de pagamento. DATA: 23 de março de 2026. ASSINATURAS: Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza/Prefeita / Pela Contratante e Magno Cesar da Silva / Pelo(a) Contratado(a).

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:A2C756C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2022

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2022 – Contratante: Município de Santa Cruz/RN. Contratada: LOJA MAÇONICA UNIAO E TRABALHO IV – CNPJ nº 02.117.656/0001-14. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 016/2022, cujo objeto é a Locação de imóvel pertencente à Loja Maçônica de Santa Cruz utilizado para ensaios da banda de música do Município. Vigência: De 31/03/2026 a 03/01/2027. Data da Assinatura: 20 de março de 2026. Ratificação: As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas pelo presente Termo Aditivo. Signatários: Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza, pela Contratante; Felipe Mike Dantas Campelo, pela Contratada. Santa Cruz/RN, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:8D0DBAFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 95-2026 - GAB-PMSM - CONCESSÃO DE DIÁRIA.

PORTARIA Nº 95/2026 – GAB/PMSM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias ao servidor municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder **1 ½ (uma e meia) diárias** à servidora **Alifran Barbosa de Macedo Melo**, matrícula nº **402**, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 600,00 (seiscentos reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se a custear despesas com deslocamento da cidade de **Santana do Matos/RN** à cidade de **Natal/RN**, no período de **26 a 27 de março de 2026**, para participação no **6º Encontro das IGR's do Rio Grande do Norte** e no **II Encontro de Formação Presencial de Formadores Municipais do ProLEEI/RN**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 25 de março de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:8640B5F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

PORTARIA Nº 96/2026 – GAB/PMSM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias ao servidor municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Ana do Carmo Aquino de Carvalho**, matrícula nº **527**, ocupante do cargo de **Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental II**, no valor unitário de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se a custear despesas com deslocamento da cidade de Santana do Matos/RN à cidade de Caicó/RN, no dia 26 de março de 2026, para participar de reunião de atualização do **Plano Individual de Atendimento (PIA)**, na instituição **Aldeias Infantis SOS**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 25 de março de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:80145C9B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 97-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

PORTARIA Nº 97/2026 – GAB/PMSM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias ao servidor municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Roseane Priscila Ferreira da Silva**, matrícula nº **3110**, ocupante do cargo de **Assistente Social**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se a custear despesas com deslocamento da cidade de Santana do Matos/RN à cidade de Caicó/RN, no dia 26 de março de 2026, para participar de reunião de atualização do **Plano Individual de Atendimento (PIA)**, na instituição **Aldeias Infantis SOS**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 25 de março de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:C2F73898

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 269/2026

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO NA SEMANA SANTA.**

Pelo presente instrumento, com base no Art. 71, IV Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o item **0001** em favor da empresa **RUIVAN CARLOS MORAIS ME**, inscrita no CNPJ nº 70.157.607/0001-65, com sede na Avenida Pedro Borges de Andrade, nº 1124, Parati 2000 – CEP: 59.650-000 – Assú/RN, representada pelo Sr. Ruivan Carlos Morais, inscrito no CPF sob o nº ***.707.794-**, com Valor Global de **R$ 269.390,00 (duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa reais)**, nos termos da referida Lei, que atendeu todos os requisitos do Edital, segundo o Pregoeiro.

Continuamente, **HOMOLOGO** o presente Pregão Eletrônico nº 005/2026, também nos termos do Art. 71, IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Pregoeiro que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

A empresa vencedora fica **CONVOCADA** para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço, podendo ser solicitada através do e-mail: licitacao@santanadomatos.rn.leg.br , ao mesmo tempo em que ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço que será celebrada entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 25 de março de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:C8870021

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 719/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74. inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74.É inexigível a licitação, em especial nos casos de:

III - *Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
[...]
f) - *Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso III*, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, a **REALIZAÇÃO DE CURSO PRÁTICO E-SOCIAL**.
2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;

3. Fica autorizada a contratação com a empresa **CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO**, **ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL** inscrita no CNPJ sob o nº 27.073.834/0001-83, com sede à Rua PC Luiz Carlos, nº 78, andar 01 sala 03, Centro – Caraúbas/RN, CEP 59.780-000.

Importará a despesa o Valor Global de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 25 de março de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miria Dayane Barbosa Mafra
Código Identificador:57D0E0C2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 867/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74. inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74.É inexigível a licitação, em especial nos casos de:

III - *Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
[...]
f) - *Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso III*, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, a **REALIZAÇÃO DE CURSO DE AIDITORIA DIGITAL**

FAZENDARIA COM CONTÁGIL LITE MODALIDADE PRESENCIAL OU AO VIVO.
2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
3. Fica autorizada a contratação com a empresa **ECPF CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUT´RRIA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.301.178/0001-10, com sede à Rua Nogueira Acioli, nº 1505, Centro – Fortaleza/CE, CEP: 60110-140.

Importará a despesa o Valor Global de R$ 2.000,00 (dois mil reais), que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 25 de março de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miria Dayane Barbosa Mafra
Código Identificador:9DBDFE1A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 890/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74. inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74.*É inexigível a licitação, em especial nos casos de:*

I – *Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso I*, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021 ***MANUTENÇÃO DO MICROONIBUS 517 SPRINTER K54A UP4 PLACA- RQA-4D62**, pertencente a frota da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de Santana do Matos/RN.**

2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
03.001.10.122.0089.2250 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de despesa:
3.3.90.30 – Material de Consumo
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fontes:
1.500.1002 – Identificação das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

3. Fica autorizada a contratação com a empresa **STA CAMINHÕES RN VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.365.912/0002-73, com sede à Av. Industrial Dehuel Vieira Diniz, nº 160, Santa Julia – Mossoró/RN – CEP 59.623-300.

Importará a despesa o valor Global de **R$ 4.368,84 (quatro mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 20 de março de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:5FC37F48

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 149.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **OTACÍLIA MARIA LOPES BARBALHO** CPF: XXX. 287.194-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE MATEMÁTICA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. JOSÉ FELIX DA SILVA JÚNIOR

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **OTACÍLIA MARIA LOPES BARBALHO** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:5B722A1E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 150.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **MANOEL ALYSSON DA SILVA FARIAS** CPF: XXX.416.984-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal

vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUNICIPAL PROF LUIZ PEREIRA

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **MANOEL ALYSSON DA SILVA FARIAS** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:D4B3F921

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 151.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **JOÃO FELICIANO DE SOUZA JÚNIOR** CPF: XXX. 595.814-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. PROFESSOR OSVAGRIO RODRIGUES DE CARVALHO

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**
O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **JOÃO FELICIANO DE SOUZA JÚNIOR** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:E2A58889

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 152.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **AMANDA CRISTINA DANTAS DE SOUZA** CPF: XXX. 543.084-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. FRANCISCA MENDES

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **AMANDA CRISTINA DANTAS DE SOUZA** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:A145FF96

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 153.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **FRANCISCO CLODOALDO DE SOUSA PINHEIRO** CPF: XXX. 378.924-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. PROF. MARIA LETICIA DAMASCENO

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **FRANCISCO CLODOALDO DE SOUSA PINHEIRO** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:26481EFE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 154.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **ANA BEATRIZ FRANCELINO JOTA** CPF: XXX. 713.954-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. JOSE FELIX DA SILVA JUNIOR

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **ANA BEATRIZ FRANCELINO JOTA** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:B0083969

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 155.2026.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **JURANDIR RODRIGUES PINHEIRO**, CPF: XXX.898.504-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O CONTRATANTE, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do CONTRATADO para exercer a função de COVEIRO, junto a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, tendo em vista que no Processo Seletivo Simplificado Edital nº01/2025 não teve candidatos aprovados para a função.

Do Valor Global: **R$ R$ 19.452,00 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **05 de fevereiro de 2026 a 05 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal ao **CONTRATADO** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2028- Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e JURANDIR RODRIGUES PINHEIRO (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:CDB90883

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 156.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **CLAUDJANE DE ALMEIDA FERREIRA** CPF: XXX.100.234-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE GEOGRAFIA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUNICIPAL PROF OSVAGRIO RODRIGUES DE CARVALHO.

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **CLAUDJANE DE ALMEIDA FERREIRA** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:8C12A51B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 157.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **FRANCISCO EDSON DA SILVA** CPF: XXX.347.734-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE INGLÊS, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. PROF. MARIA LETICIA DAMASCENO

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **FRANCISCO EDSON DA SILVA** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:949BECBC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 158.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **ADERILDO CUNHA MACÊDO** CPF: XXX.390.294-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA MENDES

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **ADERILDO CUNHA MACÊDO** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:25196280

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 159.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **GERONIMO DA SILVA COSTA** CPF: XXX. 747.684-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO, APROVADO** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUNICIPAL PROF LUIZ PEREIRA

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **GERONIMO DA SILVA COSTA** (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:0DF090C0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 160.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **RENATA VANIELE DOS SANTOS GOMES** CPF: XXX. 796.174-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE HISTÓRIA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. JOSE FELIX DA SILVA JUNIOR

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **RENATA VANIELE DOS SANTOS GOMES** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:AB6CEECC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 161.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **MARIA TEREZA COSTA DOS SANTOS** CPF: XXX.548.274-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de PROFESSORA DE MATEMÁTICA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, desempenhando suas funções junto a ESCOLA MUN. PRO. OSVAGRIO RODRIGUES DE CARVALHO.

Do Valor Global: **R$ 46.181,52 (quarenta e seis mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **19 de fevereiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.**

O pagamento da retribuição mensal a **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I & II – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil: 3.1.90.04 - Contratação por tempo determinado.
Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 19 de fevereiro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **MARIA TEREZA COSTA DOS SANTOS** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:BD2798D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA FÍSICA 033/2026

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, por meio da Sra. JOELAINE CARLA ALVES DANTAS, nomeada Agente de Contratação, através da Portaria n° 0187/2025, e Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria de Nº 027/2025, realizará Dispensa Física, com critério de julgamento menor preço por LOTE na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.058 e demais legislação aplicáveis. Que tem como objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem, incluso café da manhã, em hotel/pousada localizada em um raio de até 30km da sede do município de Santana do Seridó/RN. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir no dia 26/03/2026 às 11:00h e data final do envio das propostas ocorrerá até o dia 27/03/2026 às 11:00hs, enviadas para o email: dispensafisica.pmss@gmail.com ou protocolado na sala de Licitação. O aviso e seus anexos estarão disponíveis na integra no endereço eletrônico: https://pmsantanadoserido.rn.gov.br.

Santana do Seridó, 25 de março de 2026.

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:1E2BD718

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA FÍSICA 32/2026

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDO, por meio do Sr. MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA, nomeado Agente de Contratação, através da Portaria n° 017/2025, e Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria de Nº 027/2025, realizará DISPENSA FÍSICA, com critério de julgamento menor preço por ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.058, de 21 de fevereiro de 2024, suas alterações e demais legislação aplicáveis. Que tem como objeto: contratação dos serviços de transmissão de lives e locução em eventos, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 26/03/2026 às 10:00hs e data final do envio das propostas ocorrerá até o dia 30/03/2026 às 10:00hs, enviadas para o email: dispensafisica.pmss@gmail.com ou protocolado na sala de licitação. O aviso e seus anexos estarão disponíveis na integra no endereço eletrônico: https://pmsantanadoserido.rn.gov.br.

Santana do Seridó, 25 de março de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:3079F742

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.007 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.007 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS EM FUNÇÃO DA SEMANA SANTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ–RN, usando das atribuições conferidas pelos dispositivos constantes na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública do Município de Santana do Seridó/RN, no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira Santa).

Parágrafo Único. Ficam excetuados dos efeitos previstos no caput deste artigo os órgãos prestadores de atividades ou serviços considerados essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:FAE6B42C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 0690/2026

LEI Nº 0690/2026

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE EM VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º. É proibido a permanência de animais de médio e grande porte soltos em vias públicas, sejam em ruas, praças, avenidas e/ou terrenos baldios, no âmbito do município de Santana do Seridó/RN.
Parágrafo Único - Entende-se por animal de médio e grande porte: Bovinos, Equinos, ovinos, caprinos e suínos.

Art. 2º. O proprietário deve colocar identificação de fácil visualização nos animais de que trata o parágrafo único do art. 1º, para que, em caso de algum acidente envolvendo o referido animal, seja possível a rápida identificação do mesmo.

Art. 3º. Os animais que forem pegos soltos nas vias acima citadas, sem identificação, serão apreendidos de ofício, em local destinado para este fim.

Art. 4º O animal que for encontrado em desacordo com o disposto do art.1º da presente Lei, será apreendido mediante ação do fiscal do serviço público municipal, designado por portaria para proceder a referida apreensão, sendo depositado em depósito público (curral ou cercado), devendo o proprietário do animal ser notificado para que tome as providências e coloque em um lugar adequado.

Art.5º. O servidor municipal, no exercício da função de fiscal conforme trata o art.4° da presente lei, poderá recorrer à autoridade policial, para fins assegurar o cumprimento do seu encargo, no qual é considerado como Exercício do Poder de Polícia.

§ 1º - Uma vez apreendido, o animal, somente será liberado, após o pagamento de multa por apreensão e taxa de manutenção, cujos valores serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º - A apreensão de animais e a execução desta lei, ficarão a cargo do Fiscal Municipal, auxiliado por demais servidores designados por ato administrativo, vinculados ao Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.6º. Ao infrator que deixar de cumprir ou criar embaraços para o cumprimento dos dispositivos do presente diploma legal, será aplicado normas processuais de representação em juízo, ficando sujeito a penalidade legais.

Art.7º. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:56B9549C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 0691/2026

LEI Nº 0691/2026

Cria o Conselho Municipal de Turismo do Município de Santana do Seridó e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo de Santana do Seridó – COMTURSS, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, com a finalidade de formular, acompanhar e fortalecer a Política Municipal de Turismo.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo tem por finalidade:
I – Propor diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Município;
II – Contribuir para a inserção do Município nas rotas e programas de turismo do Estado do Rio Grande do Norte;
III – Incentivar o turismo sustentável, cultural, rural, ambiental e comunitário;
IV – Promover a integração entre o poder público e a sociedade civil nas ações turísticas;
V – Acompanhar, avaliar e sugerir melhorias nas políticas públicas voltadas ao turismo.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Turismo será composto de forma paritária, por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, totalizando 10 (dez) membros titulares, com seus respectivos suplentes.

Art. 4º - São representantes do Poder Público Municipal:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;
II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Habitação, Assistência Social e Trabalho.

Art. 5º - São representantes da Sociedade Civil:
I – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
II – 01 (um) representante da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis;
III – 01 (um) representante de Associação Comunitária da Comunidade Verdes;
IV – 01 (um) representante do Artesanato Local;
V – 01 (um) representante do Comércio Local ou de Empreendedores ligados ao turismo.

Art. 6º - Os membros do Conselho Municipal de Turismo e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 8º O Conselho Municipal de Turismo terá a seguinte estrutura mínima:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Secretário(a).
Parágrafo único. Os cargos serão exercidos sem remuneração, sendo considerados de relevante interesse público.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Turismo elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, se necessárias.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:6C21F4F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 044/2026/PMSS/CD/ADM DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA N. º 044/2026/PMSS/CD/ADM de 25 de março de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MARCIO ALVES DE AZEVEDO**, ocupante do cargo de **Secretário Municipal de Governo**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 26 de março de 2026, com a finalidade de participar do 6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN, evento promovido pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/ RN) e que tem como objetivo promover a integração entre as regiões turísticas, estimular a troca de experiências e fortalecer a gestão descentralizada do turismo potiguar. O encontro reunirá representantes das IGR's, gestores municipais, integrantes do trade turístico e parceiros institucionais, consolidando o compromisso do Governo do Estado com o desenvolvimento sustentável e regionalização do turismo, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de Nº 044/2026/PMSS/CD/ADM de 25 de março de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:2BD56385

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 079/2026 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 079/2026 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com respaldo na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 5º do Decreto Municipal nº 0960/2018 de 27 de setembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR o servidor, Erick Pontes Costa, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, matrícula nº 130203-0, para atuar como Gestor da Plataforma Fala.BR – Sistema de Acesso à Informação – nesta Unidade, sendo responsável pelo cadastramento, acompanhamento e resposta das manifestações registradas pelos cidadãos junto à Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 25 de março de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:11EB6AA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Considerando as informações constantes no Processo Administrativo nº 835/2026.
Considerando a autorização para adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2025, emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Ceará-Mirim/RN, por meio do Ofício nº 075/2026-GP, datado de 19 de março de 2026, que formaliza o aceite à adesão pretendida;
Considerando a demonstração da vantajosidade da adesão, mediante análise de preços e compatibilidade com os valores praticados no mercado;
Considerando, ainda, a necessidade da Administração Pública em assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados;

DADOS DA ADESÃO	
Objeto:	Aquisição de peixes de água salgada, destinados à distribuição gratuita no período da Semana Santa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Razão social:	A AZEVEDO DA SILVA LTDA
CNPJ:	27.008.156/0001-75
Endereço:	Rua cap. Pedro Ceciliano, N 117, bandeira branca Jardim do Seridó – CEP: 59.343-000.
Vigência da Ata:	03/04/2025 – 03/04/2026.
Valor total da adesão:	R$ 28.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais).
Dotação orçamentaria:	08.244.0103.2015 – Programa Cidadão Santanense da Assistência Social.
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.
Fonte de Recursos:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

DECIDE-SE pela adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, na condição de órgão não participante, visando à aquisição de peixes de água salgada, destinados à distribuição gratuita no período da Semana Santa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos constantes no processo.
A presente adesão encontra-se em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, bem como as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.
Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:E6112003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Nos autos do Processo Administrativo nº 883/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 06/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso XII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação de empresa para apresentação artística da banda "Camyla Mello", a realizar-se em praça pública no dia 11 de abril de 2026 em alusão as festividades da emancipação política do município de Santana do Seridó/RN, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso V do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VII do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, os elementos contidos no parecer jurídico, conforme Art. 72, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso X do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, o Termo de Inexigibilidade emitido pelo Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VI, VIII e IX do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

Ratifico a contratação da empresa: CAMYLA MELLO SHOWS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 59.614.506/0001-33, no valor global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a presente contratação será satisfeita nas seguintes dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0018.2076 – Apoio E Incentivo A Eventos Culturais E Religiosos, Dia Da Juventude, Dia Do Evangélico, Festividades Do Padroeiro Municipal E Datas Culturais Ao Nível De Estado E União.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso II, de forma a RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação.

Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:7F4A1BF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Nos autos do Processo Administrativo nº 884/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 07/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso XII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação de empresa para apresentação artística da banda "Hugo e Heitor", a realizar-se em praça pública no dia 11 de abril de 2026 em alusão as festividades da emancipação política do município de Santana do Seridó/RN, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso V do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VII do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, os elementos contidos no parecer jurídico, conforme Art. 72, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso X do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, o Termo de Inexigibilidade emitido pelo Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VI, VIII e IX do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

Ratifico a contratação da empresa: HUGO SANTOS DA COSTA 70225578450, inscrita no CNPJ sob n° 27.999.079/0001-62, no valor global de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a presente contratação será satisfeita nas seguintes dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0018.2076 – Apoio E Incentivo A Eventos Culturais E Religiosos, Dia Da Juventude, Dia Do Evangélico, Festividades Do Padroeiro Municipal E Datas Culturais Ao Nível De Estado E União.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso II, de forma a RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação.

Santana do Seridó/RN, 25 de março de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:CDBECA58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1217004/2025
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN
CPF/CNPJ DO CONTRATADO: 29.646.397/0001-75
NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO: MORLIS CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI
ENDEREÇO DO CONTRATADO Av. Celso Lisboa nº 1256, centro, Passa e Fica/RN, CEP: 59218-000.
OBJETO DA DESPESA: Contratação de serviços comuns de engenharia para a contratação de empresa especializada para construção da sede da Guarda Municipal de Santo Antônio/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

TEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA GUARDA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN	SERV	01	391.065,62	391.065,62

TIPO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Concorrência Eletrônica nº 002/2026
DATA DO TERMO: 24/03/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 391.065,62 (trezentos e noventa e um mil sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24 de março de 2026 à 23 de março de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade: 15.001 – Secretaria M. de Segurança Pública e Defesa Social; Ação: 1207 – Construção da Sede da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social; Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações; Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; Fonte: 170600000 – Transferência Especial da União.

Santo Antônio/RN, 24 de março de 2026.

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE: Raulison de Sena Ribeiro
CONTRATADA: Leonardo Moreira Lisboa

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:22B4A5A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2025 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.02.0049

CONTRATANTE: Município de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, CNPJ n. º 08.096.612/0001-31.

CONTRATADO: JOÃO PEDRO COSTA DE MEDEIROS 13620013411 pessoas jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica sob o CNPJ n. º 35.585.482/0001-73, residente na Rua Avenida Major José Antão n. º 285, Centro – São Fernando/RN.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato em epígrafe até 31 de dezembro de 2026 a partir de sua assinatura, conforme previsto na sua Cláusula 2.ª e no artigo 107.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. º 14.133/2021 e suas alterações ulteriores.

SIGNATÁRIOS: GENILSON MEDEIROS MAIA – pelo Contratante, e JOÃO PEDRO COSTA DE MEDEIROS 13620013411 – pela Contratada.

São Fernando/RN, 14 de Março 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:5896C047

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2025 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.03.0056

CONTRATANTE: Município de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, CNPJ n. º 08.096.612/0001-31.

CONTRATADO: SAMARA MEDEIROS DE ARAÚJO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o CPF n. º 100.933.474-30, residente na Rua Pe. Aderbal Vilar n. º 149, Bairro Núcleo Júlio Bezerra – São Fernando/RN.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato em epígrafe até 31 de dezembro de 2026 a partir de sua assinatura, conforme previsto na sua Cláusula 2.ª e no artigo 107.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. º 14.133/2021 e suas alterações ulteriores.

SIGNATÁRIOS: GENILSON MEDEIROS MAIA – pelo Contratante, e SAMARA MEDEIROS DE ARAÚJO – pela Contratada.

São Fernando/RN, 19 de Março 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:D0CE2FE5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 068/2024

CONTRATANTE: Município de São Fernando/RN, CNPJ n.° 08.096.612/0001-31.

CONTRATADA: PEDRO LUCAS BRITO DE ARAÚJO, CNPJ n.° 016.898.324-95

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da Cláusula 4ª do Contrato Administrativo nº 068/2024, a fim de estabelecer o novo valor mensal, que passa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R$ 1.566,60 (Mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), representando um reequilíbrio econômico-financeiro correspondente a um acréscimo de 4,44%. Tal atualização será realizada com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) referente a 2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14133/2021 e suas alterações.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2026.

SIGNATÁRIOS: Genilson Medeiros Maia – pelo Contratante, e PEDRO LUCAS BRITO DE ARAÚJO – pela Contratada.

São Fernando/RN, 13 de março de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:B3F73EAF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 0277/2022

CONTRATANTE: Município de São Fernando/RN, CNPJ n.° 08.096.612/0001-31.

CONTRATADA: JAÍNE CARLA ALVES DA ROCHA, CNPJ n.° 106.665.484-04

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da Cláusula 4ª do Contrato Administrativo nº 0277/2022, a fim de estabelecer o novo valor mensal, que passa de R$ 1.741,92 (mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) para R$ 1.819,26 (mil oitocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos), representando um reequilíbrio econômico-financeiro correspondente a um acréscimo de 4,44%. Tal atualização será realizada com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) referente a 2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14133/2021 e suas alterações.
DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2026.

SIGNATÁRIOS: Genilson Medeiros Maia – pelo Contratante, e JAÍNE CARLA ALVES DA ROCHA – pela Contratada.

São Fernando/RN, 13 de março de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:F8C9B70D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1081 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1081 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	SANTA CRUZ RN		
Data da concessão	23 DE MARÇO DE 2026		
Datas de afastamento	23 DE MARÇO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 23 DE MARÇO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**20:50 H DO 23 DE MARÇO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE MARIA DE FATIMA ALVES PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NA UNIDADE MOVEL DE OFTALMOLOGIA, LOCALIZADO AV. TRAIRI - 100 CENTRO, SANTA CRUZ - RN, NO DIA 23 DE MARÇO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 23 DE MARÇO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:2A1895F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1082 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1082- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	23 DE MARÇO DE 2026		
Datas de afastamento	23 DE MARÇO DE 2026	Saída/origem	04H DO DIA 23 DE MARÇO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	00:45 HS DO DIA 24 DE MARÇO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE FRANCISCA PEREIRA MEDEIROS PARA REALIZAR CONSULTA MEDICA HOSPITAL LUIZ ANTONIO , LOCALIZADO R. DR. MÁRIO NEGÓCIO, 2267 - QUINTAS, NATAL - RN, NO DIA 23 DE MARÇO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 23 DE MARÇO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:1FA32AA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1083 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1083 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	24 DE MARÇO DE 2026		
Datas de afastamento	24 DE MARÇO DE 2026	Saída/origem	12HS DO DIA 24 DE MARÇO 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	18:50 hs DO DIA 24 DE MARÇO DE 2026
Beneficiário	GARRIDO FERNANDES DANTAS DE ARAÚJO		
CPF n.°	053.795.234-98		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA		

***Finalidade*: ACOMPANHAR O PACIENTE LUCAS EDUARDO ALVES BRITO DE ARAUJO PARA CONSULTA MÉDICA NA CLINICA ALENTA DE CURRAIS NOVOS, LOCALIZADO AV. TEOTÔNIO FREIRE, 713 - MANOEL SALUSTINO, CURRAIS NOVOS - RN, NO DIA 24 DE MARÇO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 24 DE MARÇO 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:3D41414E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1084 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1084- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	25 DE MARÇO DE 2026		
Datas de afastamento	25 DE MARÇO DE 2026	Saída/origem	04H DO DIA 25 DE MARÇO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:45 HS DO DIA 25 DE MARÇO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE MARIA SANTANA DE MEDEIROS MAIA PARA REALIZAR CONSULTA MEDICA HOSPITAL ONOFRE LOPES , LOCALIZADO AV. NILO PEÇANHA, 620 - PETRÓPOLIS, NATAL - RN, NO DIA 25 DE MARÇO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 25 DE MARÇO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:CEB1830E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1087 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1087 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	SANTA CRUZ RN		
Data da concessão	24 DE MARÇO DE 2026		
Datas de afastamento	24 DE MARÇO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 24 DE MARÇO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**18:50 H DO 24 DE MARÇO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE VERA LUCIA MONTEIRO ALVES SALDANHA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NA UNIDADE MOVEL DE OFTALMOLOGIA, LOCALIZADO AV. TRAIRI - 100 CENTRO, SANTA CRUZ - RN, NO DIA 24 DE MARÇO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 24 DE MARÇO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D1FBDEA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 055/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 24 de março de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 24 de março de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 24 de março de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:7564DD21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET EM FIBRA ÓPTICA, COM LINK DEDICADO, SÍNCRONO, BANDA GARANTIDA E OPERAÇÃO CONTÍNUA (24H), INCLUINDO IMPL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2026

O Município de São José de Mipibu/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, representada por sua Coordenadora de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **13 de abril de 2026, às 10:00hs**, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET EM FIBRA ÓPTICA, COM LINK DEDICADO, SÍNCRONO, BANDA GARANTIDA E OPERAÇÃO CONTÍNUA (24H), INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, para** atendimento das necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, suas Secretarias e demais órgãos, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**.**
O edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo site oficial da Prefeitura Municipal, no Portal de Compras Públicas, no Portal Nacional de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **15hs** do dia **26/03/2026** até às **10h00min** do dia **13/04/2026**, por meio do endereço , onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026

FABÍOLA MARIA JERÔNIMA DA COSTA SOUZA
Coordenadora de Licitação
Portaria Nº 118/2025-SGM

Publicado por:
Jucielly da Costa Freitas
Código Identificador:011F4101

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 048/2026 – GP

São José de Mipibu/RN,25 de março de 2026.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU - RN

A Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, atendendo ao princípio da publicidade art.37 da CF, publica a Portaria de Nº 048/2026 de abertura da Sindicância Administrativa nº 001/2026, em desfavor da Servidora, RAYDANIRA DAYANNE SOUZA DE MELLO, matricula nº 8955, Enfermeira, lotada na Unidade de Pronto Atendimento Geraldo de Souza. (UPA)

CLIDENOR FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão

RENATO SOARES GALVÃO
Membro da Comissão

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA
Membro da Comissão

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:0F56F96A

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 30/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. THAZIA THAIANE DE SOUZA VARELA, Matrícula: 8412, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 15/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

LÚCIA MARTINS DE MOURA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:BADD390C

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 31/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. BEATRIZ GOÇALVES DA SILVA, Matrícula: 8801, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 16/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:49474D4F

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 32/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. WAGNER MIRANDA DE LIMA, Matrícula: 5501, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de

Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 17/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:F02EE5D4

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 33/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. KALIANE VERUSCA MARQUES DA SILVA, Matrícula: 20931, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 18/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:22860EE8

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 34/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. JOSÉ CARLOS DA SILVA, Matrícula: 8890, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 19/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:93E1E7D9

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 35/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. GERDSON LEANDRO AVELINO, Matrícula: 6653, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 20/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:16313C37

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 36/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. SACHAS BARROS DO AMARAL, Matrícula: 25372, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 21/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:FD17AFC6

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 37/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder ½ (meia) diária ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. KATIUCIA RAYANEDE ALMEIDA ALVES, Matrícula: 6035, com a finalidade de viajar a Natal/RN nos dias 26 e 27 de março de 2026 com o objetivo de participar do "6º Encontro das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) do RN" e 17º Fórum

de Turismo do RN", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 22/2026 da Secretaria Municipal de Turismo.
Art. 2º. O valor da meia diária será no importe de R$ 125,00 (cento e vinte cindo reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 24 de março de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:29554338

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AD 03/2025

CONTRATADO	OBJETO
NATAL LOCAÇAO E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.072.637/0001-81	O presente Aditivo objetiva a prorrogação de mais 12(doze) meses do prazo de vigência e execução, mediante celebração de aditivo.

São José de Mipibu/RN, 19 de março de 2026

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:36BCB64F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2026.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN. CONTRATADA: **COOPERATIVA DOS PRONAFIANOS DA MICRO REGIAO AGRESTE LITORAL SUL - (COPRESUL)** (Grupo formal), inscrito sob o CNPJ nº 41.888.196/0001-80. OBJETO: Contratação direta de Agricultores Familiares por meio de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de São José do Campestre/RN. VIGÊNCIA: De 23 de janeiro de 2026 a 23 de janeiro de 2027, conforme Contrato celebrado em 23 de janeiro de 2026, oriundo da Chamada Pública nº 001/2025. DO VALOR: R$ 272.490,00 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais) FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE/CD nº 06/2020. DATA: São José do Campestre/RN, 23 de janeiro de 2026.

ERIBALDO LIMA –
Prefeito Municipal –
Contratante e

JOSE CAMPINA DA SILVA FILHO–
Parte Contratada.

Publicado por:
Jarrison Bertoldo Araújo Pereira
Código Identificador:6D2614C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DESPORTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 054/2026-SMADCS

São José do Campestre/RN, 25 de março de 2026.

A **SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, DESPORTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com a Lei Municipal nº 930 de 17 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária sem pernoite, ao valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para a Senhora **Layane Rayla Pinheiro da Silva**, ocupante do cargo de Secretária de Turismo, Meio Ambiente e Serviços Urbanos do Município, no dia 26 de março de 2026, para se deslocar a cidade de Natal/RN, quando a mesma participará do 6º Encontro das IGR'S.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA HELENA NEVES DA CRUZ
Secretária de Administração, Desporto e Comunicação Social

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:DDF912B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 495, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte de imóvel rural que especifica, destinada à execução de obra de infraestrutura de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Sítio São José, Comunidade Badaruco, Município de São José do Seridó/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso das atribuições legais, em conformidade com o art. 5º, XXIV da Constituição Federal, pelo Decreto-Lei Federal n.º 3.365 de 21 de junho de 1941 combinado com o art. 69, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São José do Seridó/RN, e demais disposições legais aplicáveis, e,
CONSIDERANDO que é de interesse público a realização de obras de infraestrutura urbana e de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com vistas à melhoria da mobilidade, da segurança e da acessibilidade da população local;
CONSIDERANDOque a área objeto deste ato é necessária à execução da referida obra e que sua desapropriação trará relevante benefício à coletividade, inclusive aos confrontantes;
CONSIDERANDOque foram realizados levantamentos topográficos, avaliações e demais estudos técnicos que identificaram a área e justificaram sua destinação ao interesse público;
CONSIDERANDOque a referida obra será executada com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Federal, devidamente consignados ao Município, observadas as normas de regência aplicáveis;
CONSIDERANDOa anuência do(a) proprietário(a) do imóvel quanto à alienação amigável da área necessária à obra, mediante indenização justa, previamente avaliada;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada de**UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de**DESAPROPRIAÇÃO**, nos termos do art. 5º, alínea "f", do Decreto-Lei Federal n.º 3.365/1941, parte de imóvel rural que especifica, situada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Município de São José do Seridó/RN, destinada à execução deobra de pavimentação e melhoria viária no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com as seguintes características:

MEMORIAL DESCRITIVO
1 - CARACTERÍSTICAS DO LOTE:
Imóvel: Área a ser desapropriada
Proprietário: Espólio de Severino Pereira de Brito
Local: Sítio Badaruco
Município: São José do Seridó/RN
Área (ha): 0,0947
Perímetro (m): 154,07
2 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
Norte: Espólio de Severino Pereira de Brito (30,92m)
Sul: Faixa de domínio da RN 288 (21,66m)
Leste: Espólio de Severino Pereira de Brito (49,02m)
Oeste: Adão Toscano de Azevedo (52,47m)
3 - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V01**, de coordenadas **N 9.288.930,9323m** e **E 737.568.6010m**. Deste segue com azimute 16º30'09''e distância de 11,30m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V02**, de coordenadas **N 9.288.921.5074m** e **E 737.574.8385m**. Deste segue com azimute 54º50'00''e distância de 12,91m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V03**, de coordenadas **N 9.288.928,9443m** e **E 737.585,3939m**. Deste segue com azimute 142º39'24''e distância de 49,02m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V04**, de coordenadas **N 9.288.889,9701m** e **E 737.615.1310m**. Deste segue o azimute 257º06'52''e distância de 17,27m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN 288, até o vértice **V05**, de coordenadas **N 9.288.886,1181m** e **E 737.598,2930m**. Deste segue o azimute 255º21'36''e distância de 4,39m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN 288, até o vértice **V06**, de coordenadas **N 9.288.885.0080m** e **E 737.594,0432m**. Deste segue com azimute 323º40'44''e distância 52,47m, limitando-se Adão Toscano de Azevedo, até o vértice **V07**, de coordenadas **N 9.288.927,2841m** e **E 737.562,9644m**. Deste segue com azimute 57º05'16'' e distância de 6,71m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até **V01** pontos inicial da descrição deste perímetros.
Art. 2º. A desapropriação de que trata este Decreto será promovidapelo Município de São José do Seridó/RN, por meio daSecretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito - SEMOPIT, podendo ser efetuadade forma extrajudicial, observada a legislação pertinente.
Art. 3º. Os atos administrativos, decorrentes deste Decreto, deverão assegurar a prévia e justa indenização ao expropriado, em dinheiro, conforme o valor apurado em avaliação técnica, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e do Decreto-Lei n.º 3.365/1941.
Art. 4º. A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito - SEMOPIT, em conjunto com a Procuradoria Municipal - PGM, adotará todas as medidas necessárias à instauração doprocesso administrativo de desapropriação, de forma amigável ou judicial e demais providências legais.
Art. 5º. É considerada de **urgência** a presente desapropriação para efeito de imediata imissão na posse, razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no Decreto-Lei n.º 3.365/1945, ou processar-se nos termos do art.10 c/c 15 e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 3.365/1945 e na Lei Federal n.º 2.786 de 21 de maio de 1956.
Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da obra correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, sendo a obra de pavimentação financiada de forma total, comrecursos provenientes de emenda parlamentar federal, observadas as exigências legais, orçamentárias e administrativas pertinentes.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:2527D410

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º496, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte de imóvel rural que especifica, destinada à execução de obra de infraestrutura de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Sítio São José, Comunidade Badaruco, Município de São José do Seridó/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso das atribuições legais, em conformidade com o art. 5º, XXIV da Constituição Federal, pelo Decreto-Lei Federal n.º 3.365 de 21 de junho de 1941 combinado com o art. 69, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São José do Seridó/RN, e demais disposições legais aplicáveis, e,
CONSIDERANDO que é de interesse público a realização de obras de infraestrutura urbana e de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com vistas à melhoria da mobilidade, da segurança e da acessibilidade da população local;
CONSIDERANDOque a área objeto deste ato é necessária à execução da referida obra e que sua desapropriação trará relevante benefício à coletividade, inclusive aos confrontantes;
CONSIDERANDOque foram realizados levantamentos topográficos, avaliações e demais estudos técnicos que identificaram a área e justificaram sua destinação ao interesse público;
CONSIDERANDOque a referida obra será executada com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Federal, devidamente consignados ao Município, observadas as normas de regência aplicáveis;
CONSIDERANDOa anuência do(a) proprietário(a) do imóvel quanto à alienação amigável da área necessária à obra, mediante indenização justa, previamente avaliada;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada de**UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de**DESAPROPRIAÇÃO**, nos termos do art. 5º, alínea "f", do Decreto-Lei Federal n.º 3.365/1941, parte de imóvel rural que especifica, situada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Município de São José do Seridó/RN, destinada à execução deobra de pavimentação e melhoria viária no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com as seguintes características:
MEMORIAL DESCRITIVO
1 – CARACTERÍSTICAS DO LOTE:
Imóvel: Sítio Badaruco – Área Desmembrada
Proprietário: Adão Toscano de Azevedo
Localização: Sítio Badaruco, Zona Rural
Município: São José do Seridó/RN
Área: 0,3409 ha
Perímetro: 238,01 m
2 – LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
Norte: Adão Toscano de Azevedo (área remanescente) – 54,17 m
Sul: Faixa de domínio da RN-288 – 47,01 m
Leste: Espólio de Severino Pereira de Brito e Faixa de Domínio da RN-288 – 79,28 m
Oeste: Maria da Salete Medeiros – 57,55 m
3 -DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice**V01**, de coordenadas**N 9.288.941,460m e E 737.552,543m**. Deste, segue com azimute**143º40'44''**e distância de**70,06m**, limitando-se com**Espólio de Severino Pereira de Brito**, até o vértice**V02**, de coordenadas**N 9.288.885,008m e E 737.594,043m**. Deste, segue com azimute**255º21'36''**e distância de**9,22m**, limitando-se com**Faixa de Domínio da RN-288**, até o vértice**V03**, de coordenadas**N 9.288.882,677 m e E 737.585,119m**. Deste, segue com azimute**250º19'09''**e distância de**22,19m**, limitando-se com**Faixa de Domínio da RN-288**, até o vértice**V04**, de coordenadas**N 9.288.875,203m e E 737.564,222m**. Deste, segue com azimute**248º22'48''**e distância de**24,82m**, limitando-se com**Faixa de Domínio da RN-288**, até o vértice**V05**, de coordenadas**N**

9.288.886,059m e E 737.541,152m. Deste, segue com azimute**323º27'52''**e distância de**57,55m**, limitando-se com**Maria da Salete Medeiros**, até o vértice**V06**, de coordenadas**N 9.288.912,298m e E 737.506,892m**. Por fim, segue com azimute**57º25'49''**e distância de**54,17m**, limitando-se com**Adão Toscano de Azevedo (área remanescente)**, até o vértice**V01**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. A desapropriação de que trata este Decreto será promovidapelo Município de São José do Seridó/RN, por meio daSecretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito - SEMOPIT, podendo ser efetuadade forma extrajudicial, observada a legislação pertinente.

Art. 3º. Os atos administrativos, decorrentes deste Decreto, deverão assegurar a prévia e justa indenização ao expropriado, em dinheiro, conforme o valor apurado em avaliação técnica, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e do Decreto-Lei n.º 3.365/1941.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito - SEMOPIT, em conjunto com a Procuradoria Municipal - PGM, adotará todas as medidas necessárias à instauração doprocesso administrativo de desapropriação, de forma amigável ou judicial e demais providências legais.

Art. 5º. É considerada de **urgência** a presente desapropriação para efeito de imediata imissão na posse, razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no Decreto-Lei n.º 3.365/1945, ou processar-se nos termos do art.10 c/c 15 e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 3.365/1945 e na Lei Federal n.º 2.786 de 21 de maio de 1956.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da obra correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, sendo a obra de pavimentação financiada de forma total comrecursos provenientes de emenda parlamentar federal, observadas as exigências legais, orçamentárias e administrativas pertinentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:7FBCBA50

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 127/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº319/2022, de 27 de janeiro de 2022,
,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: MARIA DO CEU DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Técnica de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	20 de março de 2026	R$320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 23 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 20 de março de 2026.

*Republicada por incorreção

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:04D5D386

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 131/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETARIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	20 de março de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 24 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó,20 de março de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:FCD5A552

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 132/2026, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	24 de março de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 25 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 24 de março de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:61299DD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 133/2026, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	24 de março de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 25 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 24 de março de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:F30768D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 134/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ALCYR MATIOLLY PEREIRA BEZERRA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Santa Cruz/RN	25 de março de 2026	R$114,96	R$ 57,48

R$ 57,48

( ) 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem Santa Cruz/RN, no dia 26 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Santa Cruz/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:4AAAB930

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 135/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **MANOEL JOSE CIRNE NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	25 de março de 2026	310,00	155,00

R$ 155,00

TOTAL

( )100%

(X) 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem a Natal/RN, no dia 26 de março de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:514AA7CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 44/2026 – GP

EMENTA: Instaura Processo Administrativo de Desapropriação amigável ou Judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOo interesse público na execução de obra de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN;
CONSIDERANDOque a obra de pavimentação contribuirá para melhores condições de acesso, mobilidade, segurança e valorização do espaço comunitário;
CONSIDERANDOque a execução da referida obra será viabilizada comrecursos financeiros oriundos de emenda parlamentar federal, devidamente consignados ao Município de São José do Seridó/RN;
CONSIDERANDOo disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, e no Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941;
RESOLVE:
Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo de Desapropriação, amigável ou judicial, correspondente aparte de imóvel rural, situada noSítio Badaruco, Município de São José do Seridó/RN, destinada à execução deobra de infraestrutura de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com as seguintes características:
MEMORIAL DESCRITIVO
1 - CARACTERÍSTICAS DO LOTE:
Imóvel: Área a ser desapropriada
Proprietário: Espólio de Severino Pereira de Brito
Local: Sítio Badaruco
Município: São José do Seridó/RN
Área (ha): 0,0947
Perímetro (m): 154,07
2 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
Norte: Espólio de Severino Pereira de Brito (30,92m)
Sul: Faixa de domínio da RN 288 (21,66m)
Leste: Espólio de Severino Pereira de Brito (49,02m)
Oeste: Adão Toscano de Azevedo (52,47m)
3 - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V01**, de coordenadas **N 9.288.930,9323m** e **E 737.568.6010m**. Deste segue com azimute 16º30’09’’e distância de 11,30m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V02**, de coordenadas **N 9.288.921.5074m** e **E 737.574.8385m**. Deste segue com azimute 54º50’00’’e distância de 12,91m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V03**, de coordenadas **N 9.288.928,9443m** e **E 737.585,3939m**. Deste segue com azimute 142º39’24’’e distância de 49,02m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice **V04**, de coordenadas **N 9.288.889,9701m** e **E 737.615.1310m**. Deste segue o azimute 257º06’52’’e distância de 17,27m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN 288, até o vértice **V05**, de coordenadas **N 9.288.886,1181m** e **E 737.598,2930m**. Deste segue o azimute 255º21’36’’e distância de 4,39m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN 288, até o vértice **V06**, de coordenadas **N 9.288.885.0080m** e **E 737.594,0432m**. Deste segue com azimute 323º40’44’’e distância 52,47m, limitando-se Adão Toscano de Azevedo, até o vértice **V07**, de coordenadas **N 9.288.927,2841m** e **E 737.562,9644m**. Deste segue com azimute 57º05’16’’ e distância de 6,71m, limitando-se com

Espólio de Severino Pereira de Brito, até **V01** pontos inicial da descrição deste perímetros.
Art. 2º.A área a ser desapropriada será definida por meio deplanta, memorial descritivo e laudo de avaliação, que integrarão o processo administrativo de desapropriação.
Art. 3º. Fica determinada aabertura de Processo Administrativo de Desapropriação, visando, preferencialmente, a aquisição do imóvel de formaamigável, mediante prévia e justa indenização, ou, se necessário, por meio deação judicial, nos termos da legislação vigente.
Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura, e Trânsito - SEMOPIT, em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município, adotar todas as providências administrativas, técnicas e legais necessárias à efetivação da desapropriação, inclusive a avaliação do imóvel, a negociação com o(s) proprietário(s) e a instrução do processo com vistas à correta aplicação dos recursos federais.
Art. 5º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município, observada a vinculação dosrecursos oriundos da emenda parlamentar federal, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:839F11B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 45/2026 – GP

EMENTA: Instaura Processo Administrativo de Desapropriação amigável ou Judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOo interesse público na execução de obra de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN;
CONSIDERANDOque a obra de pavimentação contribuirá para melhores condições de acesso, mobilidade, segurança e valorização do espaço comunitário;
CONSIDERANDOque a execução da referida obra será viabilizada comrecursos financeiros oriundos de emenda parlamentar federal, devidamente consignados ao Município de São José do Seridó/RN;
CONSIDERANDOo disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, e no Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941;
RESOLVE:
Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo de Desapropriação, amigável ou judicial, correspondente aparte de imóvel rural, situada noSítio Badaruco, Município de São José do Seridó/RN, destinada à execução deobra de infraestrutura de pavimentação no entorno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada no Sítio São José, Comunidade Badaruco, Zona Rural, Município de São José do Seridó/RN, com as seguintes características:
MEMORIAL DESCRITIVO
1 – CARACTERÍSTICAS DO LOTE

• Imóvel: Sítio Badaruco – Área Desmembrada
• Proprietário: Adão Toscano de Azevedo
• Localização: Sítio Badaruco, Zona Rural
• Município: São José do Seridó/RN
• Área: 0,3409 ha
• Perímetro: 238,01 m

2 – LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

• Norte: Adão Toscano de Azevedo (área remanescente) – 54,17 m
• Sul: Faixa de domínio da RN-288 – 47,01 m
• Leste: Espólio de Severino Pereira de Brito e Faixa de Domínio da RN-288 – 79,28 m
• Oeste: Maria da Salete Medeiros – 57,55 m

3 – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V01, de coordenadas N 9.288.941,460m e E 737.552,543m. Deste, segue com azimute 143º40’44’’ e distância de 70,06m, limitando-se com Espólio de Severino Pereira de Brito, até o vértice V02, de coordenadas N 9.288.885,008m e E 737.594,043m. Deste, segue com azimute 255º21’36’’ e distância de 9,22m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN-288, até o vértice V03, de coordenadas N 9.288.882,677m e E 737.585,119m. Deste, segue com azimute 250º19’09’’ e distância de 22,19m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN-288, até o vértice V04, de coordenadas N 9.288.875,203m e E 737.564,222m. Deste, segue com azimute 248º22’48’’ e distância de 24,82m, limitando-se com Faixa de Domínio da RN-288, até o vértice V05, de coordenadas N 9.288.886,059m e E 737.541,152m. Deste, segue com azimute 323º27’52’’ e distância de 57,55m, limitando-se com Maria da Salete Medeiros, até o vértice V06, de coordenadas N 9.288.912,298m e E 737.506,892m. Por fim, segue com azimute 57º25’49’’ e distância de 54,17m, limitando-se com Adão Toscano de Azevedo (área remanescente), até o vértice V01, ponto inicial da descrição deste perímetro.
Art. 2º.A área a ser desapropriada será definida por meio deplanta, memorial descritivo e laudo de avaliação, que integrarão o processo administrativo de desapropriação.
Art. 3º. Fica determinada aabertura de Processo Administrativo de Desapropriação, visando, preferencialmente, a aquisição do imóvel de formaamigável, mediante prévia e justa indenização, ou, se necessário, por meio deação judicial, nos termos da legislação vigente.
Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura, e Trânsito - SEMOPIT, em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município, adotar todas as providências administrativas, técnicas e legais necessárias à efetivação da desapropriação, inclusive a avaliação do imóvel, a negociação com o(s) proprietário(s) e a instrução do processo com vistas à correta aplicação dos recursos federais.
Art. 5º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município, observada a vinculação dosrecursos oriundos da emenda parlamentar federal, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 25 de março de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Medeiros de Sá
Código Identificador:9290F0D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 018/2026
DISPENSA N° 006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN Nº 015/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/ RN; CONTRATADA: UNIPLAN SERIDÓ COM E SERVICOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.373.365/0001-95; OBJETO: Execução de serviços funerários; VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de um (01) ano, contado da publicação do seu extrato na imprensa oficial do Município – FEMURN, podendo ser prorrogado por até dez (10) anos por se tratar de prestação de serviços e de fornecimento de bens de necessidade contínua, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021; VALOR GLOBAL: R$ 50.656,00 (Cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e seis reais); Dotação Orçamentária: UNIDADE: 05.08.244.0006.2129 – benefícios eventuais da LOA; FONTE: 15000000; PROGRAMA: Gestão e melhoria das atividades

da assistência; ELEMENTO: 339039 – outros serviços de terceiros - PJ; PLANO INTERNO: Dar assistência à pessoa em situação de vulnerabilidade, visando a melhoria de sua convivência familiar e na comunidade. Proporcionar a melhoria da qualidade, visando reverter o quadro de exclusão social. NOTA DE EMPENHO: 052603230014.

São José do Seridó/ RN, 25 de março de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Inacia Alice Medeiros Dos Santos
Código Identificador:9140CBBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
REF. PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026 – PROC. ADMINIST. MSJS/ RN N° 012/2026 DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: **Aquisição gradativa de reagentes e insumos necessários para a realização de exames laboratoriais em análises clínicas: hematologia, bioquímica, coagulograma, imunologia, ionograma, marcadores cardíacos, hormônios e urocultura com antibiograma para o apoio diagnóstico e laboratorial, com equipamentos automatizados e computadorizados cedidos em regime de comodato.**
Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** ao edital enviada pela empresa**TECHPROL SERVIÇOS, COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA,** (CNPJ nº 20.399.316/0001-05), devidamente qualificada, pugnando em seu pedido pela retificação das disposições editalícias que destaca.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO
A presente impugnação foi enviada ao Portal de Compras Públicas, em 23 de março de 2026, sendo TEMPESTIVA e suscetível de apreciação.

II – DO ITEM EDITALÍCIO IMPUGNADO
Foi impugnado o orçamento deste processo "a divergência de mais de 50% entre o valor do ETP e o valor do edital evidencia falha grave de planejamento e compromete a legalidade do certame tornando imprescindível a sua correção."

III – DA FUNDAMENTAÇÃO
No que se refere à impugnação apresentada, especificamente quanto à alegação de suposta irregularidade decorrente da redução superior a 50% entre o valor estimado constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e aquele apurado na pesquisa de preços, não assiste razão ao impugnante, conforme passa a expor.
Inicialmente, cumpre destacar que o valor consignado no ETP possui natureza meramente estimativa e preliminar, sendo elaborado com a finalidade de subsidiar a análise inicial da viabilidade da contratação pretendida. No caso em apreço, referido valor foi obtido com base em cotação apresentada por uma única empresa, o que, por si só, evidencia seu caráter não definitivo.
Em momento posterior, conforme exigido pela legislação aplicável e pelas boas práticas administrativas, procedeu-se à realização de pesquisa de preços mais ampla e criteriosa, a qual constituiu a base efetiva para a definição do valor estimado da contratação. Tal pesquisa foi realizada mediante a coleta de, no mínimo, três cotações distintas, contemplando, inclusive, dados oriundos de contratações similares realizadas recentemente por outros entes da Administração Pública, o que confere maior confiabilidade e aderência aos valores praticados no mercado.
Ressalte-se, ademais, que o próprio Estudo Técnico Preliminar, em seu item 09, prevê expressamente a possibilidade de variação dos valores inicialmente estimados, ao dispor que "os preços podem ser alterados para mais ou para menos após a pesquisa mercadológica", o que afasta qualquer alegação de inconsistência ou ilegalidade na diferença verificada.
Dessa forma, a variação entre os valores inicialmente estimados no ETP e aqueles definidos após a pesquisa de mercado não configura irregularidade, mas sim decorre do aperfeiçoamento natural das informações ao longo da fase de planejamento da contratação, em estrita observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.
Assim, NÃO **assiste razão ao impugnante**, **devendo ser mantidas as especificações iniciais.**

IV – DA DECISÃO
Diante das alegações de impugnação ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2026** e da justificação legal apresentada para as exigências nele contidas, **NÃO ACATAMOS** a impugnação suscitada pela empresa**TECHPROL SERVIÇOS, COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA, (**CNPJ nº 20.399.316/0001-05), **mantendo-se inalteradas todas as disposições editalícias**.

Publique-se.

São José do Seridó/ RN, 25 de março de 2026.

INÁCIA ALICE MEDEIROS DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Inacia Alice Medeiros Dos Santos
Código Identificador:1DB340F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROC. ADMINISTRATIVO Nº 201508754-5

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL**, por meio do setor responsável pelas contratações, convida empresas do ramo pertinente a apresentar proposta de preço para fins de pesquisa mercadológica, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, visando à futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, RESÍDUOS PROVENIENTES DA VARRIÇÃO E LIMPEZA DE RUAS PAVIMENTADAS, BEM COMO COLETA SELETIVA E TRANSPORTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ABRANGENDO TANTO A ZONA URBANA QUANTO A ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN**, conforme as especificações constantes no projeto básico que, se encontra no endereço https://www.saomiguel.rn.gov.br/lei14133.php?id=23.

Os interessados deverão encaminhar sua Proposta de Preço em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (anexo deste ato) para o e-mail: cotacao.prefeiturasm@gmail.com ou apresentação de envelope no setor de protocolo no endereço: Rua Padre Tertuliano Fernandes, Nº 46, centro – São Miguel/RN, no horário das 07h às 13h, no prazo de 03 (três) dias úteis, excluindo-se da contagem o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.

Observações: Este aviso tem finalidade exclusiva de subsidiar a pesquisa de preços, não representando contratação imediata ou obrigação de contratação.

As empresas participantes poderão ser convidadas posteriormente para processo de contratação, nos termos legais.

A Proposta de Preços deverá conter as seguintes informações: razão social/nome, CNPJ e/ou CPF, endereço, CEP, Cidade/UF, telefone e e-mail.

São Miguel-RN, 25 de março de 2026

JESSIKA DAYANE DUARTE DE LIMA
Orçamentista

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:C5C4781E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO – Estatuto do Servidor Público Municipal de São Miguel, que define que a "readaptação é o reaproveitamento do servidor em função ou cargo mais compatível com a sua capacidade física, intelectual ou psicológica, de alguma forma afetada por doença ou acidente";

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder readaptação de função ao(a) servidor(a) **MARIA GENECILDA FERREIRA DE LIMA**, ocupante do cargo de professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210162-1, conforme protocolo nº 2026.SMEE.REA.201507608-1.

Parágrafo Único. A readaptação de função em (sala de leitura em apoio pedagógico) refere-se aprovação da perícia médica 01 (um) ano de 09/03/2026 a 09/03/2027 e posterior reavaliação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D0208671

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 137 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO – Estatuto do Servidor Público Municipal de São Miguel, que define que a "readaptação é o reaproveitamento do servidor em função ou cargo mais compatível com a sua capacidade física, intelectual ou psicológica, de alguma forma afetada por doença ou acidente";

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder readaptação de função ao(a) servidor(a) **ELINEUDA FERNANDA DA SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210094-9, conforme protocolo nº 2026.SAUD.REA.201507653-5.

Parágrafo Único. A readaptação de função em (sala de artesanato no CAPS) refere-se aprovação da perícia médica 06 (seis) meses de 09/03/2026 a 05/09/2026 e posterior reavaliação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:B7222645

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 138 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **IZAMAR NUNES DE LIMA** ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 211198-2, conforme protocolo nº 2026.SMEE.ATE.201507609-8.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 09/06/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:38A3102C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 139 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **RAIMUNDA CLECIA CAMPOS DE QUEIROZ RIBEIRO** ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210886-9, conforme protocolo nº 2026.SMEE.ATE.201507623-3.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 02/05/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:8EA1B175

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 140 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **MARIA PAULO GONÇALVES** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210346-1, conforme protocolo nº 2026.SAFI.OUT.201508135-1.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 09/06/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:53D8F124

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **ANTONIA DALVA DE AQUINO** ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210444-7, conforme protocolo nº 2025.SMEE.LIC.201501408-5 e nº 2026.SMEE.LIC.201503082-1.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 12/07/2026 e posterior reavaliação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:86DE06D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 142 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **DUCILENE MATIAS BEZERRA** ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 211036-6, conforme protocolo nº 2026.SMEE.ATE.201507740-1.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 02/06/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:ACC606EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143 / 2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) **FRANCISCA NILMA DA CONCEIÇÃO** ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210449-7, conforme protocolo nº 2026.SMEE.ATE.201508018-4.

Parágrafo Único. A licença é referente aprovação da perícia médica para o período de 09/03/2026 com a Cessação do benefício em 02/05/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 25 DE MARÇO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:13C780BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2026

Processo Administrativo nº 972/2026

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021**, RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026**, nos termos descritos abaixo:

Fundamento Legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, inc. II (PNCP).
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
Contratado: FOUR TECH SUPRIMENTOS PARA IMPRESSAO E INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 32.132.095/0001-93

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos de informática, compreendendo computadores desktop e impressoras multifuncionais, incluindo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de todos os suprimentos necessários (toner, cartucho e peças de reposição), visando atender de forma contínua e eficiente às demandas administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi/RN.

Valor Total: R$ 40.800,00 (quarenta mil, oitocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Unidade Orçamentária: 09 .001 - Sec.Mun.de Saúde
Ação: 2309 – Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde – Atenção Básica
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

São Paulo do Potengi - RN, 25 de março de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Diego Dias da Silva
Código Identificador:130E413B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026 a empresa PEDRO MARQUES DA COSTA E SILVA, inscrita no CNPJ sob nº. 57.966.619/0001-72, com valor global de R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).
Publique-se.
São Pedro/RN, 25 de março de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:7C3E9917

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000007/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOCHILAS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, em favor da empresa PEDRO MARQUES DA COSTA E SILVA, inscrita no CNPJ sob nº. 57.966.619/0001-72, com valor global de R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).
Publique-se.
São Pedro/RN, 25 de março de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:3DDF847F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 034/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA N° 034/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, no Valor Unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta Reais), totalizando R$ 150,00 (cento e cinquenta Reais) ao Senhor Julio Cesar Calixto, Matrícula 409, Secretário de Turismo, para participar do 6º Encontro das IGR'S, evento que ocorrerá no dia 26 de março de 2026 em Natal/RN, Centro de Convenções.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 25 de março de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:D9F870E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 035/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA N° 035/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) Diária, sem pernoite, no Valor de R$100,00 (cem Reais) à Senhora Taysa Costa de Oliveira, Matrícula 1505, Coordenadora de Turismo, para se deslocar até Natal/RN, no dia 26 de março de 2026, para participar do Encontro Regional Agentes de Desenvolvimento, evento que ocorrerá dia 26 de março de 2026, em Santa Cruz/RN.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 26 de março de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:CE07C651

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - Nº 19/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 19/2026
Processo Administrativo Eletrônico nº 85545363-2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 74, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DA BANDA "ZÉ CANTOR" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 04 DE ABRIL NA "XXIV CAVALGADA ENTRE AMIGOS" NO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.

Contratação da empresa ICZ GRAVAÇÕES, PARTICIPAÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA, inscrita no CPNJ Nº 43.915.507/0001-88, por meio de inexigibilidade de licitação, para apresentação de show artístico na "XXIV Cavalgada Entre Amigos" no Município de São Tomé/RN.

VALOR TOTAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 25 de março de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:753E6F57

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 038, DE 25 DE MARÇO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Srª. JOSEFA PAULA CARLOS SOUZA E SILVA, Coordenadora Pedagógica, inscrita no CPF sob o nº XXX.275.274-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 01 diária integral e uma parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 26 e 27 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras Municipais do ProLEEI-RN, promovido pelo MEC/UFRN, em Natal/RN.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:44AF1194

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 039, DE 25 DE MARÇO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Srª. CAMILA KAROLINE DE OLIVEIRA LOPES, Professora, inscrita no CPF sob o nº XXX.293.254-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 01 diária integral e uma parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 26 e 27 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar do II Encontro de Formação Presencial de Formadoras Municipais do ProLEEI-RN, promovido pelo MEC/UFRN, em Natal/RN.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:9BFDFC05

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO - Nº 24/2026

EXTRATO DO CONTRATO - Nº 24/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - Nº 61974568/2026

CONTRATO Nº.....: 24/2026

ORIGEM.....: Dispensa de Licitação - Nº 07/2026

CONTRATANTE.....: Prefeitura Municipal de São Tomé/RN – CNPJ Nº 08.080.210/0001-49.

CONTRATADA(O).....: VALE COMERCIO DE MOTOS LTDA, CNPJ nº 12.939.753/0001-46.

OBJETO.....: Aquisição de um veículo, do tipo motocicleta, zero quilometro, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

VALOR TOTAL.....: R$ 26.989,00 (vinte e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO REQUISITANTE: 8000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AÇÃO: 2.80 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO: 16600000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
VIGÊNCIA.....: A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei Federal nº 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA.....: 24 de março de 2026.

ASSINANTES:

(assinado eletronicamente)
PREFEITURA DE SÃO TOMÉ/RN
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
PREFEITO
Pela/CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)
VALE COMÉRCIO DE MOTOS LTDA
CNPJ Nº 12.939.753/0001-46
VALDINEY EPIFANIO DE SOUZA
Pela/CONTRATADA

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:CBBC43DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 002-B/2026 - GP, DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir a Equipe de Planejamento de Contratação referente à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MADEIRA EM GERAL A SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO VIVENTE/RN.**

Membro: Emerson Gustavo Alves Galvão (1109)
Membro: Maria José Alves Medeiros (Mat. 0859)
Membro: Joyce Fernandes de Medeiros (Mat. 60424)

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 05 de janeiro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7ABD62A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026 – GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e o Sr.: DAMIÃO SILVA DE ARAÚJO, CPF: 096.084.204-74, o(s) seguinte(s) servidor(es): MARCOS ANTÔNIO JÚNIOR, MAT:997, CPF: 111.125.374-90.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 25 de março de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DD7F06CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026 – GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e o Sr.: JOSÉ DAVID DE MEDEIROS LIMA, CPF: 701.326.444-01, o(s) seguinte(s) servidor(es): MARCOS ANTÔNIO JÚNIOR, MAT:997, CPF: 111.125.374-90.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 25 de março de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:11F7E32C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2026 – GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e o Sr.: MACIEL OLIVEIRA SOARES, CPF: 709.810.414-00, o(s) seguinte(s) servidor(es): MARCOS ANTÔNIO JÚNIOR, MAT:997, CPF: 111.125.374-90.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 25 de março de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:62DC12F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026 – GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMUNIDADE UMBUZEIRO, CNPJ: 04.639.592/000147, o(s) seguinte(s) servidor(es): MARCOS ANTÔNIO JÚNIOR, MAT:997, CPF: 111.125.374-90.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 25 de março de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DBBBA4B2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°SMEL01/2026-GP, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Concede diária(s) a RONALDO FRAGA DA SILVA e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **RONALDO FRAGA DA SILVA**, Mat. 1292, ocupante da função de **COORDENADOR DE ESPORTE** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de PARNAMIRIM/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 20 de março de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 20 de março de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:036BA6F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO
PORTARIA N° 121/2026-GP, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON DINIZ SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JOSENILSON DINIZ SOARES**, Mat. 350, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, comparecer ao IDEMA – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RN, para participar do 1º Fórum Estadual de Gestores Municipais de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, a ser realizado no dia 26 de março, a partir das 08h30min, no valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 25 de março de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4281C50A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2026

CONTRATO Nº.....: 121/2026

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO-020/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340-000

CONTRATADA(O).....: BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA CPF: 127.570.834-06 ENDEREÇO ASSENTAMENTO JOSÉ ANTÔNIO, Tenente Laurentino Cruz/RN

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE MÚSICO (SANFONEIRO) DO GENERO FORRÓ PARA SE APRESENTAR NO 3° TORNEIO LEITEIRO DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE – RN.

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Show musical com duração de 03 (três) horas, a ser realizado nos dias 26 e 27, durante o 3º Torneio Leiteiro do município de São Vicente – RN, que irá ocorrer na Serra de Santana, ao lado da Escola Inácio Félix, na zona rural do município. Conforme calendário a seguir:Março/2026: 26 e 27 de Março. O músico contratado deverá arcar com a estrutura de som para realização dos eventos acima dispostos bem como, 01 percussionista para tocar triangulo, 01 zabumbeiro, 01 Baterista, 01 guitarrista e 01 Baixista	Evento	2	1.260,00	2.520,00

VALOR TOTAL.....: R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa: 20.608.0007.2007 - Manutenção da Secr. Mun. Agric. Meio Ambiente e Abastecimento;
Elemento de despesa:
33.90.36.00 -Outros Serviços de Terceiros PF.
Subelemento de despesa:
33.90.36.99 -Outros Serviços de Terceiros PF.
Fonte:
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

VIGÊNCIA.....: 25 de março de 2026 à 25 de abril de 2026

DATA DA ASSINATURA.....: 25 de março de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros

PELA CONTRATADA: BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO: MARCOS ANTONIO JUNIOR

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:2C0CAD6D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispõe o Art. 72, Parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO", fulcrada no inciso IV do Art. 74 da NLLC, com base no seu requerimento de credenciamento homologado nos autos do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 001/2025, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORTE DE TERRA, REALIZADO EM MÁQUINA DO TIPO TRATOR COM GRADE DE ARRASTO SENDO INCLUÍDO TODAS AS DESPESAS DE

MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E PESSOAL POR CONTA DO CREDENCIADO, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN; Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMUNIDADE UMBUZEIRO II, CNPJ Nº 04.639.592/0001-47; VALOR DA TOTAL: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS); Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN CNPJ: 08.308.470/0001-29.

RATIFICADO, HOMOLOGADO E AUTORIZADO POR: Jane Maria Soares de Medeiros – Prefeita Municipal, em 20 de março de 2026.

São Vicente/RN, 20 de março de 2026.

O Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BE6CFAB6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispõe o Art. 72, Parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO", fulcrada no inciso II do Art. 74 da NLLC, com base no valor da proposta apresentada, para CONTRATAÇÃO DE MÚSICO (SANFONEIRO) DO GÊNERO FORRÓ PARA SE APRESENTAR NO 3º TORNEIO LEITEIRO DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE-RN; Contratado: BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA (CPF: 127.570.834-06); VALOR DA APRESENTAÇÃO: GLOBAL R$ 2.520,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS); Contratante: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN CNPJ: 08.308.470/0001-29.

RATIFICADO, HOMOLOGADO E AUTORIZADO POR: Jane Maria Soares de Medeiros – Prefeita Municipal, em 25 de março de 2026.

São Vicente/RN, 25 de março de 2026.

O Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:96C6BB46

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

A Prefeita de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, de acordo com o que determina o Inciso IV do art. 71 e Inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº **020/2026**, fundamentada de acordo com o que preceitua o Inciso II do Art. 74 do referido diploma legal, **ADJUDICA, HOMOLOGA** o objeto/processo que trata da CONTRATAÇÃO DE MÚSICO (SANFONEIRO) DO GÊNERO FORRÓ PARA SE APRESENTAR NO 3º TORNEIO LEITEIRO DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE-RN e **AUTORIZA** a contratação do artista **BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA (CPF: 127.570.834-06), detentora da exclusividade do artista "Bruno Sanfoneiro",** com proposta no valor unitário de **R$ 1.260,00 (MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS)** perfazendo o valor global estimado da contratação de **R$ 2.520,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS)** conforme a documentação que consta nos autos.

Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Vicente – RN, 25 de março de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EF157DEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
1° EXTRATO DE ADITIVO - CONTRATO N° 061/2025

PROCESSO Nº 0061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2025 - CC

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN
Contratado: **MARQUES LOCACOES E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **57.673.887/0001-04**

Objeto: Prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027.

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:74F58968

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 42.591.738/0001-10**, localizada à

Rua Pará, nº 261, Neópolis, Natal/RN – CEP: 59080-160, aqui representado pelo Sr. **ELISON ANTÔNIO DE AZEVEDO**, portador do CPF nº 010.238.214-00, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: **42.591.738/0001-10**
Valor total: R$33.000,00 (Trinta e três mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
61	VENLAFAXINA 150 MG	TORRENT	30.000	R$1,10	R$33.000,00
TOTAL					**R$33.000,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante do Órgão

ELISON ANTÔNIO DE AZEVEDO
CPF: 010.238.214-00
Representante:
Cactos Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalar LTDA
CNPJ: 42.591.738/0001-10
Representante da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:8233ECE9

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: A. A. DE S. WANDERLEY LTDA** – **CNPJ: 04.279.658/0001-35**

Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$465.750,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:04CA378D

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 42.591.738/0001-10**
Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$33.000,00 (Trinta e três mil reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:CC250A1E

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 40.787.152/0001-09**
Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$18.290,00 (Dezoito mil, duzentos e noventa reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:58802FE9

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **10.538.476/0001-34**
Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$20.150,00 (Vinte mil, cento e cinquenta reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:A0CFC073

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **01.417.694/0001-20**
Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$60.660,00 (Sessenta mil, seiscentos e sessenta reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:E121D5A3

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.692.992/0001-82**

Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:6FB3AD1D

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2026

Processo nº 043/2026 – Pregão Eletrônico (SRP) nº 003/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: PHOSPODONT LTDA - CNPJ: 04.451.626/0001-75**

Objeto: Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas,** de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN,** visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vigência: 25/03/2026 à 25/03/2027

Valor: R$30.850,00 (Trinta mil, oitocentos e cinquenta reais).

Senador Elói de Souza/RN, 25 de março de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:79B629EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PROC SELETIVO SCFV 2026 (1)

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Santo Antônio, 144 – Centro – Senador Georgino Avelino/RN
FONE: 32480100 - CEP: 59168-000
CNPJ: 08.168.478/0001-37

_____
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICDO 2026
SEMTHAS SGA

CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS

Ficha de Inscrição	
RG- documento de identidade (original e cópia);	
CPF (original e cópia);	
Comprovante de residência atual, emitido nos últimos 90 dias (original e cópia);	
Diploma ou certificado de conclusão de escolaridade e curso (original e cópia);	
Currículo atualizado e comprovado (cópias dos respectivos certificados de escolaridade e experiências profissionais citadas, títulos);	
E-mail e contato telefônico, no ato da inscrição.	

3.9- A Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, na ocasião realizará entrevista ao candidato através da comissão organizadora.
I- A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, inexatos, ou a falsa informação de disponibilidade de 40 horas semanais no mínimo, determinará o cancelamento imediato da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sujeitando-se o requerente às penalidades da Lei.
II- As inscrições que não satisfizerem as exigências contidas neste edital serão indeferidas de forma fundamentada, por ato da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
III- Após a data e horário de inscrição fixado, com o término do prazo para o recebimento das inscrições, não serão admitidas quaisquer outras, sob qualquer condição ou pretexto.
3.9.1 - Do procedimento para a inscrição:

3.9.1- No ato da inscrição os candidatos deverão:
a) Preencher a ficha de inscrição;
b) Apresentar todos os documentos constantes no item 3.8 deste Edital.
c) Estar apto a entrevista, a análise curricular e a comprovação de títulos.

RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA:
Nome e CPF:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2026		
SEMTHAS SGA		
FICHA DE INSCRIÇÃO		
NOME DO CANDIDATO:		
RG:	**CPF:**	**SEXO:**
ENDEREÇO:	**Nº**	
COMPLEMENTO :	**BAIRRO:**	
CIDADE:	**UF:**	**CEP:**
CONTATO:		
TELEFONE:		
E-MAIL:		
ÁREA DE CONHECIMENTO:		
TITULAÇÃO: ( ) ESPECIALIZAÇÃO	**TÉCNICA ( ) GRADUAÇÃO ( ) ESPECIALIZAÇÃO ( ) MESTRADO**	

CARGO DESEJADO:
OFICINEIRO ORIENTADOR DE: _____
Senador Georgino Avelino/RN, _____ de Março de 2026

_____
Assinatura do candidato
CPF:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2026	
SEMTHAS SGA	
ROTEIRO DA ENTREVISTA	
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME:	IDADE:
FORMAÇÃO:	
TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	

01. Qual a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?
02. Quais suas expectativas, se selecionado (a) para o cargo pretendido?
03. Com qual frequência participa de cursos , congressos, seminários ou semelhantes que abrangem a área de formação/atuação?
04. Para você qual a importância da ética profissional? Cite exemplo de como praticará ética no ambiente de trabalho.
05. Qual a importância dos temas transversais na abordagem e metodologia proposta pelo SCFV?
06. Quais são os eixos norteadores do SCFV?
07. Qual principal objetivo do SCFV?
08. Quais resultados você espera alcançar com o desenvolvimento das atividades nas oficinas?
OBS: Os questionamentos são norteadores para a entrevista. Contudo, o técnico deve implementar um diálogo com o candidato, para avaliar sua aptidão para ocupação no cargo.
AVALIAÇÃO DO CANDIDATO:

ASSINATURA TÉCNICO:

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:AEABFFAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
2º AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO PARA CONFECÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna publico interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;
A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de pessoa física especilializada na Confecção do Programa de Próteses Dentárias, pertencentes ao Programa Brasil Sorridente realizado nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Senador Georgino Avelino.

QUANTIDADE:
01 PRÓTESES: Prótese Parcial Manipular Removível, Próteses Parcial Maxilar Removível, Prótese Total Mandibular e Prótese Total Maxilar**. 200 Unidades.**
02 - Moldagem Dento Gengival para Construção de Prótese.**200 Unidades.**
03 - Adaptação de Prótese Dentária.**200 Unidades.**
04 – Ajuste Oclusal De Prótese.**200Unidades.**
05 - Instalação de Prótese Dentária**. 200 Unidades.**
As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível. As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até ás 10hs do dia 30/03/2026.

Senador Georgino Avelino, 25 de março de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:63D2E761

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43.2026

CONTRATO Nº.....: 43

ORIGEM.....: Inexigibilidade Nº 43.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....:ARGUS ASSESSORIA A EVENTOS DE TURISMO LTDA. ARGUS EVENTOS

OBJETO.....: Serviços de locação de estande, medindo 01 (um) estande de 8m² (4,00m X 2,00m), com estrutura de alumínio na cor natural, divisórias em painéis tipo TS, 01 (um) testeiras, 01 (uma) balcões, 01 (um) banquetas, 02 (duas) tomada de 220V e iluminação

com 03 (três) spots. A serem utilizados na 12ª FEMPTUR (feira dos municípios e produtos turísticos do RN) que ocorrerá nos dias 10 e 11 de abril de 2026, no centro de convenções de NATAL/RN, através da secretaria Municipal de Turismo

VALOR TOTAL.....: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA.....:25 de março de 2026 a 31 de dezembro de 2026
DATA DA ASSINATURA.....:25 de março de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:646883B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX. 43.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO: Serviços de locação de estande, medindo 01 (um) estande de 8m² (4,00m X 2,00m), com estrutura de alumínio na cor natural, divisórias em painéis tipo TS, 01 (um) testeiras, 01 (uma) balcões, 01 (um) banquetas, 02 (duas) tomada de 220V e iluminação com 03 (três) spots. A serem utilizados na 12ª FEMPTUR (feira dos municípios e produtos turísticos do RN) que ocorrerá nos dias 10 e 11 de abril de 2026, no centro de convenções de NATAL/RN, através da secretaria Municipal de Turismo

CONTRATADA.....: ARGUS ASSESSORIA A EVENTOS DE TURISMO LTDA. ARGUS EVENTOS.

VALOR.....:R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:ART.74, Caput da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, na qualidade de ordenador de despesas.

SENADOR GEORGINO AVELINO-RN, 25 de março de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:1D06B686

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064, DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064, de 25 de março de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de diária civil para a servidora Vera Lúcia de Araújo Souza, matrícula 000599-1, inscrita no CPF n° 413.707.754-15, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a mesma irá participar do Programa de Formação Presencial de Formadores Municipais do ProLEEI/CNCA, que acontecerá nos dias 26 e 27 de Março no Hotel Praiamar, Rua Francisco Gurgel, 33 Ponta Negra, Natal/RN.

A participação na referida formação é de grande relevância para o aprimoramento profissional e para a qualificação das ações pedagógicas desenvolvidas na rede de ensino, uma vez que possibilita a atualização de conhecimentos, o acesso a novas metodologias e estratégias didáticas, além da troca de experiências entre profissionais da educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 25 de Março de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:B6F0094D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065, DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065, de 25 de março de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Concessão de diária civil para a servidora Maria Alves de Souza, matrícula 000888-1, inscrita no CPF n° 702.692.974-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a mesma irá participar do Programa de Formação Presencial de Formadores Municipais do - ProLEEI/CNCA, nos dias 26 e 27 de Março, no Hotel Praiamar, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal-RN.

A participação na referida formação é de grande relevância para o aprimoramento profissional e para a qualificação das ações pedagógicas desenvolvidas na rede de ensino, uma vez que possibilita a atualização de conhecimentos, o acesso a novas metodologias e estratégias didáticas, além da troca de experiências entre profissionais da educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 25 de Março de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:6187716C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 066, DE 25 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 066, de 25 de março de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de diária civil para a servidora Valéria Kellen de Souza Silva Galvão, matrícula 000164-1, inscrita no CPF n° 029.790.904-50, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a mesma irá participar do Programa de Formação Presencial de Formadores Municipais do - ProLEEI/CNCA, nos dias 26 e 27 de Março, no Hotel Praiamar, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal-RN.

A participação na referida formação é de grande relevância para o aprimoramento profissional e para a qualificação das ações pedagógicas desenvolvidas na rede de ensino, uma vez que possibilita a atualização de conhecimentos, o acesso a novas metodologias e estratégias didáticas, além da troca de experiências entre profissionais da educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 25 de Março de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:6BC6354F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DO CONTRATO N° 25/2025 DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 577/2025.

Termo de Aditivo ao Contrato entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.755.971/0001-20, sediada na Rua Antônio F de Oliveira, Vila Brasília, Centro Administrativo Municipal, Centro, Serra do Mel, RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado **JORIANA DE FREITAS PONTES**, inscrita no CNPJ n.º 52.258.925/0001-30 plenamente qualificada no contrato originário, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo na INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 577/2025, em obediência à Lei nº 14.133/2021.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato número 25/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de assessoria técnico-cultural à Secretaria Municipal de Cultura de Serra do Mel/RN.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira e prazo expresso na Cláusula Segunda será prorrogado mais **12 (doze) meses**.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário e alterações posteriores.

Serra do Mel/RN, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:3D002197

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados a comparecerem à Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, sito à Rua Antônio Ferreira de Oliveira, 51, Serra do Mel/RN, e tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir desta publicação, devendo apresentar toda documentação indicada no item 2 do edital 001/2024.
O não comparecimento implicará no desinteresse do candidato, sendo assim considerado desistente ao cargo para o qual foi nomeado, ficando a Prefeitura Municipal de Serra do Mel no direito de considerar vago o cargo e nomear o próximo aprovado para o mesmo Concurso.

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024 – HOMOLOGADO: 24.12.2024
CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL II -
CLASSIFICAÇÃO/NOME: 16º/ LILIANE FERREIRA ARAÚJO

Serra do mel/RN, em 25 de março de 2026

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:00EA442B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 215/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 215/2026

INEXIGIBILIDADE 215/2026
Unidade Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica ao Município, nas áreas de Direito Público e Tributário, compreendendo diagnóstico e orientação quanto à aplicação da EC nº 136/2025 (regime de precatórios e parcelamentos previdenciários), atualização da legislação tributária municipal conforme a Reforma Tributária e elaboração de pareceres técnicos sob demanda.
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, a (PNCP)
AUTORIZO aINEXIGIBILIDADE 215/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da **ERICK MACEDO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** - CNPJ: 63.433.506/0001-04 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 68497; totalizando o valor de **R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)**.
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único doLei 14.133/2021, Art. 74, III, a (PNCP), determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:347CEB34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 333

Processo Administrativo nº Dispensa 333/2026

Dispensa nº 333/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a contratação de diária hospitalar para realização de procedimento cirúrgico de histerectomia total com anexectomia bilateral, em caráter de urgência, destinado ao paciente Luzimar Rodrigues da Silva Macedo, 56 anos de idade (17/10/1969).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 333/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **ASSOC DE ASSIST E PROT A MATERN E A INFANCIA DE MO, inscrita no CNPJ 08.256.240/0001-63 no valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:D82FAFB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 345

Processo Administrativo nº Dispensa 345/2026

Dispensa nº 345/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a realização de consulta com medico gastropediatra, em caráter de urgência, destinado ao paciente Gael Clemente Santana da Silva, 09 meses de idade (06/03/2025).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 345/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **BEM VIVER SAUDE INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ 58.841.717/0001-46 no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:853A5D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 350

Processo Administrativo nº Dispensa 350/2026

Dispensa nº 350/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a realização de consulta medica especializada com alergologista, em caráter de urgência, destinado a paciente Asla Isabela Santos Lima, 04 anos de idade (11/10/2021).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 350/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **ANGIOPED LTDA ME, inscrita no CNPJ 09.445.272/0001-70 no valor de R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:488307B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 353

Processo Administrativo nº Dispensa 353/2026

Dispensa nº 353/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a contratação de equipe medica e suporte hospitalar para realização de procedimento cirúrgico de videoureterolitotripsia flexível a direita, com colocação de cateter duplo J, em caráter de urgência, destinado ao paciente Abraão Araujo da Silva, 47 anos de idade (02/03/1979).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 353/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **CLINICA DOS CIRURGIOES DE MOSSORO S S LTDA, inscrita no CNPJ 14.353.431/0001-46 no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:F91A4458

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 361

Processo Administrativo nº Dispensa 361/2026

Dispensa nº 361/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a contratação de diária hospitalar para realização de procedimento cirúrgico de videoureterolitotripsia flexível a direita, com colocação de cateter duplo J, em caráter de urgência, destinado ao paciente Abraão Araujo da Silva, 47 anos de idade (02/03/1979).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 361/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **HOSPITAL WILSON ROSADO LTDA, inscrita no CNPJ 35.650.324/0001-50 no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:FDC9BF13

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 364

Processo Administrativo nº Dispensa 364/2026

Dispensa nº 364/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde

Objeto: custeio destinado a realização de exame de vídeo-EEG (eletroencefalograma de longa duração (12h ou 24h), em caráter de urgência, destinado ao paciente Jefferson Guilherme Cordeiro da Silva, 06 anos de idade (24/04/2019).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 364/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **UNIEPI: UNIDADE DE EPILEPSIA E NEUROCIRURGIA FUNCIONAL S/S, inscrita no CNPJ 46.858.292/0001-07 no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:73230490

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 375

Processo Administrativo nº Dispensa 375/2026

Dispensa nº 375/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado a realização de teste neuropsicológico, em caráter de urgência, destinado ao paciente Vitor Gabriel de Jesus Rocha, 11 anos de idade (24/03/2014).
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 375/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **ANALIA S DO NASCIMENTO CAMARA PSICOTERAPIA, inscrita no CNPJ 54.842.429/0001-55 no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 25 de março de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:A41D64E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 030/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do Sorteio Eletrônico do Programa Habitacional Moradia Digna e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE SERRA NEGRA DO NORTE**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de garantir a total transparência, impessoalidade e publicidade no processo de seleção de beneficiários para o programa habitacional municipal;

Considerando a utilização de sistema informatizado e auditável para a definição da ordem cronológica de atendimento e habilitação dos cadastrados;
Considerando a vacância na representação do Poder Legislativo e a necessidade de ampliação nos representantes da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento, com o objetivo de auditar, presenciar e validar o sorteio eletrônico de ordem negocial de cadastros para o programa de habitação.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:
Presidente: **José Xavier dos Santos**, Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, CPF: 011.XXX.514-17
Representante da Procuradoria Jurídica: **Felipe Medeiros Mariz**, Procurador Jurídico Adjunto, CPF: 106.XXX.514-73;
Representante do Poder Legislativo: **Eraldo Alves de Araújo**, CPF: *937.XXX.284-91*
Representante do Conselho Municipal e Habitação de Interesse Social: **Odilange Rande Medeiros de Souza**, Presidente do Conselho de Habitação, CPF: 096.XXX.694-76;
Representante da Igreja Católica: **José Augusto Medeiros de Araújo**, CPF: 051.XXX.194-85;
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: **Orlando Fernandes**, CPF: 099.XXX.624-18.

Art. 3º. Compete à Comissão:
I – Conferir a lista final de candidatos habilitados antes do início do sorteio;
II – Verificar a integridade do software ou plataforma de sorteio escolhida;
III – Acompanhar a transmissão ao vivo do ato de sorteio;
IV – Lavrar a Ata de Encerramento do Sorteio, atestando a lisura do procedimento e a geração do código de auditoria (seed/hash).

Art. 4º. Os trabalhos da Comissão serão considerados serviço público relevante, não remunerados.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 023/2026.

Serra Negra do Norte/RN, 25 de março de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:9D523337

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 031/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal efetivo por aposentadoria e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar o servidor **JECIONE JOSÉ DE MEDEIROS** (matrícula 0763) do cargo de provimento efetivo de **Almoxarife**, com lotação na Secretaria Municipal de Saneamento, Recursos Hídricos e Abastecimento desde a data de 15/07/1987.
Parágrafo único. A exoneração de que trata este artigo é decorrente da aposentadoria por tempo de contribuição do referido servidor, que extingue automaticamente seu contrato de trabalho com esta Municipalidade, a partir da data de 04/03/2026, conforme Carta de Concessão do INSS.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 04/03/2026, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 25 de março de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:7DF2531F

GABINETE CIVIL
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 PARA CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO CULTURAL A ARTISTAS, GRUPOS, COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS

A Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023 e da Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, RETIFICA este Edital de Chamamento Público, o regulamento para a concessão de premiação cultural a artistas, grupos, coletivos e organizações culturais.

ONDE SE LÊ:

- DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação	17/03/2026 a 19/03/2026
Período de inscrições	19/03/2026 a 27/03/2026
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Seleção e Habilitação	31/03/2026
Período para interposição de recurso	31/03/2026 a 02/04/2026
Divulgação do resultado final da Etapa de Seleção e Habilitação	07/04/2026
Período de assinatura dos Recibos e pagamentos	07 a 12/04/2026

LEIA-SE:

- DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação	17/03/2026 a 19/03/2026
Período de inscrições	19/03/2026 a 31/03/2026
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Seleção e Habilitação	02/04/2026
Período para interposição de recurso	02/04/2026 a 07/04/2026
Divulgação do resultado final da Etapa de Seleção e Habilitação	10/04/2026
Período de assinatura dos Recibos e pagamentos	13/04/2026 a 15/04/2026

Serra Negra do Norte-RN, 24 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:1CD42EBD

GABINETE CIVIL
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 PARA SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, VISANDO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL DE FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS
A Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte-RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024; a Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, RETIFICA este Edital de Chamamento Público, o regulamento para a seleção de projetos culturais desenvolvidos por agentes culturais e grupos de cultura popular do município de Serra Negra do Norte-RN para celebração de termos de execução cultural com recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399, de 6 de julho de 2022).

ONDE SE LÊ:

-- DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação do Edital	17/03/2026 a 19/03/2026
Período de Inscrições	19/03/2026 a 27/03/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Etapa de Seleção	30/03/2026
Período para Recurso	30/03/2026 a 01/04/2026
Divulgação do Resultado Final da Etapa de Seleção	02/04/2026
Período para Envio da Documentação para Habilitação	02/04/2026 a 05/04/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Habilitação	06/04/2026
Período para Recurso contra a Habilitação	06/04/2026 a 08/04/2026
Divulgação do Resultado Final da Habilitação	10/04/2026
Período para Assinatura do Termo de Execução Cultural	10/04/2026 a 14/04/2026
Data Final para Execução de Todos os Projetos	28/02/2027

-DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação do Edital	17/03/2026 a 19/03/2026
Período de Inscrições	19/03/2026 a 21/03/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Etapa de Seleção	02/04/2026
Período para Recurso	02/04/2026 a 07/04/2026
Divulgação do Resultado Final da Etapa de Seleção	10/04/2026
Período para Envio da Documentação para Habilitação	10/04/2026 a 14/04/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Habilitação	15/04/2026
Período para Recurso contra a Habilitação	15/04/2026 a 17/04/2026
Divulgação do Resultado Final da Habilitação	21/04/2026
Período para Assinatura do Termo de Execução Cultural	21/04/2026 a 24/04/2026
Data Final para Execução de Todos os Projetos	28/02/2027

Serra Negra do Norte-RN, 24 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:09354967

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002008/2026 - ARP Nº 240301/2026- ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 - DETENTOR DA ARP).: FARMACIA MAIS SAÚDE FERREIRA LTDA/40259032000120

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2002008/2026** - ARP Nº 240301/2026- ORIGEM: Pregão Eletrônico Nº 008/2026 - ORGÃO GERENCIADOR: O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS- DETENTOR DA ARP).: FARMACIA MAIS SAÚDE FERREIRA LTDA/40259032000120 - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO,, ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. - VALOR TOTAL: R$ 504.928,81 (Quinhentos e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos). - VIGÊNCIA

DA ARP: 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2026

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:04ABF4F9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002008/2026 - ARP Nº 240302/2026 - ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 - DETENTOR DA ARP).: MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER QUEIROZ/08237729000198

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2002008/2026** - ARP Nº 240302/2026 - ORIGEM: Pregão Eletrônico Nº 008/2026 - ORGÃO GERENCIADOR: O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS- DETENTOR DA ARP).: MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER QUEIROZ/08237729000198- REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO,, ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. - VALOR TOTAL: R$ 329.688,20 (trezentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e oito reais e vinte centavos). - VIGÊNCIA DA ARP: 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2026

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:69C842FE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002008/2026 - ARP Nº 240303/2026 - ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 - DETENTOR DA ARP).: R LEITE FARMACIA EIRELI/07790659000138

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2002008/2026** - ARP Nº 240303/2026 - ORIGEM: Pregão Eletrônico Nº 008/2026 - ORGÃO GERENCIADOR: O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS- DETENTOR DA ARP).: R LEITE FARMACIA EIRELI/07790659000138 - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO,, ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. - VALOR TOTAL: R$ 588.286,00 (quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e oitenta e seis reais). - VIGÊNCIA DA ARP: 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2026

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:F885CD6A

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25030008/2026 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25030008/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0008/2026

O PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando à Contratação de serviços de apresentação musical do artista Fabiano Show, para realização de shows em eventos institucionais promovidos pela Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, ao longo do exercício de 2026, visando atender às demandas culturais, comemorativas e sociais do município.

Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ 8.000,00 (OITO MIL), correspondentes à contratação acima solicitada, conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Inexigível, Art. 74, Inciso II, DA LEI Nº 14.133/21 da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

II*- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa DOUGLAS FABIANO CLEMENTE - ME, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

SERRINHA DOS PINTOS/RN,25/03/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:24639216

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2024

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2024
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tangará/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.089/0001-45
CONTRATADA: **2L ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**– CNPJ: 29.262.608/0001-76.
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo contratual passando a sua vigência de 05 de março de 2026 a 05 de agosto de 2026, oriundo da Licitação – Adesão n° 016/2023, ou até a conclusão da licitação em andamento (o que ocorrer primeiro). Simultaneamente, recomenda-se dar prosseguimento célere ao processo licitatório ordinário já iniciado, garantindo que a seleção definitiva do novo prestador seja finalizada o quanto antes dentro do semestre em curso, de modo a substituir tempestivamente o contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A celebração deste Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 031/2024 celebrado está prevista no Art. 57, I, § 1º, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Contrato 031/2024 celebrado entre as partes.
Vigência até 05/03/2026
Tangará/RN em 05 de março de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal, de Tangará/RN

LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO
Pela Contratada

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:595A7F41

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 010/2026 ORIUNDO DA ADESÃO Nº 002/2026

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 010/2026 ORIUNDO DA ADESÃO Nº 002/2026

Processo nº 225123/2026- ADESÃO nº 002/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tangará. Inscrita no CNPJ sob o n° 08.159.089/0001-45.
CONTRATADO: Empresa ***CONSTRUTORA BEZERRIL SOUTO LTDA, inscrito no CNPJ (MF) de nº 36.182.708/0001-58.***
OBJETO: LOCAÇAO DE VEICULO TIPO CAMINHAO LIMPA FOSSA, EQUIPADO COM 80MB A AVÁCUO EMANGUEIRAS QUANTIDADE MINIMA DE 1 VEÍCULOS MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será consignada à dotação orçamentária prevista no OGM – Orçamento Geral do Município Tangará, conforme o caso.
Unidade orçamentária: 16.001 - secretaria municipal de serviços urbano.
Ação: 2097 - MANUT. DA SEC. DE SERV. URBANOS
Elemento de despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

VALOR CONTRATADO: R$ 811.250,00 (oitocentos e onze mil e duzentos e cinquenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021.

O contrato terá sua vigência iniciada em 25/03/2026 e seu termo final em 25/03/2027, e sua execução iniciada a partir da emissão da ordem de serviço, na forma discriminada pelo termo de referência, parte integrante deste contrato; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114, da Lei nº 14.133/21.

DATA: 25 de março de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

HELOISA ANDREA BEZERRIL SOUTO
Representante Legal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:721FA471

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida AQUISIÇÃO DE CAMISAS TIPO POLO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TANGARÁ.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:

AQUISIÇÃO DE CAMISAS TIPO POLO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TANGARÁ.

CREDOR: 52.244.759 ANA MARIA DE SOUZA FONTES, inscrita no CNPJ nº **52.244.759/0001-13**

VALOR TOTAL R$ 57.400,00 (cinquenta e sete mil e quartrocentos reais).
Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.
*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
Tangará/RN, 24 de março de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:03863D07

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

GABINETE DA PREFEITA
FERIAS REGULARES CONCEDER AO(À) SERVIDOR(A) JANICELIA FERNANDES DE ALENCAR,MATRICULA N°406

Portaria no049/2026.
A**Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7o; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) JANICELIA FERNANDES DE ALENCAR,MATRICULA N°406, CPF:066.833.314-64;
Considerando as disposições do Capítulo III, do Título VI, da Lei Municipal 068/2001, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal,
Considerando a proposição do(a) referido(a) servidor(a);
Considerando o teor da Comunicação Interna de no 033/2026, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Saúde, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de férias requerido pelo(a) servidor(a) JANICELIA FERNANDES DE ALENCAR,MATRICULA N°406, CPF:066.833.314-64, ***implica em substituição***;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Saúde;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao(à) servidor(a) JANICELIA FERNANDES DE ALENCAR,MATRICULA N°406, CPF:066.833.314-64, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.
Art. 2º As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 03/01/2025 a 03/01/2026, com o período de gozo de 06/04/2026 a 06/05/2026, devendo retornar as suas atividades funcionais em 07/05/2026**.**
Art. 3º Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.
Art. 4ºO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN,
Gabinete da Prefeita, em 25 de Março de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:6AF2B560

GABINETE DA PREFEITA
FRARIAS REGULARES CONCEDER AO(À) SERVIDOR(A) ROMÁRIO EDUARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, MATRÍCULA 508

Portaria nº048/2026.
A**Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7º; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) ROMÁRIO EDUARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, Matrícula 508;
Considerando as disposições do Capítulo III, do Título VI, da Lei Municipal 068/2001, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal,
Considerando a proposição do(a) referido(a) servidor(a);
Considerando o teor da Comunicação Interna de nº 032/2026, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Saúde, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de férias requerido pelo(a) servidor(a) ROMÁRIO EDUARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, Matrícula 508, ***implica em substituição***;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Saúde;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao(à) servidor(a) ROMÁRIO EDUARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, Matrícula 508, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.
Art. 2º As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição 26/03/2025a 26/03/2026, com gozo no período de 06/04/2026 a 06/05/2026 e retorno ao trabalho no dia 07/05/2026.
Art. 3º Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.
Art. 4ºO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN,
Gabinete da Prefeita, em 25 de Março de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:03CE4900

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 013/2026 – GP

"CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e considerando a solicitação **Nº 132 /2026** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01 (uma) **DIÁRIAS COM PERNOITE**, 01 (uma) **DIÁRIA SEM PERNOITE,** perfazendo o valor total de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) a servidora **MARIFRAN CARLOS DE LIMA MEDEIROS**, ocupante do cargo de **PROFESSORA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN,** nos dias 26 e 27 de Março de 2026, para participar do **II ENCONTRO DE FORMAÇÃO PRESENCIAL DE FORMADORAS (ES) MUNICIPAIS DO ProLEEI - RN** que será realizado no Hotel Praia mar. Natal/RN.

Art. 2º- Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 25 de Março de 2026.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria Aparecida Ferreira Dos Santos
Código Identificador:A24C639C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO - CONCORRÊNCIA Nº 02/2024 CONTRATO Nº 48/2024

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL**
CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: **CONSTRUTORA SOLAR LTDA**
CNPJ: 30.500.281/0001-02
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM PAVIMENTAÇÃO DE PISOS INTERTRAVADO E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS DO DISTRITO DA PRAIA DE PIPA, TIBAU CENTRO, CABECEIRAS E SIBAÚMA.
ADITIVO DE PRAZO: Em 6(seis) meses.
VIGÊNCIA: De **02/03/2026 à 01/09/2026.**
DATA DA ASSINATURA: 27/02/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

Tibau do Sul/RN
VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/Contratante

NELSON DUARTE LIRA
Representante Legal - P/Contratada

Publicado por:
Michele Ferreira Dos Santos
Código Identificador:B6753DF0

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO - CONCORRÊNCIA Nº 02/2024 CONTRATO Nº 49/2024

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL**
CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: **CONSTRUTORA SOLAR LTDA**
CNPJ: 30.500.281/0001-02
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM PAVIMENTAÇÃO DE PISOS INTERTRAVADO E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS DO DISTRITO DA PRAIA DE PIPA, TIBAU CENTRO, CABECEIRAS E SIBAÚMA.
ADITIVO DE PRAZO: Em 6(seis) meses.
VIGÊNCIA: De **02/03/2026 à 01/09/2026.**
DATA DA ASSINATURA: 27/02/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

Tibau do Sul/RN

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/ Contratante

NELSON DUARTE LIRA
Representante Legal - P/ Contratada

Publicado por:
Michele Ferreira Dos Santos
Código Identificador:E0C7493A

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO - CONTRATONº26/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 21/2025

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL**
CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: **MARIA DILMA PEREIRA**
CPF: 915.356.384-00
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ANEXO DA ESCOLA JOAQUIM DELVITO DO MUNICÍPIO.
ADITIVO DE PRAZO: 12 MESES
VIGÊNCIA: **Início: 01/01/2026 - Término: 31/12/2026**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

Tibau do Sul/RN
VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito -P/Contratante

MARIA DILMA PEREIRA
P/Contratada

Publicado por:
Michele Ferreira Dos Santos
Código Identificador:E014BDF9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATAS DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 220.001/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, CNPJ (MF) nº 08.096.596/0001 - 87. PROMITENTES CONTRATADAS : E LINO DOS SANTOS & SANTOS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 10.902.383/0001-47, saiu vencedora, com valor global de R$ 171.179,00 (Cento e setenta mil, cento e setenta e nove reais), H L MEDEIROS DE OLIVEIRA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 12.005.957/0001-00, saiu vencedora, com valor global de R$ 83.521,40 (Oitenta e três mil, quinhentos e vinte e um e quarenta centavos) e PANIFICADORA E COMERCIO DIVINO PAO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 55.951.667/0001-61, saiu vencedora, com valor global de R$ 153.377,50 (Cento e cinquenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme mapa de apuração anexo aos autos. OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SANAR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN. Base legal: Lei n° 14.133/2021.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:CA411141

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 220.001/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ASSUNTO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SANAR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN.

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

ADJUDICO E HOMOLOGO o presente procedimento objeto desta licitação de acordo com o art. 71 da Lei Federal nº14.133, de 2021, em favor das licitantes relacionadas a seguir: E LINO DOS SANTOS & SANTOS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 10.902.383/0001-47, saiu vencedora, com valor global de R$ 171.179,00 (Cento e setenta mil, cento e setenta e nove reais), H L MEDEIROS DE OLIVEIRA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 12.005.957/0001-00, saiu vencedora, com valor global de R$ 83.521,40 (Oitenta e três mil, quinhentos e vinte e um e quarenta centavos) e PANIFICADORA E COMERCIO DIVINO PAO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 55.951.667/0001-61, saiu vencedora, com valor global de R$ 153.377,50 (Cento e cinquenta e

três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme mapa de apuração anexo aos autos. CONVOQUE - SE a empresa acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – Pela Proponente. Timbaúba dos Batistas / RN, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:E0201B93

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2025 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 311.114/2024– CREDENCIAMENTO N° 004/2024

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADO: **ADEMIR CRISTIANO DOS SANTOS**; OBJETO: prorrogação do período vigencial do Contrato Original. VIGÊNCIA: 20 de março de 2026, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e Ademir Cristiano Dos Santos – Contratado.
Timbaúba dos Batistas / RN, 20 de março de 2026.

_____
IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:DCB3C76B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2023 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 221.001/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2022

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADA: **MOACIR DE LIMA FILHO**; OBJETO: prorrogação do período vigencial do Contrato. VIGÊNCIA: 25 de março de 2026, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e Moacir de Lima Filho – Contratado.
Timbaúba dos Batistas / RN, 25 de março de 2025.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:93F29AFE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2024 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 311.114/2024– CREDENCIAMENTO N° 004/2024

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADO: **ELIONAI DOS SANTOS SOUZA**; OBJETO: prorrogação do período vigencial do Contrato Original. VIGÊNCIA: 25 de março de 2026, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e Elionai dos Santos Souza – Contratado.

Timbaúba dos Batistas / RN, 25 de março de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:E42DBD0B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.117.074/2025– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Timbaúba dos Batistas/RN por meio de seu Agente de Contratação torna público a **DESISTÊNCIA do ITEM 16 - 0014062 – Álcool Etílico Líquido Hidratado 70% INPM, cuja especificação consiste em álcool com ação antisséptica, contendo 70% de álcool etílico, com eliminação de 99,9% das bactérias, acondicionado em caixa com 12 frascos de 1000 ml,** no qual foi convocado, em posição de SEGUNDO LUGAR, o fornecedor **SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, por ausência de manifestação de interesse. Dessa forma, a Administração convoca a empresa licitante **AME COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, na qualidade de terceiro colocado**, para, **observadas as condições e exigências do edital**, manifestar interesse em **assumir a contratação**, pelo valor ofertado na sua proposta original (R$ 69,00) no prazo de até **2 dias úteis**, contados a partir do recebimento deste comunicado.
O não atendimento no prazo estabelecido será interpretado como **desistência**, permitindo à Administração convocar os demais licitantes, conforme a ordem de classificação.

Timbaúba dos Batistas/RN, 25 de março de 2026.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:B9505B2D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026.

Processo Administrativo Nº 13100.000068/2026 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia, destinada à retomada para conclusão de obras Inacabadas de construção de Academias da Saúde das comunidades Santa Luzia, Vila Assis e Zabelê no Município de Touros/RN, conforme TERMO DE REPACTUAÇÃO - ZABELÊ- PROPOSTA Nº 08234155000213016, SANTA LUZIA - PROPOSTA Nº 08234155000213017 e VILA ASSIS - PROPOSTA Nº 08234155000213019, mediante o regime empreitada por preço global. Maiores informações através do correio eletrônico licita@touros.rn.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2026 às 08h00 no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura das Propostas: 14/04/2026 às 09h01 no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
Touros, 25 de março de 2026

GIRLANDIO DOS SANTOS NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:62828352

GABINETE CIVIL
PORTARIA N. 205, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

"NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL PARA PROMOVER, SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

O Prefeito do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 97, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoal para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, mediante contrato de caráter público, sob o regime especial de direito administrativo, nos termos do que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição da República;

CONSIDERANDO a permissibilidade da Lei municipal n. 888/2022 e alterações promovidas pela Lei municipal n. 1.000/2025 para celebrar contratações de natureza temporárias de excepcional interesse público, garantindo continuidade aos serviços públicos em execução na Secretaria Muncipal de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO a necessidade extemporânea e diante das diversas desistências, vacâncias e vagas remanescentes relacionas Processo Seletivo Simplificado 002/2025, principalmente, para as funções com baixa concorrência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

I– Sérgio Henrique da Siva Justino, Mat. 1585-1, Cargo: Professor;
II– Marli Luis do Nascimento, Mat.91-1/2, Cargo: Professora;
III– Carlos Pereira de Lima, Mat. 264, Cargo: Motorista
IV- Clyvia Saraiva Torres, Mat. 21059, Cargo: Secretária Municipal de Administração.

Art. 2º A Comissão constituída nos termos do artigo anterior será presidida pelo Professor Sérgio Henrique da Siva Justino.

Art. 3º Fica a Comissão, desde logo, autorizada a estabelecer todas as providências necessárias à realização do Processo Seletivo Simplificado para classificação e obtenção de cadastro de reserva de pessoas físicas que se amoldem às regras do instrumento de seleção, designando, inclusive, antes da publicação do Edital, a formação da Banca Examinadora.

Art. 4º A Comissão deverá apresentar o Processo Seletivo findo e homologado pelo Prefeito Municipal à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 5º O certame deverá respeitar os requisitos de ingresso no cargo conforme previsão da Lei Municipal n. 1.000/2025, que alterou a Lei Municipal n. 888/225, em conformidade com os ditames do art. 37, IX, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".
Palácio "Porto Filho", em Touros (RN), 24 de março de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:9FFE6EEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - PE

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de UMARIZAL-RN, através da Secretarias Municipais e dos Fundos Municipais de Saúde, e o da Assistência Social deste município, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 023/2026**, vem tornar público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, às 09:00 horas do dia 13 de abril 2026, tipo menor preço, para **registro de preços para contratação de empresa fornecedora de refeições (marmitas, lanches, refeições sistema self-service), incluindo o preparo, transporte e distribuição das mesmas, para atender as demandas da secretarias municipais deste município**, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br da **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL**.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal nº 11.462/2023, e Decreto Municipal nº 009/2024, com as alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

Edital e seus anexos disponível na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, no site http://www.umarizal.rn.gov.br a partir da sua publicação, na sede da Prefeitura na Av. Gavião, 19 - Centro, Umarizal-RN, das 8:00h às 12:00h, bem como será enviado através de solicitação no endereço de e-mail: licitacaoprefeituraumarizal@gmail.com.

Umarizal – RN, 25 de março de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Pregoeiro

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:5D796F0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL
PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - LS

A **MUNICÍPIO DE UMARIZAL,** inscrito no **CNPJ: N° 08.348.963/0001-92**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, a **Licença Simplificada - LS**, para o empreendimento denominado de **Mercado Público** na Rua Taquina Alves, s/n, Centro, Município de Umarizal/RN**.**

MUNICÍPIO DE UMARIZAL
Proprietária

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:E1FADF52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 075/2026 GP

Várzea/RN, em 02 de março de 2026

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE ABRIL DE 2026, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação das atividades administrativas municipais em razão do feriado nacional de Sexta-feira da Paixão (03 de abril de 2026);
CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública na racionalização dos serviços e na valorização do servidor público,
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado ponto facultativo no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira), no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Várzea/RN.

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços considerados essenciais, que, por sua natureza, não podem sofrer descontinuidade.
§ 1º Consideram-se serviços essenciais, dentre outros:
I – atendimento à saúde (urgência e emergência);
II – serviços de limpeza pública e coleta de lixo;
III– serviços funerários;
IV– outros serviços indispensáveis ao atendimento da população.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:695FB7E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 054/2026 – GP

Várzea/RN, 02 de março de 2026

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO, PREFEITO DOMUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipaln.º.010/2019, de 02 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação do cargo público de provimento em Comissão de Subcoordenador de Manutenção e Equipamentos, junto a Secretaria Municipal de Transporte do Município de Várzea/RN.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **OZIEL JOSÉ DA SILVA**, portador de Documento de Identidade nº 1756427, do cargo Comissão de Subcoordenador de Manutenção e Equipamentos, junto a Secretaria Municipal de Transporte do Município de Várzea/RN.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor nesta data 02 de março de 2026.

Cumpra-se e publique-se.

GETULIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:009BDD08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 055/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores públicos e dá outras providências.

Várzea/RN, 02 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, conforme período aquisitivo e de gozo discriminados:

ANTONIO INACIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Cargo: Subcoordenador de Habitação
Setor: Secretaria Municipal de Habitação
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 03/03/2025 a 02/03/2026

CARLOS ANDRE DE OLIVEIRA MOURA
Cargo: Coordenador de Controle de Pessoal
Setor: Secretaria Municipal de Transporte
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

ADRIANA RIBEIRO DA SILVA
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais
Setor: Secretaria Municipal de Educação
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 01/04/2025 a 31/03/2026

ERIVANIA SIMPLICIO DE ARAUJO
Cargo: Secretária Municipal Adjunta de Saúde
Setor: Secretaria Municipal de Saúde
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

LUIZ ANTONIO CHAGAS DA SILVA
Cargo: Gari
Setor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 02/06/2025 a 01/06/2026

BIANCA BEATRIZ DE MASSENA SILVA
Cargo: Subcoordenadora de Secretaria
Setor: Secretaria Municipal de Desporto
Período do Gozo: 02/03/2026 a 31/03/2026
Período aquisitivo: 02/01/2025 a 01/01/2026

Art. 2º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data 02/03/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:408AA638

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);
RESOLVE:

Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **PAULO JORDAO ALEXANDRE DOS SANTOS** matrícula nº 7251 ocupante do cargo de Secretário Municipal Adjunto de Administração lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025a 01/01/2026

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 15/06/2026 a 14/07/2026.

Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:ADC7F723

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 064/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);

RESOLVE:
Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **IRANILDO PEREIRA RODRIGUES** matrícula nº 04 ocupante do cargo de Cozinheiro lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 31/03/2025 a 30/03/2026.

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 15/06/2026 a 14/07/2026.

Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:32C71B42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **MARIA KHRISLEINE OLIVEIRA SILVA** matrícula nº 6572 ocupante do cargo de Secretária Municipal Adjunto lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/02/2025 a 02/02/2026.

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 01/04/2026 a 30/04/2026.

Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:C9B376F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **ERICA FERNANDA BENTO FERNANDES** matrícula nº 11380 ocupante do cargo de Coordenador de Secretaria lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/02/2025 a 02/02/2026.

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 04/05/2026 a 02/06/2026.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:39A3D49F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 067/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 77º, da Lei Complementar Municipal n° 006/2009 (Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Várzea/RN);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **TONYANDERSON RODRIGUES DA COSTA** matrícula nº 10391 ocupante do cargo de Vice Diretor do Posto De Saúde lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026.

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 01/06/2026 a 30/06/2026.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o pagamento do adicional de férias (1/3) sobre sua remuneração, conforme determina o Art. n° 75° da Lei Complementar Municipal n° 006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:DFE11991

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 070/2026 – GP

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipaln.º.010/2019, de 02 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação do cargo público de provimento em Comissão de Coordenador de Ornamentação e Manifestações Artísticas, junto a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Várzea/RN.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **JOÃO EMANUEL ARAUJO DE SOUZA**, portador de Documento de Identidade nº 016.902.184-01, do cargo Comissão de Coordenador de Ornamentação e Manifestações Artísticas, junto a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Várzea/RN.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor nesta data 18 de março de 2026.

Cumpra-se e publique-se.

GETULIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:0ECC78AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 071/2026 – GP

Várzea/RN, 18 de março de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipaln.º.010/2019, de 02 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação do cargo público de provimento em Comissão de Coordenador de Coordenador de Serviços Urbanos, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo do Município de Várzea/RN.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **LEOCLAUDIO FREIRE DA SILVA**, portador de Documento de Identidade nº 1583446, do cargo Comissão de Coordenador de Serviços Urbanos, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo do Município de Várzea/RN.

Art. 2º A presente Portaria tem seu efeito retroagidos a data de 02 de março de 2026.

Cumpra-se e publique-se.

GETULIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:BD7DCCEB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2022 – ADITIVO Nº 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ: 14.784.472/0001-97, torna público que foi firmado o seguinte aditivo: **SÉTIMO ADITIVO** de prorrogação de prazo de execução e prazo de vigência ao Contrato nº 36/2022 – PMVV
ORIGEM: PREGÃO nº 03/2022;
Objeto: **Contratação de pessoa jurídica para o recrutamento de pessoal técnico para a execução dos serviços, ações, procedimentos e atividades em assistência social do SUAS**;

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (COOPSUAS) **CNPJ/ME sob o nº 42.717.812/0001-00**

O prazo de vigência do contrato nº 36/2022, previsto em sua cláusula quinta fica prorrogado por mais 12 (doze) meses.

PUBLIQUE-SE,

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleycy Enne Fernandes Nunes
Código Identificador:8A00361E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
PORTARIA Nº 01/2026 – SME

Dispõe sobre a homologação do Parecer CME nº 01/2026, que aprova a Adesão as Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte, no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VENHA-VER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização curricular em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, bem como a integração das competências gerais e específicas da área de Computação, este Conselho passou a analisar a matéria.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estabelecendo que "a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio";

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CB nº 01/2022 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que instituíram a BNCC Computação – Complemento à BNCC, definindo competências e habilidades relativas à cultura digital, ao mundo digital e ao pensamento computacional em todas as etapas da Educação Básica.

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui a Computação como área do conhecimento da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 220/2025, de 31 de outubro de 2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fica normais para a cooperação entre União, Estados, o Distrito federal e os municípios para elaboração e implementação de políticas, programas e de ações educacionais em regime de colaboração;

CONSIDERANDO a Resolução CIF nº 15/2025, que condiciona o recebimento da complementação da União ao FUNDEB, no exercício de 2026, à adequação dos referenciais curriculares das redes de ensino à BNCC Computação.

CONSIDERANDO a Portaria-sei nº 11.123, de 12 de dezembro de 2025, que homologou o Parecer nº 160/2025 - CEB/CEE-RN, aprovação das Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte (DCEC).

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Estadual de Educação (CEE), reunido em Sessão Plena, em 03 de dezembro de 2025, que acolheu o Parecer nº 160/2025 - originário da Câmara de Educação Básica, deliberou por unanimidade, aprovar a conclusão apresentada e tomada nos termos dos votos dos Conselheiros.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização curricular da rede municipal de ensino, em consonância com as diretrizes nacionais e com as demandas contemporâneas da educação digital;

CONSIDERANDO a autonomia pedagógica das unidades escolares e o respeito às especificidades do contexto local;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Parecer CME nº 01/2025, que aprova Adesão as Diretrizes Curriculares do Ensino de Computação na Educação Básica do Rio Grande do Norte como documento de referência para a organização curricular da área de Computação no âmbito da rede municipal de ensino de Venha-Ver/RN.

Art. 2º Estabelecer que a implementação do currículo homologado ocorrerá de forma gradual e preferencialmente transversal às áreas do conhecimento, respeitadas as etapas e modalidades da Educação Básica, conforme planejamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Determinar que a Secretaria Municipal de Educação promova ações de formação continuada dos profissionais da educação, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação do currículo, em articulação com o Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Venha-Ver/RN, 19 de março de 2026.

EDIMAR FERREIRA DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:3551770D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008/2026

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN
DECRETO Nº 008/2026

Dispõe sobre Feriado Municipal em virtude das comemorações de Emancipação Política de Vera Cruz no ano de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL de Vera Cruz, no uso de suas atribuições legais de acordo com o que dispõe o art. 88, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.º 1º - Fica decretado, o Feriado Municipal neste município no dia 26 De Março de 2026, assumindo tal condição todas as repartições públicas e estabelecimentos comerciais.

Parágrafo Único: O disposto no artigo 1º não se aplica aos setores municipais responsáveis pelos seguintes serviços: escalas de plantões, cemitérios, limpeza pública, coleta de lixo domiciliar, motoristas a serviço de ambulância e profissionais plantonistas do Hospital e Maternidade Aída Ramalho Cortez Pereira e repartições que por natureza, o trabalho não possa ser interrompido.

Art.2º - Os Chefes das repartições onde o trabalho não for interrompido organizarão uma escala de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços de tal forma que todos possam gozar do benefício desse ato.

Art.3º - Considerando que em caso extraordinário na data que trata este decreto, poderão ser convocados para comparecerem imediatamente ao prédio sede da Prefeitura, todos os Secretários Municipais, e demais integrantes da composição administrativa direta.

Art.4º - A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio do Departamento de Pessoal do Município, adotará as providências necessárias ao cumprimento do presente decreto.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Vera-Cruz/RN, 25 de Março de 2026.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:1AEC364C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 049/2026.

Portaria de Diária nº 049/2026.

Vera Cruz/RN, 25 de Março de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso de suas atribuições legais, e do que lhe confere a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para a Sª LUZIA CATARINA DOS ANJOS- Secretária Adjunta de Cultura, Turismo e Juventude, que no dia 26 de Março de 2026, para se deslocar a cidade de Santa CruzRN, quando a mesma participará "Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento do Trairi e Região".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSE JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:01F4D71A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 050/2026.

Portaria de Diária nº 050/2026.

Vera Cruz/RN, 25 de Março de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso de suas atribuições legais, e do que lhe confere a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o Srº MAX LUCIO DE LIMA- CHEFE DE TURISMO, que no dia 26 de Março de 2026, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, quando o mesmo participará do "Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento do Trairi e Região".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSE JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:BA8A705B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 659/2026, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026.

O Prefeito Municipal De Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 026/2026, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN e a empresa LUIZ ERBAS MORAIS DE FREITAS 01954639430, inscrita no CNPJ sob o nº 37.990.026/0001-34, cujo objeto é o confecção, fornecimento e instalação de tela em polietileno com proteção UV, malha 15x15, destinada ao fechamento e proteção de quadras esportivas, arenas society e ginásios pertencentes ao Município de Viçosa/RN, visando melhorar a segurança dos espaços esportivos e garantir melhores condições de uso durante a prática de atividades esportivas e recreativas.

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestora da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:614D1C51

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 010/2026 – GABINETE DO PREFEITO - PUBLICADA POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.000, de 08 de novembro de 2023, que disciplina e reestrutura o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Florânia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 09/2024 do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDA

CONSIDERANDO o edital de convocação nº 002/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:
Art.1º- NOMEAR a Senhora **MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA**, 1ª suplente, inscrita no CPF sob nº ***.019.204-**, em caráter de **SUBSTITUIÇÃO**, para o gozo de férias dos membros titulares do Conselho Tutelar, nominados abaixo**.**

Adriano da Silva Souza;
Antônio Ricardo de Morais;
Raissa Borges Gouveia;
Fabiana Targino Barbosa da Costa;
Sheila Maria de Medeiros.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 25 de março de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Matheus Florencio da Silva
Código Identificador:49D39833

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº005/2026 – SEME.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01 (uma) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em favor da Vice-Diretora Karina Maria de Medeiros Cassiano, matrícula nº 1236, para participação no Seminário de Acesso ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio para Diretores da Educação, a ser realizado no dia 25 de março de 2025, no Hotel Praia Mar, em Natal/RN.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 25 março de 2026.

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:B15FDA31

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº006/2026 – SEME

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01 (uma) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em favor do Diretor Tiago Lucas da Silva, matrícula nº 900, para participação no Seminário de Acesso ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio para Diretores da Educação, a ser realizado no dia 25 de março de 2025, no Hotel Praia Mar, em Natal/RN.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 25 março de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:68F973E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 061/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) ao servidor **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, ocupante da função de **AUXILIAR EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN**, entre os dias 24 a 25 de março de 2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos dias 24 a 25 de março de 2026, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.
Florânia/RN, em 25 de março de 2026.

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:AD9BA270

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) a servidora **MARIA IRENE DOS SANTOS SILVA**, ocupante da função de **TECNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN**, no dia 24/03/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24/03/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 25/03/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:FFE0E2A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 063/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 13/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para a servidora **LIDIA MARIA DANTAS,** para custear despesas com alimentação e estadia, durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN,** com o objetivo de participar da **152ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIR 4ª REGIÃO DE SAÚDE no dia 25/03/2026.**

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 25/03/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:D13A5919

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 13/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 75,00 (Setenta e cinco reais) para a Secretária **SAMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO,** para custear despesas com alimentação, durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN,** com o objetivo de participar da **152ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIR DA 4ª REGIÃO DE SAÚDE no dia 25/03/2026.**

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 25/03/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:96BE8BCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 13/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para a Secretária Adjunta **HELEN RAINARA ARAUJO CRUZ,** para custear despesas com alimentação, durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN,** com o objetivo de participar da **152ª REUNIAO ORDINARIA DA CIR 4ª REGIÃO DE SAÚDE** no dia 25/03/2026**.**

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.
Florânia/RN, em 25/03/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:B46C754C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ RN (CIM SERIDO)

PRESIDÊNCIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2026 - ANEXO I - SINTÉTICO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ							Exercício: **2026**
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário							
Bimestre: 1/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	5,78	213.883,06	5,78	3.486.116,94
Receitas Correntes	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	5,78	213.883,06	5,78	3.486.116,94
Receita Patrimonial	23.787,00	23.787,00	4.226,23	17,77	4.226,23	17,77	19.560,77
Valores Mobiliários	23.787,00	23.787,00	4.226,23	17,77	4.226,23	17,77	19.560,77
Transferências Correntes	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	5,70	209.656,83	5,70	3.466.556,17
Transferências dosMunicípiose de suas Entidades	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	5,70	209.656,83	5,70	3.466.556,17
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	5,78	213.883,06	5,78	3.486.116,94
OPERAÇÕESDE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operaçõesde Crédito -Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operaçõesde Crédito -Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	5,78	213.883,06	5,78	3.486.116,94
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					213.883,06		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas PagasAté Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
Despesas Correntes	3.300.000,00	3.300.000,00	446.591,28	446.591,28	2.853.408,72	150.031,27	150.031,27	3.149.968,73	136.101,77	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	557.500,00	557.500,00	273.291,92	273.291,92	284.208,08	65.507,41	65.507,41	491.992,59	53.386,71	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.742.500,00	2.742.500,00	173.299,36	173.299,36	2.569.200,64	84.523,86	84.523,86	2.657.976,14	82.715,06	0,00
Despesas de Capital	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
INVESTIMENTO	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
Reserva de Contingência	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
RESERVADE CONTINGÊNCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DASDESPESAS(X) = (VIII +IX)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS(XII) = (X + XI)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-235.265,22			61.294,79		75.224,29	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	213.883,06	3.250.851,72	152.588,27	213.883,06	3.547.411,73	213.883,06	0,00
RESERVADO RPPS										

1 - Odéficitserá apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestrese a despesa empenhada noúltimo bimestre.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO	***FELIPE PEREIRA DE MEDEIROS***
###.366.064-##	###.069.904-##
Presidente	Contador CRC RN 013087/O-6

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:2080BA4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2026, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 23.192,00 (vinte e três mil, cento e noventa e dois reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII do Artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 23.192,00 (vinte e três mil, cento e noventa e dois reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao décimo segundo dia de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos-RN, 24 de março de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**23.192,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**23.192,00**
	2001 Manutenção dos Serviços da Câmara..				**23.192,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	23.192,00
Anexo II (Redução)					**23.192,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**23.192,00**
	1001 Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara				**23.192,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	23.192,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:E5463B12

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O MUNICÍPIO DE ANGICOS – CNPJ: 08.085.409/0001-60 com sede na Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, CEP: 59.515-000, Angicos/RN, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Miguel Pinheiro Neto,** inscrito no CPF (MF) sob o nº 406.644.654-04 e RG: 656.153 – ITEP/RN, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado a Praça José da Penha, nº. 89 - Centro. CEP: 59.515-000 Município de ANGICOS – RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2026**, processo administrativo n.º **129008/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para Aquisição futura e eventual de água mineral natural sem gás; gelo em pacote; Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) botijão de 13kg, bem como a aquisição de vasilhames para água mineral de 20L e botijões para 13kg de carga de gás, destinados ao atendimento das demandas administrativas do Município de Angicos,** especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de **Licitação nº 003/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

EMPRESA: H A DA SILVA JUNIOR COM GAS & AGUA EIRELI	
CNPJ: 36.860.728/0001-30	
ENDEREÇO: R ISMAR ALEXANDRE DO NASCIMENTO, 229 FUNDOSB, EXPANSAO URBANA, Macaíba/RN, CEP: 59280-001.	
REPRESENTANTE: HUMBERTO ADRIANO DA SILVA JUNIOR	**CPF: 036.364.244-75**
E-MAIL: humbertojr.2008@yahoo.com.br	**TEL. (84)9.8850-0160**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
002	Fornecimento, com entrega parcelada, de carga de gás de cozinha (GLP), em botijão de 13 Kg, mediante troca de botijões.	LIQUIGÁS	UND	1.000	R$89,50	R$89.500,00
004	Botijão para recarga de 13 kg de gás de cozinha GLP (Vazio)	LIQUIGÁS	UND	40	R$174,00	R$6.960,00
VALOR TOTAL: R$ 96.460,00, (noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta reais)						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, e preferencialmente terá seu extrato divulgado no PNCP, e conforme Art. 84 da Lei n° 14.133, de 2021, poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, podendo os seus quantitativos serem renovados neste mesmo ato de Prorrogação, nos termos da PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a **homologação da licitação** ou da **contratação direta**, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a quantidade ofertada na proposta apresentada perante o edital ou aviso de contratação direta, conforme o caso, e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a **FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA** para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8 abaixo.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado preferencialmente no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços no Diário Oficial do Município.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no site do município.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

I - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

II - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a **REDUÇÃO DO PREÇO REGISTRADO**.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, **o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva,** na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de **o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado** e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de **fato superveniente** que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e/ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8 abaixo, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8 abaixo, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.4 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Angicos/RN, 26 de Fevereiro de 2026.

ASSINATURAS:

MIGUEL PINHEIRO NETO
PREFEITO MUNICIPAL
REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

H A DA SILVA JUNIOR COM GAS & AGUA EIRELI
CNPJ: 36.860.728/0001-30
HUMBERTO ADRIANO DA SILVA JUNIOR
CPF: 036.364.244-75
REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO

Publicado por:
Leslie Rayssa Pinheiro de Melo
Código Identificador:07037874

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00058, 00059, 00060, 00061 E 00062/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ANTÔNIO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00058, 00059, 00060, 00061 E 00062/2026

O Setor de Contratação da Secretaria Municipal de Administração de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Valdir Valter Vieira - Centro - Antônio Martins - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00019/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais esportivos, premiações (troféus e medalhas) e materiais de fisioterapia, destinados ao atendimento das necessidades dos órgãos, secretarias e fundos do Município de Antônio Martins/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ANTÔNIO MARTINS - CNPJ nº 08.348.989/0001-30.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000612026 - 25/03/2026

VENCEDOR: 100 SPORTS LTDA

CNPJ: 29.761.115/0001-80

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	ANTENA DE VÔLEI:O par contendo duas antenas é um equipamento para as partidas de voleibol no espaço de cruzamento no jogo. A antena profissional para rede de vôlei é um bastão/vara flexível com 1,80m de comprimento e aproximadamente 10mm, fabricado com fibra de vidro. Pintura em esmalte sintético.	scalibu	Par	4	79,00	316,00
2	APITO DE MESA: Apito utilizado por mesários em geral. Indicado para o uso profissional ou amador. Decibéis: 105 Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	cmg	Unidade	20	28,00	560,00
4	APITO PARA ÁRBITRO TIPO: Apito para os profissionais de esportes, equipes de resgate, barqueiros e de segurança para uso individual, podendo ser utilizado em condições climáticas secas ou molhadas. Podem ser ouvidos por quilômetros com sua performance impecável. Decibéis: 115 Material: Apito Plástico com bico revestido de silicone. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	convoy	Unidade	50	30,00	1.500,00
5	ARO DE BASQUETE OFICIAL: aro em aço retrátil com molas carbono com diâmetro de 45cm (interior), chapa de aço formando uma caixa, sistema de absorção de impacto suportanto situação de grande esforço de até 185kg e fixação de redes diferenciado e não possuindo segundo arco, pintura eletrostática resistente a adversidades climáticas na cor vermelha e/ou laranja, acompanhando rede de sede e parafuso para fixação com opção para tabelas de 3 e/ou 4 furos peso entre 4,9 kg a 5,6	scalibu	Par	4	190,00	760,00
6	BAMBOLÊ: Aro de plástico, desmontável, aproximadamente 64 cm de diâmetro, de várias cores.	scalibu	Unidade	340	4,00	1.360,00
9	KIT BOLA MEDICINE BALL PRO : Kit com 4 bolas de medicine ball inflável, acabamento de superfície antiderrapante, que permite ser arremessada e quicada sem dano, fabricada em material emborrachado de alta qualidade que possui peso e tamanho específico (bola de 2kg com 19cm de diâmetro; bola de 4kg com 23cm de diâmetro; bola de 6kg com 28cm de diâmetro; bola de 8kg com 28cm de diâmetro.	mbfit	Unidade	12	660,00	7.920,00
10	KIT BOLA SLAM BALL: Kit com 5 bolas de slam ball confeccionada em PVC/Borracha, texturizada, com miolo substituível e lubrificado, enchimento com areia e peso específico; (bola de 4kg, bola de 6kg, bola de 8kg, bola de 10kg e bola de 12kg), com tamanho entre 26cm e 35cm de diâmetro.	mbfit	Unidade	10	1.000,00	10.000,00
11	BOLA DE BASQUETE INFANTIL: Tamanho mirim, confeccionado em borracha, câmara butil, medindo entre 72–74 cm, pesando entre 450– 500 gramas. Miolo removível, matrizada. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Basquete (CBB), ou pela Federação Internacional de Basquete (FIBA) ou por, no mínimo, 1 Federação de basquete nacional.	proballs	Unidade	50	28,00	1.400,00
13	BOLADEFUTEBOLDECAMPOADULTO: Composição: PU laminado e câmara de butil; Peso do Produto: 410 – 450 gr; Costura: Sem Costura Circunferência: 68 – 70 cm; Tecnología: Termotec, Cápsula SIS.	magussy	Unidade	60	109,97	6.598,20
14	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPOINFANTIL NÚMERO 05: Tamanho infantil, confeccionado em PU, costurada, câmara butil, medindo entre 64–66 cm, 360–390 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	convoy	Unidade	30	109,97	3.299,10
15	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL NÚMERO 04: Tamanho infantil, confeccionado em PU, costurada, câmara butil, medindo entre 6.2–64cm, 3400–380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	convoy	Unidade	30	114,97	3.449,10
16	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO – TIPO 1: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PU PRO, dupla laminação, costurada, TERMOTEC, 11 gomos, com câmara 6D, medindo entre 62,5–63,5CM, pesando entre 410–430 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED) ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente ou um ano anterior.	magussy	Unidade	200	104,97	20.994,00
17	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PU, costurado com câmara butil, medindo entre 55 e 59 cm, pesando entre 350 e 380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED), ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente.	magussy	Unidade	60	104,99	6.299,40
18	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO – TIPO 2: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PU, dupla laminação, construção: DUOTEC HÍBRIDA (MÃO), 32 gomos, com câmara 6D, medindo entre 62–64 CM, pesando entre 400–440 gramas, sistema de forro: triaxial miolo, cápsula SIS. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED) ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente ou um ano anterior.	magussy	Unidade	50	168,99	8.449,50
19	BOLA DE FUTEBOL DA AREIA: Composição em PU PRÓ resistente, com as tecnologias ultra fusion e super soft, miolo slip system e câmara airbility com tecnologia sis em sua cápsula, peso do produto entre 410 – 440 g, sem costura, com circunferência entre 68–70 cm, 12 gomos, laminado micropower, câmara interna EVACEL, miolo cápsula SIS, tecnologia construção – ultra fusion, com garantia do fabricante contra defeito de fabricação, de origem nacional.	magussy	Unidade	12	170,00	2.040,00
20	BOLA DE HANDEBOL INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PU, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49–51 cm, pesando entre 230 e 270 gramas, com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB), ou pela Federação Internacional de Handebol (IHF), ou por, no mínimo, 1 Federação Estadual de Handebol nacional.	magussy	Unidade	40	91,00	3.640,00
21	BOLA DE VÔLEI INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionado em PU, costurado com câmara de butil, medindo entre 60–63 cm, pesando entre 240– 270 gramas. Com válvula. Gomos com enchimento interno de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	convoy	Unidade	20	139,98	2.799,60
24	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY INFANTIL: Tamanho infantil, Conta com câmara 6D, um sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo Cápsula SIS, com bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Miolo removível e lubrificado. Confeccionado em PU – Poliuretano (mais maciez e durabilidade) 32, Gomos Tamanho: 65 – 67 cm Peso: 370 – 400 gramas.	magussy	Unidade	15	149,99	2.249,85
25	BOLA DE VÔLEI DE AREIA: Matrizada, com 18 gomos, confeccionada com PU, Ultra Fusion; –	convoy	Unidade	6	167,99	1.007,94

	Alta resistência sem perder a maciez; – Menor absorção de água; – costura de alta precisão; – 18 gomos; – Circunferência: 65 – 68 cm; – Peso: 260 – 280g; – Câmara Airbility, atestada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV).					
26	BOLA DE FUTEVÔLEI: Calibragem ideal: 3,0 a 3,5 libras; Bola oficial de Futevôlei aprovada pela FIFA – Federação Internacional de Futebol; Possuir 32 painéis; Tamanho 5, Circunferência: 65–67cm Peso: 370– 410g; Composta de couro sintético de alta densidade; Construção Soft Built Nylon Wound; Laminada com uma tecnologia diferenciada; Indicada para Competição de Futevôlei, Futmesa e Altinha.	magussy	Unidade	6	169,96	1.019,76
27	BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 08, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 40 e 42 cm, pesando entre 100 e 120 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	convoy	Unidade	120	24,99	2.998,80
28	BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 10, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 e 200 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	convoy	Unidade	120	25,99	3.118,80
29	BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 12, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 57 e 59 cm, pesando entre 250 e 270 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	convoy	Unidade	120	26,99	3.238,80
30	BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 14, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 65 e 67 cm, pesando entre 350 e 370 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	convoy	Unidade	120	18,99	2.278,80
31	BOMBA DE ENCHER BOLA: Confeccionada em polipropileno, transparente, dupla ação ideal para encher bolas, acompanhada com mangueira flexível rosqueável e bico (agulha).	convoy	Unidade	30	11,00	330,00
32	CONE MÉDIO: Medindo aproximadamente 20cm, flexível, material composto de PVC, na cor laranja.	scalibu	Unidade	500	3,99	1.995,00
33	CONE TIPO CHAPÉU CHINÊS: utilizado para demarcação de solos como campos, quadras, proporcionando ganhos de velocidade e coordenação. Suas cores fortes facilitam a visualização e o teor flexível o torna durável e resistente. Categoria: Profissional e Residencial. Cores: Verde / Azul / Amarelo / Vermelho. Dimensões: 19 x 19 x 5 cm (C x L x A). Material: Polímero Siliconado mais Flexível e Durável	scalibu	Unidade	500	1,99	995,00
35	JOGO DE DAMA: Descrição Tabuleiro: 29cm x 29cm cor preto e branco material plástico características gerais jogo de xadrez com tabuleiro magnético dobrável contém 33 peças.	xalingo	Unidade	120	24,99	2.998,80
36	JOGO DE DOMINÓ: Jogo de dominó com 28 peças. Ponto colorido para facilitar a identificação do número. Feito em poliéster. Organizado em uma linda lata de alumínio. Tamanho da lata: 19 cm x 11 cm x 2 cm. Tamanho das peças: 4,7 cm x 2,4 cm x 1 cm.	domino	Unidade	120	33,00	3.960,00
37	JOGO DE XADREZ – Tabuleiro feito em madeira Tamanho do tabuleiro: 29x29 centímetros.; Tamanho da casa: 3x3 centímetros; Espessura do tabuleiro 2,5 centímetros; Peças em madeira com excelente acabamento; Tamanho das peças: Rei: 6,5 cm; Rainha: 5,8 cm; Bispo: 5,0 cm; Cavalo: 4,0 cm; Torre: 3,7 cm; Peão: 3,3 cm.	xalingo	Unidade	100	59,99	5.999,00
39	MESA DE TÊNIS: Espessura 15mm Composição Madeira 5mm MDP Dimensões do Produto Montado: 2,74 x 1,52 x 0,76 (Comprimento x largura x altura).	klopf	Unidade	6	1.254,95	7.529,70
41	PRANCHETA TÁTICA: Contém: 01 Caneta e 23 Imãs, composição: metal com acabamento em plástico; composição caneta: 100% plástico dimensão aproximada (A x L): 36 x 24 cm peso aproximado: cerca de 525g.	convoy	Unidade	20	79,50	1.590,00
42	RAQUETES PARA JOGO DE TÊNIS DE MESA: Kit tênis de mesa com raquete. Composto por 2 raquetes e 3 bolas de fibra de acetato. Cor: madeira, preto e vermelha material composição: madeira, borracha e fibra de acetato conteúdo da embalagem: 1 Kit tênis de mesa com 2 raquetes e 3 bolas.	convoy	Unidade	20	27,50	550,00
43	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO: Oficial para traves, medidas oficiais, confeccionada em Polietileno (nylon) de alta densidade, fio 6,0mm, malha 16x16. Medida padrão: 7,55m x 2,44m, modelo tradicional.	pangue	Par	30	220,00	6.600,00
44	REDE DE FUTEBOL DE SALÃO/HANDEBOL: com medidas oficiais, confeccionada em polietileno (nylon), resistência a raio UV com fio de 6,0 mm de espessura, malha de 15x15 cm. Medidas: 3 x 2 x 1 (Largura x Altura x profundidade).	pangue	Par	55	268,99	14.794,45
45	REDE DE VÔLEI E FUTEVÔLEI: Com cordas, cabo de aço plastificado. Material polietileno com 4 lonas sintéticas, fio 2,50 mm. Suporte plástico nas pontas superiores que impedem a ação cortante do cabo. Quadro estrutural em corda de nylon 6mm. Medidas 10 m x 1 m. Malha 10x10, resistente a raios.	pangue	Unidade	12	194,99	2.339,88
46	REDE PARA ARO DE BASQUETE: Confeccionada no Fio 8 de Seda (Polipropileno) 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. Modelo OFICIAL NBA na cor branca natural.	pangue	Unidade	10	79,50	795,00
52	Rede de Proteção Esportiva Sob Medida Para Campo/Quadra de Futsal, Futebol, Society Fio 4 Malha 10cm, com entrega e instalação conforme projeto e pedido da secretaria solicitante.	master rede	M³	3000	11,99	35.970,00
54	STEP EM EVA: com dimensões de 60x30x10 usada para treino aeróbico, com superfície antiderrapante, leveza para transporte, e de fácil higienização.	scalibu	Unidade	90	80,00	7.200,00
55	ESCADA DE AGILIDADE: Escada de agilidade treinamento funcional 9 degraus – 4,5 metros, na cor: amarelo e preto, composição: Nylon e Varetas de PVC.	scalibu	Unidade	30	71,25	2.137,50
57	BOLA SUICA PARA PILATES E IOGA: Diametro 65 cm, Material: PVC, Sistema Anti Estouro, Superfície Antiderrapante.	mbfit	Unidade	15	67,00	1.005,00
58	KIT HALTERES EMBORRACHADOS: Pares de 1Kg a 5Kg com Suporte de Chão , 01 (Um) Suporte Expositor para 10 Halteres; 02 (Dois) Halteres Redondo Emborrachados de 1 Kg; 02 (Dois) Halteres Redondo Emborrachados de 2 Kg; 02 (Dois) Halteres Redondo Emborrachados de 3 Kg; 02 (Dois) Halteres Redondo Emborrachados de 4 Kg; 02 (Dois) Halteres Redondo Emborrachados de 5 Kg, Garantia mínima 90 dias contra defeito de fábrica.	fundiban	Unidade	16	680,00	10.880,00
59	Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 80 mm de diâmetro Personalizada, com arte selecionada pela secretaria demandante, com 35 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha com de fita de cetim, Cor a definir serigrafia nos dois lados. OURO = 1000 – PRATA =1000 e BRONZE= 1000.	crespar	Unidade	900	5,00	4.500,00
60	Medalha em acrílico transparente 70x70mm e centro personalizado com arte proposta pela secretaria municipal demandante. Espessura de 2 mm. Suporte para fita com 3,0 cm de largura. Amedalha com fita de cetim, Cor: A definir, com 3,0 cm de largura.	total acrilico	Unidade	1000	5,00	5.000,00
61	Troféu em acrílico 30 cm de altura, 20 cm de largura, 6 mm de espessura, base de 8 mm e altura, 30 de comprimento 15 de largura, detalhes em acrílico espelhado, com formato do troféu a definir, com personalização estampada a ser definido pela secretaria de Esportes. Cor a Definir.	total acrilico	Unidade	150	159,99	23.998,50
62	Troféus base de MDF em formato quadrado medindo 25x25cm, na cor preto liso envernizado, contra base superior em formato quadrado com as laterais abauladas com 20cm de altura, canoplas douradas com cinco colunas douradas frisadas, base superior em formato redondo contendo um cone de metal, taça de metal douradas com uma estatueta acima. Moldura espelhada contendo a gravação e logotipos. Altura 50cm. Com personalização selecionada pela secretaria demandante	total acrilico	Unidade	150	178,99	26.848,50
63	Troféu 1° Lugar – Troféu com altura de 150 cm, base octogonal com 26, 5 cm de largura, em polímero na cor preta, um estágios com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (DEUSA DA VITÓRIA) Fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	jebs	Unidade	30	430,00	12.900,00
64	Troféu 2° Lugar – Troféu com altura de 110 cm, base octogonal com 35 cm de largura, em polímero na cor preta, com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 30 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (DEUSA DA VITÓRIA) Fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	jebs	Unidade	30	380,00	11.400,00

65	Troféu 3° Lugar – Troféu com altura de 90 cm, base octogonal com 23 cm de largura, em polímero na cor preta, com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 20 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta em latão para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (DEUSA DA VITÓRIA) Fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	jebs	Unidade	30	300,00	9.000,00
66	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 01 CHUTEIRA OURO, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	jebs	Unidade	30	73,00	2.190,00
67	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 02 CHUTEIRA PRATA, 13x20 cm com base em madeira na cor preta.	jebs	Unidade	30	73,00	2.190,00
68	ESTATUETA DE LUVA DE GOLEIRO DE FUTEBOL – Com 18,5 cm de altura. Pode ser utilizada em troféus grandes. Contem parafuso para fixação em troféus, com base em madeira.	jebs	Unidade	30	79,50	2.385,00
69	ESTATUETA DE BOLA DE FUTEBOL (bola de ouro) em polímero metalizada dourada. Com 7,7cm de altura. Peso.: 0,067 kg .Com base em madeira.	jebs	Unidade	30	55,75	1.672,50
70	ESTATUETA DE ATLETISMO em polímero metalizada dourada. Com 11,2 cm de altura. Peso.: 0,045 kg. Com base em madeira. As estatuetas podem ser nas cores douradas e pratas.	jebs	Unidade	100	34,99	3.499,00
71	TAÇA EM METAL – 1° Lugar – Com 160cm de altura e 55cm de largura, a partir das alças. astes em polímero metalizadas na cor dourada. base em polímero na cor preta. Acompanha gravação em adesivo personalizável na base.	jebs	Unidade	40	739,00	29.560,00
72	TAÇA EM METAL – 2° Lugar – Com 110 cm de altura e 45cm de largura, a partir das alças. astes em polímero metalizadas na cor dourada. base em polímero na cor preta. Acompanha gravação em adesivo personalizável na base.	jebs	Unidade	40	658,99	26.359,60
75	Troféu em mdf laminado com acrílico, personalizado e detalhe lateral em acrílico fosco arte personalizada em poliestireno. altura: 40 cm(personalização de acordo com secretaria)	total acrilico	Unidade	30	118,99	3.569,70
76	Troféu em mdf laminado com acrílico, personalizado e detalhe lateral em acrílico fosco arte personalizada em poliestireno. altura: 60 cm (personalização de acordo com secretaria)	total acrilico	Unidade	30	188,99	5.669,70
77	Troféu em mdf laminado com acrílico, personalizado e detalhe lateral em acrílico fosco arte personalizada em poliestireno. altura: 110 cm (personalização de acordo com secretaria).	total acrilico	Unidade	20	220,00	4.400,00
TOTAL						380.109,48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000592026 - 25/03/2026

VENCEDOR: D F DE S SILVA

CNPJ: 04.599.190/0001-66

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
7	BASTÃO DE REVEZAMENTO PARA ATLETISMO Bastão De Revezamento Para Atletismo Kit 8 Unidade Dimensões: 30 cm de comprimento x 3 cm de diâmetro feito em PVC Rígido Anti–chama Produto de Alta qualidade e resistência.	scalibur	Unidade	30	76,80	2.304,00
8	BICOPARABOMBADEENCHERBOLA: Confeccionada em metal, tipo agulha, rosqueável.	scalibur	Unidade	35	5,99	209,65
34	CORDA DE PULAR INDIVIDUAL C/ MANOPLAS: Com manoplas de madeira, material sisal com 2m cada uma, e 8mm de espessura.	scalibur	Unidade	120	9,87	1.184,40
38	KIT COLCHONETES: Com 05 unidades Produzido em espuma D33, 100% forrado em Napa e com tratamento antiácaro e antialérgico Enchimento Polipropileno Medida 90 x 42 x 2 cm Revestimento Napa.	scalibur	KIT	160	75,00	12.000,00
40	PLACAR DE MESA: Pode ser utilizado em várias modalidades esportivas, como tênis de mesa, Vôlei, futebol Etc. Confeccionado em PVC rígido, possui sistema articulado para facilitar o transporte. Ideal para qualquer partida especificações: material Pvc rígido, cor: preto, linha table tennis, prático e leve 7 sets 31 pontos, multi esporte, dobrável, dimensões, altura: 15cm, comprimento 1,80 M, Obs: tamanho oficial.	lorben	Unidade	10	148,96	1.489,60
47	SACO PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO: em SEDA, alta resistência, com forração interna em tecido sintético, com alças em trançadas, fechamento superior em zíper de poliéster. Medida aproximada: 85 cm de altura X 48 cm de comprimento X 28cm de largura nas laterais. Com impressão da logomarca – conforme solicitado, (medida aproximada: 20 cm x 27 cm). O arquivo com o logomarca do programa será disponibilizado pelo contratante.	scalibur	Unidade	12	128,97	1.547,64
TOTAL						18.735,29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000622026 - 25/03/2026

VENCEDOR: DMG COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA–ME

CNPJ: 48.872.449/0001-76

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
73	PLACA DE HOMENAGEM – com caixa de veludo – Medidas 20cm x 15 cm	PRÃ-PRIA	Unidade	100	80,00	8.000,00
74	PLACA DE METAÍLCA – prata com tamanho de 17 cm x 12cm.	PRÃ-PRIA	Unidade	30	44,98	1.349,40
TOTAL						9.349,40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000582026 - 25/03/2026

VENCEDOR: JOSE EDISMAR BEZERRA ME

CNPJ: 02.138.075/0001-69

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	APITO PARA ARBITRAGEM DE PLÁSTICO COMCORDÃO: Grande, de plástico, com cordão. Tamanho grande.	OFFSIDE	Unidade	40	16,99	679,60
12	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO – TIPO 01: Tamanho oficial adulto, confeccionado em PU, termotec, câmara 6D, gomos 14, costurada, sistema de forro Termofixo, camada interna Neogel, processo extra de Dulpla colagem, mioloa cápsula SIS, medindo entre 68–70 cm, 410–450 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	PENALTY	Unidade	60	139,94	8.396,40
22	BOLA DE VÔLEI: Tamanho oficial adulto, Produzida em Sistema de Microfibra com tecnologia Double Dimple, medindo entre 65–67 cm, pesando entre 260–280 gramas, 18 painéis aerodinâmicos, Tamanho 5 – OFICIAL. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	PENALTY	Unidade	30	149,97	4.499,10
23	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY ADULTO: Tamanho oficial adulto, confeccionado em PU, circunferência entre 66 – 69 cm pesando entre 430 – 450 gramas. A bola deve ser fabricada com material resistente, o modelo recebe uma dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol 7 (CBF7).	PENALTY	Unidade	15	184,00	2.760,00
56	CAIXA TÉRMICA 54 LITROS, Largura x Altura: 63 cm x 39 cm com Rodas.	ANTARES	Unidade	10	364,85	3.648,50
TOTAL						19.983,60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000602026 - 25/03/2026

VENCEDOR: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA

CNPJ: 08.973.569/0001-45

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
53	MINI JUMP: profissional não dobrável capacidade de 150kg,6 pés, fabricado em tubo redondo de aço com aro de reforço com diâmetro de 98x98x20cm acompanhando lona de proteção com 75cm de diâmetro, pés são fixos e feitos em PVC antiderrapante removível, Com 32 molas fixadas à tela por 16 suportes de aço.	FLEX EQUIPMENT	Unidade	35	309,99	10.849,65
TOTAL						10.849,65

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00019/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Secretaria Municipal de Administração de Antônio Martins, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00019/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Pedido de Compra.
O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Pedido de Compra decorrente do presente certame, deverá ser retirado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00019/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- 100 SPORTS LTDA.
29.761.115/0001-80
Valor: R$ 380.109,48
- D F DE S SILVA.
04.599.190/0001-66
Valor: R$ 18.735,29

- DMG COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA–ME.
48.872.449/0001-76
Valor: R$ 9.349,40
- JOSE EDISMAR BEZERRA ME.
02.138.075/0001-69
Valor: R$ 19.983,60
- JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA.
08.973.569/0001-45
Valor: R$ 10.849,65

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Martins–RN.

Antônio Martins - RN, 25 de Março de 2026

CLÉBIA FERNANDES DOS SANTOS VARELA –
Secretaria de Administração

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:A51EEFEB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0203/2026 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Apodi/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3698, de 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apodi/RN, 25 de março de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**280.000,00**
02 .034 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**280.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Administração				**280.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	280.000,00
Anexo II (Redução)					**280.000,00**
02 .041 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**280.000,00**
	2088 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais de Servidores da Secretaria Municipal de Saúde				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	100.000,00
	2091 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Agentes Comunitários de Saúde				**180.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	180.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 25 de março de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:71A2B326

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0204/2026 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Apodi/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2338/2025, de 29 de dezembro de 2025, Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3698, de 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apodi/RN, 25 de março de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**60.000,00**
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**60.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Educação				**60.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15730000	0001	60.000,00
Anexo II (Redução)					**60.000,00**
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**60.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Educação				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15730000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	40.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 25 de março de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0B3E7DE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADESÃO Nº 01/2026

A Prefeitura de Barcelona/RN **TORNA PÚBLICA** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 24/2025 da Prefeitura de São Tomé/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 03/2023 e, do Decreto Municipal nº 24/2025 e suas alterações posteriores e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62442143/2025

OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE EPI´S, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO GERAL, HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PINTURA, MATERIAIS ESTRUTURAIS, ARTEFATOS DE CIMENTO, CERÂMICOS, ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO, FERRAMENTAL, MATERIAIS PAISAGÍSTICOS, MADEIRAS EM GERAL, METALÚRGICA E FUNILARIA, FERRAGENS E COBERTURA.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA DE SÃO TOMÉ/RN – inscrita no CNPJ Nº 08.080.210/0001-49

ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE – (CARONA): PREFEITURA DE BARCELONA/RN, inscrita no CNPJ: 08.002.180/0001-52.

FORNECEDOR REGISTRADO: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA – CNPJ Nº 18.966.736/0001-84.

Fornecedor: **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA**		
CNPJ: **18.966.736/0001-84**	Telefone: (**84) 99423-6884**	Email: **mcbvst@gmail.com**
Endereço: **RUA AUREA GALVÃO, 641, BELA VISTA, SÃO TOMÉ/RN, CEP: 59400-000**		
Representante: **FRANCISCO EILSON DE ARAÚJO FILHO**		

Item	**Especificação**	**Percentual de desconto na Tabela SINAPI (%)**	**Valor máximo por item para 12 meses / R$**

01	Materiais para Manutenção Geral (Elétricos, Iluminação Pública, hidro Sanitárias e afins)	**43,30%**	**R$ 150.000,00**
02	Materiais para Manutenção Geral (Material Estrutural, pedra, areia, brita e afins)	**36,80%**	**R$ 100.000,00**
03	Materiais para Manutenção Geral (Acabamento Interno e Externo, louças e metais sanitários, Pintura e afins)	**40,10%**	**R$ 100.000,00**
04	Materiais para Manutenção Geral (Artefatos de Cimento, pré-moldados e afins)	**30,50%**	**R$ 100.000,00**
05	Materiais para Manutenção Geral (Ferramental)	**50,10%**	**R$ 40.000,00**
06	Materiais para Manutenção Geral (Paisagísticos)	**30,50%**	**R$ 20.000,00**
07	Materiais para Manutenção Geral (Madeira serrada)	**33,50%**	**R$ 30.000,00**
08	Materiais para Manutenção Geral (Esquadria, Metalúrgica e Funilaria)	**42,10%**	**R$ 30.000,00**
09	Materiais para Manutenção Geral (Artefatos cerâmicos, telhas, tijolos e afins)	**36,80%**	**R$ 40.000,00**
10	Materiais para Manutenção Geral (Ferragem, vergalhões e afins)	**36,50%**	**R$ 40.000,00**
11	Materiais de EPIs (Capacete de segurança, protetores auditivos, óculos de proteção, cinto de segurança, máscaras, calçados de segurança, luvas de proteção e afins)	**40,05%**	**R$ 25.000,00**
VALOR TOTAL.....R$ 675.000,00			

VALOR GLOBAL DA ADESÃO R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA DA ARP (Órgão Gerenciador): 25/06/2025 à 25/06/2026.

VIGÊNCIA DE ADESÃO A ARP (Órgão não Participante-CARONA): 25/03/2026 a 25/06/2026.

Barcelona/RN, 25 de março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Prefeitura De Barcelona/RN
CNPJ Nº 08.002.180/0001-52
FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito
Pela/Contratante

(Assinado Eletronicamente)
Material De Construção Bela Vista LTDA
CNPJ: 18.966.736/0001-84
FRANCISCO EILSON DE ARAÚJO FILHO
Sócio Administrador
Pela/Contratada

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:690306CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
RESULTADO DA ENTREVISTA (2ª FASE) - PSS Nº 001/2026

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –PSS Nº 001/2026

O Município de Boa Saúde/RN, através da Comissão designada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito João Maria Mesquita, nomeada pela Portaria nº 031/2026, torna público o **RESULTADO** da 2ª fase do Processo Seletivo Simplificado-PSS Nº 001/2026, nos termos do Edital nº 001/2026.

RESULTADO DA ENTREVISTA (2ª FASE)

FUNÇÃO: ORIENTADOR SOCIAL – CÓDIGO: M001

Nº ORDEM	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	008/2026	EUDO FERNANDES DE SOUZA	25,00	25,00	25,00	25,00	**100,00**	**CLASSIFICADO**
02	002/2026	JUSSARA FELIZARDO DA SILVA	25,00	25,00	25,00	25,00	**100,00**	**CLASSIFICADO**
03	023/2026	JOÃO VICTOR ALVES DA COSTA	25,00	24,00	25,00	25,00	**99,00**	**CLASSIFICADO**
04	003/2026	RAINARA BEATRIZ DO NASCIMENTO	25,00	25,00	20,00	20,00	**90,00**	**CLASSIFICADO**
05	011/2026	JOELEN ALEXANDRE DE FREITAS SILVA	20,00	22,00	21,00	22,00	**85,00**	**CLASSIFICADO**
06	025/2026	KAUANNY RAFAELLY DE OLIVEIRA DA SILVA	15,00	19,00	20,00	24,00	**78,00**	**CLASSIFICADO**
07	009/2026	ADILA JAIZA DA SILVA	20,00	13,00	15,00	20,00	**68,00**	**CLASSIFICADO**
08	020/2026	MARCIO TARGINO DA SILVA	20,00	15,00	15,00	15,00	**65,00**	**CLASSIFICADO**
09	026/2026	ALDILEIA MONIELLY DA SILVA	10,00	10,00	20,00	25,00	**65,00**	**CLASSIFICADO**
10	013/2026	JULIANA ANSELMO DE	0,30	20,00	18,00	0,40	**38,70**	**CLASSIFICADO**

		SOUZA						
11	017/2026	ROSEANE DA SILVA	0	5,00	2,00	25,00	**32,00**	**CLASSIFICADO**
12	014/2026	VICTOR CRISPIM DE AZEVEDO DANTAS	3,00	0	5,00	20,00	**28,00**	**CLASSIFICADO**
13	004/2026	TEREZINHA FERREIRA DA SILVA DA SILVA LIRA	0	0	0	0	**0**	**NÃO COMPARECEU A ENTREVISTA**

FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL – CÓDIGO: S001

Nº ORDEM	N° DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	012/2026	NALLYNYLEDJA OLIVEIRA RIBEIRO BEZERRA	25,00	25,00	25,00	25,00	**100,00**	**CLASSIFICADO**
02	024/2026	SEBASTIÃO MESQUITA DE OLIVEIRA	25,00	25,00	24,00	25,00	**99,00**	**CLASSIFICADO**
03	016/2026	NADIELLE DE OLIEVIERA GOMES	25,00	24,00	24,00	25,00	**98,00**	**CLASSIFICADO**
04	005/2026	SAMILLE FERNANDES SILVA	23,00	25,00	18,00	20,00	**86,00**	**CLASSIFICADO**
05	001/2026	ELINARA FRANCIELE DE SOUZA	10,00	0,80	1,50	20,00	**32,30**	**CLASSIFICADO**

FUNÇÃO: TÉCNICO DE REFERÊNCIA PARA O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO – SPSBD – CÓDIGO: S002

Nº ORDEM	N° DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	006/2026	ANGELA PATRÍCIA FREIRE	25,00	25,00	25,00	22,00	**97,00**	**CLASSIFICADO**
02	021/2026	ARIANE MARTILENE DOS SANTOS	25,00	23,00	22,00	15,00	**85,00**	**CLASSIFICADO**

FUNÇÃO: COORDENADOR DO CRAS – CÓDIGO: S003

Nº ORDEM	N° DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	010/2026	ALDECI HONÓRIO DA FONSECA	25,00	25,00	20,00	25,00	**95,00**	**CLASSIFICADO**
02	022/2026	MARQUIONE SILVESTRE DA ROCHA BEZERRA	0	0	0	0	**0**	**NÃO COMPARECEU A ENTREVISTA**

FUNÇÃO: COORDENADOR DO CREAS – CÓDIGO: S004

Nº ORDEM	N° DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	015/2026	MARCELA ROSALI DE AZEVEDO	25,00	25,00	23,00	25,00	**98,00**	**CLASSIFICADO**

FUNÇÃO: PSICÓLOGO – CÓDIGO: S005

Nº ORDEM	N° DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE 1 A 4				PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
			Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4		
01	018/2026	RAYLA LANNA MATIAS DE SOUZA	25,00	25,00	20,00	20,00	**90,00**	**CLASSIFICADO**
02	019/2026	MICARLA DA SILVA COSTA CRUZ	20,00	20,00	20,00	25,00	**85,00**	**CLASSIFICADO**

Boa Saúde/RN, 25 de março de 2026.

EDSON ALVES DE MOURA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ÍTALO MATEUS SOUZA MESQUITA
Membro

JAMILLY ADIJA DA SILVA RODRIGUES
Membro

GUSTAVO FERREIRA DA SILVA
Membro

JOELMA MARIA DA SILVA
Membro

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:52FA02FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 132/20256 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CNPJ 01.612.375/0001-75

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 132/2026/GP

"Abre Crédito Adicional Suplementar ao orçamento anual de 2026 no valor de R$ 2.529.885,62 (dois milhões quinhentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) que será acrescido à Lei Orçamentária Anual nº 293/2025".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN**, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Orçamentária Anual nº 293/2025;
CONSIDERANDO o dispositivo constitucional presente no inciso II, art. 167, que veda a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

CONSIDERANDO o art. 60 da Lei nº 4.320/1964 que traz a vedação de realização de despesa sem prévio empenho;

CONSIDERANDO o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
CONSIDERANDO as disposições do artigo 6º, inciso I E III, da Lei Municipal nº 293/2025, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação orçamentária no Poder Executivo Municipal.

DECRETA:
Art. 1º *Por este Decreto fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.529.885,62 (dois milhões quinhentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) destinados às seguintes dotações orçamentárias:*

I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificadas no anexo deste decreto: ***Anexo I (Acréscimo)***.

Art. 2º. Constitui fonte de recursos necessários à abertura deste crédito suplementar, o superávit financeiro disponível para suplementação constatado, no código de receita **2.601.0000 Transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde (Exercício. Anterior),** conforme constante no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2026.

Publique-se Registre-se Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Caiçara do Norte/RN, 20 de março de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(+) Suplementação:

CRÉDITO ADICIONAL Arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964			
DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ESPECIFICAÇÃO	**CÓDIGO**	**IDENTIFICAÇÃO**	**FONTE DE RECURSOS VALOR R$**
ORGÃO	02	Poder Executivo	2.601.0000 - Transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde **(Exer. Anterior)**
UNIDADE	13.001	Secretaria de Saúde Pública	
FUNÇÃO	10	Saúde	
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Primária	
PROGRAMA	0014	Coordenação da Saúde Pública	
AÇÃO	**1058**	**Desenvolvimento do Bloco de Investimento - Sus**	
NATUREZA DA DESPESA	4.4.90.51	Obras e Instalações **(F.R 2.601.0000)**	R$ 2.529.885,62
ACRÉSCIMO			(+) R$ 2.529.885,62 (dois milhões quinhentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Publicado por:
Francisco Canindé de Andrade
Código Identificador:F3EDB4A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
COMISSÃO INTERSETORIAL DE SELEÇÃO DE GESTORES ESCOLARES - EDITAL Nº 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA OS CARGOS DE DIRETOR (A) E VICE-DIRETOR (A) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Prefeita do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, por meio da Comissão Intersetorial de Seleção para o processo de seleção de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) das unidades Escolares de ensino da Rede Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN, nomeada por meio da **Portaria nº 083/2026**, no uso das atribuições conferidas pelo **Decreto nº 36/2022,** torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado, para a habilitação dos Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar da rede municipal de ensino.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 É objeto deste Edital a seleção de pessoal para o provimento do cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Decreto nº 36/2022.
1.2 A seleção de pessoal para provimento do cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar será realizada mediante metodologia de análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho, disposto no Decreto nº 36/2022, sendo considerados os seguintes aspectos:
1.3 Formação profissional em Pedagogia, ou em nível de pós graduação, em cursos e instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação;
1.4 Perfil profissional de Gestão ou Direção Escolar, com base na Dimensão Político institucional, Dimensão Pedagógica, Dimensão Administrativo-financeira e na Dimensão Pessoal e Relacional, contidos na Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar;
1.5 Experiência em atividades educacionais administrativas e/ou pedagógicas, corroboradas por órgão colegiado da área da educação, composto por membros da comunidade escolar; e,
1.6 Apresentação de projeto administrativo e pedagógico que vise à melhoria da qualidade da educação na unidade escolar, constituído de ações e metas a serem alcançadas, do cumprimento da gestão democrática, bem como da garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem.
1.7 O processo de seleção será realizado nas seguintes fases: inscrição, análise curricular e apresentação do plano de gestão.
1.8 É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e da Comissão Intersetorial de Seleção de Diretor Escolar a emissão da lista de aprovados, originada no processo de seleção embasado nos critérios técnicos de mérito e desempenho, conforme prevê a Decreto nº 36/2022.

2. DAS VAGAS, FUNÇÕES GRATIFICADAS E ATRIBUIÇÕES

2.1 As inscrições para o cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar será formalizada por meio do preenchimento da ficha de inscrição, conforme **ANEXO I.**
2.2 Os candidatos habilitados serão selecionados nos termos deste edital, para o preenchimento de 03 (três) vagas de Diretor (a) e 1 (uma) vaga de Vice-Diretor (a) nas unidades escolares da rede municipal de ensino, sendo distribuídas da seguinte forma:
2.2.1 Centro Infantil Professora Erecina Bandeira Fernandes: 01 (uma) vaga para Diretor(a).
2.2.2 Escola Municipal Professora Maria Silva do Nascimento: 01 (uma) vaga para Diretor(a).
2.2.3 Escola Municipal Centro Educacional Rio dos Ventos: 01 (uma) vaga para Diretor(a) e 01 (uma) vaga para Vice-Diretor(a) Escolar.
2.3 Poderão participar do processo de seleção de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, o servidor do quadro efetivo ou contratado da rede municipal de ensino de Caiçara do Rio do Vento.
2.4 Não poderá participar do processo de seleção de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, o profissional da educação básica da administração pública direta ou indireta, efetivo ou temporário, sobre o qual incorra processo administrativo disciplinar por descumprimento de dever funcional ou violação de proibições, verificado no seu histórico funcional ou estando no periodo probatorio.
2.5 Os Candidatos deverão concorrer à vaga de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) para a escola na qual está lotado (a) e/ou tenha desenvolvido atividades administrativas e/ou pedagógicas.
2.6 Diretor (a) e Vice-Diretor (a) escolar terá jornada integral de 40 horas semanais, com vencimentos de acordo com a legislação municipal em vigor.

2.5 São atribuições do Diretor(a) e Vice-Diretor(a) escolar:
I. Exercer liderança no âmbito escolar, bem como interagir com a comunidade onde a escola está inserida;
II. Viabilizar e exigir o cumprimento dos programas que visem a melhoria da Educação Pública Municipal;
III. Mobilizar a comunidade escolar para a elaboração do Plano de Trabalho Anual bem como aplicar de forma correta e transparente os recursos destinados a educação;
IV. Cumprir e fazer cumprir as normas, regulamentos e leis municipais;
V. Zelar pelo cumprimento das atribuições designadas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para os estabelecimentos de ensino;
VI. Seguir as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sobretudo as resoluções que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento dos programas financiados pelo FNDE;
VII. Desenvolver outras atividades contidas no Regimento Escolar;
VIII. Trabalhar por melhorias dos indicadores educacionais, tais como as taxas de rendimento escolar: índice de aprovação e reprovação de aluno, índice de evasão e abandono escolar, índice de distorção idade/ano escolar, indicadores de avaliação interna, e indicadores de avaliação externa como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; esses indicadores serão considerados para a permanência e/ou continuidade do(a) Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar na ocupação do cargo.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Caiçara do Rio do Vento/RN, localizado à Rua Presidente Costa e Silva, nº 13-A – Centro, Caiçara do Rio do Vento/RN no período de 26/03/2026 a 27/03/2026, no horário das 08h00 às 14h00.
3.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, assim como a Decreto nº 36/2022, nas quais não poderá alegar desconhecimento.
3.3 São documentos necessários a serem entregues no ato da inscrição:
3.3.1 ficha de inscrição, devidamente preenchida **(ANEXO I)**;
3.3.2 cópia da Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3.3.3 cópia de comprovante de residência;
3.3.4 cópia de d**iploma de conclusão do curso de licenciatura na área da educação**, devidamente registrado e expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
3.3.5 cópia de certificado ou declaração dos cursos concluídos ou em andamento;
3.3.6 Plano de Gestaõ, bienal (2026-2028), que vise à melhoria da qualidade da educação nas unidades de ensino, constituído de justificativa, objetivos, procedimentos metodológicos e resultados esperados, considerando o cumprimento da gestão democrática, bem como da garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem, conforme **ANEXO II**;
3.3.7 certidão de regularidade funcional do candidato que não tenha sofrido sanções em processo administrativo disciplinar nos 02 (dois) anos que antecedem este processo seletivo, a ser fornecida pela Secretaria de Administração e Plenajamento, Setor de Recursos Humanos do Município;
3.3.8 portaria de nomeação em cargo efetivo, comissionado ou equivalente na hipótese de contrato temporário;
3.3.9 declaração de lotação: escola na qual o servidor desenvolve suas funções e pretende concorrer;

3.3.10 anexar declaração de disponibilidade de tempo para dedicação exclusiva, conforme disponibilizado no **ANEXO III** deste Edital.
3.4 Será excluído do processo o candidato que fizer declaração falsa ou inexata, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, incluindo os exigidos para a confirmação da inscrição.
Após a publicação da homologação, o candidato poderá entrar com recurso, conforme **ANEXO IV** deste Edital, no prazo estabelecido em cronograma aqui apresentado.
A taxa de inscrição será **ISENTA** para o cargo.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 A Análise Curricular consiste na verificação da documentação apresentada pelos candidatos no ato da inscrição.
4.2 A ausência ou omissão de quaisquer dos requisitos indicados neste Edital resultará na inabilitação do candidato nesse processo seletivo.
Para avaliação do mérito deverá ser apresentado:
4.3.1 Diploma reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, que ateste a Graduação Plena em nível superior em Cursos e Instituições comprovadamente reconhecidas;
4.3.2 Perfil profissional de Direção Escolar com base na Dimensão Política Institucional, Dimensão Pedagógica, Dimensão Administrativa-financeira, e na Dimensão Pessoal e Relacional contidas na Base Nacional Comum de Competências do Diretor(a).
4.4 A Comissão Intersetorial de Seleção de Diretor Escolar dará publicidade aos resultados conforme especificado no cronograma e os interessados poderão recorrer ou suscitar esclarecimentos por meio do formulário **ANEXO IV** deste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO.

5.1 Nesta etapa pretende-se identificar o perfil do candidato, sua desenvoltura profissional, além de apresentar seu Plano de Gestão de atuação em caso de nomeação.
5.2 O Plano de Gestão, deverá seguir as orientações e tópicos descritos no **ANEXO II** deste Edital.
5.3 O candidato terá 15 (quinze) minutos para apresentação do Plano de Gestão Bienal.
5.4 A apresentação do Plano de Gestão será realizada conforme cronograma, na Sede da Secretaria Municipal de Educação.
5.5 Na apresentação do Plano de Gestaão serão observados os seguintes tópicos:
I – liderança em gestão;
II – responsabilidade administrativa referente à organização escolar;
III – entendimento da gestão democrática na escola;
IV – entendimento da gestão pedagógica e curricular da escola;
V – entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola;
VI – entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola;
VII – conduta ética na relação interpessoal e profissional; e,
VIII – proatividade na resolução de conflitos;
IX – metas a serem alcançadas;
X – propostas e/ou ações criativas e inovadoras.

6. DA ESCOLHA DOS DIRETORES E VICE- DIRETORES HABILITADOS

Será considerado habilitado o candidato que conquistar a maior pontuação.
6.1.1 Os candidatos que não possuirem disponibilidade de tempo não serão habilitados.
6.1.2 Para efeito de pontuação serão consideradas a soma dos pontos.
6.2 Caberá à Comissão Intersetorial de Seleção de Diretor Escolar do processo, analisar os documentos e emitir parecer classificatório dos Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar habilitados(as).
6.3 A nomeação para o cargo de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a partir da lista encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação, originada de processo de seleção embasado nos critérios técnicos de mérito e desempenho.
6.4 Não havendo candidatos habilitados ao cargo de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, o Chefe do Poder Executivo emitirá Portaria de Nomeação de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Interino da unidade escolar com vaga em aberto, com prazo máximo de 01 (um) ano, ou até que se faça novo processo seletivo.

7. DO MANDATO

7.1 O Diretor(a) e o Vice-Diretor(a) Escolar selecionado e, posteriormente, designado, poderá cumprir o seu mandato pelo mesmo tempo em que o Chefe do Poder Executivo, agente público que o nomeou, permanecer na função pública para o qual fora eleito, observado o cumprimento das metas estabelecidas no respectivo projeto educacional, desde que, por força do poder discricionário do poder público e do caráter “ad nutum” do cargo em comissão, não venha a ser exonerado de suas funções antes do período indicado.

8. CRONOGRAMA

8.1 As etapas previstas para a execução do processo seletivo serão realizadas nas datas descritas abaixo, podendo sofrer alterações, caso haja necessidade.

ETAPAS	DATA
Publicação do edital	25.03.2026
Período de inscrição	26 e 27.03.2026
Publicação da homologação das inscrições	30.03.2026
Análise curricular	31.03.2026
Apresentação do Plano de Gestão	01.04.2026
Resultado preliminar	02.04.2026
Interposição de recursos	06.04.2026
Resultado de recursos	07.04.2026
Resultado final da seleção	08.04.2026
Portaria de nomeação	09.04.2026
Ato de posse	10.04.2026

8.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao processo Seletivo e observar todos os prazos do Edital, pois não haverá recursos para perdas de prazos.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

9.1 Todas as publicações indicadas no cronograma serão realizadas no Diário Oficial do Município, dando a mais ampla divulgação e transparência aos atos do processo.
9.1.1 O presente Edital integra o conjunto de normas municipais de forma complementar, portanto os candidatos devem tomar ciência da Decreto nº 36/2022.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Intersetorial de Seleção de Diretor(a) e Voce-Diretor(a) Escolar para o processo em questão, instituídas por meio da **Portaria de nº 083/2026**.

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Caiçara do Rio do Vento /RN, 25 de março de 2025

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Municipal

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DIRETOR(A) E VICE DIRETOR(A) ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

Nome: _____
Data de Nascimento: ___/___/___
RG: _____CPF: _____
Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Email:_____ Telefone:_____

Dados para concorrer a seleção:
Cargo para o qual desejar concorrer a vaga:_____
Unidade Escolar:_____
Informar documentos anexados (*documentos de entrega obrigatória):
( ) Currículo
( ) Plano de Gestão
( ) Documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a inscrição, bem como conhecer e concordar plenamente com todos os termos do Edital específico da seleção em questão.*
( ) Ainda, sob as penas da lei, assumir inteira responsabilidade pela veracidade das informações contidas nos documentos ora apresentados, bem como pela autenticidade dos mesmos.

Caiçara do Rio do Vento/RN, _____ de _____de 2026
.

_____
Assinatura do candidato

Para utilização exclusiva pela Comissão de Seleção:
( ) Inscrição válida
( ) Inscrição não validada

Justificativa em caso de inscrição não validada: _____

_____
Assinatura do servidor responsável

ANEXO II

INSTRUMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
Unidade Escolar:
Endereço:
Bairro:
Número:
CEP:
Telefone:
Niveis e modaldiades de ensino
Horário de funcionamento da escola

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ESCOLA

O diagnóstico escolar é uma pesquisa, projeção e retrospecção da situação de desenvolvimento pedagógico, administrativo, física, financeira, pessoal e relacional.

MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

Escreva um texto sucinto e objetivo de acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) da referida unidade escolar, que mostre com clareza a identidade da escola, onde qualquer leitor, seja ele professor, coordenador ou pai de aluno, entenda o que a escola quer transmitir.

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

O objetivo é garantir que todas as pessoas envolvidas na instituição possam acompanhar e trabalhar juntos rumo aos objetivos traçados. As metas da gestão escolar devem definir o que a escola pretende alcançar. A Ação Escolar é uma prática essencial para a organização da escola, viabilizando a administração de seus processos de maneira eficiente e direcionando suas atividades para o alcance de metas e objetivos projetados para o ano letivo.

AÇÕES PEDAGÓGICAS

Discorra sobre a gestão pedagógica no espaço educativo. As ações de um gestor escolar devem priorizar o planejamento pedagógico de toda a escola. Neste processo deve-se definir quais serão os métodos educacionais utilizados e as metas de desempenho instrutivo a serem atingidas. O Gestor Escolar deve articular, acompanhar e intervir na elaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica e Projeto Político Pedagógico visando o desempenho de qualidade de seu estabelecimento de ensino.

PLANO DE GESTÃO FINANCEIRA

O principal objetivo da gestão financeira escolar é nortear as decisões da instituição, no que diz respeito a investimentos, uso de capital para inovação e pagamento de contas.
Defina metas e prioridades. As metas são fundamentais, pois, são elas que vão direcionar o planejamento. Verifique recursos e considere os diferentes cenários. Tenha um bom controle de gastos e aplicabilidade.

RESULTADOS ESPERADOS

Descrever de forma clara, o que se espera diante do que foi proposto neste Plano de Gestão Escolar, estabelecendo os resultados a serem atingidos na instituição, durante o período de vigência do mesmo.

ORIENTAÇÕES
O Plano de Gestão Escolar deve ser digitado em fonte 12, Arial ou Times New Roman, espaçamento 1,5, justificado;
O máximo de 15 (quize) laudas para digitação de todos os elementos do Plano;
O candidato deverá elaborar, também, uma pequena apresentação de slides com a síntese das principais informações solicitadas abaixo, para ilustrar e dinamizar o seu momento de apresentação do Plano;
Os candidatos terão o tempo máximo 15 (quinze) minutos para apresentação do seu Plano.

REFERÊNCIAS
Inserir as referêncais bibliográficas utilizadas para a elaboração do plano, de acordo com as normas da ABNT.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu,_, inscrito (a) no CPF: _____ RG: _____, declaro que disponho de tempo integral, para dedicar-me às atribuições da função de: _____ no (a) Escola _____.

Caiçara do Rio do Vento/RN, _____ de _____de 2026

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

Formulário para interposição de recurso contra decisão relativa ao Processo de Seleção para Diretor(a) e Vice Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino de Caiçara do Rio do Vento

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO DE SELEÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, publicado no Edital nº_____.

Eu,_____ __-_____, portador do documento de identidade nº_____, e CPF nº_____, candidato a uma vaga no Processo de Seleção para _____ (opção escolhida no ato de inscrição), apresento recurso junto a esta Secretaria, contra decisão do_____-_____.

A decisão objeto de contestação: (explicitar a decisão que está contestando) _____

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos: _____

Caiçara do Rio do Vento/RN, _____ de _____de 2026

_____
Assinatura do candidato

RECEBIDO em ____/____/_____
Por (Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

ANEXO V
Análise Curricular

Análise Curricular		
Nome:		
Vaga:		
Nome da Instituição da Vaga:		
COMPROVAÇÕES	**Pontuação**	**Pontuação Validada**
Graduação em licenciatura na área de educação.	2,0	
Curso de formação continuada concluído ou em andamento na área de gestão escolar com carga horária mínima de 80 horas.	0,5	
Experiência na função de Diretor(a) e/ou Vice-Diretor(a) Escolar em unidade escolar da educação básica.	3,0	
Experiência na função de docente em sala de aula no âmbito da educação básica na rede pública de ensino.	0,5	
TOTAL:	**6,0**	

ANEXO VI
Plano de Gestão

ITENS PONTUÁVEIS NA APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO		
Nome:		
Vaga:		
Nome da Instituição da Vaga:		
Critérios gerais de Análise do plano de gestão e Arguição.	**Pontuação máxima**	**Pontuação atribuída**
Clareza e firmeza em sua justificativa sobre as razões e/ou os motivos de desenvolver um trabalho como Diretor (a) e Vice Diretor (a) na Escola "X", dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas.	**1,0**	
Consegue apresentar de forma pertinente os objetivos que o (a) levará a desenvolver uma gestão de excelência enquanto Diretor (a) e Vice Diretor (a), bem como demonstra clareza quanto aos procedimentos metodológicos e técnicos evidenciados no Plano de trabalho.	**1,0**	
Consegue convencer sobre as ações que pretende desenvolver para alcançar os objetivos fundamentais para a realização do Plano de trabalho.	**1,0**	
Tem conhecimento sobre o papel de Diretor(a) e Vice Diretor (a) escolar, inclusive sobre como agir no gerenciamento de resolução de situações, problemas no contexto escolar.	**1,0**	
Total	**4,0**	

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:2AFF2FBB

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 7, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.411.584,42, para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.411.584,42 (um milhão, quatrocentos e onze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 25 de março de 2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeitura Constitucional

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.411.584,42**
02 .010 GABINETE DA PREFEITA					**39.385,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**28.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	28.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR				**11.385,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	11.385,00
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E PLANEJAMENTO					**119.478,61**
	2003 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO				**119.478,61**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25000000	0001	19.534,76
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	47.457,30
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	29.138,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25000000	0001	23.348,55

02 .030 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**9.731,69**
	2030 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**9.731,69**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	9.731,69
02 .040 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**4.000,00**
	2239 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**4.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	4.000,00
02 .060 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E CULTUR					**500.630,20**
	2181 PROMOÇÃO A CULTURA				**494.513,20**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	421.574,55
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	72.938,65
	2237 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				**6.117,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25000000	0001	6.117,00
02 .070 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS					**594.474,95**
	2062 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAEST, OBRAS E URBANISMO				**594.474,95**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25000000	0001	42.931,61
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	44.156,48
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25000000	0001	26.698,65
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	443.125,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	36.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27510000	0001	1.563,21
02 .080 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO					**8.989,48**
	2059 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO				**8.989,48**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25000000	0001	864,53
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	8.124,95
02 .090 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN					**128.859,41**
	2067 MANUT DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**128.859,41**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25000000	0001	4.610,74
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	10.304,12
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	68.680,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	36.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25000000	0001	9.264,55
02 .110 CONTROLADORIA GERAL					**6.035,08**
	2204 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO				**6.035,08**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25000000	0001	6.035,08

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:E1BD2BA6

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 155.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 23 de março de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**155.000,00**
01 .010 PODER LEGISLATIVO					**155.000,00**
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA				**135.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	135.000,00
	2800 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**155.000,00**
01 .010 PODER LEGISLATIVO					**155.000,00**
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA				**15.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.000,00
	2800 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	2801 SESSÕES ITINERANTES E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO				**35.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	26.000,00
	1019 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				**90.000,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	90.000,00

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:C8FA8F24

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 84, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 665.069,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil e sessenta e nove reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 25 de março de 2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeitura Constitucional

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**665.069,00**
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E PLANEJAMENTO					**2.706,00**
	2003 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO				**2.706,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.706,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**7.309,00**
	2053 MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL				**7.309,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	4.994,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	2.315,00
02 .060 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E CULTUR					**650.050,00**
	2181 PROMOÇÃO A CULTURA				**615.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	615.000,00
	2237 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				**35.050,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	35.050,00
03 .010 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**1.894,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE - FMS				**1.753,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.753,00
	2025 MAN. DO PROG. DE EPIDEMIOLOGIA E CONTR. DE DOENÇAS				**141,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	141,00
04 .010 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**3.110,00**
	2042 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**2.310,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.310,00
	2081 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**800,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	800,00
Anexo II (Redução)					**665.069,00**
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E PLANEJAMENTO					**2.706,00**
	2003 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO				**584,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	584,00
	2064 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTES				**2.122,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.122,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**7.309,00**
	2040 MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FME				**4.215,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	1.900,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	2.315,00
	2053 MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL				**3.094,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.094,00
02 .060 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E CULTUR					**650.050,00**
	2058 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				**3.100,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.100,00
	2237 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				**644.950,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	642.950,00
	2128 MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
03 .010 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**1.894,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE - FMS				**1.894,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001002	0001	658,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.236,00
04 .010 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**3.110,00**
	2037 GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**2.000,00**
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.000,00
	2066 CAPACITAÇÃO E ACESSO AO TRABALHO				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00

	2083 EMPREENDEDORISMO CIDADA				**110,00**
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	110,00

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:EA3DF636

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 85, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 25 de março de 2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeitura Constitucional

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
01 .010 PODER LEGISLATIVO					**2.000,00**
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
01 .010 PODER LEGISLATIVO					**2.000,00**
	2801 SESSÕES ITINERANTES E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:E0B67325

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 86, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 113.521,00 (cento e treze mil, quinhentos e vinte e um reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 25 de março de 2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeitura Constitucional

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**113.521,00**
02 .040 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**48.040,00**
	2239 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**48.040,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	48.040,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**43.164,00**
	2053 MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL				**43.164,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	43.164,00
03 .010 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**18.825,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE - FMS				**5.815,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.815,00
	2024 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**13.010,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	13.010,00
04 .010 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**3.492,00**
	2042 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**3.377,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.377,00
	2065 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EQUIPE DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS				**115,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	115,00
Anexo II (Redução)					**113.521,00**
02 .040 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**48.040,00**
	2107 ATUALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CODIGO TRIBUTARIO				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
	2239 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**46.040,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.040,00
02 .050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**43.164,00**
	2160 AQUISICAO DE KIT ESCOLAR PARA ALUNOS				**43.164,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	43.164,00
03 .010 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**18.825,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE - FMS				**5.815,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.815,00
	2127 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS				**13.010,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	13.010,00
04 .010 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**3.492,00**
	2014 MANUT. DO FUNDO E CONSELHO DA INFANCIA E ADOLESCENTE				**115,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	115,00
	2072 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL				**3.377,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.377,00

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:820353F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 038/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 38,
DE 25 de março de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 25 de março de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.000,00**
01 .001 Câmara Municipal					**60.000,00**
	2002 Gestão e Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal de Caraúbas				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**16.000,00**
	2111 Programa BPC na Escola				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	6.000,00
	2114 Bloco da Proteção Social Especial de Média a Alta Complexidade (MAC)				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	10.000,00
13 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**4.000,00**

	2094 Manutenção das Atividades Culturais				**4.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15000000	0001	4.000,00
Anexo II (Redução)					**80.000,00**
01 .001 Câmara Municipal					**60.000,00**
	2002 Gestão e Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal de Caraúbas				**60.000,00**
	3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		15000000	0001	60.000,00
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**16.000,00**
	2108 Bloco de Gestão do SUAS - IGD-SUAS				**6.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		16600000	0001	6.000,00
	2116 Bloco da Proteção Social Básica				**10.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		16600000	0001	10.000,00
13 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**4.000,00**
	1080 Construção, reforma, ampliação e manutenção de prédios vinculados à Secretaria Municipal de Cultura				**4.000,00**
	4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15000000	0001	4.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:FF883988

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1089/2026					
Modalidade:	Pregão Eletrônico				
Número/Ano:	9/2026	**Data de abertura:**	05/03/2026		
Data adjudicação:	25/03/2026	**Data homologação:**	25/03/2026		
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Maior desconto		
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS		
Credenciamento:	Não **Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim	
Objeto da licitação:					
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, COM APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA CMED/ANVISA destinados ao fornecimento parcelado de medicamentos não padronizados, prescritos por profissionais de saúde para atendimentos específicos, imediatos e/ou cumprimento de demandas judiciais					

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, ADJUDICO a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	30,00 %
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	74,00 %
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	74,00 %

A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO							
Tabela de preço: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14754	MEDICAMENTOS ETICOS, DE ACORDO COM TABELA CMED- ANVISA	N/C	un	30,00%	1,0000		R$ 0,00
Tabela de preço: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14755	MEDICAMENTOS GENERICOS DE ACORDO COM TABELA CMED - ANVISA	N/C	un	74,00%	1,0000		R$ 0,00

Página: 1 de 2		
Data da emissão: 25/03/2026 09:15:39	ÁGILIBlue Compras e licitações - Ágili Software Brasil	Emitido por: MARIA DA PAZ DANTAS

Tabela de preço: MEDICAMENTOS SIMILARES DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14756	MEDICAMENTOS SIMILARES, DE ACORDO COM TABELA CMED - ANVISA	N/C	un	74,00%	1,0000		R$ 0,00

CARNAÚBA DOS DANTAS, 25 de março de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:C2F4ECF3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1089/2026					
Modalidade:	Pregão Eletrônico				
Número/Ano:	9/2026		**Data de abertura:**	05/03/2026	
Data adjudicação:	25/03/2026		**Data homologação:**	25/03/2026	
Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**	Maior desconto	
Modo de disputa:	Proposta - Lance		**Condição de pagamento:**	TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim
Objeto da licitação:					
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, COM APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA CMED/ANVISA destinados ao fornecimento parcelado de medicamentos não padronizados, prescritos por profissionais de saúde para atendimentos específicos, imediatos e/ou cumprimento de demandas judiciais					

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, HOMOLOGA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	30,00 %
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	74,00 %
A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO	42.035.327/0001-49	74,00 %

A. R. DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO							
Tabela de preço: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14754	MEDICAMENTOS ETICOS, DE ACORDO COM TABELA CMED- ANVISA	N/C	un	30,00%	1,0000		R$ 0,00
Tabela de preço: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14755	MEDICAMENTOS GENERICOS DE ACORDO COM TABELA CMED - ANVISA	N/C	un	74,00%	1,0000		R$ 0,00
						Página: 1 de 2	

Data da emissão: 25/03/2026 09:15:39	ÁGILIBlue Compras e licitações - Ágili Software Brasil	Emitido por: MARIA DA PAZ DANTAS

Tabela de preço: MEDICAMENTOS SIMILARES DE ACORDO COM A TABELA CMED ANVISA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Desconto**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total (com desconto)**
14756	MEDICAMENTOS SIMILARES, DE ACORDO COM TABELA CMED - ANVISA	N/C	un	74,00%	1,0000		R$ 0,00

CARNAÚBA DOS DANTAS, 25 de março de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:10B78BC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
DECRETO SUPLEMENTAR Nº. 260/2026 CORONEL JOÃO PESSOA/ RN, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

A **Prefeita Municipal de Coronel João Pessoa/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 374.135,08 (trezentos e setenta e quatro mil e cento e trinta e cinco reais e oito centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
II - Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
III - Excesso de arrecadação a verificar no corrente exercício.
IV – Reserva de Contingência.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Coronel João Pessoa/RN, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIA

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	1 - Município de Coronel João Pessoa			
	2007 - SEC. MUN. OBRAS, TRANSPORTE, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS			
		1.57 - Construção de Calçamento na Zona Urbana e Rural		
		542 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 17063110	R$ 300.000,00
Total da Ação:				**R$ 300.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 300.000,00**
	2008 - SEC. MUN. DA AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS			
		2.37 - ROGRAMA CORTE DE TERRA PARA PEQUENOS PRODUTORES		
		235 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:				**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 50.000,00**
	2011 - SEC. MUNIC. DO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTAVEL			
		2.63 - MANUT. DA SEC. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
		413 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 4.000,00
Total da Ação:				**R$ 4.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 4.000,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde			
	2009 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.			
		2.27 - REPASSE DO FNS / SAÚDE DA FAMILIA - SF		
		493 - 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	Fonte: 16000000	R$ 135,08
Total da Ação:				**R$ 135,08**
		2.50 - REPASSE FNS/Serviços de especialidade em Saúde Bucal - SESB		
		293 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 16000000	R$ 20.000,00
Total da Ação:				**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 20.135,08**

Valor total Suplementado: R$ 374.135,08

Redução

	1 - Município de Coronel João Pessoa			
	2007 - SEC. MUN. OBRAS, TRANSPORTE, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS			
		2.19 - MANUT. DA SEC. DE SERVIÇOS URBANOS , OBRAS, VIAÇÃO E TRANSPORTES		
		167 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 100.000,00
		168 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17040000	R$ 200.000,00
Total da Ação:				**R$ 300.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 300.000,00**
	2008 - SEC. MUN. DA AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS			
		1.13 - Reforma da Barragem pedra e cal do Sítio Quintos		
		581 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 17000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:				**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 50.000,00**
	2011 - SEC. MUNIC. DO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTAVEL			
		2.63 - MANUT. DA SEC. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
		412 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 4.000,00
Total da Ação:				**R$ 4.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 4.000,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde			
	2009 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.			
		2.27 - REPASSE DO FNS / SAÚDE DA FAMILIA - SF		
		379 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15001002	R$ 135,08
Total da Ação:				**R$ 135,08**
		2.28 - REPASSE DO FNS / SAÚDE BUCAL - SB		
		431 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001002	R$ 20.000,00
Total da Ação:				**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 20.135,08**

Valor total Reduzido: R$ 374.135,08

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:B95752FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 338, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 7.610/2026			
SERVIDOR: Robson de Souza Tomaz	MATRÍCULA: 43.192		
CARGO: Assessor de Informática	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 16/03/2026	HORA: 9h	PREVISÃO DE RETORNO: 16/03/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Conduzir servidores da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) para a Escola do Governo em Natal/RN.			
Obs: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1731, de 01 de setembro de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 16 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B98A3F41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 7.841 /2026			
SERVIDOR: Lucas Galvão da Cruz		MATRÍCULA: 33090	
CARGO: Prefeito Municipal		LOTAÇÃO: Gabinete Municipal	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 17/03/2026	HORA: 9h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 17/03/2026	HORA: 23h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 300,00 (Trezentos reais)	VALOR TOTAL: R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN, para agenda institucional na Secretaria Extraordinária de Governo e Relações Institucionais (SEGRI), na Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 17 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FA4E114C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 344, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 7.842/2026			
SERVIDOR: Rodolpho Luiz da Silva Azevedo		MATRÍCULA: 2215	
CARGO: Coordenador de Transporte Institucional		LOTAÇÃO: Gabinete Municipal	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 17/03/2026	HORA: 9h30minh	PREVISÃO DE RETORNO: 17/03/2026	HORA: 23h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando o Prefeito Lucas Galvão da Cruz para agenda na Secretaria Extraordinária de Governo e Relações Institucionais (SEGRI), na Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 17 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula N° 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A14057A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 345, DE 17 DE MARÇO DE 2026.

O Coordenador da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/31/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 7.843/2026			
SERVIDOR: Alan Rodrigo Victor		MATRÍCULA: 41670	
CARGO: Assessor de Controle de Atividades		LOTAÇÃO: Gabinete do Perfeito	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete do Perfeito			
DESTINO: Natal/RN			
DATA DE SAÍDA: 17/03/2026	HORA: 9h30min	DATA DE RETORNO: 17/03/2026	HORA: 23h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Duzentos reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN, acompanhando o Prefeito Lucas Galvão da Cruz para participar de agenda na Secretaria Extraordinária de Governo e Relações Institucionais (SEGRI), na Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 17 de março de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Coordenador Geral – SEMAD
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:4F9AD0B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 009/2026

Decreto Suplementar Nº 009/2026 Doutor Severiano/ RN, 02 de fevereiro de 2026.

Anulação e Suplementação de Despesas.

A **Prefeita Municipal de Doutor Severiano/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 216.500,00 (duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
II - Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
III - Excesso de arrecadação a verificar no corrente exercício.
IV – Reserva de Contigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Doutor Severiano/RN, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA DE FATIMA LEITE GONCALVES
Prefeita Municipal

ANEXO

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIA

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
1 - Câmara Municipal de Doutor Severiano			
1001 - CAMARA MUNICIPAL			
2.1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MINICIPAL			
16 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15000000	R$ 15.000,00
Total da Ação:			**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 15.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de Doutor Severiano			
2002 - GABINETE DO PREFEITO			
2.2 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO			
27 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15000000	R$ 32.000,00
Total da Ação:			**R$ 32.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 32.000,00**
2003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
2.3 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			
30 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**
2005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
2.6 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
184 - 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		Fonte: 15000000	R$ 18.500,00
Total da Ação:			**R$ 18.500,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 18.500,00**
2007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
2.12 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
369 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		Fonte: 15000000	R$ 35.000,00
Total da Ação:			**R$ 35.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 35.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde do Município Doutor Severiano			
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
2.30 - REPASSE DO FNS/Demais Programas - Serviços e Equipes da Atenção Primária à Saúde			
128 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		Fonte: 16010000	R$ 1.000,00
Total da Ação:			**R$ 1.000,00**
2.31 - REPASSE FNS/Serviços de especialidade em Saúde Bucal - SESB			
130 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 16000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 51.000,00**
4 - Fundo Municipal de Educação Doutor Severiano			
2006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME			
2.86 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - REC. PRÓPRIO			
302 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		Fonte: 15001001	R$ 20.000,00
Total da Ação:			**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 20.000,00**
7 - Serviços Autonomo de Agua e Esgotos			
2025 - SERVIÇOS AUTONOMO DE AGUA E ESGOTOS			

2.77 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGUA E ESTOTO - SAAE			
	591 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 17530000	R$ 35.000,00
Total da Ação:			**R$ 35.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 35.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 216.500,00

Redução

1 - Câmara Municipal de Doutor Severiano			
1001 - CAMARA MUNICIPAL			
1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA PODER LEGISLATIVO			
	4 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 15.000,00
Total da Ação:			**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 15.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de Doutor Severiano			
2002 - GABINETE DO PREFEITO			
2.2 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO			
	25 - 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	Fonte: 15000000	R$ 14.000,00
	26 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 9.000,00
	29 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 9.000,00
Total da Ação:			**R$ 32.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 32.000,00**
2003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
2.3 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			
	32 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**
2007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
2.12 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
	386 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 24.500,00
	628 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 29.000,00
Total da Ação:			**R$ 53.500,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 53.500,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde do Município Doutor Severiano			
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
2.30 - REPASSE DO FNS/Demais Programas - Serviços e Equipes da Atenção Primária à Saúde			
	127 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 16000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:			**R$ 1.000,00**
2.31 - REPASSE FNS/Serviços de especialidade em Saúde Bucal - SESB			
	129 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 51.000,00**
4 - Fundo Municipal de Educação Doutor Severiano			
2006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME			
2.86 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - REC. PRÓPRIO			
	305 - 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 15001001	R$ 6.000,00
	308 - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Fonte: 15001001	R$ 4.000,00
	312 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15001001	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 20.000,00**
7 - Serviços Autonomo de Agua e Esgotos			
2025 - SERVIÇOS AUTONOMO DE AGUA E ESGOTOS			
2.77 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGUA E ESTOTO - SAAE			
	597 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 17530000	R$ 35.000,00
Total da Ação:			**R$ 35.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 35.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 216.500,00

MARIA DE FATIMA LEITE GONCALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:8AB3DAD7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO N° 2503001/2026 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2025.

O **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Manoel Joaquim, nº 665, Centro, CEP: 59.790-000 Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Educação, a **Sra. ISABELA CARLA VALE RODRIGUES**, brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade de n° 002.352.732, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 056.530.754-18, residente e domiciliado na Avenida Contabilista Fernando Vitor de Melo, Nº 1521, Bairro Dix-Sept Rosado, CEP: 59.609-000, Mossoró/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a empresa **LIVRARIA DO ESTUDANTE LTDA**, **CNPJ nº 01.973.806/0001-29**, sediada na Rua Coronel Gurgel, 55, Bairo Centro, CEP: 59.600-200, Mossoró/RN, neste ato representado por **CLAYTON JOSÉ DE OLIVEIRA**, portador (a) da Cédula de Identidade sob n° 780116-SSP RN e inscrito no CPF sob nº 474.571.394-00, doravante designado **CONTRATADO,** conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 119/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável,

resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 022/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR REFERENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL, AO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS E AO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.**

Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UND	UND	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
ÚNICO	**KIT ESCOLAR - MATERIAL ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL. COMPOSIÇÃO: 489 KITS**						
	1	Apontador com depósito, duplo, em formato triangular com pegada ergonômica e entradas para lápis normal e jumbo e lâmina com tratamento antiferrugem, não podendo conter nenhuma peça pequena, mesmo lacrada, e que tenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: altura: 5,4 cm x largura: 4,9 cm x comprimento: 2,7 cm. (01 apontador por kit).	LEONORA	Und	489	R$3,79	R$1.853,31
	2	Avental infantil impermeável. Composição: polietileno à prova d'água. Dimensão: 49,5cm altura x 39,5cm largura. Cor: branca. (01 avental por kit).	PUPYLEX	Und	489	R$15,50	R$7.579,50
	3	Borracha de apagar tr color derivada do petróleo, resistente a dobra para que não quebre com facilidade e que não manchem o papel contendo uma capa protetora que proporcione melhor pega e sujeira, e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 borrachas por kit).	LEONORA	Und	978	R$1,66	R$1.623,48
	4	Caderno de desenho. Abertura vertical de capa dura e lisa, brochura, (sem arame). Com capa costurada que contenha 96 folhas brancas internas, sem seda, contendo espaço para identificação da criança na capa, sendo o seu formato aproximadamente de 275 mm x 200 mm, revestido de papel offset: 120 g/e papelão: 772 g/. (01 caderno por kit).	JANDAIA	Und	489	R$11,10	R$5.427,90
	5	Caderno de cartografia e desenho. capa e contracapa duras, lisas, *personalizadas, com imagem e Brasão do município, (layout* definido posteriormente à contratação),em cartão 1.3mm, envolto em papel couche 115g e guarda em off-set 120g. 96 folhas brancas internas, em vpapel offset 63g, sem pauta. Dimensões: 30x21cm(fechado), 60x21cm (aberto). Acabamentos: capa com laminação, espiral metálico revestido em nylon na cor que melhor combinar com a capa. (01 caderno por kit).	FORONI	Und	489	R$10,98	R$5.369,22
	6	Cola branca, lavável, atóxica de aproximadamente 90g com alto índice de pva e que garanta alta viscosidade e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (01 cola por kit).	IRIS	Und	489	R$1,96	R$958,44
	7	Cola colorida. Caixa contendo 6 cores (preto, branco, amarelo, vermelho, azul, verde), embalagens com 23 gramas cada, possuir bico aplicador, material atóxico, conter selo do INMETRO e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. (01 cola por kit).	KOALA	Und	489	R$15,10	R$7.383,90
	8	Giz de cera. Giz com 12 unidades, gizão de cera de peso líquido aproximadamente de 370g, com traço macio e cores vivas, de formato anatômico, atóxico, que facilite a pega e ajude no desenvolvimento da motricidade, indicado para crianças, não podendo conter nenhuma peça pequena, mesmo lacrada, e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas do giz: comprimento: 7,0 cm x diâmetro: 2,5 cm. (01 giz por kit).	LIKE	Und	489	R$9,55	R$4.669,95
	9	Lápis de cor jumbo com no mínimo 12 cores corpo estilo madeira, atóxico, dermatologicamente testado, ideal para estimular a motricidade dos pequenos, recomendado para crianças acima de 2 anos e que contenha o selo de segurança INMETRO. Dimensões aproximadas: comprimento 12,5 cm x diâmetro: 1,0 cm. (01 lápis por kit).	MAPED	Und	489	R$11,78	R$5.760,42
	10	Lápis grafite jumbo, formato ergonômico e material em madeira, ponta resistente, ideal para mãos pequenas e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: comprimento 12,5 cm x diâmetro: 1,0 cm. (04 lápis grafites por kit).	LEONORA	Und	1956	R$0,92	R$1.799,52
	11	Lápis hidrocor. Caixa de lápis hidrocor caneta hidrográfica com 12 cores e tampa anti asfixiante, atóxica e lavável e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: lápis de comprimento: 13,0 cm x diâmetro 0,28 cm. (01 lápis hidrocor por kit).	TRIS	Und	489	R$5,82	R$2.845,98
	12	Massa para modelar. Caixa contendo 12 unidades, pesando 180 gramas, com medidas 130mm x160mm x15mm (altura x comprimento x profundidade),material super macio, não tóxico, a base de amido, conter selo do INMETRO e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. (01 massa por kit).	GATTE	Und	489	R$4,40	R$2.151,60
	13	Pincel nº 4. Cabo feito em plástico na cor amarela, virola em alumínio, filamento de pêlo de pônei na cor marrom. (01 pincel por kit).	CASTELO	Und	489	R$1,98	R$968,22
	14	Pinturas a dedo. Caixa com 06 cores vivas e diferentes: atóxico, frascos com no mínimo 25ml, lavável e solúvel em água, tampa com rosca. Composição colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante. Armazenados em embalagem de papelão contendo todas as informações do fabricante e do produto. Com certificação do INMETRO. (01 pintura por kit).	KOALA	Und	489	R$4,82	R$2.356,98
	15	Tela de pintura 20x30. Fabricada com madeira pinus reflorestada e tratada, garantindo sustentabilidade. O tecido 100% algodão recebe uma aplicação de resina acrílica de alta qualidade, proporcionando uma superfície perfeita para suas criações. Espessura de 14 mm, estrutura de madeira. (02 telas por kit)	COPIART	Und	978	R$9,35	R$9.144,30
	16	Tesoura escolar - cabo feito em polipropileno, medindo 130mm de comprimento, lâmina de aço inoxidável, com régua e ponta arredondada, conter código de barras possuir certificação INMETRO. (01 tesoura por kit)	NOX	Und	489	R$2,12	R$1.036,68
	17	Tinta guache - caixa contendo 6 tubos de 15ml cada, nas cores: branca, azul, vermelha, amarela, preta e verde, atóxico e solúvel em água, tubos de material transparente e com tampa plástica com rosca, conter selo do INMETRO e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. (01 tinta guache por kit)	KOALA	Und	489	R$5,10	R$2.493,90
	18	Mochila Escolar - A mochila escolar deverá possuir tamanho pequeno a médio, adequada ao uso por alunos da Educação Infantil, confeccionada em material sintético impermeável, do tipo PVC ou poliéster resinado, na cor azul, com dimensões externas mínimas aproximadas de 34 cm de altura, 24 cm de largura e 12 cm de profundidade, admitida variação dimensional de até ± 2 cm, desde que não comprometa a funcionalidade, a ergonomia e a capacidade de acondicionamento dos materiais escolares, devendo apresentar capacidade volumétrica mínima estimada de 12 (doze) litros, compatível com o transporte de materiais pedagógicos, cadernos, estojos e demais itens integrantes do kit escolar, sendo dotada de compartimento principal amplo e bolso frontal externo, ambos providos de fechamento por zíper reforçado na cor branca, com cursores metálicos, dois bolsos laterais com acabamento em elástico para acomodação de garrafas, alças de ombro reguláveis e alça de mão superior confeccionada em cadarço de polipropileno branco de alta resistência, devendo conter a aplicação da logomarca da Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado em silk-screen colorida no canto inferior direito do bolso frontal, observados rigorosos padrões de costura reforçada e acabamento interno em debrum, de modo a assegurar a durabilidade, a resistência e a impermeabilidade do produto, sendo fornecida na proporção de 01 (uma) mochila por kit, totalizando 489 (quatrocentos e oitenta e nove) kits destinados aos alunos da Educação Infantil	FI	Und	489	R$48,23	R$23.584,47

KIT ESCOLAR - MATERIAL ESCOLAR FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS. COMPOSIÇÃO: 729 KITS							
1	Apontador com depósito de material em polipropileno de uma entrada (furo), lâmina em aço, não podendo conter nenhuma peça pequena e que tenha o selo de segurança do INMETRO. (01 apontador por kit).	LEONORA	Und	729	R$3,79	R$2.762,91
2	Borracha de apagar tr color derivada do petróleo, resistente a dobra para que não quebre com facilidade e que não manchem o papel contendo uma capa protetora que proporcione melhor pega e sujeira, e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 borrachas por kit).	LEONORA	Und	1458	R$1,66	R$2.420,28
3	Caderno de pauta/espiral caderno universitário de capa dura de espiral. Caderno de 10 matérias composto de 200 folhas pautadas decoradas, folha de adesivo, índice separador/ Matérias decorado, em formato 200 mm x 275 mm e gramatura 56/. Capa e contracapa duras, lisas, *personalizadas, com imagem e brasão do município (layout* definido posteriormente à contratação). Capa: na parte interna da capa deve conter o hino de governador dix-sept rosado. Contracapa: na parte interna da contracapa deve conter o hino nacional, conforme modelo fornecido pela secretaria municipal de educação após a contratação desse objeto. (01 caderno por kit).	FORONI	Und	729	R$19,20	R$13.996,80
4	Caderno de cartografia e desenho. Capa e contracapa duras, lisas, *personalizadas, com imagem e brasão do município,* em cartão 1.3mm, envolto em papel couche 115g e guarda em off-set 120g. 96 folhas brancas internas, em papel offset 63g, sem pauta. Dimensões: 30x21cm(fechado), 60x21cm (aberto). Acabamentos: capa com laminação, espiral metálico revestido em nylon na cor que melhor combinar com a capa. (01 caderno de cartografia por kit).	FORONI	Und	729	R$10,98	R$8.004,42
5	Canetas esferográfica cristal dura de cor preta, de como hexagonal que assegure 0 conforto na escrita e transparência para visualização da tinta, escrita macia e ponta média de i mm com largura da linha 0,4 mm. Tampa plug da mesma cor da tinta, sendo ventilada em conformidade com padrão iso e bola de tungstênio de esfera perfeita e muito resistente e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 canetas por kit).	COMPACTO COMUM	Und	1458	R$0,78	R$1.137,24
6	Cola branca, lavável, atóxica de aproximadamente 90g com alto índice de pva e que garanta alta viscosidade e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (01 cola por kit).	IRIS	Und	729	R$1,96	R$1.428,84
7	Giz de cera, com 12 unidades, gizão de cera de peso líquido aproximadamente de 370g, com traço macio e cores vivas, de formato anatômico, atóxico, que facilite a pega e ajude no desenvolvimento da motricidade, indicado para crianças, não podendo conter nenhuma peça pequena, mesmo lacrada, e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas do giz: comprimento: 7,0 cm x diâmetro: 2,5 cm. (01 giz de cera por kit).	LIKE	Und	729	R$9,55	R$6.961,95
8	Lápis de cor. Lápis jumbo com no mínimo 12 cores, corpo estilo madeira, atóxico, dermatologicamente testado, ideal para estimular a motricidade dos pequenos, recomendado para crianças acima de 2 anos e que contenha o selo de segurança INMETRO. Dimensões aproximadas: comprimento 12,5 cm x diâmetro: 1,0 cm. (01 lápis por kit).	MAPED	Und	729	R$11,78	R$8.587,62
9	Lápis grafite. Lápis jumbo, formato ergonômico e material em madeira, ponta resistente, ideal para mãos pequenas e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: 12,5 cm (comprimento) x 1,0 cm (diâmetro). (04 lápis por kit).	LEONORA	Und	2916	R$0,95	R$2.770,20
10	Lápis hidrocor. Caixa de lápis hidrocor caneta hidrográfica com 12 cores e tampa antiasfixiante, atóxica e lavável e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: lápis de comprimento: 13,0 cm x diâmetro 0,28 cm. (01 lápis hidrocor por kit).	TRIS	Und	729	R$11,02	R$8.033,58
11	Régua - régua feita em material acrílico flexível, escala 30cm,medindo 310mm x 35mm x 3mm (comprimento x largura x espessura), cor cristal transparente, borda chanfrada e cantos arredondados, escala de precisão de mm em mm, conter certificação INMETRO. (01 régua por kit).	MAXCRIL	Und	729	R$1,10	R$801,90
12	Tesoura escolar. Cabo feito em polipropileno, medindo 130mm de comprimento, lâmina de aço inoxidável, com régua e ponta arredondada, conter código de barras possuir certificação INMETRO. (01 tesoura por kit).	NOX	Und	729	R$2,12	R$1.545,48
13	Mochila Escolar - A mochila escolar deverá possuir tamanho médio, adequada ao uso por alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, confeccionada em material sintético impermeável, do tipo PVC ou poliéster resinado, na cor azul, com dimensões externas mínimas aproximadas de 38 cm de altura, 26 cm de largura e 13 cm de profundidade, admitida variação dimensional de até ± 2 cm, desde que não comprometa a funcionalidade, a ergonomia e a capacidade de acondicionamento dos materiais escolares, devendo apresentar capacidade volumétrica mínima estimada de 15 (quinze) litros, compatível com o transporte de livros didáticos, cadernos no formato A4, estojos e demais itens integrantes do kit escolar, sendo dotada de compartimento principal amplo e bolso frontal externo, ambos providos de fechamento por zíper reforçado na cor branca, com cursores metálicos, dois bolsos laterais com acabamento em elástico para acomodação de garrafas, alças de ombro reguláveis e alça de mão superior confeccionada em cadarço de polipropileno branco de alta resistência, devendo conter a aplicação da logomarca da Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado em silk-screen colorida no canto inferior direito do bolso frontal, observados rigorosos padrões de costura reforçada e acabamento interno em debrum, de modo a assegurar a durabilidade, a resistência e a impermeabilidade do produto, sendo fornecida na proporção de 01 (uma) mochila por kit, totalizando 729 (setecentos e vinte e nove) kits destinados aos alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais	FI	Und	729	R$45,00	R$32.805,00
KIT ESCOLAR MATERIAL ESCOLAR FUNDAMENTAL ANOS FINAIS. COMPOSIÇÃO: 453 KITS							
1	Apontador com depósito de material em polipropileno de uma entrada (furo), lâmina em aço, não podendo conter nenhuma peça pequena e que tenha o selo de segurança do INMETRO. (01 apontado por kit).	LEONORA	Und	453	R$4,83	R$2.187,99
2	Borracha de apagar tr color derivada do petróleo, resistente a dobra para que não quebre com facilidade e que não manchem o papel contendo uma capa protetora que proporcione melhor pega e sujeira, e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 borrachas por kit).	LEONORA	Und	906	R$1,60	R$1.449,60
3	Caderno universitário de capa dura, com espiral de 15 matérias composto de 240 folhas pautadas em formato 275 mm x 200 mm e gramatura 56g/m². Capa: na parte interna, deverá ser incluída uma mensagem da Secretária Municipal de Educação, que será definida posteriormente à contratação. Contracapa: na parte interna da contracapa deve conter o hino de Governador Dix-Sept Rosado e o Hino Nacional. (01 cadernos por kit).	FORONI	Und	453	R$33,68	R$15.257,04
4	Caneta esferográfica cristal dura de cor azul, de corpo hexagonal que assegure o conforto na escrita e transparência para visualização da tinta, escrita macia e ponta média de i mm com largura da linha 0,4 mm. Tampa plug da mesma cor da tinta, sendo ventilada em conformidade com padrão iso e bola de tungstênio de esfera perfeita e muito resistente e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 canetas esferográficas por kit).	COMPACTO COMUM	Und	906	R$0,78	R$706,68
5	Caneta esferográfica cristal dura de cor preta, de como hexagonal que assegure 0 conforto na escrita e transparência para visualização da tinta, escrita macia e ponta média de i mm com largura da linha 0,4 mm. Tampa plug da mesma cor da tinta, sendo ventilada em conformidade com padrão iso e bola de tungstênio de esfera perfeita e muito resistente e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (02 canetas esferográficas por kit).	COMPACTO COMUM	Und	906	R$0,78	R$706,68
6	Cola branca, lavável, atóxica de 90g com alto índice de pva e que garanta alta viscosidade e que contenha o selo de segurança do INMETRO. (01 cola por kit).	TRIS	Und	453	R$1,96	R$887,88
7	Conjunto geométrico. composto de: 1 régua plástica, 1 transferidor, 1 par de esquadros.	MAXCRIL	Und	453	R$10,10	R$4.575,30

		RÉGUA de 30cm, transparente, com demarcações em milímetros e centímetros, destaques a cada 5 milímetros e demarcações a cada centímetro. Gravada pelo processo de Tampografia. Componentes: PS Poliestireno cristal. Prazo de validade: indefinido. ESQUADRO 45º - transparente, com demarcações em milímetros e centímetros, destaques a cada 5 milímetros e demarcações a cada centímetro. Gravada pelo processo de tampografia com tinta Ultra Violeta. Comprimento: 205mm (Hipotenusa); Largura 25mm; Espessura:3mm Componentes: OS Poliestireno cristal. Prazo validade indefinido. ESQUADRO 60º - transparente, com demarcações em milímetros e centímetros, destaques a cada 5 milímetros e demarcações a cada centímetros. Gravada pelo processo de tampografia com tinta Ultravioleta. Comprimento: 236mm(Hipotenusa); Largura 25mm; Espessura: 3mm Componentes: OS Poliestireno cristal. Prazo validade indefinido. TRANSFERIDOR 360º - transparente, com demarcações em milímetros e centímetros, destaques a cada 5 milímetros e demarcações a cada centímetros. Gravada pelo processo de tampografia com tinta Ultravioleta. Comprimento: 120mm; Largura 20mm; Espessura: 3mm Componentes: OS Poliestireno cristal. Prazo de validade: indefinido. (01 conjunto por kit).					
	8	Corretivo líquido, a base d´água, 18ml. (01 corretivo por kit).	KOALA	Und	453	R$6,03	R$2.731,59
	9	Lápis grafite, n° 2 em formato redondo, ergonômico de material madeira e ponta resistente e macia com fácil apontabilidade e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: comprimento:13,0 cm x diâmetro0,28 cm. (04 lápis por kit).	LEONORA	Und	1812	R$0,95	R$1.721,40
	10	Lápis hidrocor. Caixa de lápis hidrocor caneta hidrográfica com 12 cores e tampa antiasfixiante, atóxica e lavável e que contenha o selo de segurança do INMETRO. Dimensões aproximadas: lápis de comprimento: 13,0 cm x diâmetro 0,28 cm. (01 lápis hidrocor por kit).	TRIS	Und	453	R$11,02	R$4.992,06
	11	Tesoura escolar. Cabo feito em polipropileno, medindo 130mm de comprimento lâmina de aço inoxidável, com régua e ponta arredondada, conter código de barras e possuir certificação Inmetro. (01 tesoura por kit).	NOX	Und	453	R$2,12	R$960,36
	12	Mochila Escolar - A mochila escolar deverá possuir tamanho médio, adequada ao uso por alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais, confeccionada em material sintético impermeável, do tipo PVC ou poliéster resinado, na cor azul, com dimensões externas mínimas aproximadas de 42 cm de altura, 28 cm de largura e 14 cm de profundidade, admitida variação dimensional de até ± 2 cm, desde que não comprometa a funcionalidade, a ergonomiaeacapacidadedeacondicionamento dos materiais escolares, devendo apresentar capacidade volumétrica mínima estimada de 18 (dezoito) litros, compatível com o transporte de livros didáticos, cadernos no formato A4, estojos e demais itens integrantes do kit escolar, sendo dotada de compartimento principal amplo e bolso frontal externo, ambos providos de fechamento por zíper reforçado na cor branca, com cursores metálicos, dois bolsos laterais com acabamento em elástico para acomodação de garrafas, alças de ombro reguláveis e alça de mão superior confeccionada em cadarço de polipropileno branco de alta resistência, devendo conter a aplicação da logomarca da Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado em silk-screen colorida no canto inferior direito do bolso frontal, observados rigorosos padrões de costura reforçada e acabamento interno em debrum, de modo a assegurar a durabilidade, a resistência e a impermeabilidade do produto, sendo fornecida na proporção de 01 (uma) mochila por kit, totalizando 453 (quatrocentos e cinquenta e três) kits destinados aos alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais.	FI	Und	453	R$48,23	R$21.848,19
VALOR TOTAL							R$236.288,76

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R$236.288,76 (Duzentos e trinta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos.)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09 *de janeiro de 2026*.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, do fornecimento do material e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.006 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12 - Educação
Sub função	361 – Ensino Fundamental
Programa	1003 – Educação e Cidadania
Projeto/Atividade	2015 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - MDE
Elemento de Despesa	3390.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Ficha: 250621 - 15001001 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha: 250622 - 15730000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Educação
02.006 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12 - Educação
Sub função	365 – Educação Infantil
Programa	1003 – Educação e Cidadania
Projeto/Atividade	2016 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE
Elemento de Despesa	3390.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Ficha: 250642- 15001001 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha: 250643 - 15730000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Educação
02.006 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12 - Educação
Sub função	361 – Ensino Fundamental
Programa	1003 – Educação e Cidadania
Projeto/Atividade	2024 – Manutenção do Salário Educação - QSE
Elemento de Despesa	3390.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Ficha: 250706 – 15500000 – Transferência do Salário-Educação

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Governador Dix-Sept Rosado/RN, 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal De Governador Dix-Sept Rosado/RN	Livraria Do Estudante LTDA
ISABELA CARLA VALE RODRIGUES	***CLAYTON JOSÉ DE OLIVEIRA***
Gestora do Fundo Municipal de Educação	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS EVANGELISTA SEGUNDO
Gestor De Contrato

MICAELA EMANUELA SILVA OLIVEIRA
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Josieliton Meneses de Freitas Silva
Código Identificador:7E5EBAC6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 2503003/2026 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 029/2026.

Pelo presente contrato celebram de um lado O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 18.588.397/0001-04 com sede na Rua Machado de Aguiar, s/n, Centro, CEP: 59.790-000 Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pela Gestora do Fundo de Assistência e Promoção Social, a Sra. MONALISA LOPES EVANGELISTA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade de nº 1.875.894, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF: 055.774.684-18, residente e domiciliado na Rua Manuel Salviano, 308, Centro, CEP: 59790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa DISTRIBUIDORA FARIAS LTDA, CNPJ nº 18.325.996/0001-70, sediada na R FRANCISCO BELO DE OLIVEIA, 575, BAIRRO BELA VISTA, ASSU/RN, neste ato representada por CLAUDIONOR FERNANDES DE FARIAS FILHO, portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 01675430214 DETRAN/RN e inscrito no CPF sob nº 008.669.694-70, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 029/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.0. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE VISA À AQUISIÇÃO DE PEIXES E OVOS DE PÁSCOA PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA SEMANA SANTA NO ANO DE 2026, DESTINADA A ATENDER AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.
1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UNIDADE	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	PEIXE IN NATURA - VARIEDADE: TILÁPIA (OREOCHROMIS), SEM VÍSCERAS; TIPO CORTE: INTEIRO, APRESENTAÇÃO: COM PELE; ESTADO DE CONSERVAÇÃO: FRESCO(A) ACONDICIONADO EM GELO, DEVENDO SER MANTIDO REFRIGERADO, PESO MÉDIO DE 950G A 1.200G, INTEIRO, COM ASPECTO E CHEIRO PRÓPRIO, LIVRE DE SUJIDADES E PARASITAS, PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES	CABO VERDE	5.000	KG	R$ 20,00	R$ 100.000,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
5.1. O valor total da contratação é de R$100.000,00 (cem mil reais)
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24 de fevereiro de 2026.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.9. Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem

a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/do fornecimento do material.
9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, do fornecimento do material e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv) Multa:
(1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.011– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função	08 – Assistência Social
Sub função	244 – Assistência Comunitária
Programa	1004 – Assistência Social com Justiça, Igualdade e Equidade
Projeto/Atividade	2049 – Manutenção de Benefícios Eventuais
Elemento de Despesa	3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recursos	Ficha:260246 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha:260247 - 17040000 – Transferências da União Referentes a Royalties do Petróleo e Gás Natural

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 25 de março de 2026.

Fundo Municipal De Assistência Social De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Distribuidora Farias LTDA
MONALISA LOPES EVANGELISTA	***CLAUDIONOR FERNANDES DE FARIAS FILHO***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS EVANGELISTA SEGUNDO
Gestor De Contrato

ANA JESSICA ALVES PIO
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Thalisson Bruno Lopes de Oliveira
Código Identificador:45482DD5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 2503004/2026 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 029/2026.

Pelo presente contrato celebram de um lado O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 18.588.397/0001-04 com sede na Rua Machado de Aguiar, s/n, Centro, CEP: 59.790-000 Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pela Gestora do Fundo de Assistência e Promoção Social, a Sra. MONALISA LOPES EVANGELISTA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade de nº 1.875.894, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF: 055.774.684-18, residente e domiciliado na Rua Manuel Salviano, 308, Centro, CEP: 59790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa RUIVAN CARLOS MORAIS, CNPJ nº 70.157.607/0001-65, sediada na AV PEDRO BORGES DE ANDRADE, 1124, BAIRRO PARATI 2000, ASSU/RN, neste ato representada por RUIVAN CARLOS MORAIS, portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 02335054920 DETRAN/RN e inscrito no CPF sob nº 328.707.794-53, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 029/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.0. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE VISA À AQUISIÇÃO DE PEIXES E OVOS DE PÁSCOA PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA SEMANA SANTA NO ANO DE 2026, DESTINADA A ATENDER AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.
1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UNIDADE	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
02	OVO DE PÁSCOA DE CHOCOLATE AO LEITE 250G - COMPONENTES DO PRODUTO: OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE AO LEITE OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE DERIVADOS DE CACAU, MASSA DE CACAU, CACCAU EM PÓ E OU MANTEIGA DE CACAU COM OUTROS INGREDIENTES, CONTENDO NO MÍNIMO 25% DE SÓLIDOS TOTAIS DE CACAU.PRODUTO PREPARADO COM PASTA DE CACAU, AÇÚCAR E LEITE EM PÓ, EVAPORADO OU CONDENSADO. EMBALAGENS E PESO LÍQUIDO: OVOS DE PÁSCOA DE 250G, ENVOLTO EM FOLHA ALUMÍNIO, EMBALADO EM FILME POLIPROPILENO LAMINADO COM IMPRESSÃO EXTERNA, AMARRADO COM FITA DE CETIM, APLICADO RÓTULO ADESIVO EM PAPEL COUCHÊ IMPRESSO E ACONDICIONADO EM CAIXAS PAPELÃO	NACIONAL	2.500	UND	R$ 20,45	R$ 51.125,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
5.1. O valor total da contratação é de R$ 51.125,00 (cinquenta e um mil cento e vinte cinco reais)
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24 de fevereiro de 2026.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.9. Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/do fornecimento do material.
9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, do fornecimento do material e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv) Multa:
(1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.011– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função	08 – Assistência Social
Sub função	244 – Assistência Comunitária
Programa	1004 – Assistência Social com Justiça, Igualdade e Equidade
Projeto/Atividade	2049 – Manutenção de Benefícios Eventuais
Elemento de Despesa	3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recursos	Ficha:260246 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha:260247 - 17040000 – Transferências da União Referentes a Royalties do Petróleo e Gás Natural

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 25 de março de 2026.

Fundo Municipal De Assistência Social De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	Ruivan Carlos Morais
MONALISA LOPES EVANGELISTA	***RUIVAN CARLOS MORAIS***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS EVANGELISTA SEGUNDO
Gestor De Contrato

ANA JESSICA ALVES PIO
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Thalisson Bruno Lopes de Oliveira
Código Identificador:51B388ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 023/2026

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 26 ou 27 de março de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 25 de março de 2026.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 023/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL** **E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO** **DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL** **E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
98.	351	RAFAELA MARCIA DE OLIVEIRA SILVEIRA
99.	306	IOLANDA MELO DA FONSÊCA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:FEA71594

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE JAPI/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração (Órgão Gerenciador), com sede na Rua João Batista Confessor, nº 19, centro, CEP: 59213-000, na cidade de Japi-RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.159.071/0001-43, neste ato representada pela Prefeita Constitucional, Simone Fernandes da Silva portadora da matrícula funcional nº 0102, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2026, Processo Administrativo n.º 12/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023 (aplicado subsidiariamente) e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:
1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA para atender as diversas secretarias municipais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na proposta vencedora, que integram esta Ata independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDORES

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, abrangendo os itens 01 ao 89 do Termo de Referência:

FORNECEDOR: COMERCIAL T&T EIRELI - ME
CNPJ: 05.009.904/0001-00
ENDEREÇO: Rua General Osório N° 200 – Cidade Alta – CEP.59.025-150 – Natal/RN
REPRESENTANTE LEGAL: DENIS OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE – CPF: 027.969.444-09
E-MAIL: comercialt.trn@gmail.com | TEL.: 84 3301-3425

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2,00 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO CLASSE 8, NÚMERO RISCO 85, RISCO SAÚDE 3, CORROSIVIDADE 1, PESO MOLECULAR CLORO 74,50, DENSIDADE DE 1,20 A 1 G/L, COR AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TIPO COMUM. FRASCO COM 1 LITRO	5.000,00	Caixa	TOP CLEAR	R$ 28,50	R$ 142,50
2	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% 1 Litro, sem enxágue, destinado à assepsia das mãos	550,00	Und.	TOP CLEAR	R$ 11,46	R$ 6.303,00
3	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, aerossol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 360 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	350,00	Und.	CHESIQUIMICA	R$ 12,00	R$ 4.200,00
4	AVENTAL, MATERIAL NAPA, CORES VARIADAS, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 66 CM, 75% PVC E 25% POLIPROPILENO. APLICAÇÃO COZINHA INDUSTRIAL.	350,00	Und.	MCM	R$ 14,95	R$ 5.232,50
5	BALDE PLÁSTICO 30 LITROS - plástico resistente com alça para transporte, capacidade 30 litros, diversas cores, aprovado pelo INMETRO.	735,00	Und.	IBAP	R$ 24,92	R$ 18.316,20
6	BALDE PLÁSTICO 60 LITROS - plástico resistente com alça para transporte, capacidade 60 litros, diversas cores, aprovado pelo INMETRO.	200,00	Und.	IBAP	R$ 69,50	R$ 13.900,00
7	CERA LÍQUIDA PARA PISO - PRINCÍPIO ATIVO SOLVENTE DE PETRÓLEO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SILICONE, PARAFINA, FORMOL, CORANTE, CONSERVANTE, PERFUME E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, TEOR NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO 3,5% NA CATEGORIA PRONTO USO, NA COR AMARELA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 750ML. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	150,00	FRASCO	STARLUX	R$ 6,98	R$ 1.047,00
8	CESTO LIXO, material plástico, composição básica polietileno reforçado. Características adicionais: fechado, com tampa, medidas aproximadas: altura 40cm, diâmetro 34,2 cm. Capacidade: 20 litros	895,00	Und.	PLASUTIL	R$ 24,08	R$ 21.551,60
9	LIXEIRA PLÁSTICA 30 LITROS COM PEDAL. Cesto e tampa injetados em plástico polipropileno (PP) copolímero. O acionamento da tampa é feito através de pedal o que evita eventual risco de contaminação, a haste e pedal são confeccionados com plástico resistente. Acompanha aro plástico confeccionado em polipropileno (PP) copolímero para fixação do saco de lixo. Medidas (AxLxP): 470mm X 400mm X 335mm	50,00	Und.	PLASUTIL	R$ 35,16	R$ 1.758,00
10	LIXEIRA PLÁSTICA (Cesto de lixo), em plástico de polipropileno, tipo balde com tampa, com reforço no fundo, com capacidade 60 Litros, com a finalidade para transporte e armazenamento de líquidos, porém não somente líquido, mas qualquer outro produto a ser armazenado ou transportado	570,00	Und.	PLASUTIL	R$ 45,21	R$ 25.769,70
11	CLORO LÍQUIDO/HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA - TEOR DE CLORO ATIVO 3,0% A 3,5%, EMBALAGEM DEVERÁ CONTER REGISTO ANVISA/MS. FRASCO DE 01 LITRO.	490,00	Litros	VALENÇA	R$ 3,01	R$ 1.474,90
12	DESENTUPIDOR PIA, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, COR PRETA, MATERIAL CABO PLÁSTICO RESISTENTE, COMPRIMENTO CABO 20 CM, TIPO SANFONADO.	50,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 15,07	R$ 753,50
13	DESINFETANTE LÍQUIDO Para Uso Geral, 2 Litros, Composição: Componente Ativo Cloreto De Alquil. De metil Benzil Amônio E Cloreto De Dialquil De metil Amônio Que Elimine Germes E Bactérias. Embalagem Econômica De 2 Litros, Constando No Rótulo Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante E Registro Na Anvisa. O Produto Não Poderá Ter Data De Fabricação Superior A 90 Dias Na Data De Entrega E Deverá Ter Validade De No Mínimo De 12 Meses. Aromas Variados, Lavanda, Floral E Eucalipto	550,00	Und.	VALENÇA	R$ 7,03	R$ 3.866,50
14	DETERGENTE LÍQUIDO - 500ML: Lava louças, princípio ativo linear alquilbenzeno, sulfonato de sódio, composição básico tenso ativo: aniônicos, não iônicos, coadjuvante, preservantes, sequestrante, espessante, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, teor de ativos mínimo de 8,0%, ph=6,0-9,0, solução 5% p/p - (peso por peso), composição aromática neutro, acondicionado em frasco plástico, contendo 500 ml. Viscosidade do produto puro no mínimo 100 cps conforme resolução normativa n.°1 de 25/10/78 do Conselho Nacional de Saúde. Fragrâncias diversas. O produto deve conter impresso a validade, os dados do produto, do fabricante e registro da ANVISA-MS	2.500,00	Und.	TOP CLEAR	R$ 2,50	R$ 625,00
15	DISPENSER HIGIENIZADOR, material: plástico abs, capacidade mínima: 800 ml, tipo fixação: parede, cor: branca, aplicação: mãos, características adicionais: visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido.	250,00	Und.	NOBRE	R$ 40,57	R$ 10.142,50
16	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO. LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, CERDAS DE FIBRA NATURAL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 29CM	5,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 8,11	R$ 40,55
17	ESPONJA LIMPEZA, material lã de aço carbono, formato retangular, aplicação utensílios e limpeza em geral, características adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidação, 90 x 40 mm, peso líquido mínimo 42 g, com 8 unidades	385,00	Pacote	LUSTRO	R$ 2,03	R$ 781,55
18	ESPONJA DE FIBRA SINTETICA, DUPLA FACE, PARA USO GERAL DE LIMPEZA (LAVAR LOUÇA) MEDINDO APROXIMADAMENTE 7X11X2,2CM	815,00	Und.	PRO BETANIN	R$ 1,52	R$ 1.238,80
19	PANO PARA LIMPEZA. Características básicas: em flanela, 100% algodão, de qualidade, não mancha e não solta pelos, cor amarela ou laranja, com bordas costuradas. Tamanho aproximado: 28cm x 58cm	600,00	Und.	MCM	R$ 4,06	R$ 2.436,00
20	FÓSFORO – MAÇO COM 10 CAIXAS - FÓSFORO COMPOSTO DE CLORATO DE POTÁSSIO AGLUTINANTES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5 CM CADA PALITO, EMBALADOS EM CAIXINHAS CONTENDO 40 PALITOS. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO	70,00	Pacote	PARANA	R$ 5,07	R$ 354,90
21	CARRINHO LIMPEZA MULTIFUNÇÃO (KIT). Carro funcional com balde espremedor de aproximadamente 30 litros (2 águas); Cabo telescópico de alumínio ou material resistente (aprox. 1,40 m); Haste para refil com cinta; Placa Sinalizadora "Piso Molhado"; Pá coletora de lixo com tampa; Conjunto	35,00	Conjunto	NOBRE	R$ 442,13	R$ 15.474,55

	Mop Pó 60cm completo					
22	LUSTRA MÓVEIS - EMBALAGEM DE 200ML Recipiente com alta aplicação; próprio para proporcionar limpeza e brilho sem engordurar. com registro na ANVISA/Ministério da Saúde Embalagem: frasco com 200ml, plástica resistente, deve constar na embalagem prazo de validade de no mínimo 6 meses.	500,00	FRASCO	ALICE	R$ 4,91	R$ 2.455,00
23	PÁ DE LIXO, material plástico 24x16, 5x7 com cabo longo de madeira revestida (80cm).	537,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 9,83	R$ 5.278,71
24	PANO LIMPEZA, material: 100% algodão, comprimento: 70 cm, largura: 50 cm, características adicionais: chão, cor: branca	150,00	Und.	SR	R$ 4,91	R$ 736,50
25	PANO PRATO, material: algodão cru, medidas mínimas (comprimento: 75 cm, largura: 50 cm), cor: branca, características adicionais: absorvente, lavável e durável	360,00	Und.	MCM	R$ 3,93	R$ 1.414,80
26	PAPEL HIGIENICO MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 30, LARGURA 10, TIPO PICOTADO, FOLHAS DUPLA, COR BRANCA, MACIO E SEM PERFUME. FARDO COM 64 ROLOS	900,00	Fardo	MIMMO	R$ 88,43	R$ 79.587,00
27	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, 100% celulose, folha simples, 2 dobras, sem perfume, cor branca, com alta absorção, macia, papel reciclado, formato 20 a 23cm x 20 a 23cm, fardo com 4 pacotes com 250 folhas cada, totalizando 1000 folhas.	540,00	Pacote	LIZ	R$ 10,81	R$ 5.837,40
28	PASTILHA SANITÁRIA FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, EMBALAGEM TIPO CAIXA CONTENDO 1 PEDRA DE 40-50G COM ALÇA PLÁSTICA E REDE PROTETORA, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, COMPOSIÇÃO: PARADICLOROBENZENO, ESSÊNCIA, CORANTE; COM REGISTRO NA ANVISA, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES. TIPO GLADE, HARPIC OU EQUIVALENTE.	1.500,00	Und.	MARILUX	R$ 3,44	R$ 1.720,00
29	RODO, LIMPEZA, material em plástico resistente, base medindo no mínimo 42cm, com 2 borrachas de suporte medindo no mínimo 45 cm, cabo em metal revestido de plástico e roscável, medindo no mínimo 1,20cm.	350,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 19,65	R$ 6.877,50
30	SABÃO EM BARRA - COMPOSIÇÃO BÁSICA CARBONATO DE SÓDIO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, GLICERINA, CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, ESPECIFICAÇÕES PH 1% =11,5 MAXIMO, ALCALINIDADE LIVRE: MAXIMO 0,5%P/P, DE GLICERINA, NA COR AMARELA, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO, EB 56/54 DA ABNT. CAIXA 50 UNIDADES. COM REGISTRO NO MS	150,00	Caixa	MARILUX	R$ 73,69	R$ 11.053,50
31	SABÃO EM PÓ, BIODEGRADÁVEL, CAIXA COM 500g. APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS ADITIVOS: ALVEJANTE E AMACIANTE, ODOR: FLORAL INDICAR MARCA E Nº DO REGISTRO NA ANVISA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	10.000,00	Pacote	MARILUX	R$ 1,97	R$ 19.700,00
32	SABONETE LÍQUIDO aspecto físico líquido viscoso cremoso, odor erva doce, acidez ph neutro, aplicação antissepsia das mãos com agentes hidratantes. composição glicerina agentes emolientes, triclosan 0,3% embalagem de 1 litro empilhável, com validade mínima de 12 meses, com registro no Ministério da Saúde ou Anvisa.	500,00	Litro	VALENÇA	R$ 4,91	R$ 2.455,00
33	SACO PLÁSTICO LIXO, capacidade 15 litros cor preto, reforçado, com 0,10 micra, apresentação peça única, medidas aproximadas: largura 39 cm, altura 58 cm, pacote 100 unidades.	600,00	Pacote	DONAPACK	R$ 3,93	R$ 2.358,00
34	SACO PLÁSTICO LIXO, capacidade 100 litros, cor preto, reforçado, com 0,10 micra, apresentação peça única, medidas aproximadas: largura 80 cm, altura 100 cm, pacote 100 unidades	310,00	Pacote	DONAPACK	R$ 19,65	R$ 6.091,50
35	SACO PLÁSTICO COMUM COR PRETA, CAPACIDADE 200 LITROS, REFORÇADO, CONTENDO NO MINIMO 8 MICRONS, TAMANHO APROXIMADO DE 84 CM DE LARGURA X 95 COM DE ALTURA. PACOTE COM 100 UNIDADES.	900,00	Pacote	DONAPACK	R$ 24,52	R$ 22.068,00
36	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM 30 LITROS, saco resistente de cor preta, confeccionado de polietileno de alta densidade medindo 59 cm largura x 62 cm de altura, suportando 6 kg, tendo sua capacidade volumétrica 30 litros, tipo comum, devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. Apresentar juntamente com a amostra os laudos do IPT ou outro laboratório credenciado pelo INMETRO, que comprovem os critérios de aceitação estabelecidos na norma ABNT 9191 de 2008. Pacote com 100 unidades.	900,00	Pacote	DONAPACK	R$ 7,85	R$ 7.065,00
37	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 60 LITROS, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 16 MICRAS DE ESPESSURA POR PAREDE, NA COR PRETA, CAPACIDADE 60 LITROS, MEDINDO 65X 80 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COMO MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, QUANTIDADES.	900,00	Pacote	DONAPACK	R$ 8,83	R$ 7.947,00
38	VASSOURA DE NYLON Especificações mínimas: composto de cerdas de nylon medindo 11,5 cm de comprimento com plumagem nas pontas: cabo em madeira medindo 1,50 cm de comprimento: base em material plástico medindo 30 cm de comprimento	550,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 11,97	R$ 6.473,50
39	VASSOURA, material cerdas: pelo sintético, material cepa: madeira, comprimento cepa: 40 cm, características adicionais: cabo rosqueável, 1,20 m, largura cepa: 4,5 cm	695,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 11,97	R$ 8.180,15
40	VASSOURA, material cerdas: piaçava, material cabo: madeira, material cepa: madeira, características adicionais: material cabo e cepa de madeira isenta de nós com, largura cepa: 25 cm, altura cepa: 12 cm	63,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 11,79	R$ 742,77
41	BALDE, material plástico, tamanho médio, material alça arame galvanizado, capacidade 10 litros, cor preto, pegador embutido	250,00	Und.	IBAP	R$ 11,79	R$ 2.947,50
42	CESTOS DE LIXO EM POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE PARA 100 LITROS, DIMENSÕES MÍNIMAS (Profundidade: 45 cm X Largura: 45 cm X Atura: 83 cm)	150,00	Und.	PLASUTIL	R$ 58,93	R$ 8.839,50
43	NAFTALINA, EM PACOTES DE NO MÍNIMO 20 GRAMAS	280,00	Pacote	SOL	R$ 3,93	R$ 1.100,40
44	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO. COM TEOR ALCOOLICO 70% EM GEL. FRASCO COM 500ML. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES	450,00	FRASCO	TOP CLEAR	R$ 6,88	R$ 3.096,00
45	ÁLCOOL LIQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 70% 1 LITRO - acondicionado em frasco plástico resistente descartável, lacrado, que permite a visualização do conteúdo, apresentar cheiro característico, embalagem contendo identificação, data de fabricação e validade, lote, tenha aprovação do Inmetro. EMBALAGEM DE 1 LITRO	440,00	Litro	TOP CLEAR	R$ 6,88	R$ 3.096,00
46	SABONETE - EM TABLETE, COM PH ENTRE 5,5 A 8,5, COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, COM 90G	412,00	Und.	REXONA	R$ 3,44	R$ 1.417,28
47	TOALHA ROSTO, material: 100% algodão, cor: branca, comprimento: 80 cm, largura: 50 cm, características adicionais: tecido antialérgico.	250,00	Und.	SR	R$ 11,79	R$ 2.947,50
48	LIMPA ALUMÍNIO; COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIONICO, SULFONICO; CONSERVANTE, ABRASIVOS, CORANTE E VEICULO; TIPO LÍQUIDO; COM VALIDADE DE 12 MESES; ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO 500 ML; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 01 ANO A CONTAR DA ENTREGA.	210,00	FRASCO	MARILUX	R$ 3,44	R$ 722,40

49	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - Composição: aço carbono. Embalagem: pacote com 08 unidades de peso aproximado de 60 g. Uso doméstico. Fardo com 14 pacotes	550,00	Fardo	LUSTRO	R$ 34,38	R$ 18.909,00
50	FLANELA PARA LIMPEZA, TECIDO 100% ALGODÃO, PELUCIADA EM AMBOS OS LADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE (VARIÁVEL 10%) 40X60 CM	500,00	Und.	MCM	R$ 3,93	R$ 1.965,00
51	PANO MULTIUSO TAMANHO MÍNIMO DE 30CM X 50CM, COM 50% VISCOSE E 50% POLIÉSTER, EMBALAGEM COM 05 UNIDADES	955,00	Pacote	NOBRE	R$ 19,64	R$ 18.756,20
52	LIMPADOR MULTIUSO: frasco de 500 ml, Original contra a sujeira, indicado para diversas superfícies, como pisos, azulejos, fórmica, paredes e bancadas, limpando resíduos, gorduras, manchas de comida e aromatizados.	480,00	Und.	MARILUX	R$ 3,44	R$ 1.651,20
53	VASSOURA DE PELO (VASCULHADOR DE TETO), CABO DE MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 2 METROS DE COMPRIMENTO E MEDIDA DA BASE 15 CM	396,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 13,91	R$ 5.508,36
54	INSETICIDA EM AEROSSOL embalagem com 300ml, eficiente para matar mosquitos, pernilongos, muriçocas, com registro no Ministério da Saúde	795,00	Und.	PROINSET	R$ 13,91	R$ 11.058,45
55	EMBALAGEM DE 500ML LIMPA VIDROS com álcool, desengordura, limpa e dá brilho, Com registro na ANVISA/Ministério da Saúde. Embalagem: frasco de 500 ml, plástica resistente, deve constar na embalagem prazo de validade mínima de 6 meses	510,00	Und.	MARILUX	R$ 3,48	R$ 1.774,80
56	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, ACIDEZ PH 6 A 8, APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AGENTE BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS E NÃO ANIÔNICOS, SOLVENTE, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS. GALÃO DE 5 LITROS	1.500,00	Und.	VALENÇA	R$ 24,84	R$ 12.420,00
57	TOUCA TNT DESCARTÁVEL MERENDEIRA - Touca descartável para a inibição de queda de cabelo em áreas onde há necessidade como: cozinhas, restaurantes e lanchonetes. Com boa aeração do couro cabeludo. Fabricada em polipropileno com elástico revestido na cor branca tamanho 45 x 52 cm. Pacote com 100 unidades	255,00	Pacote	NOBRE	R$ 13,91	R$ 3.547,05
58	PAPEL ALUMÍNIO, PARA CONSERVAR, EMBRULHAR E PROTEGER ALIMENTOS, MEDINDO 0,30 X 7,5 METROS - ROLO	550,00	Und.	VABENE	R$ 6,96	R$ 3.828,00
59	PAPEL FILME, material: PVC- cloreto de polivinila, comprimento: 30 m, largura: 29 cm, apresentação: rolo, aplicação: doméstica. - ROLO	550,00	Und.	PLASTFILM	R$ 6,96	R$ 3.828,00
60	QUEROSENE diluente de tintas e parafinas. Composição: hidrocarbonetos alifáticos, naftênicos e aromáticos, com faixa de destilação entre 150 e 300°C e aditivos de performance. Isento de benzeno e clorados; Ponto de fulgor: mínimo 40 °C; Densidade relativa 20/4 °C: 0,760 -0,822; Viscosidade cinemática a 20 °C: máximo 8,0 cSt; Aspecto: Claro, límpido; Embalagem: frasco 1 litro.	545,00	Litro	BRAVOX	R$ 34,78	R$ 18.955,10
61	LUVA BORRACHA, material: látex antiderrapante, tamanho: diversos, características adicionais: sem forro, uso: limpeza em geral.	200,00	Par	NOBRE	R$ 4,37	R$ 874,00
62	CORDA DE NYLON para varal nº 03 (polietileno 90% e polipropileno 10 %) com embalagem contendo uma unidade de 10 metros	125,00	Und.	BOMPACK	R$ 6,96	R$ 870,00
63	SUPORTE PARA TOALHAS DE PAPEL INTERFOLHAS: DISPENSER PARA PAPEL TOALHA COM 02 OU 03 DOBRAS, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR BRANCA. SISTEMA DE FECHAMENTO QUE DISPENSE O USO DE CHAVES COMPATIVEL COM PAPEL TOALHA 22X21 CM.	320,00	Und.	NOBRE	R$ 39,74	R$ 12.716,80
64	DISPENSER HIGIENIZADOR - dispenser higienizador, material plástico ABS, capacidade 800 ml, tipo fixação em parede, cor branca, aplicação mãos, características adicionais visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido.	705,00	Und.	NOBRE	R$ 39,74	R$ 28.016,70
65	VASSOURÃO DE PIAÇAVA DE 50 CM	230,00	Und.	CRISTAL	R$ 44,71	R$ 10.283,30
66	CREOLINA LIQUIDA, desinfetante antisséptica e germicida - 750ml	245,00	Und.	BRAVOX	R$ 17,88	R$ 4.380,60
67	PÁ QUADRADA N°4 COM CABO Y - Fabricada em aço carbono de alta qualidade; Pintura por imersão, prevenindo a oxidação do produto; Cabo de Madeira de Lei e terminal tipo "Y" com aprox. 74 cm; Terminação da empunhadura em polietileno. Dimensões aprox. da pá: 270mm x 1050mm (LxC)	415,00	Und.	SR	R$ 11,92	R$ 4.946,80
68	SACO DE LIXO 20 LITRO C/ 100 UND	100,00	Pacote	DONAPACK	R$ 5,96	R$ 596,00
69	SACO PARA LIXO, plástico, na cor preta, capacidade para 40 litros, 12 micras, de alta resistência, embalagem com 100 unidades	180,00	Pacote	DONAPACK	R$ 8,94	R$ 1.609,20
70	SACO PARA LIXO, plástico, na cor preta, capacidade para 50 litros, 12 micras, de alta resistência, embalagem com 100 unidades	180,00	Pacote	LIZ	R$ 11,92	R$ 3.814,40
71	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, 100% celulose, folha simples, 2 dobras, sem perfume, cor branca, com alta absorção, macia, formato 20 a 23cm x 20 a 23cm, fardo com 4 pacotes com 250 folhas cada, totalizando 1000 folhas	320,00	Und.	BRAVOX	R$ 17,88	R$ 4.470,00
72	ÁCIDO MURIÁTICO 1L	250,00	Und.	MARILUX	R$ 12,92	R$ 387,60
73	SABÃO DE COCO, em pedra, pacote com 5 tabletes com 200 gramas cada	30,00	Pacote	BOMPACK	R$ 3,97	R$ 1.270,40
74	PRENDEDOR DE ROUPAS, comprimento mínimo de 8 cm, em madeira (PACOTE COM 12 UNIDADES)	320,00	Pacote	MARILUX	R$ 8,94	R$ 17.880,00
75	AMACIANTE DE ROUPA ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO. COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES, CONTADOS DA DATA DE ENTREGA; EMBALAGEM DE 2 LITROS	2.000,00	Und.	DONAPACK	R$ 8,94	R$ 1.609,20
76	ALVEJANTE HIPOCLORITO SÓDIO, ESTABILIZADO TEOR MÍNIMO TITULADO PELO MENOS A 20°C= 7,5% TEOR DE CLORO ATIVO MÁXIMO EM 11 +- 1% ESTATIZANTE; SAL DO ÁCIDO METILENO FOSFÔNICO, CONCENTRAÇÃO OITO A DEZ ML POR KILO DE ROUPAS. PRODUTO NOTIFICADO PELA ANVISA, GALÃO DE 50 LITROS. PARA USO HOSPITALAR	15,00	Und.	LUA AZUL	R$ 24,84	R$ 372,60
77	GALÃO DE 50 LITROS ACIDULANTE E NEUTRALIZANTE: Para neutralização de resíduos de detergentes alcalinos e cloro utilizado no alvejamento como acidulante e anticloro nos processos de lavagem de roupas brancas ou coloridas em lavanderias hospitalares. Tempo de 3 a 5 minutos. Características técnicas: Metabissulfito de Sódio e Veículo. Ativo: Metabissulfito de Sódio. Aspecto: Líquido límpido COR: Amarelo. pH (1%): 3,5 a 5,0 DENSIDADE (25ºC): 1,25 a 1,26 g/ml. Registro no MS.	40,00	Und.	LUA AZUL	R$ 149,04	R$ 5.961,60
78	DETERGENTE DESENGRAXANTE CITRUS PARA LIMPEZA PESADA COMPOSIÇÃO QUÍMICA: USO EM LAVANDERIA INDUSTRIAL/HOSPITALAR. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO ANVISA E TÉCNICO RESPONSÁVEL COM CRQ. APRESENTAÇÃO DA FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUIMICO (FISPQ) NA ENTREGA DO PRODUTO. BOMBONA COM 20 LITROS	150,00	Und.	LUA AZUL	R$ 248,40	R$ 37.260,00
79	DETERGENTE UMECTANTE DE USO PROFISSIONAL GALÃO DE 20L	60,00	Und.	AUDAX	R$ 248,40	R$ 14.904,00
80	HIPOCLORITO DE SÓDIO 5%, age removendo os odores desagradáveis, provenientes das sujidades e microrganismos. Composição mínima: Hipoclorito de sódio, agentes sequestrantes, agentes alcalinizantes e veículo aquoso, ação desinfetante, alvejante e germicida, galão de 5 litros. Com registro na ANVISA	150,00	Und.	VALENÇA	R$ 43,58	R$ 6.537,00

81	HIPOCLORITO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 10 % DE CLORO ATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO. GALÃO DE 5 LITROS	150,00	Und.	VALENÇA	R$ 43,58	R$ 6.537,00
82	PÁ P/ LIXO, DE PLÁSTICO C/ CABO LONGO	300,00	Und.	SR	R$ 12,80	R$ 3.840,00
83	ÓLEO LUSTRA MÓVEIS (TIPO PEROBA) OU EQUIVALENTE - 200ml. Tradicional, para limpeza, conservação e brilho de móveis de madeira. Embalagem resistente	600,00	Und.	PEROBA	R$ 7,88	R$ 4.728,00
84	Sabão Líquido Lava Roupas Carinho E Proteção 1 Lt	1.500,00	Und.	VALENÇA	R$ 13,13	R$ 6.565,00
85	DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE 200ML, CAPACIDADE PARA ARMAZENAR 100 UNIDADES	150,00	Und.	NOBRE	R$ 114,75	R$ 17.212,50
86	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA, CAIXA COM 50 UNIDADES	100,00	Caixa	NOBRE	R$ 24,92	R$ 2.492,00
87	RODO DUPLO DE ALUMÍNIO, REFORÇADO COM CABO DE ALUMÍNIO MEDINDO 1,60 CENTIMETRO	50,00	Und.	PAULISTINHA	R$ 9,18	R$ 918,00
88	CABO DE ROSCA PARA RODO DE ALUMÍNIO DE 1,60 CENTIMETROS	150,00	Und.	NOBRE	R$ 24,92	R$ 3.738,00
89	TAPETES PARA COPA E BANHEIRO, EM ALGODÃO 45X65	500,00	Und.	SR	R$ 60,00	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL		**R$ 835.953,32** (Oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos.)				

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.7 Dos limites para as adesões: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 da Lei 14.133/2021).

4.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

4.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que compõem o CADASTRO DE RESERVA, sendo eles:

4.4.1 Os que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2 Os que mantiverem sua proposta original.

4.5 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

4.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços quanto àquele item.

6.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso (equilíbrio econômico-financeiro).
6.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.7 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro e aplicação de sanções.
6.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na legislação; ou
7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (Impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade).
7.2 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.3.1 Por razão de interesse público;
7.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.
8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
8.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na Minuta de Contrato (Anexo II).
9.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em formato digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA	Comercial T&T EIRELI - ME
Prefeita Municipal	CNPJ: 05.009.904/0001-00
Prefeitura Municipal de Japi	Contratado
CNPJ sob nº 08.159.071/0001-43	***DENIS OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE***
Contratante	CPF 027.969.444-09
	Representante Da Empresa

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:662E7EB1

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE JAPI/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração Prefeitura Municipal de Japi, com sede na Rua João Batista Confessor, nº 19, centro, na cidade de Japi-RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.159.071/0001-43, neste ato representada pela Prefeita Constitucional, SIMONE FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF nº 051.407.164-88, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2026, Processo Administrativo n.º 020/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023 (aplicado subsidiariamente) e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as diversas secretarias municipais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na proposta vencedora, que integram esta Ata independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDORES

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, abrangendo os itens 01 ao 150 do Termo de Referência:

FORNECEDOR: COMERCIAL T&T EIRELI – ME
CNPJ: 05.009.904/0001-00
ENDEREÇO: RUA GENERAL OSÓRIO Nº 200, CIDADE ALTA, NATAL/RN
REPRESENTANTE LEGAL: DENIS OLIVEIRA DE ALBURQUERQUE – CPF: 027.969.444-09
E-MAIL: COMERCIALT.TRN@GMAIL.COM | TEL.: (84) 84 3201-3425

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	MARCA	V.UNIT	V. TOTAL
01	Agenda permanente do ano em curso: capa dura revestida em percalux ou material sintético similar, formato aproximado 14x20cm, folhas internas em papel offset com gramatura mínima de 63 g/m², contendo dados pessoais, calendário e índice telefônico.	UND	150	FARONI	R$ 36,20	R$ 5.430,00
02	Alfinete para mapa nº 01, cabeça de polietileno colorida e	CX	350	BACCHI	R$ 9,88	R$ 3.458,00

	ponta de aço niquelado, embalagem com 100 unidades (cores variadas).					
03	Almofada para carimbo nº 03, entintada, estojo em material plástico resistente, cores: azul, preta ou vermelha.	UND	100	MATERPRINT	R$10,21	R$1.021,00
04	Apagador para quadro branco, corpo em material plástico rígido com base em feltro macio, medindo aproximadamente 15,9x6,0cm.	UND	500	MATERPRINT	R$12,19	R$6.095,00
05	Apontador para lápis comum, com depósito, corpo plástico resistente e lâmina metálica temperada e afiada, caixa com 24 unidades.	CX	300	MATERPRINT	R$ 22,05	R$ 6.615,00
06	Balão de látex para festas, tamanho nº 7, pacote com 50 unidades, cores sortidas, alta resistência.	PCT	500	ART LATEX	R$11,51	R$5.755,00
07	Balão de látex para festas, tamanho nº 9, pacote com 50 unidades, cores sortidas, alta resistência.	PCT	500	ART LATEX	R$14,15	R$7.075,00
08	Bandeja para correspondência (papel A4), dupla, material poliestireno ou acrílico resistente, móvel/articulada.	UND	250	WALEU	R$ 43,22	R$10.805,00
09	Bandeja para correspondência (papel A4), simples, material poliestireno ou acrílico resistente.	UND	250	WALEU	R$ 28,82	R$7.205,00
10	Barbante 100% algodão cru, nº 8, fio trançado, rolo pesando aprox. 250 gramas (aprox. 140 metros).	ROLO	400	EURO	R$ 11,53	R$ 4.612,00
11	Bloco de papel para rascunho, cor branca ou amarela, sem pauta, gramatura mínima 56g/m², tamanho aproximado 15x21cm (A5), contendo 100 folhas destacáveis.	BL	300	BAG	R$ 6,72	R$2.016,00
12	Borracha tipo ponteira para lápis, macia, apaga escrita a grafite sem borrar, caixa com 100 unidades.	CX	300	BRW	R$ 57,63	R$ 17.289,00
13	Borracha escolar branca nº 40, macia, com capa protetora plástica, apaga escrita a grafite sem borrar, caixa com 40 unidades.	CX	200	BRW	R$ 19,21	R$ 3.842,00
14	Cola de contato (tipo sapateiro), adesivo multiuso de secagem rápida, bisnaga ou lata com no mínimo 75g.	UND	300	BRASCOPLAST	R$ 14,41	R$4.323,00
15	Caderno brochura 1/4 (pequeno), capa dura, formato aprox. 140x200mm, folhas internas pautadas em papel off-set min. 56g/m², com 96 folhas.	UND	500	BIGNARD	R$ 6,72	R$ 3.360,00
16	Caderno universitário capa dura, espiral, formato 200x275mm, folhas internas pautadas com gramatura min. 56g/m², 1 matéria (96 folhas).	UND	500	BIGNARD	R$ 12,49	R$ 1.249,00
17	Caderno de desenho (cartografia), capa dura, espiral, formato grande, folhas brancas sem pauta, gramatura min. 63g/m², com 96 folhas.	UND	100	COMPACTOR	R$12,49	R$ 1.249,00
18	Caneta esferográfica, corpo sextavado transparente, ponta média (1.0mm) de tungstênio, escrita macia, tampa ventilada. Caixa com 50 unidades (cores: azul ou preta).	CX	200	COMPACTOR	R$67,24	R$ 13.448,00
19	Caneta esferográfica, corpo sextavado transparente, ponta fina (0.7mm ou 0.8mm), escrita macia. Caixa com 50 unidades (cores: azul, vermelha ou preta).	CX	600	COMPACTOR	R$ 67,24	R$ 40.344,00
20	Caneta marca texto, ponta chanfrada de feltro resistente, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida. Caixa com 12 unidades (cores variadas).	CX	600	MASTERPRINT	R$ 23,05	R$ 13.830,00
21	Caneta marca texto em gel (sólido), não resseca, mecanismo giratório, alta durabilidade.	UND	400	BRW	R$ 7,68	R$ 3.072,00
22	Caneta hidrográfica (pontas de fibra), cores vivas, tinta lavável, tampa ventilada. Caixa com 12 cores.	CX	600	BRW	R$ 11,53	R$ 6.918,00
23	Clips para papel em aço niquelado, nº 2/0, resistente à oxidação. Caixa com 100 unidades (aprox. 500g).	CX	600	BACCHI	R$ 19,21	R$ 11.526,00
24	Clips para papel em aço niquelado, nº 4/0, resistente à oxidação. Caixa com 50 unidades (aprox. 500g).	CX	600	BACCHI	R$19,21	R$ 11.526,00
25	Clips para papel em aço niquelado, nº 6/0, resistente à oxidação. Caixa com 50 unidades (aprox. 500g).	CX	600	BACCHI	R$ 24,01	R$14.406,00
26	Clips para papel em aço niquelado, nº 8/0, resistente à oxidação. Caixa com 25 unidades (aprox. 500g).	CX	600	BACCHI	R$ 24,01	R$14.406,00
27	Cartolina Escolar "Color Set" (dupla face), gramatura min. 120g/m², cores vivas variadas, medindo 48x66cm.	UND	400	RST	R$ 2,88	R$ 1.152,00
28	Cartolina escolar comum, cor branca, gramatura 140g/m² a 150g/m², medindo 50x66cm.	UND	1.000	BIGNARD	R$ 1,92	R$ 1.920,00
29	Cartolina escolar comum, cores variadas, gramatura 140g/m² a 150g/m², medindo 50x66cm.	UND	2.000	BIGNARD	R$ 1,92	R$3.840,00
30	Cartolina Guache (frente colorida/verso pardo ou branco), cores variadas, medindo 50x66cm.	UND	500	RST	R$2,88	R$1.440,00
31	Caixa arquivo morto, confeccionada em plástico polionda, tamanho ofício, montável, cor azul ou transparente, embalagem com 50 unidades ou unitário.	UND	400	ALAPLAST	R$ 486,80	R$ 194.720,00
32	Cola com glitter, frascos com bico aplicador, 23g a 35g, caixa com 06 cores variadas.	CX	400	BAMBINI	R$17,52	R$7.008,00
33	Cola colorida, frascos com bico aplicador, 23g, caixa com 06 cores variadas.	CX	200	BAMBINI	R$ 11,68	R$2.336,00
34	Cola líquida para isopor e EVA, à base de acetato de polivinila e álcool, frasco com 40g ou 90g.	UND	100	BAMBINI	R$ 5,84	R$584,00
35	Cola branca líquida escolar, lavável, não tóxica, frasco com 90g. Caixa com 12 unidades.	CX	500	BAMBINI	R$ 3,89	R$1.945,00
36	Cola branca líquida (PVA), extraforte, lavável, não tóxica, frasco com 1.000g (1kg).	UND	200	BAMBINI	R$ 21,42	R$ 4.284,00
37	Cola em bastão, lavável, secagem rápida, bastão com 40g. Caixa com 12 unidades.	CX	200	BAMBINI	R$ 184,98	R$36.996,00
38	Giz de cera, bastão grosso (jumbão), não tóxico, resistente a quebra, caixa com 12 cores.	CX	500	BAMBINI	R$ 7,79	R$ 3.895,00
39	Lápis de cor, tamanho grande, formato sextavado ou redondo, mina macia e resistente. Caixa com 12 cores.	CX	500	BAMBINI	R$ 7,79	R$ 3.895,00
40	Lápis de cor, tamanho grande, formato sextavado ou redondo. Caixa com 24 cores.	CX	600	LEO E LEO	R$ 7,79	R$3.895,00
41	Corretivo líquido à base de água, secagem rápida, frasco com 18ml e pincel aplicador. Caixa com 12 unidades.	CX	500	BAMBINI	R$ 35,05	R$17.525,00
42	Fita adesiva colorida (tipo Durex colorido), polipropileno, medidas 12mm x 10m. Pacote com 10 unidades (cores variadas).	PCT	500	ADERE	R$ 29,21	R$14.605,00
43	Fita adesiva transparente, polipropileno, medidas 45mm x 45m ou 50m (larga), para fechamento de caixas.	ROLO	600	ADERE	R$ 7,79	R$6.674,00
44	Placa de Isopor (Poliestireno Expandido) para trabalhos escolares, medidas 100cm x 50cm x 10mm (1cm).	UND	200	FRICALOR	R$3,89	R$778,00
45	Placa de Isopor (Poliestireno Expandido), medidas 100cm x 50cm x 20mm (2cm).	UND	200	FRICALOR	R$ 3,89	R$ 778,00

46	Placa de Isopor (Poliestireno Expandido), medidas 100cm x 50cm x 25mm (2,5cm).	UND	200	FRICALOR	R$ 7,79	R$ 1.558,00
47	Placa de Isopor (Poliestireno Expandido), medidas 100cm x 50cm x 50mm (5cm).	UND	200	FRICALOR	R$11,68	R$2.336,00
48	Envelope tipo saco, papel Kraft ouro (pardo), gramatura 80g/m², tamanho 200x280mm (A4 pequeno).	UND	800	FARONI	R$0,49	R$392,00
49	Envelope tipo saco, papel Kraft ouro (pardo), gramatura 80g/m², tamanho 240x340mm (Ofício).	UND	800	FARONI	R$ 0,98	R$784,00
50	Envelope tipo saco, papel Kraft ouro (pardo), gramatura 80g/m², tamanho 370x470mm (Raio X/Grande).	UND	800	FARONI	R$ 1,96	R$ 1.568,00
51	Envelope comercial branco, gramatura 63g/m² ou 75g/m², tamanho 114x162mm (meio ofício).	UND	500	FARONI	R$ 0,20	R$ 100,00
52	Envelope branco, gramatura 90g/m², tamanho 185x248mm ou similar (para convites/A5).	UND	2.000	FARONI	R$ 0,39	R$ 780,00
53	Estilete largo, corpo plástico resistente, lâmina de aço 18mm, com trava de segurança.	UND	60	MASTERPRINT	R$4,03	R$241,80
54	Elástico para dinheiro (látex), nº 18, amarelo. Pacote com 100g (aprox. 100 a 120 unidades).	PCT	120	PREMIER	R$ 7,04	R$ 844,80
55	Elástico para dinheiro (látex), nº 18, amarelo. Pacote com 1.000g (1kg).	PCT	100	PREMIER	R$ 60,38	R$6.038,00
56	Extrator de grampos (saca-grampos), tipo espátula, em aço inox ou niquelado.	UND	100	PREMIER	R$ 5,03	R$503,00
57	Fita adesiva dupla face, papel tissue, medidas 12mm x 30m.	ROLO	300	ADERE	R$ 10,06	R$3.018,00
58	Fita adesiva transparente (tipo Durex), polipropileno, medidas 12mm x 30m (fina).	ROLO	600	ADERE	R$ 2,01	R$1.206,00
59	Fita crepe, papel crepado, adesivo à base de borracha, uso geral, medidas 18mm ou 24mm x 50m.	ROLO	400	ADERE	R$12,08	R$4.832,00
60	Fita corretiva, aplicação a seco, formato anatômico, fita de 5mm x 6m.	UND	400	MASTERPRINT	R$ 8,05	R$3.220,00
61	Fitilho plástico para amarração, material polipropileno, rolo com aprox. 100m.	ROLO	200	EURO	R$20,13	R$4.026,00
62	Folha de E.V.A (Etil Vinil Acetato), lisa, espessura 1.5 a 2mm, tamanho 40x60cm, cores variadas.	UND	2.000	EVAMAX	R$ 4,03	R$8.060,0
63	Folha de E.V.A com Glitter, espessura 1.5 a 2mm, tamanho 40x60cm, cores variadas.	UND	800	EVAMAX	R$12,00	R$9.600,00
64	Folha de E.V.A Decorada/Estampada, espessura 1.5 a 2mm, tamanho 40x60cm, estampas variadas.	UND	500	EVAMAX	R$ 12,08	R$6.040,00
65	Fita de cetim, face simples, 100% poliéster, largura 22mm (nº 5), rolo com 10 metros, cor branca.	ROLO	300	PROGRESSO	R$ 7,04	R$ 2.112,00
66	Giz de cera escolar, curto e grosso (p/ mãos pequenas), caixa com 15 unidades cores variadas.	CX	150	BRW	R$8,05	R$ 1.207,50
67	Grampos para grampeador, tamanho 26/6, galvanizado, caixa com 5.000 unidades.	CX	400	BACCHI	R$12,08	R$4.832,00
68	Grampo para grampeador de tapeceiro, tamanho 106/8, caixa com 2.500 unidades.	CX	100	ACP	R$ 8,05	R$ 805,00
69	Grampo trilho plástico para encadernação (haste + compressor), capacidade 300 a 400 folhas. Caixa com 50 jogos.	CX	700	ACP	R$25,16	R$17.61200
70	Grampo trilho plástico p/ encadernação, capacidade 150 folhas. Caixa com 50 jogos.	CX	600	BRW	R$ 25,16	R$15.095,00
71	Abraçadeira de nylon (tipo Enforca Gato), cor branca ou preta, tamanho 200mm x 2,5mm ou 3,6mm. Pacote c/ 100.	PCT	500	MASTERPRINT	R$30,19	R$15.095,00
72	Grampeador de mesa, médio, estrutura metálica, utiliza grampos 26/6, capacidade para grampear até 25 folhas.	UND	200	MASTERPRINT	R$40,25	R$8.050,00
73	Grampeador de mesa, profissional (grande), estrutura metálica robusta, utiliza grampos 23/10 ou 23/13, capacidade para grampear até 100 folhas.	UND	200	GL	R$ 152,90	R$30.580,00
74	Grampeador de tapeceiro (pistola), corpo em aço, ajuste de pressão, compatível com grampos 106/6 e 106/8.	UND	40	GL	R$81,55	R$3.262,00
75	Lápis preto nº 2 (HB), corpo de madeira sextavado ou redondo, mina resistente. Caixa com 144 unidades.	CX	400	LEO E LEO	R$ 76,45	R$30.580,00
76	Pincel marcador para quadro branco, ponta macia, recarregável, cor PRETA. Caixa com 12 unidades.	CX	200	MASTERPRINT	R$40,77	R$8.154,00
77	Pincel marcador para quadro branco, ponta macia, recarregável, cor VERMELHA. Caixa com 12 unidades.	CX	200	MASTERPRINT	R$ 40,77	R$8.154,00
78	Pincel marcador para quadro branco, ponta macia, recarregável, cor AZUL. Caixa com 12 unidades.	CX	200	MASTERPRINT	R$40,77	R$40,77
79	Livro de Ata, capa dura preta, contendo 100 folhas numeradas e pautadas, tamanho ofício.	UND	300	BAG	R$25,48	R$7.644,00
80	Livro de Protocolo de Correspondência, capa dura, contendo 100 folhas numeradas e específicas para protocolo.	UND	400	BAG	R$25,48	R$10.192,00
81	Livro de Ata, capa dura preta, contendo 50 folhas numeradas e pautadas, tamanho ofício.	UND	400	BAG	R$15,29	R$6.116,00
82	Livro de Ponto para funcionários, capa dura, contendo folhas com colunas para entrada/saída, 100 folhas.	UND	400	BAG	R$ 30,58	R$ 12.232,00
83	Papel camurça, cores variadas, tamanho 40x60cm, pacote com 25 folhas ou unitário.	UND	150	RST	R$76,45	R$11.467,50
84	Papel celofane, transparente e colorido, folha medindo 70x90cm ou 80x100cm.	UND	800	RST	R$3,06	R$ 2.448,00
85	Papel adesivo transparente (tipo Contact), rolo com 45cm de largura x 25 metros de comprimento.	ROLO	700	PLASTFIX	R$101,93	R$71.351,00
86	Papel Couchê brilho ou fosco, gramatura 180g/m², tamanho A4 (210x297mm). Pacote com 50 folhas.	PCT	120	BAG	R$ 30,58	R$3.669,60
87	Papel crepom, cores variadas, rolo medindo 48cm x 2,00m.	UND	800	RST	R$2,04	R$1.632,00
88	Papel micro-ondulado, cores variadas, folha medindo 50x80cm.	UND	250	RST	R$ 4,08	R$ 1.020,00
89	Papel sulfite alcalino A4 (210x297mm), gramatura 75g/m², branco.	RESMA	3.000	SUZANO	R$ 35,68	R$ 107.040,00
90	Papel Sulfite A4, gramatura 63g/m², branco.	RESMA	2.000	SUZANO	R$ 35,68	R$ 71.360,00
91	Papel Verge A4, gramatura 120g/m² ou 180g/m², cores variadas.	RESMA	100	BAG	R$ 30,58	R$ 3.058,00
92	Papel sulfite alcalino A4 (210x297mm), gramatura 75g/m², cores variadas. Pacote com 100 fls.	PCT	50	SUZANO	R$ 30,58	R$ 1.529,00
93	Pasta aba elástico, papelão ou cartolina plastificada, gramatura min 280g, cores variadas, ofício.	UND	500	CARTONORTE	R$ 3,06	R$ 1.530,00
94	Pasta com grampo trilho plástico, material cartão duplex ou polipropileno, tamanho ofício.	UND	500	CARTONORTE	R$ 8,15	R$ 4.075,00

95	Pasta Classificadora suspensa, material cartão marmorizado ou kraft 240g, completa (visor, etiqueta e grampo), haste plástica.	UND	1.000	CARTONORTE	R$ 6,12	R$ 6.120,00
96	Pasta Registradora A-Z, lombo estreito, capa papelão forrado, com mecanismo niquelado e visor.	UND	200	FRAMA	R$ 25,48	R$ 5.096,00
97	Pasta Registradora A-Z, lombo largo, capa papelão forrado, com mecanismo niquelado e visor.	UND	100	FRAMA	R$ 25,48	R$ 5.096,00
98	Pasta Catálogo com 50 sacos plásticos fixos ou removíveis, tamanho A4/Ofício, capa dura ou polipropileno.	UND	300	ACP	R$ 50,97	R$ 15.291,00
99	Pasta plástica com grampo trilho, capa transparente e contracapa colorida, polipropileno.	UND	500	ALAPLAST	R$ 4,08	R$ 2.040,00
100	Pasta aba elástico, material plástico (polipropileno), textura lisa ou line, lombo 2cm a 3cm.	UND	500	ALAPLAST	R$ 5,10	R$ 2.550,00
101	Pasta Polionda, aba elástico, lombo 3,5cm (35mm), tamanho ofício, cores variadas.	UND	400	ALAPLAST	R$ 9,17	R$ 3.668,00
102	Pasta Polionda, aba elástico, lombo 5,5cm (55mm), tamanho ofício, cores variadas.	UND	400	ALAPLAST	R$ 10,19	R$ 4.076,00
103	Pasta aba elástico, polipropileno, lombo fino (2cm), cores variadas.	UND	800	ALAPLAST	R$ 4,08	R$ 3.264,00
104	Pasta aba elástico, polipropileno, lombo 4cm, cor amarela (ou cores variadas).	UND	600	ALAPLAST	R$ 6,12	R$ 3.672,00
105	Pasta aba elástico, polipropileno, lombo largo (5,5cm), cores variadas.	UND	800	ALAPLAST	R$ 8,15	R$ 6.520,00
106	Pistola para cola quente, pequena (para bastão fino 7,5mm), bivolt, potência 10-15W.	UND	150	BRW	R$ 30,58	R$ 4.587,00
107	Pistola para cola quente, grande (para bastão grosso 11,2mm), bivolt, potência 40W ou superior.	UND	150	BRW	R$ 40,77	R$ 6.115,50
108	Perfurador de papel, estrutura metálica, 2 furos, capacidade para até 20/25 folhas 75g.	UND	150	MASTERPRINT	R$ 35,68	R$ 5.352,00
109	Perfurador de papel, estrutura metálica, 2 furos, capacidade para até 60 folhas (semi-industrial).	UND	100	MASTERPRINT	R$ 71,35	R$ 7.135,00
110	Percevejo latonado, cabeça chata, nº 5 ou 6. Caixa com 100 unidades.	CX	100	ACC	R$ 7,14	R$ 714,00
111	Pen Drive 32GB (USB 2.0 ou 3.0), marca de referência em qualidade.	UND	500	MULTILASER	R$ 40,77	R$ 20.385,00
112	Pen Drive 64GB (USB 3.0), alta velocidade.	UND	500	MULTILASER	R$ 61,16	R$ 30.580,00
113	Massa de modelar, à base de amido, não tóxica, soft, pacote com 12 cores (aprox. 180g).	CX	500	MASTER	R$ 8,15	R$ 4.075,00
114	Prancheta ofício, material poliestireno (acrílico) ou Eucatex, prendedor metálico resistente.	UND	250	ACP	R$ 15,29	R$ 3.822,50
115	Pilha Alcalina tamanho AA (pequena), 1.5V. Cartela com 2 unidades.	CART	500	ELGIN	R$ 8,15	R$ 4.075,00
116	Pilha Alcalina tamanho AAA (palito), 1.5V. Cartela com 2 unidades.	CART	500	ELGIN	R$ 8,15	R$ 4.075,00
117	Bateria Alcalina 9V, retangular. Cartela ou unidade.	UND	500	ELGIN	R$ 18,35	R$ 9.175,00
118	Porta-canetas/clips/lembrete (Organizador de mesa), material poliestireno, cor fumê ou cristal.	UND	25	BRW	R$ 25,48	R$ 637,00
119	Tinta para reabastecimento de pincel de quadro branco, frasco com 20ml a 30ml.	UND	500	RADEX	R$ 9,17	R$ 4.585,00
120	Refil de cola quente (bastão de silicone), fino (7,5mm), transparente. Pacote com 1kg.	KG	200	TEKBOND	R$ 66,26	R$ 13.252,00
121	Refil de cola quente (bastão de silicone), grosso (11,2mm), transparente. Pacote com 1kg.	KG	200	TEKBOND	R$ 66,26	R$ 13.252,00
122	Bloco de recado adesivo (tipo Post-it), amarelo, medindo 38x50mm. Bloco com 100 folhas.	PCT	400	MASTERPRINT	R$ 7,14	R$ 2.856,00
123	Bloco de recado adesivo, amarelo, medindo 76x102mm. Bloco com 100 folhas.	BL	400	MASTERPRINT	R$ 8,15	R$ 3.260,00
124	Bloco de recado adesivo, amarelo, medindo 76x76mm. Bloco com 100 folhas.	BL	400	MASTERPRINT	R$ 8,15	R$ 3.260,00
125	Régua escolar, poliestireno cristal (transparente), 30cm, escala em mm/cm, resistente.	UND	500	WALEU	R$ 1,53	R$ 765,00
126	Régua escolar, poliestireno cristal (transparente), 50cm, escala em mm/cm, resistente.	UND	300	WALEU	R$ 6,12	R$ 1.836,00
127	Saco plástico (refil) para pasta catálogo, furação universal, ofício, espessura 0,10 micras. Pacote com 50 unid.	PCT	800	ACP	R$ 50,97	R$ 40.776,00
128	Quadro de aviso com base em cortiça e moldura de madeira ou alumínio, medindo 90x120cm.	UND	100	SOUZA	R$ 152,90	R$ 15.290,00
129	Quadro de aviso com base em feltro verde e moldura de madeira ou alumínio, medindo 90x120cm.	UND	100	SOUZA	R$ 185,83	R$ 18.583,00
130	Tinta Guache escolar, caixa com 06 potes de 15ml, cores variadas, lavável.	CX	1.000	BAMBINI	R$ 10,32	R$ 10.320,00
131	Tinta para carimbo, frasco plástico com bico dosador, 40ml, cores: azul, preta ou vermelha.	UND	50	RADEX	R$ 8,26	R$ 413,00
132	Tecido Não Tecido (TNT), gramatura 40g/m², largura 1,40m, rolo com 50m ou metro linear.	METRO	5.000	R. TEXTIL	R$ 4,13	R$ 20.650,00
133	Tesoura escolar, ponta redonda, cabo plástico anatômico, lâmina em aço inox, aprox. 13cm.	UND	600	MASTERPRINT	R$$ 4,13	R$ 2.478,00
134	Pasta em L, polipropileno transparente ou cor, tamanho A4/Ofício.	UND	1.500	ACP	R$ 1,55	R$ 2.325,00
135	Pasta Sanfonada, tamanho A5 (duplicata/cheque), material polipropileno, com 31 divisórias.	UND	60	ACP	R$ 20,65	R$ 1.652,00
136	Pasta Sanfonada, tamanho A5 (duplicata/cheque), material polipropileno, com 12 divisórias.	UND	80	ACP	R$12,39	R$ 991,20
137	Pasta Sanfonada, tamanho A4/Ofício, material polipropileno, com 31 divisórias.	UND	80	ACP	R$ 61,94	R$4.955,20
138	Pasta Sanfonada, tamanho A4/Ofício, material polipropileno, com 12 divisórias.	UND	100	ACP	R$ 41,30	R$ 4.130,00
139	Bateria Litio CR2032, 3V (tipo moeda). Cartela com 5 unidades.	CART	600	ELGIN	R$ 15,49	R$ 9.294,00
140	Tinta para tecido, fosca, à base de resina acrílica, pote com 37ml, cores variadas.	UND	700	RP	R$ 6,19	R$ 4.333,00
141	Tinta Spray Metálica (Cromado/Dourado), uso geral, secagem rápida, lata 350ml/250g.	UND	100	TEKBOND	R$ 25,81	R$ 2.581,00
142	Tinta Spray cores sólidas (uso geral), secagem rápida, lata 350ml/250g.	UND	100	TEKBOND	R$ 25,81	R$ 2.581,00
143	Palito para churrasco em bambu ou madeira, ponta em uma extremidade. Pacote com 100 unidades.	PCT	100	BOMPACK	R$ 8,26	R$ 826,00
144	Palito de picolé (abaixador de língua), madeira, pontas arredondadas. Pacote com 100 unidades.	PCT	100	BOMPACK	R$ 8,26	R$ 826,00

145	Papel Fotográfico Glossy (Brilhante), gramatura 180g ou 230g, tamanho A4. Pacote com 50 fls.	PCT	100	MASTERPRINT	R$ 36,13	R$ 3.613,00
146	Lapiseira técnica, corpo plástico resistente com grip emborrachado, ponta metálica fixa, calibre 0.7mm.	UND	300	BRW	R$ 12,39	R$ 3.717,00
147	Grafite (Mina) para lapiseira, 0.7mm, HB ou 2B, tubo com 12 ou 24 minas de alta resistência.	TB	100	BG	R$ 5,16	R$ 516,00
148	Grampo para grampeador de tapeceiro (tipo rocam), 106/6 ou 106/8, galvanizado. Caixa com 2.500 unidades.	CX	100	BACCHI	R$ 12,39	R$ 1.239,00
149	Etiqueta Adesiva em papel couchê ou térmico, rolo, tamanho 50mmx30mm, 1 ou 2 colunas.	ROLO	3.000	COLOR	R$ 36,13	R$ 108.390,00
150	Alfinete de segurança (tipo fralda), niquelado, tamanhos variados. Pacote com 100 unidades.	PCT	3.000	ACC	R$ 18,49	R$ 55.470,00
VALOR TOTAL		**R$ 1.582.647,60** (um milhão e quinhentos e oitenta e dois mil e seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).				

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.7 Dos limites para as adesões: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 da Lei 14.133/2021).

4.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

4.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que compõem o CADASTRO DE RESERVA, sendo eles:

4.4.1 Os que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2 Os que mantiverem sua proposta original.

4.5 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

4.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços quanto àquele item.

6.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso (equilíbrio econômico-financeiro).

6.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.7 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro e aplicação de sanções.
6.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na legislação; ou
7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (Impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade).
7.2 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.3.1 Por razão de interesse público;
7.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.
8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
8.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na Minuta de Contrato (Anexo II).
9.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em formato digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Japi/RN, 25 de março de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA	Comercial T&T EIRELI - ME
Prefeita Municipal	CNPJ**:** 05.009.904/0001-00
Prefeitura Municipal de Japi	Contratado
CNPJ sob nº 08.159.071/0001-43	***DENIS OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE***
Contratante	CPF 027.969.444-09
	Representante Da Empresa

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:BF50D927

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGÊNCIAL Nº23030001/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.167/2026

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a dispensa de licitação emergencial nº 23030001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

DENTAL DISTMED LTDA, CNPJ sob o n.º 50.894.798/0001-30; MULTIMED DENTAL LTDA, CNPJ: 29.894.043/0001-40; W. S. COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, CNPJ: 10.212.250/0001-49.
348 - W.S. COMERCIO E SERVIÇOS HDA-ME(10.212.250/0001-49)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
10	16317 - Equipo De Infusão Venosa Gravitacional	Unidade	2.000	0,79	1.580,00
17	16376 - SCALP CALIBRE 21G.	Unidade	2.000	0,23	460,00
19	16383 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, COM AGULHA 13X4,5 PARA INSULINA; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMER	Unidade	500	0,20	100,00
20	16381 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 3 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APR	Unidade	600	0,20	120,00
22	16380 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, ISENTO DE LÁTEX, CAPACIDADE: 10 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, MODELO: PERDA DE RESISTÊNCIA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DES	Unidade	7.000	0,40	2.800,00
23	16379 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL,	Unidade	5.000	0,54	2.700,00

	APR				
24	16406 - SONDA URETRAL, NELATON ATÓXICO, Nº 8 .	Unidade	1.000	0,79	790,00
Total (R$)					**8.550,00**

1459 - MULTIMED DENTAL EIRELI(29.894.043/0001-40)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16417 - AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 18 G X 1 1,2", (40X1,2MM); TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:	Unidade	800	0,06	48,00
2	16416 - AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 21 G X 1", (25X0,8); TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTE	Caixa	5	6,49	32,45
3	16352 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 24, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (Produto de qualidade igual ou superior a BIOMASS	Caixa	3	25,20	75,60
4	16349 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 12, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE Caixa 100 UN	Caixa	5	25,20	126,00
5	16351 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 23, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (Produto de qualidade igual ou superior a BIOMASS	Caixa	5	25,20	126,00
6	16300 - CATETER, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: INTRAVENOSO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APLICAÇÃO: PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRE 24 GAUGES, COMPRIMENTO: 1	Unidade	500	0,58	290,00
7	16303 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior a HALEX ISTAR) Frasco 100ml	Unidade	2.100	2,99	6.279,00
8	16304 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ml	Unidade	2.000	3,58	7.160,00
9	16305 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior a HALEX ISTAR) DE 500 ML	Unidade	2.600	4,20	10.920,00
11	16327 - FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO: 5-0, COMPRIMENTO: CERCA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM AGULHA, TIPO AGULHA: 3,8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA 3,0 CM, ESTE	Caixa	2	27,84	55,68
12	16348 - HIPOCLORITO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: TEOR 1% DE CLORO ATIVO. (Produto de qualidade igual ou superior a FORTSAN)	Litro	10	5,98	59,80
15	16373 - RINGER, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO. FRASCO DE 500ML. (Produto de qualidade igual ou superior a FARMACE	Frasco	240	6,88	1.651,20
16	16374 - RINGER, COMPOSIÇÃO: SIMPLES, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO. FRASCO DE 500ML. (Produto de qualidade igual ou superior a FARMACE)	Frasco	240	6,88	1.651,20
21	16382 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, COMPONENTE ADICIONAL: C, SISTEMA SEGURAN	Unidade	5.000	0,19	950,00
25	2190 - ÁLCOOL ETÍLICO 70% -	Frasco 1000 ML	150	6,99	1.048,50
26	1557 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETA -	Caixa	10	27,84	278,40
27	16298 - CATETER, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: INTRAVENOSO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APLICAÇÃO: PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRE 20 GAUGES, COMPRIMENTO: 3	Unidade	500	0,80	400,00
Total (R$)					**31.151,83**

2628 - DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
13	16357 - LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior MEDIX)	Par	500	1,39	695,00
14	16358 - LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7,50, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior MEDIX)	Par	100	1,39	139,00
18	16377 - SCALP CALIBRE 23G.	Unidade	2.000	0,21	420,00
28	1487 - SCALP CALIBRE 19 G -	Unidade	300	0,19	57,00
Total (R$)					**1.311,00**

Aquisição emergencial de Material Hospitalar (essenciais), destinados ao abastecimento das unidades integrantes da rede pública municipal de saúde, em decorrência da rescisão contratual com a empresa anteriormente responsável pelo fornecimento, com o objetivo de garantir a continuidade do atendimento à população, prevenir a interrupção de tratamentos e assegurar a regular prestação dos serviços públicos de saúde do município de José da Penha/RN.

DENTAL DISTMED LTDA, CNPJ sob o n.º 50.894.798/0001-30; MULTIMED DENTAL LTDA, CNPJ: 29.894.043/0001-40; W. S. COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, CNPJ: 10.212.250/0001-49. **- pelo valor de R$ 41.012,83 em 25/03/2026**

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:143EC68F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº24030001/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.189/2026

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a dispensa de licitação nº 24030001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

59.229.605 ELIANDRA FERREIRA DA COSTA SANTOS, CNPJ sob o n.º 59.229.605/0001-00

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE CAMPO: Especificação: Arbitragem a ser desempenhada em partidas com duração de 90 minutos, dividido em 2 tempos de 40min e intervalo de 10min. Devendo ser composta de 1 arbitro principal, 2 árbitros auxiliares e 1 4° arbitro. O serviço a ser prestado estará condicionado aos eventos de caráter municipal, na categoria aberto, realizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de José da Penha/RN.	Serviço	52	R$ 390,00	R$ 20.280,00
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL: Arbitragem a ser desempenhada em partidas com duração de 45 min, divididos em 2 tempos de 20min e intervalo de 5min. Devendo ser composta de 1 arbitro principal, 1 arbitro auxiliar, 1 3° arbitro e 1 mesário. O serviço a ser prestado estará condicionado aos eventos de caráter municipal, na categoria aberto, realizados pela Prefeitura Municipal de José da Penha/RN.	Serviço	135	R$ 280,00	R$ 37.800,00
Total Geral					**R$ 58.080,00**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem, das atividades esportivas a serem desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Município de José da Penha/RN.

59.229.605 ELIANDRA FERREIRA DA COSTA SANTOS, CNPJ sob o n.º 59.229.605/0001-00 - pelo valor de R$ 58.080,00 em 25/03/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:D52077EE

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA EMERGÊNCIAL Nº23030001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.167/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a dispensa de licitação emergencial nº 23030001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
DENTAL DISTMED LTDA, CNPJ sob o n.º 50.894.798/0001-30; MULTIMED DENTAL LTDA, CNPJ: 29.894.043/0001-40; W. S. COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, CNPJ: 10.212.250/0001-49.
348 - W.S. COMERCIO E SERVIÇOS HDA-ME(10.212.250/0001-49)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
10	16317 - Equipo De Infusão Venosa Gravitacional	Unidade	2.000	0,79	1.580,00
17	16376 - SCALP CALIBRE 21G.	Unidade	2.000	0,23	460,00
19	16383 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, COM AGULHA 13X4,5 PARA INSULINA; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMER	Unidade	500	0,20	100,00
20	16381 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 3 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APR	Unidade	600	0,20	120,00
22	16380 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, ISENTO DE LÁTEX, CAPACIDADE: 10 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, MODELO: PERDA DE RESISTÊNCIA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DES	Unidade	7.000	0,40	2.800,00
23	16379 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APR	Unidade	5.000	0,54	2.700,00
24	16406 - SONDA URETRAL, NELATON ATÓXICO, Nº 8 .	Unidade	1.000	0,79	790,00
Total (R$)					**8.550,00**

1459 - MULTIMED DENTAL EIRELI(29.894.043/0001-40)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16417 - AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 18 G X 1 1,2", (40X1,2MM); TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:	Unidade	800	0,06	48,00
2	16416 - AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 21 G X 1", (25X0,8); TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTE	Caixa	5	6,49	32,45
3	16352 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 24, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (Produto de qualidade igual ou superior a BIOMASS	Caixa	3	25,20	75,60
4	16349 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 12, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE Caixa 100 UN	Caixa	5	25,20	126,00
5	16351 - LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: Nº 23, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (Produto de qualidade igual ou superior a BIOMASS	Caixa	5	25,20	126,00
6	16300 - CATETER, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: INTRAVENOSO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APLICAÇÃO: PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRE 24 GAUGES, COMPRIMENTO: 1	Unidade	500	0,58	290,00
7	16303 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior a HALEX ISTAR) Frasco 100ml	Unidade	2.100	2,99	6.279,00
8	16304 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ml	Unidade	2.000	3,58	7.160,00
9	16305 - CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇAO: 0,9 %, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior a HALEX ISTAR) DE 500 ML	Unidade	2.600	4,20	10.920,00
11	16327 - FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO: 5-0, COMPRIMENTO: CERCA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM AGULHA, TIPO AGULHA: 3,8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA 3,0 CM, ESTE	Caixa	2	27,84	55,68
12	16348 - HIPOCLORITO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: TEOR 1% DE CLORO ATIVO. (Produto de qualidade igual ou superior a FORTSAN)	Litro	10	5,98	59,80
15	16373 - RINGER, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO. FRASCO DE 500ML. (Produto de qualidade igual ou superior a FARMACE	Frasco	240	6,88	1.651,20
16	16374 - RINGER, COMPOSIÇÃO: SIMPLES, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO. FRASCO DE 500ML. (Produto de qualidade igual ou superior a FARMACE)	Frasco	240	6,88	1.651,20
21	16382 - SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, COMPONENTE ADICIONAL: C, SISTEMA SEGURAN	Unidade	5.000	0,19	950,00
25	2190 - ÁLCOOL ETÍLICO 70% -	Frasco 1000 ML	150	6,99	1.048,50
26	1557 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETA -	Caixa	10	27,84	278,40
27	16298 - CATETER, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: INTRAVENOSO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APLICAÇÃO: PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRE 20 GAUGES, COMPRIMENTO: 3	Unidade	500	0,80	400,00
Total (R$)					**31.151,83**

2628 - DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
13	16357 - LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior MEDIX)	Par	500	1,39	695,00
14	16358 - LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7,50, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL. (Produto de qualidade igual ou superior MEDIX)	Par	100	1,39	139,00
18	16377 - SCALP CALIBRE 23G.	Unidade	2.000	0,21	420,00
28	1487 - SCALP CALIBRE 19 G -	Unidade	300	0,19	57,00
Total (R$)					**1.311,00**

Aquisição emergencial de Material Hospitalar (essenciais), destinados ao abastecimento das unidades integrantes da rede pública municipal de saúde, em decorrência da rescisão contratual com a empresa anteriormente responsável pelo fornecimento, com o objetivo de garantir a continuidade do atendimento à população, prevenir a interrupção de tratamentos e assegurar a regular prestação dos serviços públicos de saúde do município de José da Penha/RN.

DENTAL DISTMED LTDA, CNPJ sob o n.º 50.894.798/0001-30; MULTIMED DENTAL LTDA, CNPJ: 29.894.043/0001-40; W. S. COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, CNPJ: 10.212.250/0001-49. **- pelo valor de R$ 41.012,83 em 25/03/2026**

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0B549EF1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº24030001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.189/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a dispensa de licitação nº 24030001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a

necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

59.229.605 ELIANDRA FERREIRA DA COSTA SANTOS, CNPJ sob o n.º 59.229.605/0001-00

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE CAMPO: Especificação: Arbitragem a ser desempenhada em partidas com duração de 90 minutos, dividido em 2 tempos de 40min e intervalo de 10min. Devendo ser composta de 1 arbitro principal, 2 árbitros auxiliares e 1 4° arbitro. O serviço a ser prestado estará condicionado aos eventos de caráter municipal, na categoria aberto, realizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de José da Penha/RN.	Serviço	52	R$ 390,00	R$ 20.280,00
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL: Arbitragem a ser desempenhada em partidas com duração de 45 min, divididos em 2 tempos de 20min e intervalo de 5min. Devendo ser composta de 1 arbitro principal, 1 arbitro auxiliar, 1 3° arbitro e 1 mesário. O serviço a ser prestado estará condicionado aos eventos de caráter municipal, na categoria aberto, realizados pela Prefeitura Municipal de José da Penha/RN.	Serviço	135	R$ 280,00	R$ 37.800,00
Total Geral					**R$ 58.080,00**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem, das atividades esportivas a serem desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Município de José da Penha/RN.

59.229.605 ELIANDRA FERREIRA DA COSTA SANTOS, CNPJ sob o n.º 59.229.605/0001-00 - pelo valor de R$ 58.080,00 em 25/03/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:EA5329E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
20-D SIMPLIFICADO-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2026**
Bimestre: 1/2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	125.793.585,00
Previsão Atualizada	126.143.585,00
Receitas Realizadas	19.988.322,00
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	124.961.438,00
Dotação Atualizada	124.961.438,00
Despesas Empenhadas	44.189.362,13
Despesas Liquidadas	12.603.451,29
Despesas Pagas	12.525.914,05
Superávit Orçamentário	7.384.870,71
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	44.189.362,13
Despesas Liquidadas	12.603.451,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	99.818.695,13
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	96.669.050,60
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	94.618.691,35
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	2.776.735,66
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.527.597,02
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.496.357,09
Despesas Previdenciárias Pagas	1.496.357,09
Resultado Previdenciário	1.280.378,57
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)

Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	-326.935,00	2.273.512,67		695,40
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-22.904,44	9.878.596,84		-43.129,61
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.669.598,91	0,00	1.660.054,99	9.543,92
Poder Executivo	1.669.598,91	0,00	1.660.054,99	9.543,92
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.949.499,69	0,84	2.903.113,97	1.046.384,88
Poder Executivo	3.949.499,69	0,84	2.903.113,97	1.046.384,88
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.619.098,60	0,84	4.563.168,96	1.055.928,80
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	1.723.016,26		25,00	16,15
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.521.938,32		70,00	72,27
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	0,00		0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00		15,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo a Realizar**	
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.555.811,27	15,00	14,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:2864261E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
4-RPPS-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias	Exercício: **2026**	
Bimestre: 1/2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	12.707.690,00	2.776.735,66
Receita de Contribuições dos Segurados	2.759.184,00	315.213,33
Ativo	2.737.184,00	309.670,45
Inativo	22.000,00	5.542,88
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	6.698.506,00	683.852,35
Ativo	6.698.506,00	683.852,35
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	510.000,00	1.051.096,12
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	510.000,00	1.051.096,12
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.740.000,00	726.573,86
Compensação Financeira entre os Regimes	1.900.000,00	726.573,86
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	840.000,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	11.867.690,00	2.776.735,66

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	11.710.000,00	4.527.597,02	1.496.357,09	1.496.357,09	0,00
Aposentadorias	11.185.000,00	4.281.196,34	1.414.223,53	1.414.223,53	0,00
Pensões por Morte	525.000,00	246.400,68	82.133,56	82.133,56	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	241.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	241.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	11.951.500,00	4.527.597,02	1.496.357,09	1.496.357,09	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	-83.810,00	-1.750.861,36	1.280.378,57	1.280.378,57	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	832.147,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00				
Outros Aportes para o RPPS	0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	172.806,93				
Investimentos e Aplicações	42.292.227,05				
Outros Bens e Direitos	0,00				

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.771,38				
Investimentos e Aplicações	37.695,82				
Outros Bens e Direitos	0,00				

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Receitas Correntes	1.292.900,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	1.292.900,00	0,00			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	632.900,00	264.675,05	76.910,40	76.910,40	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	131.000,00	110.500,00	15.159,04	15.159,04	0,00
Demais Despesas Correntes	501.900,00	154.175,05	61.751,36	61.751,36	0,00
Despesas de Capital (XIV)	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	1.292.900,00	264.675,05	76.910,40	76.910,40	0,00

RESULTADO DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	-264.675,05	-76.910,40	-76.910,40	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.546,45				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00			
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:9E76F615

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
6-RESULTADO NOMINAL E PRIMARIO-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal		Exercício: **2026**
Bimestre: 1/2026		
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026 RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	99.256.362,00	16.602.500,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.269.050,00	1.022.496,66
IPTU	577.500,00	41.564,99
ISS	3.300.000,00	432.895,27
ITBI	105.000,00	10.239,96
IRRF	3.142.700,00	445.127,52
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	143.850,00	92.668,92
Receitas de Contribuições	1.000.000,00	204.232,69
Receita Patrimonial	853.850,00	216.693,04
Aplicações Financeiras (II)	853.850,00	216.693,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	90.001.477,00	15.141.935,11
Cota-Parte do FPM	32.113.872,00	6.094.535,14
Cota-Parte do ICMS	10.337.481,00	1.631.857,36
Cota-Parte do IPVA	886.120,00	58.154,90
Cota-Parte do ITR	1.600,00	105,28
Transferências da LC 61/1989	32.000,00	6.269,96
Transferências do FUNDEB	19.820.650,00	3.615.317,16
Outras Transferências Correntes	26.809.754,00	3.735.695,31
Demais Receitas Correntes	131.985,00	17.143,09
Outras Receitas Financeiras(III)	105.000,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	26.985,00	17.143,09
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	98.297.512,00	16.385.807,55
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.575.141,00	1.057.885,05
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.211.676,00	1.051.096,12
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	12.810.676,00	592.987,89
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	12.810.676,00	592.987,89
Convênios	5.279.609,00	520.255,41
Outras Transferências de Capital	7.531.067,00	72.732,48
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	12.810.676,00	592.987,89
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	116.683.329,00	18.036.680,49
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	111.108.188,00	16.978.795,44

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS)	85.166.887,00	35.255.568,40	9.833.032,79	9.755.495,55	1.541.515,72	2.832.150,00	2.832.150,00

(XVIII)							
Pessoal e Encargos Sociais	41.005.233,00	21.687.499,12	5.959.921,19	5.959.921,19	0,00	263.064,86	263.064,86
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.149.000,00	900.000,00	240.841,16	240.841,16	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	43.012.654,00	12.668.069,28	3.632.270,44	3.554.733,20	1.541.515,72	2.569.085,14	2.569.085,14
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	84.017.887,00	34.355.568,40	9.592.191,63	9.514.654,39	1.541.515,72	2.832.150,00	2.832.150,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	12.584.400,00	4.792.272,07	1.573.267,49	1.573.267,49	1.133,24	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	26.289.394,00	4.141.521,66	1.197.151,01	1.197.151,01	117.406,03	70.963,97	70.963,97
Investimentos	23.255.374,00	1.606.521,66	628.592,66	628.592,66	117.406,03	70.963,97	70.963,97
Inversões Financeiras	34.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	34.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	3.000.000,00	2.535.000,00	568.558,35	568.558,35	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	23.289.394,00	1.606.521,66	628.592,66	628.592,66	117.406,03	70.963,97	70.963,97
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	1.092.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	121.644.585,00	40.754.362,13	11.794.051,78	11.716.514,54	1.660.054,99	2.903.113,97	2.903.113,97
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	108.400.185,00	35.962.090,06	10.220.784,29	10.143.247,05	1.658.921,75	2.903.113,97	2.903.113,97
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							1.756.996,99
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.273.512,67
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							-326.935,00

JUROS NOMINAIS	VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	216.693,04
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	240.841,16
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.249.364,55

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	30.457.683,27	29.889.124,92
DEDUÇÕES (XL)	16.935.793,29	26.245.831,78
Disponibilidade de Caixa	16.935.793,29	26.245.831,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.703.798,64	26.642.735,08
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.668.465,67	9.543,92
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	99.539,68	387.359,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	13.521.889,98	3.643.293,14
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		9.878.596,84

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência	-22.904,44
AJUSTE METODOLÓGICO	VALOR CORRENTE
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.658.921,75
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]	8.219.675,09
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	8.243.823,21
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	832.147,00

Nota:

1 - Cabe destacar que a nomenclatura dos itens do demonstrativo que trazem a expressão "COM FONTES RPPS" indica que devem ser consideradas nestes itens, conforme o caso, os valores das receitas arrecadadas **apenas com as fontes específicas do RPPS** ou os valores das despesas custeadas **somente com as fontes específicas do RPPS.**

2 - Por sua vez, quando é utilizada a expressão "COM RPPS" na nomenclatura do item Resultado Primário - Acima da Linha, significa que o valor apurado do referido resultado primário corresponde ao **valor total consolidado do ente, incluindo os valores das receitas e despesas do seu RPPS.**

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:D4B10E3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
8-EDUCAÇÃO-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Exercício: 2026	
Bimestre: 1/2026		
RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	7.125.200,00	929.827,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	577.500,00	41.564,99
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	105.000,00	10.239,96
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.300.000,00	432.895,27
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.142.700,00	445.127,52
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	43.371.073,00	9.738.653,12
2.1- Cota-Parte FPM	32.113.872,00	7.618.168,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.557.122,00	7.618.168,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.556.750,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.337.481,00	2.039.821,63
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	32.000,00	7.837,44
2.4- Cota-Parte ITR	1.600,00	131,56
2.5- Cota-Parte IPVA	886.120,00	72.693,62
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.496.273,00	10.668.480,86
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - Equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)[1]	8.162.864,60	1.947.730,48
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.461.203,65	719.389,60
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	19.880.500,00	3.635.877,49
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	17.860.500,00	3.035.395,14
6.1.1- Principal	17.800.650,00	3.014.834,81
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	59.850,00	20.560,33
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	370.000,00	18.794,77
6.2.1- Principal	370.000,00	18.794,77
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.400.000,00	435.243,96
6.3.1- Principal	1.400.000,00	435.243,96
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	250.000,00	146.443,62
6.4.1- Principal	250.000,00	146.443,62
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	9.637.785,40	1.067.104,33
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		570.972,33
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		570.972,33
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		4.206.849,82

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	19.780.500,00	8.920.616,97	2.550.891,45	2.550.891,45	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.001.459,00	8.735.000,00	2.521.938,32	2.521.938,32	0,00
10.1.1- Educação Infantil	5.081.373,00	2.535.000,00	741.573,89	741.573,89	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	12.887.746,00	6.200.000,00	1.780.364,43	1.780.364,43	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	32.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.779.041,00	185.616,97	28.953,13	28.953,13	0,00
10.2.1- Educação Infantil	644.816,00	60.613,00	9.127,08	9.127,08	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.096.677,00	125.003,97	19.826,05	19.826,05	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	37.548,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)	INSC. EM REST. A PAG. NÃO PROC.(SEM DISP.DE CX)[7]. (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)[5] [9]
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.920.616,97	2.550.891,45	2.550.891,45	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.920.616,97	2.550.891,45	2.550.891,45	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.735.000,00	2.521.938,32	2.521.938,32	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO(k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	%APLICADO[10] (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.442.603,71	2.521.938,32	2.521.938,32	72,27
16- PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	218.187,80	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	65.286,59	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO(n)	VALOR NÃO APLICADO(o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(p)	VR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO(q)	% NÃO APLICADO(r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	363.587,75	1.084.986,04	1.084.986,04	721.398,29	29,84

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VLR. SUPERÁVIT PERMITIDO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.937.623,94	570.972,33	0,00	0,00	570.972,33	570.972,33

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.169.426,00	2.785.202,23	496.684,07	496.684,07	0,00
20.1- Educação Infantil	157.244,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	5.995.172,00	2.785.202,23	496.684,07	496.684,07	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	11.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	5.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	25.949.926,00	11.705.819,20	3.047.575,52	3.047.575,52	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.889.103,00	2.595.613,00	750.700,97	750.700,97	0,00
21.1.1- Creche	2.268.637,00	1.007.000,00	280.566,94	280.566,94	0,00
21.1.2- Pré-escola	3.620.466,00	1.588.613,00	470.134,03	470.134,03	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	20.060.823,00	9.110.206,20	2.296.874,55	2.296.874,55	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					496.684,07
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					1.947.730,48
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					721.398,29
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					570.972,33
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS[4]					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))					0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					1.152.043,93

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] [5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.667.120,22	1.152.043,93	10,80

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	386.522,83	376.087,09	372.949,20	0,00	13.573,63
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	386.522,83	376.087,09	372.949,20	0,00	13.573,63
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.037.472,00	743.994,65
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	4.753.322,00	483.188,43
31.1.1- Salário-Educação	1.360.000,00	282.135,28
31.1.2- PDDE	10.250,00	1,17
31.1.3- PNAE	354.970,00	42.614,74
31.1.4 - PNATE	121.300,00	21,73
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	2.906.802,00	158.415,51
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.284.150,00	260.806,22
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	6.136.022,00	522.353,70	174.468,74	174.468,74	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.312.559,00	25.538,90	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	3.734.763,00	485.542,99	174.468,74	174.468,74	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	39.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	11.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	37.670,00	11.271,81	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	32.085.948,00	12.228.172,90	3.222.044,26	3.222.044,26	0,00
33.1- Despesas Correntes	27.665.875,00	11.136.436,70	3.054.860,26	3.054.860,26	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	20.485.835,00	9.935.300,00	2.875.625,64	2.875.625,64	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	11.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.168.700,00	1.201.136,70	179.234,62	179.234,62	0,00
33.2- Despesas de Capital	4.431.413,00	1.091.736,20	167.184,00	167.184,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	4.431.413,00	1.091.736,20	167.184,00	167.184,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	282.465,52	327.140,00
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.635.877,49	282.135,28
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.550.891,45	242.629,78
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.367.451,56	366.645,50
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	472.230,74	6.739,59
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	110.134,59	139,04
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.729.547,71	373.246,05
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:82A0B9AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 017/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2026)

O **MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, inscrito no CNPJ nº 08.095.283/0001-04 e com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, **torna público por meio de Agente de Contratação**, designada pelo designada pela **Portaria nº 059/2026,** que realizará **DISPENSA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese **do *art. 75 III (para contratação que mantenha todas as***

condições definidas em edital), nos termos da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021** e do **DECRETO MUNICIPAL Nº 1.419, DE 10 DE ABRIL DE 2024**, e demais normas aplicáveis.

E-mail para envio da proposta e documentação: cotacoesdispensas@hotmail.com

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO PERÍODO DA SEMANA SANTA DO ANO DE 2026,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos.

1.2 A adjudicação do objeto é **POR ITEM**

1.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:
2.1 A presente chamada pública ficará aberta por um período de **24H,** contados a partir da data de sua publicação no **PNCP e Site oficial do Município** e os respectivos documentos deverão ser encaminhados para o **endereço eletrônico oficial para os processos de contratação direta: cotacoesdispensas@hotmail.com** fazendo referência **ao Processo Administrativo nº 051/2026 – Dispensa nº 017/2026.**

2.2 O limite para apresentação da proposta de preços juntamente com a documentação de habilitação será o dia **26 de março de 2026, às 23:59 h.**

3 – DA HABILITAÇÃO
3.1 Os documentos de habilitação estão especificados no Termo de Referência.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
4.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome pelo seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

4.2 A Proposta de Preços deverá:
a) conter as especificações detalhadas do **Aviso de Contratação Direta**;
b) ser formulada em linguagem clara, sem rasuras e entrelinhas, rubricada nas primeiras folhas, e assinada na última ou utilizado o certificado digital para a assinatura, de acordo com o modelo ANEXO II do termo de referência;
c) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
d) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas com tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta **dispensa**, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
e) conter os dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço e telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento e indicação do nome do estabelecimento bancário, localidade e número da conta - corrente em que deverá ser efetivado o pagamento;

4.3 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo e seus Anexos.

4.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente termo de referência e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

4.5 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela Administração.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1 As condições de pagamento estão especificadas no Termo de Referência.

6 – DA CONTRATAÇÃO
6.1 Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o **contrato administrativo**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o **Município de Jucurutu/RN** para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá disponibilizar o instrumento contratual para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.6 Na assinatura do **contrato administrativo** será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
i) fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
l) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 7.1.a deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1. a 7.1.l;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.b a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.h a 7.1.l, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

7.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1 Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme disciplinamento do **decreto Nº 776/2023, art 9º, § 1º:**

Não há previsão dos serviços no PCA 2026;
o valor a ser despendido no exercício financeiro se enquadra no limite do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade para o ano de 2026, **subclasse CNAE:** *4634-6/03 - Comércio atacadista de pescados e frutos do mar*.

8.2 No caso de todos os **fornecedores** restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;
b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens "a" e 0 do 8.1 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente do **Município de Jucurutu/RN** na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

8.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o **Município de Jucurutu/RN** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7 As normas disciplinadoras deste **Aviso de Contratação Direta** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse o **Município de Jucurutu/RN**, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.8 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.9 O **Município de Jucurutu/RN** poderá revogar o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.10 O **Município de Jucurutu/RN** deverá anular o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em partes, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.11 A anulação do procedimento de **Contratação Direta**, não gera direito à indenização, ressalvada do disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo **Município de Jucurutu/RN**.

8.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Valores Máximos de Referência;
ANEXO III - Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO IV – Modelo de Declaração Nepotismo
ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato.

Jucurutu/ RN, 25 de março de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Agente de Contratação
(Assinado Digitalmente)

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

CERTIDÃO

Ref. Processo Administrativo nº 051/20026
Ilmº Sr. Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
João Marcos de Medeiros Brito

Venho, por meio deste, **APRESENTAR** o Termo de Referência – TR, referente à **CONTRATAÇÃO DIRETA DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO PERÍODO DA SEMANA SANTA DO ANO DE 2026, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**.
Registra-se que o presente Termo de Referência será objeto de retificação pontual exclusivamente no item **3 – "DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**", com a finalidade de adequar o instrumento ao novo enquadramento jurídico da contratação, em razão do fracasso do Pregão Eletrônico nº 005/2026, passando-se a adotar a contratação direta por dispensa de licitação.
Tal adequação encontra respaldo no disposto no::
Art. 75. É dispensável a licitação: [...] III – para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas; (lei 14.133/2021)
Destaca-se que a alteração promovida possui natureza estritamente jurídica e formal, restringindo-se à redefinição do procedimento de contratação, sem qualquer modificação no objeto, nas especificações técnicas, nos quantitativos, nos critérios de aceitabilidade, nas exigências de habilitação ou nas condições de execução anteriormente estabelecidas.
Assim, todas as demais disposições constantes do Termo de Referência permanecem integralmente inalteradas, preservando-se a consistência do planejamento administrativo previamente realizado, bem como a aderência aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.
Dessa forma, assegura-se a continuidade do processo com base nos parâmetros já consolidados no certame originário, promovendo-se apenas a adequação necessária à viabilização da contratação diante do cenário superveniente.

TERMO DE REFERÊNCIA
DEFINIÇÃO DO OBJETO
1.1 Constitui objeto deste documento a **AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO PERÍODO DA SEMANA SANTA DO ANO DE 2026,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº	Descrição de Item	UND MEDIDA	QTD	COTA
1	**PEIXE DO TIPO PIRAMUTABA, FILÉ EM POSTAS, CONGELADO, EM PACOTE DE 1KG.** a) Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF) e da ANVISA e outras legislações específicas; b) embalagem INDIVIDUAL contendo 1kg de filé de peixe; c) embalagens acondicionadas em caixas de no máximo 15 kg, devidamente refrigeradas; d) Os peixes devem ser entregues congelados, conforme orientações técnicas dos órgãos de fiscalização, garantindo a qualidade nutricional e higiênico-sanitária, com características organolépticas (cor, brilho, transparência, textura, odor e sabor) em condições saudáveis e ideais para consumo.	KG	7.500	-
2	**PEIXE DO TIPO PIRAMUTABA, FILÉ EM POSTAS, CONGELADO, EM PACOTE DE 1KG.** a) Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF) e da ANVISA e outras legislações específicas; b) embalagem INDIVIDUAL contendo 1kg de filé de peixe; c) embalagens acondicionadas em caixas de no máximo 15 kg, devidamente refrigeradas; d) Os peixes devem ser entregues congelados, conforme orientações	KG	2.500	Cota Reservada

	técnicas dos órgãos de fiscalização, garantindo a qualidade nutricional e higiênico-sanitária, com características organolépticas (cor, brilho, transparência, textura, odor e sabor) em condições saudáveis e ideais para consumo.			

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 1.411/24, art. 2º, II.
O prazo de vigência do contrato administrativo tem por termo inicial a data de sua subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2026, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
2.1 A aquisição de peixes destinados à distribuição gratuita durante a Semana Santa de 2026 decorre de necessidade social relevante e recorrente no âmbito do Município de Jucurutu/RN, inserida no conjunto de ações socioassistenciais executadas pela Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Trata-se de iniciativa inserida no conjunto de políticas públicas de assistência social, voltada à promoção da segurança alimentar, à proteção social básica e à garantia da dignidade humana de famílias de baixa renda, especialmente aquelas acompanhadas pela rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2.2 A Semana Santa representa período de forte relevância cultural, religiosa e social para a comunidade local, no qual há aumento da demanda por alimentos específicos, notadamente o pescado, tradicionalmente consumido nesse contexto. Para significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade, o custo desse alimento inviabiliza seu acesso, agravando temporariamente a insegurança alimentar. A atuação do Poder Público, por meio da distribuição gratuita de peixes, busca mitigar esse cenário, assegurando condições mínimas de alimentação adequada e respeitando costumes culturalmente enraizados na comunidade.
2.3 A inexistência de estoque próprio, a impossibilidade de produção direta pelo Município e a necessidade de garantir alimentos adequados, seguros e em quantidade suficiente impõem a realização de contratação específica. A não realização da aquisição comprometeria a efetividade das ações socioassistenciais planejadas, geraria descontinuidade de política pública consolidada e poderia agravar situações de vulnerabilidade social, o que evidencia o interesse público subjacente à contratação.
2.4 Dessa forma, a aquisição de peixes para distribuição gratuita durante a Semana Santa de 2026 revela-se necessária e adequada ao interesse público, por constituir instrumento concreto de efetivação das políticas municipais de assistência social, promoção da segurança alimentar e fortalecimento da proteção social, em consonância com as atribuições do Município e com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
3.1 Conforme o elencado nos itens 6.2 e 6.3 do ETP, a melhor solução é uma **aquisição de peixes destinados à distribuição gratuita no período da semana santa do ano de 2026**, que deverá ser realizado por meio de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos dos artigos: 6º, incisos XLI; 17, § 2; art. 33, inciso I; e art. 34, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

*"**Art. 6º**Para os fins desta Lei, consideram-se:*
(...)
***XLI**- pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*
***(**...)*

*"**Art. 17.**O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*
(...)
***§ 2º**As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."*

*"**Art. 33.**O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*
***I**- menor preço;"*

*"**Art. 34.**O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação."*

3.2 Os itens a serem contratados se enquadram na classificação de **bens de qualidade comuns**, conforme previsão do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2024 e do art. 2º, II do Decreto Municipal nº 1.411/2024:

Lei nº 14.133/2024
***"Art. 6º** Para os fins desta Lei, consideram-se:*
(...)
***XIII** - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"*

Decreto Municipal nº 1.411/2024
***"Art. 2º** - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
(...)
***II** - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda";*

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto.
4.2 Haverá exigência de garantia de proposta e garantia de contrato.
4.3 CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA
4.3.1 O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado em sujeição as normas técnicas, atendendo aos requisitos mínimos de QUALIDADE, UTILIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no Termo de Referência.
4.3.2 Os peixes deverão atender integralmente às normas sanitárias vigentes, possuindo registro, inspeção e certificação pelos órgãos competentes, especialmente o Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou equivalente (SIE, SIM), bem como observar as exigências da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária – ANVISA e do Ministério da Agricultura e Pecuária. As condições de embalagem, armazenamento, transporte e entrega deverão assegurar a manutenção da cadeia do frio, preservando as características organolépticas e nutricionais do produto.
4.3.3 A data de produção, o prazo de validade, a identificação do fabricante ou fornecedor devem estar explícitas no rótulo, em conformidade ao disposto na legislação de alimentos estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelas autoridades sanitárias locais.
4.3.4 O transporte dos alimentos deve obedecer às exigências, conforme as normas da Legislação de Vigilância Sanitária para garantir a qualidade e integridade deles. Em se tratando de alimentos perecíveis, os veículos devem ser fechados e em perfeitas condições de higiene.
4.4 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
4.4.1 Recomenda-se que seja observado, os seguintes critérios de sustentabilidade:
4.4.2 Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.4.3 Não possuir, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
4.4.4 Não descartar produtos químicos em local inapropriado.
4.4.5 Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.
4.4.6 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
4.5 Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES
5.1. São obrigações da CONTRATANTE:
5.1.1. Designar formalmente **Gestor do Contrato** e **Fiscal(is)**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5.1.2. Emitir a **Ordem de Fornecimento**, indicando quantitativos, local, data e horário para entrega do objeto;
5.1.3. Receber provisória e definitivamente o objeto fornecido, após verificação da conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
5.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as exigências contratuais, sanitárias ou de qualidade;
5.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, quando constatadas irregularidades;
5.1.6. Proceder à **liquidação da despesa** e efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;
5.1.7. Comunicar formalmente à contratadas quaisquer ocorrências relacionadas à execução do contrato.
5.2. São obrigações da CONTRATADA:
5.2.1. Indicar formalmente **preposto** para representá-la durante a execução do contrato;
5.2.2. Fornecer os produtos **estritamente de acordo com as especificações técnicas**, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
5.2.3. Garantir que os peixes fornecidos atendam às **normas sanitárias vigentes**, inclusive quanto à procedência, conservação, acondicionamento, transporte e validade;
5.2.4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato;
5.2.5. Substituir, às suas expensas, no prazo definido pela fiscalização, os produtos recusados por estarem em desacordo com o contrato;
5.2.6. Responsabilizar-se por todos os custos relacionados ao transporte, carga, descarga, seguro, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto;
5.2.7. Reparar eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

EXECUÇÃO DO OBJETO
6.1. Do Encaminhamento Formal da Demanda
6.1.1. A execução do contrato terá início mediante o envio da Ordem de Fornecimento, exclusivamente por meio de correio eletrônico (e-mail), contendo a descrição do objeto, quantitativos, local, data e horário para entrega.
6.1.2. A Ordem de Fornecimento deverá ser encaminhada à contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data prevista para a entrega.
6.1.3. A contratada deverá fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento.
6.2. Da Forma de Execução e das Condições de Entrega
6.2.1. A entrega do objeto deverá ocorrer, considerando a finalidade de distribuição dos produtos durante a Semana Santa.
6.2.2. A entrega dos produtos deverá ocorrer exclusivamente no período de 23 de março a 01 de abril de 2026.
6.2.3. A contratada deverá manifestar-se formalmente, por e-mail, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da Ordem de Fornecimento, caso não tenha condições de cumprir o prazo e as condições estabelecidas, devidamente justificando a impossibilidade.
6.2.4. O silêncio da contratada no prazo estabelecido no subitem anterior será considerado aceite tácito das condições e prazos definidos na Ordem de Fornecimento.
6.2.5. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Tv. 07 de setembro, 16, centro, Jucurutu/RN, CEP.: 59.330-000.
6.2.6. Os peixes deverão ser entregues congelados, em embalagens íntegras e lacradas, devidamente rotuladas, preservada a cadeia do frio, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
6.2.7. Por se tratar de produto perecível, o prazo de validade, na data da entrega, não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.
6.3. Do Controle, Acompanhamento e Fiscalização da Execução
6.3.1. O quantitativo total a ser fornecido será aquele definido neste Termo de Referência, cabendo à fiscalização do contrato verificar a conformidade quanto à quantidade, qualidade, condições sanitárias e prazos de entrega.
6.3.2. A fiscalização poderá recusar total ou parcialmente os produtos entregues em desacordo com as exigências contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
6.4. Dos Mecanismos Formais de Comunicação
6.4.1. Toda a comunicação entre a Contratante e a Contratada, inclusive envio de Ordem de Fornecimento, notificações, solicitações, justificativas e registros, será realizada exclusivamente por meio de correio eletrônico (e-mail), considerando-se formal e válida para todos os efeitos contratuais.

GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
Fiscalização
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Fiscalização Técnica
O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.
Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecida.
Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
Fiscalização Administrativa
O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços/entrega dos produtos com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.
Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Gestor do Contrato

A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.
Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato;
Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO
Do recebimento
Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
Liquidação
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.**
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos),** conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN, conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE.**
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data da emissão;
Os dados do contrato e do órgão contratante;
O período respectivo de execução do contrato;
O valor a pagar; e
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
A Administração deverá:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Município de Jucurutu/RN**.
Prazo de pagamento
O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **TRINTA (30) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos),** conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN, conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE.**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 **TX = Percentual da taxa anual = 6%**

365.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entregado atestado da execução do fornecimento constante na Nota Fiscal, com visto do funcionário competente do setor de recebimento definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO.**

Garantia de Proposta

10.2 Visando impedir que o licitante declarado vencedor desista injustificadamente em assinar a **Contrato Administrativo** ou **que não apresente os documentos para** habilitação, como requisito de pré-habilitação nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, cujas modalidades são as previstas no art.96,§ 1º, da referida lei.

10.3 Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar **Garantia de proposta**, como requisito de pré-habilitação, num montante **equivalente a 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação**, nos termos do artigo 58, *caput* e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.4 A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.4.1 Optando por **caução em dinheiro**, o licitante deverá realizar transferência eletrônica ou depósito identificado indicando o número de seu CNPJ para a seguinte conta bancária em nome da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN** juntando o respectivo comprovante na **Conta Tributos conforme os dados: Banco do Brasil (001), Agência 1085-5, Conta Corrente 5111-X.**

10.4.2 Caso a modalidade de garantia recaia em **títulos da dívida pública**, o título acompanhado dos documentos descritos no subitem abaixo, devem ser apresentados via sistema.

10.4.2.1. Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:

a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante;
b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definidos pelo Ministério da Fazenda;
c) Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.
d) Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN** o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

10.4.3 Caso a modalidade de garantia escolhida seja a **fiança bancária**, o licitante entregará o documento fornecido pela instituição bancária que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

10.4.3.1. Beneficiário: **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN**.

10.4.3.2. Objeto: Garantia da participação no **PREGÃO ELETRÔNICO proveniente do Processo Administrativo MJ/ RN nº 014/2026.**

10.4.3.3. Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

10.4.3.4. Prazo de validade: mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

10.4.4 Caso a modalidade de garantia seja **seguro-garantia**, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

10.5 A garantia de manutenção de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.6.1 Habilitação jurídica:

• **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
• **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
• **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
• **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

• **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
• Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

• Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**.
• Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
• Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
• Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
• Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
• Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
• Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
• O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

• Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Preferência ME/EPP/Equiparadas na Participação na Licitação:
NÃO.
Regionalização:
NÃO.

ESTIMATIVA DO PREÇO
11.1 Orçamento sigiloso.
11.2 Os preços poderão ser alterados para mais ou para menos após a pesquisa mercadológica.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:
10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social;

II - Fontes de Recursos:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais

III - Programa de Trabalho:
0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS

IV - Elemento de Despesa:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

V – Projeto/Atividade:
2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13 PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
13.1 Não há no Município de Jucurutu/ RN o Plano de Contratações Anual para o exercício financeiro de **2026** diante de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração.

13.2 No entanto, a presente a aquisição goza de previsibilidade do Planejamento Estratégico desta Administração, por meio do **Plano Plurianual 2026 a 2029**, instituído pela **Lei Municipal n° 1117/2025**, através da **FUNÇÃO**: 10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social; **AÇÕES**: 2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; 2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo servidor - **João Marcos de Medeiros Brito – Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras.**

ANEXO II
VALORES MÁXIMOS DE REFERÊNCIA
(VALOR MÍNIMO A SER ADJUDICADO

Nº	Descrição de Item	UND MEDIDA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**PEIXE DO TIPO PIRAMUTABA, FILÉ EM POSTAS, CONGELADO, EM PACOTE DE 1KG.** a) Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF) e da ANVISA e outras legislações específicas; b) embalagem INDIVIDUAL contendo 1kg de filé de peixe; c) embalagens acondicionadas em caixas de no máximo 15 kg, devidamente refrigeradas; d) Os peixes devem ser entregues congelados, conforme orientações técnicas dos órgãos de fiscalização, garantindo a qualidade nutricional e higiênico-sanitária, com características organolépticas (cor, brilho, transparência, textura, odor e sabor) em condições saudáveis e ideais para consumo.	KG	10.000	**25,14**	251.400,00
	VALOR TOTAL				**251.400,00**

A presente Pesquisa de Preço foi elaborado pela servidora **- Gisele Viana Pereira de Medeiros - Pesquisadora Oficial.**

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
DADOS DA EMPRESA

Ref. Processo Administrativo nº 051/2026 – Dispensa nº 017/2026

Srª. Agente de Contratação

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, propõe ao **Município de Jucurutu/RN**, **a aquisição dos itens** abaixo indicados, nas seguintes condições:

Valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND MEDIDA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	**PEIXE DO TIPO PIRAMUTABA, FILÉ EM POSTAS, CONGELADO, EM PACOTE DE 1KG.** a) Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF) e da ANVISA e outras legislações específicas; b) embalagem INDIVIDUAL contendo 1kg de filé de peixe; c) embalagens acondicionadas em caixas de no máximo 15 kg, devidamente refrigeradas; d) Os peixes devem ser entregues congelados, conforme orientações técnicas dos órgãos de fiscalização, garantindo a qualidade nutricional e higiênico-sanitária, com características organolépticas (cor, brilho, transparência, textura, odor e sabor) em condições saudáveis e ideais para consumo.	KG	10.000		
VALOR TOTAL					

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com: tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, carga e descarga, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no **fornecimento dos produtos** objeto desta Licitação.

c) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 60 dias).

d) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber **a nota de empenho/ autorização de compra** no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), (endereço residencial) como responsável legal desta empresa.

e) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente).

f) E-mail para o recebimento da AC e Telefone de Contato: _____.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Local e data,

_____
Nome e Cargo do Representante da Empresa
CPF nº

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

A empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a)....., infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF/MF nº ....., **para os fins de classificação de sua proposta neste Processo Licitatório**, em cumprimento ao disposto no art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que **NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS SITUAÇÕES ABAIXO DESCRITAS QUE IMPORTE NA PRÁTICA DE NEPOTISMO**:

1 - vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores do **Município de Jucurutu/ RN** e com servidores Municipais ocupantes de cargo efetivo ou comissionado que desempenhem função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2 - que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Atenciosamente,

Local e data.

_____
(assinatura do representante legal

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI **O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN** E A EMPRESA .....
MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Iogo Nielson Queiroz e Silva, brasileiro, casado, gestor público, portador de RG nº 19.44.995 (SSP/RN) e CPF nº 061.555.994-83, residente na Rua Ludgero Bezerra, nº 200, COHAB, Jucurutu/ RN, CEP: 59.330-000, e o(a) empresa ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº .....*, *sediado(a) na .....*, *em* ..... doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de **Dispensa de Licitação**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO PERÍODO DA SEMANA SANTA DO ANO DE 2026**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

Nº	Descrição de Item	UND MEDIDA	QTD
1	**PEIXE DO TIPO PIRAMUTABA, FILÉ EM POSTAS, CONGELADO, EM PACOTE DE 1KG.** a) Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF) e da ANVISA e outras legislações específicas; b) embalagem INDIVIDUAL contendo 1kg de filé de peixe; c) embalagens acondicionadas em caixas de no máximo 15 kg, devidamente refrigeradas; d) Os peixes devem ser entregues congelados, conforme orientações técnicas dos órgãos de fiscalização, garantindo a qualidade nutricional e higiênico-sanitária, com características organolépticas (cor, brilho, transparência, textura, odor e sabor) em condições saudáveis e ideais para consumo.	KG	10.000

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Autorização de Contratação Direta;
A Proposta do contratado; e
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
2.1- O prazo de vigência do contrato administrativo tem por termo inicial a data de sua subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2026, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
O valor da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **22 de janeiro de 2026.**
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (IBGE)- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de **um (01) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **um (01) mês**.
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
As partes deverão cumprir a *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)*, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do *art. 6º da LGPD*.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do *art. 15 da LGPD*, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do *art. 16 da LGPD*, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (*LGPD, art. 37*), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;
Moratória de 0,05% zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a trinta (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 11% a 19% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo **Município de Jucurutu/RN** decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o **Município de Jucurutu/RN**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:
10.010 – Fundo Municipal de Assistência Social;

II - Fontes de Recursos:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais

III - Programa de Trabalho:
0008 - ASSISTENCIA SOCIAL A TODOS

IV - Elemento de Despesa:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

V – Projeto/Atividade:
2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2118 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e na imprensa oficial do Município – FAMUP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o **Foro da Jucurutu/RN** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito.
Jucurutu/RN, a data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	**XXXXXXXXXXX**
Prefeito Municipal	P/Contratada
P/contratante	

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:EE62FE4A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.124/2026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.124/2026 – GP, Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 76.500,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**76.500,00**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**76.500,00**
	2024 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**76.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	65.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	11.000,00
Anexo II (Redução)					**76.500,00**

08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**76.500,00**
	2114 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**76.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	65.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	11.000,00

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:BA799F19

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 023/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 023/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 16.548,30 (dezesseis mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JAKELINE ANDRESA DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**16.548,30**
06.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**16.548,30**
	2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS				**16.548,30**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	16.548,30
Anexo II (Redução)					**16.548,30**
06.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**16.548,30**
	2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS				**16.548,30**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	548,30
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15000000	0001	14.000,00

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:A5D93363

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – PML/RN

Processo administrativo nº 62/02-2026
Licitação nº 39/2026

O Prefeito do Município de Lajes/RN, **HOMOLOGA** todos os atos praticados no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE **REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 002/2026 – PML com o objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS DESTE MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DA SEMANA SANTA,** adjudicando o objeto em epígrafe, em favor da empresa: **C J DE ARAUJO PESSOA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.303.584/0001-56,** estabelecida na Avenida Coronel Estevam, nº 3128, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN – CEP: 59.062-200, sendo representada pelo Sra. CARLA JEANE DE ARAUJO PESSOA, inscrito no CPF nº XXX.908.XXX-87 e RG nº XXX.272.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Modelo	Marca/Fabricante	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Peixes inteiros de primeira qualidade (branco), com peso médio entre 500G (quinhentas gramas) e 800G (oitocentas gramas) cada, tipo eviscerado pescada, tilápia ou similar. Individualmente na média de peso, congelado e acondicionados de forma adequada em embalagem transparente.	TILÁPIA	PESCADOS DA CRUZ	KG	10.000	R$ 19,90	R$ 199.000,00

Para que produzam os efeitos legais nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021, com suas posteriores alterações.

Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:17A40F75

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2025 – PML/RN

Processo administrativo nº 1617/2025
Licitação nº 165/2025

O Prefeito do Município de Lajes/RN, **HOMOLOGA** todos os atos praticados no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE **REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 034/2025 – PML com o objetivo **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE DISPOSITIVOS DENOMINADOS TAG'S (ETIQUETA) COM TECNOLOGIA RFID, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A FROTA AUTOMOTIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN. TRATA-SE OBJETO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID, DE GERENCIAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E OUTROS SERVIÇOS EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS,** adjudicando o objeto em epígrafe, em favor da empresa: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30,** estabelecida na Alameda Rio Negro, nº 585, Sala 23, Edif Jacari, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphav, Barueri/SP – CEP: 06.454-000, sendo representada pelo Sra. RENATA NUNES FERREIRA, inscrito no CPF nº XXX.237.XXX-40 e RG nº XXX.370.XXX – SSP/SP saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UN. DE MEDIDA	MARCA/FABRICANTE	QUANT.	VALOR DE REFERÊNCIA (12 MESES)	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)	VALOR TOTAL (COM DESCONTO)
1	Serviço de administração, gerenciamento e controle de abastecimento, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID, através de rede de estabelecimentos credenciados para atender a frota automotiva da Prefeitura Municipal	SERV	PRIME	1	R$ 3.367.416,00	2,10%	R$ 3.296.700,26

Para que produzam os efeitos legais nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021, com suas posteriores alterações.

Lajes/RN, 24 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:791BF109

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.057 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

"Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 941/2023, para reajustar o valor dos salários dos servidores da Câmara Municipal de Lajes/RN e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo II da Lei Municipal nº 941/2023 passa a vigorar conforme o Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 2 de março de 2026, revogando disposições contrárias.

Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
CARGOS COMISSIONADOS/QUADRO DE VAGAS

Órgão de apoio e assessoramento direto ao Presidente

1.1 Gabinete do Presidente

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO

			Cargo		
Chefe de Gabinete	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Assessor Parlamentar	01 (uma)	Ensino Médio Completo e CNH "B"	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 3.200,00
Assessor Plenária	02 (duas)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 2.000,00

Procuradoria do Legislativo

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Procurador Legislativo	01 (uma)	Ensino Superior Completo em Direito e OAB	Cargo em Comissão	20 horas/semana	R$ 5.000,00

Controladoria Legislativa

NOMECLAT'URA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Controlador Interno do Legislativo	01 (uma)	Ensino Superior Completo	Cargo em Comissão	20 horas/semana	R$ 5.000,00

Diretoria Administrativa do Legislativo

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Secretário Administrativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 5.000,00
Diretor de Redação	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 3.200,00
Chefe de Patrimônio e Almox.	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Assessor de Imprensa e Com.	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 2.000,00

Órgão de Gestão Executiva

2.1 Diretoria Financeira

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Tesoureiro	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 5.000,00

Diretoria Contábil

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Contador Geral	01 (uma)	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis	Cargo em Comissão	20 horas/semana	R$ 5.000,00

Escola e Rádio do Legislativo e Cerimônias Legislativas

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Natureza do Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Diretor da Escola do Legislativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	30 horas/semana	R$ 3.000,00
Diretor da Rádio do Legislativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Assessor de Cerimônia	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	40 horas/semana	R$ 2.800,00
Coordenador da Escola do Legislativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Cargo em Comissão	30 horas/semana	R$ 2.800,00

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:C7E68CA6

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026 – PML/RN

Processo administrativo nº 62/02-2026
Licitação nº 39/2026

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através da autoridade competente, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 002/2026, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEIXES DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS DESTE MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DA SEMANA SANTA**, na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026, foram declaradas vencedoras as empresas: **C J DE ARAUJO PESSOA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.303.584/0001-56,** estabelecida na Avenida Coronel Estevam, nº 3128, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN – CEP: 59.062-200, sendo representada pelo Sra. CARLA JEANE DE ARAUJO PESSOA, inscrito no CPF nº XXX.908.XXX-87 e RG nº XXX.272.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Modelo	Marca/Fabricante	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Peixes inteiros de primeira qualidade (branco), com peso médio entre 500G (quinhentas gramas) e 800G (oitocentas gramas) cada, tipo eviscerado pescada, tilápia ou similar. Individualmente na média de peso, congelado e acondicionados de forma adequada em embalagem transparente.	TILÁPIA	PESCADOS DA CRUZ	KG	10.000	R$ 19,90	R$ 199.000,00

Em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, as empresas vencedoras foram declaradas **HABILITADAS,** a autoridade competente declarou as empresas **ADJUDICADAS** conforme art. 71, IV da Lei 14.133/2021, por ter atendido o Edital.
Lajes/RN, 25 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:0A06F22F

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2025 – PML/RN

Processo administrativo nº 1617/2025
Licitação nº 165/2025

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através da autoridade competente, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 034/2025, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE DISPOSITIVOS DENOMINADOS TAG'S (ETIQUETA) COM TECNOLOGIA RFID, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A FROTA AUTOMOTIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN. TRATA-SE OBJETO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID, DE GERENCIAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E OUTROS SERVIÇOS EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS**, na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2025, foram declaradas vencedoras as empresas: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30,** estabelecida na Alameda Rio Negro, nº 585, Sala 23, Edif Jacari, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphav, Barueri/SP – CEP: 06.454-000, sendo representada pelo Sra. RENATA NUNES FERREIRA, inscrito no CPF nº XXX.237.XXX-40 e RG nº XXX.370.XXX – SSP/SP saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UN. DE MEDIDA	MARCA/FABRICANTE	QUANT.	VALOR DE REFERÊNCIA (12 MESES)	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)	VALOR TOTAL (COM DESCONTO)
1	Serviço de administração, gerenciamento e controle de abastecimento, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID, através de rede de estabelecimentos credenciados para atender a frota automotiva da Prefeitura Municipal	SERV	PRIME	1	R$ 3.367.416,00	2,10%	R$ 3.296.700,26

Em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, as empresas vencedoras foram declaradas **HABILITADAS,** a autoridade competente declarou as empresas **ADJUDICADAS** conforme art. 71, IV da Lei 14.133/2021, por ter atendido o Edital.

Lajes/RN, 24 de março de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:9541B60D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 1684/2025 DE 25 DE MARÇO DE 2026

Decreto Nº. 1684/2026 Lucrécia/ RN, 25/03/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 25/03/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	2.10 - Manutenção Educ. Basica FUNDAMENTAL 25%			
		647 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021001	R$ 900,00
Total da Ação:				**R$ 900,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 900,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
	2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
		1093 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 16000000	R$ 65.000,00
Total da Ação:				**R$ 65.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 65.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 65.900,00

Redução

	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	2.10 - Manutenção Educ. Basica FUNDAMENTAL 25%			
		645 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021001	R$ 900,00
Total da Ação:				**R$ 900,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 900,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
	2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
		1000 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16000000	R$ 65.000,00
Total da Ação:				**R$ 65.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 65.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 65.900,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:2834B039

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 00080

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS
RUA JUSTINIANO DA COSTA, Nº 118, CENTRO
MONTE DAS GAMELEIRAS-RN, CEP: 59217-000
CNPJ: 08.196.941/0001-54
DECRETO ORÇAMENTÁRIO 00080/2026 de 24 de março de 2026.

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o que faculta a o art. 6º, inciso III, da Lei Nº 0477/2024, de 27 de Dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1.º - Fica aberto ao orçamento vigente um Crédito Suplementar da importância de R$ 1.115.804,20 (Um Milhão, Cento e Quinze Mil, Oitocentos e Quatro Reais e Vinte Centavos) na dotação constante do anexo I, deste Decreto.
Art.2.º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente crédito suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, §1.º inciso III, a anulação parcial da dotação orçamentária constante do anexo II, deste Decreto.
Art.3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 02 de Fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Anexo I	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0016.2110 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
3390300000 - Material de uso e consumo	41.846,65
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0016.2110 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0016.2110 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	

3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	14.841,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	357.532,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO QSE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	31.563,15
15500000 - Transferência do Salário-Educação	
0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
26.122.0020.2115 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	49.150,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
26.122.0020.2115 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	32.418,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
26.122.0020.2115 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	
3390300000 - Material de uso e consumo	35.165,21
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0012.2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	73.999,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	323.136,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	38.525,02
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	10.340,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390300000 - Material de uso e consumo	53.335,47
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	3.240,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	1.620,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390350000 - Servicos de consultoria	29.092,30
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**1.115.804,20**
Anexo II	
0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS	
01.031.0002.2002 - MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	17.336,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0004.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
03.092.0004.2008 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	18.301,82
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.122.0007.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	6.768,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.122.0007.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390350000 - Servicos de consultoria	2.820,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0007.2077 - CUMPRIMENTO DE PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	
3390910000 - Sentencas judiciais	49.150,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.121.0008.2067 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	25.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.121.0008.2067 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	25.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	

12.122.0013.1016 - CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	9.140,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0013.1016 - CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
3390300000 - Material de uso e consumo	3.240,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0013.1016 - CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	7.300,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0013.1018 - FORMAÇÃO CONTINUA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
3390300000 - Material de uso e consumo	14.400,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0013.1021 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	9.436,40
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0013.1027 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	
3390300000 - Material de uso e consumo	6.251,04
15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0013.1031 - DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDATICOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3390320000 - Material, bem ou servico para distribuicao gratuita	31.563,15
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	53.999,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PDDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	25.010,24
15510000 - PDDE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	25.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO QSE	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	6.035,47
15500000 - Transferência do Salário-Educação	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.362.0014.2024 - EDUCACAO DE QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	40.000,00
15530000 - PNATE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	
Escolar	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.362.0014.2025 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MEDIO	
3390180000 - Auxilio financeiro a estudantes	10.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.362.0014.2025 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MEDIO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	14.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0014.2029 - MANUT. DAS ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL - FUNDEB (30%)	
3390300000 - Material de uso e consumo	20.000,00
15410000 - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0014.2030 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	25.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0014.2030 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3390300000 - Material de uso e consumo	40.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0014.2030 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	32.418,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0024.2042 - AQUISICAO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	100.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0024.2044 - MANUT. DAS ATIVS. DO PROG. NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA - NASF	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	78.932,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.243.0022.2056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMDCA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	3.760,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.695.0009.1062 - IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO TURISTICA DO MUNICÍPIO	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	14.841,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	

0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
18.541.0009.1067 - AQUISIÇÃO DE DESSALINIZADORES	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	16.863,39
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
23.695.0009.1068 - REC. PARA CONTRA PARTIDA DE CONV. CELEBRAD	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.122.0010.2100 - ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE RESIDUOS SÓLIDOS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	7.400,01
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.122.0018.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	30.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.122.0018.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	29.092,30
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.392.0018.2071 - APOIO AS FESTIVIDADES TRADICIONAIS E EVENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO	
3390300000 - Material de uso e consumo	10.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.392.0018.2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BANDA DE MUSICA OFICIAL	
3390300000 - Material de uso e consumo	12.745,98
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
15.451.0011.1084 - PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFALTICO DE VIAS	
4490510000 - Obras e instalacoes	70.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
15.451.0011.1085 - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
4490510000 - Obras e instalacoes	40.000,00
17003110 - Transferencias da Uniao decorrentes de emendas parlamentares individuais	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
15.451.0011.1085 - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
4490510000 - Obras e instalacoes	40.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
26.785.0011.1088 - RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
4490510000 - Obras e instalacoes	80.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0011.1092 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA	
4490510000 - Obras e instalacoes	25.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**1.115.804,20**

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:6A34DC1B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 04 RPPS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	**1.680.301,00**	**234.866,79**
Receita de Contribuições dos Segurados	**398.574,00**	**65.734,40**
Ativo	398.574,00	65.734,40
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	**877.391,00**	**155.593,54**
Ativo	877.391,00	155.593,54
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	**91.476,00**	**13.538,85**
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	91.476,00	13.538,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Correntes	**312.860,00**	**0,00**
Compensação Financeira entre os regimes	312.860,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**1.680.301,00**	**234.866,79**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS no exercício (g)**
Benefícios	**1.715.000,00**	**354.458,48**	**354.458,48**	**354.458,48**	**0,00**
Aposentadorias	1.715.000,00	354.458,48	354.458,48	354.458,48	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	**55.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**1.770.000,00**	**354.458,48**	**354.458,48**	**354.458,48**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)2	**-89.699,00**	**-119.591,69**	**-119.591,69**	**-119.591,69**	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	250.000,00				

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
BENS E DIREITOS DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	946.597,43
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0,00**	**0,00**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0,00**	**0,00**
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	**0,00**	**0,00**
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	**0,00**	**0,00**
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Correntes	**0,00**	**0,00**
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS no exercício (g)**
Benefícios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Previdenciária entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	200.000,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**200.000,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**

DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-8.865,03
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS no exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

ANTONIMAR AMORIN CARLOS
Prefeito
Mat.85237701

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:91D582F8

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 08 MDE MUNICIPIOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)	
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**	
R$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	**733.330,30**	**131.937,30**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	412.258,80	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	8.755,54	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	218.235,60	70.923,40
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	94.080,36	61.013,90
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**27.740.266,23**	**4.451.829,13**
2.1- Cota-Parte FPM	**24.556.881,92**	**3.809.084,42**
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.633.423,54	3.809.084,42
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.923.458,38	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.940.564,31	626.765,53
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	3.820,00	2.308,55
2.4- Cota-Parte ITR	5.000,00	0,00
2.5- Cota-Parte IPVA	185.000,00	13.670,63
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	49.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**28.473.596,53**	**4.583.766,43**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**4.015.320,00**	**890.365,74**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2)+ (2.6))	**1.955.037,56**	**255.575,78**

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**4.423.499,81**	**800.849,55**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**3.905.760,00**	**714.781,39**
6.1.1- Principal	3.897.919,20	706.685,63
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	7.840,80	8.095,76
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	**161.751,20**	**0,00**
6.2.1- Principal	161.751,20	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**246.190,60**	**44.812,28**
6.3.1- Principal	246.190,60	44.812,28
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00

6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**109.798,01**	**41.255,88**
6.4.1- Principal	109.798,01	41.255,88
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)1	**-117.400,80**	**-183.680,11**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	800.849,55

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**4.503.600,00**	**2.026.985,05**	**925.603,35**	**922.293,47**	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**3.077.600,00**	**2.013.847,69**	**912.465,99**	**910.156,11**	
10.1.1- Educação Infantil	950.000,00	509.254,31	184.465,89	184.418,61	
10.1.2- Ensino Fundamental	2.052.600,00	1.504.593,38	728.000,10	725.737,50	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	75.000,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	**1.426.000,00**	**13.137,36**	**13.137,36**	**12.137,36**	
10.2.1- Educação Infantil	302.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	959.000,00	12.137,36	12.137,36	12.137,36	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	80.000,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	65.000,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	20.000,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.026.985,05	925.603,35	922.293,47		0,00	124.753,80
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.025.985,05	924.603,35	922.293,47		0,00	209.821,96
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.013.847,69	912.465,99	910.156,11		0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	531.715,57	912.465,99	912.465,99	120,12
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	22.406,14	1.000,00	1.000,00	2,23
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	6.721,84	1.000,00	1.000,00	2,23

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	80.084,96	-124.753,80	-124.753,80	0,00	-15,57

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**4.517.050,00**	**766.501,74**	**274.394,30**	**255.676,23**	
20.1- Educação Infantil	1.212.000,00	22.356,22	14.050,07	0,00	
20.2- Ensino Fundamental	1.631.550,00	447.710,46	192.071,11	189.543,11	
20.3- Educação de Jovens e Adultos	110.000,00	0,00	0,00	0,00	
20.4- Educação Especial	75.000,00	0,00	0,00	0,00	
20.5- Administração Geral	1.482.500,00	296.435,06	68.273,12	66.133,12	
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7- Outras	6.000,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	9.020.650,00	2.793.486,79	1.199.997,65	1.177.969,70	
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.464.000,00	532.610,53	199.515,96	184.418,61	
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.1.2- Pré-escola	2.464.000,00	532.610,53	199.515,96	184.418,61	
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.556.650,00	2.260.876,26	1.000.481,69	993.551,09	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	274.394,30
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	890.365,74
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af))	**2.663,96**
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**1.162.096,08**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.145.941,61	1.162.096,08	25,35

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z) - (ab) - (ac)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**538.469,46**	**48.206,78**	**165.701,10**	**2.663,96**	**370.104,40**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	357.178,27	41.094,78	101.219,87	2.663,96	253.294,44
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	84.943,94	0,00	61.746,23	0,00	23.197,71
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	96.347,25	7.112,00	2.735,00	0,00	93.612,25

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.147.706,40**	**105.373,81**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**951.151,50**	**80.446,06**
31.1.1- Salário-Educação	238.445,00	66.563,00
31.1.2- PDDE	1.306,80	10,36
31.1.3- PNAE	144.177,40	12.090,34
31.1.4 - PNATE	58.710,00	6,47
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	508.512,30	1.775,89
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	155.524,90	24.919,42
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	41.030,00	8,33

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**1.074.300,00**	**137.803,69**	**56.572,63**	**27.599,87**	
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	66.000,00	0,00	0,00	0,00	
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	901.800,00	137.803,69	56.572,63	27.599,87	
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
32.8- OUTRAS	106.500,00	0,00	0,00	0,00	

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**10.094.950,00**	**2.931.290,48**	**1.256.570,28**	**1.205.569,57**	
33.1- Despesas Correntes	**8.533.450,00**	**2.930.290,48**	**1.255.570,28**	**1.205.569,57**	
33.1.1- Pessoal Ativo	5.444.600,00	2.228.356,55	954.874,85	952.564,97	
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	

33.1.4- Outras Despesas Correntes	3.078.850,00	701.933,93	300.695,43	253.004,60	
33.2- Despesas de Capital	**1.561.500,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
33.2.2- Outras Despesas de capital	1.561.500,00	1.000,00	1.000,00	0,00	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	392.329,43	-61,44
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	800.849,55	66.563,00
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	986.774,70	39.258,81
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	206.404,28	27.242,75
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	127.594,38	66,95
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	92.493,27	80,03
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	241.505,39	27.229,67
ANTONIMAR AMORIN CARLOS		
Prefeito Mat.85237701		

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:156F7233

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 12 ASPS SAUDE MUNICIPIOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO - ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**
R$ 1,00	

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**733.330,30**	**733.330,30**	**131.937,30**	**17,99%**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	412.258,80	412.258,80	0,00	0,00%
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	8.755,54	8.755,54	0,00	0,00%
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	218.235,60	218.235,60	70.923,40	32,49%
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	94.080,36	94.080,36	61.013,90	64,85%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**25.767.807,85**	**25.767.807,85**	**4.451.829,13**	**17,27%**
Cota-Parte FPM	22.633.423,54	22.633.423,54	3.809.084,42	16,82%
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%
Cota-Parte IPVA	185.000,00	185.000,00	13.670,63	7,38%
Cota-Parte ICMS	2.940.564,31	2.940.564,31	626.765,53	21,31%
Cota-Parte IPI-Exportação	3.820,00	3.820,00	2.308,55	60,43%
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**26.501.138,15**	**26.501.138,15**	**4.583.766,43**	**17,29%**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em RP não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c)	Até o bimestre (e)	% (e/c)	Até o bimestre (f)	% (f/c)	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**2.477.500,00**	**3.056.050,00**	**944.109,11**	**30,89%**	**472.018,21**	**15,44%**	**462.815,91**	**15,14**	**0,00**
Despesas Correntes	2.341.500,00	2.930.050,00	944.109,11	32,22%	472.018,21	16,10%	462.815,91	15,79	0,00
Despesas de Capital	136.000,00	126.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**2.888.000,00**	**3.161.900,00**	**925.814,90**	**29,28%**	**410.176,25**	**12,97%**	**396.493,26**	**12,53**	**0,00**
Despesas Correntes	2.838.000,00	3.111.900,00	925.814,90	29,75%	410.176,25	13,18%	396.493,26	12,74	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**80.000,00**	**66.000,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	77.000,00	63.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**231.000,00**	**230.600,00**	**24.277,55**	**10,52%**	**20.926,18**	**9,07%**	**20.582,55**	**8,92**	**0,00**
Despesas Correntes	209.000,00	208.600,00	24.277,55	11,63%	20.926,18	10,03%	20.582,55	9,86	0,00
Despesas de Capital	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**877.000,00**	**860.500,00**	**243.533,11**	**28,30%**	**65.965,46**	**7,66%**	**47.485,95**	**5,51**	**0,00**
Despesas Correntes	817.000,00	800.500,00	243.533,11	30,42%	65.965,46	8,24%	47.485,95	5,93	0,00
Despesas de Capital	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**6.553.500,00**	**7.375.050,00**	**2.137.734,67**	**28,98%**	**969.086,10**	**13,14%**	**927.377,67**	**12,57**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.137.734,67	969.086,10	927.377,67
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**2.137.734,67**	**969.086,10**	**927.377,67**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	687.564,96	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (Lei Orgânica Municipal)	0,00	687.564,96	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	1.450.169,71	281.521,14	0,00 0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**46,63**	**21,14**	**20,23**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM	LIMITE NÃO CUMPRIDO

EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		DESPESAS EMPENHADAS (i)	DESPESAS LIQUIDADAS (j)	DESPESAS PAGAS (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	687.564,96	969.086,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	142.443,31	67.332,79	70.274,38	4.836,14	137.607,17
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	205.340,61	2.320,00	203.020,61	0,00	205.340,61
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	22.401,03	0,00	22.401,03	0,00	22.401,03
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	3.455,44	0,00	3.455,44	0,00	3.455,44
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)					0,00
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		DESPESAS EMPENHADAS (x)	DESPESAS LIQUIDADAS (y)	DESPESAS PAGAS (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**3.589.096,44**	**3.589.096,44**	**627.718,95**	**17,48**
Provenientes da União	3.589.096,44	3.589.096,44	627.718,95	17,48
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	338.740,00	338.740,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em RP não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c)	Até o bimestre (e)	% (e/c)	Até o bimestre (f)	% (f/c)	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**3.637.500,00**	**3.667.310,00**	**1.320.436,32**	**36,00%**	**434.734,28**	**11,85%**	**425.329,67**	**11,59%**	**0,00**
Despesas Correntes	2.828.500,00	2.988.310,00	1.305.436,32	43,68%	434.734,28	14,54%	425.329,67	14,23%	0,00
Despesas de Capital	809.000,00	679.000,00	15.000,00	2,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**702.000,00**	**702.000,00**	**146.663,22**	**20,89%**	**44.009,05**	**6,26%**	**38.482,92**	**5,48%**	**0,00**
Despesas Correntes	421.000,00	421.000,00	146.663,22	34,83%	44.009,05	10,45%	38.482,92	9,14%	0,00
Despesas de Capital	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**50.000,00**	**123.300,00**	**77.904,15**	**63,18%**	**57.844,00**	**46,91%**	**31.391,66**	**25,45%**	**0,00**
Despesas Correntes	45.000,00	118.300,00	77.904,15	65,85%	57.844,00	48,89%	31.391,66	26,53%	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**209.000,00**	**209.400,00**	**17.506,80**	**8,36%**	**17.506,80**	**8,36%**	**17.506,80**	**8,36%**	**0,00**
Despesas Correntes	149.000,00	149.400,00	17.506,80	11,71%	17.506,80	11,71%	17.506,80	11,71%	0,00
Despesas de Capital	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**53.000,00**	**53.000,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**
Despesas Correntes	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**4.651.500,00**	**4.755.010,00**	**1.562.510,49**	**32,86%**	**554.094,13**	**11,65%**	**512.711,05**	**10,78%**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em RP não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c)	Até o bimestre (e)	% (e/c)	Até o bimestre (f)	% (f/c)	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.115.000,00	6.723.360,00	2.264.545,43	33,68%	906.752,49	13,48%	888.145,58	13,20%	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.590.000,00	3.863.900,00	1.072.478,12	27,75%	454.185,30	11,75%	434.976,18	11,25%	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	130.000,00	189.300,00	77.904,15	41,15%	57.844,00	30,55%	31.391,66	16,58%	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	440.000,00	440.000,00	41.784,35	9,49%	38.432,98	8,73%	38.089,35	8,65%	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	930.000,00	913.500,00	243.533,11	26,65%	65.965,46	7,22%	47.485,95	5,19%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**11.205.000,00**	**12.130.060,00**	**3.700.245,16**	**30,50%**	**1.523.180,23**	**12,55%**	**1.440.088,72**	**11,87%**	**0,00**

ANTONIMAR AMORIN CARLOS

Prefeito
Mat.85237701

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:364461D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 385/2024 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 385, DE 31 de dezembro de 2024

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 103.108,31, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Pedro Avelino/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 103.108,31 (cento e três mil, cento e oito reais e trinta e um centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de dezembro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Pedro Avelino/RN, 31 de dezembro de 2024.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**103.108,31**
02 .007 SECRETARIA MUN DE OBRAS, TRANSPORTES E SER URBANO					**103.108,31**
	2154 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**103.108,31**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	27510000	0001	103.108,31

Publicado por:
Gustavo Henrique França de Sena
Código Identificador:49450EC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 017/2026 – PMR

EXTRATO DO CONTRATO N° 017/2026 – PMR
Processo Administrativo n° 018/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.364.655/0001-50.

Contratada: ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.003.806/0001-00, sediada à Rua Teófilo Barbosa De Lima, 96 - Centro, Tangara/RN – CEP: 59240-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas e equipamentos para eventos realizados pela Prefeitura Municipal.

Valores, descrições e quantidades:
LOTE 01 - INFRAESTRUTURA

Item da ATA	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	**SOM DE GRANDE PORTE**: COM 02 MESAS DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 10 AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 19 CAIXAS TIPO LINE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY; 19 CAIXAS PARA GRAVE MODELO SB 850, 04 AMPLIFICADORES PARA GRAVES DE NO MÍNIMO 5000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 3000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 1000 WALTSRMS CADA, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA, 02 MICROFONES SEM FIO, 15 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM O SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	20	**R$ 5.000,00**	**R$ 100.000,00**
02	**SOM PORTE MÉDIO**: 01 (UM) MESA DE 32 CANAIS BROTHERS OU SIMILAR, 01 PROCESSADOR DIGITAL IMPORTANDO, 01SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, 01 PAWERSUPLYFURMANNPL- 08, 1 MONITORES TIPO SPPOID IMPORTADOS, SM 400 OU CLAIR BROTHERS OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADORES DE 3000 WATS EM CADA PARA OS MONITORES, 01 AMPLIFICADORES DE PHONESBERINGER OITO CANAIS CADA MODELO POWER PLAY OU SIMILIAR, 04 CAIXA DE MÉDIO GRAVE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS, PARA SIDEFILL INDUSTRIALIZADO, 01 MONITOR PARA BATERIA COM NO MÍNIMO DOIS ALTO FALANTES DE 18 COM 800WATTS RMS SB850, 04 CAIXA DE SUBGRAVESSB 850 PARA SIDEFILL, 4 CAIXA TIPO LINEARRAY DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY COM COMPONENTES E IMPORTADOS E INDUSTRIALIZADO PARA SER UTILIZADO NO P.A. LER, 06 MICROFONES CONDENSADORES SHURE OU IMPORTADOS, 8 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS SHURE OU IMPORTADOS, 02 MICROFONES SHURE PARA VOZ SHURE OU IMPORTADOS, 04 MICROFONES PARA TONS SHURE OU IMPORTADOS, 01 MICROFONE PARA BUMBO SHURE OU IMPORTADO, 02 MICROFONES SEM FIO DA MARCA SHURE OU IMPORTADO, 10 PEDESTAIS DE MICROFONES EM DIVERSOS TAMANHOS, 8 GARRA DE MICROFONES 30 CABOS XLR, 10 DIRECT BOX PASSIVOS, 10 CABOS P10 MONO.	DIÁRIA	30	**R$ 3.000,00**	**R$ 90.000,00**

03	**SOM DE PEQUENO PORTE**: ESPECIFICAÇÃO: COM 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 12 CANAIS; AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 04 CAIXAS ATIVA, NO MÍNIMO 3.000RMS CADA; 02 MICROFONES SEM FIO, 04 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM OS SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	50	**R$ 200,00**	**R$ 10.000,00**
04	**MESA PLÁSTICA**: DEVERÁ TER AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMAS: -1 MESA PLÁSTICA QUADRADA NA COR BRANCA, MEDINDO 70 X 70 CM, EMPILHÁVEL. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	1.000	**R$ 2,00**	**R$ 2.000,00**
05	**CADEIRA PLÁSTICA**: PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA, SEM BRAÇO E CAPACIDADE PARA ATÉ 140KG, EMPILHÁVEL. AS CADEIRAS DEVERÃO POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR 14776:2001	UNIDADE	5.000	**R$ 4,80**	**R$ 24.000,00**
06	**PISO PLÁSTICO PARA EVENTOS**: PISO MOLDADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E IMPACTO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE PROTEÇÃO ANTICHAMAS, ENCAIXE INTERTRAVADO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, NA COR GRAFITE MÓDULO COM ESPESSURA DE 1,8CM. PISO EASYFLOOR.	METROS	10.000	**R$ 9,00**	**R$ 90.000,00**
07	**PALCO DE GRANDE PORTE**: MÍNIMO DE 14M DE FRENTE POR 10 M DE FUNDO, MÍNIMO 09 M DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTH-DAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	20	**R$ 6.000,00**	**R$ 120.000,00**
08	**PALCO DE MEDIO PORTE**: MEDINDO 10 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 8 METROS DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO- SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTHDAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, BEM COMO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	30	**R$ 2.500,00**	**R$ 75.000,00**
09	**PALCO DE PEQUENO PORTE**: 08,00X 06, 00 MT; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 08 (FRENTE) X 06 (FUNDO) METROS, COM PISO DE 0, 50 CM ATÉ 2,20 CM DO SOLO (DEPENDENDO DA NECESSIDADE DA PRODUÇÃO). OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	50	**R$ 1.800,00**	**R$ 90.000,00**
10	**TENDA 3X3**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 3M X 3M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	200	**R$ 138,00**	**R$ 27.600,00**
11	**TENDA 4X4**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 4M X 4M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	200	**R$ 156,00**	**R$ 31.200,00**
12	**TENDA 5X5**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 5M X 5M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	250	**R$ 204,00**	**R$ 51.000,00**
13	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 2 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	30	**R$ 293,00**	**R$ 8.790,00**
14	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 4 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	30	**R$ 398,00**	**R$ 11.940,00**
15	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO MÉDIO PORTE**: COM 16 BEAM 230/7R; 16 PAR LED 15WTS; 08 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12WTS; 04 STROBO DE LED, 01MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX5 C/02 MONITORES DE 21 TOUCH SCREEN ; 04 MINI BRUT DE 04 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS; 02 MÁQUINA DE FUMAÇA; 01 SISTEMA DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 01 DIMMER DE 12 CANAIS, 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA	DIÁRIA	30	**R$ 3.490,00**	**R$ 104.700,00**
16	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO GRANDE PORTE**: COM 22 BEAM POINT 280/10R; 22 BEAM 2307R, 16 BEY-E K10 WASH, 06 MOVINGH SPOT COM CYM E FACA 800W DE LED, 36 PAR LED 15W TS OUTDOOR; 18 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12 WTS; 12 STROBO RGB DE LED, 12 RIBALTAS P5, 10 COBY OUTDOOR 300W, 12 REFLETORES PAR 64, 02 CANHÃO SEGUIDORES 4400W, 02 MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX512 COM 02 MONITORES TOCH; 12 CALHA BRUT DE 02 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS; 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERCOM COM 04 PONTOS; 03 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 COM CIRCULADORES; 01 SISTEMA DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 02 DIMMER DE 12 CANAIS. 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA.	DIÁRIA	20	**R$ 4.790,00**	**R$ 95.800,00**
17	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED ALTA P03** OUTDOOR: 6,00M X 3,00M; PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR) COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 108 X 108 PIXES, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS. COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO COMPOSTA POR COMPUTADOR OU TABLETE DE BOA QUALIDADE, SERVIDOR UNIVERSAL, MESA DE CORTE, 02 CÂMERAS, CABEAMENTO E OPERADORES NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, COM COMPUTADOR COMPATÍVEL COM O SISTEMA. CÂMERA DE VÍDEO COM TRIPÉ (COM OPERADOR) – CAPACIDADE MÍNIMA DE GRAVAÇÃO 1080/60P, DESIGNER ERGONÔMICO, LENTE GRANDE ANGULAR COM UMA DISTÂNCIA FOCAL MÍNIMA DE EQUIVALENTE EM 35MM A 28 MILÍMETROS, PERMITINDO ENCAIXAR MAIS PESSOAS E FUNDOS PARA O QUADROS DE NO MÍNIMO 21X ÓPTICO E 50X ZOOM INTELIGENTES QUE PERMITAM CAPTURA DE CENAS DE DIFÍCIL ACESSO, DE UM 1/4.5 DE ASSIM, PROPORCIONANDO IMAGENS NÍTIDAS, MESMO EM SITUAÇÕES DE POUCA LUZ.	DIÁRIA	100	**R$ 2.700,00**	**R$ 270.000,00**
18	**GERADOR 180KVA**: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 180 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, BEM COMO INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, E TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAL DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	50	**R$ 1.700,00**	**R$ 85.000,00**
19	**PRATICAVEIS**: TABLADO COM REGULAGEM DE 0,60 CENTIMETRO A 1,0 METROS DE ALTURA, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL E ACABAMENTO EM ESTRUTURA DE ALUMINIO NAS LATERAIS MEDINDO CADA PEÇA 1 METRO X 2 METROS (PRATICÁVEIS) COM ATERRAMENTO	UNIDADE	150	**R$ 87,00**	**R$ 13.050,00**
20	**PÓRTICO DE ENTRADA DIMENSÕES**: 10MT DE FRENTE X 4MT DE LARGURA X 6MT DE ALTURA, 06 PÉS, 04 ESPAÇOS 9MT X 1MT PARA 04 BANNERS, ESTRUTURADO EM ALUMÍNIO ADONISADO NA COR FOSCA, ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE SPOTS LIGHT. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	30	**R$ 1.899,00**	**R$ 56.970,00**
21	**GRID PARA ILUMINAÇAO GRANDE PORTE:** DIMENSÕES 14M X 10M X 6M DE ALTURA, EM ALUMÍNIO Q30. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	20	**R$ 2.000,00**	**R$ 40.000,00**
22	**GRID PARA ILUMINAÇÃO MEDIA**: NAS MEDIDAS DE 10 A 06 DE METROS DE LARGURA POR 06 A 08 DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 08 A 10 METROS DE ALTURA TODO EM BOX Q30 E Q 50.	DIÁRIA	30	**R$ 1.700,00**	**R$ 51.000,00**
23	**GRADE DE ISOLAMENTO**: DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2M X 1,30M, EM ALUMÍNIO OU FERRO. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TÉRMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	METROS	10.000	**R$ 10,00**	**R$ 100.000,00**
24	**CAMARIM**: EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM FECHAMENTO EM TS MEDINDO 4X4, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOTS DE ILUMINAÇÃO.	DIÁRIA	50	**R$ 1.125,00**	**R$ 56.250,00**
25	**LOCAÇÃO DE ESTAND**: EM ALUMÍNIO ANONIZADO, COM FECHAMENTO EM TS, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOT DE ILUMINAÇÃO.	METROS	1.000	**R$ 38,00**	**R$ 38.000,00**
26	**CAMAROTE** COM ACESSIBILIDADE MEDINDO 16 METROS DE FRENTE POR 4 METROS DE FUNDO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO MEDINDO 2,20 X 2,20 X 0,10, REVESTIDO COM MADEIRITE PLASTIFICADO ANTICHAMAS 18MM, APOIADO SOBRE COLUNAS DE 2,20M EM AÇO COM DIÂMETRO 2.7/8" X ¼ DE ESPESSURA, COBERTO COM TOLDO 12 X 12 EM AÇO GALVANIZADO E LONA BRANCA ANTIMOFO E ANTICHAMAS.	DIÁRIA	10	**R$ 2.000,00**	**R$ 20.000,00**
27	**TRELIÇAS EM ALUMÍNIO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TRELIÇAS EM BOX-TRUSS, FORMATO Q30, SENDO EM DURALUMÍNIO, COM PEÇAS DE 0,50M, 1M, 2M, 3M, 4M, SLEEV' S, CUBOS, CANTOS GRAU, PEÇAS CURVADAS, CUMEEIRAS, TALHAS, PARAFUSOS E PORCAS PARA MONTAGEM DOS MAIS DIVERSOS FORMATOS DE ESTRUTURA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNÍCIPIO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DA ESTRUTURA DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR PROPOSTO, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. DEVERÃO SER SEGUIDAS AS NORMAS TÉCNICAS DO CREA/RN E CBM. OBSERVAÇÕES: TODO ATERRAMENTO DEVERÁ SER FEITO SEGUINDO AS NORMAS E DIRETRIZES DO CORPO DE BOMBEIROS E ABNT. DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR	METROS	2.500	**R$ 20,00**	**R$ 50.000,00**

	CONTA DO CONTRATADO. A EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM PROFISSIONAL TÉCNICO DURANTE O EVENTO PARA EVENTUAIS ACONTECIMENTOS INESPERADOS				
28	**ARQUIBANCADA**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA, MEDINDO 30M DE LARGURA, COM 06 DEGRAUS, COM INICIO DO PRIMEIRO PISO DE NO MINIMO 1,20M DO NIVEL DO CHÃO, ASSENTOS CONFECCIONADOS EM CHAPAS DOBRADAS E COM REFORÇOS DE SEGURANÇA EM INTERVALOS MAXIMOS DE 20CM, COM ENCAIXES E FIXADORES NOS DEGRAUS COM PINOS OU PARAFUSOS, ESCADAS DE ACESSO COM 2,30M DE LARGURA E ESPELHOS DE DEGRAUS NO MAXIMO 15CM, PARAPEITO E CORRIMÕES NO MINIMO DE 1,10 DE ALTURA E INTERVALOS DE VAOS LIVRES DE NO MAXIMO 15CM COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO INFORMANDO A CAPACIDADE DE PESSOAS. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	DIÁRIA	10	**R$ 3.000,00**	**R$ 30.000,00**
29	**PLACAS DE FECHAMENTO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLACAS DE FECHAMENTO, EM ESTRUTURA METÁLICA DE FERROU OU ALUMÍNIO ONDULADO DE 12MM, COM MOLDURA EM FERRO CANTONEIRA, TIPO L OU U, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,20M DE COMPRIMENTO POR 2,20M DE ALTURA. COM GARRAS PARA FIXAÇÃO ENTRE ABAS E PÉS PARA FIXAÇÃO AO SOLO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	METROS	2.000	**R$ 8,00**	**R$ 16.000,00**
30	**LOCAÇÃO DE PAVILHÃO**: EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO OU ALUMÍNIO, PÉ DIREITO DE 03 A 05 METROS DE ALTURA, COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, MODELO 02 ÁGUAS.	METROS	2.500	**R$ 20,00**	**R$ 50.000,00**
31	**BARRICADA DE ALUMINIO – 1M X 1M** - LEVE, RESISTENTE À CORROSÃO, COM BASE ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO VISÍVEL PARA SINALIZAÇÃO.	METROS	2.500	**R$ 10,00**	**R$ 25.000,00**

LOTE 02 - BANHEIROS QUIMÍCOS

Item da ATA	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	**BANHEIROS QUÍMICOS**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA INTERIOR, 1,20M DE PROFUNDIDADE, 1,20M DE LARGURA E 0,5M DE ALTURA DO ASSENTO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	400	**R$ 129,00**	**R$ 51.600,00**
02	**BANHEIROS QUÍMICOS PNE**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, PROJETADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, INCLUINDO CADEIRANTES, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	100	**R$ 199,00**	**R$ 19.900,00**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 01 - SEC. MUN. DO GABINETE CIVIL
Unidade: 01 - SEC MUN DO GAB. CIVIL
Proj/Ativ: 04.121.0002.2003.0000 - Manutenção DA SEC DO GABINETE CIVIL
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral do Gabinete Civil

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 02 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade: 01 - SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO
Proj/Ativ: 04.122.0003.2007.0000 - MAN.DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMAD

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 03 - SEC.MUN.DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - SEMF
Unidade: 01 - SEC MUN DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Proj/Ativ: 04.123.0004.2018.0000 - Man.da Sec Mun de Finanças e Tributação
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMF

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 04 - SEC.MUN.DO TRAB.HAB.E ASSIST.SOCIAL- SEMTHAS
Unidade: 01 - SEC MUN DE TRAB.HABIT.E ASSIST.SOCIAL
Proj/Ativ: 08.244.0005.2027.0000 - Man.da Sec.de Trab.Habit.e Assistencia Social
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMTHAS

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 05 - SEC.MUN.DE SAÚDE - SEMUS
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj/Ativ: 10.301.0006.2045.0000 - Manut da Secretaria Municipal de Saúde
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMUS

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 06 - SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO-SEMEDC
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ: 12.361.0007.2120.0000 - MANUT.DO FUNDO MUN.DE EDUCAÇÃO
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMEDC

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 07 - SEC. MUN. DE OBRAS E SERV.URBANOS - SEMOS
Unidade: 01 - SEC MUN DE OBRAS E SERV URBANOS
Proj/Ativ: 15.452.0008.2081.0000 - MAN.DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMOS

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 08 - SEC.MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEMAGMA
Unidade: 01 - SEC.MUN.DE AGRIC.E MEIO AMBIENTE
Proj/Ativ: 20.605.0009.2096.0000 - Man. da Sec. Munic. de Agricultura
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMAGMA

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 09 - SEC.MUN.DE TURISMO E DESENV.ECONOMICO - SEMTUR
Unidade: 01 - SEC.MUN.DE TURISMO E DESENV.ECONOMICO
Proj/Ativ: 23.695.0010.2108.0000 - Man.da Sec.de Turismo e Desenvol. Economico
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMTUR

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 10 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIACHUELO
Unidade: 01 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
Proj/Ativ: 09.271.0011.2106.0000 - Manut. do Instituto de Prev. de Riachuelo/IPR
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral do IPR

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 11 - SEC.MUN DA JUVENT. ESPORTE E LAZER - SEMJEL
Unidade: 01 - SEC.MUN DA JUVENT.ESPORTE E LAZER
Proj/Ativ: 27.812.0013.2102.0000 - MAN.DAS SEC DE JUV EESP E LAZER
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEMJEL

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 12 - SEC MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade: 01 - SEC MUNICIPAL DE CULTURA
Proj/Ativ: 13.392.0022.2078.0000 - MAN.DA SEC DE CULTURA
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEC MUNICIPAL DE CULTURA

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 13 - SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE
Unidade: 01 - SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE
Proj/Ativ: 26.782.0019.2091.0000 - MAN.DA SEC DE TRANSPORTE
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 14 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade: 01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Proj/Ativ: 04.124.0017.2005.0000 - Manutenção da Controladoria Municipal
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da CGM

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 15 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade: 01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Proj/Ativ: 02.061.0016.2002.0000 - Manutenção da Procuradoria Municipal
Categoria: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
F.R: Orçamento Geral da PGM

VIGÊNCIA: 25/03/2026 à 25/03/2027.

LICITAÇÃO: adesão, em 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos da Ata de Registro de Preços nº 012/2025, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2025, gerenciada pelo Município de Bom Jesus/RN

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

ASSINATURAS:

Pela Contratante, JOÃO BASÍLIO NETO (Prefeito Municipal).

Pela Contratada, ANDERSON MAGNO ARRUDA DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:A6DCC12D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025, GERENCIADA PELO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do Município, opinando favoravelmente com a adesão, em 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos da Ata de Registro de Preços nº 012/2025, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2025, gerenciada pelo Município de Bom Jesus/RN, em que foram registrados os preços da empresa: **ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.003.806/0001-00, com sede na Rua Teófilo Barbosa De Lima, 96 - Centro, Tangara/RN – CEP: 59240-000**, cujo objeto é a: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas e equipamentos para eventos realizados pela Prefeitura Municipal, de acordo com o Art. 86, § 2°, incisos: I, II e III, da Lei Federal n° 14.133/2021, conforme descritivo abaixo:

LOTE 01 - INFRAESTRUTURA

Item da ATA	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	**SOM DE GRANDE PORTE**: COM 02 MESAS DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 10 AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 19 CAIXAS TIPO LINE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY; 19 CAIXAS PARA GRAVE MODELO SB 850, 04 AMPLIFICADORES PARA GRAVES DE NO MÍNIMO 5000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 3000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 1000 WALTSRMS CADA, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA, 02 MICROFONES SEM FIO, 15 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM O SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	20	**R$ 5.000,00**	**R$ 100.000,00**
02	**SOM PORTE MÉDIO**: 01 (UM) MESA DE 32 CANAIS BROTHERS OU SIMILAR, 01 PROCESSADOR DIGITAL IMPORTANDO, 01SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, 01 PAWERSUPLYFURMANNPL- 08, 1 MONITORES TIPO SPPOID IMPORTADOS, SM 400 OU CLAIR BROTHERS OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADORES DE 3000 WATS EM CADA PARA OS MONITORES, 01 AMPLIFICADORES DE PHONESBERINGER OITO CANAIS CADA MODELO POWER PLAY OU SIMILIAR, 04 CAIXA DE MÉDIO GRAVE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS, PARA SIDEFILL INDUSTRIALIZADO, 01 MONITOR PARA BATERIA COM NO MÍNIMO DOIS ALTO FALANTES DE 18 COM 800WATTS RMS SB850, 04 CAIXA DE SUBGRAVESSB 850 PARA SIDEFILL, 4 CAIXA TIPO LINEARRAY DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY COM COMPONENTES E IMPORTADOS E INDUSTRIALIZADO PARA SER UTILIZADO NO P.A. LER, 06 MICROFONES CONDENSADORES SHURE OU IMPORTADOS, 8 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS SHURE OU IMPORTADOS, 02 MICROFONES SHURE PARA VOZ SHURE OU IMPORTADOS, 04 MICROFONES PARA TONS SHURE OU IMPORTADOS, 01 MICROFONE PARA BUMBO SHURE OU IMPORTADO, 02 MICROFONES SEM FIO DA MARCA SHURE OU IMPORTADO, 10 PEDESTAIS DE MICROFONES EM DIVERSOS TAMANHOS, 8 GARRA DE MICROFONES 30 CABOS XLR, 10 DIRECT BOX PASSIVOS, 10 CABOS P10 MONO.	DIÁRIA	30	**R$ 3.000,00**	**R$ 90.000,00**
03	**SOM DE PEQUENO PORTE**: ESPECIFICAÇÃO: COM 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 12 CANAIS; AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 04 CAIXAS ATIVA, NO MÍNIMO 3.000RMS CADA; 02 MICROFONES SEM FIO, 04 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM OS SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	50	**R$ 200,00**	**R$ 10.000,00**
04	**MESA PLÁSTICA**: DEVERÁ TER AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMAS: -1 MESA PLÁSTICA QUADRADA NA COR BRANCA, MEDINDO 70 X 70 CM, EMPILHÁVEL. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	1.000	**R$ 2,00**	**R$ 2.000,00**
05	**CADEIRA PLÁSTICA**: PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA, SEM BRAÇO E CAPACIDADE PARA ATÉ 140KG, EMPILHÁVEL. AS CADEIRAS DEVERÃO POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR 14776:2001	UNIDADE	5.000	**R$ 4,80**	**R$ 24.000,00**
06	**PISO PLÁSTICO PARA EVENTOS**: PISO MOLDADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E IMPACTO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE PROTEÇÃO ANTICHAMAS, ENCAIXE INTERTRAVADO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, NA COR GRAFITE MÓDULO COM ESPESSURA DE 1,8CM. PISO EASYFLOOR.	METROS	10.000	**R$ 9,00**	**R$ 90.000,00**
07	**PALCO DE GRANDE PORTE**: MÍNIMO DE 14M DE FRENTE POR 10 M DE FUNDO, MÍNIMO 09 M DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTH-DAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	20	**R$ 6.000,00**	**R$ 120.000,00**
08	**PALCO DE MEDIO PORTE**: MEDINDO 10 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 8 METROS DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO- SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTHDAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, BEM COMO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	30	**R$ 2.500,00**	**R$ 75.000,00**
09	**PALCO DE PEQUENO PORTE**: 08,00X 06, 00 MT; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 08 (FRENTE) X 06 (FUNDO) METROS, COM PISO DE 0, 50 CM ATÉ 2,20 CM DO SOLO (DEPENDENDO DA NECESSIDADE DA PRODUÇÃO). OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	50	**R$ 1.800,00**	**R$ 90.000,00**
10	**TENDA 3X3**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 3M X 3M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	200	**R$ 138,00**	**R$ 27.600,00**
11	**TENDA 4X4**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 4M X 4M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	200	**R$ 156,00**	**R$ 31.200,00**
12	**TENDA 5X5**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 5M X 5M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	250	**R$ 204,00**	**R$ 51.000,00**
13	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 2 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	30	**R$ 293,00**	**R$ 8.790,00**
14	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 4 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	30	**R$ 398,00**	**R$ 11.940,00**
15	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO MÉDIO PORTE**: COM 16 BEAM 230/7R; 16 PAR LED 15WTS; 08 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12WTS; 04 STROBO DE LED, 01MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX5 C/02 MONITORES DE 21 TOUCH SCREEN ; 04 MINI BRUT DE 04 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS; 02 MÁQUINA DE FUMAÇA; 01 SISTEMA DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 01 DIMMER DE 12 CANAIS, 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA	DIÁRIA	30	**R$ 3.490,00**	**R$ 104.700,00**
16	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO GRANDE PORTE**: COM 22 BEAM POINT 280/10R; 22 BEAM 2307R, 16 BEY-E K10 WASH, 06 MOVINGH SPOT COM CYM E FACA 800W DE LED, 36 PAR LED 15W TS OUTDOOR; 18 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12 WTS; 12 STROBO RGB DE LED, 12 RIBALTAS P5, 10 COBY OUTDOOR 300W, 12 REFLETORES PAR 64, 02 CANHÃO SEGUIDORES 4400W, 02 MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX512 COM 02 MONITORES TOCH; 12 CALHA BRUT DE 02 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS; 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERCOM COM 04 PONTOS; 03 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 COM CIRCULADORES; 01 SISTEMA	DIÁRIA	20	**R$ 4.790,00**	**R$ 95.800,00**

	DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 02 DIMMER DE 12 CANAIS. 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA.				
17	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED ALTA P03** OUTDOOR: 6,00M X 3,00M; PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR) COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 108 X 108 PIXES, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS. COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO COMPOSTA POR COMPUTADOR OU TABLETE DE BOA QUALIDADE, SERVIDOR UNIVERSAL, MESA DE CORTE, 02 CÂMERAS, CABEAMENTO E OPERADORES NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, COM COMPUTADOR COMPATÍVEL COM O SISTEMA. CÂMERA DE VÍDEO COM TRIPÉ (COM OPERADOR) – CAPACIDADE MÍNIMA DE GRAVAÇÃO 1080/60P, DESIGNER ERGONÔMICO, LENTE GRANDE ANGULAR COM UMA DISTÂNCIA FOCAL MÍNIMA DE EQUIVALENTE EM 35MM A 28 MILÍMETROS, PERMITINDO ENCAIXAR MAIS PESSOAS E FUNDOS PARA O QUADROS DE NO MÍNIMO 21X ÓPTICO E 50X ZOOM INTELIGENTES QUE PERMITAM CAPTURA DE CENAS DE DIFÍCIL ACESSO, DE UM 1/4.5 DE ASSIM, PROPORCIONANDO IMAGENS NÍTIDAS, MESMO EM SITUAÇÕES DE POUCA LUZ.	DIÁRIA	100	**R$ 2.700,00**	**R$ 270.000,00**
18	**GERADOR 180KVA**: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 180 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, BEM COMO INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, E TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAL DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	50	**R$ 1.700,00**	**R$ 85.000,00**
19	**PRATICAVEIS**: TABLADO COM REGULAGEM DE 0,60 CENTIMETRO A 1,0 METROS DE ALTURA, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL E ACABAMENTO EM ESTRUTURA DE ALUMINIO NAS LATERAIS MEDINDO CADA PEÇA 1 METRO X 2 METROS (PRATICÁVEIS) COM ATERRAMENTO	UNIDADE	150	**R$ 87,00**	**R$ 13.050,00**
20	**PÓRTICO DE ENTRADA DIMENSÕES**: 10MT DE FRENTE X 4MT DE LARGURA X 6MT DE ALTURA, 06 PÉS, 04 ESPAÇOS 9MT X 1MT PARA 04 BANNERS, ESTRUTURADO EM ALUMÍNIO ADONISADO NA COR FOSCA, ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE SPOTS LIGHT. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	30	**R$ 1.899,00**	**R$ 56.970,00**
21	**GRID PARA ILUMINAÇAO GRANDE PORTE:** DIMENSÕES 14M X 10M X 6M DE ALTURA, EM ALUMÍNIO Q30. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	20	**R$ 2.000,00**	**R$ 40.000,00**
22	**GRID PARA ILUMINAÇÃO MEDIA**: NAS MEDIDAS DE 10 A 06 DE METROS DE LARGURA POR 06 A 08 DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 08 A 10 METROS DE ALTURA TODO EM BOX Q30 E Q 50.	DIÁRIA	30	**R$ 1.700,00**	**R$ 51.000,00**
23	**GRADE DE ISOLAMENTO**: DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2M X 1,30M, EM ALUMÍNIO OU FERRO. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TÉRMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	METROS	10.000	**R$ 10,00**	**R$ 100.000,00**
24	**CAMARIM**: EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM FECHAMENTO EM TS MEDINDO 4X4, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOTS DE ILUMINAÇÃO.	DIÁRIA	50	**R$ 1.125,00**	**R$ 56.250,00**
25	**LOCAÇÃO DE ESTAND**: EM ALUMÍNIO ANONIZADO, COM FECHAMENTO EM TS, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOT DE ILUMINAÇÃO.	METROS	1.000	**R$ 38,00**	**R$ 38.000,00**
26	**CAMAROTE** COM ACESSIBILIDADE MEDINDO 16 METROS DE FRENTE POR 4 METROS DE FUNDO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO MEDINDO 2,20 X 2,20 X 0,10, REVESTIDO COM MADEIRITE PLASTIFICADO ANTICHAMAS 18MM, APOIADO SOBRE COLUNAS DE 2,20M EM AÇO COM DIÂMETRO 2.7/8" X ¼ DE ESPESSURA, COBERTO COM TOLDO 12 X 12 EM AÇO GALVANIZADO E LONA BRANCA ANTIMOFO E ANTICHAMAS.	DIÁRIA	10	**R$ 2.000,00**	**R$ 20.000,00**
27	**TRELIÇAS EM ALUMÍNIO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TRELIÇAS EM BOX-TRUSS, FORMATO Q30, SENDO EM DURALUMÍNIO, COM PEÇAS DE 0,50M, 1M, 2M, 3M, 4M, SLEEV' S, CUBOS, CANTOS GRAU, PEÇAS CURVADAS, CUMEEIRAS, TALHAS, PARAFUSOS E PORCAS PARA MONTAGEM DOS MAIS DIVERSOS FORMATOS DE ESTRUTURA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNÍCIPIO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DA ESTRUTURA DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR PROPOSTO, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. DEVERÃO SER SEGUIDAS AS NORMAS TÉCNICAS DO CREA/RN E CBM. OBSERVAÇÕES: TODO ATERRAMENTO DEVERÁ SER FEITO SEGUINDO AS NORMAS E DIRETRIZES DO CORPO DE BOMBEIROS E ABNT. DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO. A EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM PROFISSIONAL TÉCNICO DURANTE O EVENTO PARA EVENTUAIS ACONTECIMENTOS INESPERADOS	METROS	2.500	**R$ 20,00**	**R$ 50.000,00**
28	**ARQUIBANCADA**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA, MEDINDO 30M DE LARGURA, COM 06 DEGRAUS, COM INICIO DO PRIMEIRO PISO DE NO MINIMO 1,20M DO NIVEL DO CHÃO, ASSENTOS CONFECCIONADOS EM CHAPAS DOBRADAS E COM REFORÇOS DE SEGURANÇA EM INTERVALOS MAXIMOS DE 20CM, COM ENCAIXES E FIXADORES NOS DEGRAUS COM PINOS OU PARAFUSOS, ESCADAS DE ACESSO COM 2,30M DE LARGURA E ESPELHOS DE DEGRAUS NO MAXIMO 15CM, PARAPEITO E CORRIMÕES NO MINIMO DE 1,10 DE ALTURA E INTERVALOS DE VAOS LIVRES DE NO MAXIMO 15CM COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO INFORMANDO A CAPACIDADE DE PESSOAS. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	DIÁRIA	10	**R$ 3.000,00**	**R$ 30.000,00**
29	**PLACAS DE FECHAMENTO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLACAS DE FECHAMENTO, EM ESTRUTURA METÁLICA DE FERROU OU ALUMÍNIO ONDULADO DE 12MM, COM MOLDURA EM FERRO CANTONEIRA, TIPO L OU U, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,20M DE COMPRIMENTO POR 2,20M DE ALTURA. COM GARRAS PARA FIXAÇÃO ENTRE ABAS E PÉS PARA FIXAÇÃO AO SOLO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	METROS	2.000	**R$ 8,00**	**R$ 16.000,00**
30	**LOCAÇÃO DE PAVILHÃO**: EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO OU ALUMÍNIO, PÉ DIREITO DE 03 A 05 METROS DE ALTURA, COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, MODELO 02 ÁGUAS.	METROS	2.500	**R$ 20,00**	**R$ 50.000,00**
31	**BARRICADA DE ALUMINIO – 1M X 1M** - LEVE, RESISTENTE À CORROSÃO, COM BASE ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO VISÍVEL PARA SINALIZAÇÃO.	METROS	2.500	**R$ 10,00**	**R$ 25.000,00**

LOTE 02 - BANHEIROS QUIMÍCOS

Item da ATA	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	**BANHEIROS QUÍMICOS**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA INTERIOR, 1,20M DE PROFUNDIDADE, 1,20M DE LARGURA E 0,5M DE ALTURA DO ASSENTO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	400	**R$ 129,00**	**R$ 51.600,00**
02	**BANHEIROS QUÍMICOS PNE**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, PROJETADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, INCLUINDO CADEIRANTES, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E	UNIDADE	100	**R$ 199,00**	**R$ 19.900,00**

	DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).				

Riachuelo/RN, 25 de março de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:D09AB673

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - N° 91003/2026

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório
Município de Rodolfo Fernandes
Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 91003/2026 – Processo N° 21010002/2026 Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)

O(A) Município de Rodolfo Fernandes, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 21010002/2026, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 91003/2026, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 12000**
Quantidade:	**15 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 12K INV**
Valor Unitário:	**R$ 1.886,00**
Valor Total:	**R$ 28.290,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 13**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 28.290,00**

Número do Lote: 2	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 2	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 18000**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**VIX / VIX / VIX INVERTER / AS-18UW2RMADK00 18 INV QUENTE E FRIO**
Valor Unitário:	**R$ 2.681,53**
Valor Total:	**R$ 26.815,30**
Participante Vencedor:	**FRIOVIX COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**09.316.105/0018-77**
Cidade UF:	**Manaus - AM**

Valor total Contratado:	**R$ 26.815,30**

Número do Lote: 3	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 3	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 24000**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 24K INV**
Valor Unitário:	**R$ 3.450,00**
Valor Total:	**R$ 34.500,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 12**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 34.500,00**

Número do Lote: 4	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 4	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR-CONDICIONADO DE 30.000**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 30K INV**

Valor Unitário:	**R$ 4.565,50**
Valor Total:	**R$ 22.827,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 11**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 22.827,50**

Número do Lote: 5	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 5	
Objeto da Licitação:	**ARMÁRIO MULTIUSO COM 02 DUAS PORTAS**
Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - 409SL**
Valor Unitário:	**R$ 878,00**
Valor Total:	**R$ 26.340,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**

Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 26.340,00**

Número do Lote: 6	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 6	
Objeto da Licitação:	**ARQUIVO EM AÇO COM 04 QUATRO GAVETAS EM CHAPA DE AÇO**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - APOF4SLM**
Valor Unitário:	**R$ 863,00**
Valor Total:	**R$ 8.630,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 8.630,00**

Número do Lote: 7	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 7	
Objeto da Licitação:	**ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - EP6BR-VU**
Valor Unitário:	**R$ 289,24**
Valor Total:	**R$ 14.462,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 14.462,00**

Número do Lote: 8	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 8	
Objeto da Licitação:	**LONGARINA DE 3 LUGARES ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 649,99**
Valor Total:	**R$ 12.999,80**

Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 12.999,80**

Número do Lote: 9	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 9	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA ERGONÔMICA FIXA**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 149,99**
Valor Total:	**R$ 7.499,50**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.499,50**

Número do Lote: 10	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 10	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 498,99**
Valor Total:	**R$ 4.989,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 4.989,90**

Número do Lote: 11	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 11	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 399,99**

Valor Total:	**R$ 7.999,80**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.999,80**

Número do Lote: 12	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 12	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA ERGONÓMICA**
Quantidade:	**3 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 749,99**
Valor Total:	**R$ 2.249,97**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.249,97**

Número do Lote: 13	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 13	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE:**
Quantidade:	**3 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 1.690,00**
Valor Total:	**R$ 5.070,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 5.070,00**

Número do Lote: 14	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 14	
Objeto da Licitação:	**MESA DE REUNIÃO OVAL COM 900 MM LARGURA X 2500 MM**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**

Marca:	**Martinucce**
Valor Unitário:	**R$ 1.200,00**
Valor Total:	**R$ 6.000,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 6.000,00**

Número do Lote: 15	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 15	
Objeto da Licitação:	**MESA PARA COMPUTADOR C/ 2 GAVETAS E TECLADO REBAIXADO**
Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**Martinucce**

Valor Unitário:	**R$ 449,99**
Valor Total:	**R$ 13.499,70**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 13.499,70**

Número do Lote: 16	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 16	
Objeto da Licitação:	**CAIXA DE SOM COM PEDESTAL**
Quantidade:	**4 Unidade(s)**
Marca:	**MONDIAL**
Valor Unitário:	**R$ 685,00**
Valor Total:	**R$ 2.740,00**
Participante Vencedor:	**JOSE EDISMAR BEZERRA ME**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**02.138.075/0001-69**
Cidade UF:	**Água Nova - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.740,00**

Número do Lote: 17	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 17	
Objeto da Licitação:	**CELULAR SMARTPHONE**

Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**MOTOROLA**
Valor Unitário:	**R$ 716,99**
Valor Total:	**R$ 21.509,70**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 6**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 21.509,70**

Número do Lote: 18	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 18	
Objeto da Licitação:	**MICRO ONDAS COM CAPACIDADE MINIMA DE 20L**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**MONDIAL**
Valor Unitário:	**R$ 580,00**
Valor Total:	**R$ 2.900,00**
Participante Vencedor:	**M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**07.610.338/0001-04**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.900,00**

Número do Lote: 19	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 19	
Objeto da Licitação:	**GELADEIRA 573 LITROS FROST FREE, CAPACIDADE DE 573 LITROS, 2 PORTAS COR: BRANCA**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**BRASTEMP BRE85MB**
Valor Unitário:	**R$ 7.328,00**
Valor Total:	**R$ 36.640,00**
Participante Vencedor:	**NADJA MARINA PIRES**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**12.130.958/0001-86**
Cidade UF:	**Brasília - DF**
Valor total Contratado:	**R$ 36.640,00**

Número do Lote: 20	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**

Item 20	
Objeto da Licitação:	**MICROFONE SEM FIO**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**KSR**
Valor Unitário:	**R$ 550,00**
Valor Total:	**R$ 2.750,00**
Participante Vencedor:	**M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**07.610.338/0001-04**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.750,00**

Número do Lote: 21	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 21	
Objeto da Licitação:	**QUADRO BRANCO IV**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**souza**
Valor Unitário:	**R$ 359,00**
Valor Total:	**R$ 3.590,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 3.590,00**

Número do Lote: 22	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 22	
Objeto da Licitação:	**VENTILADOR OSCILANTE DE PAREDE 60CM - GRADE DE AÇO.**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**VENTISOL/SKU 543**
Valor Unitário:	**R$ 247,99**
Valor Total:	**R$ 4.959,80**
Participante Vencedor:	**Barra Atacadista e Varejista Ltda**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**53.512.423/0001-57**
Cidade UF:	**Barra de São Francisco - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 4.959,80**

Número do Lote: 23	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 23	
Objeto da Licitação:	**COMPUTADOR DE MESA COMPLETO**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**hq**
Valor Unitário:	**R$ 3.100,00**
Valor Total:	**R$ 62.000,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 8**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 62.000,00**

Número do Lote: 24	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 24	
Objeto da Licitação:	**ARMARIO AEREO DE COZINHA**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**colormaq**
Valor Unitário:	**R$ 347,99**
Valor Total:	**R$ 1.739,95**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 1.739,95**

Número do Lote: 25	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 25	
Objeto da Licitação:	**BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO REFRIGERADO POR COMPRESSOR NA COR BRANCO 220V DIMENSOES MINIMAS DE: 31,5X100,5X31,5 LXAXP**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**ESMALTEC - EGC35B**
Valor Unitário:	**R$ 723,35**
Valor Total:	**R$ 7.233,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 8**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**

Valor total Contratado:	**R$ 7.233,50**

Número do Lote: 26	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 26	
Objeto da Licitação:	**FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS COM FORNO, BAIXA PRESSÃO, PERFIL 5, COM 3 QUEIMADORES SIMPLES E 3 QUEIMADORES DUPLOS**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**ITAJOBI - 6BC/CF**
Valor Unitário:	**R$ 1.462,65**

Valor Total:	**R$ 7.313,25**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 7.313,25**

Número do Lote: 27	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 27	
Objeto da Licitação:	**FREEZER HORIZONTAL DUAS PORTAS COM CAPACIDADE LIQUIDA MINIMA DE 534 LITROS VOLTAGEM 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**CONSUL - CHB53**
Valor Unitário:	**R$ 4.128,50**
Valor Total:	**R$ 20.642,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 20.642,50**

Número do Lote: 28	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 28	
Objeto da Licitação:	**LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 2 LITROS COPO EM INOX 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**colombo**
Valor Unitário:	**R$ 449,99**
Valor Total:	**R$ 2.249,95**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**

Apelido utilizado na sala:	**Participante 10**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.249,95**

Número do Lote: 29	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 29	
Objeto da Licitação:	**MESA PRA ESCRITÓRIO COM 02 GAVETAS COM TAMPO EM MDP E PÉS EM AÇO**
Quantidade:	**40 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - MX120 C/02 GAV**
Valor Unitário:	**R$ 400,20**
Valor Total:	**R$ 16.008,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 16.008,00**

Número do Lote: 30	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 30	
Objeto da Licitação:	**SANDUICHEIRA/GRILL ANTIADERENTE 220V COM POTENCIA MINIMA DE 750W**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**KIAN**
Valor Unitário:	**R$ 77,97**
Valor Total:	**R$ 779,70**
Participante Vencedor:	**JOSE EDISMAR BEZERRA ME**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**02.138.075/0001-69**
Cidade UF:	**Água Nova - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 779,70**

Número do Lote: 31	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 31	
Objeto da Licitação:	**SMART TV LED 55 TELA DE 55 POLEGADAS, USB DIVX HD, SMART MOBILE LINK, RESOLUÇÃO FULL HD, TV LED**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**EFL**

Valor Unitário:	**R$ 2.344,00**
Valor Total:	**R$ 23.440,00**
Participante Vencedor:	**INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**28.706.488/0001-96**
Cidade UF:	**Taió - SC**
Valor total Contratado:	**R$ 23.440,00**

Número do Lote: 32	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 32	
Objeto da Licitação:	**NOTEBOOKS INTEL I3 13ª GERAÇÃO OU RYZEN 3 EQUIVALENTE**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**VAIO**
Valor Unitário:	**R$ 3.000,00**
Valor Total:	**R$ 60.000,00**
Participante Vencedor:	**INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**28.706.488/0001-96**
Cidade UF:	**Taió - SC**
Valor total Contratado:	**R$ 60.000,00**

Número do Lote: 33	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 33	
Objeto da Licitação:	**CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**Cajovil**
Valor Unitário:	**R$ 689,99**
Valor Total:	**R$ 6.899,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 7**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 6.899,90**

Número do Lote: 34	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 34	
Objeto da Licitação:	**FRAGMENTADORA DE PAPEL**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**

Marca:	**3Atech/ OF2030-P4**
Valor Unitário:	**R$ 1.440,00**
Valor Total:	**R$ 28.800,00**
Participante Vencedor:	**LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**54.860.605/0001-81**
Cidade UF:	**Londrina - PR**
Valor total Contratado:	**R$ 28.800,00**

Número do Lote: 35	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 35	
Objeto da Licitação:	**ESTAÇÃO DE ESTUDO INDIVIDUAL**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**Martinucce**
Valor Unitário:	**R$ 1.299,00**
Valor Total:	**R$ 25.980,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 25.980,00**

Número do Lote: 36	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 36	
Objeto da Licitação:	**MÁQUINA LAVAR ROUPA E SECADORA**
Quantidade:	**2 Unidade(s)**
Marca:	**colormaq**
Valor Unitário:	**R$ 7.999,00**
Valor Total:	**R$ 15.998,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 15.998,00**

Número do Lote: 37	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 37	
Objeto da Licitação:	

	MAQUINAS DE LAVAR ROUPAS AUTOMATICA
Quantidade:	**2 Unidade(s)**
Marca:	**MIDEA WAVE AGITATOR**

Valor Unitário:	**R$ 1.629,00**
Valor Total:	**R$ 3.258,00**
Participante Vencedor:	**TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**21.613.975/0001-65**
Cidade UF:	**Serra - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 3.258,00**

Número do Lote: 38	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 38	
Objeto da Licitação:	**BEBEDOURO INDUSTRIAL, EM AÇO INOX, COM 04 TORNEIRAS**
Quantidade:	**4 Unidade(s)**
Marca:	**ECOBLU E200**
Valor Unitário:	**R$ 2.800,00**
Valor Total:	**R$ 11.200,00**
Participante Vencedor:	**TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**21.613.975/0001-65**
Cidade UF:	**Serra - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 11.200,00**

Número do Lote: 39	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 39	
Objeto da Licitação:	**CAMA BOX INDIVIDUAL**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**ortobom**
Valor Unitário:	**R$ 799,99**
Valor Total:	**R$ 7.999,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.999,90**

Número do Lote: 40	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**

Item 40	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA SECRETÁRIA GIRATORIA**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 210,00**
Valor Total:	**R$ 10.500,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 10.500,00**

Número do Lote: 41	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 41	
Objeto da Licitação:	**FREEZER HORIZONTAL UMA PORTA COM CAPACIDADE LIQUIDA MINIMA DE 309 LITROS VOLTAGEM 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**FRICON - HCED311**
Valor Unitário:	**R$ 2.626,60**
Valor Total:	**R$ 13.133,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 6**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 13.133,00**

Rodolfo Fernandes - RN, 17 de Março de 2026 as 9 horas e 54 minutos Promotor: Município de Rodolfo Fernandes, Unidade de Compra: Município de Rodolfo Fernandes

Assinatura

Autoridade Competente: Ana Claudia Almeida Cavalcante

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:CD111C69

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - N° 91003/2026

Termo de Homologação de Processo Licitatório

Município de Rodolfo Fernandes
Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 91003/2026 – Processo N° 21010002/2026

A Autoridade Competente da(o) Município de Rodolfo Fernandes, Sr.(a) Ana Claudia Almeida Cavalcante, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)), após exame e deliberação do processo administrativo N° 21010002/2026, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 91003/2026, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 12000**
Quantidade:	**15 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 12K INV**
Valor Unitário:	**R$ 1.886,00**
Valor Total:	**R$ 28.290,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 13**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 28.290,00**

Número do Lote: 2	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 2	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 18000**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**VIX / VIX / VIX INVERTER / AS-18UW2RMADK00 18 INV QUENTE E FRIO**
Valor Unitário:	**R$ 2.681,53**
Valor Total:	**R$ 26.815,30**
Participante Vencedor:	**FRIOVIX COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA**
Apelido:	**Participante 5**

Documento do Licitante:	**09.316.105/0018-77**
Cidade UF:	**Manaus - AM**
Valor total Contratado:	**R$ 26.815,30**

Número do Lote: 3	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 3	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR CONDICIONADO DE 24000**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 24K INV**
Valor Unitário:	**R$ 3.450,00**
Valor Total:	**R$ 34.500,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 12**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 34.500,00**

Número do Lote: 4	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 4	
Objeto da Licitação:	**APARELHO AR-CONDICIONADO DE 30.000**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**VIX - 30K INV**
Valor Unitário:	**R$ 4.565,50**
Valor Total:	**R$ 22.827,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 11**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 22.827,50**

Número do Lote: 5	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 5	
Objeto da Licitação:	**ARMÁRIO MULTIUSO COM 02 DUAS PORTAS**
Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - 409SL**
Valor Unitário:	**R$ 878,00**
Valor Total:	**R$ 26.340,00**
	M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA

Participante Vencedor:	
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 26.340,00**

Número do Lote: 6	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 6	
Objeto da Licitação:	**ARQUIVO EM AÇO COM 04 QUATRO GAVETAS EM CHAPA DE AÇO**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - APOF4SLM**
Valor Unitário:	**R$ 863,00**
Valor Total:	**R$ 8.630,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 8.630,00**

Número do Lote: 7	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 7	
Objeto da Licitação:	**ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - EP6BR-VU**
Valor Unitário:	**R$ 289,24**
Valor Total:	**R$ 14.462,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 14.462,00**

Número do Lote: 8	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 8	
Objeto da Licitação:	**LONGARINA DE 3 LUGARES ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**

Valor Unitário:	**R$ 649,99**
Valor Total:	**R$ 12.999,80**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 12.999,80**

Número do Lote: 9	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 9	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA ERGONÔMICA FIXA**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 149,99**
Valor Total:	**R$ 7.499,50**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.499,50**

Número do Lote: 10	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 10	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 498,99**
Valor Total:	**R$ 4.989,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 4.989,90**

Número do Lote: 11	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 11	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**

Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 399,99**
Valor Total:	**R$ 7.999,80**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.999,80**

Número do Lote: 12	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 12	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA ERGONÓMICA**
Quantidade:	**3 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 749,99**
Valor Total:	**R$ 2.249,97**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.249,97**

Número do Lote: 13	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 13	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE:**
Quantidade:	**3 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 1.690,00**
Valor Total:	**R$ 5.070,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 5.070,00**

Número do Lote: 14	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 14	

Objeto da Licitação:	**MESA DE REUNIÃO OVAL COM 900 MM LARGURA X 2500 MM**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**Martinucce**
Valor Unitário:	**R$ 1.200,00**
Valor Total:	**R$ 6.000,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 6.000,00**

Número do Lote: 15	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 15	
Objeto da Licitação:	**MESA PARA COMPUTADOR C/ 2 GAVETAS E TECLADO REBAIXADO**
Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**Martinucce**
Valor Unitário:	**R$ 449,99**
Valor Total:	**R$ 13.499,70**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 13.499,70**

Número do Lote: 16	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 16	
Objeto da Licitação:	**CAIXA DE SOM COM PEDESTAL**
Quantidade:	**4 Unidade(s)**
Marca:	**MONDIAL**
Valor Unitário:	**R$ 685,00**
Valor Total:	**R$ 2.740,00**
Participante Vencedor:	**JOSE EDISMAR BEZERRA ME**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**02.138.075/0001-69**
Cidade UF:	**Água Nova - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.740,00**

Número do Lote: 17	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**

Item 17	
Objeto da Licitação:	**CELULAR SMARTPHONE**
Quantidade:	**30 Unidade(s)**
Marca:	**MOTOROLA**
Valor Unitário:	**R$ 716,99**
Valor Total:	**R$ 21.509,70**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 6**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**

Valor total Contratado:	**R$ 21.509,70**

Número do Lote: 18	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 18	
Objeto da Licitação:	**MICRO ONDAS COM CAPACIDADE MINIMA DE 20L**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**MONDIAL**
Valor Unitário:	**R$ 580,00**
Valor Total:	**R$ 2.900,00**
Participante Vencedor:	**M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**07.610.338/0001-04**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.900,00**

Número do Lote: 19	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 19	
Objeto da Licitação:	**GELADEIRA 573 LITROS FROST FREE, CAPACIDADE DE 573 LITROS, 2 PORTAS COR: BRANCA**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**BRASTEMP BRE85MB**
Valor Unitário:	**R$ 7.328,00**
Valor Total:	**R$ 36.640,00**
Participante Vencedor:	**NADJA MARINA PIRES**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**12.130.958/0001-86**
Cidade UF:	**Brasília - DF**
Valor total Contratado:	**R$ 36.640,00**

Número do Lote: 20	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 20	
Objeto da Licitação:	**MICROFONE SEM FIO**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**KSR**
Valor Unitário:	**R$ 550,00**
Valor Total:	**R$ 2.750,00**
Participante Vencedor:	**M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA**
Apelido:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**07.610.338/0001-04**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.750,00**

Número do Lote: 21	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 21	
Objeto da Licitação:	**QUADRO BRANCO IV**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**souza**
Valor Unitário:	**R$ 359,00**
Valor Total:	**R$ 3.590,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 3.590,00**

Número do Lote: 22	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 22	
Objeto da Licitação:	**VENTILADOR OSCILANTE DE PAREDE 60CM - GRADE DE AÇO.**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**VENTISOL/SKU 543**
Valor Unitário:	**R$ 247,99**
Valor Total:	**R$ 4.959,80**
Participante Vencedor:	**Barra Atacadista e Varejista Ltda**
Apelido:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**53.512.423/0001-57**
Cidade UF:	**Barra de São Francisco - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 4.959,80**

Número do Lote: 23	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 23	
Objeto da Licitação:	**COMPUTADOR DE MESA COMPLETO**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**hq**
Valor Unitário:	**R$ 3.100,00**
Valor Total:	**R$ 62.000,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 8**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 62.000,00**

Número do Lote: 24	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 24	
Objeto da Licitação:	**ARMARIO AEREO DE COZINHA**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**colormaq**
Valor Unitário:	**R$ 347,99**
Valor Total:	**R$ 1.739,95**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 1.739,95**

Número do Lote: 25	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 25	
Objeto da Licitação:	**BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO REFRIGERADO POR COMPRESSOR NA COR BRANCO 220V DIMENSOES MINIMAS DE: 31,5X100,5X31,5 LXAXP**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**ESMALTEC - EGC35B**
Valor Unitário:	**R$ 723,35**
Valor Total:	**R$ 7.233,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 8**

Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 7.233,50**

Número do Lote: 26	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 26	
Objeto da Licitação:	**FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS COM FORNO, BAIXA PRESSÃO, PERFIL 5, COM 3 QUEIMADORES SIMPLES E 3 QUEIMADORES DUPLOS**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**ITAJOBI - 6BC/CF**
Valor Unitário:	**R$ 1.462,65**
Valor Total:	**R$ 7.313,25**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 7.313,25**

Número do Lote: 27	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 27	
Objeto da Licitação:	**FREEZER HORIZONTAL DUAS PORTAS COM CAPACIDADE LIQUIDA MINIMA DE 534 LITROS VOLTAGEM 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**CONSUL - CHB53**
Valor Unitário:	**R$ 4.128,50**
Valor Total:	**R$ 20.642,50**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 20.642,50**

Número do Lote: 28	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 28	
Objeto da Licitação:	**LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 2 LITROS COPO EM INOX 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**colombo**
Valor Unitário:	**R$ 449,99**
Valor Total:	**R$ 2.249,95**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**

Apelido:	**Participante 10**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 2.249,95**

Número do Lote: 29	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 29	
Objeto da Licitação:	**MESA PRA ESCRITÓRIO COM 02 GAVETAS COM TAMPO EM MDP E PÉS EM AÇO**
Quantidade:	**40 Unidade(s)**
Marca:	**PANDIN - MX120 C/02 GAV**
Valor Unitário:	**R$ 400,20**
Valor Total:	**R$ 16.008,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**
Cidade UF:	**São Bento - PB**

Valor total Contratado:	**R$ 16.008,00**

Número do Lote: 30	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 30	
Objeto da Licitação:	**SANDUICHEIRA/GRILL ANTIADERENTE 220V COM POTENCIA MINIMA DE 750W**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**KIAN**
Valor Unitário:	**R$ 77,97**
Valor Total:	**R$ 779,70**
Participante Vencedor:	**JOSE EDISMAR BEZERRA ME**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**02.138.075/0001-69**
Cidade UF:	**Água Nova - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 779,70**

Número do Lote: 31	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 31	
Objeto da Licitação:	**SMART TV LED 55 TELA DE 55 POLEGADAS, USB DIVX HD, SMART MOBILE LINK, RESOLUÇÃO FULL HD, TV LED**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**

Marca:	**EFL**
Valor Unitário:	**R$ 2.344,00**
Valor Total:	**R$ 23.440,00**
Participante Vencedor:	**INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**28.706.488/0001-96**
Cidade UF:	**Taió - SC**
Valor total Contratado:	**R$ 23.440,00**

Número do Lote: 32	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 32	
Objeto da Licitação:	**NOTEBOOKS INTEL I3 13ª GERAÇÃO OU RYZEN 3 EQUIVALENTE**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**VAIO**
Valor Unitário:	**R$ 3.000,00**
Valor Total:	**R$ 60.000,00**
Participante Vencedor:	**INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA**
Apelido:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**28.706.488/0001-96**
Cidade UF:	**Taió - SC**
Valor total Contratado:	**R$ 60.000,00**

Número do Lote: 33	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 33	
Objeto da Licitação:	**CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**Cajovil**
Valor Unitário:	**R$ 689,99**
Valor Total:	**R$ 6.899,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 7**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 6.899,90**

Número do Lote: 34	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 34	
Objeto da Licitação:	

	FRAGMENTADORA DE PAPEL
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**3Atech/ OF2030-P4**
Valor Unitário:	**R$ 1.440,00**
Valor Total:	**R$ 28.800,00**
Participante Vencedor:	**LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA LTDA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**54.860.605/0001-81**
Cidade UF:	**Londrina - PR**
Valor total Contratado:	**R$ 28.800,00**

Número do Lote: 35	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 35	
Objeto da Licitação:	**ESTAÇÃO DE ESTUDO INDIVIDUAL**
Quantidade:	**20 Unidade(s)**
Marca:	**Martinucce**
Valor Unitário:	**R$ 1.299,00**
Valor Total:	**R$ 25.980,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**

Apelido:	**Participante 2**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 25.980,00**

Número do Lote: 36	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 36	
Objeto da Licitação:	**MÁQUINA LAVAR ROUPA E SECADORA**
Quantidade:	**2 Unidade(s)**
Marca:	**colormaq**
Valor Unitário:	**R$ 7.999,00**
Valor Total:	**R$ 15.998,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 4**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 15.998,00**

Número do Lote: 37	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**

Item 37	
Objeto da Licitação:	**MAQUINAS DE LAVAR ROUPAS AUTOMATICA**
Quantidade:	**2 Unidade(s)**
Marca:	**MIDEA WAVE AGITATOR**
Valor Unitário:	**R$ 1.629,00**
Valor Total:	**R$ 3.258,00**
Participante Vencedor:	**TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO**
Apelido:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**21.613.975/0001-65**
Cidade UF:	**Serra - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 3.258,00**

Número do Lote: 38	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 38	
Objeto da Licitação:	**BEBEDOURO INDUSTRIAL, EM AÇO INOX, COM 04 TORNEIRAS**
Quantidade:	**4 Unidade(s)**
Marca:	**ECOBLU E200**
Valor Unitário:	**R$ 2.800,00**
Valor Total:	**R$ 11.200,00**
Participante Vencedor:	**TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO**
Apelido:	**Participante 1**
Documento do Licitante:	**21.613.975/0001-65**
Cidade UF:	**Serra - ES**
Valor total Contratado:	**R$ 11.200,00**

Número do Lote: 39	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 39	
Objeto da Licitação:	**CAMA BOX INDIVIDUAL**
Quantidade:	**10 Unidade(s)**
Marca:	**ortobom**
Valor Unitário:	**R$ 799,99**
Valor Total:	**R$ 7.999,90**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 3**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 7.999,90**

Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 40	
Objeto da Licitação:	**CADEIRA SECRETÁRIA GIRATORIA**
Quantidade:	**50 Unidade(s)**
Marca:	**frisokar**
Valor Unitário:	**R$ 210,00**
Valor Total:	**R$ 10.500,00**
Participante Vencedor:	**D F DE S SILVA**
Apelido:	**Participante 5**
Documento do Licitante:	**04.599.190/0001-66**
Cidade UF:	**Pau dos Ferros - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 10.500,00**

Número do Lote: 41	
Finalidade da Licitação:	**Registro de Preços de Serviços**
Item 41	
Objeto da Licitação:	**FREEZER HORIZONTAL UMA PORTA COM CAPACIDADE LIQUIDA MINIMA DE 309 LITROS VOLTAGEM 220V**
Quantidade:	**5 Unidade(s)**
Marca:	**FRICON - HCED311**
Valor Unitário:	**R$ 2.626,60**
Valor Total:	**R$ 13.133,00**
Participante Vencedor:	**M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS LTDA**
Apelido:	**Participante 6**
Documento do Licitante:	**21.062.777/0001-50**

Cidade UF:	**São Bento - PB**
Valor total Contratado:	**R$ 13.133,00**

Rodolfo Fernandes - RN, 17 de Março de 2026 as 9 horas e 55 minutos
Assinatura
Autoridade Competente: Ana Claudia Almeida Cavalcante, Promotor: Município de Rodolfo Fernandes,
Unidade de Compra: Município de Rodolfo Fernandes

Publicado por:
Nildemarcio Bezerra
Código Identificador:1A9C6EE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 – SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2983/2025 – PMSM.

Aos 12/01/2026, o**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.438/0001-93, com sede na Av. Presidente Juscelino, 461, Centro, Santa Maria/RN, CEP nº 59 464-000, neste ato representado por seu Prefeito o Sr.**Raniery Soares Câmara**, inscrito no CPF sob nº 874.513.104-00, neste ato denominado como**ÓRGÃO GERENCIADOR**e do outro lado a(s) empresa**AUDAX CAMINHOES LTDA.**inscrito no CNPJ sob n° 57.723.696/0001-00 com endereço na ROD BR 101, ZONA DE EXPANSÃO 114,5 - ANEXO, nº 116, Bairro:LOTEAMENTO ENGENHOTABORDA , São José de Mipibu / RN , CEP: 59162-000 , neste ato representadopeloSr. (a)**ANNE SHIRLEY DA SILVA LIMA NASCIMENTO**, inscrito no CPF sob n° 969.454.605-25, neste ato denominado como**ÓRGÃOFORNECEDOR**, em face da classificação da proposta apresentada noPregão Eletrônicopara Registro de Preços N° 16/2025,nos Lei n° 14.133/21 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada noPregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2025,**RESOLVE**registrar os preços para (objetolicitado), tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Fornecedor: **AUDAX CAMINHOES LTDA.**		
CNPJ: **57.723.696/0001-00**	Telefone: **1126147679**	Email: **admlicitacoesrn@outlook.com**
Endereço: **ROD BR 101, ZONA DE EXPANSÃO 114,5 - ANEXO, 116., LOTEAMENTO ENGENHOTABORDA, São José de Mipibu/RN, CEP: 59162-000**		
Representante: **ANNE SHIRLEY DA SILVA LIMA NASCIMENTO** - CPF: **969.454.605-25**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0010427 - Caminhão compactador de lixo - novo, ano de fabricação corrente, cor branca, equipado com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 185 Cv ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, ar condicionado original instalado pela fábrica, sistema completo de som, direção hidráulica, lameiro de borracha, PBT MÍNIMO LEGAL de 14000 kg e carga útil técnica de 8800 kg, com COLETOR COMPACTADOR de resíduos sólidos, novo, montado, capacidade da caixa de compactação mínima de 12 m³, comandos hidráulicos acionados por alavancas na parte traseira para abertura, descarga e fechamento. Os comandos deverão possuir sistema de destrave automático. Sinalização sonora de marcha a ré, bomba de acionamento acoplada diretamente à tomada de força do chassi ou por meio de cardã, fabricado em chapa de aço com tratamento de pintura anticorrosiva à base de resinas poliuretano, trava e destrava manual da estrutura da porta traseira acionado por cilindros hidráulicos, placa transportadora dotadas de guias articuladas, com patins fabricados em polímero de alta durabilidade e resistência (UHMW) auto lubrificantes, placa transportadora e compactadora equipadas com 02 cilindros por placa. Ângulo de inclinação máximo de 75º entre o assoalho da caixa de carga e o quadro da tampa traseira, índice de compactação mínimo de 450kg/ m³, caixa de chorume com capacidade mínima de 90 litros, lateral da caixa de carga em chapa lisa e sem emendas, escudo ejetor acionado por cilindro telescópico de dupla ação, plataforma traseira para mínimo 04 pessoas, garras de sustentação para operadores, iluminação na praça de carga traseira para trabalho noturno, acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria. Adequação do entre eixos otimizando transferência de peso para o eixo dianteiro, para evitar tombamento. Acompanha o veículo: macaco, chave de rodas, triângulo de sinalização, pneu estepe e suporte para estepe, manuais de bordo, faixas refletivas, chave geral para baterias, caixa/dispositivo protetor de baterias e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. O VEÍCULO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE - PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES. O item deve atender em totalidade a norma regulamentadora NR38. O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RN na categoria particular, com taxas e impostos quitados, incluindo emplacamento, licenciamento e IPVA. Com logomarca da Prefeitura Municipal de Santa Maria em local visível, conforme modelo no edital. Combustível: tanque cheio. Assistência Técnica Autorizada para o bem ofertado, tanto para o veículo como para o equipamento, no Estado de entrega. O caminhão deve ser acompanhado de manual de operação/manutenção (inclusive implemento). O veículo deverá ter garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal contada da entrega a partir da entrega.	iveco	UNIDADE	2,000000	514.980,000	1.029.960,00

Valor total: R$ 1.029.960,00, (um milhão, vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais).

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de SANTA MARIA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 (trinta) dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
fraudar a licitação
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
induzir deliberadamente a erro no julgamento;
apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
advertência;
multa;
impedimento de licitar e contratar e
declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida.
as peculiaridades do caso concreto.
as circunstâncias agravantes ou atenuantes
os danos que dela provierem para a Administração Pública
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 (doze) meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão EletrônicoNº 16/2025 – SRP** e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 004/2021 e Decreto Municipal nº 002/2025 e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de SANTA MARIA/RN, com exclusão de qualquer outro.

Santa Maria/RN, 12 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Santa Maria
CNPJ nº: 01.612.438/0001-93
Órgão Gerenciador
RANIERY SOARES CAMARA
Prefeito Municipal

Audax Caminhoes LTDA.
CNPJ nº: 57.723.696/0001-00
Órgão Fornecedor
ANNE SHIRLEY DA SILVA LIMA NASCIMENTO
Representante

Publicado por:
Juecy Fernandes Aurino da Silva
Código Identificador:E6A66F31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 708/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - *Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; com alteração de valor (Vide Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025) para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);*

Considerando a demanda formalizada, a estimativa de despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via Dispensa de Licitação, posto que:

O valor está adequado ao teto estabelecido bem como também em conformidade com o que diz a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

Não foi despendido pela Prefeitura Municipal, neste exercício financeiro, nenhuma outra despesa desse mesmo objeto descartando assim qualquer possibilidade de fracionamento para a referida contratação conforme na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO FÁRMACO IMUNOGLOBULINA ANTI RH (D),** destinados as Gestantes identificadas com RH negativo durante o Pré-Natal.		
FORNECEDOR	**CNPJ**	**DADOS DA EMPRESA**	**VALOR GLOBAL**
	18.588.224/0001-21	**NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA,** com sede à Rua Tuiuti, nº 772, Petropolis, Natal/RN, CEP: 59.014-160.	R$ 8.960,00
	VALOR GLOBAL = Oito mil, novecentos e sessenta reais.		

Considerando ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante nos autos do processo;

RESOLVE:

Fica dispensado o procedimento licitatório e autorizado à contratação direta, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

A presente despesa correrá pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária:
03.001.10.303.0082.2031 – Manutenção do Programa de Farmácia Básica;
Elemento de despesa:
3.3.90.30 – Material de Consumo;
Fontes:
1.500.1002 – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde;

O Presente Termo de Autorização de Dispensa deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 25 de março de 2026.

AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA
Fundo Municipal de Saúde

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miria Dayane Barbosa Mafra
Código Identificador:FEF341E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
LICITAÇÃO N.º 0022025

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DE COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO EXECUTIVO.
MODALIDADE: 0022025

ATO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: INOVACAO EMPREENDIMENTO LTDA							
CNPJ: 21268253000110							
Endereço: AVENIDA MANOEL ROCHA DE OLIVEIRA, Nº 87, CENTRO, Ipanguaçu/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**11933**	**PAVIMENTACAO DE VIAS RURAIS NO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SERIDO/RN,**	**SERV**		**1,00**	**332.818,4100**	**332.818,41**

		PELO CONTRATO DE REPASSE No 950147/2023/MIDR/CAIXA.					
						Total	332.818,41

Valor total da contratação 332.818,41
São José do Seridó/RN, 10/02/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:4067A61F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
LICITAÇÃO N.º 0022025

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DE COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO EXECUTIVO.
MODALIDADE: 0022025

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: INOVACAO EMPREENDIMENTO LTDA							
CNPJ: 21268253000110							
Endereço: AVENIDA MANOEL ROCHA DE OLIVEIRA, Nº 87, CENTRO, Ipanguaçu/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**11933**	**PAVIMENTACAO DE VIAS RURAIS NO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SERIDO/RN, PELO CONTRATO DE REPASSE No 950147/2023/MIDR/CAIXA.**	**SERV**		**1,00**	**332.818,4100**	**332.818,41**
						Total	332.818,41

Valor total da contratação 332818.410
Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.
São José do Seridó/RN, 10/02/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:F943C780

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1076, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 15.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1076, DE 10 de fevereiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 15.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 10 de fevereiro de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
	4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi			
		2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
		202 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17050000	R$ 15.000,00
Total da Ação:				**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 15.000,00**

2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos				
	50 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17050000	R$ 15.000,00	
Total da Ação:			**R$ 15.000,00**	
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 15.000,00**	

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:7BFD1464

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026 - CMDCA

O Município de São Vicente/RN, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, torna de conhecimento público que, mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, **selecionará propostas de Instituições Públicas Municipais** que receberão recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, para a viabilização de projetos com atuação na área da Infância e Juventude em nosso município, nos termos do artigo 2º, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo objetivo é apoiar ações, projetos ou serviços que contribuam para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, nos termos deste Edital.

1. DO OBJETO:
1.1 A finalidade do presente Chamamento Público é estabelecer procedimentos e realizar processo de análise e seleção de propostas que poderão ser financiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA que esteja em consonância com os eixos de ação do CMDCA de São Vicente/RN, conforme condições estabelecidas neste Edital.
1.2 Entende-se por propostas, os projetos que abranjam atividades ou ações a serem desenvolvidas em determinado período de tempo, sendo que **os projetos deverão estar relacionados à promoção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes, bem como prevenção às violências, em conformidade com as Políticas Públicas da Criança e do Adolescente no Município de São Vicente/RN, e que sejam inovadores ou complementares a essas políticas, nos termos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.**
1.3 As propostas selecionadas serão financiadas com recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência - FIA, por meio de financiamento integral do projeto apresentado e aprovado nos termos deste Edital, observada a sua ordem de classificação, disponibilidade orçamentária de recursos do FIA e pontuação máxima de 10 (dez) pontos na etapa classificatória.

2. JUSTIFICATIVA
A política municipal da criança e do adolescente de São Vicente/RN se baseia no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal n° 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir desses instrumentos e em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada no âmbito das Nações Unidas em 1989, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (e não mais como meros objetos de intervenção), respeitadas a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a prevalência de seu interesse superior, a indivisibilidade de seus direitos e a sua prioridade absoluta nas políticas públicas.
A proteção integral de crianças e adolescentes, bem como a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural devem ser garantidos, sendo de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a sua promoção, proteção e defesa, colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a devida averiguação e reparação decorrente de violações.
Diante desses avanços na normatização da garantia de direitos e na própria política de proteção a crianças e adolescentes, faz-se necessária uma organicidade, por meio da integração do governo municipal, sociedade civil e demais atores envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos. Dessa forma, os chamamentos públicos promovidos pela administração pública municipal e conselhos de políticas públicas para a formalização de parcerias estratégicas potencializam a execução de ações previstas nos marcos normativos da infância e adolescência nos municípios brasileiros.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3.1 Poderão participar da seleção as instituições públicas municipais, que estejam inscritas no CMDCA e mantendo o cadastro atualizado.
3.2 A entidade deverá declarar, conforme modelo no Anexo I deste instrumento convocatório: que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e que se responsabiliza pela veracidade e que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
3.4 A entidade deverá entregar um Plano de Trabalho/Projeto (Anexo II) junto com a declaração constante no anexo I.
3.5 Estarão aptas a concorrer as instituições públicas municipais, com **atuação na área da Infância e Juventude, podendo desenvolver ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente** de São Vicente/RN.

4. DAS PROPOSTAS
4.1 As propostas apresentadas deverão priorizar o atendimento a Criança e ao Adolescente desenvolvendo ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente de São Vicente/RN
4.2 Cada entidade poderá **inscrever até 01 (uma) proposta**.
4.3 A proposta, assim como a **Inscrição** da Instituição proponente, deverão ser protocoladas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Vicente/RN, situada na Praça Joaquim Araújo Filho, nº 84, Centro, São Vicente/RN, entre os dias **--27 de abril a 08 de maio de 2025,** no horário das 08:00 às 13:00, endereçados à Presidência do CMDCA.
4.4 A proposta deverá ser apresentada em envelope identificado contendo os seguintes **documentos:**
4.4.1 Ofício de encaminhamento da proposta endereçado à Presidência do CMDCA;
4.4.2 Documento que comprove registro/regularidade junto aos órgãos federais;
4.4.3 Comprovação de que atende a uma ou algumas das condições contidas no item 3.5 deste edital;
4.4.4 Declaração de ciência, concordância e veracidade das informações (ANEXO I);
4.4.5 Uma via impressa do Projeto contendo: Justificativa para implantação do projeto; Descriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto, Cronograma de execução e de liberação de recursos financeiros a ser observado durante a implantação do projeto; Prazo inicial e final da execução do projeto; em formato de Plano de trabalho (ANEXO II).

A proposta apresentada terá por objeto o desenvolvimento de atividades e/ou ações dentre os seguintes **eixos:**
4.5.1 Enfrentamento e prevenção de violações de direitos;
4.5.2 Incentivo à saúde, à educação, esporte, lazer e cultura;
4.5.3 Exercício da cidadania e sobre direitos e deveres de crianças e adolescentes;
4.5.4 Promoção do respeito à diversidade e a pluralidade humana e reconhecimento das diferenças delas decorrentes;
4.5.5 Profissionalização e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho para adolescentes.

5. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
5.1 A Comissão de Seleção é o próprio órgão colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, destinado a processar e julgar o presente chamamento público.
5.1.1 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
5.1.2 A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.
5.2 Serão contempladas **07 (sete) propostas/projetos**, sendo cada uma com o valor de **R$ 6.000,00** (seis mil reais).
5.3 Os projetos serão analisados em 07 (sete) **etapas** distintas (Anexo III):
5.3.1 HABILITAÇÃO DOCUMENTAL: Comprovação da entrega de documentação exigida no item 3.6 deste Edital;
5.3.2 CLASSIFICAÇÃO: Nesta fase, a equipe de avaliação atribuirá pontuação às propostas habilitadas, conforme os critérios definidos e detalhados na tabela abaixo, de modo que serão classificadas para a próxima fase as instituições que somarem o maior número de pontos:

Critérios de Julgamento	**Metodologia de Pontuação**	**Pontuação Máxima por Item**
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, resultados esperados com base nos indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos de execução das ações.	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos deste Edital dentre os eixos propostos no item 4.5.	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0
(C) Descrição da realidade do território e do nexo entre essa realidade e o projeto proposto, conforme relatado na justificativa do Plano de Trabalho, destacando acerca da superação de situações de desproteção social.	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante no Edital, com coerência entre os valores solicitados, seus objetivos e metas.	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

5.3.2.1 O proponente deverá descrever, minuciosamente, através de relatório, as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando, por exemplo, as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, local, abrangência, beneficiários/público, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes, documentando também através de fotos, se houver.

5.3.3 SELEÇÃO: Nesta fase, após a análise, serão selecionadas as propostas, por ordem de pontuação decrescente, em decorrência da classificação.
5.3.3.1 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

5.3.4 RESULTADO PRELIMINAR: O resultado preliminar do processo de seleção deverá ser divulgado na imprensa oficial do município, até o dia **14 de maio de 2026,** iniciando-se o prazo para recurso.

5.3.5 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999).
5.3.5.1 Os recursos serão apresentados, presencialmente à presidência do CMDCA, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.
5.3.5.2 É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.
5.3.5.3 Interposto recurso, a Comissão de Seleção dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência.
5.3.5.4 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

5.3.6 ANÁLISE DOS RECURSOS: Recebido o recurso, os membros do CMDCA poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões.

5.3.7 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO: Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CMDCA deverá homologar e divulgar na imprensa oficial do município até o dia **25 de maio de 2026**.

6. DO FINANCIAMENTO
6.1 Os recursos para a execução dos Projetos serão repassados diretamente pelo Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência – FIA de São Vicente/RN, provenientes da funcional programática 08.244.0017.2.060.
6.2 Os recursos, a que se refere o caput deste artigo, deverão ser empregados, desde que justificados sua necessidade e adequação ao objeto do projeto, nos seguintes elementos de despesa:
Aquisição de material de uso e de consumo;
Serviços de terceiros, pessoa física;

Serviços de terceiros, pessoa jurídica;
remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; e
aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
6.3 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica.
6.4 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.
6.5 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativa. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
6.6 O valor total de recursos a serem empregados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, destinado ao financiamento dos Projetos Sociais aprovados chegará ao montante de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo 07 (sete) projetos aprovados, cada um com o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com duração máxima de 01 (um) ano, previsto no Orçamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA.
6.7 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso proposto no Plano de Trabalho apresentado.
6.8 Em nenhuma hipótese o projeto poderá ser modificado no decorrer de sua execução, salvo mediante autorização prévia do CMDCA.
6.9 O órgão executor do projeto que descumprir o item 6.5 deverá ressarcir ao FIA a verba que seria destinada para execução do todo ou parte do projeto.

7. DO ACOMPANHAMENTO
7.1 Durante a execução dos Projetos, o CMDCA de São Vicente/RN fará o acompanhamento do mesmo, através de reuniões, visitas técnicas periódicas, relatórios e etc.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
8.1 O presente Edital será divulgado em imprensa oficial do município com prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a publicação do instrumento convocatório e a apresentação das propostas.
8.2 Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, apresentando justificativa diretamente ao CMDCA.
8.2.1 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio da proposta, diretamente ao CMDCA, que prestará os devidos esclarecimentos.
8.2.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
8.2.4 Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.
8.3 Em todas as ações desenvolvidas pelo projeto selecionado e financiado com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, a entidade proponente deverá incluir a logomarca do FIA e do CMDCA em todos os materiais de divulgação do projeto impressos (como banner, panfletos, cartazes, dentre outros) bem como em equipamentos e figurinos não oficiais.
8.4 O CMDCA resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública municipal.

São Vicente/RN, 25 de março de 2026.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA – São Vicente/RN

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, CONCORDÂNCIA, E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Declaro, sob as penas da lei, que o(a) _____
_____ *(nome da instituição)*, se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de chamamento público, bem como que está ciente, concorda e atende a todas as disposições, condições e requisitos previstos no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 - CMDCA e seus Anexos, e ainda que:
a) Proporcionará instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades e/ou projetos;
b) O Plano de Trabalho/Projeto apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos para a consecução do objeto;
c) Inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o sistema de Seguridade Social (CF, art.195 § 3º) e com tributos municipais e estaduais, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do FIA - CMDCA, na forma deste plano de trabalho aqui apresentado.

São Vicente/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura
(Nome e Cargo do Representante da instituição)

ANEXO II

MODELO DE PROJETO
PLANO DE TRABALHO – EDITAL 001/2026 - CMDCA

PROJETO BÁSICO

1 – Identificação:
Nome do Projeto: _____
Instituição Proponente: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Site/Blog/Rede social: _____
CNPJ: _____

Responsável pela Instituição Proponente:
Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

Responsável pela Execução:
Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

2 – Introdução:
Explicitar, de maneira sucinta, o comprometimento e a atuação da instituição com políticas públicas na área da criança e do adolescente. As considerações deverão conter diagnósticos e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional, estadual ou nacional, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

3 – Justificativa:
Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificado de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.
Deve-se perguntar: Qual a problemática com a qual o projeto vai trabalhar? Quais as causas destes problemas? Justificar a realização do projeto, sua importância, abrangência, benefícios e resultados, de acordo com a realidade do território.
Reforçar o que já foi posto na Justificativa para implantação do projeto aqui apresentado no ato da inscrição, reafirmando o valor para o qual inscreveu o projeto dentre os descritos no item 5.2 do Edital.

4 – Objetivos Geral e Específicos:
O objetivo geral é a afirmação capaz de demonstrar a transformação que o projeto pretende alcançar, de forma ampla. A intenção de atingir determinada mudança social.
A partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que se pretende alcançar com o projeto de maneira que os objetivos específicos possam ser quantificados em metas, produtos e resultados correspondentes às etapas do projeto.

5 – Área de Atuação:
Detalhar as áreas que o projeto atinge com a sua atuação: educação, saúde, assistência social, inclusão digital, pessoa com deficiência, esporte, lazer, cultura, música, teatro, medidas socioeducativas, enfrentamento às violências, dentre outras.

6 – Metas/ Produtos/ Resultados Esperados:
Indicar e quantificar, metas, produtos e resultados esperados de modo a permitir verificação de seu cumprimento, além da identificação dos beneficiários (direta ou indiretamente) do projeto. As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada, sendo aferidas por instrumentais como por exemplo: nº de matriculados no projeto, quantidade de atividades previstas e realizadas, quantidade de visitas previstas e realizadas, conforme proposta apresentada, dentre outras.

Meta	Ação	Resultado Esperado

7 – Público-alvo:
Especificar quem são as pessoas atendidas pelo projeto, suas características (se são de territórios de vulnerabilidade social, oriundos de famílias de grupos tradicionais, urbanos ou rurais, etc.), determinar o público por faixa etária e também, se for o caso, quantas famílias se beneficiam com o projeto.

PÚBLICO	00-06	07-09	10-11	12-13	14-15	16-17	FAMILIAS	TOTAL BENEFICIADOS
MASCULINO								
FEMININO								

8 – Metodologia / Estratégia de Ação:
Explicar, sucintamente, como o trabalho projeto será desenvolvido (ações / atividades previstas / meio de realização), detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas, indicar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem usados pelo solicitante e identificar as parcerias envolvidas no projeto. Por exemplo: se utiliza meios lúdicos, atividades esportivas, campanhas educativas, brincadeiras/jogos, roda de conversa, reflexões, gincanas, oficinas, palestras, parcerias interinstitucionais, etc.
9 - Equipe Técnica do Projeto:
Informe a composição da equipe de trabalho do projeto, não é preciso especificar o nome dos profissionais, apenas as funções das pessoas que estarão envolvidas.

Funções no projeto	Formação Profissional	Natureza do Vínculo (especificar se é CLT, Prestação de Serviços ou Voluntariado)	Número de Horas Semanais Trabalhadas no projeto

10 - Detalhamento dos Custos:
Registrar valores em unidades monetárias, para cada elemento de despesa que for ser custeado com recursos oriundos do repasse do FIA/CMDCA. Indicar o somatório dos valores atribuídos a cada elemento de despesa.

10.1 Recursos Humanos

Função no Projeto	Quantidade	Carga Horária	Valor Mensal	Período (em meses)
Valor Total:				

10.2 Outras Despesas

Especificação da Despesa				
Materiais de uso e de Consumo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Período (em meses)
Valor Total:				
Material Permanente	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Período (em meses)
Valor Total:				
Prestação de Serviços de Terceiros - pessoa jurídica	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Período (em meses)
Valor Total:				

11 - Memória de Cálculo:
Apresentar memória de cálculo de todos os valores apresentados, detalhando os custos por itens, conforme a estratégia de ação previamente indicada, apresentando valores unitários e o total previsto, a meta/fase física a ser alcançada e os valores financeiros correspondentes; estes dados devem ser agrupados de maneira a espelhar o apoio financeiro pretendido e aquilo que será oferecido a título de contrapartida, compondo, assim, o orçamento global do projeto.

Meta Fase	Item de despesa	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor

12 - Cronograma de Execução:
É o desdobramento do objeto do convênio em realizações físicas, de acordo com unidades de medida preestabelecidas. Nesse campo deverá ser indicado o conjunto de elementos que compõem o objeto. Indicar nesse campo cada uma das ações em que se divide uma meta e o prazo previsto para a implantação de cada meta, etapa ou fase com suas respectivas datas.

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Duração	
			Início	Término

13 – Cronograma de Desembolso
O planejamento de como se projetará o pagamento das despesas relativas a cada item/ação do plano de trabalho (As parcelas poderão ser repassadas trimestralmente).

MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12

14 – Monitoramento e Avaliação
Inserir proposta clara de monitoramento e avaliação, indicando objetivos, profissionais responsáveis, periodicidade, instrumentais...
Quais Técnicas de Monitoramento e Avaliação serão aplicadas durante a execução do objeto?
Quais instrumentais utilizará para monitorar e avaliar o desenvolvimento da proposta e os resultados quantitativos e qualitativos? (relatórios, pesquisa de satisfação, índice de adesão à proposta, entre outros)
Qual a periodicidade da aplicação destes instrumentais?

São Vicente/RN, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e Carimbo do responsável pela Instituição

ANEXO III

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO EDITAL

ETAPAS	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	**26/03/2026**
2	Inscrição e entrega da proposta	**27/04 a 08/05/2026**
3	Análise das propostas	**11 a 13/05/2026**
4	Divulgação do Resultado preliminar	**14/05/2026**
5	Interposição de recursos ao resultado preliminar da análise das propostas	**15 a 19/05/2026**
6	Período de análise do(s) recurso(s)	**20 a 22/05/2026**
7	Homologação do resultado definitivo da fase de seleção de propostas	**25/05/2026**

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EDD45A05

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20240217

Processo nº 047/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN E A EMPRESA M. GUEDES D G PINTO ASSESSORIA EPP

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, com sede na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro - na cidade de São Vicente/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.308.470/0001-29, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS, Prefeita, portador do CPF nº 031.534.614-06, residente na Rua Senador Agenor Nunes de Maria, 409, Centro, São Vicente/RN, CEP: 59.340-000, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa M. GUEDES D G PINTO ASSESSORIA EPP inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.888.577/0001-11, sediado(a) na Rua Jaguarari, 5200, Cond. Green Field, Casa 18, Candelária, Natal/RN – CEP.: 59.064-500, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pela Sra. MONIQUE GUEDES DUARTE GASTAR PINTO, empresária, casada, portadora do CPF.: 008.213.214-39, tendo em vista o que consta no processo administrativo epigrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 20240217 por mais 12 (DOZE) meses, a partir de **04/04/2026** até **04/04/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021conforme especificações dos serviços a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO ACOMPANHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE REPASSES E CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS FIRMADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, COM OS DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, INCLUSIVE A OPERACIONALIZAÇÃO DA P + B E DEMAIS SISTEMAS OPERACIONAIS.	Mês	12	R$ 3.800,00	R$ 45.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto do presente aditivo ao Contrato o valor o valor mensal de R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais) perfazendo o importe máximo de R$ 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais) conforme descrito na **Cláusula quinta** do Contrato original

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação a seguir discriminada: Exercício 2026 Projeto: 04.122.0005.2.004 Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, fonte: 150000000 recursos não vinculados de impostos.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessário, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

SÃO VICENTE - RN, 23 DE MARÇO DE 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Municipio De São Vicente
CNPJ (MF) 08.308.470/0001-29
Contratante

MONIQUE G. DUARTE GASTAR PINTO
M. Guedes D G Pinto Assessoria – EPP
CJPJ: nº 16.888.577/0001-11
Contratado(A)

Fiscal Do Contrato:

AGUINELDA DANTAS DE MEDEIROS FERNANDES
MAT. 257
Port. Nº 117/2024-GP

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8531E89C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **A. A. DE S. WANDERLEY LTDA** – **CNPJ: 04.279.658/0001-35**, localizada à Avenida Capitão Mor Gouveia, nº 211, Candelária, Natal/RN, aqui representado pelo Sr. **ADRIANO ALBERTO DE SOUZA WANDERLEY**, portador do RG nº 1123008, CPF nº 777.909.954-72, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **A. A. DE S. WANDERLEY LTDA**
CNPJ: **04.279.658/0001-35**
Valor total: R$465.750,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO VALPRÓICO COMPRIMIDO 250MG	BIOLAB	10.000	R$0,25	R$2.500,00
2	ÁCIDO VALPRÓICO COMPRIMIDO 500MG	BIOLAB	8.000	R$0,72	R$5.760,00
3	ÁCIDO VALPROICO XAROPE 250MG/ML 100ML	BIOLAB	2.500	R$5,84	R$14.600,00
4	ALPRAZOLAM 0,5 MG	E.M.S	10.000	R$0,07	R$700,00
5	ALPRAZOLAM 1 MG	E.M.S	7.000	R$0,07	R$490,00
11	BROMAZEPAM 6MG	TEUTO	15.000	R$0,09	R$1.350,00
12	BUPROPIONA 150MG	SEM	8.000	R$0,32	R$2.560,00
13	CARBAMAZEPINA 200MG	CRISTALIA	40.000	R$0,14	R$5.600,00
15	CARBAMAZEPINA 400MG	CRISTALIA	25.000	R$0,48	R$12.000,00
16	CARBONATO DE LITIO 300MG	EUROFARMA	35.000	R$0,26	R$9.100,00
17	CITALOPRAM 10MG	E.M.S	6.000	R$1,88	R$11.280,00
19	CLOMIPRAMINA 25MG	E.M.S	30.000	R$1,02	R$30.600,00
20	CLONAZEPAM 0.5MG	MEDLEY	30.000	R$0,05	R$1.500,00
21	CLONAZEPAM 2,5MG/ML 20 ML SOLUÇÃO ORAL	HIPOLABOR	5.000	R$2,16	R$10.800,00
23	CLORPROMAZINA 100MG	CRISTALIA	15.000	R$0,32	R$4.800,00
25	CLORPROMAZINA 40MG/ML 20 ML SOLUÇÃO ORAL	CRISTALIA	2.000	R$7,44	R$14.880,00
26	DESVENLAFAXINA 100MG	EUROFARMA	15.000	R$0,88	R$13.200,00
30	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	E.M.S	15.000	R$0,60	R$9.000,00
33	ESCITALOPRAM 20MG	E.M.S	25.000	R$0,17	R$4.250,00
36	FENOBARBITAL 100MG	CRISTALIA	30.000	R$0,17	R$5.100,00
37	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	CRISTALIA	5.000	R$4,39	R$21.950,00
38	FLUOXETINA 20MG	E.M.S	80.000	R$0,05	R$4.000,00
39	FLUOXETINA 20MG/ML GOTAS	E.M.S	3.000	R$18,32	R$54.960,00
40	HALOPERIDOL 1MG	CRISTALIA	10.000	R$0,20	R$2.000,00
41	HALOPERIDOL 5 MG	CRISTALIA	10.000	R$0,11	R$1.100,00

42	HALOPERIDOL GOTAS	CRISTALIA	2.500	R$3,36	R$8.400,00
43	NITRAZEPAM 5 MG	E.M.S	3.000	R$0,31	R$930,00
44	PARACETAMOL + CODEINA 500/30 MG	E.M.S	30.000	R$0,46	R$13.800,00
46	PERICIAZINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 20ML	BLANVER	2.000	R$26,22	R$52.440,00
47	PREGABALINA 75MG	MEDLEY	35.000	R$0,21	R$7.350,00
48	RISPERIDONA COMPRIMIDO 1MG	EUROFARMA	30.000	R$0,09	R$2.700,00
49	RISPERIDONA COMPRIMIDO 2MG	EUROFARMA	30.000	R$0,10	R$3.000,00
50	RISPERIDONA COMPRIMIDO 3MG	MEDLEY	30.000	R$0,13	R$3.900,00
52	SERTRALINA 100 MG	E.M.S	20.000	R$0,29	R$5.800,00
53	SERTRALINA 25MG	EUROFARMA	30.000	R$0,92	R$27.600,00
54	SERTRALINA 50MG	EUROFARMA	50.000	R$0,10	R$5.000,00
55	TIORIDAZINA 100 MG	UNIÃO QUIMICA	25.000	R$1,97	R$49.250,00
56	TOPIRAMATO 100MG	E.M.S	10.000	R$0,33	R$3.300,00
57	TOPIRAMATO 25MG	E.M.S	10.000	R$0,14	R$1.400,00
58	TOPIRAMATO 50MG	E.M.S	10.000	R$0,17	R$1.700,00
59	TRAMADOL 100MG	NEOQUIMICA	20.000	R$0,75	R$15.000,00
60	TRAMADOL 50MG	NEOQUIMICA	20.000	R$0,13	R$2.600,00
62	VENLAFAXINA 75MG	MEDLEY	35.000	R$0,50	R$17.500,00
TOTAL					**R$465.750,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante Do Órgão

ADRIANO ALBERTO DE SOUZA WANDERLEY
CPF: 777.909.954-72
Representante: A. A. De S. Wanderley LTDA
CNPJ: 04.279.658/0001-35
Representante Da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:C7D76CCF

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09**, localizada à Rua Presidente Quaresma, nº 1105 e 1001, Lagoa Seca, Natal/RN – CEP: 59031-150, aqui representado pelo Sr. **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO**, portador do CPF nº 105.939.694-72, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**
CNPJ: **40.787.152/0001-09**
Valor total: R$18.290,00 (Dezoito mil, duzentos e noventa reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	ALPRAZOLAM 2 MG	CPR	E.M.S	6.000	R$0,11	R$660,00
7	AMITRIPTILINA 25MG	CPR	E.M.S	12.000	R$0,04	R$480,00
10	BROMAZEPAM 3MG	CPR	E.M.S	15.000	R$0,09	R$1.350,00
22	CLONAZEPAM 2MG	CPR	E.M.S	40.000	R$0,05	R$2.000,00
27	DESVENLAFAXINA 50MG	CPR	E.M.S	15.000	R$0,70	R$10.500,00
31	ESCITALOPRAM 10MG	CPR	E.M.S	30.000	R$0,11	R$3.300,00
TOTAL						**R$18.290,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante Do Órgão

VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO
CPF nº 105.939.694-72
Representante: Cirufarma Comercial LTDA
CNPJ: 40.787.152/0001-09
Representante Da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:328E41EC

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 10.538.476/0001-34**, localizada à Rua Leonardo Teixeira, nº 246, Aeroporto, Mossoró/RN – CEP: 59607-640, aqui representado pelo Sr. **OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA**, portador do CPF nº 054.799.774-40, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **10.538.476/0001-34**
Valor total: R$20.150,00 (Vinte mil, cento e cinquenta reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	AMITRIPTILINA 75MG	CPR	E.M.S	5.000	R$0,22	R$1.100,00
9	BIPERIDENO 2MG	CPR	CRISTALIA	10.000	R$0,33	R$3.300,00
24	CLORPROMAZINA 25MG	CPR	UNI QUIMICA	30.000	R$0,30	R$9.000,00
28	DIAZEPAM COMPRIMIDO 10MG	CPR	SANTISA	30.000	R$0,05	R$1.500,00
29	DIAZEPAM COMPRIMIDO 5MG	CPR	SANTISA	20.000	R$0,05	R$1.000,00
32	ESCITALOPRAM 15MG	CPR	E.M.S	25.000	R$0,17	R$4.250,00
TOTAL						**R$20.150,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;

Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante Do Órgão

OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA
CPF nº 054.799.774-40
Representante: DISMED - Distribuidora De Medicamentos LTDA
CNPJ: 10.538.476/0001-34
Representante Da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:6F78DA28

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 01.417.694/0001-20**, localizada à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2103, Zacarias, Caratinga/MG – CEP: 35300-571, aqui representado pelo Sr. **FAGNER GENELHÚ FERREIRA PENA**, portador do CPF nº 013.040.786-04, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **01.417.694/0001-20**
Valor total: R$60.660,00 (Sessenta mil, seiscentos e sessenta reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	CITALOPRAM 20MG	CPR	PRATI - NACIONAL	6.000	R$0,11	R$660,00
51	RISPERIDONA LÍQUIDO 1MG/ML 30ML	FR	PRATI - NACIONAL	6.000	R$10,00	R$60.000,00
TOTAL						**R$60.660,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF Do Nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante do Órgão

FAGNER GENELHÚ FERREIRA PENA
Cpf Nº 013.040.786-04
Representante: Distrimix Distribuidora de Medicamentos LTDA
CNPJ: 01.417.694/0001-20
Representante da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:98BCAEF0

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 57.692.992/0001-82**, localizada à Rua José Alves de Aquino, nº 139, Bela Vista, Mossoró/RN – CEP: 59.612-097, aqui representada pela Sra. **CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA**, portadora do CPF nº 016.468.414-09, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**,

visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA**
CNPJ: **57.692.992/0001-82**
Valor total: R$71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	ESCITALOPRAM 20MG	FR	EUROFARMA	5.000	R$14,30	R$71.500,00
TOTAL						**R$71.500,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;

Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante Do Órgão

CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA
CPF nº 016.468.414-09
Representante:
Levi Med Distribuidora LTDA
CNPJ: 57.692.992/0001-82
Representante Da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:0124BBE3

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO Nº 043/2026 / VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 25 dias do mês de março de 2026, o Município de Senador Elói de Souza, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10**,** com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a Sra. Ana Celi Da Costa Nunes Gomes, CPF do nº 490.531.404-68, residente e domiciliada na Rua Pantanal, 150 - Nova Parnamirim, Parnamirim - RN, 59.150-015;

Nos termos da Lei Federa nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, conforme Ata publicada em 23/03/2026 e homologada pelo Prefeito Municipal;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **PHOSPODONT LTDA – CNPJ: 04.451.626/0001-75**, localizada à Avenida Ayrton Senna, nº 526, Capim Macio, Natal/RN – CEP: 59.080-100, aqui representada pela Sra. **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA**, portadora do CPF nº 413.273.304-15, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas**, de **medicamentos psicotrópicos**, sujeitos a controle especial, destinados ao atendimento das unidades da rede pública municipal de saúde da **Prefeitura de Senador Elói de Souza/RN**, visando à dispensação regular aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **PHOSPODONT LTDA**
CNPJ: **04.451.626/0001-75**
Valor total: R$30.850,00 (Trinta mil, oitocentos e cinquenta reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	FENITOÍNA COMPRIMIDO 100 MG.	CPR	TEUTO	25.000	R$0,15	R$3.750,00
45	PERICIAZINA 10MG/NL SUSPENSÃO OTAL 20ML.	FR	SANOFI –AVENTIS	2.000	R$13,55	R$27.1000,00
TOTAL						**R$30.850,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

2.2. São participantes todas as Secretarias do Município.

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (Cem por cento)** dos quantitativos registrados (artigo 86, § 5º, da Lei Federal n] 14.133/21).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses **da Lei Federal nº 14.133/21,** assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no **artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Cada contrato terá vigência conforme definido na minuta, ou, na ausência, pelo prazo de **30 (trinta) dias** (artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21).
7.2. É admitida vigência além do exercício financeiro, desde que observada a inscrição em restos a pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **fixos e irreajustáveis**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Obrigações da Contratada:
Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidas;
Responder por vícios e defeitos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
Manter as condições de habilitação;
Assumir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
9.2. Obrigações da Contratante:
Receber provisoriamente os bens;
Verificar a conformidade para recebimento definitivo;
Efetuar pagamento no prazo;
Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal, após atesto.

10.2. Para despesas até **R$ 8.000,00**, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/21).

10.3. Antes do pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.4. Havendo atraso injustificado, incidirão encargos moratórios limitados a **6% ao ano**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por servidor designado (artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21).

11.2. O fiscal manterá registro das ocorrências e encaminhará providências à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos **artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:
Advertência;
Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Integram a presente Ata o **Edital**, seus anexos, o **Termo de Referência** e a **proposta da empresa vencedora**.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei Federal nº 14.133/2021** e legislação correlata.
13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **Comarca de TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro.

Senador Elói de Souza/RN de 25 de março de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
CPF do nº 490.531.404-68
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Representante Do Órgão

ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA
CPF nº 413.273.304-15
Representante: Phospodont LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
Representante Da Empresa

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:6D9FBD66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO -PROCESSO SELETIVO SCFV 2026

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS -SCFV

OFICINA DE BALÉ E DANÇAS CULTURAIS

NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR	PONTUAÇÃO COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
Erinaldo Pereira dos Santos	**059.812.714-25**	**4,O**	**3,0**	**3,O**	**10,0**

OFICINA ED.FÍSICA

NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR	PONTUAÇÃO COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
José Rodrigues da Silva	**044.188.304-48**	**4,O**	**3,0**	**3,O**	**10,0**

OFICINA DE ARTES

NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR	PONTUAÇÃO COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
Thais Emilia de Lima Sales	**700.957.084-13**	**4,O**	**3,0**	**3,O**	**10,0**

APROVADOS:

Erinaldo Pereira dos Santos	OFICINA DE BALÉ E DANÇAS CULTURAIS
José Rodrigues da Silva	OFICINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Thais Emilia de Lima Sales	OFICINA DE ARTES

Senador Georgino Avelino/RN, 25 de Março de 2026.

Assinatura Da Comissão Organizadora

ALYCE CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA SILVA

CLEBIA MADALENA FERREIRA DE OLIVEIRA SALES

ZÉLIA CLÍMACO VIANA DA SILVA

ANDREA ALVES DA SILVA

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:F41AF919

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
LISTA ATUALIZADA DE CADASTRADOS PARA SORTEIO DA PRIORIDADE DE ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA O PROGRAMA MORADIA DIGNA

N°	NOME REQUERENTE	CPF REQUERENTE	CÔNJUGE	CPF CÔNJUGUE
1	ABILIO NETO DE ARAUJO	061.XXX.XXX-90		
2	ADEILDO WANDERLEY DE ARAÚJO	047.XXX.XXX-75		
3	ADONILTON CANDIDO DA SILVA	914.XXX.XXX-49		
4	ADRIANA BENJAMIN FORTUNATO DE SOUZA	078.XXX.XXX-41	LENAILDO MEDEIROS DE ARAÚJO	065.XXX.XXX-07
5	ADRIANA MARIA MONTEIRO LIMA	017.XXX.XXX-66	RENATO DE LIMA ARAUJO	081.XXX.XXX-66
6	ADRIANA NOEMIA DA SILVA	074.XXX.XXX-79		
7	ADRIANO ALVES DA SILVA OLIVEIRA	092.XXX.XXX-95	IANE KARINE DA SILVA	051.XXX.XXX-30
8	ADRIANO ARAUJO WANDERLEY	033.XXX.XXX-25	EDILEUZA BARBOSA FURTUNATO	071.XXX.XXX-50
9	ADRIANO JOSE DE MEDEIROS	038.XXX.XXX-55		
10	ADRYAN MARTINS DE SOUZA	018.XXX.XXX-40		
11	AFONSO GUALBERTO DANTAS SILVA	700.XXX.XXX-55		
12	AILA MARIA NOBREGA MARIANO	700.XXX.XXX-17		
13	AILTON DANTAS	042.XXX.XXX-70		
14	ALAN MARIZ FARIA	018.XXX.XXX-66		
15	ALBERI GOMES DA COSTA	885.XXX.XXX-15		
16	ALBERLAN LUIZ DA SILVA	103.XXX.XXX-35		
17	ALEF ARAÚJO DE SOUZA	110.XXX.XXX-67		
18	ALEXANDRE ALVES NETO	061.XXX.XXX-89	MARIA AUXILIADORA LEITE ALVES	090.XXX.XXX-35
19	ALEXSANDRO MEDEIROS COSTA	072.XXX.XXX-50		
20	ALINE KARLA DE ARAUJO	076.XXX.XXX-24		
21	ALINNE MARIZ MOREIRA RAMOS	096.XXX.XXX-03		
22	ALLISON COSTA FERREIRA	101.XXX.XXX.24		
23	ALTINA MARIA ARAUJO	040.XXX.XXX-80	JOSENILDO ARAUJO	044.XXX.XXX-09

24	AMALIA DANTAS DE BRITO	750.XXX.XXX-53		
25	ANA CARLA DE MEDEIROS TIBURCIO	018.XXX.XXX-75		
26	ANA CLARA DE ARAUJO	101.XXX.XXX-43		
27	ANA CLARA ERINEUZA MEDEIROS DAS CHAGAS	113.XXX.XXX-58		
28	ANA FLAVIA MONTEIRO ARAUJO	121.XXX.XXX-84		
29	ANA GRACIELE DOS SANTOS	018.XXX.XXX-42	RUZENARIO LUCENA FRANCO	762.XXX.XXX-68
30	ANA LUCIA DE ARAUJO	937.XXX.XXX-20		
31	ANA MARIA MEDEIROS DA SILVA	007.XXX.XXX-88		
32	ANA PAULA ARAUJO MEDEIROS NOGUEIRA	056.XXX.XXX-29		
33	ANA PAULA DE ARAUJO MONTEIRO LIMA	081.XXX.XXX-80	JOSE FABIANO DE LIMA	008.XXX.XXX-26
34	ANA RACHEL DOS SANTOS OLIVEIRA	012.XXX.XXX-28	FELIPE DE ARAÚJO DANTAS	087.XXX.XXX-36
35	ANALICE PEREIRA LINHARES	089.XXX.XXX-61	ADRIANO DA SILVA ARAUJO	106.XXX.XXX-83
36	ANDERSON VICENTE TARGINO	063.XXX.XXX-57	ANGELICA ELEN ARAUJO MONTEIRO	707.XXX.XXX-76
37	ANDRE SOARES MOREIRA DANTAS	720.XXX.XXX-29	MARIA DAS GRACAS GOMES MONTEIRO	120.XXX.XXX-04
38	ANDREZA MARTINS BEZERRA DA COSTA	059.XXX.XXX-83		
39	ANGELA MARIA MONTEIRO COSTA	054.XXX.XXX-52	DANILO MONTE COSTA	052.XXX.XXX-44
40	ANGELICA CRISTINA MONTEIRO DE MEDEIROS	111.XXX.XXX-40	HEITOR TAVARES DANTAS	098.XXX.XXX-67
41	ANIELE LUIZA ARAÚJO DA SILA	125.XXX.XXX-06		
42	ANNA CAROLINY DOS SANTOS GOMES	703.XXX.XXX-18	DIEGO PEREIRA DA SILVA	108.XXX.XXX-92
43	ANNA LIGIA MARIZ DE BRITO	124.XXX.XXX-14		
44	ANNA LUIZA MOUZINHO DE ALMEIDA	118.XXX.XXX-06	JORGE LUCAS RAMOS DAMASCENO	127.XXX.XXX-50
45	ANNIELE DE MEDEIROS BARBOSA	708.XXX.XXX-22		
46	ANTHONY DANTAS DE FARIAS	131.XXX.XXX-84		
47	ANTONIO DURVAL FORTALEZA	829.XXX.XXX-68	HELIA ARAUJO GOMES	025.XXX.XXX-20
48	ANTONIO MARCOS CARNEIRO DE ARAUJO	061.XXX.XXX-57	ROZANGELA MONTEIRO DA COSTA	495.XXX.XXX-3
49	ARNALDO CEZAR DOS SANTO SILVA	055.XXX.XXX-84		
50	ARTEMIO DE MEDEIROS COSTA	067.XXX.XXX-07		
51	ARTUR GLEYDSON ALVES	106.XXX.XXX-78		
52	ATHIRSON FURTUNATO DE FARIA	104.XXX.XXX-86		
53	BARBARA DA SILVA MEDEIROS	086.XXX.XXX-41		
54	BERNARDO BRITO DE FARIA	093.XXX.XXX-22		
55	BERNARDO DANTAS CAVALCANTE	086.XXX.XXX-02	LIZANDRA DANTAS CAVALCANTE	068.XXX.XXX-52
56	BRENDA DA SILVA MEDEIROS	092.XXX.XXX-67		
57	BRUNO DE SOUZA RODRIGUES	720.XXX.XXX-24		
58	CAIO JOSÉ DE MEDEIROS TIBURCIO	072.XXX.XXX-57		
59	CAMILA MONIQUE ARAUJO MOURA	077.XXX.XXX-80		
60	CARLA ANICHERLLI FERREIRA DE MOURA	110.XXX.XXX-03		
61	CARLOS ALBERTO DANTAS MARIZ	110.XXX.XXX-10		
62	CARLOS EDUARDO MEDEIROS LAMARTINE	130.XXX.XXX-01		
63	CAYRON CHANGLLON SANTOS SOUZA ARAUJO	067.XXX.XXX-21	ISABELLA ROXANA DOS SANTOS ALMEIDA	068.XXX.XXX-10
64	CHARLES ALISSON MARIZ	053.XXX.XXX-84		
65	CHARLES LIDENBERGH PEREIRA	024.XXX.XXX-62		
66	CICERA ALVES DE SOUZA SILVA	049.XXX.XXX-69		
67	CICERO FERNANDES DE SOUZA	000.XXX.XXX-90		
68	CICERO LUIZ	090.XXX.XXX-05		
69	CLARA FURTUNATO ARAUJO MEDEIROS	165.XXX.XXX-62	ARTHUR BRITO DANTAS	129.XXX.XXX-50
70	CLAUDENILDO CÂNDIDO DE LIMA	120.XXX.XXX-07		
71	CLAUDSON MATEUS ARAUJO BATISTA	120.XXX.XXX-27		
72	CLEDINA MARA DE ARAUJO	072.XXX.XXX-17		
73	CLEILSON MOREIRA DE MOURA	047.XXX.XXX-25		
74	CLÉSSIO FERREIRA DE LIMA MEDEIROS	072.XXX.XXX-82		
75	CLEVANI FERREIRA DA SILVA	637.XXX.XXX-68		
76	CLEYDSON CARLOS ARAÚJO DE BRITO	077.XXX.XXX-81	AMARAILTA NÓBREGA MARIANO	059.XXX.XXX-07
77	CLEYTON MEDEIROS ALVARES	700.XXX.XXX-83	OLGA MEDEIROS RAMOS	
78	CREUZA OLIVEIRA DA SILVA	022.XXX.XXX-79		
79	CRISTINA MARIA DA CONCEICAO	038.XXX.XXX-58		
80	DALIANA BRITO DOS SANTOS NÓBREGA	018.XXX.XXX-89	PABLO TIBERIO DE OLIVEIRA NÓBREGA	074.XXX.XXX-44
81	DALVACI MEDEIROS DOS SANTOS	969.XXX.XXX-91		
82	DAMIAO FAUSTINO DA SILVA	074.XXX.XXX-90		
83	DANIELE DANTAS GOMES	702.XXX.XXX-89	HEITOR ARISTEU ALVES	108.XXX.XXX-19
84	DANIELE SILVA DOS SANTOS	081.XXX.XXX-03	RAFAEL ALVES ARAUJO	016.XXX.XXX-07
85	DANILA DO MONTE COSTA	029.XXX.XXX-99	CARDOSO CRISTINO DE LIMA	055.XXX.XXX-79
86	DANILO RIBEIRO CAMPOS	128.XXX.XXX-64		
87	DARA LISANDRA FELIX NUNES	111.XXX.XXX-10		
88	DAYANE KAROL ARAUJO SILVA	103.XXX.XXX-74	SELTON FERNANDES DA SILVA	017.XXX.XXX-29
89	DAYANE RAMALHO DE ARAUJO	018.XXX.XXX-02	JEFFERSON MEDEIROS TEIXEIRA	017.XXX.XXX-11
90	DAYANNE CANDIDO DA SILVA	073.XXX.XXX-82	HELIO ARAUJO DO NASCIMENTO	035.XXX.XXX-36
91	DAYLANE DA SILVA SANTOS	124.XXX.XXX-25		
92	DEIVID GOMES CARNEIRO	118.XXX.XXX-66	IANDRA BIANCA DE LIMA SILVA	185.XXX.XXX-13
93	DEJAYLMA DAIANA MONTEIRO DA SILVA	124.XXX.XXX-88	ANCLEIBER DE SOUZA DAMASCENO	018.XXX.XXX-39
94	DIEGO OLIVEIRA ARAUJO	118.XXX.XXX-03		
95	DIOGENES HEDIGLENIO FARIA DA SILVA	124.XXX.XXX-30		
96	DIOGO FELIX DA COSTA	122.XXX.XXX-77	GRAZIELA DE SOUSA BORBUREMA E BORBUREMA	170.XXX.XXX-01
97	DOMINGO HERCULANO DE OLIVEIRA FILHO	673.XXX.XXX-87		
98	EDILENE BATISTA DE ARAUJO	792.XXX.XXX-72	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	914.XXX.XXX-20
99	EDILEUZA SANTOS SILVA	067.XXX.XXX-89		
100	EDINARIA DA SILVA	059.XXX.XXX-06		
101	EDMA DANTAS DE MEDEIROS MACEDO	041.XXX.XXX-77	WALBER MACEDO DE MEDEIROS	007.XXX.XXX-40
102	EDSON CARLOS BATISTA TORRES	069.XXX.XXX-60		
103	EDSON COSTA FERREIRA	017.XXX.XXX-41	CASSIA DANTAS DE ARAÚJO	093.XXX.XXX-71
104	EDSON DE SOUSA MONTEIRO	122.XXX.XXX-42		
105	EDSON GOMES DE ARAUJO	073.XXX.XXX-00		
106	EGBERTO LINHARES DA SILVA	016.XXX.XXX-12		
107	EGNALDO SANTOS SILVA	278.XXX.XXX-79		

108	ELIEL WANDERLEY SILVA	093.XXX.XXX-02		
109	ELIENE BATISTA DE ARAUJO	023.XXX.XXX-07		
110	ELISAMA LUIZA BATISTA DE LIMA	119.XXX.XXX-35		
111	ELIZELIA LINHARES DA SILVA	081.XXX.XXX-08		
112	ELLEN EVELIN MONTEIRO MEDEIROS	115.XXX.XXX-29	DENES ARAUJO BEZERRA	121.XXX.XXX-59
113	ELVIRA FERREIRA NOBREGA	057.XXX.XXX-88		
114	EMANUEL MARIZ FEITOZA	077.XXX.XXX-57		
115	EMILIA FERREIRA DA SILVA NASCIMENTO	703.XXX.XXX-49		
116	ENDY EWERTON DE AZEVEDO SOARES	000.XXX.XXX-50	ALCIONE SOARES CANDIDA	072.XXX.XXX-40
117	ERENILDA GOMES DE SOUSA	904.XXX.XXX-10		
118	ERICA ARAUJO FERREIRA	018.XXX.XXX-86		
119	ERILENE MEDEIROS DE ARAÚJO	045.XXX.XXX-16		
120	ERISMAR ARAUJO DE LIMA	092.XXX.XXX-04		
121	ERIVANEIDE SEVERINA DA CONCEICAO	089.XXX.XXX-35	MARICELIO ARAUJO VIEIRA	077.XXX.XXX-25
122	EVANILSON EVARISTO DOS SANTOS	108.XXX.XXX-70	JEANE FARIA MARIZ	104.XXX.XXX-80
123	EVELLYN MONTEIRO DE LUCENA	118.XXX.XXX-69		
124	EVILY DAYANE MEDEIROS SILVA	125.XXX.XXX-05		
125	EYMARD FERREIRA DA NÓBREGA	054.XXX.XXX-09	PRISCILA MONTEIRO DE ARAUJO	138.XXX.XXX-47
126	EZEQUIEL WANDERLEY DA SILVA	702.XXX.XXX-62	VIVIANNE GARCIA VANDERLEI	127.XXX.XXX-13
127	FABIANA BATISTA MACIEL DA SILVA	077.XXX.XXX-65	FABIANO GOMES DA SILVA	043.XXX.XXX-33
128	FABIANA BESERRA DA SILVA	083.XXX.XXX-64		
129	FABIANA CANDIDA DE ARAUJO	038.XXX.XXX-99		
130	FABIANA GOMES FERREIRA	058.XXX.XXX-70		

131	FABIANO PEREIRA MARIZ	027.XXX.XXX-69	IVONE DE FARIA	054.XXX.XXX-48
132	FABIO BEZERRA DINIZ	016.XXX.XXX-23		
133	FABRICIO CARLOS BATISTA	061.XXX.XXX-99		
134	FELIPE FELIX DA SILVA	707.XXX.XXX-28	ELAILY FATIMA MEDEIROS DE ALMEIDA	107.XXX.XXX-50
135	FERNANDA SILVA SANTOS	016.XXX.XXX-16		
136	FERNANDA VIEIRA DE MEDEIROS	066.XXX.XXX-61		
137	FERNANDO GOMES DE OLINDA	761.XXX.XXX-82		
138	FERNANDO HENRIQUE DE MEDEIROS	106.XXX.XXX-16		
139	FILIPE DE FARIA BELO	128.XXX.XXX-05		
140	FLAVIA ARAUJO DE MOURA	051.XXX.XXX-27		
141	FLAVIANA MARIA DO LIVRAMENTO	076.XXX.XXX-07		
142	FLAVIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	120.XXX.XXX-20	MOACELIO PEREIRA DE ARAÚJO	017.XXX.XXX-31
143	FLORENTINA ALVES DE SOUZA	049.XXX.XXX-41		
144	FRANCINEIDE DA SILVA LEANDRO	042.XXX.XXX-75		
145	FRANCISCA FERREIRA DE ARAUJO	094.XXX.XXX-30		
146	FRANCISCA MARIZ DE MEDEIROS	673.XXX.XXX-04	DORGIVAL FRANCISCO DE MEDEIROS	098.XXX.XXX-52
147	FRANCISCO CHARLES BARROS SOMBRA	777.XXX.XXX-34		
148	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	103.XXX.XXX-98		
149	FRANCISCO DE ASSIS FREITAS DA SILVA	017.XXX.XXX-11		
150	FRANCISCO DOMINGOS	555.XXX.XXX-91		
151	FRANCISCO ENEAS FILHO	008.XXX.XXX-17		
152	FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA	037.XXX.XXX-18		
153	FRANCISCO FERREIRA DE LIMA	880.XXX.XXX-53		
154	FRANCISCO FIDELIS DA SILVA	785.XXX.XXX-87		
155	FRANCISCO INACIO NETO	933.XXX.XXX-68		
156	FRANCISCO NICACIO DE ARAUJO BISNETO	708.XXX.XXX-88	AMANDA FARIAS WANDERLEY NICACIO	703.XXX.XXX-03
157	FRANCISCO ROBERTO DA SILVA ARAUJO	083.XXX.XXX-47		
158	GABRIEL DE ARAÚJO RIBEIRO	112.XXX.XXX-67		
159	GABRIEL GARCIA DE ARAUJO	115.XXX.XXX-29		
160	GABRIEL MICHAEL GOMES RIBEIRO	076.XXX.XXX-33	ARÊTHA FURTUNATO DE MORAIS	049.XXX.XXX-05
161	GABRIEL SERAFIM DA SILVA	701.XXX.XXX-28		
162	GALDÊNCIO RIBEIRO DE SOUSA	043.XXX.XXX-17	ANA ELMA OLIVEIRA WANDERLEY	103.XXX.XXX-97
163	GEORGE CICERO DOS SANTOS	055.XXX.XXX-57	RITA MARTA DA SILVA ARAÚJO	051.XXX.XXX-57

164	GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA	706.XXX.XXX-19		
165	GERALDA BATISTA DE ARAUJO	053.XXX.XXX-86		
166	GERALDA FURTUNATO BATISTA DE ARAÚJO	702.XXX.XXX-72	FRANCISCO AGRIPINO DE ARAÚJO FILHO	703.XXX.XXX-72
167	GERALDA FURTUNATO DOS SANTOS	061.XXX.XXX-02		
168	GERALDO DA SILVA RIBEIRO	262.XXX.XXX-34		
169	GERALDO FARIA	369.XXX.XXX-34		
170	GERALDO FERREIRA DE LIMA	027.XXX.XXX-03		
171	GESINALDO BATISTA DE ARAUJO	761.XXX.XXX-91		
172	GILDETE MEDEIROS DE ARAUJO	100.XXX.XXX-23		
173	GILMAR FAUSTINO DA SILVA	603.XXX.XXX-87	MARIA SANTANA DANTAS	
174	GISELE SILVA MEDEIROS	017.XXX.XXX-01		
175	GISOMARK ARGANJO DE SOUSA	037.XXX.XXX-83		
176	GIVANILDO JOSÉ DA SILVA	023.XXX.XXX-78		
177	GIVANILDO MEDEIROS DE ARAÚJO	969.XXX.XXX-20		
178	GLAUCIA DANIELLE DE SOUSA SILVA	061.XXX.XXX-37		
179	GLECIA OLIVEIRA DE MEDEIROS	068.XXX.XXX-80		
180	GLEIDE KELLY DA SILVA ARAUJO	072.XXX.XXX-45		
181	GLEYCIANNY BRENDA DE ARAÚJO F. LIMA	123.XXX.XXX-32		
182	GLEYDSON SOUZA RIBEIRO	117.XXX.XXX-24		
183	GUILHERME DE MEDEIROS	716.XXX.XXX-03		
184	GUILHERME PETRY FELIZ NUNES	011.XXX.XXX-13		
185	GUSTAVO DANTAS DE LUCENA	012.XXX.XXX-38		
186	HAYDEE WANDERLEY DA COSTA	297.XXX.XXX-72		
187	HELDER CHARLES SILVA FERREIRA	106.XXX.XXX-22		
188	HELIDA DANIELE LOPES SANTOS	016.XXX.XXX-09	RONALDO HELIO DOS SANTOS	037.XXX.XXX-95
189	HELINE GRACIENTE MANGUEIRA DE ALMEIDA	043.XXX.XXX-86		
190	HELYDA WANDERLEY DA COSTA	033.XXX.XXX-71		
191	HERMES DE FARIA FILHO	090.XXX.XXX-34		
192	HORTÊNCIA MEDEIROS RAMOS	018.XXX.XXX-44		
193	HUGO PACELLI DE ARAÚJO SILVA	079.XXX.XXX-58		

194	HYAGO DE LEON WANDERLEY VIEIRA	051.XXX.XXX-01		
195	IAMA HELLEN DA SILVA MOREIRA	124.XXX.XXX-75		
196	IARA CRISTINA DE ARAUJO GOMES	704.XXX.XXX-66	ERDESON PAULO DE ARAUJO GOMES	016.XXX.XXX-07
197	IARA SILVA RAMOS	120.XXX.XXX-56		
198	ICARO MICAEL BORBOREMA ARAUJO	120.XXX.XXX-30		
199	IDACLECIO GOMES DA SILVA JUNIOR	112.XXX.XXX-64	ISABELLA SOUSA GALDINO	114.XXX.XXX-62
200	IGERLANIO GOMES DA SILVA	007.XXX.XXX-35		
201	IGOR ARAÚJO DA SILVA	107.XXX.XXX-70		
202	INGRYD MONTEIRO DE LANUZA ARAÚJO	120.XXX.XXX-12	GABRIEL DE ALMEIDA OLIVEIRA	120.XXX.XXX-12
203	IRACI RAIMUNDA DA SILVA	523.XXX.XXX-10		
204	IRANI MONTEIRO DE ARAUJO	046.XXX.XXX-62		
205	IRISNETE BERTINO DA SILVA	061.XXX.XXX-56		
206	ITALO JONH ALVES DE SALES	124.XXX.XXX-88	LUCIENE JOB ARAÚJO	056.XXX.XXX-19
207	ITANO GOMES DE LIMA	089.XXX.XXX-19		
208	IZABEL MARIA DE MEDEIROS	040.XXX.XXX-03		
209	IZABEL MAYARA WANDERLEY DE MEDEIROS	027.XXX.XXX-14		
210	IZANETE DE MEDEIROS COSTA	073.XXX.XXX-78	FRANCISCO SALES DE LIMA FERREIRA JUNIOR	037.XXX.XXX-61
211	IZANIA DE MEDEIROS COSTA	068.XXX.XXX-14		
212	JAILMA SILVA MARIZ	055.XXX.XXX-08		
213	JAILSON BELO DE OLIVEIRA	010.XXX.XXX-95		
214	JALES RAMOS	035.XXX.XXX-74		
215	JAMAILSON DE SOUZA FELIX	083.XXX.XXX-41		
216	JANAINNY ELLOAR DANTAS DO NASCIMENTO	077.XXX.XXX-62	NAILSON BEZERRA DE MEDEIROS	061.XXX.XXX-38
217	JAQUELINE DA SILVA DOMINGOS	058.XXX.XXX-64		
218	JEDSON JOSE GOMES DE MEDEIROS	108.XXX.XXX-12		
219	JEFERSON DA SILVA MEDEIROS	135.XXX.XXX-78		
220	JEFERSON LIMA DA SILVA SANTOS	017.XXX.XXX-67		
221	JESSICA FARIAS BARBOSA	702.XXX.XXX-24		
222	JESSICA KAREN GOMES DE LIMA	702.XXX.XXX-61		
223	JESSICA MEDEIROS TEIXEIRA	108.XXX.XXX-44	LUCIANO FERREIRA DA CUNHA	066.XXX.XXX-16
224	JEYSLLA MICHELLE DA SILVA MARTINS	098.XXX.XXX-70		
225	JOÃO BATISTA NICACIO JUNIOR	016.XXX.XXX-51		
226	JOÃO BOSCO ALVES DE MACEDO	132.XXX.XXX-48	MARIA JOSE MONTEIRO COSTA	017.XXX.XXX-50
227	JOAO PAULO MONTEIRO DA SILVA	110.XXX.XXX-64		
228	JOAO PAULO MONTEIRO DE ARAUJO	094,XXX.XXX-02	MARIA JULIA DA SILVA BRITO	120.XXX.XXX-67
229	JOÃO PAULO RAMALHO	074.XXX.XXX-40		
230	JOAO PAULO SOUZA LIMA	114.XXX.XXX-19		
231	JOAO VITOR DA SILVA	018.XXX.XXX-13	RAFAELA LOPES MONTEIRO DA COSTA	700.XXX.XXX-02
232	JOCELIO DANTAS VEIERA	125.XXX.XXX-76		
233	JOELMA BATISTA DE SOUZA	117.XXX.XXX-14		
234	JOICE DOS SANTOS MONTEIRO	120.XXX.XXX-09		
235	JONAS FERNANDES DE MEDEIROS	087.XXX.XXX-86	SHIRLEY DAYANA MARTINS DA SILVA	028.XXX.XXX-96
236	JONATHAN JARBSON DE MEDEIRO ARAÚJO	119.XXX.XXX-75		
237	JORGE HENRIQUE FARIA DE ARAÚJO	020.XXX.XXX-58	MARIA DALVINA DA SILVA FARIA	21.XXX.XXX-
238	JOSÉ ALEX DIAS JUNIOR	129.XXX.XXX-90	MARIA ELOISA DE ARAÚJO TARGINO	117.XXX.XXX-55
239	JOSE ALLAN FELIX DE LIMA	720.XXX.XXX-78		
240	JOSE AMARO NETO	049.XXX.XXX-30	KALIANE DA SILVA FARIA	073.XXX.XXX-10
241	JOSE ANTONIO TOMAZ DE SOUZA FILHO	059.XXX.XXX-43	MARIA ALBANI DA SILVA	058.XXX.XXX-74
242	JOSE CARLOS ALVARES COSTA	009.XXX.XXX-66		
243	JOSE CARLOS DO NASCIMENTO FELIX	120.XXX.XXX-30		
244	JOSÉ CARLOS MONTEIRO	075.XXX.XXX-08		
245	JOSE EDSON DE MORAIS	011.XXX.XXX-84	FABIANA CARLOS BATISTA	056.XXX.XXX-74
246	JOSE FELIPE DA SILVA NETO	099.XXX.XXX-11		
247	JOSÉ FILHO GENUINO DA NOBREGA	037.XXX.XXX-44	WELBA RAYNE DE LIMA FERREIRA	089.XXX.XXX-00
248	JOSE GALBERTO GOMES DA SILVA	038.XXX.XXX-61		
249	JOSE IVAN ALVES DE MACEDO	075.XXX.XXX-54	MARIA VERONICA DE LIMA SOUZA	082.XXX.XXX-06
250	JOSÉ LUIZ SOBRINHO	736.XXX.XXX-72	ELLEEN KARLA NUNES DA ROSA	812.XXX.XXX-34
251	JOSE MANOEL DE ARAÚJO	812.XXX.XXX-04		
252	JOSE MANUEL SOLANO	708.XXX.XXX-36		
253	JOSÉ MONTEIRO DE OLIVEIRA	007.XXX.XXX-64		
254	JOSE OTACIO NUNES DA SILVA	706.XXX.XXX-55		
255	JOSE ROBERTO GARCIA DE ARAUJO	085.XXX.XXX-54		
256	JOSE ROMARIO FARIAS ALVES	127.XXX.XXX-21		
257	JOSE SEGUNDO GOMES	792.XXX.XXX-53		
258	JOSÉ SEVERINO FÉLIX	761.XXX.XXX-49	IVANI DOS SANTOS FELIX	052.XXX.XXX-88
259	JOSEANE DANTAS DA SILVA	051.XXX.XXX-11		
260	JOSELANE GOMES DA SILVA CAVALCANTI	038.XXX.XXX-66	FRANCISCO DAS CHACAS CAVALCANTI SILVA	074.XXX.XXX-09
261	JOSELIA DE MEDEIROS SILVA	079.XXX.XXX-23		
262	JOSIMAR ALVARES DE FARIA	490.XXX.XXX-15		
263	JOZENILDO RAMALHO DA SILVA	061.XXX.XXX-96		
264	JOZIMAR FRANQUILINO DE SOUZA	061.XXX.XXX-16	MARIZA RAMALHO BATISTA	085.XXX.XXX-37
265	JUCELIO DO NASCIMENTO FELIX	124.XXX.XXX-63		
266	JUCICLEIDE DE SOUZA FELIX	072.XXX.XXX-62	RAILTON MATIAS DE SOUZA	863.XXX.XXX-00
267	JULIA GOMES DA COSTA	261.XXX.XXX-68		
268	JULIA KARINE DA SILVA ARAÚJO	108.XXX.XXX-70		
269	JULIA LETICIA MEDEIROS	111.XXX.XXX-83		
270	JULIANA REGINA DA SILVA	063.XXX.XXX-01		
271	JULIETE LOPES DA SILVA	016.XXX.XXX-16		
272	JURANDIR MANOEL DE ARAÚJO	221.XXX.XXX-04	SONIA MARIA DANTAS	555.XXX.XXX-04
273	KAIO MONTEIRO FURTUNATO	121.XXX.XXX-39		
274	KAROL NAELLY DE SOUSA DOS SANTOS	118.XXX.XXX-97	LEONARDO DE ARAUJO SILVA	018.XXX.XXX-54
275	KÁTIA ALVES DE FARIA	012.XXX.XXX-50		
276	KEILA BARRETO MEDEIROS	105.XXX.XXX-13	EDUARDO ARAUJO DE SOUZA	098.XXX.XXX-50
277	LAION PEREIRA DA SILVA	700.XXX.XXX-36		

278	LANUZA MONTEIRO RAMALHO	054.XXX.XXX-03	LAZARO ARAUJO DOS SANTOS FILHO	071.XXX.XXX-06
279	LARISSA HENRIQUE DA ASSUNCAO GADELHA	067.XXX.XXX-90	MANOEL GADELHA DE ALMEIDA	086.XXX.XXX-20
280	LARISSE SANTOS BERNARDO	100.XXX.XXX-03		
281	LAURA INGRIDI DA SILVA ARAUJO	112.XXX.XXX-07	LEANDRO SOARES RAMOS	104.XXX.XXX-56
282	LEANDRO ALMEIDA BATISTA	099.XXX.XXX-02	HEMANUELY OLIVEIRA DE BRITO	077.XXX.XXX-65
283	LEANDRO DE SOUZA BORBUREMA	083.XXX.XXX-80	EDNA ARAUJO DE SOUZA	703.XXX.XXX-63
284	LEANDRO GOMES RAMALHO	094.XXX.XXX-06		
285	LEANDRO HEBER DA SILVA DANTAS	061.XXX.XXX-80		
286	LEILANY GOMES SILVA	063.XXX.XXX-46	ROGERIO OLIVEIRA SILVA GOMES	059.XXX.XXX-94
287	LENI BEZERRA DE MEDEIROS	391.XXX.XXX-49		
288	LENICE DE SENA FERREIRA	703.XXX.XXX-58	ERIQUE MATHEUS DA SILVA SANTOS	130.XXX.XXX-78
289	LEONAM DE SOUZA	068.XXX.XXX-04	GEORGIA CANDIDA DANTAS	706.XXX.XXX-38
290	LEONARDO ALEXANDRE RAMOS	092.XXX.XXX-22		
291	LEONARDO FURTUNATO DOS SANTOS	092.XXX.XXX-90		
292	LEONARDO GOMES DOS SANTOS NASCIMENTO	066.XXX.XXX-06	BERENICE COSTA DO NASCIMENTO GOMES	013.XXX.XXX-51
293	LEONARDO MIGUEL DA SILVA DANTAS	077.XXX.XXX-20		
294	LETANIA FURTUNATO DA SILVA	624.XXX.XXX-49		
295	LIDIANE FERNANDES DOS SANTOS LUCENA	052.XXX.XXX-00		

296	LILIANA BEATRIZ DE SOUZA	058.XXX.XXX-03		
297	LORENA FURTUNATO SALES	142.XXX.XXX-85		
298	LOURIVAL ARAUJO DE ALMEIDA	008.XXX.XXX-36		
299	LUANA KARELLY ARAUJO GOMES	120.XXX.XXX-86	RAMON OLIVEIRA RAMALHO MOURA	017.XXX.XXX-27
300	LUCAS CAVALCANTE FELIX	131.XXX.XXX-44	MICHELE ALVES DE OLIVEIRA	108.XXX.XXX-92
301	LUCAS DE MEDEIROS ARAUJO LIMA	018.XXX.XXX-89		
302	LUCAS EMANUEL DA SILVA DANTAS	085.XXX.XXX-03	MONALIZA FEITOSA DE LUCENA	
303	LUCAS LUAN ALVARES DE ARAÚJO	016.XXX.XXX-73	THALYTA LETICIA FREITAS DE SOUZA	114.XXX.XXX-61
304	LUCIANA RAMALHO	964.XXX.XXX-04		
305	LUCIENE GARCIA DE ARAUJO	048.XXX.XXX-05	DAGMAR GARCIA DE ARAUJO	307.XXX.XXX-87
306	LUCILEIDE ARAUJO DIAS MENDES	008.XXX.XXX-66	MARCILIO MENDES DE ARAUJO	474.XXX.XXX-87
307	LUISA MARCIANA FERNANDES MARIZ	105.XXX.XXX-50		
308	LUIZ CARLOS MIGUEL DE ALMEIDA	696.XXX.XXX-15		
309	LUIZ HENRIQUE ALVARES DANTAS	124.XXX.XXX-46		
310	MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS NETO	030.XXX.XXX-46	LUCINEIA DE FREITAS DANTAS	761.XXX.XXX-53
311	MANOEL MESSIAS MONTEIROS MEDEIROS	081.XXX.XXX-27	MARIA DE FATIMA ARAÚJO	095.XXX.XXX-05
312	MANOEL MESSIAS XAVIER DA SILVA	086.XXX.XXX-85	MARIA DO O MORAIS DE SOUZA SILVA	100.XXX.XXX-10
313	MANOEL SILVA DE FARIA	054.XXX.XXX-40	MARIA DO Ó MARIZ FARIA	015.XXX.XXX-29
314	MARA CRISTINA ARAUJO DOS SANTOS	017.XXX.XXX-59		
315	MARCEL FERNANDES DO NASCIMENTO	078.XXX.XXX-39	ANA MARIA MONTEIRO	059.XXX.XXX-19
316	MARCELO DANTAS DE MEDEIROS	071.XXX.XXX-54	JAHEDNA FARIA LUCENA	094.XXX.XXX-00
317	MARCIEL DE PAULA	123.XXX.XXX-63	LUANA DARC SILVA GERONIMO	
318	MARCIO JOSÉ CAVALCANTE DA SILVA	014.XXX.XXX-84		
319	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	118.XXX.XXX-36	IARA LUCENA SOARES	105.XXX.XXX-81
320	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	118.XXX.XXX-36		
321	MARCOS BATISTA DA SILVA	127.XXX.XXX-93		
322	MARIA ALTINA DA CONCEICAO	076.XXX.XXX-10		
323	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	118.XXX.XXX-30	JOSINALDO FERNANDES DE SOUZA	103.XXX.XXX-13
324	MARIA APARECIDA SILVA DE MEDEIROS	091.XXX.XXX-96		
325	MARIA CELIA BARROS	410.XXX.XXX-68		
326	MARIA CELIA DA SILVA	038.XXX.XXX-43	FLAVIO CANDIDO DA SILVA	008.XXX.XXX-73
327	MARIA CLARA DOS SANTOS ALMEIDA	129.XXX.XXX-80	FRANKLIN RUBENS COSTA DOS SANTOS	121.XXX.XXX-07
328	MARIA CLARA RAMALHO FARIA	119.XXX.XXX-58	MARISTONY DA SILVA	122.XXX.XXX-58

329	MARIA DA CONCEICAO FARIA	028.XXX.XXX-02	IVONILDO ARAUJO DA SILVA	52.XXX.XXX-20
330	MARIA DA CONCEICAO SANTOS	106.XXX.XXX-40	GERALDO DE SOUSA OLIVEIRA	798.XXX.XXX-53
331	MARIA DA CONCEICAO SILVA	060.XXX.XXX-10		
332	MARIA DALVA DE ARAUJO	026.XXX.XXX-90	EUSEBIO BATISTA DE ARAUJO	812.XXX.XXX-04
333	MARIA DE FATIMA MONTEIRO DOS SANTOS	937.XXX.XXX-20	ODILIO ENEAS DE ARAUJO	051.XXX.XXX-38
334	MARIA DE FATIMA RAMALHO DA SILVA	937.XXX.XXX-68		
335	MARIA DE FÁTIMA SANTOS	017.XXX.XXX-30	EDSON GUTIERRE MONTEIRO FERREIRA	080.XXX.XXX-79
336	MARIA DE FATIMA SILVA	241.XXX.XXX-53		
337	MARIA DE LURDES SILVA	026.XXX.XXX-24		
338	MARIA DO O ALVES DE MEDEIROS	555.XXX.XXX-91	MANOEL MESSIAS DE MEDEIROS	038.XXX.XXX-90
339	MARIA DO Ó DA SILVA	087.XXX.XXX-29	ALBERTO LUIZ DA SILVA	053.XXX.XXX-09
340	MARIA DO O DA SILVA TOMAZ	009.XXX.XXX-02	LUIZ CARLOS DE MOURA	851.XXX.XXX-78
341	MARIA DO O DE JESUS	406.XXX.XXX-04		
342	MARIA DO O DE OLIVEIRA	013.XXX.XXX-70		
343	MARIA DO O DE SOUZA MEDEIROS	031.XXX.XXX-61	RAILSON ALVES DE MEDEIROS	481.XXX.XXX-72
344	MARIA DO O FIDELIS DE ARAUJO	704.XXX.XXX-63	WALLES FERNANDES DE SOUZA	078.XXX.XXX-03
345	MARIA DO O MONTEIRO COSTA	104.XXX.XXX-64	CAIO AECIO MARIZ DANTAS	072.XXX.XXX-76
346	MARIA DO O SILVA SOARES	014.XXX.XXX-54	GENIVAL SOARES FERNANDES	078.XXX.XXX-31
347	MARIA DO SOCORRO ARAUJO	065.XXX.XXX-00		
348	MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE PEREIRA	541.XXX.XXX-68		
349	MARIA DO SOCORRO DANTAS DE LUCENA	750.XXX.XXX-30	OLAVO ASSIS JUNIOR	598.XXX.XXX-68
350	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS BRILHANTE	406.XXX.XXX-04		
351	MARIA EDUARDA MEDEIROS SOUZA	702.XXX.XXX-00		
352	MARIA EDUARDA WANDERLEY LUCENA FRANCO	124.XXX.XXX-62	JOAO VITOR VIEIRA DE ARAUJO RIBEIRO	018.XXX.XXX-73
353	MARIA ELIZETE DE SOUZA FARIA	538.XXX.XXX-59		
354	MARIA HELENA SOUZA LOPES	707.XXX.XXX-60		
355	MARIA ISABEL DE ARAUJO	761.XXX.XXX-53		
356	MARIA JOSE ALVES VITURINO DA SILVA	016.XXX.XXX-96	FRANCISCO ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR	066.XXX.XXX-52
357	MARIA JOSE DA SILVA	017.XXX.XXX-24	EDNALDO DOS SANTOS	058.XXX.XXX-03
358	MARIA JOSÉ DA SILVA	013.XXX.XXX-67	MARCIO FAUSTINO DA SILVA	007.XXX.XXX-81
359	MARIA JOSE DOS SANTOS	850.XXX.XXX-87		
360	MARIA LUCIA DE SALES SILVA	129.XXX.XXX-77	GERALDO LUIZ DA SILVA	044.XXX.XXX-63
361	MARIA SANT ANA FELIX BATISTA	142.XXX.XXX-03		

362	MARIA SANTANA MONTEIRO DOS SANTOS	013.XXX.XXX-00	JOSSEAN LACERDA DE MOURA	077.XXX.XXX-60
363	MARIA SEVERINA DE LIMA	598.XXX.XXX-34	JOSE SEGUNDO DOS SANTOS	597.XXX.XXX-34
364	MARIA VILMA DE ARAÚJO SOUZA	038.XXX.XXX-44	CLAUDIO ALVES FARIA	056.XXX.XXX-24
365	MARIANA ARAUJO LARANJEIRA	080.XXX.XXX-31	BARUC WANDERLEY DOS SANTOS	075.XXX.XXX-94
366	MARIANA FARIAS DOS SANTOS ALVES	017.XXX.XXX-58		
367	MARIELE TAISE ALVES PERREIRA	103.XXX.XXX-67	VAGNER ALISSON JACINTO MEDEIROS	704.XXX.XXX-66
368	MARINEZ BARROS DE MEDEIROS	410.XXX.XXX-15		
369	MARINEZ MONTEIRO DE ARAÚJO	555.XXX.XXX-87		
370	MARION KAYSE DANTAS BATISTA DE ARAUJO	077.XXX.XXX-98		
371	MATEUS ARAUJO RIBEIRO	125.XXX.XXX-10		
372	MATEUS MIKAIEL DA SILVA DANTAS	016.XXX.XXX-60	RAYANE FELIX CHIANCA	126.XXX.XXX-97
373	MATEUS SATIRO DA SILVA	017.XXX.XXX-01	ANA BEATRIZ MEDEIROS VASCONCELOS	092.XXX.XXX-40
374	MATHEUS ABRANTES DE ARAUJO	101.XXX.XXX-07	MILENE GOMES MONTEIRO	116.XXX.XXX-74
375	MATHEUS ALEXANDRE FERNANDES DE SOUZA	115.XXX.XXX-06	SARA LORENA CANDIDA MAIA	145.XXX.XXX-19
376	MATHEUS LUCIO DE ARAUJO SOUSA	175.XXX.XXX-90		
377	MATIAS DE MEDEIROS SILVA	700.XXX.XXX-17		
378	MAYRANNE EMYLLE MEDEIROS FURTUNATO	073.XXX.XXX-89	GABRIEL DANTAS FARIA	061.XXX.XXX-21
379	MELQUIZEDEQUE DIAS BATISTA	124.XXX.XXX-48		
380	MICHAEL BERJAMIM FORTUNATO SOUZA	086.XXX.XXX-13		
381	MICILENA MARIA DOS SANTOS	067.XXX.XXX-25		
382	MISAEL GARCIA DE ARAÚJO	101.XXX.XXX-07		
383	MURILO HENRIQUE WANDERLEY MARIZ	119.XXX.XXX-39	MARIA FLAVIA FARIA DA SILVA	115.XXX.XXX-10
384	NACHARA MORGANA DE LIMA WANDERLEY	068.XXX.XXX-56	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA	123.XXX.XXX-43
385	NAIRES COSTA FERREIRA	107.XXX.XXX-07		
386	NATAN MARIZ RIBEIRO	016.XXX.XXX-02		
387	NATHALIA LETICIA SILVA DE MOURA	094.XXX.XXX-35		
388	NATHALIA SANTOS BERNARDO	702.XXX.XXX-93		
389	NAYARA MAYEDES SILVA BERNARDO	701.XXX.XXX-16	ALISSON MONTEIRO DOS SANTOS	061.XXX.XXX-06
390	NAZARENO NAZARIO DO NASCIMENTO	736.XXX.XXX-20		
391	NEIDE ARAÚJO VIEIRA DE BRITO	297.XXX.XXX-49		
392	NEIDE FURTUNATO DOS SANTOS	079.XXX.XXX-55		
393	NELSON PEREIRA BATISTA	016.XXX.XXX-03		
394	NEUREMBERG FERREIRA DOS SANTOS	055.XXX.XXX-23	DANIELE CRISTINA ARAUJO CANDIDA MAIA	106.XXX.XXX-17

395	ODAIR JOSE DA SILVA	020.XXX.XXX-75		
396	ODAIR JOSÉ DANTAS MEDEIROS	091.XXX.XXX-88	MARIA ALICE ALVES DE MEDEIROS	100.XXX.XXX-84
397	OLIVIA PONTES FURTUNATO	112.XXX.XXX-09		
398	OSMIDIA FRANCISCA DOS SANTOS RAMALHO	241.XXX.XXX-72	MOACIR CANDIDO RAMALHO	253.XXX.XXX-49
399	OSVALDO ARAUJO JUNIOR	072.XXX.XXX-13	JANE CLEIDE FERNANDES DA SOUSA	082.XXX.XXX-02
400	OZENILDA MONTEIRO	010.XXX.XXX-78		
401	PÂMELA APARECIDA ARAÚJO DE MEDEIROS AZEVEDO	083.XXX.XXX-21	MAXUEL ANDERSON MACIEL AZEVEDO	106.XXX.XXX-94
402	PATRICIA MONTEIRO DE FARIAS	045.XXX.XXX-10		
403	PAULO DA COSTA CARNEIRO	701.XXX.XXX-50		
404	PAULO ZELIO GOMES JUNIOR	089.XXX.XXX-35		
405	PEDRO HENRIQUE DA SILVA ARAUJO	112.XXX.XXX-12		
406	PEDRO ICARO PEREIRA ALVARES	113.XXX.XXX-67		
407	POLIANA OLIVEIRA DA NOBREGA WANDERLEY	008.XXX.XXX-40		
408	RAFAEL FELIX CHIANCA	126.XXX.XXX-78		
409	RAMON RAMOS DE ARAUJO	018.XXX.XXX-09		
410	RAUAN DANTAS PEREIRA	105.XXX.XXX-50	RUANNY SILVA DA ARAÚJO PEREIRA	107.XXX.XXX-88
411	RAUL CARLOS DOS SANTOS SILVA	113.XXX.XXX-41		
412	RAYANE TOMAZ DE SOUZA	107.XXX.XXX-35	LEONARDO FURTUNATO DE BARROS	074.XXX.XXX-39
413	RAYANNY ARAÚJO DOS SANTOS	091.XXX.XXX-21	LEABDRO FELIX FERNANDES	116.XXX.XXX-21
414	REGIANE RIBEIRO ALVES	715.XXX.XXX-40	LEONARDO EUFRASINO DANTAS	017.XXX.XXX-65
415	REINALDO HOOBE MEDEIROS FRANCA	068.XXX.XXX-76		
416	RENATO LUCENA DOS SANTOS	016.XXX.XXX-08		
417	RENATO MICHAEL CUSTODIO SILVA	125.XXX.XXX-41		
418	RICARDO COSTA DA SILVA	058.XXX.XXX-08		
419	RITA DE CASSIA DOS SANTOS	035.XXX.XXX-03		
420	ROBERIO FELIX DA SILVA	707.XXX.XXX-10		
421	ROBERLANDIA GOMES DOS SANTOS	018.XXX.XXX-05	MANOEL MESSIAS SILVA	029.XXX.XXX-80
422	ROBERTO WANDERLEY DE ARAUJO	703.XXX.XXX-49		
423	ROBSON CANDIDO DE ARAUJO MARIZ	061.XXX.XXX-23		
424	ROBSON DE SOUZA ARAÚJO	102.XXX.XXX-07		
425	ROBSON DOS SANTOS VIANA	702.XXX.XXX-00	DALVANIRA PEREIRA VIANA	779.XXX.XXX-91
426	ROBSON HEBERT DE ARAÚJO FURTUNATO	042.XXX.XXX-09		
427	RODRIGO DE OLINDA DE ARAÚJO	707.XXX.XXX-64		

428	ROMARIO JOSE DA SILVA	106.XXX.XXX-20		
429	ROSEANE DA SILVA MEDEIROS	101.XXX.XXX-03	ERISANDRO THOMAZ DE LIMA	053.XXX.XXX-78
430	ROSELIA ALAIDE DE BARROS SILVA	023.XXX.XXX-39		
431	SABRINA FERRAZ RODREGUES	089.XXX.XXX-36	FRANCISCO VITOR ALVES DE OLIVEIRA	130.XXX.XXX-13
432	SABRINA GOMES DESSOLES	110.XXX.XXX-80		
433	SAMANTA DANTAS RAMOS	101.XXX.XXX-32		
434	SAMANTHA DE JESUS CRUZ	701.XXX.XXX-18		
435	SAMARA DAIANE ARAUJO DOS SANTOS	077.XXX.XXX-46		
436	SAMELA NAARA WANDERLEY GOMES	706.XXX.XXX-07		
437	SAULO GARDIULLI DESSOLES GOMES	109.XXX.XXX-38	JAIANE ARAUJO DE FIGUEIREDO DESSOLES	113.XXX.XXX-64
438	SAVIO JOSE DA SILVA DANTAS	116.XXX.XXX-70		
439	SEMAJ DE OLIVEIRA COSTA ALADIM	051.XXX.XXX-10		
440	SEVERINA ARAUJO GOMES	597.XXX.XXX-87		
441	SEVERINA MARIA DA CONCEIÇÃO	702.XXX.XXX-00	JOSÉ PAULO DE FARIA	229.XXX.XXX-04
442	SEVERINO FLORENCIO DE OLIVEIRA NETO	057.XXX.XXX-90	JOICE DE ARAÚJO MOREIRA	124.XXX.XXX-45
443	SHEYLA GEANE TAVARES DANTAS	829.XXX.XXX-91		
444	SHEYLA KELLY GOMES ARAUJO	026.XXX.XXX-80		
445	SILMARA ARAUJO DOS SANTOS	009.XXX.XXX-08		
446	SOCORRO DA SILVA MONTEIRO	838.XXX.XXX-20	ROBSON DE ARAÚJO FERREIRA	016.XXX.XXX-79
447	SONIA MARIA FERNANDES	029.XXX.XXX-07		

448	STEFANI DE MEDEIROS DA SILVA	700.XXX.XXX-90	SAMARONE SOUZA COSTA	124.XXX.XXX-52
449	STENIO GOMES ARAUJO	024.XXX.XXX-17		
450	SUERDA SOUZA DA SILVA	050.XXX.XXX-01	ERIVANALDO MEDEIROS SILVA	042.XXX.XXX-38
451	SUNAMITA DE ARAUJO SOUZA	113.XXX.XXX-77	RONALDO JOSE DA SILVA	125.XXX.XXX-02
452	TAINA JESSICA ARAUJO	108.XXX.XXX-83		
453	TAINARA BATISTA FERNANDES	120.XXX.XXX-04	IGOR DA SILVA FIDELIS	106.XXX.XXX-30
454	TAMIZA CONCEICAO DA SILVA	093.XXX.XXX-80		
455	TARCIO OLIVEIRA BRITO	099.XXX.XXX-00	MARIA HELENA NOBREGA BRITO	096.XXX.XXX-05
456	TÁSSIA KÉRVIA DE MEDEIROS	085.XXX.XXX-59		
457	TEMISTOCLES BATISTA DE ARAÚJO BISNETO	719.XXX.XXX-85		
458	THAIS DAIANA SILVA PREIRA	081.XXX.XXX-00		
459	THAYANE MEDEIROS DE MOURA	072.XXX.XXX-76		
460	THAYRONE BARROS MONTEIRO	114.XXX.XXX-71		
461	THAYSE MEDEIROS DE MOURA	134.XXX.XXX-84		
462	THEREZA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS	124.XXX.XXX-88		
463	THOMAS EDSON DE ARAUJO DANTAS	136.XXX.XXX-96	EDUARDA VITORIA DA SILVA	708.XXX.XXX-14
464	THOMAS RAVELLI ALVES SANTOS	016.XXX.XXX-08	ANA DANIELLY ALVES SANTOS	114.XXX.XXX-37
465	VALDEMIR NOE DE ARAÚJO	025.XXX.XXX-27		
466	VALDENO LUCENA DE ARAUJO	095.XXX.XXX-88		
467	VALNICE GOMES DE ARAUJO	072.XXX.XXX-35		
468	VANESSA ARAUJO CAMELO FERNANDES DE FARIA	038.XXX.XXX-07	ARTUR ALUIZIO FERNANDES DE FARIA	012.XXX.XXX-79
469	VANESSA CRISTINA NUNES DE SOUZA	092.XXX.XXX-85	BARBARA DAGMAR TAVARES DANTAS	098.XXX.XXX-39
470	VANIA FERNANDES DE MEDEIROS	969.XXX.XXX-15	NAPOLIAO DANTAS JUNIOR	538.XXX.XXX-34
471	VANILSON JERONIMO DA SILVA	085.XXX.XXX-54	CRISTIANE SERAFIM FERREIRA DE AZEVEDO	016.XXX.XXX-01
472	VERLANDIA MEDEIROS DE SOUZA	346.XXX.XXX-17	FRANCISCO JOSE MARTINS	019.XXX.XXX-14
473	VICTOR CAVALCANTE DA SILVA NETO	075.XXX.XXX-38		
474	VICTOR LUCAS DA SILVA MARTINS	706.XXX.XXX-17		
475	VIGOLVINO MONTEIRO NETO	672.XXX.XXX-00	MARIA DE FATIMA MEDEIROS MONTEIRO	072.XXX.XXX-99
476	VITOR MANOEL TAVARES GOMES	116.XXX.XXX-90	ÉLLEN BEATRIZ GOMES PESSOA	
477	VITORIA CAROLINE MEDEIROS MARIZ	135.XXX.XXX-17	LUCAS GOMES RAMALHO	117.XXX.XXX-02
478	VITORIA MARIA VIEIRA BRITO	093.XXX.XXX-08		
479	VITORIA SOUSA FERNANDES	016.XXX.XXX-70	WESDERLEY DA SILVA ARAÚJO	004.XXX.XXX-63
480	VIVIANE ARAÚJO WANDERLEY	139.XXX.XXX-70		
481	WAGNER MONTEIRO FURTUNATO	113.XXX.XXX.45		
482	WANDERLEY LEANDRO SANTOS DA COSTA	016.XXX.XXX-81		
483	WELITON ARAÚJO DA SILVA	107.XXX.XXX-00	MARIA APARECIDA ALVES DE SOUZA	
484	WELKER KAYAN ARAUJO ALVES	099.XXX.XXX-42	SERGIANNE BATISTA MARIZ	108.XXX.XXX-23
485	WELLINGTON LUCIO DA SILVA	070.XXX.XXX-10		
486	WESLEY WILTON DOS SANTOS TARCINO	106.XXX.XXX-63		
487	WESLLEY FLAVIANO MEDEIROS WANDERLEY	095.XXX.XXX-08		
488	WILKER BESERRA DA SILVA	122.XXX.XXX-50		
489	WILTON ARAUJO BARBOSA	017.XXX.XXX-97	RENATA TEIXEIRA DE SOUZA	110.XXX.XXX-78
490	YAMARA MAYRA GOMES DE MEDEIROS	015.XXX.XXX-82		
491	YANDRA CAMILLA MEDEIROS GOMES	074.XXX.XXX-51		
492	YURI DESSOLES MARQUES	011.XXX.XXX-85		
493	ZORAIDE LOPES DA SILVA	513.XXX.XXX-20		

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:E123C9E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240301/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026 - FORNECEDOR FARMACIA MAIS SAÚDE FERREIRA LTDA/40259032000120

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240301/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026

O MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, sediada na Rua Eugenio Costa, 72, Centro, Serrinha dos Pintos/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 01.613.858/0001-94, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhora Prefeita Constitucional ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº 1543207, inscrito no CPF nº 970.522.644-04 residente e domiciliado na AVENIDA FRANCISCO VITOR Centro, Serrinha dos Pintos/RN, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2026, homologada no dia 16/03/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	FARMACIA MAIS SAÚDE FERREIRA LTDA/40259032000120
Valor Contratado R$:	504928,81

Item	Código	Nome do Produto	Marca	Und. Med	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. total R$
3	29870	20 BI C/5 CPR	DIVERSA	CX	35,00	87,10	3.048,50
7	26681	ADIPEPT 40 MG C/28 CPR	DIVERSA	CX	40,00	56,28	2.251,20
15	22714	ALLEGRA 120MG C/10CPR..	DIVERSA	CX	50,00	61,29	3.064,50
17	22717	ALTA D 7.000UI C/4CPR..	DIVERSA	CX	120,00	20,44	2.452,80
18	22718	ANCORON 200MG C/30..	DIVERSA	CX	20,00	60,80	1.216,00
19	85	ANDOLBA AEROSOL 43G	DIVERSA	UND	25,00	41,22	1.030,50
20	22720	ANGIPRESS 50MG C/28..	DIVERSA	CX	45,00	39,85	1.793,25
28	22728	ARTICO PO C/30SCH..	DIVERSA	CX	30,00	265,55	7.966,50
35	22735	ASTRO 600MG SUSP..	DIVERSA	CX	40,00	59,40	2.376,00
38	22737	ATENSINA 0,150MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	35,00	13,57	474,95
43	29871	BARIAT XR C/30 COMPRIMIDO	DIVERSA	CX	30,00	131,60	3.948,00
44	29873	BECAN GTS 20ML	DIVERSA	CX	30,00	107,90	3.237,00
48	26682	BENICAR HCT 20/12,5 MG C/30 COMP	DIVERSA	CX	20,00	97,57	1.951,40
50	29854	BETATRINTA 5+2MG/ML INJ 6AMP 1ML	DIVERSA	AMP	100,00	166,76	16.676,00
53	26688	BIALERGE GTS C/20 ML	DIVERSA	UND	40,00	14,35	574,00
54	22749	BIALERGE XPE C/100ML..	DIVERSA	UND	40,00	14,05	562,00
60	29855	BROMELIN 0,88G/ML SUSPENSAO ORAL 100ML	DIVERSA	UND	20,00	76,38	1.527,60
69	22761	CALCITRAN B12 SUSPENSÃO 150ML..	DIVERSA	UND	30,00	41,48	1.244,40
71	22763	CALMAN SUSPENSÃO ORAL C/100ML	DIVERSA	UND	30,00	66,40	1.992,00
74	22766	CANDICORT POM 30GR..	DIVERSA	UND	70,00	47,40	3.318,00
84	22775	COMBIRON FOLICO C/45DRG.	DIVERSA	CX	20,00	49,28	985,60
85	22785	COR-SELECT 5MG C/30CPR..	DIVERSA	CX	30,00	150,18	4.505,40
88	22786	CRESTOR 10MG C/30CPR	DIVERSA	CX	30,00	248,17	7.445,10
92	22790	DAFLON 500MG C/30CPR	DIVERSA	CX	30,00	136,53	4.095,90
93	26659	DECADRON 4MG C/1 AMPOLA 2,5ML	DIVERSA	AMP	15,00	22,93	343,95
106	22799	DIANE 35MG C/21.	DIVERSA	CX	30,00	43,74	1.312,20
110	22803	DIPROGENTA POM C/30GR.	DIVERSA	UND	10,00	54,98	549,80
113	22806	DOLAMIN FLEX C/15CPR	DIVERSA	CX	30,00	69,46	2.083,80
119	29859	DUOMO HP 2+5MG C/30 COMPRIMIDO	DIVERSA	CX	30,00	167,97	5.039,10
120	29878	DUPLOSTAT C/60	DIVERSA	CX	15,00	139,00	2.085,00
126	22817	EQUITAM 80MG C/30CAP.	DIVERSA	CX	40,00	85,03	3.401,20
131	26667	EZONIA 3MG C/20 CPR	DIVERSA	CX	15,00	139,25	2.088,75
136	22825	FILINAR G 5MG/ML XPE 120ML.	DIVERSA	CX	15,00	31,94	479,10
139	29881	FLANAX 275MG C/8 COMPRMIDO	DIVERSA	CX	50,00	15,26	763,00
145	22832	FLORAX SM AD C/5 FLAC.	DIVERSA	CX	250,00	56,20	14.050,00
147	29882	FLORIPA GTS 8ML	DIVERSA	CX	50,00	150,34	7.517,00
149	22836	FRESH TEARS COL C/15ML.	DIVERSA	FRC	35,00	79,13	2.769,55
153	22841	HIXIZINE XPE 120ML.	DIVERSA	FRC	70,00	65,83	4.608,10
158	22844	INSULINA DEGLUDECA TRESIBA INJ. 100U/ML.	DIVERSA	CX	150,00	1.082,39	162.358,50
159	22845	INSULINA GLARGINA LANTUS 100U/ML (1 REFIL 3ML)..	DIVERSA	CX	360,00	115,94	41.738,40
160	22846	INSULINA LISPRO HUMALOG (2 REFIS DE 3ML).	DIVERSA	CX	300,00	141,88	42.564,00
163	22847	IRRITRATIL 200MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	25,00	91,65	2.291,25
166	22850	JARDIANCE 10MG C/30CPR.	DIVERSA	CX	30,00	329,20	9.876,00
171	22854	KOLLAGENASE C/CLORANFENICOL 30GR + ESPAT.	DIVERSA	CX	12,00	78,61	943,32
173	22855	LABIRIN 24MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	12,00	35,33	423,96
178	22860	LOTAR 5/50MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	24,00	90,16	2.163,84
181	22865	MAGNEN B6 C/30CPR.	DIVERSA	CX	24,00	151,35	3.632,40
183	22867	MAXALT 10MG C/2 CPR.	DIVERSA	CX	24,00	39,00	936,00
184	22868	MAXIDEX SOL OFT C/5ML.	DIVERSA	CX	45,00	11,93	536,85
186	22870	MAXIFLOX SOL OFT C/5ML.	DIVERSA	CX	30,00	34,12	1.023,60
192	22877	MINILAX CX C/7 BISNAGA.	DIVERSA	CX	50,00	47,10	2.355,00
198	22883	MYLANTA PLUS MORANGO 240ML	DIVERSA	UND	20,00	61,42	1.228,40
199	22884	NACTALI C/28 CPR.	DIVERSA	CX	20,00	42,65	853,00
203	22887	NAPRIX A 10/10MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	20,00	81,17	1.623,40
206	22890	NATRILIX SR 1,5MG C/60 CPR LIB PROLONG.	DIVERSA	CX	25,00	62,12	1.553,00
218	22904	NOVANLO 2,5MG C/30.	DIVERSA	CX	35,00	80,66	2.823,10
219	22905	NOVANLO 2,5MG C/60 CPR.	DIVERSA	CX	35,00	155,05	5.426,75
220	22906	NOVANLO 5MG C/30 .	DIVERSA	CX	24,00	156,81	3.763,44
228	29863	OTO-BETNOVATE GTS 10ML	DIVERSA	CX	40,00	38,50	1.540,00
231	22914	OTOSPORIN GTS OTO C/10ML.	DIVERSA	CX	50,00	18,55	927,50
232	22915	OXIMAX 400MG REF C/30CAP.	DIVERSA	CX	30,00	91,60	2.748,00
238	29887	PIEMONT 4MG C/30 SCH	DIVERSA	CX	20,00	91,13	1.822,60
241	22922	PREDSIM SOL C/ 60ML .	DIVERSA	UND	40,00	37,10	1.484,00
244	22926	PRIMERA 20MG C/21.	DIVERSA	CX	40,00	46,07	1.842,80
245	22927	PRIMERA 30MG C/21.	DIVERSA	CX	40,00	46,07	1.842,80
248	22930	PROFENID 20MG GTS 20ML .	DIVERSA	CP	20,00	46,57	931,40
249	22931	PROFLAM 100 G C/12.	DIVERSA	CX	20,00	83,19	1.663,80
252	22935	PROSSO D+ C/30CPR.	DIVERSA	CX	35,00	173,05	6.056,75
259	22941	PURAN T4 25MG C/30.	DIVERSA	CX	50,00	18,81	940,50
261	22943	PURAN T4 62,5MG C/30.	DIVERSA	CX	140,00	19,81	2.773,40
271	29890	ROTEAS 60MG C/30 COMPRIMIDO	DIVERSA	CX	20,00	350,21	7.004,20
273	22954	SELENE C/21 COMP.	DIVERSA	CX	40,00	37,78	1.511,20
274	22955	SELOZOK 100MG C/30 CPR .	DIVERSA	CX	40,00	142,78	5.711,20
277	22958	SIMECO PLUS C/240ML.	DIVERSA	CX	25,00	65,30	1.632,50
280	26680	SINTOCALMY 300 MG C/20 CPR	DIVERSA	CX	40,00	58,11	2.324,40
281	22961	SINTOCALMY 600MG C/30 CPR.	DIVERSA	CX	40,00	93,19	3.727,60
287	22968	SUMAX PRO 50/500 C/2 CPR.	DIVERSA	CX	40,00	47,32	1.892,80
291	22972	TAMIRAM 500MG C/7.	DIVERSA	CX	35,00	132,60	4.641,00
293	22974	TAMISA 20MG C/21.	DIVERSA	CX	10,00	40,68	406,80
294	22975	TANDRILAX C/30.	DIVERSA	CX	40,00	37,98	1.519,20
296	29891	TAPAZOL 5MG C/100 COMPRIMIDO	DIVERSA	CX	35,00	39,97	1.398,95
297	26689	TAVOK 500 MG 7 CPR	DIVERSA	CX	20,00	105,38	2.107,60
302	22981	TIMOPTOL 0,5% SOL OFT 5ML .	DIVERSA	CX	40,00	24,55	982,00

311	22988	TROK G CR C/30GR	DIVERSA	UND	40,00	34,35	1.374,00
320	29867	VENALOT CREME 240ML	DIVERSA	UND	50,00	89,40	4.470,00
331	29895	VITALIA XR 48MG C/30 COMPRIMIDO	DIVERSA	CX	20,00	91,78	1.835,60
336	29868	XARELTO 2,5MG C/56	DIVERSA	CX	45,00	252,81	11.376,45
338	29869	XIGDUO XR 5/1000MG C/60	DIVERSA	CX	30,00	268,20	8.046,00
342	23014	ZINA 5MG C/10CPR .	DIVERSA	CX	25,00	61,58	1.539,50
343	23015	ZIRVIT MULTI C/30 .	DIVERSA	CX	30,00	130,43	3.912,90

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

3.2 Tendo como órgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 24/03/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Serrinha dos Pintos/RN, 24/03/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
Município De Serrinha Dos Pintos/RN
CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FARMACIA MAIS SAÚDE FERREIRA LTDA
40259032000120
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:0E2253BA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240302/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026 - FORNECEDOR MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER QUEIROZ/08237729000198

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240302/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026

O MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, sediada na Rua Eugenio Costa, 72, Centro, Serrinha dos Pintos/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 01.613.858/0001-94, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhora Prefeita Constitucional ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº 1543207, inscrito no CPF nº 970.522.644-04 residente e domiciliado na AVENIDA FRANCISCO VITOR Centro, Serrinha dos Pintos/RN, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2026, homologada no dia 16/03/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER QUEIROZ/08237729000198
Valor Contratado R$:	329.688,20

Item	Código	Nome do Produto	Marca	Und. Med	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. total R$
2	22992	TROK POM C/10GR.	EUROFARMA	CX	30,00	20,50	615,00
6	22706	ABRILAR XAROPE 100ML.	DIVCOM S.A	FRC	100,00	51,00	5.100,00
10	20741	ALENIA REFIL 12/400 C/60CAP	ACHÉ	CX	40,00	163,85	6.554,00
12	20743	ALGI OSSEO C/30 CPR MASTIG	DOVALLE	CX	20,00	116,45	2.329,00
13	22712	ALGINAC 1000 C/15 CPR..	PROCTER	FRC	40,00	38,50	1.540,00
21	22721	ANNITA 200MG 1ML SUSPENSÃO 45ML.	FMQ	FRC	80,00	33,60	2.688,00
22	90	ANNITA 500MG C/6	FMQ	CX	200,00	82,30	16.460,00
23	22723	ANTUX XPE 30/5ML 120ML..	ACHÉ	UND	40,00	50,42	2.016,80
25	22726	ARFLEX 200MG C/12..	DIFFUCAP	CX	20,00	99,80	1.996,00
26	22727	ARFLEX 200MG C/6..	DIFFUCAP	CX	20,00	52,55	1.051,00
30	26649	ARTROLIVE C/30 CAPS	ACHÉ	CX	80,00	125,75	10.060,00
31	22730	ARTROLIVE SCH SAB LAR 30ENV 4,5GR..	ACHÉ	CX	40,00	144,74	5.789,60
33	26650	ASPIRINA PREVENT 100 MG C/30	BAYER	CX	15,00	25,07	376,05
39	22738	ATROVENT GTS 20ML..	BOEHRINGER INGELHEIN	UND	40,00	32,44	1.297,60
40	22739	AVAMYS SPRAY NASAL 27,5MCG..	GSK	UND	35,00	76,95	2.693,25
42	22741	BALSAMO BENGUE POMADA 20GR..	EMS	CX	60,00	29,10	1.746,00
51	22747	BETINA 24MCG CX C/30..	EUROFARMA	CX	70,00	40,50	2.835,00
56	22750	BIOFENAC AEROSSOL	ACHÉ	UND	25,00	40,71	1.017,75
58	26651	BRASART 160 MG C/30	EMS	CX	15,00	54,40	816,00
62	29874	BUCLINA 25MG C/30 COMPRIMIDO	HYPERA	CX	30,00	21,65	649,50
63	22756	BUCLINA C/30 CPR.	HYPERA	CX	30,00	21,95	658,50
64	22757	BUSCOPAN 10MG C/20 DRG..	BOEHRINGER INGELHEIN	CX	80,00	27,91	2.232,80
65	22758	BUSCOPAN COMPOSTO CPR CX C/20..	BOEHRINGER INGELHEIN	CX	80,00	28,95	2.316,00
66	22759	BUSCOPAN GTS 20ML..	BOEHRINGER INGELHEIN	CX	80,00	30,20	2.416,00
70	22762	CALMAN C/20.	ASPEN	CX	30,00	69,85	2.095,50

73	22765	CANDICORT CR C/30GR..	ACHÉ	UND	30,00	47,45	1.423,50
75	22770	CEFALIV C/12..	ACHÉ	CX	50,00	23,30	1.165,00
77	22772	CENTRUM MULHER C/30CPR ..	GSK	CX	40,00	99,48	3.979,20
78	22773	CERUMIN SOL OTO 8ML..	NOVARTIS	UND	40,00	20,45	818,00
79	22774	CLENIL A C/10 FLAC.	CHIESI	AMP	20,00	94,70	1.894,00
81	22768	COBAVITAL C/30 CPR..	ABBOTT	CX	70,00	46,35	3.244,50
87	22784	CORDADEX 5MG C/30 CPR.	ACHÉ	CX	30,00	36,53	1.095,90
89	22787	CREVAGIN CR VAG C/7APLIC	EUROFARMA	UND	30,00	54,00	1.620,00
90	22788	CRONOBE INJ CX C/2 AMP 2,5ML.	BIOLAB	CX	35,00	45,50	1.592,50
94	22791	DECONGEX PLUS GTS.	ACHÉ	CX	60,00	19,60	1.176,00
95	26690	DECONGEX PLUS XPE C/120ML	ACHÉ	CX	35,00	28,90	1.011,50
96	29856	DEOCIL SL 10MG C/10	DIFFUCAP	CX	40,00	43,10	1.724,00
98	29857	DEXA CITONEURIN NFF INJ C/ 3 AMPOLAS	PROCTER	CX	40,00	54,80	2.192,00
99	22795	DEXADOR C/20 CPR VER	ARESE	CX	50,00	81,60	4.080,00
100	22796	DEXADOR INJ C/3 AMP.	ARESE	CX	50,00	52,10	2.605,00
117	22810	DUOMO 2MG C/30.	EUROFARMA	CX	40,00	40,00	1.600,00
121	29898	ECAZIL 81MG C/30 COMPRIMIDO	BIOLAB	CX	20,00	17,55	351,00
122	22812	ECOFILM COL C/15ML.	CRISTALIA	FRC	80,00	55,90	4.472,00
124	22814	ENAX 200MG C/30 COMP.	ARESE	CX	45,00	102,20	4.599,00
125	22816	ENTEROGERMINA CX C/10FRASCOS 5ML	SANOFI	CX	60,00	56,55	3.393,00
127	22819	ESIO 40MG C/28 CPR..	EUROFARMA	CX	35,00	208,73	7.305,55
130	22820	EUTHYROX 50MG C/50.	MERCK	CX	40,00	45,25	1.810,00
132	22821	FAMOX 40MG C/10 CAP.	ACHÉ	CX	35,00	53,00	1.855,00
134	22822	FENERGAN 25MG C/20CPR.	SANOFI	CX	60,00	20,44	1.226,40
138	22827	FLAGASS 75MG/ML C/10ML.	ACHÉ	CX	30,00	29,38	881,40
141	22829	FLANCOX 400MG C/10 CPR	APSEN	CX	50,00	31,58	1.579,00
142	22830	FLANCOX 500MG C/14 CPR.	APSEN	CX	20,00	53,41	1.068,20
146	22833	FLORAX SM PED C/5 FLAC.	HEBRON	CX	250,00	43,55	10.887,50
150	20808	GAZIA 40MG C/28 CPR	SUPERA	CX	90,00	54,60	4.914,00
151	22839	GUTTALAX GOTAS 30ML.	SANOFI	GTS	30,00	43,98	1.319,40
156	26655	IBAN 150 MG C/1 CPR	EUROFARMA	CX	15,00	61,97	929,55
157	26662	IMUNOGLUCAN DS C/30 CPS	HEBRON	CX	15,00	124,95	1.874,25
162	26658	INZELM 20MG C/30 CPR	TAKEDA	CX	15,00	260,80	3.912,00
169	26648	KETTO 10 MG C/10 CPR SL	MOMENTA	CX	15,00	35,75	536,25
170	22853	KOID D XPE C/120ML	MOMENTA	FRC	60,00	53,70	3.222,00
174	22856	LACRIFILM COL C/15ML.	GENOM	CX	60,00	48,44	2.906,40
175	22857	LACRIMA PLUS 15ML.	ALCON	GTS	60,00	47,90	2.874,00
176	29884	LEMONT 10 + 5 MG C/7 COMPRIMIDO	EUROFARMA	CX	20,00	68,18	1.363,60
182	22866	MAREVAN 5MG C/30 COMP.	FQM	CX	100,00	36,10	3.610,00
188	22872	MAXSULID 400MG CX C/30 CPR.	MANTECORP	CX	25,00	53,30	1.332,50
189	22873	MECLIN 25MG C/15 CPR.	APSEN	CX	25,00	30,35	758,75
195	22880	MUSCULARE 10MG C/15CPR.	EUROFARMA	CX	20,00	23,25	465,00
197	22882	MYLANTA PLUS MENTA 240ML.	JANSSEN CILAG	CX	20,00	61,50	1.230,00
200	29886	NACTIL 600MG C/30 COMPRIMIDO	MYRALIS	CX	20,00	88,88	1.777,60
202	22886	NAPRIX 5MG C/30 CPR.	LIBBS	CX	20,00	87,15	1.743,00
204	29862	NAPRIX D 5/12,5 MG C/30 COMPRIMIDO	LIBBS	CX	20,00	79,40	1.588,00
205	22889	NASONEX SPR C/120 ATOMIZACOES.	SUPERA	CX	20,00	72,20	1.444,00
208	22892	NEO CEBETIL COMP INJ CX C/2AMP A+B.	UNIÃO QUÍMICA	CX	150,00	25,48	3.822,00
209	22893	NEVRIX CPR CX C/20 CPR.	ARESE	CX	50,00	75,44	3.772,00
210	22894	NEVRIX INJ C/3 AMP.	ARESE	CX	50,00	27,25	1.362,50
212	22896	NOEX 50MCG C/200 DOSES.	EUROFARMA	FRC	40,00	82,60	3.304,00
213	22899	NORIPURUM 100MG C/30 CPR.	BLANVER	CX	60,00	77,50	4.650,00
214	22900	NORIPURUM IV C/ 5 APM C/5ML.	BLANVER	CX	45,00	100,60	4.527,00
221	22908	NUTRICAL D C/60.	FQM	CX	50,00	113,77	5.688,50
225	22909	OPTIVE SOL OFT C/10ML.	ALLERGAN	CX	35,00	77,57	2.714,95
233	22916	OXOTRON 60MG C/15CPR.	ACHÉ	CX	70,00	41,75	2.922,50
235	22918	PERCOF XAROPE 120ML.	EUROFARMA	FRC	45,00	47,75	2.148,75
237	22920	PERMESE 1ML INJ.	MOMENTA	CX	40,00	32,43	1.297,20
239	29899	POSTEC POM 20G	APSEN	CX	20,00	154,25	3.085,00
246	22928	PROCTYL POM C/10 APLIC.	TAKEDA	CX	50,00	98,05	4.902,50
247	29864	PROFENID 100MG INJETAVEL AMPOLA C/6 2ML	SANOFI	UND	20,00	42,90	858,00
251	22933	PROSSO C/30.	MOMENTA	CX	35,00	219,45	7.680,75
254	22937	PROTENA C/30 CPR.	ACHÉ	CX	35,00	158,00	5.530,00
257	22939	PURAN 75MCG C/30 CPR.	SANOFI	CX	120,00	22,80	2.736,00
258	22940	PURAN T4 100MG C/30.	SANOFI	CX	90,00	17,80	1.602,00
260	22942	PURAN T4 50MG C/30.	SANOFI	CX	150,00	20,90	3.135,00
264	22946	PYRIDIUM 100MG C/25 .	ZODIAC	CX	80,00	27,72	2.217,60
265	22947	PYRIDIUM 200MG C/18DRG.	ZODIAC	CX	70,00	36,76	2.573,20
266	22949	REDOXON 200MG GOTAS 20ML.	BAYER	FRC	150,00	25,65	3.847,50
267	22950	REDOXON 2G C10 EFEV .	BAYER	CX	180,00	32,85	5.913,00
268	22951	REPARIL GEL BG C/30G .	MYLAN	UND	35,00	40,90	1.431,50
282	22963	SOMALGIN CARDIO 100MG C/32.	EMS	CX	20,00	33,26	665,20
283	22964	SOMALGIN CARDIO 100MG C/60 CPR.	EMS	CX	80,00	51,15	4.092,00
285	22966	STUGERON 75MG C/30.	JANSSEN CILAG	CX	15,00	39,80	597,00
286	22967	SUCRAFILM 1GR C/30CPR.	EMS	CX	80,00	79,05	6.324,00
288	22969	SUSTRATE C/50 .	FQM	CX	150,00	40,70	6.105,00
289	22970	SYSTANE UL C/10ML .	ALCON	UND	30,00	85,45	2.563,50
290	22971	TAMARINE GELEIA ZERO ACUC 150GR .	HYPERA	CX	30,00	102,45	3.073,50
301	22980	TEROLAC SOL OFT C/5ML.	CRISTÁLIA	CX	30,00	58,35	1.750,50
306	29893	TORMIV SL 10MG C/10 COMPRIMIDO	ACHÉ	CX	20,00	38,20	764,00
307	22984	TRANSAMIN C/12 .	ZYDUS	CX	70,00	88,50	6.195,00
310	22987	TROK CR C/10 GR.	EUROFARMA	CX	50,00	21,15	1.057,50
313	22990	TROK N CREME C/10.	EUROFARMA	TUB	50,00	22,70	1.135,00
314	22991	TROK N POMADA C/10.	EUROFARMA	TUB	50,00	22,20	1.110,00
316	22994	TROPINAL GTS C/15ML .	EMS	CX	40,00	29,10	1.164,00
318	22996	VASTAREL MR 35MG C/30 CPR.	SERVIER	CX	20,00	104,35	2.087,00
319	22997	VENALOT C/30 DRAGS.	MANTECORP	CX	30,00	78,04	2.341,20
321	22999	VENZER 16MG C/30.	LIBBS	CX	35,00	92,00	3.220,00
323	23001	VENZER 8MG C/30.	LIBBS	CX	35,00	92,00	3.220,00

324	23002	VENZER HCT 16/12,5MG C/30CPR.	LIBBS	CX	35,00	98,55	3.449,25
325	23003	VERTIX GOTAS C/30ML.	ACHÉ	FRC	50,00	14,37	718,50
326	23005	VI-FERRIN C/60 .	ELOFAR	CX	30,00	80,40	2.412,00
328	26674	VICK XPE 44E 120 ML	P&G	FRC	15,00	46,30	694,50
332	23007	VODOL CREME C/28 G .	UNIÃO QUÍMICA	UND	50,00	33,10	1.655,00
344	23016	ZIRVIT PLUS C/30 CPR .	ARESE	CX	35,00	164,98	5.774,30

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

3.2 Tendo como órgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 24/03/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Serrinha dos Pintos/RN, 24/03/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
Município De Serrinha Dos Pintos/RN
CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER QUEIROZ
08237729000198
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:CC382BD4

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240303/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026 - FORNECEDOR R LEITE FARMACIA EIRELI/07790659000138

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 240303/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 008/2026

O MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, sediada na Rua Eugenio Costa, 72, Centro, Serrinha dos Pintos/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 01.613.858/0001-94, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhora Prefeita Constitucional ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº 1543207, inscrito no CPF nº 970.522.644-04 residente e domiciliado na AVENIDA FRANCISCO VITOR Centro, Serrinha dos Pintos/RN, considerando o julgamento do Pregão Eletronico na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2026, homologada no dia 16/03/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LOCAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DIÁRIAS NESTE MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN E GARANTIR O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DESERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e specificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	R LEITE FARMACIA EIRELI/07790659000138	
	Valor Contratado R$:	588286,00

Item	Código	Nome do Produto	Marca	Und. Med	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. total R$
1	22948	REDOXON 1G C/10 EFERV .	bayer	CX	70,00	24,50	1.715,00
4	22776	20786 - COMBODART C/90 CAP	GSK	CX	40,00	392,14	15.685,60
5	22705	ABLOK PLUS 25/12,5MG C/30 CPR.	MOMENTA	CX	20,00	26,60	532,00
8	26664	AFETUS 50MG C/30 COMP	EUROFARMA	CX	15,00	111,00	1.665,00
9	26687	AIRES 600MG CX C/16 ENV	EUROFARMA	CX	30,00	103,99	3.119,70
11	20742	ALEVO 750MG C/7CPR	SUPERA	CX	30,00	123,22	3.696,60
14	22713	ALIVIUM 50MG/ML GOTAS 30ML..	MANTECORP	UND	30,00	50,40	1.512,00
16	22716	ALTA D 50.000UI C/4CPR....	EUROFARMA	CX	40,00	98,50	3.940,00
24	29853	APRESOLINA 25MG C/20 COMPRIMIDO	NOVARTIS	CX	40,00	10,80	432,00
27	26668	ARISTAB 1 MG 150 ML	ACHE	FRC	80,00	224,20	17.936,00
29	22729	ARTROGEN DUO C/30 SCH..	ACHE	CX	40,00	251,50	10.060,00
32	26685	ARTROSIL 160 MG C/10 CAPS	ACHE	CX	25,00	40,10	1.002,50
34	22734	ASTRO 500MG C/3.	EUROFARMA	CX	80,00	26,69	2.135,20
36	26672	ATAK CLAV C/14 CAP 875+125MG	MOMENTA	CX	150,00	77,00	11.550,00
37	26678	ATAK CLAV C/14 CAPS 400+57MG	MOMENTA	CX	150,00	46,42	6.963,00
41	26671	BACTROBAN POMADA 20GR	GSK	BIS	50,00	56,56	2.828,00
45	22742	BEMOVE CX C/30 CPR..	MOMENTA	CX	60,00	249,90	14.994,00
46	22743	BENICAR 20MG CX C/30	DAIICHI SANKYO	CX	50,00	86,50	4.325,00
47	22744	BENICAR ANLO 20/5MG C/30CPR..	DAIICHI SANKYO	CX	50,00	94,20	4.710,00
49	26673	BETA TRINTA INJ AMP C/2 ML	EUROFARMA	AMP	150,00	32,46	4.869,00
52	29872	BETRAT C/42 COMPRIMIDO	MYRELIS	CX	30,00	124,00	3.720,00
55	22751	BIO-VAGIN CR VAG C/10 APLIC..	ELOFAR	UND	20,00	81,78	1.635,60
57	22752	BIOVICERIN FLAC C/5ML..	SEYER	UND	450,00	7,97	3.586,50
59	22753	BRILINTA 90MG C/60CPR..	ASTRAZENECA	CX	30,00	534,35	16.030,50
61	22754	BROMELIN PROPOLIS SPRAY 50ML	HEBRON	UND	20,00	61,50	1.230,00
67	26652	BUSCOPAN PEDIATRICO 10MG GOTAS	VIDAFARM	FRC	70,00	33,85	2.369,50
68	22760	CALCITRAN 600MG D3 C/60..	VIDAFARM	CX	30,00	49,00	1.470,00
72	22764	CALTREN 10MG C/30CPR..	LIBBS	CX	80,00	88,74	7.099,20
76	22771	CENTRUM CX C/30CPR..	HAELON	CX	40,00	49,40	1.976,00
80	26666	CLO 75MG C/20 COMP	EMS	CX	80,00	61,80	4.944,00
82	26660	COGMAX C/60 CAPSULAS	EUROFARMA	CX	15,00	204,50	3.067,50
83	29875	COLIX GTS 5ML	ACHE	CX	30,00	109,90	3.297,00

86	22778	CORDADEX 10MG C/30 CPR..	ACHE	CX	40,00	62,56	2.502,40
91	22789	DAFLON 1000MG FFPM C/30 CPR VER.	SERVIER	CX	70,00	193,94	13.575,80
97	26669	DERSANI HIDROGEL 30GR	SANIPLAN	BIS	60,00	61,90	3.714,00
101	29858	DEXALGEN NF SOL INJ C/6 AMPOLAS	EUROFARMA	CX	50,00	54,85	2.742,50
102	29877	DEXFER 400MG C/30 CPRS	EUROFARMA	CX	50,00	69,76	3.488,00
103	29876	DEXFER GTS 100MG/ML	EUROFARMA	CX	30,00	59,55	1.786,50
104	26661	DEXILANT 30MG C/30 CPR	TAKEDA	CX	15,00	133,01	1.995,15
105	22798	DIAMICRON MR 30MG C/30.	SERVIER	CX	30,00	54,24	1.627,20
107	22800	DIEVARI 900+100MG C/30CPR.	MOMENTA	CX	40,00	176,21	7.048,40
108	22801	DIGEPLUS C/20CPR.	ACHE	CX	40,00	57,20	2.288,00
109	22802	DIPROGENTA CR C/30GR	MANTECORP	CX	10,00	53,03	530,30
111	22804	DIUPRESS 25/5MG C/30 CPR.	SUPERA	CX	30,00	47,43	1.422,90
112	22805	DIVENA 40MG C/30 CPR.	ACHE	CX	35,00	75,04	2.626,40
114	22808	DOMPERIX CPR CX C/30 CPR..	EUROFARMA	CX	30,00	32,30	969,00
115	29879	DOZI 1000MG C/30 COMPRIMIDO	EUROFARMA	CX	30,00	31,97	959,10
116	22809	DUOFLAN INJ C/1AMP.	SUPERA	CX	70,00	34,20	2.394,00
118	26670	DUOMO HP 2+ 5MG COM 60 CPS	EUROFARMA	CX	120,00	210,69	25.282,80
123	22813	ELOTIN GTS OTO C/5ML.	ELOFAR	CX	70,00	13,75	962,50
128	26656	ESOMEX 20MG C/28 CPR	EMS	CX	15,00	94,00	1.410,00
129	26657	ESOMEX 40MG C/28 CPR	EMS	CX	15,00	106,60	1.599,00
133	29880	FEMINIS C/30 COMPRIMIDO	EUROFARMA	CX	50,00	169,90	8.495,00
135	22824	FIBRINASE C/10GR.	CRISTÁLIA	UND	40,00	42,54	1.701,60
137	22826	FISIOTON CX C/30 CPR.	ACHE	CX	30,00	133,40	4.002,00
140	22828	FLANAX 550MG C/10.	BAYER	CX	35,00	29,71	1.039,85
143	22831	FLENUS C/30 CPR.	ARESE	CX	20,00	132,70	2.654,00
144	26677	FLEXONE C/60 CPR	ARESE	CX	50,00	267,90	13.395,00
148	22835	FRESH TEARS COL C/10ML.	ALLEGRAN	FRC	35,00	55,50	1.942,50
152	29860	HIXIZINE 25MG CPR C/ 30 COMPRIMIDOS	THERASKIN	CX	35,00	64,73	2.265,55
154	22843	HYABAK 0,15% C/10ML..	UNIAO QUIMICA	CX	40,00	84,30	3.372,00
155	26676	HYTOS XPE 120 ML	UNIAO QUIMICA	FRC	80,00	31,00	2.480,00
161	29883	INZELM 10MG C/30 COMPRIMIDO	TAKEDA	CX	50,00	239,96	11.998,00
164	22848	JANUMET 50/850MG C/56 CPR VER.	MERCK	CX	50,00	348,29	17.414,50
165	22849	JANUVIA 100MG C/28 CPR VER.	MERCK	CX	36,00	354,64	12.767,04
167	22851	JARDIANCE 25MG C/30CPR.	BOEHRING	CX	36,00	329,30	11.854,80
168	22852	JOFIX 8MG C/10 CPR.	ARESE	CX	20,00	93,76	1.875,20
172	22858	L-CAPS C/60CAP.	UNIAO QUIMICA	CX	18,00	158,00	2.844,00
177	22859	LIBERAFLUX 7,5MG/ML 100ML.	ACHE	FRC	20,00	45,02	900,40
179	29861	LUGANO 12MCG+250MCG C/ 60 CAPSULAS	EUROFARMA	CX	30,00	107,33	3.219,90
180	22862	MACRODANTINA 100MG C/28 CPR.	MANTECORP	CX	70,00	17,55	1.228,50
185	22869	MAXIFLOX POM. OFT C/3,5GR.	LATINOFARM	CX	30,00	43,89	1.316,70
187	22871	MAXITROL SOL OFT C/5ML.	ALCON	UND	70,00	25,24	1.766,80
190	22874	MECLIN 50MG C/15 CPR.	APSEN	CX	25,00	54,60	1.365,00
191	22875	METICORTEN 20MG C/10CPR.	SUPERA	CX	30,00	36,05	1.081,50
193	29885	MIOFLEX A C/12 COMPRIMIDO	HYPERMARCAS	CX	20,00	27,00	540,00
194	22879	MIOSAN CAF 5/30MG C/15 CPR.	APSEN	CX	30,00	32,48	974,40
196	22881	MUSCULARE 5MG C/15CPR.	EUROFARMA	CX	20,00	21,00	420,00
201	22885	NAPRIX 10 MG C/30.	LIBBS	CX	20,00	86,90	1.738,00
207	22891	NEBILET 5MG C/60 CPR.	BIOLAB	CX	25,00	254,38	6.359,50
211	22895	NIMEGON 50MG C/28 CPR.	SUPERA	CX	40,00	178,79	7.151,60
215	22901	NOTUSS 1,5MG XPE C/120ML.	ACHE	CX	40,00	27,22	1.088,80
216	22902	NOVALGINA INF SUSP C/100ML.	SANOFI	UND	70,00	49,37	3.455,90
217	22903	NOVALGINA SUPOSIT INF C/5.	SANOFI	UND	70,00	23,31	1.631,70
222	26654	OLSAR-H 20+12,5 C/30 CPR	MOMENTA	CX	15,00	75,84	1.137,60
223	29888	OLZICAR ANLO 40 + 10 MG C/30 COMPRIMIDO	MANTECORP	CX	20,00	69,00	1.380,00
224	22907	OMEPRAMIX C/7BLT C/8CPR +28 CPR OMEP.	ACHE	CX	50,00	191,63	9.581,50
226	22910	OPTIVE SOL OFT C/15ML.	ALLEGRAN	CX	35,00	119,15	4.170,25
227	22911	OSTEOTRAT 35MG C/4.	ACHE	CX	45,00	106,50	4.792,50
229	270	OTOCIRIAX SOL OTO 5ML	FQM	UND	45,00	53,57	2.410,65
234	22917	PAZINE 315MG C/30CPR.	ARESE	CX	35,00	90,28	3.159,80
236	22919	PERIVASC 450+50MG C/30 CPR.	EUROFARMA	CX	40,00	80,55	3.222,00
240	22921	PREDSIM 20MG C/10.	HYPERMARCAS	CX	150,00	41,45	6.217,50
242	22923	PRENI 40MG C/7 CPR .	EUROFARMA	CX	40,00	68,56	2.742,40
243	22924	PRESSAT 2,5MG C/30 CPR.	BILAB	CX	30,00	43,37	1.301,10
250	22934	PROLIVE C/30 CPR.	ACHE	CX	35,00	158,50	5.547,50
253	22936	PROSSO KM C/30 TABLETES.	EUROFARMA	CX	35,00	173,50	6.072,50
255	29865	PRYSMA 1MG C/30 COMPRIMIDO	EUROFARMA	CX	50,00	139,36	6.968,00
256	22938	PSOREX POMADA C/30G.	GSK	UND	30,00	52,62	1.578,60
262	22944	PURAN T4 88MG C/30 .	SANOFI	CX	200,00	27,50	5.500,00
263	26683	PYLORIPAC IBP 30+500+500MG 7BL+28 CPS	SANOFI	CX	35,00	279,99	9.799,65
269	29889	RETEMIC 5MG C/60 COMPRIMIDO	APSEN	CX	20,00	77,08	1.541,60
270	22952	RISCARD 500MG C/60 CPR.	BIOLAB	CX	25,00	158,87	3.971,75
272	22953	SALSEP SPRAY KIDS 100ML .	LIBBS	CX	18,00	51,39	925,02
275	22956	SELOZOK 25MG C/30CPR .	ASTRAZENECA	CX	80,00	43,45	3.476,00
276	22957	SELOZOK 50MG C/30 CPR .	ASTRAZENECA	CX	150,00	87,18	13.077,00
278	22959	SINOT CLAV 875/125 C/14.	EUROFARMA	CX	35,00	86,40	3.024,00
279	22960	SINOT CLAV SUSP 400/57 MG/5ML.	EUROFARMA	CX	20,00	45,80	916,00
284	22965	STANGLIT 15MG C/30 CPR.	LIBBS	CX	35,00	97,35	3.407,25
292	22973	TAMIRAM 750 MG C/5 .	EUROFARMA	CX	35,00	137,07	4.797,45
295	22976	TAPAZOL 10MG C/50 CPR.	BIOLAB	CX	40,00	49,42	1.976,80
298	22978	TAVOK 750MG C/7.	MOMENTA	CX	30,00	128,80	3.864,00
299	26653	TEOLONG 100 MG C/30	ABBOTT	CX	15,00	26,69	400,35
300	22979	TERICIN AT CR VAG 45GR +10 APLIC .	ARESE	CX	30,00	82,67	2.480,10
303	29892	TIORFAN 10MG C/18 SCH	BAGO	CX	20,00	63,04	1.260,80
304	22982	TOBRADEX COL C/5ML.	ALCON	UND	35,00	50,45	1.765,75
305	22983	TORANTE 15MG/ML XPE C/100ML.	EUROFARMA	CX	30,00	67,61	2.028,30
308	22985	TRAVATAN COL 2,5ML .	ALCON	CX	15,00	195,24	2.928,60
309	22986	TRIMEB 200MG C/30 CPR.	EUROFARMA	CX	15,00	91,86	1.377,90
312	22989	TROK G POM C/30GR .	EUROFARMA	UND	40,00	34,45	1.378,00
315	22993	TROPINAL C/20.	EMS	CX	16,00	27,04	432,64

317	22995	TYLENOL 200MG GOTAS 15ML.	JANSSEN	FRC	40,00	44,95	1.798,00
322	23000	VENZER 32MG C/30.	LIBBS	CX	35,00	102,02	3.570,70
327	23006	VI-FERRIN XPE 150ML.	ELOFAR	UND	30,00	43,35	1.300,50
329	26675	VICK XPE PED 120 ML	PROCTER	FRC	15,00	47,02	705,30
330	29894	VICOG 5MG C/30 COMPRIMIDO	MARJAN	CX	35,00	36,30	1.270,50
333	26663	VOLTAREN 50MG C/20 COMPRIMIDOS	NOVARTIS	CX	100,00	58,15	5.815,00
334	29896	XAFAC 2,5MG C/ 60 COMPRIMIDO	APSEN	CX	20,00	150,34	3.006,80
335	23008	XARELTO 15MG C/28CPR.	BAYER	CX	45,00	405,12	18.230,40
337	23010	XARELTO 20MG C/28 COMP .	BAYER	CX	100,00	405,12	40.512,00
339	23012	ZART 50MG C/30.	EUROFARMA	CX	45,00	12,65	569,25
340	29897	ZETIA 10MG C/30 COMPRIMIDO	NOVARTIS	CX	20,00	58,15	1.163,00
341	23013	ZETSIM 10/20MG C/30.	SHERING	CX	20,00	118,68	2.373,60

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 24/03/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Serrinha dos Pintos/RN, 24/03/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
Município De Serrinha Dos Pintos/RN
CNPJ/MF Nº 01.613.858/0001-94
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

R LEITE FARMACIA EIRELI
07790659000138
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:91852D66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2026 PREGÃO ELETRONICO 02/2026

***Republicação por incorreção**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEIXES NA SEMANA SANTA.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
FORNECEDOR: A. AZEVEDO DA SILVA EIRELI (CNPJ: 27.008.156/0001-75**),** RUA CAP. PEDRO CECILIAANO, 117, BANDEIRA BRANCA, Jardim do Seridó/RN, CEP: 59343-000 Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0013956 - PEIXE ATUM EM POSTAS, CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRA E ATÓXICA, DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO PESO MÍNIMO DE 1 KG POR UNIDADE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA REMANESCENTE DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, MANTENDO-SE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR.	PESCADOS DA CRUZ	UND	2800,000000	19,650	55.020,00

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

A. Azevedo Da Silva EIRELI
CNPJ: 27.008.156/0001-75
ANAELSON AZEVEDO DA SILVA
Contratado

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:57051067

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

PROCESSO:119008/2026
MODALIDADE:Pregão Eletrônico nº3/2026
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIBAU/RN
CNPJ:12.745.010/0001-35
CONTRATADA:CAPITAL NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 56.776.401/0001-92

ENDEREÇO:Avenida Industrial Dehuel Vieira Diniz, 1260 , Santo Antônio, Mossoró/RN CEP:59619087
OBJETO:Aquisição de Ambulância Tipo A Simples Remoção Tipo Furgoneta para suprir as necessidades das unidades de saúde no Município de Tibau/RN
VALOR TOTAL: R$152.990,00 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais)
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO:24 de março de 2026
VIGENCIA:24 de março de 2026 a 23 de setembro de 2026

Unidade Orçamentária:03.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação: 1030 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Unidade Mista de Saúde Santa Terezinha
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 16350000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:03.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação: 1030 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Unidade Mista de Saúde Santa Terezinha
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:03.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação: 1030 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Unidade Mista de Saúde Santa Terezinha
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 26213210 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Região: 0001 - Tibau

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Ambulância Tipo A - Simples Remoção Tipo Furgoneta. Com as seguintes especificações: Pequeno porte; Zero KM; Motorização: 1300CC a 1800CC; Combustível: flex (gasolina e etanol); Ar condicionado no compartimento do motorista; Altura do solo 176MM; Tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros; Banco do motorista com regulagem mecânica de altura; Direção hidráulica / elétrica; Faróis de neblina; Travas elétricas; Vidros elétricos dianteiros com one-touch (subida e descida) para motorista; Volante espumado com regulagem de altura; Alerta de manutenção programada (luz espia); Assoalho em carpete; Controle eletrônico da aceleração; AIRBAG duplo (motorista e passageiro); ABS; Inibidor de marcha à ré; Vidros climatizados verdes. Características do Salão de Atendimento: Isolamento termo acústico sem emendas para total assepsia; Revestimento interno nas laterais e teto; Piso antiderrapante; Armário superior com portas deslizante de cor clara; Banco para 02 (dois) acompanhantes com cintos de segurança individual, estofamentos em courvin alta resistência, com encosto de cabeça; 01 (uma) maca retrátil de alumínio com colchonete e cintos de segurança, medindo 1,80M; Iluminação interna no teto em LEDS; 01 (um) farol de embarque instalado sobre a porta traseira; Sinalização barra com sirene de 100 WATTS eletrônica e 03 (três) tons; Luzes de advertência fixadas nas laterais do veículo e na traseira; Sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 07 (sete) litros; Rede de oxigênio completa; Vidro fixo e com película jateada nas duas portas traseiras; Instalação de 01 suporte para soro fixado no balaustre; Balaustre fixado no teto; Ar condicionado no compartimento do paciente; Na cor branca. Fabricado no máximo há 6 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor. Garantia do veículo de no mínimo 1(um) ano.	UND	PEUGEOT PARTNER RAPID	01	152.990,0000	152.990,00
Total do contrato R$ 152.990,00						

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP).

Tibau/RN, 24 de março de 2026

MARCIA CRISTINA ALVES JUSTINO BARBOSA
Gestora do FMS

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

JOÃO AURÉLIO DINIZ
Capital Negócios LTDA

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:7FCADABE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO ADMINISTRAVIVO Nº. 002/2026

CONTRATO ADMINISTRAVIVO Nº. 002/2026

TERMO DE CONTRATO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA HAYAH SOLUÇÕES LTDA.

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.168.940/0001-04, com sede à Rua Coronel Felipe Jorge, 20, Centro, Várzea-RN, neste ato representado pelo Senhor **Getúlio Luciano Ribeiro,** inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, CEP: 59.185-000, denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **HAYAH SOLUÇÕES LTDA**, **inscrita CNPJ sob o número 50.608.535/0001-18**, com sede na Rua Ana Carvalho Silveira, nº 316, Sala nº 3, Bairro Silveira, Belo Horizonte – MG , CEP: 31.140-440, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Tomaz Assis Ferreira Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG14642003- SSP/MG e CPF nº 109.485.256-22, residente e domiciliado à Rua Corcovado, nº 1018, Contagem-MG, CEP: 32.285-000, denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº. 179/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. 013/2025**, por sistema de registro de preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.CLÁUSULA PRIMEIRA– OBJETO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao atendimento das demandas operacionais do Município, conforme previsto no Plano de Trabalho da Emenda Parlamentar vinculada à Proposta nº 047376/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de contrato será de **24 de março de 2026 à 27 de janeiro de 2027**, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.CLÁUSULA TERCEIRA– PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$329.900,00 (trezentos e vinte e nove mil e novecentos reais)**, conforme mostra na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ REF.	UND	QUANT.	V.UNIT R$	V.TOTAL R$
1	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS, TRAÇÃO 4X4,POTÊNCIA 97CC, ZERO HORA, COMCABINE SIMPLES CAPACIDADE 1 PESSOA, MOTOR A DIESEL, CONCHA TRASEIRA 55 CM, CARREGADEIRA FRONTALCAPACIDADE MÍNIMA3.627KG	DIRAMAK TR388	UND	01	329.900,00	329.900,00
VALOR GLOBAL TOTAL R$329.900,00(trezentos e vinte e nove mil e novecentos reais).						

3.2 .No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA;
PROJETO DE ATIVIDADE: 22277- AMPLIAR O FOMENTO AGROPECUÁRIO;
NATUREZA DE DESPESA:44.90.52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
FONTES DE RECURSOS: 17003110-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS; 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
5.2.A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;
5.2.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços;
5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6.CLÁUSULA SEXTA– DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA–GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA–ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas noTermo de Referência, anexo ao Edital.

9.CLAÚSULA NONA– FISCALIZAÇÃO

9.1. Afiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.CLÁUSULA DÉCIMA–OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA–RESCISÃO

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:
12.1.1.Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
12.3.O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.3.3. Indenizações e multas.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA–VEDAÇÕES

13.1. ÉVEDADO À CONTRATADA:
13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA–ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da LeiFederal nº 14.133, de 2021.
14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº14.133, de 2021,e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –FORO

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1ºdo Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.
17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Várzea/RN, 24 de março de 2026

Município de Várzea/RN
Contratante
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Hayah Soluções LTDA
CNPJ/MF n°: 50.608.535/0001-18
Contratada
TOMAZ ASSIS FERREIRA JUNIOR
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
ASSINATURA:
CPF:

_____
ASSINATURA:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:D6C98B8C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO ADMINISTRAVIVO Nº. 003/2026

CONTRATO ADMINISTRAVIVO Nº. 003/2026

TERMO DE CONTRATO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA SACCOMANNO DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.168.940/0001-04, com sede à Rua Coronel Felipe Jorge, 20, Centro, Várzea-RN, neste ato representado pelo Senhor **Getúlio Luciano Ribeiro,** inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, CEP: 59.185-000, denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **SACCOMANNO DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS LTDA**, **inscrita CNPJ sob o número 22.655.038/0001-35**, com sede na Av. Paulista, nº 1471, Conj. 511, Sala 02, Cx Postal 20088, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01.311-927, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Bruna Regina Nascimento Saccomanno, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 44.572.302-6 SSP-SP e CPF nº 348.506.378-92, residente e domiciliada na Rua José da Silva Ribeiro, nº 420, Vila Andrade, São Paulo - SP, CEP: 05726-130, denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº. 179/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. 013/2025**, por sistema de registro de preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.CLÁUSULA PRIMEIRA– OBJETO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao atendimento das demandas operacionais do Município, conforme previsto no Plano de Trabalho da Emenda Parlamentar vinculada à Proposta nº 047376/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de contrato será de **24 de março de 2026 à 27 de janeiro de 2027**, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.CLÁUSULA TERCEIRA– PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$140.990,81(cento e quarenta mil, novecentos e noventa reais e oitenta e um centavos),** conforme mostra na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MOD.	UND	QUANT.	V.UNIT R$	V.TOTAL R$
2	TRATORAGRÍCOLA|POTÊNCIA:75CV|TIPO COMBUSTÍVEL:DIESEL|TRAÇÃO:4X4|TIPO SISTEMA: LEVANTE HIDRÁULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2300 K |TIPO USO: COM CONTRA PESOS FRONTAIS | CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO DE IMPLEMENTOS CATEGORIA II | CAPACIDADE TANQUE COMBUSTÍVEL:60L| TIPO PNEU DIANTEIRO: MÍNI MO 12.4-24R1|TIPO PNEU TRASEIRO: MINIMO 18.4-30R1	KTR 7725XS	UND	01	140.990,81	140.990,81
VALOR GLOBAL TOTAL-------R$140.990,81(cento e quarenta mil, novecentos e noventa reais e oitenta e um centavos).						

3.2 .No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA;
PROJETO DE ATIVIDADE: 22277- AMPLIAR O FOMENTO AGROPECUÁRIO;
NATUREZA DE DESPESA:44.90.52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
FONTES DE RECURSOS: 17003110-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS; 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
5.2.A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;
5.2.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços;
5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6.CLÁUSULA SEXTA– DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA–GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA–ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas noTermo de Referência, anexo ao Edital.

9.CLAÚSULA NONA– FISCALIZAÇÃO

9.1. Afiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.CLÁUSULA DÉCIMA–OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA–RESCISÃO

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:
12.1.1.Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
12.3.O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.3.3. Indenizações e multas.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA–VEDAÇÕES

13.1. ÉVEDADO À CONTRATADA:
13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA–ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da LeiFederal nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº14.133, de 2021,e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –FORO

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1ºdo Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.
17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Várzea/RN, 24 de março de 2026

Município de Várzea/RN
Contratante
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Saccomanno Distribuidora de Maquinas LTDA
CNPJ/MF n°: 22.655.038/0001-35
Contratada
BRUNA REGINA NASCIMENTO SACCOMANNO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
ASSINATURA:
CPF:

_____
ASSINATURA:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:DE7CD36C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

O Município de Florânia, por intermédio da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, inscrita no CNPJ: 08.181.562/0001- 90, situado na Rua Teônia Amaral, nº 290, Centro, CEP: 59.335-000, Florânia/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Municipal nº 986, de 2023 e pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu prefeito Saint Clay Alcantara Silva de Medeiros, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Florânia/RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico Nº 6/2026-SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir:
1. DO OBJETO.
1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO** especificado(s)no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de **Pregão Eletrônico N° 6/2026-SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**		
CNPJ: **27.029.083/0001-06**	Telefone: **(84)996850055 / 999390153**	Email: **odontomasterrn@gmail.com**

Endereço: **AV JOAO XXIII, 72 ********, COHABINAL, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59140-690**

Representante: **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA** - CPF: *****.462.**-14**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0013128 - ACIDO GEL (CONDOUC 37)	IODONTOSUL	PCT	130	4,34	564,20
2	0013129 - ADESIVO DENTINÁRIO,FRASCO COM 4ML. REFERÊNCIA:PRIME & BOND OU SINELE BLOND	3M DO BRASIL	FRASCO	120	142,30	17.076,00
4	0013131 - AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVALBISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA,CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL,COM 100 UNID.	PROCARE	CX	300	29,19	8.757,00
5	0013132 - ALAVANCA SELDIN ADULTO DIREITA	MARINOX	UND	5	34,73	173,65
6	0013133 - ALAVANCA SELDIN ADULTO ESQUERDA	MARINOX	UND	5	34,73	173,65
7	0013134 - ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA	MARINOX	UND	5	34,73	173,65
8	0013135 - ALVEOLITEM PARA USO ODONTOLÓGICO	BIODINAMICA	UND	10	47,89	478,90
9	0013136 - ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPICAVAÍNA3%,COM VASO CONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	DLA	CX	250	153,87	38.467,50
10	0013137 - ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPIVACAÍNA3%,SEM VASOCONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	DLA	CX	60	151,86	9.111,60
11	0013138 - ANESTÉSICO INJETÁVEL,CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA2% COM FENILEFRINA,CONTENDO 50 TUBETES PLÁSTICOS DE 1,8ML.	DLA	CX	250	105,52	26.380,00
12	0013139 - ANESTESICO TOPICO (BENZOTOP)	DFL	CX	20	19,37	387,40
13	0013140 - APLICADOR DENTAL REGULAR (1,5 MM)-(TIPO MICROBRUSH),EMBALAGEM COM 100 UNID.	KG SORENSEN	CX	200	17,94	3.588,00
15	0013142 - AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR DE TIREOIDE.	EDUARDO SANCHEZ DIAS	UND	2	639,28	1.278,56
18	0013145 - BROCA 3168 FF	FAVA	CX	30	3,84	115,20
19	0013146 - BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	FAVA	CX	20	2,72	54,40
20	0013147 - BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3118FF	FAVA	CX	20	2,64	52,80
21	0013148 - BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195FF	FAVA	CX	20	2,56	51,20
22	0013149 - BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1014	FAVA	CX	20	2,79	55,80
23	0013150 - BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1015	FAVA	CX	20	2,86	57,20
24	0013151 - BROCA PONTA SHOFU,EM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL EM FORMATO DE VELA	AMERICAN BURRS	UND	30	12,97	389,10
25	0013152 - BROCA ZEKRYA CURTA	ANGELUS	UND	10	19,76	197,60
26	0013153 - BROCA ZEKYA LONGA (COR ROSA)	ANGELUS	UND	10	19,76	197,60
27	0013154 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1011	FAVA	CX	10	2,88	28,80
28	0013155 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1012	FAVA	CX	20	2,87	57,40
29	0013156 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1013	FAVA	CX	20	2,87	57,40
30	0013157 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1014	FAVA	CX	20	2,87	57,40
31	0013158 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1015	FAVA	CX	20	2,86	57,20
32	0013159 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3118F DOURADA	FAVA	CX	20	2,42	48,40
33	0013160 - BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3195	FAVA	CX	20	2,76	55,20
34	0013161 - BROCA,MATERIAL,AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1016	FAVA	CX	30	2,84	85,20
35	0013162 - CABO PARA BISTURI Nº 03	ABC	UND	10	9,82	98,20
36	0013163 - CABO PARA ESPELHO EM AÇO INOXIDÁVEL E ESTERILIZÁVEL.	MARINOX	UND	20	7,74	154,80
38	0013165 - CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	DENTEMED	UND	6	507,00	3.042,00
39	0013166 - CLORETO DE ARTICAINA +EPINEFRINA 100 COM 50 UND	DLA	CX	50	213,97	10.698,50
41	0013168 - CUNHA DE MADEIRA COLORIDA	IODONTOSUL	UND	20	10,65	213,00
42	0013169 - CURETA ALVEOLAR,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	MARINOX	UND	8	14,95	119,60
43	0013170 - CURETA FILANDIA 14-15 C.O 8MM	MARINOX	UND	8	14,95	119,60
44	0013171 - CURETA MCCALL Nº17-18,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,ESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	MARINOX	UND	8	14,95	119,60
46	0013173 - ESCOVA DE ROBSON,TIPO COM CERDAS RETAS EM COR BRANCA.	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	50	1,76	88,00
47	0013174 - ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº01. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,COM CORPO RANHURADO PARA APOIO DIGITAL E PONTAS ATIVAS ADEQUADAS Á FUNÇÃO,SER RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	MARINOX	UND	20	10,66	213,20
48	0013175 - ESPELHO ODONTOLÓGICO Nº 5	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	50	4,53	226,50
49	0013176 - EXPLORADOR 05	MARINOX	UND	13	10,66	138,58
50	0013177 - FILME ODONTOLÓGICO ADICIONAL PARA PROCESSAMENTO,DIMENSÕES 20X25 E DIMENSÕES 12,7 X 30,5 COM,NO MÍNIMO,100 UNIDADES.	KODAK	CX	15	221,00	3.315,00
51	0013178 - FIO DE SUTURA DE SEDA,MATERIAL SEDA TRANÇADA,TIPO FIO 3-0,COR PRETA,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM AGULHA,TIPO AGULHA 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA,COMPRIMENTO AGULHA 3.	MJS HOSPITALAR	CX	200	38,17	7.634,00
52	0013179 - FIO DENTAL ODONTOLÓGICO 50 METROS E UNIDADE ÚNICA E COR BRANCO,EMBALAGEM TRANSPARENTE.	ALG BRASIL	UND	50	1,63	81,50
53	0013180 - FIXADOR PARA PELÍCULA RADIOGRÁFICA ODONTOLÓGICA COM 475ML	IODONTOSUL	UND	30	14,95	448,50
54	0013181 - FLUOR GEL PARA APLICAÇÃO TÓPICA,SABORES VARIADOS (MORANGO,TUTIFRUTI)COM 200ML	IODONTOSUL	FRASCO	50	5,64	282,00
55	0013182 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 151	SS WHITE	UND	5	77,62	388,10
56	0013183 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº150	SS WHITE	UND	8	77,63	621,04
57	0013184 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18 L	SS WHITE	UND	8	83,70	669,60
58	0013185 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18R	SS WHITE	UND	8	85,16	681,28
59	0013186 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº65	SS WHITE	UND	5	76,71	383,55

60	0013187 - FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº69	SS WHITE	UND	5	83,00	415,00
61	0013188 - FORMOCRESOL,USO ODONTOLÓGICO,EM FRASCOS DE 10ML	MAQUIRA	FRASCO	2	12,96	259,20
63	0013189 - GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 10CM X 100 M	ESTERILCARE	ROLO	50	47,01	2.350,50
64	0013190 - GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 15CM X 100 M	ESTERILCARE	ROLO	150	60,92	9.138,00
65	0013191 - GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 20 CM X 100 M	ESTERILCARE	ROLO	50	90,81	4.540,50
66	0013192 - HEMOSTOP SOLUÇÃO 10 ML	MAQUIRA	FRASCO	8	13,95	111,60
67	0013193 - HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA,PÓ 10 GRAMAS.	MAQUIRA	FRASCO	20	5,88	117,60
68	0013194 - HIDRÓXIDO DE CÁLCIO,PASTA BASE/CATALIZADOR,13G	MAQUIRA	UND	15	29,30	439,50
69	0013195 - IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO PO + LIQ.A3	DENTSCARE	UND	30	24,54	736,20
70	0013196 - KIT DE SAÚDE BUCAL INFANTIL (ESCOVA+ FIO+CREME)	ALG BRASIL	KIT	2000	8,06	16.120,00
71	0013197 - MÁSCARA DESCARTÁVEL,CONFECCIONADA EM TRÊS CAMADAS,SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDO,ATÓXICO,HIPOALERGÊNICO,INODORO,COM TRATAMENTO REPELENTE AOS AGENTES LÍQUIDOS,CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTORNO DO ROSTO,COM ELÁSTICOS CONFORTÁVEIS QUE SE AJUSTA.	SS PLUS	CX	200	6,89	1.378,00
72	0013198 - MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO (IRM),CONJUNTO PÓ (38G) E LÍQUIDO 15ML.	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	KIT	30	21,45	643,50
73	0013199 - MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 5MM½ M	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	20	2,03	40,60
74	0013200 - MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 7MM ½ M	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	20	2,17	43,40
76	0013202 - ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO,APRESENTAÇÃO AEROSOL,TIPO USO LUBRIFICANTE E ANTICORROSIVO,USO APARELHO ODONTOLÓGICO ALTA ROTAÇÃO.	IODONTOSUL	FRASCO	10	27,79	277,90
78	0013204 - PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 FOLHAS TAM.APROX. 11 CM X 2,5 CM.	MAQUIRA	CX	50	4,110	205,50
79	0013205 - PASTA PROFILÁTICA,PARA USO ODONTOLÓGICO,NEUTRA,COM FLÚOR,SEM ÓLEO,BISNAGA COM 90G. APLICAÇÃO PROFILAXIA.	SS WHITE	FRASCO	30	5,130	153,90
81	0013207 - PINÇA CLINICA P/ALGODÃO 317	MARINOX	UND	15	13,68	205,20
82	0013208 - PLACA DE VIDRO,BASE PARA,COM O USO DA ESPÁTULA,MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS.	PREVEN	UND	3	16,72	50,16
83	0013209 - PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM ABC	ABC	UND	15	52,61	789,15
84	0013210 - PORTA MATRIZ EM AÇO INOX PARA USO ODONTOLÓGICO,TIPO TOFFLEMIRE,TAMANHO INFANTIL E ADULTO.	MARINOX	UND	20	31,61	632,20
86	0013212 - RESINA FLOWER	DENTSCARE	CX	50	17,16	858,00
87	0013213 - RESINA Z 100 CORES : A2	3M DO BRASIL	UND	80	50,44	4.035,20
88	0013214 - RESINA Z 100 CORES : A3	3M DO BRASIL	UND	80	62,94	5.035,20
91	0013217 - REVELADOR DENTAL 475ML	IODONTOSUL	UND	15	12,18	182,70
92	0013218 - ROLINHO DE ALGODAO	QUALYBLESS	PCT	300	3,33	999,00
93	0013219 - SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRURGICO	2I	UND	3	275,63	826,89
94	0013220 - SERINGA CARPULE,INOX E DOBRÁVEL,PARA TUBETES DE LIDOCAÍNA,SEM PONTEIRAS.	MARINOX	UND	10	46,80	468,00
95	0013221 - SINDESMÓTOMO,PARA USO ODONTOLÓGICO COM DUAS TERMINAÇÕES	MARINOX	UND	5	14,24	71,20
96	0013222 - SUGADOR CIRURGICO	2I	UND	30	25,35	760,50
97	0013223 - SUGADOR ODONTOLÓGICO COM 40 UNIDADES.	QUALYBLESS	CX	300	8,23	2.469,00
98	0013224 - TAÇA DE BORRACHA ODONTOLÓGICA	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	30	1,52	45,60
99	0013225 - TESOURA RETA ÍRIS,PARA USO ODONTOLÓGICO,MEDINDO 12 CM, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	ABC	UND	15	30,16	452,40
100	0013226 - TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM COM 12 UNIDADES.	MAQUIRA	CX	50	8,03	401,50
101	0013227 - TIRA DE POLIÉSTER PARA RESTAURAÇÃO DE RESINA E SILICATO COM 50 UNID	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	CX	50	2,04	102,00
102	0013228 - ULTASON ODONTOLÓGICO COM JATO BICARBONATO.	ECEL IND	UND	3	3.497,00	10.491,00

Valor Total: R$ 203.809,96 (duzentos e três mil, oitocentos e nove reais e noventa e seis centavos**).**

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE DA ATA.

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.
4.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.4. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá
convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Florânia/RN, 25 de março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito
Representante Legal do Órgão Gerenciador
Município de Florânia/RN

(Assinado Eletronicamente)
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA
CPF nº ***.462.***-14
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:5E311C36

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025

CONTRATANTE: O Município de Florânia, por intermédio da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, inscrita no CNPJ: 08.181.562/0001- 90, situado na Rua Teônia Amaral, nº 290, Centro, CEP: 59.335-000, neste ato representado por seu prefeito Saint Clay Alcantara Silva de Medeiros, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Florânia/RN, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: 03.189.387 ADRIANO BEZERRA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.189.387/0001-64, representada por seu Representante Legal, Adriano Bezerra Dantas, portador do CPF nº ***.092.***-04, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº **10/2025**, celebrada entre as partes, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
1.1.2. O restabelecimento do saldo remanescente da referida Ata, destinado à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, especificações, quantitativos e fornecedores permanecem os descritos na Ata de Registro de Preços nº **10/2025**, conforme:

Fornecedor: **03.189.387 ADRIANO BEZERRA DANTAS**		
CNPJ: **03.189.387/0001-64**	Telefone: **(084) 98105-6181**	Email: **abezerradantas@gmail.com**
Endereço: **Rua Capitão José da Penha, 149 , Centro, Currais Novos/RN, CEP: 59380-000**		
Representante: **Adriano Bezerra Dantas** – CPF***.092.***-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0011571 - Apito profissional, material plástico, tipo 40, sem esfera, som nítido, para uso na arbitragem de várias modalidades esportivas, Prot. Silicone 115 Db Fox40 ou superior	Fox	UND	20,000000	69,900	1.398,00
3	0011573 - Bico para bomba de ar para inflar bola de várias Modalidades esportivas e agulha de metal, Rosqueável, tamanho grande.	Penalty	UND	20,000000	4,800	96,00
4	0011574 - Bola de Futevôlei FT-5 Bola de Futevôlei aprovada pela FIFA - Federação Internacional de Futebol. Bola oficial dos Mundiais, Campeonatos e Olimpíadas, 32 painéis, Tamanho 5 – Oficial, Composta de couro sintético de alta densidade, Construção Soft Built Nylon Wound, laminada com uma tecnologia diferenciada, indicada para Competição de Futevôlei, Futmesa e Altinha para profissionais e amadores. (MIKASA OU SUPERIOR)	Penalty	UND	30,000000	309,400	9.282,00
5	0011575 - Bola de iniciação esportiva – matrizada confeccionada em borracha, CAMARA ARBILITY tamanho nº 10, peso 180 a 200 gramas com diâmetro de 40 a 50 centímetros.	Penalty	UND	50,000000	59,900	2.995,00
6	0011576 - Bola de vôlei material PU com 12 gomos, confeccionada em microfibra, tecnologia Termotec, tamanho 65-67cm, peso 260- 280g, câmara, miolo Slip System Removível e Lubrificado.	Penalty	UND	20,000000	359,900	7.198,00
7	0011577 - BOLA DE VOLEY DE AREIA MATERIAL QUE PROPORCIONA MAIS RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. PARA GARANTIR UMA ÓTIMA PERFORMANCE AOS ATLETAS Painéis reforçados para manter a forma esférica Voleibol de praia oficial da FIB Capa muito durável, flexível e resistente à água Bola de jogo oficial usada nos Jogos Olímpicos de Londres de 2012 e nos Jogos Olímpicos Rio de 2016(Mikasa Beach Champ VLS300 OU SUPERIOR)	Penalty	UND	20,000000	329,900	6.598,00
8	0011578 - Bola infantil inflável, cores variadas, superfície confeccionada em vinil. 50 cm de diâmetro.	Pingo	UND	20,000000	14,900	298,00
9	0011579 - Bola oficial DE CAMPO, Fabricada em poliuretano, a peça oferece um tecido ecológico desenvolvido a partir de fios de poliéster com a tecnologia Termotec, sem costura, oferecendo formato 100% esférico, com 0% absorção de água, alta durabilidade e maciez extra. Há ainda em sua estrutura o sistema Neotec, composto de amortecimento interno exclusivo com 4.5mm de espessura que proporciona maior conforto aos chutes e diminui o impacto no cabeceio. Além disso, o miolo é lubrificado e removível e conta com o sistema Cápsula Sis, que isola a agulha e protege a câmara. Por fim, uma dupla camada de colagem reforça ainda mais a junção dos gomos. Composição: Poliuretano Tecnologia: Termotec Miolo: Removível e lubrificado Costura: Não Origem: Nacional Peso Aproximado: 430- 450 g Circunferência Aproximada: 69 - 71 cm (PENALTY S11 Ecoknit OU SUPERIOR)	Penalty	UND	80,000000	498,000	39.840,00
10	0011580 - Bola Oficial de Futsal, com 8 gomos, sub 11 confeccionada com pvc tamanho 100. Tamanho: 53 - 55 cm cm diâmetro. 300 - 330 gramas PENALTY Max100 ou superior	Penalty	UND	80,000000	229,900	18.392,00
11	0011581 - Bola Oficial de Futsal, tamanho (sub-13), com 8 gomos, confeccionada em pvc. Tamanho: 55 - 59 cm de diâmetro. Peso: 360 - 380 g PENALTY Max200 ou superior	Penalty	UND	80,000000	229,900	18.392,00
12	0011582 - Bola Oficial de Futsal, tamanho juvenil, (sub18) Com 8 gomos, confeccionada em PU. Tamanho: 50 - 55 cm de diâmetro. Peso: 400 - 440 g PENALTY Max500 ou superior	Penalty	UND	80,000000	251,790	20.143,20
13	0011583 - Bola profissional de vôlei de quadra oficial aprovada pela fivb, matrizada, com 16 gomos e menos junções, confeccionada dupla micro-ondulação circunferência em microfibra com tratamento, câmara de butil micro-ondulação, válvula composta de borracha natural e sintética), miolo slip system auto lubrificado, removível. Vedação altamente resistente a diferentes condições climáticas, alta maciez, circunferência 65-67cm, peso 260-280g, garantia contra defeitos de fabricação (Mikasa V200W OU SUPERIOR Bola exigida pela federação de vôlei)	Penalty	UND	80,000000	448,900	35.912,00
18	0011588 - Colchonete para ginástica, material espuma, Revestimento tecido vidílico com tramas internas de poliéster, medidas 100x50x2,5cm, com Densidade 35kg/m3.	Impacto	UND	80,000000	99,900	7.992,00
19	0011589 - Corda de pular em nylon 2metros com cabo de madeira	Pangué	UND	100,000000	22,500	2.250,00
25	0011593 - Kit Cone Chinês Funcional 10 Unidades Dimensões Aproximadas: 19 x 19 x 5 cm (C x L x A)	Pangué	KIT	20,000000	59,900	1.198,00
36	0011603 - Rede de futebol de campo, par com fio 6mm em Nylon, 100% polietileno, tamanho aproximado 7,55m C x2,50m A x 1,50m F. COM PROTEÇÃO UV	Gismar Redes	PAR	30,000000	999,000	29.970,00
38	0011605 - Rede de Proteção Esportiva para Lateral e Fundo de Quadra de Futsal, fio 6MM, Malha 8cm nylon polipropileno. Com proteção Uv	Gismar Redes	m²	2000,000000	34,900	69.800,00
39	0011606 - Rede de voleibol oficial c/2 lonas, c/07cm de altura na borda superior e c/05cm na borda inferior, fios confeccionados em polipropileno, tratamento contra raios UV, peso 2kg, fio 4mm	Pangué	UND	5,000000	358,900	1.794,50
40	0011607 - Rede futsal, com fio 6mm em nylon, 100% polietileno, tamanho aproximado 3,00m C x 2,00m 1,00 F.	Gismar Redes	UND	10,000000	499,900	4.999,00
41	0009859 - Saco para bolas esportivas. confeccionado em fio 2mm, Malhas: 10 x 10cm; Capacidade: 20 bolas de futebol de campo.	Gismar Redes	UNIDADE	6,000000	36,900	221,40

O Valor total é de R$ 278.769,10 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dez centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº **10/2025** até **25 de março de 2027**, conforme autorizado pelo Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº **10/2025**, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento.

Florânia/RN, 25 de março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
ADRIANO BEZERRA DANTAS
Representante Legal
.092.-04

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:3C352803

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025
CONTRATANTE: O Município de Florânia, por intermédio da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, inscrita no CNPJ: 08.181.562/0001- 90, situado na Rua Teônia Amaral, nº 290, Centro, CEP: 59.335-000, neste ato representado por seu prefeito Saint Clay Alcantara Silva de Medeiros, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Florânia/RN, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: MEDEIROS & FERNANDES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.342.832/0001-33, representada por seu Representante Legal, LUIZ JURANDIR DE MEDEIROS, portador do CPF nº ***.943.***-30, doravante denominada CONTRATADA.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº **9/2025**, celebrada entre as partes, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
1.1.2. O restabelecimento do saldo remanescente da referida Ata, destinado à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO**.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, especificações, quantitativos e fornecedores permanecem os descritos na Ata de Registro de Preços nº **9/2025**, conforme:

Fornecedor: **MEDEIROS & FERNANDES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**		
CNPJ: **36.342.832/0001-33**	Telefone:	Email: **carneirinhoesportivo@gmail.com**
Endereço: **AV CEL MARTINIANO, 622 ********, CENTRO, CAICO/RN, CEP: 59300-000**		
Representante: **LUIZ JURANDIR DE MEDEIROS** - CPF: *****.943.***-30**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0011572 - Bandeirinha " de Futebol Quadriculada Fluorescente Zona Livre é geralmente utilizada Pelos árbitros em competições profissionais e Amadoras. Dentre suas características estão a Manete aderente e macia e o bastão de alumínio.	scalibu/scalibu	PAR	10,000000	141,000	1.410,00
14	0011584 - Bolsa para transporte e armazenamento de fardamento esportivo. Abertura superior com zíper 06. - 2 alças de mão com 40 cm cada. Material: Poliéster. Dimensões mínimas (C x A x L): 48 x 40 x 22 cm	magussy/magussy	UNIDADE	4,000000	142,000	568,00
15	0011585 - Caixa Térmica capacidade mínima de 40 Litros - tampa dobrável exclusiva e patenteada com porta copos.	coleman/coleman	UND	10,000000	470,000	4.700,00
16	0011586 - CAIXA TERMICA: capacidade para 26L.	coleman/coleman	UNIDADE	10,000000	215,000	2.150,00
17	0011587 - Calibrador para bolas, características adicionais: sistema digital com duas agulhas, uso: regulagem de pressão de ar, modelo similar ou igual: calibrador eletrônico penalty.	magussy/magussy	UND	10,000000	225,000	2.250,00
20	0011590 - Cronômetro digital progressivo com função “Split”, exibe as parciais do tempo: função relógio Com memória e alimentação com bateria LR 44, dimensão 70x23x60mm.	vollo/vollo	UND	20,000000	75,000	1.500,00
21	0011591 - Escada Agilidade Treinamento Funcional 10 Degraus 5m Yangfit. Peso do Produto: 450g Dimensões Aproximadas69Dimensão do degrau: Largura: 50 cm, altura: 4 cm. Dimensão da escada: Comprimento: 5 m, Largura: 50 cm	scalibu/scalibu	UND	10,000000	95,000	950,00
22	0006674 - Fita de marcação para vôlei de areia - largura: 5 cm, comprimento: 8 e 16 m. material: 100% polipropileno, Ilhós nas extremidades e no centro das fitas maiores para fixação no solo com estacas	scalibu/scalibu	UND	10,000000	142,000	1.420,00
23	0011592 - Garrafão Térmico 18 lts - Fabricado em polipropileno com espuma interna de poliuretano	coleman/coleman	UND	20,000000	355,000	7.100,00
24	0006676 - Garrafão Térmico 12 lts - Fabricado em polipropileno com espuma interna de poliuretano	coleman/coleman	UND	30,000000	250,000	7.500,00
28	0011595 - Medalha cunhada fundida personalizada de acordo com a necessidade da secretaria em Metal 8 cm, Cor dourada com fita personalizada.	crespar/crespar	UND	500,000000	25,000	12.500,00
29	0011596 - Medalha cunhada fundida personalizada de acordo com a necessidade da secretaria em Metal 8 cm, Cor prata com fita personalizada.	crespar/crespar	UND	500,000000	25,000	12.500,00
30	0011597 - Medalha esportiva, material em latão, tamanho 8cm, bronze.	crespar/crespar	UND	1000,000000	19,000	19.000,00
31	0011598 - Medalha esportiva, material em latão, tamanho 8cm, dourada.	crespar/crespar	UND	1000,000000	19,000	19.000,00
32	0011599 - Medalha esportiva, material em latão, tamanho 8cm, prata.	crespar/crespar	UND	1000,000000	19,000	19.000,00
33	0011600 - Peteca, material base de borracha sintética, Tamanho único, tipo pena natural, com pena Branca, peso 40 e 42g, tipo oficial, características Adicionais com amortecedor.	scalibu/scalibu	UND	80,000000	30,000	2.400,00
34	0011601 - Placar de Substituição de Jogadores. Dupla Face	kief/kief	UND	2,000000	625,000	1.250,00
35	0011602 - Placar Eletrônico Esportivo Futebol Salão E Cronometro Jogos, Dimensões: 60 x 48 cm, Display com dígitos de 10,5 cm, Alcance do controle RF: 30 metros em ambiente aberto (sem barreiras), Tensão de operação: 110/220V (Bivolt), Potência: 60W; Consumo em operação: 260mA	kief/kief	UND	3,000000	2.995,000	8.985,00
37	0011604 - Rede de Proteção Esportiva para Lateral e Fundo de Quadra de Futsal, fio 6MM, Malha 8cm corda polietileno. Com proteção Uv	gismar/gismar	m²	1000,000000	28,000	28.000,00
42	0011608 - Tatame composto por 09 placas confeccionado em EVA, com 4,0 cm a mais de espessura, totalizando em média 9,0 m² (ou mais), em película texturizada, aderente e impermeável, para ser lavado facilmente de preferência tatame dupla face, antiderrapante, atóxico, espuma densidade 110 resistente a água. Sendo que cada Placa de EVA deve-se ter 1m².	eva brasil/eva brasil	KIT	10,000000	1.576,000	15.760,00
43	0011609 - Troféu Personalizado em Vidro e Granito Tamanho: Altura: 30 cm Largura: 15 cm	vitoria/vitoria	UND	100,000000	415,000	41.500,00
44	0011610 - Troféu Personalizado em Vidro e Granito Tamanho: Altura: 33 cm Largura: 18 cm	vitoria/vitoria	UND	100,000000	510,000	51.000,00
45	0011611 - Troféu, material em alumínio, tamanho médio 100cm.	vitoria/vitoria	UND	100,000000	1.045,000	104.500,00

O Valor total é de R$ 364.943,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº **9/2025** até **25 de março de 2027**, conforme autorizado pelo Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº **9/2025**, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento.
Florânia/RN, 25 de março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
SAINT CLAY ALCANTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
LUIZ JURANDIR DE MEDEIROS
Representante Legal
.943.-30

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:C21C1153

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ RN (CIM SERIDO)

PRESIDÊNCIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2026 - ANEXO I - ANALÍTICO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ					
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário					Exercício: **2026** -
Bimestre: 1/2026					
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**					
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	Até Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	213.883,06	3.486.116,94
1 Receitas Correntes	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	213.883,06	3.486.116,94
1.3 Receita Patrimonial	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2 Valores Mobiliários	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2.1 Juros e Correções Monetárias	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2.1.01.1 Remuneraçao de Depósitos Bancários	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados	23.787,00	23.787,00	4.226,23	4.226,23	19.560,77
1.7 Transferências Correntes	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	209.656,83	3.466.556,17
1.7.3 Transferências dos Municípiose de suas Entidades	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	209.656,83	3.466.556,17
1.7.3.9 Outras Transferências dos Municípios	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	209.656,83	3.466.556,17
1.7.3.9.50 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	209.656,83	3.466.556,17
1.7.3.9.50.0.1 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	3.676.213,00	3.676.213,00	209.656,83	209.656,83	3.466.556,17
1.7.3.9.50.0.1.01 Transferência dos Municípios a Consórcios Públicos - Acari	31.066,00	31.066,00	0,00	0,00	31.066,00
1.7.3.9.50.0.1.02 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Bodó	23.300,00	23.300,00	0,00	0,00	23.300,00
1.7.3.9.50.0.1.03 Transferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos - Carnaúba dos Dantas	23.300,00	23.300,00	9.452,07	9.452,07	13.847,93
1.7.3.9.50.0.1.04 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Caicó	93.199,00	93.199,00	14.850,00	14.850,00	78.349,00
1.7.3.9.50.0.1.05 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Cerro Corá	31.066,00	31.066,00	5.177,66	5.177,66	25.888,34
1.7.3.9.50.0.1.06 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Cruzeta	23.300,00	23.300,00	3.883,32	3.883,32	19.416,68
1.7.3.9.50.0.1.07 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Currais Novos	74.841,00	74.841,00	0,00	0,00	74.841,00
1.7.3.9.50.0.1.08 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Equador	23.300,00	23.300,00	0,00	0,00	23.300,00
1.7.3.9.50.0.1.09 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Florânia	31.066,00	31.066,00	2.588,83	2.588,83	28.477,17
1.7.3.9.50.0.1.10 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Ipueira	23.300,00	23.300,00	0,00	0,00	23.300,00
1.7.3.9.50.0.1.11 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Jardim de Piranhas	38.833,00	38.833,00	3.093,75	3.093,75	35.739,25
1.7.3.9.50.0.1.12 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Jardim do Seridó	31.066,00	31.066,00	5.177,66	5.177,66	25.888,34
1.7.3.9.50.0.1.13 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Jucurutu	46.599,00	46.599,00	7.595,75	7.595,75	39.003,25
1.7.3.9.50.0.1.14 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Lagoa Nova	38.833,00	38.833,00	0,00	0,00	38.833,00
1.7.3.9.50.0.1.15 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Ouro Branco	23.300,00	23.300,00	0,00	0,00	23.300,00
1.7.3.9.50.0.1.16 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Parelhas	46.599,00	46.599,00	0,00	0,00	46.599,00
1.7.3.9.50.0.1.17 Transferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos -Santana do Seridó	23.300,00	23.300,00	3.883,32	3.883,32	19.416,68
1.7.3.9.50.0.1.18 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - São Fernando	23.300,00	23.300,00	3.797,91	3.797,91	19.502,09
1.7.3.9.50.0.1.19 Transferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos -São João do Sabugi	23.300,00	23.300,00	3.797,91	3.797,91	19.502,09
1.7.3.9.50.0.1.20 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - São José do Seridó	23.300,00	23.300,00	3.883,32	3.883,32	19.416,68
1.7.3.9.50.0.1.21 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - São Vicente	23.300,00	23.300,00	1.941,66	1.941,66	21.358,34
1.7.3.9.50.0.1.22 Transferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos -Serra Negra do Norte	23.300,00	23.300,00	1.941,66	1.941,66	21.358,34
1.7.3.9.50.0.1.23 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Tenente Laurentino Cruz	23.300,00	23.300,00	0,00	0,00	23.300,00
1.7.3.9.50.0.1.24 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Timbaúba dos Batistas	23.300,00	23.300,00	3.883,32	3.883,32	19.416,68
1.7.3.9.50.0.1.27 Tranferências de Municípios a Consórcios Públicos - Santa Cruz	63.545,00	63.545,00	5.245,41	5.245,41	58.299,59
1.7.3.9.50.0.1.36 Tranferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos - Núcleo de Serviços de Engenharia	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
1.7.3.9.50.0.1.37 1739500137 - Tranferências de Municípios a Consórcios Públicos - Serviço de Inspeção Municipal - SIM	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00
1.7.3.9.50.0.1.38 Tranferências de Municípios a Consórcios Públicos - Serviço de Perfuração de Poços	600.000,00	600.000,00	57.913,28	57.913,28	542.086,72
1.7.3.9.50.0.1.39 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Serviço de Licenciamento Ambiental	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
1.7.3.9.50.0.1.40 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Usina de Asfalto	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
1.7.3.9.50.0.1.41 Transferênciasde MunicípiosaConsórciosPúblicos -Execução de Ações Judiciais - Consorciados Inadimplentes	263.300,00	263.300,00	71.550,00	71.550,00	191.750,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	213.883,06	3.486.116,94
OPERAÇÕESDE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operaçõesde Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operaçõesde Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.700.000,00	3.700.000,00	213.883,06	213.883,06	3.486.116,94
DÉFICIT (VI) [1]				0,00	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)				213.883,06	
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00		0,00	
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00			
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00		0,00	

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagasaté Bimestre (j)	Inscrição de RP não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
3 Despesas Correntes	3.300.000,00	3.300.000,00	446.591,28	446.591,28	2.853.408,72	150.031,27	150.031,27	3.149.968,73	136.101,77	0,00
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	557.500,00	557.500,00	273.291,92	273.291,92	284.208,08	65.507,41	65.507,41	491.992,59	53.386,71	0,00
3190 APLICAÇÕES DIRETAS	557.500,00	557.500,00	273.291,92	273.291,92	284.208,08	65.507,41	65.507,41	491.992,59	53.386,71	0,00
319004 CONTRATAÇÃO PORTEMPO	140.000,00	140.000,00	45.000,00	45.000,00	95.000,00	13.720,00	13.720,00	126.280,00	13.720,00	0,00
DETERMINADO										
319011 VENCIMENTOSE VANTAGENS FIXAS- PESSOAL CIVIL	250.000,00	250.000,00	150.000,00	150.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00	220.000,00	30.000,00	0,00
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	137.000,00	137.000,00	70.000,00	70.000,00	67.000,00	19.435,49	19.435,49	117.564,51	7.314,79	0,00
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
319094 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00	30.000,00	8.291,92	8.291,92	21.708,08	2.351,92	2.351,92	27.648,08	2.351,92	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.742.500,00	2.742.500,00	173.299,36	173.299,36	2.569.200,64	84.523,86	84.523,86	2.657.976,14	82.715,06	0,00
3390 APLICAÇÕES DIRETAS	2.742.500,00	2.742.500,00	173.299,36	173.299,36	2.569.200,64	84.523,86	84.523,86	2.657.976,14	82.715,06	0,00
339014 DIÁRIAS - CIVIL	75.000,00	75.000,00	500,00	500,00	74.500,00	500,00	500,00	74.500,00	500,00	0,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	265.000,00	265.000,00	69.350,00	69.350,00	195.650,00	46.730,00	46.730,00	218.270,00	46.730,00	0,00
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOAFÍSICA	240.000,00	240.000,00	58.400,00	58.400,00	181.600,00	20.100,00	20.100,00	219.900,00	20.100,00	0,00
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOAJURÍDICA	2.120.000,00	2.120.000,00	41.445,00	41.445,00	2.078.555,00	13.589,50	13.589,50	2.106.410,50	11.780,70	0,00
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	5.000,00	3.604,36	3.604,36	1.395,64	3.604,36	3.604,36	1.395,64	3.604,36	0,00
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
4 Despesas de Capital	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
44 INVESTIMENTO	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
4490 APLICAÇÕES DIRETAS	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
449052 EQUIPAMENTOS EMATERIAL PERMANENTE	110.000,00	110.000,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	2.557,00	107.443,00	2.557,00	0,00
9 Reserva de Contingência	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
99 RESERVADE CONTINGÊNCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
999999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	3.547.411,73	138.658,77	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-235.265,22			61.294,79		75.224,29	
TOTAL COM SUPERÁVIT(XIV) = (XII + XIII)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	213.883,06	3.250.851,72	152.588,27	213.883,06	3.547.411,73	213.883,06	0,00
RESERVA DORPPS										
Nota:1 - Odéficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e adespesa empenhada no último bimestre.										

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO	***FELIPE PEREIRA DE MEDEIROS***
###.366.064-##	###.069.904-##

Presidente	Contador CRC RN 013087/O-6

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:B9DB8CB2

PRESIDÊNCIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2026 - ANEXO II

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDO											Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção											Exercício: **2026** -
Bimestre: 1/2026											
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2											
Função/SubFunção	Dotação Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**3.700.000,00**	**3.700.000,00**	**449.148,28**	**449.148,28**	**100,00**	**3.250.851,72**	**152.588,27**	**152.588,27**	**100,00**	**3.547.411,73**	**0,00**
04 ADMINISTRAÇÃO	850.000,00	850.000,00	284.098,28	284.098,28	63,25	565.901,72	79.738,27	79.738,27	52,26	770.261,73	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	850.000,00	850.000,00	284.098,28	284.098,28	63,25	565.901,72	79.738,27	79.738,27	52,26	770.261,73	0,00
15 URBANISMO	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00
20 AGRICULTURA	910.000,00	910.000,00	165.050,00	165.050,00	36,75	744.950,00	72.850,00	72.850,00	47,74	837.150,00	0,00
605 ABASTECIMENTO	600.000,00	600.000,00	135.050,00	135.050,00	30,07	464.950,00	67.050,00	67.050,00	43,94	532.950,00	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	310.000,00	310.000,00	30.000,00	30.000,00	6,68	280.000,00	5.800,00	5.800,00	3,80	304.200,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.700.000,00	3.700.000,00	449.148,28	449.148,28	100,00	3.250.851,72	152.588,27	152.588,27	100,00	3.547.411,73	0,00

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO	***FELIPE PEREIRA DE MEDEIROS***
###.366.064-##	###.069.904-##
Presidente	Contador CRC RN 013087/O-6

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:072F5C1A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
12-SAUDE-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde				Exercício: **2026**
Bimestre: 1/2026				
RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.125.200,00	7.125.200,00	929.827,74	13,04
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU	577.500,00	577.500,00	41.564,99	7,19
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	105.000,00	105.000,00	10.239,96	9,75
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.300.000,00	3.300.000,00	432.895,27	13,11
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.142.700,00	3.142.700,00	445.127,52	14,16
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUICIONAIS E LEGAIS (II)	51.017.904,00	51.017.904,00	9.738.653,12	19,08
Cota-Parte FPM	36.946.403,00	36.946.403,00	7.618.168,87	20,61
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	131,56	6,57

Cota-Parte IPVA	1.107.650,00	1.107.650,00	72.693,62	6,56
Cota-Parte ICMS	12.921.851,00	12.921.851,00	2.039.821,63	15,78
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	7.837,44	19,59
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	58.143.104,00	58.143.104,00	10.668.480,86	18,34

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.793.184,00	5.749.384,00	1.735.865,96	30,19	484.239,42	8,42	484.239,42	8,42	0,00
Despesas Correntes	5.329.165,00	5.285.365,00	1.735.865,96	32,84	484.239,42	9,16	484.239,42	9,16	0,00
Despesas de Capital	464.019,00	464.019,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	5.479.089,00	5.470.089,00	2.622.798,56	47,94	939.930,16	17,18	939.930,16	17,18	0,00
Despesas Correntes	5.172.903,00	5.163.903,00	2.622.798,56	50,79	939.930,16	18,20	939.930,16	18,20	0,00
Despesas de Capital	306.186,00	306.186,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	769.750,00	770.750,00	267.530,48	34,71	105.933,74	13,74	105.933,74	13,74	0,00
Despesas Correntes	769.750,00	770.750,00	267.530,48	34,71	105.933,74	13,74	105.933,74	13,74	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	125.412,00	125.412,00	58.000,00	46,24	17.086,30	13,62	17.086,30	13,62	0,00
Despesas Correntes	125.412,00	125.412,00	58.000,00	46,24	17.086,30	13,62	17.086,30	13,62	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	136.082,00	136.082,00	90.053,68	66,17	8.621,65	6,33	8.621,65	6,33	0,00
Despesas Correntes	136.082,00	136.082,00	90.053,68	66,17	8.621,65	6,33	8.621,65	6,33	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	513.000,00	513.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	408.000,00	408.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	12.816.517,00	12.764.717,00	4.774.248,68	37,40	1.555.811,27	12,18	1.555.811,27	12,18	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.774.248,68	1.555.811,27	1.555.811,27
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc.Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.774.248,68	1.555.811,27	1.555.811,27
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	1.600.272,13	1.600.272,13	1.600.272,13
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	1.600.272,13	1.600.272,13	1.600.272,13
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	3.173.976,55	(44.460,86)	(44.460,86)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	(44.460,86)	(44.460,86)
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	44,75	14,58	14,58

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES P/FINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (X-1) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	1.600.272,13	1.555.811,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	905.352,79	0,00	905.352,79	893.540,23	11.812,56	0,00	0,00

Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	1.623,95	0,00	1.623,95	0,00	1.623,95	0,00	0,00
Empenhos de 2022	6.559.911,41	10.988.755,95	4.428.844,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.428.844,54
Empenhos de 2021 e anteriores	6.016.450,27	10.512.237,04	4.495.786,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.495.786,77
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compens. (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancel. ou prescritos em exerc. anteriores a serem compens. (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anteriores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARAA SAÚDE (XXVIII)	19.517.010,00	19.517.010,00	1.780.225,56	9,12
Proveniente da União	18.901.394,00	18.901.394,00	1.780.225,56	9,41
Proveniente dos Estados	615.616,00	615.616,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	19.517.010,00	19.517.010,00	1.780.225,56	9,12

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	10.221.683,00	10.434.483,00	2.906.120,51	27,85	1.151.047,05	11,03	1.151.047,05	11,03	0,00
Despesas Correntes	8.832.008,00	9.044.808,00	2.906.120,51	32,13	1.151.047,05	12,72	1.151.047,05	12,72	0,00
Despesas de Capital	1.389.675,00	1.389.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	9.427.549,00	9.251.549,00	1.150.782,76	12,43	419.402,59	4,53	345.777,24	3,73	0,00
Despesas Correntes	7.002.010,00	6.826.010,00	1.103.645,96	16,16	419.402,59	6,14	345.777,24	5,06	0,00
Despesas de Capital	2.425.539,00	2.425.539,00	47.136,80	1,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	230.165,00	275.165,00	71.858,56	26,11	30.191,61	10,97	30.191,61	10,97	0,00
Despesas Correntes	230.165,00	275.165,00	71.858,56	26,11	30.191,61	10,97	30.191,61	10,97	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	11.340,00	11.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	11.340,00	11.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	869.797,00	839.797,00	245.000,00	29,17	82.673,52	9,84	82.673,52	9,84	0,00
Despesas Correntes	847.117,00	817.117,00	245.000,00	29,98	82.673,52	10,11	82.673,52	10,11	0,00
Despesas de Capital	22.680,00	22.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	2.058.959,00	2.058.959,00	990.628,02	48,11	134.064,01	6,51	134.064,01	6,51	0,00
Despesas Correntes	1.696.703,00	1.696.703,00	990.628,02	58,38	134.064,01	7,90	134.064,01	7,90	0,00
Despesas de Capital	362.256,00	362.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	22.819.493,00	22.871.293,00	5.364.389,85	23,45	1.817.378,78	7,94	1.743.753,43	7,62	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	16.014.867,00	16.183.867,00	4.641.986,47	28,68	1.635.286,47	10,10	1.635.286,47	10,10	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	14.906.638,00	14.721.638,00	3.773.581,32	25,63	1.359.332,75	9,23	1.285.707,40	8,73	0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	999.915,00	1.045.915,00	339.389,04	32,44	136.125,35	13,01	136.125,35	13,01	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	136.752,00	136.752,00	58.000,00	42,41	17.086,30	12,49	17.086,30	12,49	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.005.879,00	975.879,00	335.053,68	34,33	91.295,17	9,35	91.295,17	9,35	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	2.571.959,00	2.571.959,00	990.628,02	38,51	134.064,01	5,21	134.064,01	5,21	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	35.636.010,00	35.636.010,00	10.138.638,53	28,45	3.373.190,05	9,46	3.299.564,70	9,25	0,00
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.									
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.									

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:CC68207D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
13-PPP-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	Exercício: **2026**		
Bimestre: 1/2026			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	98.542.122,56	99.256.362,00	101.149.937,21	103.079.637,34	105.046.151,55	107.050.182,17	109.092.444,92	111.173.669,20	113.294.598,27	115.455.989,63	117.658.615,20
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOTA: As projeções da RCL foram calculadas com base no Fator de Projeção de 1,019077620570 divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos publicado em 31/10/2025.											

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	*GUTEMBERG DIAS SOARES*	*EVERALDO DE LIMA NOBREGA*	*REOMAN ARAÚJO CABRAL*
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:A4FA88C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
1-BO RECEITAS E DESPESAS-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário			Exercício: **2026**				
Bimestre: 1/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	117.587.898,00	117.937.898,00	19.288.371,79	16,35	19.288.371,79	16,35	98.649.526,21
Receitas Correntes	104.777.222,00	105.127.222,00	18.695.383,90	17,78	18.695.383,90	17,78	86.431.838,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.269.050,00	7.269.050,00	1.022.496,66	14,07	1.022.496,66	14,07	6.246.553,34
Impostos	7.125.200,00	7.125.200,00	929.827,74	13,05	929.827,74	13,05	6.195.372,26
Taxas	143.850,00	143.850,00	92.668,92	64,42	92.668,92	64,42	51.181,08
Contribuições	3.759.184,00	3.759.184,00	519.446,02	13,82	519.446,02	13,82	3.239.737,98
Contribuições Sociais	2.759.184,00	2.759.184,00	315.213,33	11,42	315.213,33	11,42	2.443.970,67
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.000.000,00	1.000.000,00	204.232,69	20,42	204.232,69	20,42	795.767,31
Receita Patrimonial	2.065.526,00	2.065.526,00	1.267.789,16	61,38	1.267.789,16	61,38	797.736,84
Valores Mobiliários	2.065.526,00	2.065.526,00	1.267.789,16	61,38	1.267.789,16	61,38	797.736,84
Transferências Correntes	89.651.477,00	90.001.477,00	15.141.935,11	16,82	15.141.935,11	16,82	74.859.541,89
Transferências da União e de suas Entidades	58.401.354,00	58.501.354,00	9.912.762,37	16,94	9.912.762,37	16,94	48.588.591,63
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.406.003,00	13.656.003,00	2.214.337,93	16,22	2.214.337,93	16,22	11.441.665,07
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.800.650,00	17.800.650,00	3.014.834,81	16,94	3.014.834,81	16,94	14.785.815,19
Demais Transferências Correntes	43.470,00	43.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.470,00
Outras Receitas Correntes	2.031.985,00	2.031.985,00	743.716,95	36,60	743.716,95	36,60	1.288.268,05
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	21.735,00	21.735,00	17.143,09	78,87	17.143,09	78,87	4.591,91
Demais Receitas Correntes	2.010.250,00	2.010.250,00	726.573,86	36,14	726.573,86	36,14	1.283.676,14
Receitas de Capital	12.810.676,00	12.810.676,00	592.987,89	4,63	592.987,89	4,63	12.217.688,11
Transferências de Capital	12.810.676,00	12.810.676,00	592.987,89	4,63	592.987,89	4,63	12.217.688,11
Transferências da União e de suas Entidades	12.316.232,00	12.316.232,00	72.732,48	0,59	72.732,48	0,59	12.243.499,52
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	494.444,00	494.444,00	520.255,41	105,22	520.255,41	105,22	-25.811,41
Receitas (Intra-Orçamentária) (II)	8.205.687,00	8.205.687,00	699.950,21	8,53	699.950,21	8,53	7.505.736,79
Contribuições	7.289.730,00	7.289.730,00	683.852,35	9,38	683.852,35	9,38	6.605.877,65
Contribuições Sociais	7.289.730,00	7.289.730,00	683.852,35	9,38	683.852,35	9,38	6.605.877,65
Outras Receitas Correntes	915.957,00	915.957,00	16.097,86	1,76	16.097,86	1,76	899.859,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	75.957,00	75.957,00	16.097,86	21,19	16.097,86	21,19	59.859,14
Demais Receitas Correntes	840.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	125.793.585,00	126.143.585,00	19.988.322,00	30,94	19.988.322,00	30,94	106.155.263,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	125.793.585,00	126.143.585,00	19.988.322,00	30,94	19.988.322,00	30,94	106.155.263,00
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					19.988.322,00		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

MUNICIPIO DE JUCURUTU					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil					
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário					Exercício: **2026**					
Bimestre: 1/2026										
Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	119.205.976,00	119.205.976,00	39.576.554,86	39.576.554,86	79.629.421,14	12.148.502,04	12.148.502,04	107.057.473,96	12.070.964,80	0,00
Despesas Correntes	92.795.925,00	91.995.825,00	35.435.033,20	35.435.033,20	56.560.791,80	10.951.351,03	10.951.351,03	81.044.473,97	10.873.813,79	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.540.391,00	47.332.271,00	21.712.788,87	21.712.788,87	25.619.482,13	7.016.488,07	7.016.488,07	40.315.782,93	7.016.488,07	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1.200.000,00	1.149.000,00	900.000,00	900.000,00	249.000,00	240.841,16	240.841,16	908.158,84	240.841,16	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.055.534,00	43.514.554,00	12.822.244,33	12.822.244,33	30.692.309,67	3.694.021,80	3.694.021,80	39.820.532,20	3.616.484,56	0,00

Despesas de Capital	26.149.294,00	26.949.394,00	4.141.521,66	4.141.521,66	22.807.872,34	1.197.151,01	1.197.151,01	25.752.242,99	1.197.151,01	0,00
INVESTIMENTO	23.115.274,00	23.915.374,00	1.606.521,66	1.606.521,66	22.308.852,34	628.592,66	628.592,66	23.286.781,34	628.592,66	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	34.020,00	34.020,00	0,00	0,00	34.020,00	0,00	0,00	34.020,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	3.000.000,00	3.000.000,00	2.535.000,00	2.535.000,00	465.000,00	568.558,35	568.558,35	2.431.441,65	568.558,35	0,00
Reserva de Contingência	260.757,00	260.757,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.757,00	260.757,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.755.462,00	5.755.462,00	4.612.807,27	4.612.807,27	1.142.654,73	454.949,25	454.949,25	5.300.512,75	454.949,25	0,00
Despesas Correntes	5.755.462,00	5.755.462,00	4.612.807,27	4.612.807,27	1.142.654,73	454.949,25	454.949,25	5.300.512,75	454.949,25	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.755.462,00	5.755.462,00	4.612.807,27	4.612.807,27	1.142.654,73	454.949,25	454.949,25	5.300.512,75	454.949,25	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	124.961.438,00	124.961.438,00	44.189.362,13	44.189.362,13	80.772.075,87	12.603.451,29	12.603.451,29	112.357.986,71	12.525.914,05	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	124.961.438,00	124.961.438,00	44.189.362,13	44.189.362,13	80.772.075,87	12.603.451,29	12.603.451,29	112.357.986,71	12.525.914,05	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-24.201.040,13			7.384.870,71		7.462.407,95	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII)	124.961.438,00	124.961.438,00	44.189.362,13	19.988.322,00	80.772.075,87	12.603.451,29	19.988.322,00	112.357.986,71	19.988.322,00	0,00
RESERVA DO RPPS	832.147,00	832.147,00								
1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
IOGO NIELSON DE QUEIROZ E	***SILVA GUTEMBERG DIAS SOARES***			***EVERALDO DE LIMA NOBREGA***				***REOMAN ARAÚJO CABRAL***		
###.555.994-##	*###.043.084-##*			*###.822.234-##*				*###.582.494-##*		
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças			Contabilista				Controlador		

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:2D01050C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
2-DESPESA FUNÇÃO-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU										Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção										Exercício: **2026**
Bimestre: 1/2026										
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2										
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**119.205.976,00**	**119.205.976,00**	**39.576.554,86**	**39.576.554,86**	**89,56**	**79.629.421,14**	**12.148.502,04**	**12.148.502,04**	**96,39**	**107.057.473,96**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	4.128.050,00	4.128.050,00	3.373.003,47	3.373.003,47	7,63	755.046,53	537.990,58	537.990,58	4,27	3.590.059,42	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	4.128.050,00	4.128.050,00	3.373.003,47	3.373.003,47	7,63	755.046,53	537.990,58	537.990,58	4,27	3.590.059,42	0,00
04 ADMINISTRAÇÃO	14.647.093,00	14.647.093,00	9.205.146,50	9.205.146,50	20,83	5.441.946,50	2.499.367,29	2.499.367,29	19,83	12.147.725,71	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.480.485,00	8.232.485,00	4.031.076,54	4.031.076,54	9,12	4.201.408,46	1.344.390,78	1.344.390,78	10,67	6.888.094,22	0,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	6.087.061,00	6.337.061,00	5.173.319,96	5.173.319,96	11,71	1.163.741,04	1.154.226,51	1.154.226,51	9,16	5.182.834,49	0,00
124 CONTROLE INTERNO	56.701,00	54.701,00	750,00	750,00	0,00	53.951,00	750,00	750,00	0,01	53.951,00	0,00
182 DEFESA CIVIL	22.846,00	22.846,00	0,00	0,00	0,00	22.846,00	0,00	0,00	0,00	22.846,00	0,00
06 SEGURANÇA PÚBLICA	1.148.388,00	1.148.388,00	997.138,78	997.138,78	2,26	151.249,22	83.364,07	83.364,07	0,66	1.065.023,93	0,00
181 POLICIAMENTO	38.347,00	38.347,00	0,00	0,00	0,00	38.347,00	0,00	0,00	0,00	38.347,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.110.041,00	1.110.041,00	997.138,78	997.138,78	2,26	112.902,22	83.364,07	83.364,07	0,66	1.026.676,93	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.815.099,00	5.815.099,00	814.202,52	814.202,52	1,84	5.000.896,48	270.371,25	270.371,25	2,15	5.544.727,75	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.201.676,00	1.201.676,00	302.513,03	302.513,03	0,68	899.162,97	126.716,61	126.716,61	1,01	1.074.959,39	0,00
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	346.422,00	346.422,00	0,00	0,00	0,00	346.422,00	0,00	0,00	0,00	346.422,00	0,00
242 ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	5.670,00	5.670,00	0,00	0,00	0,00	5.670,00	0,00	0,00	0,00	5.670,00	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	393.044,00	393.044,00	63.960,94	63.960,94	0,14	329.083,06	22.323,04	22.323,04	0,18	370.720,96	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.749.999,00	3.749.999,00	441.493,55	441.493,55	1,00	3.308.505,45	120.774,91	120.774,91	0,96	3.629.224,09	0,00

334 FOMENTO AO TRABALHO	118.288,00	118.288,00	6.235,00	6.235,00	0,01	112.053,00	556,69	556,69	0,00	117.731,31	0,00
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.244.400,00	13.244.400,00	4.792.272,07	4.792.272,07	10,84	8.452.127,93	1.573.267,49	1.573.267,49	12,48	11.671.132,51	0,00
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	13.244.400,00	13.244.400,00	4.792.272,07	4.792.272,07	10,84	8.452.127,93	1.573.267,49	1.573.267,49	12,48	11.671.132,51	0,00
10 SAÚDE	34.289.227,00	34.289.227,00	9.208.638,53	9.208.638,53	20,84	25.080.588,47	3.300.838,33	3.300.838,33	26,19	30.988.388,67	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.918.000,00	1.918.000,00	990.628,02	990.628,02	2,24	927.371,98	134.064,01	134.064,01	1,06	1.783.935,99	0,00
242 ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	186.703,00	186.703,00	0,00	0,00	0,00	186.703,00	0,00	0,00	0,00	186.703,00	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	78.750,00	78.750,00	0,00	0,00	0,00	78.750,00	0,00	0,00	0,00	78.750,00	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	15.200.277,00	15.369.277,00	3.961.986,47	3.961.986,47	8,97	11.407.290,53	1.552.873,36	1.552.873,36	12,32	13.816.403,64	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	14.499.599,00	14.314.599,00	3.642.581,32	3.642.581,32	8,24	10.672.017,68	1.380.982,04	1.380.982,04	10,96	12.933.616,96	0,00
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	982.905,00	1.028.905,00	328.389,04	328.389,04	0,74	700.515,96	135.072,14	135.072,14	1,07	893.832,86	0,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	118.608,00	118.608,00	40.000,00	40.000,00	0,09	78.608,00	15.173,26	15.173,26	0,12	103.434,74	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	915.879,00	885.879,00	245.053,68	245.053,68	0,55	640.825,32	82.673,52	82.673,52	0,66	803.205,48	0,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	388.506,00	388.506,00	0,00	0,00	0,00	388.506,00	0,00	0,00	0,00	388.506,00	0,00
12 EDUCAÇÃO	28.396.575,00	28.396.575,00	9.243.872,90	9.243.872,90	20,92	19.152.702,10	2.959.958,74	2.959.958,74	23,49	25.436.616,26	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	20.986.651,00	20.984.651,00	7.460.449,19	7.460.449,19	16,88	13.524.201,81	2.288.330,48	2.288.330,48	18,16	18.696.320,52	0,00
364 ENSINO SUPERIOR	39.690,00	39.690,00	0,00	0,00	0,00	39.690,00	0,00	0,00	0,00	39.690,00	0,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	7.258.926,00	7.248.926,00	1.772.151,90	1.772.151,90	4,01	5.476.774,10	671.628,26	671.628,26	5,33	6.577.297,74	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	79.968,00	79.968,00	0,00	0,00	0,00	79.968,00	0,00	0,00	0,00	79.968,00	0,00
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	31.340,00	43.340,00	11.271,81	11.271,81	0,03	32.068,19	0,00	0,00	0,00	43.340,00	0,00
13 CULTURA	784.355,00	784.355,00	20.000,00	20.000,00	0,05	764.355,00	1.600,00	1.600,00	0,01	782.755,00	0,00
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	62.371,00	62.371,00	0,00	0,00	0,00	62.371,00	0,00	0,00	0,00	62.371,00	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	721.984,00	721.984,00	20.000,00	20.000,00	0,05	701.984,00	1.600,00	1.600,00	0,01	720.384,00	0,00
15 URBANISMO	4.799.722,00	4.800.722,00	508.020,74	508.020,74	1,15	4.292.701,26	465.304,99	465.304,99	3,69	4.335.417,01	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.679.181,00	4.680.181,00	461.421,74	461.421,74	1,04	4.218.759,26	461.421,74	461.421,74	3,66	4.218.759,26	0,00
452 SERVIÇOS URBANOS	120.541,00	120.541,00	46.599,00	46.599,00	0,11	73.942,00	3.883,25	3.883,25	0,03	116.657,75	0,00
16 HABITAÇÃO	2.670.236,00	2.670.236,00	0,00	0,00	0,00	2.670.236,00	0,00	0,00	0,00	2.670.236,00	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	470.236,00	470.236,00	0,00	0,00	0,00	470.236,00	0,00	0,00	0,00	470.236,00	0,00
482 HABITAÇÃO URBANA	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
17 SANEAMENTO	402.885,00	402.885,00	0,00	0,00	0,00	402.885,00	0,00	0,00	0,00	402.885,00	0,00
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	82.782,00	82.782,00	0,00	0,00	0,00	82.782,00	0,00	0,00	0,00	82.782,00	0,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	320.103,00	320.103,00	0,00	0,00	0,00	320.103,00	0,00	0,00	0,00	320.103,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	1.007.988,00	1.006.988,00	0,00	0,00	0,00	1.006.988,00	0,00	0,00	0,00	1.006.988,00	0,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	140.280,00	140.280,00	0,00	0,00	0,00	140.280,00	0,00	0,00	0,00	140.280,00	0,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	850.698,00	849.698,00	0,00	0,00	0,00	849.698,00	0,00	0,00	0,00	849.698,00	0,00
544 RECURSOS HÍDRICOS	17.010,00	17.010,00	0,00	0,00	0,00	17.010,00	0,00	0,00	0,00	17.010,00	0,00
20 AGRICULTURA	2.707.399,00	2.707.399,00	1.012.892,18	1.012.892,18	2,29	1.694.506,82	308.542,67	308.542,67	2,45	2.398.856,33	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.446.880,00	1.466.880,00	1.005.827,18	1.005.827,18	2,28	461.052,82	301.477,67	301.477,67	2,39	1.165.402,33	0,00
605 ABASTECIMENTO	389.565,00	379.565,00	0,00	0,00	0,00	379.565,00	0,00	0,00	0,00	379.565,00	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	831.579,00	821.579,00	7.065,00	7.065,00	0,02	814.514,00	7.065,00	7.065,00	0,06	814.514,00	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	39.375,00	39.375,00	0,00	0,00	0,00	39.375,00	0,00	0,00	0,00	39.375,00	0,00
22 INDÚSTRIA	136.082,00	136.082,00	0,00	0,00	0,00	136.082,00	0,00	0,00	0,00	136.082,00	0,00
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	136.082,00	136.082,00	0,00	0,00	0,00	136.082,00	0,00	0,00	0,00	136.082,00	0,00
23 COMERCIO E SERVIÇOS	1.050.288,00	1.050.288,00	0,00	0,00	0,00	1.050.288,00	0,00	0,00	0,00	1.050.288,00	0,00
695 TURISMO	1.050.288,00	1.050.288,00	0,00	0,00	0,00	1.050.288,00	0,00	0,00	0,00	1.050.288,00	0,00
26 TRANSPORTE	1.536.607,00	1.536.607,00	0,00	0,00	0,00	1.536.607,00	0,00	0,00	0,00	1.536.607,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	28.350,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	28.350,00	0,00
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.508.257,00	1.508.257,00	0,00	0,00	0,00	1.508.257,00	0,00	0,00	0,00	1.508.257,00	0,00
27 DESPORTO E LAZER	2.180.825,00	2.180.825,00	401.367,17	401.367,17	0,91	1.779.457,83	147.896,63	147.896,63	1,17	2.032.928,37	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	844.818,00	844.818,00	255.664,52	255.664,52	0,58	589.153,48	60.564,22	60.564,22	0,48	784.253,78	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	1.323.724,00	1.323.724,00	145.702,65	145.702,65	0,33	1.178.021,35	87.332,41	87.332,41	0,69	1.236.391,59	0,00
813 LAZER	12.283,00	12.283,00	0,00	0,00	0,00	12.283,00	0,00	0,00	0,00	12.283,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	260.757,00	260.757,00	0,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.757,00	260.757,00	0,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00	0,00	0,00	260.757,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**5.755.462,00**	**5.755.462,00**	**4.612.807,27**	**4.612.807,27**	**10,44**	**1.142.654,73**	**454.949,25**	**454.949,25**	**3,61**	**5.300.512,75**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	26.250,00	26.250,00	9.000,00	9.000,00	0,02	17.250,00	793,86	793,86	0,01	25.456,14	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	26.250,00	26.250,00	9.000,00	9.000,00	0,02	17.250,00	793,86	793,86	0,01	25.456,14	0,00

04 ADMINISTRAÇÃO	493.757,00	493.757,00	336.800,00	336.800,00	0,76	156.957,00	30.280,63	30.280,63	0,24	463.476,37	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	448.396,00	448.396,00	306.800,00	306.800,00	0,69	141.596,00	27.512,89	27.512,89	0,22	420.883,11	0,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	45.361,00	45.361,00	30.000,00	30.000,00	0,07	15.361,00	2.767,74	2.767,74	0,02	42.593,26	0,00
06 SEGURANÇA PÚBLICA	2.191,00	2.191,00	0,00	0,00	0,00	2.191,00	0,00	0,00	0,00	2.191,00	0,00
181 POLICIAMENTO	2.191,00	2.191,00	0,00	0,00	0,00	2.191,00	0,00	0,00	0,00	2.191,00	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	87.108,00	87.108,00	73.207,27	73.207,27	0,17	13.900,73	7.470,06	7.470,06	0,06	79.637,94	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	87.108,00	87.108,00	73.207,27	73.207,27	0,17	13.900,73	7.470,06	7.470,06	0,06	79.637,94	0,00
10 SAÚDE	1.346.783,00	1.346.783,00	1.130.000,00	1.130.000,00	2,56	216.783,00	147.351,72	147.351,72	1,17	1.199.431,28	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	814.590,00	814.590,00	680.000,00	680.000,00	1,54	134.590,00	82.413,11	82.413,11	0,65	732.176,89	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	407.039,00	407.039,00	331.000,00	331.000,00	0,75	76.039,00	53.350,71	53.350,71	0,42	353.688,29	0,00
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	17.010,00	17.010,00	11.000,00	11.000,00	0,02	6.010,00	1.053,21	1.053,21	0,01	15.956,79	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18.144,00	18.144,00	18.000,00	18.000,00	0,04	144,00	1.913,04	1.913,04	0,02	16.230,96	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	0,20	0,00	8.621,65	8.621,65	0,07	81.378,35	0,00
12 EDUCAÇÃO	3.689.373,00	3.689.373,00	2.984.300,00	2.984.300,00	6,75	705.073,00	262.085,52	262.085,52	2,08	3.427.287,48	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	2.729.707,00	2.729.707,00	2.135.300,00	2.135.300,00	4,83	594.407,00	183.012,81	183.012,81	1,45	2.546.694,19	0,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	947.066,00	947.066,00	849.000,00	849.000,00	1,92	98.066,00	79.072,71	79.072,71	0,63	867.993,29	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	2.268,00	2.268,00	0,00	0,00	0,00	2.268,00	0,00	0,00	0,00	2.268,00	0,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	2.268,00	2.268,00	0,00	0,00	0,00	2.268,00	0,00	0,00	0,00	2.268,00	0,00
20 AGRICULTURA	73.711,00	73.711,00	73.000,00	73.000,00	0,17	711,00	6.355,13	6.355,13	0,05	67.355,87	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	73.711,00	73.711,00	73.000,00	73.000,00	0,17	711,00	6.355,13	6.355,13	0,05	67.355,87	0,00
27 DESPORTO E LAZER	34.021,00	34.021,00	6.500,00	6.500,00	0,01	27.521,00	612,33	612,33	0,00	33.408,67	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	34.021,00	34.021,00	6.500,00	6.500,00	0,01	27.521,00	612,33	612,33	0,00	33.408,67	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	124.961.438,00	124.961.438,00	44.189.362,13	44.189.362,13	100,00	80.772.075,87	12.603.451,29	12.603.451,29	100,00	112.357.986,71	0,00
IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA		***GUTEMBERG DIAS SOARES***		***EVERALDO DE LIMA NOBREGA***			***REOMAN ARAÚJO CABRAL***				
###.555.994-##		###.043.084-##		###.822.234-##			###.582.494-##				
Prefeito Municipal		Secretário De Finanças		Contabilista			Controlador				

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:584F832C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
3-RCL-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida													Exercício: **2026**	
Bimestre: 1/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)														
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Mar/2025	**Abr/2025**	**Mai/2025**	**Jun/2025**	**Jul/2025**	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**8.074.266,27**	**8.687.200,25**	**9.907.261,16**	**9.210.323,16**	**11.610.218,19**	**8.727.767,60**	**8.675.045,07**	**9.976.371,08**	**10.806.300,82**	**13.430.663,82**	**10.129.576,91**	**10.513.537,47**	**119.748.531,80**	**115.330.803,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**477.795,85**	**882.546,51**	**1.019.736,77**	**415.896,19**	**461.525,85**	**656.138,17**	**548.194,71**	**882.986,30**	**838.091,73**	**1.056.351,03**	**441.642,58**	**580.854,08**	**8.261.759,77**	**7.269.050,00**
IPTU	74.330,61	45.541,55	100.575,33	61.896,05	57.449,55	161.761,15	65.383,10	42.284,39	33.800,50	46.901,41	15.630,34	25.934,65	731.488,63	577.500,00
ISS	154.080,14	552.826,80	575.623,56	116.939,11	156.201,37	248.238,22	175.638,91	586.163,06	463.959,21	597.068,00	128.219,83	304.675,44	4.059.633,65	3.300.000,00
ITBI	20.499,94	2.179,97	3.699,96	15.719,94	12.599,97	34.299,96	14.399,95	3.019,95	3.019,95	9.759,97	5.739,98	4.499,98	129.439,52	105.000,00
IRRF	223.122,93	278.270,00	333.347,80	219.276,29	227.662,13	207.603,64	264.931,19	240.838,33	326.631,50	351.174,53	228.187,40	216.940,12	3.117.985,86	3.142.700,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.762,23	3.728,19	6.490,12	2.064,80	7.612,83	4.235,20	27.841,56	10.680,57	10.680,57	51.447,12	63.865,03	28.803,89	223.212,11	143.850,00
Contribuições	**303.643,10**	**300.534,49**	**305.029,12**	**306.653,01**	**297.823,79**	**301.257,39**	**297.745,22**	**298.123,21**	**297.447,05**	**736.110,34**	**192.237,30**	**327.208,72**	**3.963.812,74**	**3.759.184,00**
Receita Patrimonial	**454.460,18**	**589.971,47**	**569.384,50**	**489.308,02**	**453.700,72**	**580.837,24**	**608.127,94**	**604.958,81**	**564.078,40**	**568.782,40**	**706.737,59**	**561.051,57**	**6.751.398,84**	**2.065.526,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	454.460,18	589.971,47	569.384,50	489.308,02	453.700,72	580.837,24	608.127,94	604.958,81	564.078,40	568.782,40	706.737,59	561.051,57	6.751.398,84	2.065.526,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Correntes	**6.755.721,47**	**6.831.375,39**	**7.930.054,42**	**7.915.693,55**	**9.926.788,13**	**7.091.978,29**	**7.136.187,01**	**8.091.192,69**	**9.019.105,61**	**10.893.336,85**	**8.142.512,96**	**8.947.152,63**	**98.681.099,00**	**100.205.058,00**
Cota-Parte do FPM	2.641.970,74	2.684.693,09	3.424.706,70	3.517.644,31	3.697.264,13	2.848.946,71	3.615.425,35	2.424.738,77	3.296.043,73	5.307.858,62	3.374.903,78	4.243.265,09	41.077.461,02	39.503.153,00
Cota-Parte do ICMS	700.439,07	837.818,01	776.327,65	758.514,77	897.568,43	826.171,12	814.034,67	968.016,48	804.701,15	901.255,20	1.129.269,07	910.552,56	10.324.668,18	12.921.851,00

Cota-Parte do IPVA	85.508,22	99.848,57	171.498,93	115.709,91	90.601,95	86.542,82	72.860,31	60.943,15	19.481,20	31.674,28	29.729,71	42.963,91	907.362,96	1.107.650,00
Cota-Parte do ITR	41,54	163,24	130,26	204,26	125,44	148,66	941,90	3.460,76	303,96	30,93	83,49	48,07	5.682,51	2.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.602,72	3.382,54	3.286,20	3.741,08	3.209,77	3.545,55	3.759,98	3.605,85	3.563,88	4.316,95	3.824,27	4.013,17	43.851,96	40.000,00
Transferências do FUNDEB	1.352.196,60	1.651.279,89	1.629.949,27	1.823.356,27	1.398.194,20	1.491.672,44	1.518.593,29	1.464.610,03	1.558.633,15	1.831.576,44	1.856.572,74	1.758.744,42	19.335.378,74	19.820.650,00
Outras Transferências Correntes	1.971.962,58	1.554.190,05	1.924.155,41	1.696.522,95	3.839.824,21	1.834.950,99	1.110.571,51	3.165.817,65	3.336.378,54	2.816.624,43	1.748.129,90	1.987.565,41	26.986.693,63	26.809.754,00
Outras Receitas Correntes	**82.645,67**	**82.772,39**	**83.056,35**	**82.772,39**	**470.379,70**	**97.556,51**	**84.790,19**	**99.110,07**	**87.578,03**	**176.083,20**	**646.446,48**	**97.270,47**	**2.090.461,45**	**2.031.985,00**
DEDUÇÕES (II)	**-1.348.040,64**	**-1.518.313,06**	**-1.606.309,65**	**-1.560.578,88**	**-1.645.021,54**	**-1.535.545,65**	**-1.403.214,35**	**-1.486.423,55**	**-1.595.043,42**	**-2.190.732,14**	**-2.226.413,28**	**-1.814.200,51**	**-19.929.836,67**	**16.074.441,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-218.474,17**	**-224.998,15**	**-227.448,62**	**-229.394,18**	**-219.001,83**	**-221.557,32**	**-219.280,05**	**-218.018,81**	**-220.269,92**	**-655.818,17**	**-92.630,84**	**-222.582,49**	**-2.969.474,55**	**2.759.184,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**-79.984,55**	**-79.984,55**	**-79.984,55**	**-79.984,55**	**-470.379,70**	**-84.790,19**	**-84.790,19**	**-84.790,19**	**-84.790,19**	**-169.580,38**	**-635.471,60**	**-91.102,26**	**-2.025.632,90**	**1.900.000,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**-363.269,54**	**-488.149,35**	**-423.686,62**	**-372.037,35**	**-325.467,47**	**-476.127,22**	**-460.777,35**	**-491.461,63**	**-465.164,60**	**-433.814,90**	**-590.748,85**	**-460.347,27**	**-5.351.052,15**	**1.211.676,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**-686.312,38**	**-725.181,01**	**-875.189,86**	**-879.162,80**	**-630.172,54**	**-753.070,92**	**-638.366,76**	**-692.152,92**	**-824.818,71**	**-931.518,69**	**-907.561,99**	**-1.040.168,49**	**-9.583.677,07**	**10.203.581,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**6.726.225,63**	**7.168.887,19**	**8.300.951,51**	**7.649.744,28**	**9.965.196,65**	**7.192.221,95**	**7.271.830,72**	**8.489.947,53**	**9.211.257,40**	**11.239.931,68**	**7.903.163,63**	**8.699.336,96**	**99.818.695,13**	**99.256.362,00**

Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Mar/2025	**Abr/2025**	**Mai/2025**	**Jun/2025**	**Jul/2025**	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.508.597,98**	**619.426,16**	**21.620,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.149.644,53**	**3.580.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**6.726.225,63**	**7.168.887,19**	**8.300.951,51**	**7.649.744,28**	**7.456.598,67**	**6.572.795,79**	**7.250.210,33**	**8.489.947,53**	**9.211.257,40**	**11.239.931,68**	**7.903.163,63**	**8.699.336,96**	**96.669.050,60**	**95.676.362,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.997.244,00**	**18.954,89**	**0,00**	**18.224,34**	**15.936,02**	**2.050.359,25**	**850.000,00**
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.168.000,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**6.726.225,63**	**7.168.887,19**	**8.300.951,51**	**7.649.744,28**	**7.456.598,67**	**6.572.795,79**	**7.250.210,33**	**6.492.703,53**	**9.192.302,51**	**11.239.931,68**	**7.884.939,29**	**8.683.400,94**	**94.618.691,35**	**92.658.362,00**

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	***GUTEMBERG DIAS SOARES***	***EVERALDO DE LIMA NOBREGA***	***REOMAN ARAÚJO CABRAL***
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:040E9E23

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO
7-RESTOS A PAGAR-JUCURUTU

MUNICIPIO DE JUCURUTU											Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão											Exercício: **2026**		
Bimestre: 1/2026													
LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7													
Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados							Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	21,83	1.669.577,08	1.660.054,99	0,00	9.543,92	422.823,65	3.365.213,32	2.741.651,25	2.741.651,25	0,84	1.046.384,88	1.055.928,80	
PODER EXECUTIVO	21,83	1.669.577,08	1.660.054,99	0,00	9.543,92	422.823,65	3.365.213,32	2.741.651,25	2.741.651,25	0,84	1.046.384,88	1.055.928,80	
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.462,72	161.462,72	161.462,72	0,00	0,00	0,00	
(INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)													
TOTAL (III) = (I + II)	21,83	1.669.577,08	1.660.054,99	0,00	9.543,92	422.823,65	3.526.676,04	2.903.113,97	2.903.113,97	0,84	1.046.384,88	1.055.928,80	

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	***GUTEMBERG DIAS SOARES***	***EVERALDO DE LIMA NOBREGA***	***REOMAN ARAÚJO CABRAL***
###.555.994-##	###.043.084-##	###.822.234-##	###.582.494-##
Prefeito Municipal	Secretário De Finanças	Contabilista	Controlador

Publicado por:
Everaldo de Lima Nobrega
Código Identificador:4ADA78A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 03 RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE											RREO – Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)			
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES											RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida														
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social											**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**			
											R$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	03/2025	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**		
1- RECEITAS CORRENTES (I)	**2.424.798,46**	**2.668.616,13**	**3.128.189,13**	**3.156.671,87**	**3.848.353,07**	**2.692.968,54**	**3.088.037,22**	**3.077.255,24**	**2.972.828,23**	**5.185.127,65**	**2.996.059,37**	**3.566.012,89**	**38.804.917,80**	**43.720.162,30**
1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de	186.677,34	55.177,73	22.826,02	59.904,32	80.817,68	99.292,37	170.880,66	46.786,92	71.497,77	199.763,16	62.818,38	69.118,92	1.125.561,27	835.216,22
Melhoria														
1.1.1- IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.156,87	7.134,26	22.643,80	1.000,00	0,00	0,00	71.934,93	412.258,80
1.1.2- ISS	173.530,64	41.878,48	17.971,61	21.203,16	43.920,96	29.950,54	53.629,09	10.814,52	6.596,59	60.661,18	36.160,67	34.762,73	531.080,17	218.235,60
1.1.3- ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,76	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,76	8.755,54
1.1.4- IRRF	5.895,08	13.299,25	4.854,41	38.701,16	36.896,72	69.341,83	76.094,70	13.801,14	42.257,38	136.369,03	26.657,71	34.356,19	498.524,60	94.080,36
1.1.5- Outros Impostos, Taxas e	7.251,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.684,24	0,00	1.732,95	0,00	0,00	14.668,81	101.885,92
Contribuições de Melhoria														
1.2- Contribuições	24.496,04	174.461,22	176.173,46	174.308,68	166.238,96	136.482,96	136.315,48	163.551,00	128.361,84	232.686,56	142.473,85	117.937,59	1.773.487,64	2.115.279,00
1.3- Receita Patrimonial	33.932,54	21.278,68	34.737,60	30.002,30	37.078,81	35.727,29	33.857,05	37.574,00	29.204,04	45.095,76	39.165,37	26.030,43	403.683,87	236.077,60
1.3.1- Rendimentos de Aplicação	33.932,54	21.278,68	34.737,60	30.002,30	37.078,81	35.727,29	33.857,05	37.574,00	29.204,04	45.095,76	39.165,37	26.030,43	403.683,87	236.077,60
Financeira														
1.3.2- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784,08
1.7- Transferências Correntes	2.179.692,54	2.387.698,50	2.857.554,77	2.747.123,14	3.555.528,95	2.412.777,25	2.746.984,03	2.820.654,65	2.743.764,58	4.707.582,17	2.751.601,77	3.352.925,95	35.263.888,30	40.219.945,40
1.7.1- Cota-Parte do FPM	1.320.985,37	1.342.346,55	1.712.353,34	1.758.822,15	1.848.632,08	1.424.473,36	1.807.712,65	1.212.369,39	1.648.021,87	2.653.929,31	1.687.451,88	2.121.632,54	20.538.730,49	24.556.881,92
1.7.2- Cota-Parte do ICMS	263.986,82	315.763,24	292.588,30	285.874,85	338.282,45	311.373,68	306.799,60	364.833,46	303.281,92	339.671,95	358.560,22	268.205,31	3.749.221,80	2.940.564,31
1.7.3- Cota-Parte do IPVA	11.340,22	20.664,56	38.871,02	19.281,79	34.930,52	16.922,76	16.367,93	16.003,08	4.193,66	7.711,33	3.008,03	10.662,60	199.957,50	185.000,00
1.7.4- Cota-Parte do ITR	6,28	0,00	0,00	0,00	185,57	36,69	52,23	679,55	7,25	15,65	0,00	0,00	983,22	5.000,00
1.7.5- Transferências da LC 61/1989	1.357,83	1.274,84	1.238,54	1.409,97	1.209,72	1.336,26	1.417,10	1.359,01	1.343,19	1.627,02	1.126,46	1.182,09	15.882,03	3.820,00
1.7.6- Transferências do FUNDEB	334.584,27	409.374,24	402.529,89	451.375,83	340.754,93	364.499,80	375.737,86	447.873,93	429.160,21	511.875,11	425.076,63	398.155,16	4.890.997,86	4.415.659,01
1.7.7- Outras Transferências Correntes	247.431,75	298.275,07	409.973,68	230.358,55	991.533,68	294.134,70	238.896,66	777.536,23	357.756,48	1.192.751,80	276.378,55	553.088,25	5.868.115,40	8.113.020,16
1.8- Outras Receitas Correntes	0,00	30.000,00	36.897,28	145.333,43	8.688,67	8.688,67	0,00	8.688,67	0,00	0,00	0,00	0,00	238.296,72	312.860,00
2- DEDUÇÕES (II)	**-319.535,24**	**-517.993,82**	**-598.658,45**	**-710.352,40**	**-451.945,51**	**-470.861,11**	**-409.021,71**	**-478.305,60**	**-496.182,65**	**-663.874,63**	**-522.303,01**	**-589.390,67**	**-6.228.424,80**	**-5.804.145,00**
2.1- Contrib. do Servidor para Plano de	0,00	-151.984,03	-152.750,96	-151.941,26	-152.399,52	-111.343,93	-114.070,67	-150.568,10	-104.813,13	-222.037,88	-112.273,74	-109.054,20	-1.533.237,42	-1.475.965,00
Previdência														
2.2- Compensação Financ. entre	0,00	-30.000,00	-36.897,28	-145.333,43	-8.688,67	-8.688,67	0,00	-8.688,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-238.296,72	-312.860,00
Regimes Previdência														
2.3- Rendimentos de Aplicações de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Previdenciários														
2.4- Dedução de Receita para Formação	-319.535,24	-336.009,79	-409.010,21	-413.077,71	-290.857,32	-350.828,51	-294.951,04	-319.048,83	-391.369,52	-441.836,75	-410.029,27	-480.336,47	-4.456.890,66	-4.015.320,00
do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I -	2.105.263,22	2.150.622,31	2.529.530,68	2.446.319,47	3.396.407,56	2.222.107,43	2.679.015,51	2.598.949,64	2.476.645,58	4.521.253,02	2.473.756,36	2.976.622,22	32.576.493,00	37.916.017,30
II)														
4- (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	488.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.242,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2026**
	03/2025	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**		
4- RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.105.263,22	2.150.622,31	2.529.530,68	2.446.319,47	2.796.407,56	2.222.107,43	2.679.015,51	2.110.707,64	2.476.645,58	4.521.253,02	2.473.756,36	2.976.622,22	31.488.251,00	37.916.017,30

4- (-) Transferências obrigatórias da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314.200,00	0,00	0,00	314.200,00	0,00
União relativas às emendas de bancada														
(art. 166, § 16, da CF) (VI)														
4- (-) Transferências da União relativas	39.468,00	39.468,00	39.468,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	72.864,00	38.904,00	38.904,00	487.668,00	434.866,00
à remuneração dos agentes comunitários														
de saúde e de combate às endemias (CF,														
art. 198, §11)(VII)														
4- (-) Outras Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ou Legais (VIII)														
4- RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL(IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.065.795,22	2.111.154,31	2.490.062,68	2.409.887,47	2.759.975,56	2.185.675,43	2.642.583,51	2.074.275,64	2.440.213,58	4.134.189,02	2.434.852,36	2.937.718,22	30.686.383,00	37.481.151,30
ANTONIMAR AMORIN CARLOS														
Prefeito Mat.85237701														

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:D5219C39

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 07 RESTOSAPAGAR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						RREO - ANEXO VII (LRF, art.53, inciso V)						
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES						RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**						
												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total (a+b)**
	Inscritos		**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo (a)**	**Inscritos**		**Liquidados**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo (b)**	
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dezembro de 2025**				**Em Exercícios Anteriores**	**Em 31 de Dezembro de 2025**					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**1.121.706,92**	**920.233,89**	**715.599,77**	**0,00**	**1.326.341,04**	**0,00**	**822.974,42**	**355.767,02**	**291.418,01**	**19.780,98**	**511.775,43**	**1.838.116,47**
Executivo	**1.121.706,92**	**920.233,89**	**715.599,77**	**0,00**	**1.326.341,04**	**0,00**	**822.974,42**	**355.767,02**	**291.418,01**	**19.780,98**	**511.775,43**	**1.838.116,47**
02 - ÓRGÃO	313.652,97	0,00	0,00	0,00	313.652,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.652,97
03 - ÓRGÃO	26.923,38	0,00	0,00	0,00	26.923,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.923,38
04 - ÓRGÃO	14.726,52	0,00	0,00	0,00	14.726,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.726,52
2 - Município de Olho DÁgua do Borges	489.117,80	664.445,24	468.672,66	0,00	684.890,38	0,00	336.383,27	223.547,32	160.730,81	14.452,75	161.199,71	846.090,09
3 - Fundo Municipal de Saúde de Olho DÁgua do Borges	187.660,04	150.191,58	138.019,26	0,00	199.832,36	0,00	461.142,80	107.798,04	106.550,54	4.836,14	349.756,12	549.588,48
4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Olho DÁgua do Borges	89.626,21	105.597,07	108.907,85	0,00	86.315,43	0,00	25.448,35	24.421,66	24.136,66	492,09	819,60	87.135,03
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**229.162,50**	**71.985,93**	**71.429,58**	**0,00**	**229.718,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**229.718,85**
Executivo	**229.162,50**	**71.985,93**	**71.429,58**	**0,00**	**229.718,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**229.718,85**
03 - ÓRGÃO	9.910,69	0,00	0,00	0,00	9.910,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.910,69
2 - Município de Olho DÁgua do Borges	135.985,02	44.917,66	44.917,66	0,00	135.985,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.985,02
3 - Fundo Municipal de Saúde de Olho DÁgua do Borges	83.266,79	27.068,27	26.511,92	0,00	83.823,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.823,14
TOTAL (III) = (I + II)	**1.350.869,42**	**992.219,82**	**787.029,35**	**0,00**	**1.556.059,89**	**0,00**	**822.974,42**	**355.767,02**	**291.418,01**	**19.780,98**	**511.775,43**	**2.067.835,32**
ANTONIMAR AMORIN CARLOS												
Prefeito Mat.85237701												

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:1D3EB096

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
RREO ANEXO 13 DESPESAS PPP

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)
MUNICÍPIO DE OLHO D AGUA DO BORGES	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Demonstrativo das Parcerias Público-Privada	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JANEIRO-FEVEREIRO/2026**
R$ 1,00	

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No bimestre	Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS (I)			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	EC +1	EC +2	EC +3	EC +4	EC +5	EC +6	EC +7	EC +8	EC +9
Do Ente Federado (IV)											
Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	30.507.253,81	32.576.493,00									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)											
Nota:											

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No bimestre	Até o bimestre (b)

ANTONIMAR AMORIN CARLOS
Prefeito Mat.85237701

Publicado por:
Salmo Batista de Araujo
Código Identificador:84E98EB9

